

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**Lei n.º 55-A/2010****de 31 de Dezembro****Orçamento do Estado para 2011**

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea g) do artigo 161.º da Constituição, o seguinte:

CAPÍTULO I**Aprovação do Orçamento****Artigo 1.º****Aprovação**

1 — É aprovado pela presente lei o Orçamento do Estado para o ano de 2011, constante dos mapas seguintes:

- a) Mapas I a IX, com o orçamento da administração central, incluindo os orçamentos dos serviços e fundos autónomos;
- b) Mapas X a XII, com o orçamento da segurança social;
- c) Mapas XIII e XIV, com as receitas e as despesas dos subsistemas de acção social, de solidariedade e de protecção familiar do Sistema de Protecção Social de Cidadania e do Sistema Previdencial;
- d) Mapa XV, com os Programas de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC);
- e) Mapa XVI, com as despesas correspondentes a programas;
- f) Mapa XVII, com as responsabilidades contratuais plurianuais dos serviços integrados e dos serviços e fundos autónomos, agrupados por ministérios;
- g) Mapa XVIII, com as transferências para as regiões autónomas;
- h) Mapa XIX, com as transferências para os municípios;
- i) Mapa XX, com as transferências para as freguesias;
- j) Mapa XXI, com as receitas tributárias cessantes dos serviços integrados, dos serviços e fundos autónomos e da segurança social.

2 — Durante o ano de 2011, o Governo é autorizado a cobrar as contribuições e os impostos constantes dos códigos e demais legislação tributária em vigor e de acordo com as alterações previstas na presente lei.

CAPÍTULO II**Disciplina orçamental****Artigo 2.º****Utilização das dotações orçamentais**

1 — Ficam cativos 12,5% das despesas afectas ao capítulo 50 do Orçamento do Estado em financiamento nacional.

2 — Fica cativa a rubrica «Outras despesas correntes — Diversas — Outras — Reserva» correspondente a 2,5% do total das verbas de funcionamento dos orçamentos dos serviços e organismos da administração central.

3 — Ficam cativos, nos orçamentos de funcionamento dos serviços integrados e dos serviços e fundos autónomos:

- a) 10% das dotações iniciais das rubricas 020201 — «Encargos das instalações», 020202 — «Limpeza e higiene», 020203 — «Conservação de bens» e 020209 — «Comunicações»;

- b) 20% das dotações iniciais das rubricas 020102 — «Combustíveis e lubrificantes», 020108 — «Material de escritório», 020112 — «Material de transporte — peças», 020113 — «Material de consumo hoteleiro», 020114 — «Outro material — peças», 020121 — «Outros bens», 020216 — «Seminários, exposições e similares» e 020217 — «Publicidade»;

- c) 30% das dotações iniciais das rubricas 020213 — «Deslocações e estadas», 020220 — «Outros trabalhos especializados» e 020225 — «Outros serviços»;

- d) 60% das dotações iniciais da rubrica 020214 — «Estudos, pareceres, projectos e consultadoria».

4 — As verbas transferidas do Orçamento da Assembleia da República que se destinam a transferências para as entidades com autonomia financeira ou administrativa nele previstas estão abrangidas pelas cativações constantes do presente artigo.

5 — A descativação das verbas referidas nos n.ºs 1 a 3 bem como a reafectação de quaisquer verbas destinadas a reforçar rubricas sujeitas a cativação só podem realizar-se por razões excepcionais, estando sujeitas à autorização do membro do Governo responsável pela área das finanças, que decide os montantes a descativar ou a reafectar em função da evolução da execução orçamental.

6 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, a cativação das verbas referidas nos n.ºs 1 a 3 pode ser redistribuída entre serviços integrados, entre serviços e fundos autónomos e entre serviços integrados e serviços e fundos autónomos, dentro de cada ministério, mediante despacho do respectivo membro do Governo.

7 — No caso de as verbas cativadas respeitarem a projectos, devem incidir sobre projectos não co-financiados ou, não sendo possível, sobre a contrapartida nacional em projectos co-financiados, cujas candidaturas ainda não tenham sido submetidas a concurso.

8 — A descativação das verbas referidas nos números anteriores, no que for aplicável à Assembleia da República e à Presidência da República, incumbe aos respectivos órgãos nos termos das suas competências próprias.

Artigo 3.º**Alienação e oneração de imóveis**

1 — A alienação e a oneração de imóveis pertencentes ao Estado ou a organismos públicos com personalidade jurídica, dotados ou não de autonomia financeira, que não tenham a natureza, a forma e a designação de empresa, fundação ou associação pública, dependem de autorização do membro do Governo responsável pela área das finanças, que fixa, mediante despacho e nos termos do artigo 4.º, a afectação do produto da alienação ou da oneração.

2 — A alienação e a oneração de imóveis são sempre onerosas, tendo como referência o valor apurado em avaliação promovida pela Direcção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF).

3 — O disposto nos números anteriores não se aplica:

- a) Aos imóveis do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I. P. (IGFSS, I. P.), que constituem o património imobiliário da segurança social;

- b) À alienação de imóveis da carteira de activos do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social (FEFSS), gerida pelo Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, I. P. (IGFCSS, I. P.), cuja receita seja aplicada no FEFSS.

4 — É atribuído aos municípios da localização dos imóveis, por razões de interesse público, o direito de preferência nas alienações a que se refere o n.º 1, realizadas através de hasta pública, sendo esse direito exercido pelo preço e demais condições resultantes da venda.

5 — No âmbito de operações de deslocalização, de reinstalação ou de extinção, fusão ou reestruturação dos serviços ou organismos públicos a que se refere o n.º 1, pode ser autorizada a alienação por ajuste directo ou a permuta de imóveis pertencentes ao domínio privado do Estado que se encontrem afectos aos serviços ou organismos a deslocalizar, a reinstalar ou a extinguir, fundir ou reestruturar ou que integrem o respectivo património privativo, a favor das entidades a quem, nos termos legalmente consagrados para a aquisição de imóveis, venha a ser adjudicada a aquisição de novas instalações.

6 — A autorização prevista no número anterior consta de despacho dos membros do Governo responsáveis pela área das finanças e pela respectiva tutela que especifica as condições da operação, designadamente:

a) Identificação da entidade a quem são adquiridos os imóveis;

b) Identificação matricial, registral e local da situação dos imóveis a transaccionar;

c) Valores de transacção dos imóveis incluídos na operação, tendo por referência os respectivos valores da avaliação promovida pela DGTF;

d) Condições e prazos de disponibilização das novas instalações e das instalações que, sendo libertadas pelos serviços ocupantes, são alienadas à entidade que adquire as novas instalações;

e) Informação de cabimento orçamental e suporte da despesa;

f) Fixação do destino da receita, no caso de resultar da operação um saldo favorável ao Estado ou ao organismo alienante, sem prejuízo do disposto no artigo seguinte.

Artigo 4.º

Afectação do produto da alienação e oneração de imóveis

1 — Sem prejuízo do disposto nos números seguintes, o produto da alienação e da oneração de imóveis efectuadas nos termos do artigo anterior reverte até 50% para o serviço ou organismo proprietário ou ao qual o imóvel está afecto, ou para outros serviços do mesmo ministério, desde que se destine a despesas de investimento, ou:

a) À aquisição ou renovação dos equipamentos destinados à modernização e operação dos serviços e forças de segurança;

b) À despesa com a construção ou a aquisição de imóveis para aumentar e diversificar a capacidade de resposta em acolhimento por parte da Casa Pia de Lisboa, I. P., no caso do património do Estado afecto a esta instituição e nos termos a definir por despacho dos membros do Governo responsáveis pela área das finanças e pela respectiva tutela.

2 — O produto da alienação e da oneração do património do Estado pode, até 100%, ser destinado:

a) No Ministério da Defesa Nacional, ao reforço do capital do Fundo de Pensões dos Militares das Forças Armadas, bem como à regularização dos pagamentos efectuados ao abrigo das Leis n.ºs 9/2002, de 11 de Fevereiro, 21/2004, de 5 de Junho, e 3/2009, de 13 de Janeiro, pela Caixa Geral de Aposentações, I. P. (CGA, I. P.), e pelo orçamento da segurança social, e ainda a despesas com a construção e manutenção

de infra-estruturas afectas ao Ministério da Defesa Nacional e à aquisição de equipamentos destinados à modernização e operação das Forças Armadas, sem prejuízo do disposto na Lei Orgânica n.º 3/2008, de 8 de Setembro, e ainda à redução do passivo dos estabelecimentos fabris das Forças Armadas;

b) No Ministério da Justiça, a despesas necessárias aos investimentos destinados à construção ou manutenção de infra-estruturas afectas a este Ministério e à aquisição de equipamentos para a modernização e operacionalidade da justiça;

c) No Ministério da Saúde, ao reforço de capital dos hospitais entidades públicas empresariais e a despesas necessárias à construção ou manutenção de infra-estruturas afectas a cuidados de saúde primários.

3 — No Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento, a afectação ao Instituto do Turismo de Portugal, I. P. (Turismo de Portugal, I. P.), do produto da alienação dos imóveis dados como garantia de financiamentos concedidos por este Instituto ou a outro título adquiridos em juízo para o ressarcimento de créditos não reembolsados, pode ser destinada, até 100%, à concessão de financiamentos destinados à construção e recuperação de património turístico.

4 — Sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 61/2007, de 10 de Setembro, o produto da alienação e da oneração do património do Estado pode, até 75%, ser destinado, no Ministério da Administração Interna, a despesas com a construção e a aquisição de instalações, infra-estruturas e equipamentos para utilização das forças e dos serviços de segurança.

5 — O remanescente da afectação do produto da alienação e da oneração de imóveis a que se referem os números anteriores constitui receita do Estado.

6 — O disposto nos números anteriores não prejudica:

a) O disposto no n.º 9 do artigo 109.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de Setembro;

b) A aplicação do previsto na Portaria n.º 131/94, de 4 de Março, alterada pela Portaria n.º 598/96, de 19 de Outubro, e pela Portaria n.º 226/98, de 7 de Abril;

c) A afectação ao Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial da percentagem do produto da alienação e da constituição de direitos reais sobre bens imóveis do Estado e das contrapartidas recebidas em virtude da implementação do princípio da onerosidade que vier a ser fixada por despacho do membro do Governo responsável pela área das finanças.

7 — Em casos especiais devidamente fundamentados, pode o membro do Governo responsável pela área das finanças fixar percentagens superiores às estabelecidas nos n.ºs 1 e 4 desde que o produto da alienação e da oneração dos bens imóveis se destine a despesas de investimento, aquisição, reabilitação ou construção de instalações dos respectivos serviços e organismos.

Artigo 5.º

Aditamento ao Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de Agosto

É aditado ao Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de Agosto, que estabelece o regime jurídico do património imobiliário do Estado, o artigo 113.º-A, com a seguinte redacção:

«Artigo 113.º-A

Execução do Programa de Gestão do Património Imobiliário

1 — Para efeitos do cumprimento do Programa de Gestão do Património Imobiliário Público devem os ser-

viços e os organismos públicos utilizadores dos imóveis pertencentes ao Estado ou a organismos públicos com personalidade jurídica, dotados ou não de autonomia financeira, que não tenham a natureza, a forma e a designação de empresa, fundação ou associação pública:

a) Apresentar ou promover a actualização junto da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, até 30 de Março de cada ano, através das unidades de gestão patrimonial dos respectivos ministérios, do programa das avaliações dos imóveis a levar a cabo, com especificação da calendarização em que as mesmas são realizadas por aqueles serviços e organismos públicos;

b) Fornecer à Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, até 30 de Março de cada ano, a informação necessária à regularização registral e matricial dos imóveis do domínio privado do Estado que lhes estão afectos;

c) Promover as regularizações matriciais e registrais dos seus imóveis próprios e informar a Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, no final de cada semestre de cada ano civil, dos imóveis por regularizar e dos imóveis que foram regularizados;

d) Prestar à Direcção-Geral do Tesouro e Finanças toda a informação necessária à inventariação dos imóveis, de acordo com o programa de inventariação previsto no artigo seguinte.

2 — Até 30 de Março de cada ano, devem os competentes serviços dos ministérios promover a actualização e enviar ao Ministério das Finanças e da Administração Pública os planos de ocupação de espaço e de conservação e reabilitação de imóveis, abrangendo os serviços e organismos sob direcção ou tutela e superintendência dos respectivos membros do Governo.

3 — A utilização pelos serviços e organismos públicos dos imóveis que forem adquiridos, cedidos, tomados de arrendamento ou objecto de locação financeira para instalação ou funcionamento de serviços públicos ou para a realização de outros fins de interesse público, deve respeitar rácios máximos de ocupação nos termos a definir por portaria do membro do Governo responsável pela área das finanças, que define ainda o prazo de que dispõem os referidos serviços e organismos para observância daqueles rácios relativamente aos imóveis já ocupados.

4 — Na instrução dos processos administrativos de aquisição, cedência, arrendamento ou locação financeira de imóveis, os serviços e organismos previstos no número anterior devem assegurar a observância dos rácios máximos de ocupação, não podendo os mesmos processos ser submetidos a aprovação nos termos legalmente previstos, caso não esteja garantida essa observância.

5 — As obrigações previstas nos números anteriores são consideradas na fixação dos objectivos regulados na Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, alterada pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, e na avaliação do respectivo cumprimento.

6 — A violação do disposto nos números anteriores implica:

a) A aplicação das penas previstas no Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores Que Exercem Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 58/2008, de 9 de Setembro, nos termos nele previstos;

b) A não admissão de candidaturas ao financiamento do Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial

que tenham por objecto imóveis afectos aos serviços ou organismos incumpridores;

c) A não afectação do produto resultante das operações de alienação ou oneração de imóveis nos termos legalmente previstos.»

Artigo 6.º

Transferência de património edificado

1 — O IGFSS, I. P., e o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P. (IHRU, I. P.), este último relativamente ao património habitacional que lhe foi transmitido por força da fusão e da extinção do Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGA-PHE), podem, sem exigir qualquer contrapartida e sem sujeição às formalidades previstas no artigo 3.º e no artigo 113.º-A do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de Agosto, aditado pelo artigo 5.º, de acordo com critérios a estabelecer para a alienação do parque habitacional de arrendamento público, transferir para os municípios, empresas municipais ou de capital maioritariamente municipal, para instituições particulares de solidariedade social ou para pessoas colectivas de utilidade pública administrativa, desde que prossigam fins assistenciais e demonstrem capacidade para gerir os agrupamentos habitacionais ou bairros a transferir, a propriedade de prédios ou das suas fracções que constituem agrupamentos habitacionais ou bairros, bem como os direitos e obrigações a estes relativos e aos fogos em regime de propriedade resolúvel.

2 — A transferência do património referida no número anterior é antecedida de acordos de transferência e efectua-se por auto de cessão de bens, o qual constitui título bastante de prova para todos os efeitos legais, incluindo os de registo.

3 — Após a transferência do património e em função das condições que vierem a ser estabelecidas nos acordos de transferência, podem as entidades beneficiárias proceder à alienação dos fogos aos respectivos moradores, nos termos do Decreto-Lei n.º 141/88, de 22 de Abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 172/90, de 30 de Maio, pelo Decreto-Lei n.º 342/90, de 30 de Outubro, pelo Decreto-Lei n.º 288/93, de 20 de Agosto, e pelo Decreto-Lei n.º 116/2008, de 4 de Julho.

4 — O arrendamento das habitações transferidas fica sujeito ao regime da renda apoiada, nos termos do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de Maio.

5 — O património transferido para os municípios, empresas municipais ou de capital maioritariamente municipal pode, nos termos e condições a estabelecer nos autos de cessão a que se refere o n.º 2, ser objecto de demolição no âmbito de operações de renovação urbana ou operações de reabilitação urbana, desde que assegurado pelos municípios o realojamento dos respectivos moradores.

Artigo 7.º

Transferências orçamentais

Fica o Governo autorizado a proceder às alterações orçamentais e às transferências constantes do quadro anexo à presente lei, da qual faz parte integrante.

Artigo 8.º

Reorganização de serviços e transferências na Administração Pública

1 — Ficam suspensas, até 31 de Dezembro de 2011, as reorganizações de serviços públicos, excepto as que ocor-

ram no contexto da redução transversal a todas as áreas ministeriais de cargos dirigentes e de estruturas orgânicas, e aquelas de que resulte diminuição da despesa.

2 — A criação de serviços públicos ou de outras estruturas, até 31 de Dezembro de 2011, só pode verificar-se se for compensada pela extinção ou pela racionalização de serviços ou estruturas públicas existentes no âmbito do mesmo ministério, da qual resulte diminuição de despesa.

3 — Do disposto dos números anteriores não pode resultar um aumento do número de cargos de dirigentes, salvo nas situações que impliquem uma diminuição de despesa.

4 — Fica o Governo autorizado, para efeitos da aplicação do disposto nos números anteriores, incluindo as reorganizações iniciadas ou concluídas em 2010, bem como da aplicação do regime de mobilidade especial, a efectuar alterações orçamentais, independentemente de envolverem diferentes classificações orgânicas e funcionais.

5 — Fica o Governo autorizado a efectuar, mediante despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, da economia, inovação e desenvolvimento, do ambiente e do ordenamento do território, alterações orçamentais entre as comissões de coordenação e desenvolvimento regional e os serviços do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, independentemente da classificação orgânica e funcional.

Artigo 9.º

Alterações orçamentais no âmbito do QREN, PROMAR, PRODER e PRRN

1 — Fica o Governo autorizado a efectuar as alterações orçamentais que se revelem necessárias à execução do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), do Programa Operacional Pesca 2007-2013 (PROMAR), do Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER) e do Programa da Rede Rural Nacional (PRRN), independentemente de envolverem diferentes classificações orgânicas, funcionais e de programas.

2 — Em casos excepcionais, podem ser autorizadas pelo Governo alterações orçamentais com contrapartida em dotações afectas ao QREN, independentemente da classificação orgânica e funcional e por programas.

Artigo 10.º

Gestão de programas orçamentais

1 — Fica o Governo autorizado a efectuar as alterações orçamentais que se revelem necessárias para assegurar a gestão de cada programa orçamental, independentemente de envolver diferentes capítulos e classificações funcionais.

2 — As dotações orçamentais destinadas a programas, projectos e acções de cooperação para o desenvolvimento e contabilizáveis como ajuda pública ao desenvolvimento, só podem ser executadas através do PO21 — Cooperação para o Desenvolvimento.

Artigo 11.º

Saldos das dotações de financiamento nacional associadas ao co-financiamento comunitário

Transitam para o Orçamento do Estado de 2011 os saldos das dotações de financiamento nacional associadas ao co-financiamento comunitário constantes do orçamento do ano anterior para programas co-financiados de idêntico conteúdo.

Artigo 12.º

Retenção de montantes nas dotações, transferências e reforço orçamental

1 — As transferências correntes e de capital do Orçamento do Estado para os organismos autónomos da administração central, para as regiões autónomas e para as autarquias locais podem ser retidas para satisfazer débitos, vencidos e exigíveis, constituídos a favor da CGA, I. P., da Direcção-Geral de Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública (ADSE), do Serviço Nacional de Saúde (SNS), da segurança social e da DGTF, e ainda em matéria de contribuições e impostos, bem como dos resultantes da não utilização ou da utilização indevida de fundos comunitários.

2 — A retenção a que se refere o número anterior, no que respeita a débitos das regiões autónomas, não pode ultrapassar 5% do montante da transferência anual.

3 — As transferências referidas no n.º 1, no que respeita a débitos das autarquias locais, salvaguardando o regime especial previsto no Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro, só podem ser retidas nos termos previstos na Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 22-A/2007, de 29 de Junho, 67-A/2007, de 31 de Dezembro, e 3-B/2010, de 28 de Abril.

4 — Quando não seja tempestivamente prestada ao Ministério das Finanças e da Administração Pública, pelos órgãos competentes e por motivo que lhes seja imputável, a informação prevista na Lei de Enquadramento Orçamental, aprovada pela Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 48/2004, de 24 de Agosto, e alterada pela Lei n.º 48/2010, de 19 de Outubro, bem como a que venha a ser anualmente definida no decreto-lei de execução orçamental ou noutra disposição legal aplicável, podem ser retidas as transferências e recusadas as antecipações de duodécimos, nos termos a fixar no decreto-lei de execução orçamental até que a situação seja devidamente sanada.

5 — A assunção de novos compromissos de despesa ou a diminuição de receitas próprias subjacentes a pedidos de reforço orçamental implicam a apresentação, prévia à autorização do pedido, de um plano que preveja a redução, de forma sustentável, da correspondente despesa no programa orçamental a que respeita, pelo membro do Governo do qual depende o órgão ou o serviço em causa.

Artigo 13.º

Transferências para fundações

Durante o ano de 2011, como medida excepcional de estabilidade orçamental, as transferências para fundações de direito privado cujo financiamento dependa em mais de 50% de verbas do Orçamento do Estado são reduzidas em 15% do valor orçamentado ao abrigo da Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril.

Artigo 14.º

Divulgação da lista de financiamento a fundações

Fica sujeita a divulgação pública, com actualização anual, a lista de financiamentos por verbas do Orçamento do Estado a fundações de direito privado.

Artigo 15.º

Dotação inscrita no âmbito da Lei de Programação Militar

Durante o ano de 2011, como medida de estabilidade orçamental, a dotação inscrita no mapa XVI, referente a

Lei de Programação Militar, corresponde à verba prevista naquela lei deduzida de 40%.

Artigo 16.º

Utilização de saldos do Turismo de Portugal, I. P.

Fica o Turismo de Portugal, I. P., autorizado a utilizar, por conta do seu saldo de gerência e até ao montante de € 12 000 000, as verbas provenientes das receitas do jogo, para aplicação nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 15/2003, de 30 de Janeiro.

Artigo 17.º

Alteração à Portaria n.º 807/2008, de 8 de Agosto

O artigo 5.º da Portaria n.º 807/2008, de 8 de Agosto, passa a ter a seguinte redacção:

«Artigo 5.º

[...]

1 —

2 — A previsão constante do orçamento do Turismo de Portugal, I. P., no que refere à dotação anual disponível para o financiamento de cada plano de obras não pode ser nunca inferior ao disposto no n.º 3 do artigo 84.º do Decreto-Lei n.º 422/89, de 2 de Dezembro, alterado pela lei n.º 64-A/2008, de 8 de Agosto, podendo o referido plano de obras ter natureza plurianual, desde que seja demonstrada a sua compatibilidade de execução com o valor estimado das correspondentes dotações anuais.»

Artigo 18.º

Cessação da autonomia financeira

Fica o Governo autorizado a fazer cessar o regime de autonomia financeira e a aplicar o regime geral de autonomia administrativa aos serviços e fundos autónomos que não tenham cumprido a regra do equilíbrio orçamental prevista no n.º 1 do artigo 25.º da Lei de Enquadramento Orçamental, aprovada pela Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 48/2004, de 24 de Agosto, e alterada pela Lei n.º 48/2010, de 19 de Outubro, sem que para tal tenham sido dispensados nos termos do n.º 3 do mesmo artigo.

CAPÍTULO III

Disposições relativas a trabalhadores do sector público

SECÇÃO I

Disposições remuneratórias

Artigo 19.º

Redução remuneratória

1 — A 1 de Janeiro de 2011 são reduzidas as remunerações totais ilíquidas mensais das pessoas a que se refere o n.º 9, de valor superior a € 1500, quer estejam em exercício de funções naquela data, quer iniciem tal exercício, a qualquer título, depois dela, nos seguintes termos:

a) 3,5% sobre o valor total das remunerações superiores a € 1500 e inferiores a € 2000;

b) 3,5% sobre o valor de € 2000 acrescido de 16% sobre o valor da remuneração total que exceda os € 2000, perfazendo uma taxa global que varia entre 3,5% e 10%, no caso das remunerações iguais ou superiores a € 2000 até € 4165;

c) 10% sobre o valor total das remunerações superiores a € 4165.

2 — Excepto se a remuneração total ilíquida agregada mensal percebida pelo trabalhador for inferior ou igual a € 4165, caso em que se aplica o disposto no número anterior, são reduzidas em 10% as diversas remunerações, gratificações ou outras prestações pecuniárias nos seguintes casos:

a) Pessoas sem relação jurídica de emprego com qualquer das entidades referidas no n.º 9, nestas a exercer funções a qualquer outro título, excluindo-se as aquisições de serviços previstas no artigo 22.º;

b) Pessoas referidas no n.º 9 a exercer funções em mais de uma das entidades mencionadas naquele número.

3 — As pessoas referidas no número anterior prestam, em cada mês e relativamente ao mês anterior, as informações necessárias para que os órgãos e serviços processadores das remunerações, gratificações ou outras prestações pecuniárias possam apurar a taxa de redução aplicável.

4 — Para efeitos do disposto no presente artigo:

a) Consideram-se remunerações totais ilíquidas mensais as que resultam do valor agregado de todas as prestações pecuniárias, designadamente, remuneração base, subsídios, suplementos remuneratórios, incluindo emolumentos, gratificações, subvenções, senhas de presença, abonos, despesas de representação e trabalho suplementar, extraordinário ou em dias de descanso e feriados;

b) Não são considerados os montantes abonados a título de subsídio de refeição, ajuda de custo, subsídio de transporte ou o reembolso de despesas efectuado nos termos da lei e os montantes pecuniários que tenham natureza de prestação social;

c) Na determinação da taxa de redução, os subsídios de férias e de Natal são considerados mensalidades autónomas;

d) Os descontos devidos são calculados sobre o valor pecuniário reduzido por aplicação do disposto nos n.ºs 1 e 2.

5 — Nos casos em que da aplicação do disposto no presente artigo resulte uma remuneração total ilíquida inferior a € 1500, aplica-se apenas a redução necessária a assegurar a percepção daquele valor.

6 — Nos casos em que apenas parte da remuneração a que se referem os n.ºs 1 e 2 é sujeita a desconto para a CGA, I. P., ou para a segurança social, esse desconto incide sobre o valor que resultaria da aplicação da taxa de redução prevista no n.º 1 às prestações pecuniárias objecto daquele desconto.

7 — Quando os suplementos remuneratórios ou outras prestações pecuniárias forem fixados em percentagem da remuneração base, a redução prevista nos n.ºs 1 e 2 incide sobre o valor dos mesmos, calculado por referência ao valor da remuneração base antes da aplicação da redução.

8 — A redução remuneratória prevista no presente artigo tem por base a remuneração total ilíquida apurada após a aplicação das reduções previstas nos artigos 11.º e 12.º da

Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho, e na Lei n.º 47/2010, de 7 de Setembro, para os universos neles referidos.

9 — O disposto no presente artigo é aplicável aos titulares dos cargos e demais pessoal de seguida identificado:

- a) O Presidente da República;
- b) O Presidente da Assembleia da República;
- c) O Primeiro-Ministro;
- d) Os Deputados à Assembleia da República;
- e) Os membros do Governo;
- f) Os juizes do Tribunal Constitucional e juizes do Tribunal de Contas, o Procurador-Geral da República, bem como os magistrados judiciais, magistrados do Ministério Público e juizes da jurisdição administrativa e fiscal e dos julgados de paz;
- g) Os Representantes da República para as regiões autónomas;
- h) Os deputados às Assembleias Legislativas das regiões autónomas;
- i) Os membros dos governos regionais;
- j) Os governadores e vice-governadores civis;
- l) Os eleitos locais;
- m) Os titulares dos demais órgãos constitucionais não referidos nas alíneas anteriores, bem como os membros dos órgãos dirigentes de entidades administrativas independentes, nomeadamente as que funcionam junto da Assembleia da República;
- n) Os membros e os trabalhadores dos gabinetes, dos órgãos de gestão e de gabinetes de apoio, dos titulares dos cargos e órgãos das alíneas anteriores, do Presidente e Vice-Presidente do Conselho Superior da Magistratura, do Presidente e Vice-Presidente do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, do Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, do Presidente e juizes do Tribunal Constitucional, do Presidente do Supremo Tribunal Administrativo, do Presidente do Tribunal de Contas, do Provedor de Justiça e do Procurador-Geral da República;
- o) Os militares das Forças Armadas e da Guarda Nacional Republicana, incluindo os juizes militares e os militares que integram a assessoria militar ao Ministério Público, bem como outras forças militarizadas;
- p) O pessoal dirigente dos serviços da Presidência da República e da Assembleia da República, e de outros serviços de apoio a órgãos constitucionais, dos demais serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, bem como o pessoal em exercício de funções equiparadas para efeitos remuneratórios;
- q) Os gestores públicos, ou equiparados, os membros dos órgãos executivos, deliberativos, consultivos, de fiscalização ou quaisquer outros órgãos estatutários dos institutos públicos de regime geral e especial, de pessoas colectivas de direito público dotadas de independência decorrente da sua integração nas áreas de regulação, supervisão ou controlo, das empresas públicas de capital exclusiva ou maioritariamente público, das entidades públicas empresariais e das entidades que integram o sector empresarial regional e municipal, das fundações públicas e de quaisquer outras entidades públicas;
- r) Os trabalhadores que exercem funções públicas na Presidência da República, na Assembleia da República, em outros órgãos constitucionais, bem como os que exercem funções públicas, em qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público, nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 2.º e nos n.ºs 1, 2 e 4 do artigo 3.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de Dezembro, e 3-B/2010, de 28 de

Abril, incluindo os trabalhadores em mobilidade especial e em licença extraordinária;

s) Os trabalhadores dos institutos públicos de regime especial e de pessoas colectivas de direito público dotadas de independência decorrente da sua integração nas áreas de regulação, supervisão ou controlo;

t) Os trabalhadores das empresas públicas de capital exclusiva ou maioritariamente público, das entidades públicas empresariais e das entidades que integram o sector empresarial regional e municipal, com as adaptações autorizadas e justificadas pela sua natureza empresarial;

u) Os trabalhadores e dirigentes das fundações públicas e dos estabelecimentos públicos não abrangidos pelas alíneas anteriores;

v) O pessoal nas situações de reserva, pré-aposentação e disponibilidade, fora de efectividade de serviço, que beneficie de prestações pecuniárias indexadas aos vencimentos do pessoal no activo.

10 — Aos subscritores da Caixa Geral de Aposentações que, até 31 de Dezembro de 2010, reúnam as condições para a aposentação ou reforma voluntária e em relação aos quais, de acordo com o regime de aposentação que lhes é aplicável, o cálculo da pensão seja efectuado com base na remuneração do cargo à data da aposentação, não lhes é aplicável, para efeito de cálculo da pensão, a redução prevista no presente artigo, considerando-se, para esse efeito, a remuneração do cargo vigente em 31 de Dezembro de 2010, independentemente do momento em que se apresentem a requerer a aposentação.

11 — O regime fixado no presente artigo tem natureza imperativa, prevalecendo sobre quaisquer outras normas, especiais ou excepcionais, em contrário e sobre instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho e contratos de trabalho, não podendo ser afastado ou modificado pelos mesmos.

Artigo 20.º

Alteração à Lei n.º 21/85, de 30 de Julho

É aditado ao Estatuto dos Magistrados Judiciais, aprovado pela Lei n.º 21/85, de 30 de Julho, o artigo 32.º-A, com a seguinte redacção:

«Artigo 32.º-A

Redução remuneratória

1 — As componentes do sistema retributivo dos magistrados, previstas no artigo 22.º, são reduzidas nos termos da lei do Orçamento do Estado.

2 — Os subsídios de fixação e de compensação previstos nos artigos 24.º e 29.º, respectivamente, equiparados para todos os efeitos legais a ajudas de custo, são reduzidos em 20%.»

Artigo 21.º

Alteração à Lei n.º 47/86, de 15 de Outubro

É aditado ao Estatuto do Ministério Público, aprovado pela Lei n.º 47/86, de 15 de Outubro, o artigo 108.º-A, com a seguinte redacção:

«Artigo 108.º-A

Redução remuneratória

1 — As componentes do sistema retributivo dos magistrados, previstas no artigo 95.º, são reduzidas nos termos da lei do Orçamento do Estado.

2 — Os subsídios de fixação e de compensação previstos nos artigos 97.º e 102.º, respectivamente, equiparados para todos os efeitos legais a ajudas de custo, são reduzidos em 20%.»

Artigo 22.º

Contratos de aquisição de serviços

1 — O disposto no artigo 19.º é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços, que venham a celebrar-se ou renovar-se em 2011, com idêntico objecto e a mesma contraparte, celebrados por:

- a) Órgãos, serviços e entidades previstos nos n.ºs 1 a 4 do artigo 3.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de Dezembro, e 3-B/2010, de 28 de Abril, incluindo institutos de regime especial e pessoas colectivas de direito público, ainda que dotadas de autonomia ou de independência decorrente da sua integração nas áreas de regulação, supervisão ou controlo;
- b) Entidades públicas empresariais, empresas públicas de capital exclusiva ou maioritariamente público e entidades do sector empresarial local e regional;
- c) Fundações públicas e outros estabelecimentos públicos não abrangidos pelas alíneas anteriores;
- d) Gabinetes previstos na alínea n) do n.º 9 do artigo 19.º

2 — Carece de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de Dezembro, e 3-B/2010, de 28 de Abril, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objecto seja a consultadoria técnica.

3 — O parecer previsto no número anterior depende da:

- a) Verificação do disposto no n.º 4 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de Dezembro, e 3-B/2010, de 28 de Abril;
- b) Confirmação de declaração de cabimento orçamental emitida pela delegação da Direcção-Geral do Orçamento, ou pelo IGFSS, I. P., quando se trate de organismo que integre o âmbito da segurança social aquando do respectivo pedido de autorização;
- c) Verificação do cumprimento do disposto no n.º 1.

4 — Nas autarquias locais, o parecer previsto no n.º 2 é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número anterior, bem como da alínea b) do mesmo número com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril.

5 — O disposto no n.º 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de

31 de Dezembro, e 3-B/2010, de 28 de Abril, e no n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, aplica-se aos contratos previstos no presente artigo.

6 — São nulos os contratos de aquisição de serviços celebrados ou renovados sem o parecer previsto nos n.ºs 2 a 4.

7 — A aplicação dos princípios consignados nos números anteriores à Assembleia da República processa-se por despacho do Presidente da Assembleia da República, precedido de parecer do Conselho de Administração.

Artigo 23.º

Contratos de docência e de investigação

O disposto no artigo 19.º é ainda aplicável aos valores pagos por contratos que visem o desenvolvimento de actividades de docência ou de investigação e que sejam financiados por entidades privadas, pelo Programa Quadro de Investigação & Desenvolvimento da União Europeia ou por instituições estrangeiras ou internacionais, exclusivamente na parte financiada por fundos nacionais do Orçamento do Estado.

Artigo 24.º

Proibição de valorizações remuneratórias

1 — É vedada a prática de quaisquer actos que substanciem valorizações remuneratórias dos titulares dos cargos e demais pessoal identificado no n.º 9 do artigo 19.º

2 — O disposto no número anterior abrange as valorizações e outros acréscimos remuneratórios, designadamente os resultantes dos seguintes actos:

- a) Alterações de posicionamento remuneratório, progressões, promoções, nomeações ou graduações em categoria ou posto superiores aos detidos;
- b) Atribuição de prémios de desempenho ou outras prestações pecuniárias de natureza afim;
- c) Abertura de procedimentos concursais para categorias superiores de carreiras pluricategoriais, gerais ou especiais, ou, no caso das carreiras não revistas e subsistentes, incluindo carreiras e corpos especiais, para as respectivas categorias de acesso, incluindo procedimentos internos de selecção para mudança de nível ou escalão;
- d) Pagamento de remuneração diferente da auferida na categoria de origem, nas situações de mobilidade interna, em qualquer das suas modalidades, iniciadas após a entrada em vigor da presente lei, suspendendo-se a aplicação a novas situações do regime de remuneração dos trabalhadores em mobilidade prevista nos n.ºs 1 a 4 do artigo 62.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de Dezembro, e 3-B/2010, de 28 de Abril, bem como a dispensa do acordo do trabalhador a que se refere o n.º 2 do artigo 61.º da mesma lei nos casos em que à categoria cujas funções vai exercer correspondesse uma remuneração superior.

3 — O disposto nos números anteriores não prejudica a aplicação do regime da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, assim como das respectivas adaptações nos casos em que tal se verifique, sendo que os resultados da avaliação dos desempenhos susceptíveis de originar alterações do posicionamento remuneratório ao abrigo da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de Dezembro, e 3-B/2010, de 28 de

Abril, podem ser consideradas após a cessação da vigência do presente artigo, nos seguintes termos:

a) Mantêm-se todos os efeitos associados à avaliação dos desempenhos, nomeadamente a contabilização dos pontos a que se refere o n.º 6 do artigo 47.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de Dezembro, e 3-B/2010, de 28 de Abril, bem como a contabilização dos vários tipos de menções a ter em conta para efeitos de mudança de posição remuneratória e ou atribuição de prémios de desempenho;

b) As alterações do posicionamento remuneratório que venham a ocorrer após 31 de Dezembro de 2011 não podem produzir efeitos em data anterior àquela;

c) Estando em causa alterações obrigatórias do posicionamento remuneratório, a efectuar ao abrigo do disposto no n.º 6 do artigo 47.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de Dezembro, e 3-B/2010, de 28 de Abril, quando o trabalhador tenha, entretanto, acumulado mais do que os 10 pontos, os pontos em excesso relevam para efeitos de futura alteração do seu posicionamento remuneratório, nos termos da mesma disposição legal.

4 — São vedadas as promoções, independentemente da respectiva modalidade, ainda que os interessados já reúnam as condições exigíveis para o efeito à data da entrada em vigor da presente lei, excepto se, nos termos legais gerais aplicáveis até àquela data, tais promoções devessem obrigatoriamente ter ocorrido em data anterior àquela.

5 — As alterações do posicionamento remuneratório, progressões e promoções que venham a ocorrer após a vigência do presente artigo não podem produzir efeitos em data anterior.

6 — O disposto nos números anteriores não prejudica as mudanças de categoria ou de posto necessárias para o exercício de cargo, bem como de graduações para desempenho de cargos internacionais, desde que se verifiquem os seguintes requisitos cumulativos:

a) Que estejam reunidos os demais requisitos ou condições gerais e especiais legal ou estatutariamente exigidos para a nomeação em causa e, ou, para a consequente mudança de categoria ou de posto, bem como graduação;

b) Que a nomeação para o cargo seja imprescindível, designadamente por não existir outra forma de assegurar o exercício das funções que lhe estão cometidas e não ser possível a continuidade do exercício pelo anterior titular.

7 — As mudanças de categoria ou posto e as graduações realizadas ao abrigo do disposto no número anterior dependem de parecer prévio favorável dos membros do Governo responsáveis pela área das finanças e pela área em que se integra o órgão, serviço ou entidade em causa, tendo em conta a verificação dos requisitos previstos naquela disposição, com excepção dos órgãos e serviços das administrações regionais e autárquicas, em que a emissão daquele parecer compete aos correspondentes órgãos de governo próprios.

8 — As promoções realizadas ao abrigo do disposto nos n.ºs 6 e 7 dependem de parecer prévio favorável dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da defesa nacional.

9 — O tempo de serviço prestado em 2011 pelo pessoal referido no n.º 1 não é contado para efeitos de promoção e progressão, em todas as carreiras, cargos e, ou, categorias, incluindo as integradas em corpos especiais, bem como

para efeitos de mudanças de posição remuneratória ou categoria nos casos em que estas apenas dependam do decurso de determinado período de prestação de serviço legalmente estabelecido para o efeito.

10 — Aos procedimentos concursais que não se encontrem abrangidos pela alínea c) do n.º 2 e se circunscrevam a trabalhadores com prévia relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado apenas se podem candidatar os trabalhadores com remuneração igual ou superior à que resulta do disposto no artigo 26.º

11 — São suspensos todos os procedimentos concursais ou concursos pendentes a que se refere a alínea c) do n.º 2, desde que ainda não tenha havido lugar à notificação aos interessados do acto de homologação da lista de classificação ou ordenação final, ou de decisão de contratar, consoante o caso, salvo se o dirigente máximo do serviço ou entidade em causa decidir pela sua cessação.

12 — O disposto no presente artigo não prejudica a concretização dos reposicionamentos remuneratórios decorrentes da transição para carreiras revistas, nos termos do artigo 101.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de Dezembro, e 3-B/2010, de 28 de Abril, desde que os respectivos processos de revisão se encontrem concluídos até à data da entrada em vigor da presente lei.

13 — Os órgãos e serviços competentes para a realização de acções de inspecção e auditoria devem, no âmbito das acções que venham a executar nos órgãos, serviços e entidades abrangidos pelo disposto no presente artigo, proceder à identificação das situações passíveis de constituir violação do disposto no presente artigo e comunicá-las aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública.

14 — Os actos praticados em violação do disposto no presente artigo são nulos e fazem incorrer os seus autores em responsabilidade civil, financeira e disciplinar.

15 — Para efeitos da efectivação da responsabilidade financeira a que se refere o número anterior, consideram-se pagamentos indevidos as despesas realizadas em violação do disposto no presente artigo.

16 — O regime fixado no presente artigo tem natureza imperativa, prevalecendo sobre quaisquer outras normas legais ou convencionais, especiais ou excepcionais, em contrário, não podendo ser afastado ou modificado pelas mesmas.

Artigo 25.º

Regras de movimento e permanência do pessoal diplomático

1 — Os prazos previstos nas secções II e III do capítulo III do Decreto-Lei n.º 40-A/98, de 27 de Fevereiro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 153/2005, de 2 de Outubro, e 10/2008, de 17 de Janeiro, podem ser alterados por despacho fundamentado do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, sob proposta do secretário-geral do Ministério, a publicar no *Diário da República*.

2 — O disposto no número anterior não prejudica o preenchimento do requisito relativo ao cumprimento do tempo mínimo em exercício de funções nos serviços internos ou externos, consoante o caso, nomeadamente para efeitos de promoção e progressão, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 3 do artigo 18.º, no n.º 1 do artigo 19.º e no n.º 1 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 40-A/98, de 27 de Fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 10/2008, de 17 de Janeiro, sendo aplicáveis os limites às valorizações remuneratórias previstos no artigo 24.º da presente lei.

Artigo 26.º

Determinação do posicionamento remuneratório

1 — A partir de 1 de Janeiro de 2011, nos procedimentos concursais não abrangidos pelo n.º 11 do artigo 24.º em que a determinação do posicionamento remuneratório se efectue por negociação nos termos do disposto no artigo 55.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de Dezembro, e 3-B/2010, de 28 de Abril, e sem prejuízo do disposto no n.º 6 do mesmo artigo, a entidade empregadora pública não pode propor:

a) Uma posição remuneratória superior à auferida relativamente aos trabalhadores detentores de uma prévia relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado;

b) Uma posição remuneratória superior à segunda, no recrutamento de trabalhadores titulares de licenciatura ou de grau académico superior para a carreira geral de técnico superior que:

i) Não se encontrem abrangidos pela alínea anterior; ou
ii) Se encontrem abrangidos pela alínea anterior auferindo por uma posição remuneratória inferior à segunda da referida carreira;

c) Uma posição remuneratória superior à terceira, no recrutamento de trabalhadores titulares de licenciatura ou de grau académico superior para a carreira especial de inspecção que não se encontrem abrangidos pela alínea a);

d) Uma posição remuneratória superior à primeira, nos restantes casos.

2 — Para efeitos do número anterior, os candidatos que se encontrem nas condições nela referidas, informam prévia e obrigatoriamente a entidade empregadora pública do posto de trabalho que ocupam e da posição remuneratória correspondente à remuneração que auferem.

3 — Nos procedimentos concursais em que a determinação do posicionamento remuneratório não se efectue por negociação, os candidatos são posicionados na primeira posição remuneratória da categoria ou, tratando-se de trabalhadores detentores de uma prévia relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, na posição remuneratória correspondente à remuneração actualmente auferida, caso esta seja superior àquela, suspendendo-se, durante o período referido no n.º 1, o disposto no n.º 9 do artigo 55.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de Dezembro, e 3-B/2010, de 28 de Abril, bem como todas as normas que disponham em sentido diferente.

4 — O regime fixado no presente artigo tem natureza imperativa, prevalecendo sobre quaisquer outras normas legais ou convencionais, especiais ou excepcionais, em contrário, não podendo ser afastado ou modificado pelas mesmas.

Artigo 27.º

Contratação de novos trabalhadores por pessoas colectivas de direito público

1 — As pessoas colectivas de direito público dotadas de independência decorrente da sua integração nas áreas de regulação, supervisão ou controlo não podem proceder ao recrutamento de trabalhadores para a constituição de relações jurídicas de emprego por tempo indeterminado, determinado e determinável.

2 — Em situações excepcionais, fundamentadas na existência de relevante interesse público no recrutamento, ponderada a carência dos recursos humanos, bem como a

evolução global dos mesmos, os órgãos de direcção ou de administração das referidas pessoas colectivas de direito público podem autorizar o recrutamento.

3 — As pessoas colectivas referidas no n.º 1 remetem trimestralmente aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, da Administração Pública e da respectiva tutela as informações relativas aos recrutamentos realizados ao abrigo do número anterior.

4 — O disposto no presente artigo prevalece sobre todas as disposições legais, gerais ou especiais, contrárias.

Artigo 28.º

Subsídio de refeição

1 — Sem prejuízo do disposto no número seguinte, o valor do subsídio de refeição abonado aos titulares dos cargos e demais pessoal a que se refere o n.º 9 do artigo 19.º, nos casos em que, nos termos da lei ou por acto próprio, tal esteja previsto, não pode ser superior ao valor fixado na Portaria n.º 1553-D/2008, de 31 de Dezembro, alterada pela Portaria n.º 1458/2009, de 31 de Dezembro.

2 — A partir da data da entrada em vigor da presente lei os valores percebidos a 31 de Dezembro de 2010 a título de subsídio de refeição que não coincidam com o montante fixado na portaria referida no número anterior não são objecto de qualquer actualização até que esse montante atinja aquele valor.

3 — O regime fixado no presente artigo tem natureza imperativa, prevalecendo sobre quaisquer outras normas, especiais ou excepcionais, em contrário e sobre instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho e contratos de trabalho, não podendo ser afastado ou modificado pelos mesmos.

Artigo 29.º

Prémios de gestão

Durante o período de execução do Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) para 2010-2013, não podem retribuir os seus gestores ou titulares de órgãos directivos, de administração ou outros órgãos estatutários, com remunerações variáveis de desempenho:

a) As empresas do sector empresarial do Estado, as empresas públicas, as empresas participadas e ainda as empresas detidas, directa ou indirectamente, por todas as entidades públicas estaduais, nomeadamente as dos sectores empresariais regionais e municipais;

b) Os institutos públicos de regime geral e especial;

c) As pessoas colectivas de direito público dotadas de independência decorrentes da sua integração nas áreas da regulação, supervisão ou controlo.

Artigo 30.º

Alteração ao Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro

Os artigos 5.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de Agosto, e pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, passam a ter a seguinte redacção:

«Artigo 5.º

[...]

Além do Estado, apenas dispõem de sectores empresariais próprios as regiões autónomas, os municípios e

as suas associações, nos termos de legislação especial, relativamente à qual o presente decreto-lei tem natureza supletiva, com excepção da aplicação imperativa do artigo 39.º-A e das normas excepcionais aprovadas ao abrigo dos n.ºs 2 e 3 do artigo 7.º

Artigo 7.º

[...]

1 —

2 — Podem ser fixadas por lei normas excepcionais, de carácter temporário, relativas ao regime retributivo e às valorizações remuneratórias dos titulares de órgãos sociais e dos trabalhadores, independentemente do seu vínculo contratual ou da natureza da relação jurídica de emprego, das seguintes entidades:

- a) Entidades públicas empresariais;
- b) Empresas públicas de capital exclusiva e maioritariamente público;
- c) Entidades do sector empresarial local e regional.

3 — Podem ainda ser fixadas por lei normas excepcionais, de carácter temporário, relativas aos contratos de aquisição de serviços celebrados pelas entidades referidas no número anterior.

4 — (Anterior n.º 2.)

5 — (Anterior n.º 3.)»

Artigo 31.º

Aditamento ao Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro

É aditado ao Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de Agosto, e pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, o artigo 39.º-A, com a seguinte redacção:

«Artigo 39.º-A

Regime remuneratório

1 — É aplicável o regime previsto para os trabalhadores em funções públicas do subsídio de refeição e do abono de ajudas de custo e transporte por deslocações em território português e ao estrangeiro devidas aos titulares de órgãos de administração ou de gestão e aos trabalhadores das entidades públicas empresariais, empresas públicas de capital exclusiva e maioritariamente público e entidades do sector empresarial local ou regional.

2 — À retribuição devida por trabalho suplementar prestado por trabalhadores das entidades referidas no número anterior é aplicável o regime previsto para a remuneração do trabalho extraordinário prestado por trabalhadores em funções públicas, nos termos do Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas.

3 — À retribuição devida por trabalho nocturno prestado por trabalhadores das entidades referidas no n.º 1 é aplicável o regime previsto para a remuneração do trabalho nocturno prestado por trabalhadores em funções públicas, nos termos do Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas.

4 — O regime fixado no presente artigo tem natureza imperativa, prevalecendo sobre quaisquer outras normas, especiais ou excepcionais, em contrário e sobre instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho, com excepção das disposições sobre trabalho suple-

mentar e nocturno constantes de legislação especial e de instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho aplicáveis aos profissionais de saúde, não podendo ser afastado ou modificado pelos mesmos.»

Artigo 32.º

Ajudas de custo, trabalho extraordinário e trabalho nocturno nas fundações públicas e nos estabelecimentos públicos

1 — O Decreto-Lei n.º 106/98, de 24 de Abril, bem como as reduções aos valores nele previstos que venham a ser aprovadas são aplicáveis aos trabalhadores das fundações públicas e dos estabelecimentos públicos.

2 — Os regimes do trabalho extraordinário e do trabalho nocturno previstos no Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, alterada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, são aplicados aos trabalhadores das fundações públicas e dos estabelecimentos públicos.

3 — O disposto no presente artigo prevalece sobre as disposições legais, gerais ou especiais, contrárias e sobre todos os instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho, com excepção das disposições sobre trabalho suplementar e nocturno constantes de legislação especial e de instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho aplicáveis aos profissionais de saúde, sendo directa e imediatamente aplicável, dada a sua natureza imperativa, aos trabalhadores a que se refere o número anterior.

SECÇÃO II

Outras disposições aplicáveis a trabalhadores em funções públicas

Artigo 33.º

Alteração à Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro

Os artigos 5.º, 53.º e 61.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de Dezembro, e 3-B/2010, de 28 de Abril, passam a ter a seguinte redacção:

«Artigo 5.º

[...]

1 —

a)

b)

c)

d) Do perfil de competências transversais da respectiva carreira e, ou, categoria, a aprovar nos termos do n.º 2 do artigo 54.º, complementado com as competências associadas à especificidade do posto de trabalho.

2 —

3 —

4 —

5 —

Artigo 53.º

[...]

1 —

2 —

3 —

4 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, a entidade empregadora pública pode limitar-se a utilizar os métodos de selecção referidos nas alíneas *a)* dos n.ºs 1 ou 2, nos seguintes casos:

a) Nos procedimentos concursais para constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado, abertos ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 6.º, pode ser aplicado apenas o método de selecção prova de conhecimentos ou avaliação curricular, consoante os casos previstos, respectivamente, nos n.ºs 1 ou 2, sem prejuízo do disposto em lei especial;

b) Nos procedimentos concursais para constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo determinado ou determinável, abertos ao abrigo do disposto no n.º 5 do artigo 6.º, pode ser aplicado apenas o método de selecção avaliação curricular, sem prejuízo do disposto em lei especial.

Artigo 61.º

[...]

- 1 —
- 2 —
- 3 —
- 4 —
- 5 —

6 — No âmbito dos serviços referidos nos n.ºs 1 e 2 do artigo 3.º, é dispensado o acordo do serviço de origem para efeitos de mobilidade interna, em qualquer das suas modalidades, quando:

a) Se opere para serviço ou unidade orgânica situados fora das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto;

b) Tiverem decorrido seis meses sobre recusa de acordo, numa situação de mobilidade interna relativa ao mesmo trabalhador e ainda que para outro serviço de destino.

7 — Operada a mobilidade nos termos previstos na alínea *b)* do número anterior, não pode o trabalhador voltar a beneficiar da dispensa de acordo do serviço de origem nos três anos subsequentes.

8 — O membro do Governo respectivo pode, por despacho, determinar a dispensa do acordo do serviço de origem em situações de mobilidade interna entre serviços do seu ministério.

9 — Para efeitos da invocação e comprovação de prejuízo sério previstas no n.º 3, considera-se relevante a demonstração de efeito negativo e significativo, relacionado designadamente com:

a) A situação laboral do cônjuge ou unido de facto, do ponto de vista geográfico;

b) O sucesso escolar dos descendentes no decurso do ano escolar ou do ciclo lectivo entretanto iniciado em determinado concelho;

c) A saúde do próprio, de descendentes ou ascendentes a cargo do trabalhador, e outros que revelem necessidade premente de acompanhamento por parte do trabalhador.

10 — A demonstração a que se refere o número anterior é apresentada pelo trabalhador no prazo de 10 dias úteis a contar da comunicação da decisão de mobilidade.»

Artigo 34.º

Alteração à Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro

1 — O artigo 80.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, alterada pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, passa a ter a seguinte redacção:

«Artigo 80.º

Avaliação com base nas competências

1 — Em casos excepcionais, a avaliação dos desempenhos pode incidir apenas sobre o parâmetro ‘Competências’, previsto na alínea *b)* do artigo 45.º, mediante decisão fundamentada do dirigente máximo do serviço, ouvido o conselho coordenador da avaliação e com observância do disposto nos números seguintes.

2 — A avaliação a efectuar nos termos do número anterior apenas é admissível no caso de estarem cumulativamente reunidas as seguintes condições:

a) Se trate de trabalhadores a quem, no recrutamento para a respectiva carreira, é exigida habilitação literária ao nível da escolaridade obrigatória ou equivalente;

b)

3 — *(Revogado.)*

4 —

5 —

6 —

7 — À avaliação de cada competência ao abrigo do presente artigo aplica-se o disposto no n.º 1 do artigo 49.º

8 —

9 —

10 — É aplicável à avaliação realizada nos termos do presente artigo, com as necessárias adaptações, o disposto nos títulos IV e V.»

2 — É revogado o n.º 3 do artigo 80.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, alterada pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro.

3 — O disposto no presente artigo aplica-se aos desempenhos que tenham lugar desde 1 de Janeiro de 2011.

Artigo 35.º

Revisão das carreiras, dos corpos especiais e dos níveis remuneratórios das comissões de serviço e de estatutos

1 — Sem prejuízo da revisão que deva ter lugar nos termos legalmente previstos, mantêm-se as carreiras que ainda não tenham sido objecto de extinção, de revisão ou de decisão de subsistência, designadamente as de regime especial e as de corpos especiais, bem como a integração dos respectivos trabalhadores, sendo que:

a) Só após tal revisão tem lugar, relativamente a tais trabalhadores, a execução das transições através da lista nominativa referida no artigo 109.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de Dezembro, e 3-B/2010, de 28 de Abril, excepto no respeitante à modalidade de constituição da sua relação jurídica de emprego público e às situações de mobilidade geral do, ou no, órgão ou serviço;

b) Até ao início de vigência da revisão:

i) As carreiras em causa regem-se pelas disposições normativas aplicáveis em 31 de Dezembro de 2008, com as alterações decorrentes dos artigos 46.º a 48.º, 74.º, 75.º e 113.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de Dezembro, e 3-B/2010, de 28 de Abril;

ii) Aos procedimentos concursais para as carreiras em causa é aplicável o disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de Dezembro, e 3-B/2010, de 28 de Abril, bem como no n.º 11 do artigo 28.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro;

iii) O n.º 3 do artigo 110.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de Dezembro, e 3-B/2010, de 28 de Abril, não lhes é aplicável, apenas o sendo relativamente aos concursos pendentes na data do início da referida vigência.

2 — A revisão das carreiras a que se refere o número anterior deve assegurar:

a) A observância das regras relativas à organização das carreiras previstas na secção I do capítulo II do título IV e no artigo 69.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de Dezembro, e 3-B/2010, de 28 de Abril, designadamente quanto aos conteúdos e deveres funcionais, ao número de categorias e às posições remuneratórias;

b) O reposicionamento remuneratório com o montante pecuniário calculado nos termos do n.º 1 do artigo 104.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de Dezembro, e 3-B/2010, de 28 de Abril, sem acréscimos;

c) As alterações de posicionamento remuneratório em função das últimas avaliações de desempenho e da respectiva diferenciação assegurada por um sistema de quotas;

d) As perspectivas de evolução remuneratória das anteriores carreiras, elevando-as apenas de forma sustentável.

3 — O disposto no n.º 1 é aplicável, na parte adequada, aos níveis remuneratórios das comissões de serviço.

4 — O procedimento de adaptação dos diplomas estatutários das entidades reguladoras independentes iniciado nos termos do disposto no artigo 23.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, deve ser concluído até 31 de Dezembro de 2011.

Artigo 36.º

Militares em regime de contrato e de voluntariado

1 — O quantitativo máximo de militares em regime de contrato e de voluntariado nas Forças Armadas, para o ano de 2011, é reduzido em 3000, tendo por referência o quantitativo verificado em 30 de Setembro de 2010.

2 — A determinação e a distribuição do quantitativo referido no número anterior pelos três ramos das Forças Armadas são feitas por despacho do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional, ouvido o Conselho de Chefes de Estado-Maior.

3 — A abertura de concursos para admissão de pessoal em regime de contrato e de voluntariado carece de parecer prévio favorável dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, da Administração Pública e da defesa nacional.

Artigo 37.º

Alteração ao Decreto-Lei n.º 261/2009, de 28 de Setembro

1 — O artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 261/2009, de 28 de Setembro, passa a ter a seguinte redacção:

«Artigo 2.º

[...]

1 —

2 —

3 — O militar supranumerário preenche obrigatoriamente a primeira vaga que ocorra no respectivo quadro especial e no seu posto, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 174.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas.

4 — *(Revogado.)*»

2 — É revogado o n.º 4 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 261/2009, de 28 de Setembro.

Artigo 38.º

Admissões de pessoal militar, militarizado e com funções policiais e de segurança

Carecem de parecer prévio favorável dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública:

a) As decisões relativas à admissão de pessoal para o ingresso nas diversas categorias dos quadros permanentes das Forças Armadas, previsto no n.º 2 do artigo 195.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas;

b) As decisões relativas à admissão do pessoal militarizado ou equiparado e com funções policiais e de segurança ou equiparado.

Artigo 39.º

Alteração ao Decreto-Lei n.º 320-A/2000, de 15 de Dezembro

1 — Os artigos 23.º e 24.º do Regulamento de Incentivos à Prestação de Serviço Militar nos Regimes de Contrato e de Voluntariado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 320-A/2000, de 15 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 118/2004, de 21 de Maio, e pelo Decreto-Lei n.º 320/2007, de 27 de Setembro, passam a ter a seguinte redacção:

«Artigo 23.º

Subsídio para pagamento de propinas de ensino

1 — Os cidadãos que tenham cumprido, no mínimo, cinco anos de serviço efectivo em RC, uma vez cessado o vínculo contratual e desde que matriculados num estabelecimento de ensino superior, podem candidatar-se, durante um período correspondente ao número completo de anos de serviço efectivo naquele regime, à concessão de um subsídio para pagamento de propinas.

2 — Sem prejuízo do estabelecido na alínea d) do n.º 4, a concessão de subsídio para pagamento de propinas de ensino é conferida pelo período de duração mínimo necessário à conclusão do segundo ciclo de estudos superiores ou de mestrado integrado, a contar da data da matrícula inicial.

3 — *(Revogado.)*

4 — Não têm direito ao subsídio para pagamento de propinas de ensino os cidadãos que:

a) (Revogada.)

b) Não tenham obtido aproveitamento em curso ou estágio de formação profissional por motivo que lhes seja imputável, salvo se por motivo de gozo de licença decorrente do regime legal de protecção da parentalidade;

c) (Revogada.)

d)

e)

f)

5 — A verba disponível para a atribuição do subsídio a que se refere o presente artigo é anualmente fixada por despacho do Ministro da Defesa Nacional até 15 de Junho, tendo, como valor máximo, o valor da propina em estabelecimentos de ensino superior público para o 1.º ciclo de estudos superiores.

6 — Envolvendo os pedidos de candidatura um montante superior à verba a que se refere o número anterior, procede-se ao respectivo escalonamento tendo em conta:

a) (Revogada.)

b) A maior duração de tempo de serviço efectivo;

c) A ocorrência de prestação de serviço militar, durante maior período de tempo, em unidades de maior exigência e desgaste;

d) A melhor classificação de mérito;

e) A não frequência de cursos de formação profissional dos níveis I, II e III.

Artigo 24.º

[...]

1 — O requerimento inicial de candidatura à concessão do subsídio para pagamento de propinas de ensino é enviado à DGPRM até 31 de Maio, dele constando, obrigatoriamente, os seguintes dados relativos ao candidato:

a) Identificação completa, incluindo número de bilhete de identidade ou cartão de cidadão e de contribuinte fiscal, com referência ao código da repartição respectiva;

b)

c)

2 — Os candidatos devem, ainda, instruir a sua candidatura com os seguintes documentos:

a) Uma declaração pela qual atestem, sob compromisso de honra, não se encontrarem abrangidos por nenhuma das situações previstas no n.º 4 do artigo anterior;

b) Cópia autenticada da nota de assentamentos, folha de matrícula ou nota de assentos;

c) Declaração com as avaliações individuais de mérito referentes aos últimos dois anos de contrato.

3 — A decisão relativa ao preenchimento das condições de concessão do subsídio, bem como do escalonamento a que se refere o n.º 6 do artigo anterior, é obrigatoriamente comunicada aos interessados até 31 de Julho do ano em que haja sido apresentada a candidatura.

4 — O subsídio para pagamento de propinas de ensino, uma vez concedido, e sob pena de caducidade, é objecto de renovação semestral a efectuar pelos interessados junto da DGPRM entre:

a) 1 e 15 de Março de cada ano, devendo ser documentalmente provada a manutenção da matrícula;

b) 1 e 15 de Outubro de cada ano, devendo ser documentalmente provado o aproveitamento escolar do ano lectivo cessante, bem como a renovação da respectiva matrícula para o ano lectivo seguinte.»

2 — São revogados o n.º 3, as alíneas a) e c) do n.º 4 e a alínea a) do n.º 6 do artigo 23.º do Regulamento de Incentivos à Prestação de Serviço Militar nos Regimes de Contrato e de Voluntariado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 320-A/2000, de 15 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 118/2004, de 21 de Maio, e pelo Decreto-Lei n.º 320/2007, de 27 de Setembro.

3 — O disposto nos artigos 23.º e 24.º do Regulamento de Incentivos à Prestação de Serviço Militar nos Regimes de Contrato e de Voluntariado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 320-A/2000, de 15 de Dezembro, na redacção introduzida pela presente lei, aplica-se aos subsídios concedidos após a entrada em vigor da presente lei.

Artigo 40.º

Trabalhadores de órgãos e serviços das administrações regionais e autárquicas

1 — Com vista ao cumprimento dos princípios orientadores da gestão dos recursos humanos na Administração Pública está sujeita a parecer prévio, nos termos previstos nos n.ºs 6 e 7 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de Dezembro, e 3-B/2010, de 28 de Abril, com as necessárias adaptações, a mobilidade interna de trabalhadores de órgãos e serviços das administrações regionais e autárquicas para os restantes órgãos ou serviços aos quais é aplicável a Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de Dezembro, e 3-B/2010, de 28 de Abril.

2 — O disposto no número anterior é ainda aplicável ao recrutamento exclusivamente destinado a trabalhadores com prévia relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, a que se refere os n.ºs 4 e 5 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de Dezembro, e 3-B/2010, de 28 de Abril, quando se pretenda admitir a candidatura de trabalhadores de órgãos ou serviços das administrações regionais e autárquicas para os restantes órgãos ou serviços aos quais é aplicável a referida lei.

Artigo 41.º

Duração da mobilidade

1 — As situações de mobilidade existentes à data da entrada em vigor da presente lei, cujo limite de duração máxima ocorra durante o ano de 2011, podem, por acordo entre as partes, ser excepcionalmente prorrogadas até 31 de Dezembro de 2011.

2 — A prorrogação excepcional prevista no número anterior é aplicável às situações de mobilidade cujo termo ocorre em 31 de Dezembro de 2010, nos termos do acordo previsto no número anterior.

Artigo 42.º

Dever de informação sobre recrutamento de trabalhadores nas administrações regionais

1 — No cumprimento do disposto no artigo 9.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho, as administrações regionais remetem trimestralmente aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública informação sobre o número e despesa com recrutamento de trabalhadores, a qualquer título.

2 — Em caso de não cumprimento do disposto no número anterior, é aplicável o disposto nos n.ºs 2, 3 e 4 do artigo 13.º da Lei Orgânica n.º 1/2007 de 19 de Fevereiro.

3 — O disposto no presente artigo tem carácter excepcional e prevalece sobre todas as disposições legais, gerais ou especiais, contrárias.

Artigo 43.º

Recrutamento de trabalhadores nas autarquias locais em situação de desequilíbrio financeiro estrutural ou de ruptura financeira

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 22-A/2007, de 29 de Junho, 67-A/2007, de 31 de Dezembro, e 3-B/2010, de 28 de Abril, e sem prejuízo do disposto no número seguinte, os municípios que se encontrem em situação de desequilíbrio financeiro estrutural ou de ruptura financeira, nos termos do disposto no artigo 41.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 22-A/2007, de 29 de Junho, 67-A/2007, de 31 de Dezembro, e 3-B/2010, de 28 de Abril, não podem proceder à abertura de procedimentos concursais com vista à constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado, determinado ou determinável, para carreira geral ou especial e carreiras que ainda não tenham sido objecto de extinção, de revisão ou de decisão de subsistência, destinados a candidatos que não possuam uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente constituída.

2 — O disposto no número anterior aplica-se no ano de 2011, como medida de estabilidade nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 84.º da Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 48/2004, de 24 de Agosto, e alterada pela Lei n.º 48/2010, de 19 de Outubro, às autarquias com endividamento líquido superior ao limite legal de endividamento em 2010, ainda que não tenha sido declarada a situação de desequilíbrio financeiro estrutural ou de ruptura financeira.

3 — Em situações excepcionais, devidamente fundamentadas, os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da administração local podem ao abrigo e nos termos do disposto nos n.ºs 6 e 7 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de Dezembro, e 3-B/2010, de 28 de Abril, autorizar a abertura de procedimentos concursais a que se referem os n.ºs 1 e 2, fixando, caso a caso, o número máximo de trabalhadores a recrutar, desde que se verifiquem os seguintes requisitos cumulativos:

a) Seja imprescindível o recrutamento, tendo em vista assegurar o cumprimento das obrigações de prestação de serviço público legalmente estabelecidas e ponderada a carência dos recursos humanos no sector de actividade a que aquele se destina, bem como a sua evolução global na autarquia em causa;

b) Impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho em causa nos termos previstos nos n.ºs 1 a 5 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de Dezembro, e 3-B/2010, de 28 de Abril, ou por recurso a pessoal colocado em situação de mobilidade especial ou a outros instrumentos de mobilidade.

4 — Para efeitos do disposto no n.º 1, nos casos em que haja lugar à aprovação de um plano de reequilíbrio financeiro, nos termos previstos no artigo 41.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 22-A/2007, de 29 de Junho, 67-A/2007, de 31 de Dezembro, e 3-B/2010, de 28 de Abril, o referido plano deve observar o disposto no número anterior em matéria de contratação de pessoal.

5 — Para efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4, os órgãos autárquicos com competência em matéria de autorização dos contratos aí referidos enviam aos membros do Governo mencionados naquele número a demonstração de que os encargos com os recrutamentos em causa estão previstos nos orçamentos dos serviços a que respeitam.

6 — São nulas as contratações e as nomeações de trabalhadores efectuadas em violação do disposto nos n.ºs 1, 2 e 3, sendo aplicável, com as devidas adaptações, o disposto nos n.ºs 5, 6 e 7 do artigo 9.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 Junho.

7 — As necessidades de recrutamento excepcional de pessoal resultantes do exercício de actividades advenientes da transferência de competências da administração central para a administração local no domínio da educação, não estão sujeitas ao regime constante no presente artigo, na parte relativa à alínea b) do n.º 3 e ao n.º 6.

8 — Às autarquias não abrangidas pelo previsto no presente artigo aplica-se o disposto no artigo 10.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho.

9 — O disposto no presente artigo tem carácter excepcional e prevalece sobre todas as disposições legais, gerais ou especiais, contrárias.

Artigo 44.º

Recrutamento de trabalhadores nas instituições do ensino superior públicas

1 — Durante o ano de 2011, para os trabalhadores não docentes e não investigadores, as instituições do ensino superior públicas não podem proceder à abertura de procedimentos concursais com vista à constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado, determinado ou determinável, para carreira geral ou especial e carreiras que ainda não tenham sido objecto de extinção, de revisão ou de decisão de subsistência, destinados a candidatos que não possuam uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente constituída, se os referidos procedimentos concursais implicarem o recrutamento de um número de trabalhadores não docentes e não investigadores que ultrapasse o número dos mesmos existente a 31 de Dezembro de 2010.

2 — Em situações excepcionais, os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, da Administração Pública e do ensino superior, nos termos do disposto nos n.ºs 6 e 7 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de Dezembro, e 3-B/2010, de 28 de Abril, podem dar parecer prévio favorável à abertura de procedimentos concursais a que se refere o número anterior, desde que cumulativa-

mente observados os seguintes requisitos, fixando, caso a caso, o número máximo de trabalhadores a recrutar:

- a) Existência de relevante interesse público no recrutamento, ponderada a eventual carência dos recursos humanos no sector de actividade a que se destina o recrutamento;
- b) Impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho em causa nos termos previstos nos n.ºs 1 a 5 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de Dezembro, e 3-B/2010, de 28 de Abril, ou por recurso a pessoal colocado em situação de mobilidade especial ou a outros instrumentos de mobilidade.

3 — Durante o ano de 2011, o recrutamento excepcional de trabalhadores docentes ou investigadores por instituições de ensino superior públicas é obrigatoriamente precedido de autorização do reitor ou do presidente, conforme os casos e nos termos legais, desde que observado o requisito previsto na alínea a) do número anterior, fixando, caso a caso, o número máximo de trabalhadores a recrutar.

4 — Durante o ano de 2011, as instituições de ensino superior públicas, independentemente da sua natureza, que se encontrem em situação de desequilíbrio financeiro, só podem proceder à abertura de procedimentos concursais com vista à constituição de relações jurídicas de emprego, se os referidos procedimentos concursais forem precedidos de parecer prévio favorável dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, da Administração Pública e do ensino superior, nos termos do disposto nos n.ºs 6 e 7 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de Dezembro, e 3-B/2010, de 28 de Abril.

5 — As contratações de trabalhadores efectuadas na sequência de procedimentos concursais realizados em violação do disposto no presente artigo são nulas e fazem incorrer os seus autores em responsabilidade civil, financeira e disciplinar.

6 — É aplicável às instituições do ensino superior públicas o regime previsto nos n.ºs 2 a 4 do artigo 125.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de Setembro.

7 — O presente artigo não se aplica às instituições do ensino superior militar e policial.

8 — O disposto no presente artigo tem carácter excepcional e prevalece sobre todas as disposições legais, gerais ou especiais, contrárias.

Artigo 45.º

Manutenção da inscrição na CGA, I. P.

1 — Os titulares de cargos dirigentes nomeados ao abrigo da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de Agosto, 64-A/2008, de 31 de Dezembro, e 3-B/2010, de 28 de Abril, ou cuja comissão de serviço seja renovada ao abrigo da mesma lei, ou da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, pelo Decreto-Lei n.º 200/2006, de 25 de Outubro, pelo Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de Abril, e pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, mantêm, até à cessação dessas funções, a inscrição na CGA, I. P., e o pagamento de quotas a este organismo, com base nas funções exercidas e na correspondente remuneração.

2 — O disposto no número anterior aplica-se aos membros dos órgãos de direcção titulares nomeados ao abrigo da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, pelo Decreto-

-Lei n.º 200/2006, de 25 de Outubro, pelo Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de Abril, e pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, sendo o pagamento de quotas efectuado até ao limite da remuneração de director-geral.

CAPÍTULO IV

Finanças locais

Artigo 46.º

Montantes da participação das autarquias locais nos impostos do Estado

1 — Em 2011, a repartição dos recursos públicos entre o Estado e os municípios, tendo em vista atingir os objetivos de equilíbrio financeiro horizontal e vertical, inclui as seguintes participações:

a) Uma subvenção geral fixada em € 1 868 223 990, para o Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF);

b) Uma subvenção específica fixada em € 153 085 594, para o Fundo Social Municipal (FSM);

c) Uma participação variável no imposto sobre o rendimento das pessoas singulares dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respectiva circunscrição territorial, do continente, Açores e Madeira, incluída na coluna 7 do mapa XIX em anexo, a qual resulta da aplicação da percentagem deliberada pelo município aos rendimentos de 2009, nos termos previstos nos n.ºs 2 e 3 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 22-A/2007, de 29 de Junho, 67-A/2007, de 31 de Dezembro, e 3-B/2010, de 28 de Abril, correspondendo a diferença, face ao valor da coluna 5 do mesmo mapa, à dedução à colecta em sede de imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS), nos termos do n.º 4 do artigo 20.º da mesma lei.

2 — Os acertos a que houver lugar, resultantes da diferença entre a colecta líquida de IRS de 2009 e de 2010, no cumprimento do previsto no n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 22-A/2007, de 29 de Junho, 67-A/2007, de 31 de Dezembro, e 3-B/2010, de 28 de Abril, devem ser efectuados, para cada município, no período orçamental de 2011.

3 — Fica suspenso, em 2011, o cumprimento do disposto no artigo 29.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 22-A/2007, de 29 de Junho, 67-A/2007, de 31 de Dezembro, e 3-B/2010, de 28 de Abril.

4 — Em 2011, o montante do FSM indicado na alínea b) do n.º 1 destina-se exclusivamente ao financiamento de competências exercidas pelos municípios no domínio da educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, a distribuir de acordo com os indicadores identificados na alínea a) do n.º 1 do artigo 28.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 22-A/2007, de 29 de Junho, 67-A/2007, de 31 de Dezembro, e 3-B/2010, de 28 de Abril.

5 — No ano de 2011, o montante global do Fundo de Financiamento das Freguesias (FFF) é fixado em € 193 639 454, sendo o montante a atribuir a cada freguesia o que consta do mapa XX em anexo.

6 — Ao montante global do FFF referido no número anterior, nos termos do n.º 5 do artigo 32.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 22-A/2007, de 29 de Junho, 67-A/2007, de 31 de Dezembro, e 3-B/2010, de 28 de Abril, acresce a verba de € 7 394 370, destinada

ao pagamento das despesas relativas à compensação por encargos dos membros do órgão executivo da freguesia, bem como as senhas de presença dos membros do órgão deliberativo para a realização do número de reuniões obrigatórias, nos termos da lei.

7 — A relação das verbas transferidas para cada freguesia, em resultado do disposto no número anterior, e os critérios a utilizar são publicados por portaria do membro do Governo responsável pela administração local.

8 — Fica suspenso em 2011 o cumprimento do previsto nos n.ºs 4 e 7 do artigo 32.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 22-A/2007, de 29 de Junho, 67-A/2007, de 31 de Dezembro, e 3-B/2010, de 28 de Abril.

Artigo 47.º

Alteração à Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro

O artigo 29.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 22-A/2007, de 29 de Junho, 67-A/2007, de 31 de Dezembro, e 3-B/2010, de 28 de Abril, passa a ter a seguinte redacção:

«Artigo 29.º

[...]

1 — A participação de cada município nos impostos do Estado, incluindo os montantes do FEF, FSM e da participação no IRS referida na alínea c) do n.º 1 do artigo 19.º, não pode sofrer uma diminuição superior a 5% da participação nas transferências financeiras do ano anterior para os municípios com capitação de impostos locais superior a 1,25 da média nacional em três anos consecutivos, nem uma diminuição superior a 2,5% da referida participação, para os municípios com capitação igual ou inferior a 1,25 vezes aquela média, durante aquele período.

2 —

3 —

4 — O excedente resultante do disposto nos n.ºs 2 e 3 é distribuído de forma proporcional pelos municípios que não mantenham, em três anos consecutivos, a CMMI superior a 1,25 vezes a capitação média nacional.»

Artigo 48.º

Descentralização de competências para os municípios

1 — Durante o ano de 2011, fica o Governo autorizado a legislar no sentido de regulamentar os poderes tributários dos municípios, relativamente aos impostos a cuja receita tenham direito, nos termos previstos na Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 22-A/2007, de 29 de Junho, 67-A/2007, de 31 de Dezembro, e 3-B/2010, de 28 de Abril.

2 — É prorrogado, até 31 de Dezembro de 2011, o prazo previsto no n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, para a transferência de competências para os municípios.

3 — No ano de 2011, para efeitos do disposto na Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, fica o Governo autorizado a transferir para os municípios as verbas necessárias para os efeitos previstos nos números anteriores.

4 — A relação das verbas transferidas ao abrigo do número anterior é publicada por portaria conjunta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da administração local.

Artigo 49.º

Descentralização de competências para os municípios no domínio da educação

1 — Durante o ano de 2011, fica o Governo autorizado a transferir para todos os municípios do continente as dotações inscritas no orçamento do Ministério da Educação, acrescidas de actualização nos termos equivalentes à inflação prevista, referentes a competências a descentralizar no domínio da educação, relativas a:

a) Componente de apoio à família, designadamente o fornecimento de refeições e apoio ao prolongamento de horário na educação pré-escolar;

b) Acção social escolar nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico;

c) Verbas correspondentes à alteração do número de beneficiários no âmbito da acção social escolar, referentes ao ano escolar de 2008-2009, nos termos do Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de Março.

2 — Durante o ano de 2011, fica o Governo autorizado a transferir para os municípios que tenham celebrado contratos de execução ao abrigo do Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de Julho, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, ou que venham a ser celebrados ao abrigo do artigo 12.º do mesmo decreto-lei, as dotações inscritas no orçamento do Ministério da Educação, referentes a:

a) Pessoal não docente do ensino básico;

b) Actividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico;

c) Gestão do parque escolar nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico.

3 — Em 2011, as transferências de recursos para pagamento de despesas referentes a pessoal não docente são actualizadas nos termos equivalentes à variação prevista para as remunerações da função pública.

4 — As dotações inscritas no orçamento do Ministério da Educação para financiamento do disposto nas alíneas b) e c) do n.º 2 são actualizadas nos termos equivalentes à inflação prevista.

5 — É inscrita no orçamento dos encargos gerais do Estado uma verba de € 23 689 267 destinada ao pagamento das despesas a que se refere o n.º 2 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de Julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril.

6 — A relação das verbas transferidas ao abrigo do presente artigo é publicada por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da educação.

Artigo 50.º

Áreas metropolitanas e associações de municípios

As transferências para as áreas metropolitanas e associações de municípios, nos termos das Leis n.ºs 45/2008, e 46/2008, de 27 de Agosto, a inscrever no orçamento dos encargos gerais do Estado, são as que constam do mapa anexo à presente lei, da qual faz parte integrante.

Artigo 51.º

Auxílios financeiros e cooperação técnica e financeira

É inscrita no orçamento dos encargos gerais do Estado uma verba de € 5 000 000 para as finalidades previstas

nos n.ºs 2 e 3 do artigo 8.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 22-A/2007, de 29 de Junho, 67-A/2007, de 31 de Dezembro, e 3-B/2010, de 28 de Abril, bem como para a conclusão de projectos em curso, tendo em conta o período de aplicação dos respectivos programas de financiamento e os princípios de equidade e de equilíbrio na distribuição territorial.

Artigo 52.º

Retenção de fundos municipais

É retida a percentagem de 0,1 % do FEF de cada município do continente, constituindo essa retenção receita própria da Direcção-Geral das Autarquias Locais, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 6.º do Decreto Regulamentar n.º 44/2007, de 27 de Abril.

Artigo 53.º

Endividamento municipal em 2011

1 — Em 31 de Dezembro de 2011, o valor do endividamento líquido, calculado nos termos da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 22-A/2007, de 29 de Junho, 67-A/2007, de 31 de Dezembro, e 3-B/2010, de 28 de Abril, de cada município não pode exceder o que existia em 30 de Setembro de 2010.

2 — No ano de 2011, a contracção de novos empréstimos de médio e longo prazos está limitada ao valor resultante do rateio do montante global das amortizações efectuadas pelos municípios em 2009, proporcional à capacidade de endividamento disponível para cada município, sem prejuízo do disposto nos n.ºs 1 e 5 a 7 do artigo 39.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 22-A/2007, de 29 de Junho, 67-A/2007, de 31 de Dezembro, e 3-B/2010, de 28 de Abril.

3 — O valor do montante global das amortizações efectuadas em 2009 é corrigido, até 30 de Junho, pelos valores das amortizações efectuadas em 2010.

4 — Podem excepcionar-se do disposto no n.º 1 outros empréstimos e amortizações, a autorizar por despacho do membro do Governo responsável pela área das finanças, em situações excepcionais devidamente fundamentadas, designadamente os empréstimos destinados ao financiamento de investimentos apoiados pelo Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu — MFEEE no âmbito da Iniciativa Operações de Qualificação e Reinserção Urbana de Bairros Críticos.

Artigo 54.º

Fundo de Emergência Municipal

1 — A autorização de despesa a que se refere o n.º 1 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 225/2009, de 14 de Setembro, é fixada em € 10 000 000.

2 — Em 2011 é permitido o recurso ao Fundo de Emergência Municipal consagrado no Decreto-Lei n.º 225/2009, de 14 de Setembro, sem verificação do requisito da declaração de situação de calamidade pública, desde que se verifiquem condições excepcionais reconhecidas por resolução do Conselho de Ministros.

3 — Em 2011 é permitido o recurso ao Fundo de Emergência Municipal pelos municípios identificados na Resolução do Conselho de Ministros n.º 2/2010, de 13 de Janeiro, em execução dos contratos-programa celebrados em 2010 e com execução plurianual.

Artigo 55.º

Alteração ao Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de Julho

Os artigos 4.º, 7.º, 8.º, 9.º, 10.º e 11.º do Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de Julho, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, passam a ter a seguinte redacção:

«Artigo 4.º

[...]

1 —
2 —
3 —
4 — Em 2011, as transferências de recursos para pagamento das despesas a que se refere o presente artigo são actualizadas nos termos equivalentes à variação prevista para as remunerações da função pública.

5 — A partir de 2012, as transferências de recursos financeiros a que se refere o presente artigo são incluídas no Fundo Social Municipal (FSM) e actualizadas segundo as regras aplicáveis às transferências para as autarquias locais.

Artigo 7.º

[...]

1 —
2 —
3 — Em 2011, as transferências de recursos para pagamento das despesas a que se refere o presente artigo são actualizadas nos termos equivalentes à inflação prevista.

4 — A partir de 2012, as transferências de recursos financeiros a que se refere o presente artigo são incluídas no FSM e actualizadas segundo as regras aplicáveis às transferências para as autarquias locais.

Artigo 8.º

[...]

1 —
2 —
3 —
4 — Em 2011, as transferências de recursos para pagamento das despesas a que se refere o presente artigo são actualizadas nos termos equivalentes à inflação prevista.

5 — A partir de 2012, as transferências de recursos financeiros a que se refere o presente artigo são incluídas no FSM e actualizadas segundo as regras aplicáveis às transferências para as autarquias locais.

6 —

Artigo 9.º

[...]

1 —
2 — Em 2011, as transferências de recursos para pagamento das despesas a que se refere o presente artigo são actualizadas nos termos equivalentes à inflação prevista.

3 — A partir de 2012, as transferências de recursos financeiros a que se refere o presente artigo são incluídas no FSM e actualizadas segundo as regras aplicáveis às transferências para as autarquias locais.

Artigo 10.º

[...]

- 1 —
- 2 —
- 3 —

4 — Em 2011, as transferências de recursos para pagamento das despesas a que se refere o presente artigo são actualizadas nos termos equivalentes à inflação prevista.

5 — A partir de 2012, as transferências de recursos financeiros a que se refere o presente artigo são incluídas no FSM e actualizadas segundo as regras aplicáveis às transferências para as autarquias locais.

Artigo 11.º

[...]

- 1 —
- 2 —
- 3 —

4 — Em 2011, as transferências de recursos para pagamento das despesas a que se refere o presente artigo são actualizadas nos termos equivalentes à inflação prevista.

5 — A partir de 2012, as transferências de recursos financeiros a que se refere o presente artigo são incluídas no FSM e actualizadas segundo as regras aplicáveis às transferências para as autarquias locais.

- 6 — »

Artigo 56.º

Transferência de património e equipamentos

1 — É transferida para os municípios a titularidade do direito de propriedade dos prédios afectos às escolas que se encontrem sob gestão municipal, nos termos da alínea *d*) do n.º 1 do artigo 2.º e dos artigos 8.º, 12.º e 13.º do Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de Julho, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril.

2 — A presente lei constitui título bastante para a transferência prevista no número anterior, sendo dispensadas quaisquer outras formalidades, designadamente as estabelecidas nos contratos de execução celebrados nos termos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de Julho, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril.

CAPÍTULO V

Segurança social

Artigo 57.º

Saldos de gerência do Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P.

1 — O saldo de gerência do Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P. (IEFP, I. P.), é transferido para o IGFSS, I. P., e constitui receita do respectivo orçamento da segurança social.

2 — O saldo referido no número anterior que resulte de receitas provenientes da execução de programas co-financiados maioritariamente pelo Fundo Social Europeu (FSE) pode ser mantido no IEFP, I. P., por despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, do trabalho e da solidariedade social.

Artigo 58.º

Mobilização de activos e recuperação de créditos da segurança social

Fica o Governo autorizado, através do membro do Governo responsável pelas áreas do trabalho e da solidariedade social, com faculdade de delegação, a proceder à anulação de créditos detidos pelas instituições de segurança social, quando se verifique carecerem os mesmos de justificação ou estarem insuficientemente documentados ou quando a sua irrecuperabilidade decorra da inexistência de bens penhoráveis do devedor.

Artigo 59.º

Gestão de fundos em regime de capitalização

1 — A inscrição orçamental dos fluxos financeiros decorrentes de operações associadas à gestão da carteira de activos dos fundos sob administração do IGFSS, I. P., é efectuada de acordo com as seguintes regras:

a) As receitas obtidas em operações de derivados financeiros são deduzidas das despesas decorrentes das mesmas operações, sendo o respectivo saldo sempre inscrito em rubrica de receita;

b) Os juros corridos recebidos nas vendas de valores representativos de dívida são deduzidos dos juros corridos pagos na aquisição do mesmo género de valores, sendo o respectivo saldo sempre inscrito em rubrica de receita.

2 — O disposto no número anterior não dispensa o registo contabilístico individualizado de todos os fluxos financeiros, ainda que meramente escriturais, associados às operações nelas referidas.

Artigo 60.º

Alienação de créditos

1 — A segurança social pode, excepcionalmente, alienar os créditos de que seja titular correspondentes às dívidas de contribuições, quotizações e juros no âmbito de processos de viabilização económica e financeira que envolvam o contribuinte.

2 — A alienação pode ser efectuada pelo valor nominal ou pelo valor de mercado dos créditos.

3 — A alienação de créditos pelo valor de mercado segue um dos procedimentos aprovados pelo membro do Governo responsável pelas áreas do trabalho e da solidariedade social.

4 — A alienação prevista no presente artigo não pode fazer-se a favor:

- a)* Do contribuinte devedor;
- b)* Dos membros dos órgãos sociais do contribuinte devedor, quando a dívida respeite ao período de exercício do seu cargo;
- c)* De entidades com interesse patrimonial equiparável.

5 — A competência atribuída nos termos do n.º 3 é susceptível de delegação.

Artigo 61.º

Transferências para políticas activas de emprego e formação profissional durante o ano de 2011

1 — Das contribuições orçamentadas no âmbito do sistema previdencial, constituem receitas próprias:

- a)* Do IEFP, I. P., destinada à política de emprego e formação profissional, € 535 405 153;

b) Do IGFSE, I. P., destinada à política de emprego e formação profissional, € 3 902 586;

c) Da Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT), destinada à melhoria das condições de trabalho e à política de higiene, segurança e saúde no trabalho, € 26 017 241;

d) Da Agência Nacional para a Qualificação, I. P. (ANQ, I. P.), destinada à política de emprego e formação profissional, € 5 305 172;

e) Da Direcção-Geral do Emprego e das Relações do Trabalho, destinada à política de emprego e formação profissional, € 1 300 862.

2 — Constituem receitas próprias das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, respectivamente, € 10 080 762 e € 11 767 185, destinadas à política do emprego e formação profissional.

Artigo 62.º

Divulgação de listas de contribuintes

A divulgação de listas prevista na alínea a) do n.º 5 do artigo 64.º da lei geral tributária (LGT), aprovada pelo Decreto-Lei n.º 398/98, de 17 de Dezembro, é aplicável aos contribuintes devedores à segurança social.

Artigo 63.º

Alteração ao Decreto-Lei n.º 367/2007, de 2 de Novembro

O artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 367/2007, de 2 de Novembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, passa a ter a seguinte redacção:

«Artigo 14.º

[...]

- 1 —
- a)
- b)
- c)
- d)
- e)
- f)
- g)
- h) As receitas referentes aos n.ºs 3 e 4 do artigo 11.º;
- i) [Anterior alínea h).]

2 —

3 — Transferências do Orçamento do Estado para financiar o pagamento dos salários intercalares previstos no artigo 98.º-N do Código do Processo do Trabalho, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 480/99, de 9 de Novembro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 323/2001, de 17 de Dezembro, 38/2003, de 8 de Março, e 295/2009, de 13 de Outubro.

4 —»

Artigo 64.º

Alteração ao Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de Agosto

O artigo 15.º-B do Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de Agosto, rectificado pela Declaração de Rectificação n.º 11-G/2003, de 26 de Outubro, e alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 41/2006, de 21 de Fevereiro, 87/2008, de 28 de Maio, 245/2008, de 18 de Dezembro, 201/2009, de 28

de Agosto, 70/2010, de 16 de Junho, e 77/2010, de 24 de Junho, passa a ter a seguinte redacção:

«Artigo 15.º-B

[...]

O montante da bolsa de estudo é igual ao valor do abono de família para crianças e jovens que esteja a ser atribuído ao seu titular.»

Artigo 65.º

Aditamento ao Decreto-Lei n.º 201/2009, de 28 de Agosto

É aditado ao Decreto-Lei n.º 201/2009, de 28 de Agosto, o artigo 4.º-A, com a seguinte redacção:

«Artigo 4.º-A

Encargos

Os encargos decorrentes da aplicação do presente diploma são suportados pelo Ministério da Educação, através de verba inscrita no respectivo orçamento como transferência para o Orçamento da Segurança Social.»

Artigo 66.º

Estabelecimentos integrados do ISS, I. P.

1 — Os estabelecimentos integrados do Instituto da Segurança Social, I. P. (ISS, I. P.), sob sua gestão directa, situados na área geográfica de intervenção do Centro Distrital de Lisboa, identificados no anexo n.º 1 aos Estatutos do ISS, I. P., aprovados pela Portaria n.º 638/2007, de 30 de Maio, alterada pela Portaria n.º 1460-A/2009, de 31 de Dezembro, são cedidos à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), por um prazo de três anos, a quem é confiada a gestão dos respectivos equipamentos e das respostas sociais prestadas por tais estabelecimentos.

2 — Mediante decreto-lei são definidos os procedimentos e demais condições da cedência referida no número anterior, estabelecendo designadamente os termos do contrato de gestão a celebrar entre o ISS, I. P., e a SCML, o seu regime de renovação ou conversão, a manutenção do estatuto jurídico-funcional do pessoal abrangido, bem como os recursos patrimoniais a afectar.

3 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, a SCML, no prazo referido no n.º 1, sucede ao ISS, I. P., na titularidade dos contratos de arrendamento, bem como nas posições jurídicas detidas pelo ISS, I. P., referentes à utilização dos equipamentos sociais que se encontrem a funcionar em imóveis do Estado ou de autarquias locais, sendo, para esse efeito, afectos à SCML, independentemente de quaisquer formalidades.

4 — No período compreendido entre 1 de Janeiro de 2011 e a data do início efectivo da cedência dos estabelecimentos, o ISS, I. P., suporta, a título de adiantamento, todas as despesas decorrentes do normal funcionamento dos mesmos, nos termos que vierem a ser fixados pelo diploma mencionado no n.º 2, ficando igualmente a SCML responsável pela assunção de tais encargos no referido período.

5 — Fica o Governo autorizado, através do respectivo membro responsável pela área da segurança social, a efectuar as alterações orçamentais que se mostrem necessárias para o cumprimento do disposto no número anterior.

Artigo 67.º

Suspensão do regime de actualização do valor do indexante dos apoios sociais, das pensões e outras prestações sociais

É suspenso durante o ano de 2011:

a) O regime de actualização anual do indexante dos apoios sociais (IAS), mantendo-se em vigor o valor de € 419,22 estabelecido no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 323/2009, de 24 de Dezembro;

b) O regime de actualização das pensões e de outras prestações sociais atribuídas pelo sistema de segurança social, previsto nos artigos 4.º, 5.º e 6.º da Lei n.º 53-B/2006, de 29 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 323/2009, de 24 de Dezembro, e pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril;

c) O regime de actualização das pensões do regime de protecção social convergente, estabelecido no artigo 6.º da Lei n.º 52/2007, de 31 de Agosto, alterada pela Lei n.º 11/2008, de 20 de Fevereiro, e pelos Decretos-Leis n.ºs 238/2009, de 16 de Setembro, e 323/2009, de 24 de Dezembro.

Artigo 68.º

Congelamento do valor nominal das pensões

1 — Não são objecto de actualização, no ano de 2011:

a) Os valores das pensões regulamentares de invalidez e de velhice do regime geral de segurança social, as pensões por incapacidade permanente para o trabalho, as pensões por morte e por doença profissional e demais pensões, subsídios e complementos, previstos na Portaria n.º 1458/2009, de 31 de Dezembro, atribuídos anteriormente a 1 de Janeiro de 2010;

b) Os valores das pensões de aposentação, reforma, invalidez e de outras pensões, subsídios e complementos atribuídas pela CGA, I. P., previstos na Portaria n.º 1458/2009, de 31 de Dezembro, atribuídos anteriormente a 1 de Janeiro de 2011.

2 — O disposto no número anterior não é aplicável às pensões, subsídios e complementos cujos valores sejam automaticamente actualizados por indexação à remuneração de trabalhadores no activo, os quais ficam sujeitos à redução remuneratória prevista na presente lei, com excepção das pensões actualizadas ao abrigo do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 43/76, de 20 de Janeiro, que seguem o regime previsto no número anterior.

Artigo 69.º

Alteração à Lei n.º 110/2009, de 16 de Setembro

1 — Os artigos 4.º, 5.º e 6.º da Lei n.º 110/2009, de 16 de Setembro, alterada pela Lei n.º 119/2009, de 30 de Dezembro, passam a ter a seguinte redacção:

«Artigo 4.º

[...]

1 — *(Anterior corpo do artigo.)*

2 — A regulamentação das alíneas r), x) e aa) do n.º 2 do artigo 46.º e do artigo 55.º, ambos do Código, é precedida de avaliação efectuada em reunião da Comissão Permanente de Concertação Social e não ocorre antes de 1 de Janeiro de 2014.

Artigo 5.º

[...]

1 —

a)

b)

c)

d)

e)

f)

g)

h)

i)

j)

l)

m)

n)

o)

p)

q)

r)

s)

t)

u)

v)

x)

z)

aa)

bb)

cc)

dd)

ee)

ff)

gg)

hh)

ii)

jj)

ll)

mm)

nn)

oo)

pp)

qq)

rr)

ss) O Decreto-Lei n.º 299/86, de 19 de Setembro.

2 —

Artigo 6.º

[...]

1 —

2 —

3 — O disposto nas alíneas r), x) e aa) do n.º 2 do artigo 46.º e o artigo 55.º, ambos do Código, só entram em vigor quando forem regulamentados.»

2 — Os artigos 29.º, 32.º, 46.º, 47.º, 48.º, 140.º, 147.º, 150.º, 151.º, 152.º, 155.º, 162.º, 163.º, 164.º, 167.º, 168.º e 283.º do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, aprovado em anexo à Lei n.º 110/2009, de 16 de Setembro, alterada pela Lei

n.º 119/2009, de 30 de Dezembro, passam a ter a seguinte redacção:

«Artigo 29.º

[...]

1 —

2 — A comunicação referida no número anterior é efectuada:

a) Nas vinte e quatro horas anteriores ao início da produção de efeitos do contrato de trabalho;

b) Nas vinte e quatro horas seguintes ao início da actividade sempre que, por razões excepcionais e devidamente fundamentadas, ligadas à celebração de contratos de trabalho de muito curta duração ou à prestação de trabalho por turnos a comunicação não possa ser efectuada no prazo previsto na alínea anterior.

3 —

4 —

5 — Na falta da comunicação da admissão do trabalhador no caso de o mesmo se encontrar a receber prestações de doença ou de desemprego, presume-se que a prestação de trabalho teve início na data em que começaram a ser concedidas as referidas prestações, sendo a entidade empregadora solidariamente responsável pela devolução da totalidade dos montantes indevidamente recebidos pelo trabalhador.

6 — A presunção referida nos n.ºs 4 e 5 é elidível por prova de que resulte a data em que teve, efectivamente, início a prestação do trabalho.

7 — (Anterior n.º 6.)

Artigo 32.º

[...]

1 —

2 — As comunicações previstas no número anterior consideram-se cumpridas sempre que sejam do conhecimento oficioso do sistema de segurança social.

3 — (Anterior n.º 2.)

4 — (Anterior n.º 3.)

Artigo 46.º

[...]

1 —

2 —

a)

b)

c)

d)

e)

f)

g)

h)

i)

j)

l)

m)

n) Os valores efectivamente devidos a título de despesas de representação desde que se encontrem pré-determinados e dos quais não tenham sido prestadas contas até ao termo do exercício;

o) As gratificações, pelo valor total atribuído, devidas por força do contrato ou das normas que o regem, ainda que a sua atribuição esteja condicionada aos bons serviços dos trabalhadores, bem como as que, pela sua importância e carácter regular e permanente, devam, segundo os usos, considerar-se como elemento integrante da remuneração;

p)

q)

r)

s) As despesas resultantes da utilização pessoal pelo trabalhador de viatura automóvel que gere encargos para a entidade empregadora nos termos do artigo seguinte;

t) As despesas de transporte, pecuniárias ou não, suportadas pela entidade empregadora para custear as deslocações em benefício dos trabalhadores, na medida em que estas não se traduzam na utilização de meio de transporte disponibilizado pela entidade empregadora ou em que excedam o valor de passe social ou, na inexistência deste, o que resultaria da utilização de transportes colectivos, desde que quer a disponibilização daquele quer a atribuição destas tenha carácter geral;

u)

v) A compensação por cessação do contrato de trabalho por acordo apenas nas situações com direito a prestações de desemprego;

x)

z)

aa)

3 — As prestações a que se referem as alíneas l), p), q), u), v) e z) do número anterior estão sujeitas a incidência contributiva, nos mesmos termos previstos no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares.

4 — Para as prestações a que se referem as alíneas p), q), v) e z) do número anterior, o limite previsto no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares pode ser acrescido até 50%, desde que o acréscimo resulte de aplicação, de forma geral por parte da entidade empregadora, de instrumento de regulação colectiva de trabalho.

5 — Constituem base de incidência contributiva, além das prestações a que se referem os números anteriores, todas as que sejam atribuídas ao trabalhador, com carácter de regularidade, em dinheiro ou em espécie, directa ou indirectamente como contrapartida da prestação do trabalho.

Artigo 47.º

Conceito de regularidade

Considera-se que uma prestação reveste carácter de regularidade quando constitui direito do trabalhador, por se encontrar pré-estabelecida segundo critérios objectivos e gerais, ainda que condicionais, por forma que este possa contar com o seu recebimento, independentemente da frequência da concessão.

Artigo 48.º

[...]

Não integram a base de incidência contributiva, designadamente:

a)

b)

- c)
- d)
- e)
- f)
- g)

h) A compensação por cessação do contrato de trabalho no caso de despedimento colectivo, por extinção do posto de trabalho, por inadaptação, por não concessão de aviso prévio, por caducidade e por resolução por parte do trabalhador;

- i)
- j)

Artigo 140.º

[...]

1 — As pessoas colectivas e as pessoas singulares com actividade empresarial, independentemente da sua natureza e das finalidades que prossigam, que no mesmo ano civil beneficiem de pelo menos 80% do valor total da actividade de trabalhador independente, são abrangidas pelo presente regime na qualidade de entidades contratantes.

2 — Para efeitos do número anterior considera-se como prestado à mesma entidade contratante os serviços prestados a empresas do mesmo agrupamento empresarial.

Artigo 147.º

[...]

- 1 —
- 2 —

3 — Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, o enquadramento pode ainda cessar a requerimento dos trabalhadores referidos na alínea a) do n.º 1 do artigo anterior.

Artigo 150.º

[...]

- 1 —
- 2 —

3 — A obrigação contributiva das entidades contratantes constitui-se no momento em que a instituição de segurança social apura officiosamente o valor dos serviços que lhe foram prestados e efectiva-se com o pagamento da respectiva contribuição.

4 — A prestação de serviços dos profissionais a que se refere as alíneas a) e c) do n.º 1 do artigo 139.º, no respectivo âmbito da actividade profissional, dos trabalhadores que se encontrem isentos da obrigação de contribuir e a prestação de serviços que, por imposição legal, só possa ser desempenhada como trabalho independente não está sujeita à obrigação prevista no número anterior.

5 — Sempre que se verifique a situação prevista no n.º 3, são notificados os serviços de inspecção da Autoridade para as Condições do Trabalho ou os serviços de fiscalização do Instituto da Segurança Social, I. P., com vista à averiguação da legalidade da situação.

Artigo 151.º

[...]

1 — A obrigação contributiva dos trabalhadores independentes que sejam exclusivamente produtores ou comerciantes compreende o pagamento de contribuições.

2 — A obrigação contributiva dos trabalhadores independentes que não sejam exclusivamente produtores ou comerciantes compreende o pagamento de contribuições e a declaração anual dos valores correspondentes à actividade exercida.

3 — A obrigação contributiva das entidades contratantes compreende o pagamento das respectivas contribuições.

Artigo 152.º

Declaração do valor da actividade

1 — Os trabalhadores independentes são obrigados a declarar à instituição de segurança social competente, por referência ao ano civil anterior:

- a) O valor total das vendas realizadas;
- b) O valor total da prestação de serviços a pessoas singulares que não tenham actividade empresarial;
- c) O valor total da prestação de serviços por pessoa colectiva e por pessoa singular com actividade empresarial.

- 2 —
- 3 —

Artigo 155.º

[...]

- 1 —
- 2 —
- 3 — As contribuições das entidades contratantes reportam-se ao ano civil anterior e o prazo para o seu pagamento é fixado até ao dia 20 do mês seguinte ao da emissão do documento de cobrança.
- 4 —

Artigo 162.º

[...]

1 — O rendimento relevante do trabalhador independente é determinado nos seguintes termos:

- a)
- b)

2 — O rendimento relevante do trabalhador independente abrangido pelo regime de contabilidade organizada, previsto no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, corresponde ao valor do lucro tributável sempre que este seja de valor inferior ao que resulta do critério constante do número anterior.

3 — O rendimento referido nos números anteriores é apurado pela instituição de segurança social competente com base nos valores declarados para efeitos fiscais.

Artigo 163.º

[...]

- 1 —
- 2 —
- 3 —
- 4 — Sempre que o rendimento relevante tenha sido apurado nos termos do n.º 2 do artigo anterior, o limite mínimo de base de incidência contributiva corresponde ao segundo escalão.
- 5 — (Anterior n.º 4.)
- 6 — (Anterior n.º 5.)

Artigo 164.º

[...]

1 —

2 —

3 — Nos casos em que o rendimento relevante, determinado nos termos do n.º 1 do artigo 162.º, seja igual ou inferior a 12 vezes o valor do IAS, o trabalhador independente pode requerer que lhe seja considerado, como base de incidência contributiva, o valor do duodécimo daquele rendimento, com o limite mínimo de 50% do valor do IAS, nos termos do disposto no número seguinte.

4 —

Artigo 167.º

[...]

Constitui base de incidência contributiva, para efeitos de determinação do montante de contribuições a cargo da entidade contratante, o valor total dos serviços que lhe foram prestados por trabalhador independente no ano civil a que respeitam.

Artigo 168.º

[...]

1 — A taxa contributiva a cargo dos trabalhadores independentes é fixada em 29,6%.

2 — *(Revogado.)*

3 —

4 — A taxa contributiva a cargo das entidades contratantes é de 5%.

5 — *(Revogado.)*6 — *(Revogado.)*

Artigo 283.º

[...]

1 — As contribuições das entidades contratantes sobre serviços prestados por trabalhadores independentes relevam para efeitos de registo de remunerações do trabalhador nos termos dos números seguintes.

2 —

3 —

Artigo 70.º

Aditamento à Lei n.º 110/2009, de 16 de Setembro

1 — É aditado à Lei n.º 110/2009, de 16 de Setembro, alterada pela Lei n.º 119/2009, de 30 de Dezembro, o artigo 3.º-A, com a seguinte redacção:

«Artigo 3.º-A

Trabalhadores bancários a integrar no regime geral de segurança social

1 — Os trabalhadores bancários no activo, inscritos na Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários e abrangidos por regime de segurança social substitutivo constante de instrumento de regulamentação colectiva de trabalho vigente no sector bancário são integrados no regime geral de segurança social dos trabalhadores por conta de outrem para efeitos de protecção na parentalidade, no âmbito das eventualidades de maternidade, paternidade e adopção e na velhice.

2 — Os trabalhadores referidos no número anterior mantêm a protecção do regime de segurança social dos trabalhadores por conta de outrem nas eventualidades de doença profissional e desemprego.

3 — A taxa contributiva é de 26,6%, cabendo 23,6% à entidade empregadora e 3% ao trabalhador, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

4 — No caso de entidades sem fins lucrativos a taxa contributiva é de 25,4%, cabendo 22,4% à entidade empregadora e 3% ao trabalhador.»

2 — É aditado ao Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, aprovado em anexo à Lei n.º 110/2009, de 16 de Setembro, alterada pela Lei n.º 119/2009, de 30 de Dezembro, o artigo 46.º-A, com a seguinte redacção:

«Artigo 46.º-A

Uso pessoal de viatura automóvel

1 — Para efeitos do disposto na alínea s) do n.º 2 do artigo anterior, e sem prejuízo do disposto no número seguinte, considera-se que a viatura é para uso pessoal sempre que tal se encontre previsto em acordo escrito entre o trabalhador e a entidade empregadora do qual conste:

a) A afectação, em permanência, ao trabalhador, de uma viatura automóvel concreta;

b) Que os encargos com a viatura e com a sua utilização sejam integralmente suportados pela entidade empregadora;

c) Menção expressa da possibilidade de utilização para fins pessoais ou da possibilidade de utilização durante vinte e quatro horas por dia e o trabalhador não se encontre sob o regime de isenção de horário de trabalho.

2 — Considera-se ainda que a viatura é para uso pessoal sempre que no acordo escrito seja afecta ao trabalhador, em permanência, viatura automóvel concreta, com expressa possibilidade de utilização nos dias de descanso semanal.

3 — Nos casos previstos no número anterior, esta componente não constitui base de incidência nos meses em que o trabalhador preste trabalho suplementar em pelo menos dois dos dias de descanso semanal obrigatório ou em quatro dias de descanso semanal obrigatório ou complementar.

4 — O valor sujeito a incidência contributiva corresponde a 0,75% do custo de aquisição da viatura.»

Artigo 71.º

Revogação da Lei n.º 110/2009, de 16 de Setembro

1 — É revogado o artigo 3.º da Lei n.º 110/2009, de 16 de Setembro, alterada pela Lei n.º 119/2009, de 30 de Dezembro.

2 — São revogados o artigo 153.º, os n.ºs 2, 5 e 6 do artigo 168.º, os n.ºs 2 e 3 do artigo 274.º, o artigo 280.º e a alínea f) do n.º 1 do artigo 281.º do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, aprovado em anexo à Lei n.º 110/2009, de 16 de Setembro, alterada pela Lei n.º 119/2009, de 30 de Dezembro.

CAPÍTULO VI

Operações activas, regularizações e garantias do Estado

Artigo 72.º

Concessão de empréstimos e outras operações activas

1 — Fica o Governo autorizado, nos termos da alínea *h*) do artigo 161.º da Constituição, através do membro do Governo responsável pela área das finanças, com a faculdade de delegação, a conceder empréstimos e a realizar outras operações de crédito activas, até ao montante contratual equivalente a € 1 004 125 000, incluindo a eventual capitalização de juros, não contando para este limite os montantes referentes a reestruturação ou consolidação de créditos do Estado.

2 — Acresce ao limite fixado no número anterior a concessão de empréstimos pelos serviços e fundos autónomos, até ao montante contratual equivalente a € 500 000 000, incluindo a eventual capitalização de juros, não contando para este limite os montantes referentes a reestruturação ou consolidação de créditos.

3 — Os empréstimos que vierem a ser concedidos ao abrigo da Lei n.º 8-A/2010, de 18 de Maio, ficam sujeitos ao limite fixado no artigo 92.º

4 — Fica, ainda, o Governo autorizado, através do membro do Governo responsável pela área das finanças, com a faculdade de delegação, a renegociar as condições contratuais de empréstimos anteriores, incluindo a troca da moeda do crédito, ou a remir os créditos daqueles resultantes.

5 — O Governo informa trimestralmente a Assembleia da República da justificação e das condições das operações realizadas ao abrigo do presente artigo.

Artigo 73.º

Mobilização de activos e recuperação de créditos

1 — Fica o Governo autorizado, através do membro do Governo responsável pela área das finanças, com a faculdade de delegação, no âmbito da recuperação de créditos e outros activos financeiros do Estado, detidos pela DGTF, a proceder às seguintes operações:

a) Redefinição das condições de pagamento das dívidas nos casos em que os devedores se proponham pagar a pronto ou em prestações, podendo também, em casos devidamente fundamentados, ser reduzido o valor dos créditos, sem prejuízo de, em caso de incumprimento, se exigir o pagamento nas condições originariamente vigentes, podendo estas condições ser aplicadas na regularização dos créditos adquiridos pela DGTF respeitantes a dívidas às instituições de segurança social nos termos do regime legal aplicável a estas dívidas;

b) Redefinição das condições de pagamento e, em casos devidamente fundamentados, redução ou remissão do valor dos créditos dos empréstimos concedidos a particulares, ao abrigo do Programa Especial para a Reparação de Fogos ou Imóveis em Degradação (PRID) e do Programa Especial de Autoconstrução, nos casos de mutuários cujos agregados familiares tenham um rendimento médio mensal *per capita* não superior ao valor do rendimento social de inserção ou de mutuários com manifesta incapacidade financeira;

c) Realização de aumentos de capital com quaisquer activos financeiros, bem como mediante conversão de crédito em capital das empresas devedoras;

d) Aceitação, como dação em cumprimento, de bens imóveis, bens móveis, valores mobiliários e outros activos financeiros;

e) Alienação de créditos e outros activos financeiros;

f) Aquisição de activos mediante permuta com outros entes públicos ou no quadro do exercício do direito de credor preferente ou garantido em sede de venda em processo executivo ou em liquidação do processo de insolvência.

2 — Fica o Governo igualmente autorizado, através do membro do Governo responsável pela área das finanças, com a faculdade de delegação, a proceder:

a) À cessão da gestão de créditos e outros activos, a título remunerado ou não, quando tal operação se revele a mais adequada à defesa dos interesses do Estado;

b) À contratação da prestação dos serviços financeiros relativos à operação indicada na alínea anterior, independentemente do seu valor, podendo esta ser precedida de procedimento por negociação, ou realizada por ajuste directo;

c) À redução do capital social de sociedades anónimas de capitais exclusivamente públicos, ou simplesmente participadas, no âmbito de processos de saneamento económico-financeiro;

d) À cessão de activos financeiros que o Estado, através da DGTF, detenha sobre cooperativas e associações de moradores aos municípios onde aquelas tenham a sua sede;

e) À anulação de créditos detidos pela DGTF, quando, em casos devidamente fundamentados, se verifique que não se justifica a respectiva recuperação;

f) À contratação da prestação de serviços no âmbito da recuperação dos créditos do Estado, em casos devidamente fundamentados.

3 — O Governo informa trimestralmente a Assembleia da República da justificação e condições das operações realizadas ao abrigo do presente artigo.

4 — A cobrança dos créditos decorrentes de empréstimos concedidos pelo Estado ou por outras entidades públicas, incluindo empresas públicas, detidos pela DGTF, que lhe tenham transmitido os respectivos direitos, tem lugar por recurso ao processo de execução fiscal nos termos previstos no Código de Procedimento e de Processo Tributário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 433/99, de 26 de Outubro, constituindo a certidão de dívida emitida pela DGTF ou pela entidade que haja transmitido os direitos, consoante os casos, título executivo para o efeito.

Artigo 74.º

Aquisição de activos e assunção de passivos e responsabilidades

1 — Fica o Governo autorizado, através do membro do Governo responsável pela área das finanças, com a faculdade de delegação:

a) A adquirir créditos de empresas públicas, no contexto de planos estratégicos de reestruturação e de saneamento financeiro;

b) A assumir passivos e responsabilidades, ou adquirir créditos sobre empresas públicas e estabelecimentos fabris das Forças Armadas no contexto de planos estratégicos de reestruturação e de saneamento financeiro ou no âmbito de processos de liquidação.

2 — O financiamento das operações referidas no número anterior é assegurado por dotação orçamental inscrita no capítulo 60 do Ministério das Finanças e da Administração Pública.

Artigo 75.º

Limite das prestações de operações de locação

Em conformidade com o previsto no n.º 1 do artigo 11.º da Lei Orgânica n.º 4/2006, de 29 de Agosto, fica o Governo autorizado a satisfazer encargos com as prestações a liquidar referentes a contratos de investimento público sob a forma de locação, até ao limite máximo de € 96 838 000.

Artigo 76.º

Antecipação de fundos comunitários

1 — As operações específicas do Tesouro efectuadas para garantir o encerramento do III Quadro Comunitário de Apoio (QCA III) e a execução do QREN, incluindo iniciativas comunitárias e Fundo de Coesão, devem ser regularizadas até ao final do exercício orçamental de 2012.

2 — As antecipações de fundos referidas no número anterior não podem, sem prejuízo do disposto no número seguinte, exceder em cada momento:

a) Relativamente aos programas co-financiados pelo Fundo Europeu do Desenvolvimento Regional (FEDER), por iniciativas comunitárias e pelo Fundo de Coesão € 1 500 000 000;

b) Relativamente aos programas co-financiados pelo Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (FE-OGA), pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), pelo Instrumento Financeiro da Orientação da Pesca (IFOP) e pelo Fundo Europeu das Pescas (FEP) € 430 000 000.

3 — Os montantes referidos no número anterior podem ser objecto de compensação entre si, mediante autorização do membro do Governo responsável pela gestão nacional do fundo compensador.

4 — Os limites referidos no n.º 2 incluem as antecipações já efectuadas até 2010.

5 — As operações específicas do Tesouro efectuadas para garantir o pagamento dos apoios financeiros concedidos no âmbito do Fundo Europeu Agrícola de Garantia (FEAGA) devem ser regularizadas aquando do respectivo reembolso pela União Europeia, nos termos do Regulamento (CE) n.º 1290/2005, do Conselho, de 21 de Junho, relativo ao financiamento da Política Agrícola Comum.

6 — Por forma a colmatar eventuais dificuldades inerentes ao processo de encerramento dos anteriores períodos de programação e à execução do QREN relativamente aos programas co-financiados pelo FSE, incluindo iniciativas comunitárias, fica o Governo autorizado a antecipar pagamentos por conta das transferências comunitárias da União Europeia com suporte em fundos da segurança social que não podem exceder a cada momento, considerando as antecipações efectuadas desde 2007, o montante de € 200 000 000.

7 — A regularização das operações activas referidas no número anterior deve ocorrer até ao final do exercício orçamental de 2012, ficando para tal o IGFSS, I. P., autorizado a ressarcir-se nas correspondentes verbas transferidas pela Comissão.

Artigo 77.º

Princípio da unidade de tesouraria

1 — Toda a movimentação de fundos dos serviços e fundos autónomos, incluindo aqueles cuja gestão finan-

ceira e patrimonial se rege pelo regime jurídico do sector empresarial do Estado, deve ser efectuada por recurso aos serviços bancários disponibilizados pelo Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, I. P. (IGCP, I. P.), salvo disposição legal em contrário ou nas situações como tal reconhecidas por despacho do membro do governo responsável pela área das finanças em casos excepcionais e devidamente fundamentados.

2 — O princípio da unidade de tesouraria é aplicável às instituições do ensino superior nos termos previstos no artigo 115.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de Setembro.

3 — O incumprimento do disposto nos números anteriores pode constituir fundamento para a retenção das transferências e recusa das antecipações de duodécimos, nos termos a fixar no decreto-lei de execução orçamental, e para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março.

4 — Os serviços integrados do Estado e os serviços e fundos autónomos mencionados no n.º 1 devem promover a sua integração na rede de cobranças do Estado, prevista no regime da tesouraria do Estado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 191/99, de 5 de Junho, mediante a abertura de contas bancárias junto do IGCP, I. P., para recebimento, contabilização e controlo das receitas próprias.

5 — As empresas públicas não financeiras devem manter as suas disponibilidades e aplicações financeiras junto do IGCP, I. P., nos termos do n.º 1, sendo-lhes para esse efeito aplicável o regime da tesouraria do Estado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 191/99, de 5 de Junho.

6 — As receitas de todas as aplicações financeiras que sejam efectuadas em violação do princípio da unidade de tesouraria pelas entidades ao mesmo sujeitas revertem para o Estado.

Artigo 78.º

Operações de reprivatização e de alienação

Para as reprivatizações a realizar ao abrigo da Lei n.º 11/90, de 5 de Abril, alterada pela Lei n.º 102/2003, de 15 de Novembro, bem como para a alienação de outras participações sociais do Estado, fica o Governo autorizado, através do membro do Governo responsável pela área das finanças, com a faculdade de delegação, a contratar, por ajuste directo, entre as empresas pré-qualificadas a que se refere o artigo 5.º da referida lei, a montagem das operações de alienação e de oferta pública de subscrição de acções, a tomada firme e respectiva colocação e demais operações associadas.

Artigo 79.º

Exoneração da qualidade de sócio

1 — Para além dos fundamentos previstos no n.º 1 do artigo 240.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 262/86, de 2 de Setembro, pode o Estado exonerar-se da qualidade de sócio em sociedade comercial na qual detenha participação igual ou inferior a 10% do capital social, cujo valor não exceda € 2500 e apresente reduzida liquidez, e que nos últimos cinco anos tenha apresentado resultados negativos ou não tenha distribuído dividendos, desde que se verifique algum dos seguintes requisitos:

a) A participação tenha sido declarada perdida a favor do Estado ou tenha vindo à respectiva titularidade por

sucessão legítima, prescrição ou extinção de pessoa colectiva sócia;

b) A participação do Estado tenha origem na conversão de créditos em capital social no âmbito de processo especial de recuperação de empresa ou de insolvência.

2 — À exoneração prevista no número anterior é aplicável o disposto nos n.ºs 2 e 4 a 8 do artigo 240.º do CSC, independentemente do tipo de sociedade em causa.

3 — A exoneração da qualidade de sócio deve ser objecto de divulgação no sítio da Internet da DGTF.

Artigo 80.º

Limite máximo para a concessão de garantias pelo Estado e por outras pessoas colectivas de direito público

1 — O limite máximo para a autorização da concessão de garantias pelo Estado em 2011 é fixado, em termos de fluxos líquidos anuais, em € 5 500 000 000, sem prejuízo do disposto no artigo 91.º e no n.º 4 do presente artigo.

2 — Não se encontram abrangidas pelo limite fixado no número anterior as operações resultantes de deliberações tomadas no seio da União Europeia.

3 — Ao limite fixado no n.º 1 acresce o correspondente a garantias de seguro de crédito, de créditos financeiros, seguro-caução e seguro de investimento, a conceder pelo Estado, que não pode ultrapassar o montante equivalente a € 1 600 000 000.

4 — Pode o Estado conceder garantias, em 2011, a favor do Fundo de Contragarantia Mútuo para cobertura de responsabilidades por este assumidas a favor de pequenas e médias empresas, nos termos do respectivo regime jurídico e sempre que tal contribua para o reforço da sua competitividade e da sua capitalização, até ao limite máximo de € 215 000 000, o qual acresce ao limite fixado no n.º 1.

5 — O limite máximo para a concessão de garantias por outras pessoas colectivas de direito público, em 2011, é fixado, em termos de fluxos líquidos anuais, em € 10 000 000.

6 — O Governo remete trimestralmente à Assembleia da República a listagem dos projectos beneficiários de garantias ao abrigo dos n.ºs 1, 3, 4 e 5, a qual deve igualmente incluir a respectiva caracterização física e financeira individual, bem como a discriminação de todos os apoios e benefícios que lhes forem prestados pelo Estado, para além das garantias concedidas ao abrigo do presente artigo.

Artigo 81.º

Saldos do capítulo 60 do Orçamento do Estado

1 — Os saldos das dotações afectas às rubricas da classificação económica «Transferências correntes», «Subsídios», «Activos financeiros» e «Outras despesas correntes» inscritas no Orçamento do Estado para 2011, no capítulo 60 do Ministério das Finanças e da Administração Pública, podem ser utilizados em despesas cujo pagamento seja realizável até 15 de Fevereiro de 2012, desde que a obrigação para o Estado tenha sido constituída até 31 de Dezembro de 2011 e seja nessa data conhecida ou estimável a quantia necessária para o seu cumprimento.

2 — As quantias utilizadas nos termos do número anterior são depositadas em conta especial destinada ao pagamento das respectivas despesas, devendo tal conta ser encerrada até 15 de Fevereiro de 2012.

Artigo 82.º

Encargos de liquidação

1 — O Orçamento do Estado assegura sempre que necessário, por dotação orçamental inscrita no capítulo 60 do Ministério das Finanças e da Administração Pública, a satisfação das obrigações das entidades extintas cujo activo restante foi transmitido para o Estado, em sede de partilha, até à concorrência do respectivo valor transferido.

2 — É dispensada a prestação de caução prevista no n.º 3 do artigo 154.º do CSC quando, em sede de partilha, a totalidade do activo restante for transmitido para o Estado.

Artigo 83.º

Processos de extinção

1 — As despesas correntes estritamente necessárias que resultem de processos de dissolução, liquidação e extinção de empresas públicas e participadas, serviços e outros organismos, são efectuadas através do capítulo 60 do Ministério das Finanças e da Administração Pública.

2 — No âmbito dos processos referidos no número anterior que envolvam transferências de patrimónios para o Estado pode proceder-se à extinção de obrigações, por compensação e por confusão.

CAPÍTULO VII

Financiamento do Estado e gestão da dívida pública

Artigo 84.º

Financiamento do Orçamento do Estado

Para fazer face às necessidades de financiamento decorrentes da execução do Orçamento do Estado, incluindo os serviços e fundos dotados de autonomia administrativa e financeira, fica o Governo autorizado, nos termos da alínea *h*) do artigo 161.º da Constituição e do artigo 86.º da presente lei, a aumentar o endividamento líquido global directo, até ao montante máximo de € 11 573 000 000.

Artigo 85.º

Financiamento de habitação e de reabilitação urbana

1 — Fica o IHRU, I. P., autorizado:

a) A contrair empréstimos, até ao limite de € 20 000 000, para o financiamento de operações activas no âmbito da sua actividade;

b) A utilizar os empréstimos contraídos ao abrigo da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 110.º da Lei n.º 67-A/2007, de 31 de Dezembro, para o financiamento da reabilitação urbana promovida por câmaras municipais e sociedades de reabilitação urbana e para a recuperação do parque habitacional degradado.

2 — O limite previsto na alínea *a*) do número anterior concorre para efeitos do limite global previsto no artigo anterior.

Artigo 86.º

Condições gerais do financiamento

1 — Nos termos da alínea *h*) do artigo 161.º da Constituição, fica o Governo autorizado a contrair empréstimos

amortizáveis e a realizar outras operações de endividamento, nomeadamente operações de reporte com valores mobiliários representativos de dívida pública directa do Estado, independentemente da taxa e da moeda de denominação, cujo produto da emissão, líquido de mais e de menos-valias, não exceda, na globalidade, o montante resultante da adição dos seguintes valores:

a) Montante dos limites para o acréscimo de endividamento líquido global directo estabelecidos nos termos dos artigos 84.º e 92.º;

b) Montante das amortizações da dívida pública realizadas durante o ano, nas respectivas datas de vencimento ou a antecipar por conveniência de gestão da dívida, calculado, no primeiro caso, segundo o valor contratual da amortização e, no segundo caso, segundo o respectivo custo previsível de aquisição em mercado;

c) Montante de outras operações que envolvam redução de dívida pública, determinado pelo custo de aquisição em mercado da dívida objecto de redução.

2 — As amortizações de dívida pública que forem efectuadas pelo Fundo de Regularização da Dívida Pública como aplicação de receitas das privatizações não são consideradas para efeitos da alínea b) do número anterior.

3 — O prazo dos empréstimos a emitir e das operações de endividamento a realizar ao abrigo do disposto no n.º 1 não pode ser superior a 50 anos.

Artigo 87.º

Dívida denominada em moeda diferente do euro

1 — A exposição cambial em moedas diferentes do euro não pode ultrapassar, em cada momento, 10% do total da dívida pública directa do Estado.

2 — Para efeitos do disposto no número anterior, entende-se por exposição cambial o montante das responsabilidades financeiras, incluindo as relativas a operações de derivados financeiros associadas a contratos de empréstimos, cujo risco cambial não se encontre coberto.

Artigo 88.º

Dívida flutuante

Para satisfação de necessidades transitórias de tesouraria e maior flexibilidade de gestão da emissão de dívida pública fundada, fica o Governo autorizado a emitir dívida flutuante, ficando o montante acumulado de emissões vivas em cada momento sujeito ao limite máximo de € 25 000 000 000.

Artigo 89.º

Compra em mercado e troca de títulos de dívida

1 — A fim de melhorar as condições de negociação e transacção dos títulos de dívida pública directa do Estado, aumentando a respectiva liquidez, e tendo em vista a melhoria dos custos de financiamento do Estado, fica o Governo autorizado, através do membro do Governo responsável pela área das finanças, com faculdade de delegação, a proceder à amortização antecipada de empréstimos e a efectuar operações de compra em mercado ou operações de troca de instrumentos de dívida, amortizando antecipadamente os títulos de dívida que, por esta forma, sejam retirados do mercado, atendendo às condições correntes dos mercados financeiros e às perspectivas da sua evolução.

2 — As condições essenciais das operações referidas no número anterior, designadamente modalidades de realização e instrumentos de dívida abrangidos, são aprovadas pelo Governo, através do membro do Governo responsável pela área das finanças, e devem:

a) Salvaguardar os princípios e objectivos gerais da gestão da dívida pública directa do Estado, nomeadamente os consignados no artigo 2.º da Lei n.º 7/98, de 3 de Fevereiro;

b) Respeitar o valor e a equivalência de mercado dos títulos de dívida.

Artigo 90.º

Gestão da dívida pública directa do Estado

1 — Fica o Governo autorizado, através do membro do Governo responsável pela área das finanças, a realizar as seguintes operações de gestão da dívida pública directa do Estado:

a) Substituição entre a emissão das várias modalidades de empréstimos;

b) Reforço das dotações para amortização de capital;

c) Pagamento antecipado, total ou parcial, de empréstimos já contratados;

d) Conversão de empréstimos existentes, nos termos e condições da emissão ou do contrato, ou por acordo com os respectivos titulares, quando as condições dos mercados financeiros assim o aconselharem.

2 — A fim de dinamizar a negociação e transacção de valores mobiliários representativos de dívida pública, fica ainda o Governo autorizado, através do membro do Governo responsável pela área das finanças, com a faculdade de delegação, a realizar operações de reporte com valores mobiliários representativos de dívida pública directa do Estado.

3 — Para efeitos do disposto no artigo e nos números anteriores e tendo em vista a realização de operações de fomento de liquidez em mercado secundário, bem como a intervenção em operações de derivados financeiros impostas pela eficiente gestão activa da dívida pública directa do Estado, pode o Instituto de Gestão de Tesouraria e do Crédito Público, I. P., emitir dívida pública, bem como o Fundo de Regularização da Dívida Pública subscrever, adquirir e, ou, alienar valores mobiliários representativos de dívida pública.

4 — A inscrição orçamental dos fluxos financeiros decorrentes de operações associadas à gestão da carteira da dívida pública directa do Estado e da gestão das disponibilidades de tesouraria do Estado é efectuada de acordo com as seguintes regras:

a) As despesas decorrentes de operações de derivados financeiros são deduzidas das receitas obtidas com as mesmas operações, sendo o respectivo saldo sempre inscrito em rubrica da despesa;

b) As receitas de juros resultantes de operações associadas à emissão e gestão da dívida pública directa do Estado e, ou, à gestão da tesouraria do Estado são abatidas às despesas da mesma natureza;

c) As receitas de juros resultantes das operações associadas à aplicação dos excedentes de tesouraria do Estado, assim como as associadas aos adiantamentos de tesouraria, são abatidas às despesas com juros da dívida pública directa do Estado;

d) O disposto nas alíneas anteriores não dispensa o registo contabilístico individualizado de todos os fluxos

financeiros, ainda que meramente escriturais, associados às operações nelas referidas.

5 — O acréscimo do endividamento líquido global directo que seja necessário para dar cumprimento ao disposto no n.º 3, até ao limite de € 1 500 000 000, é efectuado por contrapartida de uma redução, na mesma medida do limite máximo previsto no artigo 92.º

CAPÍTULO VIII

Iniciativa para o reforço da estabilidade financeira

Artigo 91.º

Concessão extraordinária de garantias pessoais do Estado

1 — Excepcionalmente, pode o Estado conceder garantias, em 2011, nos termos da lei, para reforço da estabilidade financeira e da disponibilidade de liquidez nos mercados financeiros.

2 — O limite máximo para a autorização da concessão de garantias previsto no número anterior é de € 20 181 583 965,10 e acresce ao limite fixado no n.º 1 do artigo 80.º

3 — Este limite é reduzido no exacto montante das operações activas que venham a ser efectuadas em 2011, ao abrigo da Lei n.º 8-A/2010, de 18 de Maio.

Artigo 92.º

Financiamento

Excepcionalmente, para fazer face às necessidades de financiamento, tendo em vista o reforço da estabilidade financeira e da disponibilização de liquidez nos mercados financeiros, fica o Governo autorizado, nos termos da alínea *h*) do artigo 161.º da Constituição e do artigo 86.º, a aumentar o endividamento líquido global directo até ao montante de € 9 146 200 000, o qual acresce ao montante máximo referido no artigo 84.º

CAPÍTULO IX

Financiamento e transferências para as regiões autónomas

Artigo 93.º

Transferências orçamentais para as regiões autónomas

1 — Nos termos do artigo 37.º da Lei Orgânica n.º 1/2007, de 19 de Fevereiro, são transferidas as seguintes verbas:

- a) € 291 771 812 para a Região Autónoma dos Açores;
- b) € 191 523 183 para a Região Autónoma da Madeira.

2 — Nos termos do artigo 38.º da Lei Orgânica n.º 1/2007, de 19 de Fevereiro, são transferidas as seguintes verbas:

- a) € 58 354 362 para a Região Autónoma dos Açores;
- b) € 8 379 139 para a Região Autónoma da Madeira.

3 — Nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei Orgânica n.º 2/2010, de 16 de Junho, são ainda transferidos para a Região Autónoma da Madeira € 50 000 000.

4 — Ao abrigo dos princípios da estabilidade financeira e da solidariedade recíproca, no âmbito dos compromissos assumidos com as regiões autónomas, nas transferências

decorrentes dos n.ºs 1 e 2 estão incluídas todas as verbas devidas até ao final de 2011, por acertos de transferências decorrentes da aplicação do disposto nos artigos 30.º e 31.º da Lei n.º 13/98, de 24 de Fevereiro.

Artigo 94.º

É aditado à Lei Orgânica n.º 2/2010, de 16 de Junho, um artigo 20.º-A, com a seguinte redacção:

«Artigo 20.º-A

Execução

Na aplicação e execução da presente lei, e nomeadamente no respeitante aos limites estabelecidos pelo artigo 10.º, cabe à Administração Pública regional usar a necessária flexibilização que operacionalize e garanta o integral aproveitamento dos fundos disponibilizados, nas diversas rubricas orçamentadas, salvaguardando-se a programação anual definida e a execução dos projectos de reconstrução e recuperação decorrentes da intempérie que atingiu a Região Autónoma da Madeira em 20 de Fevereiro de 2010.»

Artigo 95.º

Necessidades de financiamento das regiões autónomas

1 — Sem prejuízo do disposto no artigo 10.º da Lei Orgânica n.º 2/2010, de 16 de Junho, que prevalece sobre esta norma, as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira não podem acordar contratualmente novos empréstimos, incluindo todas as formas de dívida, que impliquem um aumento do seu endividamento líquido.

2 — Podem excepcionar-se do disposto no número anterior, nos termos e condições a definir por despacho do membro do Governo responsável pela área das finanças, os empréstimos e as amortizações destinados ao financiamento de projectos com participação de fundos comunitários e à regularização de dívidas vencidas das regiões autónomas.

3 — O montante de endividamento líquido regional, compatível com o conceito de necessidade de financiamento do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC95), é equivalente à diferença entre a soma dos passivos financeiros, qualquer que seja a sua forma, incluindo, nomeadamente, os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira e as dívidas a fornecedores, e a soma dos activos financeiros, em especial o saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras e as aplicações de tesouraria.

CAPÍTULO X

Impostos directos

SECÇÃO I

Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares

Artigo 96.º

Alteração ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares

Os artigos 12.º, 13.º, 17.º-A, 25.º, 46.º, 53.º, 55.º, 68.º, 71.º, 72.º, 78.º, 79.º, 82.º, 83.º, 83.º-A, 84.º, 87.º, 88.º, 98.º, 100.º e 127.º do Código do Imposto sobre o Rendi-

mento das Pessoas Singulares, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de Novembro, abreviadamente designado por Código do IRS, passam a ter a seguinte redacção:

«Artigo 12.º

[...]

- 1 —
2 —
3 —
4 —
5 —

a)

b) As bolsas de formação desportiva, como tal reconhecidas por despacho do Ministro das Finanças e do membro do Governo que tutela o desporto, atribuídas pela respectiva federação titular do estatuto de utilidade pública desportiva aos agentes desportivos não profissionais, nomeadamente praticantes, juizes e árbitros, até ao montante máximo anual correspondente a cinco vezes o valor do IAS;

c)

6 —

Artigo 13.º

[...]

- 1 —
2 —
3 —

4 — Para efeitos do disposto no número anterior, e desde que devidamente identificados pelo número fiscal de contribuinte na declaração de rendimentos, consideram-se dependentes:

a)

b) Os filhos, adoptados e enteados, maiores, bem como aqueles que até à maioridade estiveram sujeitos à tutela de qualquer dos sujeitos a quem incumbe a direcção do agregado familiar, que, não tendo mais de 25 anos nem auferindo anualmente rendimentos superiores ao valor da retribuição mínima mensal garantida, tenham frequentado no ano a que o imposto respeita o 11.º ou 12.º anos de escolaridade, estabelecimento de ensino médio ou superior;

c)

d)

5 —

6 —

7 —

Artigo 17.º-A

[...]

1 —
2 —
3 —

4 — À colecta apurada e até ao seu montante são deduzidos os montantes previstos no artigo 79.º, bem como os previstos nos artigos 82.º a 88.º relativamente a despesas ou encargos que respeitem aos sujeitos passivos, a pessoas que estejam nas condições previstas no n.º 4 do artigo 13.º ou ainda, para efeitos da dedução prevista no

artigo 84.º, aos ascendentes e colaterais até ao 3.º grau que não possuam rendimentos superiores ao valor do IAS desde que essas despesas ou encargos não possam ser tidos em consideração no Estado da residência.

5 —
6 —
7 —

Artigo 25.º

[...]

1 —

a) 72% de doze vezes o valor do IAS;

b)

c)

2 —
3 —

4 — A dedução prevista na alínea a) do n.º 1 pode ser elevada até 75% de doze vezes o valor do IAS, desde que a diferença resulte de:

a)

b)

5 —
6 —

Artigo 46.º

[...]

1 — No caso da alínea a) do n.º 1 do artigo 10.º, se o bem imóvel houver sido adquirido a título oneroso, considera-se valor de aquisição o que tiver servido para efeitos de liquidação do imposto municipal sobre as transacções onerosas de imóveis (IMT).

2 — Não havendo lugar à liquidação de IMT, considera-se o valor que lhe serviria de base, caso fosse devida, determinado de harmonia com as regras próprias daquele imposto.

3 —
4 —

5 — Nos casos de bens imóveis adquiridos através do exercício do direito de opção de compra no termo da vigência do contrato de locação financeira, considera-se valor de aquisição o somatório do capital incluído nas rendas pagas durante a vigência do contrato e o valor pago para efeitos de exercício do direito de opção, com exclusão de quaisquer encargos.

Artigo 53.º

[...]

1 —
2 —
3 —

4 —

a)

b) As contribuições obrigatórias para regimes de protecção social e para subsistemas legais de saúde, na parte que exceda o montante da dedução prevista nos n.ºs 1 ou 5.

5 — Os rendimentos brutos da categoria H de valor anual superior a € 22 500, por titular, têm uma dedução

igual ao montante referido nos n.ºs 1 ou 4, consoante os casos, abatido, até à sua concorrência, de 20% da parte que excede aquele valor anual.

- 6 —
- 7 —

Artigo 55.º

[...]

1 —

2 — O resultado líquido negativo apurado na categoria F só pode ser reportado aos quatro anos seguintes àquele a que respeita, deduzindo-se aos resultados líquidos positivos da mesma categoria.

3 —

a) O resultado só pode ser reportado, de harmonia com a parte aplicável do artigo 52.º do Código do IRC, aos quatro anos seguintes àquele a que respeita, deduzindo-se aos resultados líquidos positivos da mesma categoria, sem prejuízo do disposto nas alíneas seguintes;

- b)
- c)
- d)

4 —

5 — A percentagem do saldo negativo a que se refere o n.º 2 do artigo 43.º só pode ser reportada aos quatro anos seguintes àquele a que respeita, deduzindo-se aos resultados líquidos da mesma categoria.

- 6 —
- 7 —

Artigo 68.º

[...]

1 —

| Rendimento colectável (em euros) | Taxas (em percentagem) | |
|-------------------------------------|---------------------------|--------------|
| | Normal (A) | Média (B) |
| Até 4 898 | 11,50 | 11,500 |
| De mais de 4 898 até 7 410 | 14,00 | 12,3480 |
| De mais de 7 410 até 18 375 | 24,50 | 19,5990 |
| De mais de 18 375 até 42 259 | 35,50 | 28,5860 |
| De mais de 42 259 até 61 244 | 38,00 | 31,5040 |
| De mais de 61 244 até 66 045 | 41,50 | 32,2310 |
| De mais de 66 045 até 153 300 | 43,50 | 38,6450 |
| Superior a 153 300 | 46,50 | — |

2 — O quantitativo do rendimento colectável, quando superior a € 4898, é dividido em duas partes: uma, igual ao limite do maior dos escalões que nele couber, à qual se aplica a taxa da coluna (B) correspondente a esse escalão; outra, igual ao excedente, a que se aplica a taxa da coluna (A) respeitante ao escalão imediatamente superior.

Artigo 71.º

[...]

1 —

- a)
- b)

c) Os rendimentos a que se referem as alíneas d), e), h), i), l) e q) do n.º 2 e o n.º 3 do artigo 5.º

- 2 —
- 3 —
- 4 —
- 5 —
- 6 —
- 7 —

8 — Os titulares de rendimentos referidos nas alíneas a) a d), f), m) e o) do n.º 1 do artigo 18.º sujeitos a retenção na fonte nos termos do presente artigo que sejam residentes noutra Estado membro da União Europeia ou do espaço económico europeu, neste último caso desde que exista obrigação de cooperação administrativa em matéria fiscal equivalente à estabelecida na União Europeia, podem solicitar a devolução, total ou parcial, do imposto retido e pago na parte em que seja superior ao que resultaria da aplicação da tabela de taxas prevista no n.º 1 do artigo 68.º, tendo em consideração todos os rendimentos, incluindo os obtidos fora deste território, nas mesmas condições que são aplicáveis aos residentes.

9 — Para os efeitos do disposto no número anterior, são dedutíveis até à concorrência dos rendimentos, os encargos devidamente comprovados necessários para a sua obtenção que estejam directa e exclusivamente relacionados com os rendimentos obtidos em território português ou, no caso dos rendimentos do trabalho dependente, as importâncias previstas no artigo 25.º

10 —

11 —

12 — Estão sujeitos a retenção na fonte a título definitivo à taxa liberatória de 30% todos os rendimentos referidos nos números anteriores sempre que sejam pagos ou colocados à disposição em contas abertas em nome de um ou mais titulares mas por conta de terceiros não identificados, excepto quando seja identificado o beneficiário efectivo, termos em que se aplicam as regras gerais.

Artigo 72.º

[...]

1 —

2 —

3 —

4 —

5 — Os rendimentos de capitais, tal como são definidos no artigo 5.º e mencionados no n.º 1 do artigo 71.º, devidos por entidades não residentes, quando não sujeitos a retenção na fonte, nos termos do n.º 2 do mesmo artigo, são tributados autonomamente à taxa de 21,5%.

6 —

7 —

8 —

9 —

10 —

Artigo 78.º

[...]

1 —

a)

b)

c)

d)

e)

f) Aos encargos com imóveis;

g) Aos encargos com prémios de seguros de vida previstos no artigo 87.º;

h)
i)
j)

2 —
3 —
4 —
5 —

6 — As deduções referidas nas alíneas a) a h) bem como na alínea j) do n.º 1 só podem ser realizadas:

a) Mediante a identificação fiscal dos dependentes, ascendentes, colaterais ou beneficiários a que se reportem, feita na declaração a que se refere o n.º 1 do artigo 57.º;

b) Mediante a identificação, em factura emitida nos termos legais, do sujeito passivo ou do membro do agregado a que se reportem, nos casos em que envolvam despesa.

7 — A soma das deduções à colecta previstas nos artigos 82.º, 83.º, 84.º e 85.º não pode exceder os limites constantes da seguinte tabela:

| Escalão de rendimento colectável (euros) | Limite |
|------------------------------------------|---------------------------------------------------------|
| Até 4 898 | Sem limite |
| De mais de 4 898 até 7 410 | Sem limite |
| De mais de 7 410 até 18 375 | Sem limite |
| De mais de 18 375 até 42 259 | Sem limite |
| De mais de 42 259 até 61 244 | Sem limite |
| De mais de 61 244 até 66 045 | Sem limite |
| De mais de 66 045 até 153 300 | 1,666% do rendimento colectável com o limite de € 1 100 |
| Superior a 153 300 | € 1 100 |

Artigo 79.º

[...]

1 —

a) 55% do valor do IAS, por cada sujeito passivo;

b)

c) 80% do valor do IAS, por sujeito passivo, nas famílias monoparentais;

d) 40% do valor do IAS, por cada dependente ou afilhado civil que não seja sujeito passivo deste imposto;

e) 55% do valor do IAS, por ascendente que viva efectivamente em comunhão de habitação com o sujeito passivo e não aufera rendimento superior à pensão mínima do regime geral.

2 —

3 —

4 — A dedução da alínea e) do n.º 1 é de 85% do valor do IAS no caso de existir apenas um ascendente, nas condições nela previstas.

Artigo 82.º

[...]

1 —

a) Aquisição de bens e serviços directamente relacionados com despesas de saúde do sujeito passivo e do seu

agregado familiar, que sejam isentas de IVA, ainda que haja renúncia à isenção, ou sujeitas à taxa reduzida de 6%;

b) Aquisição de bens e serviços directamente relacionados com despesas de saúde dos afilhados civis, ascendentes e colaterais até ao 3.º grau do sujeito passivo, que sejam isentas de IVA, ainda que haja renúncia à isenção, ou sujeitas à taxa reduzida de 6%, desde que não possuam rendimentos superiores à retribuição mínima mensal e com aquele vivam em economia comum;

c)

d)

2 —

Artigo 83.º

[...]

1 — São dedutíveis à colecta 30% das despesas de educação e de formação profissional do sujeito passivo, dos seus dependentes e dos afilhados civis, com o limite de 160% do valor do IAS, independentemente do estado civil do sujeito passivo.

2 — Nos agregados com três ou mais dependentes a seu cargo o limite referido no n.º 1 é elevado em montante correspondente a 30% do valor do IAS, por cada dependente, caso existam, relativamente a todos eles, despesas de educação ou formação.

3 —

4 —

5 —

Artigo 83.º-A

[...]

1 — À colecta devida pelos sujeitos passivos são deduzidas 20% das importâncias comprovadamente suportadas e não reembolsadas respeitantes a encargos com pensões de alimentos a que o sujeito esteja obrigado por sentença judicial ou por acordo homologado nos termos da lei civil, salvo nos casos em que o seu beneficiário faça parte do mesmo agregado familiar para efeitos fiscais ou relativamente ao qual estejam previstas outras deduções à colecta ao abrigo do artigo 78.º, com o limite mensal de 2,5 vezes o valor do IAS por beneficiário.

2 — A dedução de encargos com pensões de alimentos atribuídas a favor de filhos, adoptados e enteados, maiores, bem como àqueles que até à maioridade estiveram sujeitos à tutela, depende da verificação dos requisitos estabelecidos na alínea b) do n.º 4 do artigo 13.º

Artigo 84.º

[...]

São dedutíveis à colecta 25% dos encargos com apoio domiciliário, lares e instituições de apoio à terceira idade relativos aos sujeitos passivos, bem como dos encargos com lares e residências autónomas para pessoas com deficiência, seus dependentes, ascendentes e colaterais até ao 3.º grau que não possuam rendimentos superiores à retribuição mínima mensal, com o limite de 85% do valor do IAS.

Artigo 87.º

[...]

1 — São dedutíveis à colecta por cada sujeito passivo com deficiência uma importância correspondente

a quatro vezes o valor do IAS e por cada dependente com deficiência, bem como, por cada ascendente com deficiência que esteja nas condições da alínea e) do n.º 1 do artigo 79.º, uma importância igual a 1,5 vezes o valor do IAS.

2 — São ainda dedutíveis à colecta 30% da totalidade das despesas efectuadas com a educação e a reabilitação do sujeito passivo ou dependentes com deficiência, bem como 25% da totalidade dos prémios de seguros de vida ou contribuições pagas a associações mutualistas que garantam exclusivamente os riscos de morte, invalidez ou reforma por velhice.

3 — No caso de contribuições pagas para reforma por velhice a dedução depende de o benefício ser garantido, após os 55 anos de idade e cinco anos de duração do contrato, ser pago por aquele ou por terceiros, e desde que, neste caso, tenham sido comprovadamente tributados como rendimento do sujeito passivo, com o limite de € 65, tratando-se de sujeitos passivos não casados ou separados judicialmente de pessoas e bens, ou de € 130, tratando-se de sujeitos passivos casados e não separados judicialmente de pessoas e bens.

4 — (Anterior n.º 3.)

5 — (Anterior n.º 4.)

6 — É dedutível à colecta, a título de despesa de acompanhamento, uma importância igual a quatro vezes o valor do IAS por cada sujeito passivo ou dependente, cujo grau de invalidez permanente, devidamente comprovado pela entidade competente, seja igual ou superior a 90%.

7 — Por cada sujeito passivo com deficiência das Forças Armadas abrangido pelo Decreto-Lei n.º 43/76, de 20 de Janeiro, e pelo Decreto-Lei n.º 314/90, de 13 de Outubro, que beneficie da dedução prevista no n.º 1 é, ainda, dedutível à colecta uma importância igual ao valor do IAS.

8 — (Anterior n.º 7.)

Artigo 88.º

[...]

1 — São dedutíveis à colecta os benefícios fiscais previstos no Estatuto dos Benefícios Fiscais e demais legislação complementar.

2 — A soma dos benefícios fiscais dedutíveis à colecta nos termos do número anterior não pode exceder os limites constantes da seguinte tabela:

| Escalão de rendimento colectável (euros) | Limite (euros) |
|------------------------------------------|----------------|
| Até 4 898 | Sem limite |
| De mais de 4 898 até 7 410 | Sem limite |
| De mais de 7 410 até 18 375 | 100 |
| De mais de 18 375 até 42 259 | 80 |
| De mais de 42 259 até 61 244 | 60 |
| De mais de 61 244 até 66 045 | 50 |
| De mais de 66 045 até 153 300 | 50 |
| Superior a 153 300 | 0 |

Artigo 98.º

[...]

- 1 —
- 2 —
- 3 —
- 4 —

5 — As sociedades gestoras de património residentes em território português com conta aberta nos termos do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 163/94, de 4 de Junho, junto de entidades registadoras ou depositárias, estão obrigadas ao cumprimento das obrigações previstas no presente Código para as entidades registadoras ou depositárias, designadamente as de retenção na fonte, pagamento e declarativas.

Artigo 100.º

[...]

1 —

| Escalões de remunerações anuais (em euros) | Taxas (percentagens) |
|--------------------------------------------|----------------------|
| Até 5 269 | 0 |
| De 5 269 até 6 222 | 2 |
| De 6 222 até 7 381 | 4 |
| De 7 381 até 9 168 | 6 |
| De 9 168 até 11 098 | 8 |
| De 11 098 até 12 826 | 10 |
| De 12 826 até 14 692 | 12 |
| De 14 692 até 18 416 | 15 |
| De 18 416 até 23 935 | 18 |
| De 23 935 até 30 302 | 21 |
| De 30 302 até 41 415 | 24 |
| De 41 415 até 54 705 | 27 |
| De 54 705 até 91 176 | 30 |
| De 91 176 até 136 792 | 33 |
| De 136 792 até 228 034 | 36 |
| De 228 034 até 506 343 | 38 |
| Superior a 506 343 | 40 |

2 —

3 — Quando, não havendo possibilidade de determinar a remuneração anual estimada, sejam pagos ou colocados à disposição rendimentos que excedam o limite de € 5269, aplica-se o disposto no n.º 1.

4 —

Artigo 127.º

[...]

1 — As instituições de crédito, as cooperativas de habitação, as empresas de seguros e as empresas gestoras dos fundos e de outros regimes complementares referidos nos artigos 16.º, 17.º e 21.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, incluindo as associações mutualistas e as instituições sem fins lucrativos que tenham por objecto a prestação de cuidados de saúde, e as demais entidades que possam participar em despesas de saúde, comunicam à Direcção-Geral dos Impostos, até ao final do mês de Fevereiro de cada ano, em declaração de modelo oficial, relativamente ao ano anterior e a cada sujeito passivo:

a)

b) Os prémios pagos respeitantes a contratos de seguro de vida que garantam exclusivamente os riscos de morte, invalidez ou reforma por velhice, de acidentes pessoais e ainda os que cubram exclusivamente riscos de saúde que possam ser deduzidos à colecta nos termos deste Código ou do Estatuto dos Benefícios Fiscais e, bem assim, as contribuições efectuadas às associações mutualistas, às instituições sem fins lucrativos que tenham por objecto a prestação de cuidados de saúde

e às demais entidades que possam compartilhar em despesas de saúde;

c) O montante das despesas de saúde dedutíveis à colecta nos termos do artigo 82.º na parte da despesa não participada;

d) [Anterior alínea c).]

e) As importâncias pagas aos beneficiários com inobservância das condições previstas no n.º 2 do artigo 87.º, bem como a título de resgate, adiantamento ou reembolso dos certificados nas condições previstas nos artigos 16.º, 17.º e 21.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais.

2 — As entidades referidas no número anterior devem ainda entregar aos sujeitos passivos, até 20 de Janeiro de cada ano, documento comprovativo de juros, prémios de seguros de vida ou prémios de seguro ou contribuições que cubram exclusivamente riscos de saúde, despesas participadas por aqueles no ano anterior e que possam ser deduzidas à colecta e, bem assim, o montante das despesas de saúde dedutíveis à colecta na parte não participada.

3 —»

Artigo 97.º

Revogação de normas no âmbito do IRS

1 — São revogados os artigos 85.º-A e 86.º do Código do IRS.

2 — O disposto no artigo 86.º do Código do IRS mantém-se em vigor no que respeita às condições de resgate e adiantamento de seguros de acidentes pessoais e seguros de vida em relação aos quais tenha sido exercido o direito à dedução em anos anteriores, bem como ao agravamento em caso de pagamento fora dessas condições.

3 — Para efeitos do disposto no número anterior, as entidades a que se refere o artigo 127.º do Código do IRS devem cumprir a obrigação de comunicação prevista na alínea d) do n.º 1 do mesmo artigo na redacção anterior à conferida pela presente lei.

Artigo 98.º

Disposições transitórias no âmbito do IRS

1 — Até que o valor do indexante dos apoios sociais (IAS), instituído pela Lei n.º 53-B/2006, de 29 de Dezembro, alterada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, atinja o valor da retribuição mínima mensal garantida em vigor para o ano de 2010, mantém-se aplicável este último valor para efeito das indexações previstas nos artigos 12.º, 17.º-A, 25.º, 79.º, 83.º, 84.º e 87.º do Código do IRS.

2 — Os rendimentos brutos de cada uma das categorias A, B e H auferidos por sujeitos passivos com deficiência são considerados, para efeitos de IRS, apenas por 90% em 2011.

3 — Não obstante o disposto no número anterior, a parte do rendimento excluída de tributação não pode exceder em 2011, por categoria de rendimentos, € 2500.

SECÇÃO II

Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas

Artigo 99.º

Alteração ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas

1 — Os artigos 14.º, 36.º, 41.º, 45.º, 48.º, 51.º, 52.º, 53.º, 76.º, 87.º, 88.º, 92.º, 94.º, 95.º, 106.º e 123.º do Código do

Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de Novembro, abreviadamente designado por Código do IRC, passam a ter a seguinte redacção:

«Artigo 14.º

[...]

1 —

2 —

3 — Estão isentos os lucros que uma entidade residente em território português, nas condições estabelecidas no artigo 2.º da Directiva n.º 90/435/CEE, do Conselho, de 23 de Julho de 1990, coloque à disposição de entidade residente noutro Estado membro da União Europeia que esteja nas mesmas condições e que detenha directamente uma participação no capital da primeira não inferior a 10% e desde que esta tenha permanecido na sua titularidade, de modo ininterrupto, durante um ano.

4 —

5 —

6 — A isenção referida no n.º 3 e o disposto no n.º 4 são igualmente aplicáveis relativamente aos lucros que uma entidade residente em território português, nas condições estabelecidas no artigo 2.º da Directiva n.º 90/435/CEE, do Conselho, de 23 de Julho de 1990, coloque à disposição de um estabelecimento estável, situado noutro Estado membro da União Europeia ou do espaço económico europeu, de uma entidade residente num Estado membro da União Europeia que esteja nas mesmas condições e que detenha, total ou parcialmente, por intermédio do estabelecimento estável uma participação directa não inferior a 10% e desde que esta tenha permanecido na sua titularidade, de modo ininterrupto, durante um ano.

7 —

8 —

9 —

10 —

11 —

Artigo 36.º

[...]

1 —

a)

b) Os créditos tenham sido reclamados judicialmente ou em tribunal arbitral;

c)

2 —

3 —

Artigo 41.º

[...]

1 — Os créditos incobráveis podem ser directamente considerados gastos ou perdas do período de tributação desde que:

a) Tal resulte de processo de insolvência e de recuperação de empresas, de processo de execução, de procedimento extrajudicial de conciliação para viabilização de empresas em situação de insolvência ou em situação económica difícil mediado pelo IAPMEI — Instituto

de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento, de decisão de tribunal arbitral no âmbito de litígios emergentes da prestação de serviços públicos essenciais ou de créditos que se encontrem prescritos de acordo com o respectivo regime jurídico da prestação de serviços públicos essenciais e, neste caso, o seu valor não ultrapasse o montante de € 750; e

b) Não tenha sido admitida perda por imparidade ou, sendo-o, esta se mostre insuficiente.

2 — Sem prejuízo da manutenção da obrigação para efeitos civis, a dedutibilidade dos créditos considerados incobráveis nos termos do número anterior ou ao abrigo do disposto no artigo 36.º fica ainda dependente da existência de prova da comunicação ao devedor do reconhecimento do gasto para efeitos fiscais, o qual deve reconhecer aquele montante como proveito para efeitos de apuramento do lucro tributável.

Artigo 45.º

[...]

- 1 —
- a)
- b)
- c)
- d)
- e)
- f)
- g)
- h)
- i)
- j)
- l)
- m)
- n)
- o) A contribuição sobre o sector bancário.

- 2 —
- 3 —

4 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, não concorrem para a formação do lucro tributável as menos-valias e outras perdas relativas a partes de capital, na parte do valor que corresponda aos lucros distribuídos que tenham beneficiado da dedução prevista no artigo 51.º nos últimos quatro anos.

- 5 — (Anterior n.º 4.)
- 6 — (Anterior n.º 5.)
- 7 — (Anterior n.º 6.)

Artigo 48.º

[...]

- 1 —
- 2 —
- 3 —
- 4 —

a)

b) As participações de capital alienadas devem ter sido detidas por período não inferior a um ano e corresponder a, pelo menos, 10% do capital social da sociedade participada, devendo as partes de capital adquiridas ser detidas por igual período;

c)

- 5 —
- 6 —
- 7 —

Artigo 51.º

[...]

- 1 —
- a)
- b)

c) A entidade beneficiária detenha directamente uma participação no capital da sociedade que distribui os lucros não inferior a 10% e esta tenha permanecido na sua titularidade, de modo ininterrupto, durante o ano anterior à data da colocação à disposição dos lucros ou, se detida há menos tempo, desde que a participação seja mantida durante o tempo necessário para completar aquele período.

- 2 —
- 3 —
- 4 —
- 5 —
- 6 —
- 7 —
- 8 — (Revogado.)

9 — Se a detenção da participação mínima referida no n.º 1 deixar de se verificar antes de completado o período de um ano, deve corrigir-se a dedução que tenha sido efectuada, sem prejuízo da consideração do crédito de imposto por dupla tributação internacional a que houver lugar, nos termos do disposto no artigo 91.º

10 — A dedução a que se refere o n.º 1 só é aplicável quando os rendimentos provenham de lucros que tenham sido sujeitos a tributação efectiva.

11 — O disposto nos n.ºs 1 e 2 é igualmente aplicável quando uma entidade residente em território português detenha uma participação, nos mesmos termos e condições, em entidade residente noutro Estado membro do espaço económico europeu que esteja vinculado a cooperação administrativa no domínio da fiscalidade equivalente à estabelecida no âmbito da União Europeia, desde que ambas as entidades reúnam condições equiparáveis, com as necessárias adaptações, às estabelecidas no artigo 2.º da Directiva n.º 90/435/CEE, do Conselho, de 23 de Julho de 1990.

12 — Para efeitos do disposto nos n.ºs 5 e 11, o sujeito passivo deve provar que a entidade participada e, no caso do n.º 6, também a entidade beneficiária cumprem as condições estabelecidas no artigo 2.º da Directiva n.º 90/435/CEE, do Conselho, de 23 de Julho de 1990, ou, no caso de entidades do espaço económico europeu, condições equiparáveis, mediante declaração confirmada e autenticada pelas autoridades fiscais competentes do Estado membro da União Europeia ou do espaço económico europeu de que é residente.

Artigo 52.º

[...]

- 1 —
- 2 —
- 3 —
- 4 —
- 5 —

- 6 —
 7 —
 8 —
 9 —

10 — Quando as alterações previstas no n.º 8 sejam consequência da realização de uma operação de fusão, cisão ou entrada de activos à qual se aplique o regime previsto no artigo 74.º, o requerimento referido no número anterior pode ser apresentado até ao fim do mês seguinte ao do pedido de registo da operação na conservatória do registo comercial.

11 — No caso de sociedades comerciais que deduzam prejuízos fiscais em dois períodos de tributação consecutivos, a dedução a que se refere o n.º 1 depende, no terceiro ano, da certificação legal das contas por revisor oficial de contas nos termos e condições a definir em portaria do Ministro das Finanças.

12 — Sempre que estejam em causa prejuízos fiscais relativos ao período imediatamente anterior ao da ocorrência de alguma das alterações previstas no n.º 8 e esta ocorra antes do termo do prazo de entrega da respectiva declaração de rendimentos, o requerimento referido no n.º 9 pode ser apresentado no prazo de 15 dias contados do termo do prazo de entrega dessa declaração ou da data da respectiva entrega, se anterior.

Artigo 53.º

[...]

- 1 —
 2 — Os prejuízos fiscais apurados relativamente ao exercício de actividades comerciais, industriais ou agrícolas e as menos-valias só podem ser deduzidos, para efeitos de determinação do rendimento global, aos rendimentos das respectivas categorias num ou mais dos quatro períodos de tributação posteriores.
 3 —
 4 —
 5 —
 6 —

Artigo 76.º

[...]

- 1 —
 2 —
 3 —
 4 — O disposto nos números anteriores é igualmente aplicável aos sócios de sociedades que sejam objecto das demais operações de fusão ou cisão abrangidas pela Directiva n.º 2009/133/CE, do Conselho, de 19 de Outubro de 2009.

Artigo 87.º

[...]

- 1 —
 2 —
 3 —
 4 —
 a)
 b)
 c) Rendimentos de títulos de dívida e outros rendimentos de capitais não expressamente tributados a taxa diferente, em que a taxa é de 21,5%;

- d)
 e)
 f)
 g)

h) Rendimentos de capitais sempre que sejam pagos ou colocados à disposição em contas abertas em nome de um ou mais titulares mas por conta de terceiros não identificados, em que a taxa é de 30%, excepto quando seja identificado o beneficiário efectivo, termos em que se aplicam as regras gerais.

5 — Relativamente ao rendimento global de entidades com sede ou direcção efectiva em território português que não exerçam, a título principal, actividades de natureza comercial, industrial ou agrícola, a taxa é de 21,5%.

- 6 —
 7 —

Artigo 88.º

[...]

- 1 —
 2 —

3 — São tributados autonomamente à taxa de 10% os encargos efectuados ou suportados por sujeitos passivos não isentos subjectivamente e que exerçam, a título principal, actividade de natureza comercial, industrial ou agrícola, relacionados com viaturas ligeiras de passageiros ou mistas cujo custo de aquisição seja igual ou inferior ao montante fixado nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 34.º, motos ou motocicletas, excluindo os veículos movidos exclusivamente a energia eléctrica.

4 — São tributados autonomamente à taxa de 20% os encargos efectuados ou suportados pelos sujeitos passivos mencionados no número anterior, relacionados com viaturas ligeiras de passageiros ou mistas cujo custo de aquisição seja superior ao montante fixado nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 34.º

- 5 —
 6 —

7 — São tributados autonomamente à taxa de 10% os encargos dedutíveis relativos a despesas de representação, considerando-se como tal, nomeadamente, as despesas suportadas com recepções, refeições, viagens, passeios e espectáculos oferecidos no País ou no estrangeiro a clientes ou fornecedores ou ainda a quaisquer outras pessoas ou entidades.

- 8 —
 9 —
 10 —
 11 —
 12 —
 13 —

14 — As taxas de tributação autónoma previstas no presente artigo são elevadas em 10 pontos percentuais quanto aos sujeitos passivos que apresentem prejuízo fiscal no período de tributação a que respeitem quaisquer dos factos tributários referidos nos números anteriores.

Artigo 92.º

[...]

1 — Para as entidades que exerçam, a título principal, uma actividade de natureza comercial, industrial ou agrí-

cola, bem como as não residentes com estabelecimento estável em território português, o imposto liquidado nos termos do n.º 1 do artigo 90.º, líquido das deduções previstas nas alíneas a) e b) do n.º 2 do mesmo artigo, não pode ser inferior a 90% do montante que seria apurado se o sujeito passivo não usufruisse de benefícios fiscais e dos regimes previstos no n.º 13 do artigo 43.º e no artigo 75.º

2 — Excluem-se do disposto no número anterior os seguintes benefícios fiscais:

- a) Os que revistam carácter contratual;
- b) O sistema de incentivos fiscais em investigação e desenvolvimento empresarial II (SIFIDE II);
- c) Os benefícios fiscais às zonas francas previstos nos artigos 33.º e seguintes do Estatuto dos Benefícios Fiscais e os que operem por redução de taxa;
- d) Os previstos nos artigos 19.º, 32.º e 42.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais.

Artigo 94.º

[...]

- 1 —
- 2 —
- 3 —

- a)
- b)

c) Quando se trate de rendimentos de capitais que sejam pagos ou colocados à disposição em contas abertas em nome de um ou mais titulares mas por conta de terceiros não identificados, excepto quando seja identificado o beneficiário efectivo, termos em que se aplicam as regras gerais.

4 — As retenções na fonte de IRC são efectuadas às taxas previstas para efeitos de retenções na fonte de IRS, relativas a residentes em território português, aplicando-se aos rendimentos referidos na alínea d) do n.º 1 a taxa de 21,5%.

- 5 —
- 6 —

7 — Salvo o disposto no n.º 9, tratando-se de rendimentos de valores mobiliários sujeitos a registo ou depósito, emitidos por entidades residentes em território português, a obrigação de efectuar a retenção na fonte é da responsabilidade das entidades registadoras ou depositárias.

- 8 —

9 — Tratando-se de rendimentos pagos ou colocados à disposição por sociedades gestoras de património residentes em território português com conta aberta nos termos do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 163/94, de 4 de Junho, junto de entidades registadoras ou depositárias, a obrigação de efectuar a retenção na fonte é da sua responsabilidade.

Artigo 95.º

[...]

- 1 —

2 — No caso dos lucros que uma sociedade residente em território português e sujeita e não isenta de IRC, ou sujeita ao imposto referido no artigo 7.º, pague ou coloque à disposição de entidades residentes noutro Estado membro da União Europeia ou do espaço económico europeu, neste último caso desde que exista obrigação de cooperação administrativa em matéria fiscal equivalente à estabelecida na União Europeia,

pode haver lugar à devolução do imposto retido e pago na parte em que seja superior ao que resultaria da aplicação das taxas previstas no n.º 1 do artigo 87.º e no n.º 1 do artigo 87.º-A.

3 — A aplicação do disposto no número anterior tem em consideração todos os rendimentos, incluindo os obtidos em território português, e depende de requerimento da entidade beneficiária dos rendimentos, dirigido aos serviços competentes da Direcção-Geral dos Impostos, a apresentar no prazo de dois anos contados do final do ano civil seguinte àquele em que se verificou o facto tributário, devendo ser feita prova de que a entidade beneficiária preenche as condições estabelecidas no artigo 2.º da Directiva n.º 90/435/CE, do Conselho, de 23 de Julho de 1990.

4 — Nas situações previstas nos números anteriores, a restituição deve ser efectuada até ao fim do terceiro mês seguinte ao da apresentação dos elementos e informações indispensáveis à comprovação das condições e requisitos legalmente exigidos.

5 — Em caso de incumprimento do prazo referido no número anterior, acrescem à quantia a restituir juros indemnizatórios a taxa idêntica à aplicável aos juros compensatórios a favor do Estado.

Artigo 106.º

[...]

- 1 —
- 2 —
- 3 —
- 4 —

5 — No caso dos bancos, empresas de seguros e outras entidades do sector financeiro para as quais esteja prevista a aplicação de planos de contabilidade específicos, o volume de negócios é substituído pelos juros e rendimentos similares e comissões ou pelos prémios brutos emitidos e comissões de contratos de seguro e operações consideradas como contratos de investimento ou contratos de prestação de serviços, consoante a natureza da actividade exercida pelo sujeito passivo.

- 6 —
- 7 —
- 8 —
- 9 —
- 10 —
- 11 —
- 12 —

Artigo 123.º

[...]

- 1 —
- 2 —
- 3 —
- 4 —
- 5 —

6 — Os documentos de suporte previstos no n.º 4 que não sejam documentos autênticos ou autenticados podem, decorridos três períodos de tributação após aquele a que se reportam e obtida autorização prévia do director-geral dos Impostos, ser substituídos, para efeitos fiscais, por microfilmes que constituam sua reprodução fiel e obedeçam às condições que forem estabelecidas.

7 — É ainda permitido o arquivamento em suporte electrónico das facturas ou documentos equivalentes,

dos talões de venda ou de quaisquer outros documentos com relevância fiscal emitidos pelo sujeito passivo, desde que processados por computador, nos termos definidos no n.º 7 do artigo 52.º do Código do IVA.

8 — (Anterior n.º 7.)

9 — (Anterior n.º 8.)»

2 — A redacção conferida pela presente lei ao n.º 12 do artigo 52.º do Código do IRC tem carácter interpretativo.

Artigo 100.º

Revogação de normas no âmbito do IRC

São revogados o n.º 8 do artigo 51.º e o n.º 2 do artigo 70.º do Código do IRC, com efeitos a partir do período de tributação que se inicie após 31 de Dezembro de 2010.

Artigo 101.º

Despesas com equipamentos e software de facturação

1 — As desvalorizações excepcionais decorrentes do abate, nos exercícios de 2010 ou 2011, de programas e equipamentos informáticos de facturação que sejam substituídos em consequência da exigência, de certificação do software nos termos do artigo 123.º do Código do IRC, são consideradas perdas por imparidade.

2 — Para efeitos do disposto no número anterior, o sujeito passivo fica dispensado de obter a aceitação, por parte da Direcção-Geral dos Impostos prevista no n.º 2 do artigo 38.º do Código do IRC.

3 — As despesas com a aquisição de programas e equipamentos informáticos de facturação certificados, adquiridos nos anos de 2010 ou 2011, podem ser consideradas como gasto fiscal no período de tributação em que sejam suportadas.

CAPÍTULO XI

Impostos indirectos

SECÇÃO I

Imposto sobre o valor acrescentado

Artigo 102.º

Alteração ao Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado

Os artigos 18.º e 49.º do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de Dezembro, abreviadamente designado por Código do IVA, passam a ter a seguinte redacção:

«Artigo 18.º

[...]

1 —

a)

b)

c) Para as restantes importações, transmissões de bens e prestações de serviços, a taxa de 23 %.

2 —

3 — As taxas a que se referem as alíneas a), b) e c) do n.º 1 são, respectivamente, de 4%, 9% e 16%, relativamente às operações que, de acordo com a legis-

lação especial, se considerem efectuadas nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

4 —

5 —

6 —

7 —

8 —

9 —

Artigo 49.º

[...]

Nos casos em que a facturação ou o seu registo sejam processados por valores, com imposto incluído, nos termos dos artigos anteriores, o apuramento da base tributável correspondente é obtido através da divisão daqueles valores por 106 quando a taxa do imposto for 6%, por 113 quando a taxa do imposto for 13% e por 123 quando a taxa do imposto for 23%, multiplicando o quociente por 100 e arredondando o resultado, por defeito ou por excesso, para a unidade mais próxima, sem prejuízo da adopção de qualquer outro método conducente a idêntico resultado.»

Artigo 103.º

Alteração à lista I anexa ao Código do IVA

As verbas 2.1, 2.11 e 2.15 da lista I anexa ao Código do IVA, passam a ter a seguinte redacção:

«2.1 — Jornais, revistas de informação geral e outras publicações periódicas que se ocupem predominantemente de matérias de carácter científico, educativo, literário, artístico, cultural, recreativo ou desportivo e livros em todos os suportes físicos.

Exceptuando-se as publicações ou livros de carácter obsceno ou pornográfico, como tal considerados na legislação sobre a matéria, e as obras encadernadas em peles, tecidos de seda ou semelhante.

2.11 — Prestações de serviços, efectuadas no exercício das profissões de jurisperito, advogado e solicitador a desempregados e trabalhadores no âmbito de processos judiciais de natureza laboral e a pessoas que beneficiem de assistência judiciária.

2.15 — Espectáculos, provas e manifestações desportivas e outros divertimentos públicos. Exceptuam-se:

a)

b)

Artigo 104.º

Revogação de verbas da lista I anexa ao Código do IVA

São revogadas as verbas 2.4 e 2.13 da lista I anexa ao Código do IVA.

Artigo 105.º

Revogação de verbas da lista II anexa ao Código do IVA

São revogadas as verbas 2.1 e 2.2 da lista II anexa ao Código do IVA.

Artigo 106.º

Alteração ao Decreto-Lei n.º 347/85, de 23 de Agosto

O artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 347/85, de 23 de Agosto, alterado pela Lei n.º 2/92, de 9 de Março, pelo Decreto-Lei n.º 166/94, de 9 de Junho, pela Lei n.º 39-B/94, de 27 de Dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 91/96, de 12 de Julho, pelas Leis n.ºs 16-A/2002, de 31 de Maio, 39/2005, de 24

de Junho, 26-A/2008, de 27 de Junho, e 12-A/2010, de 30 de Junho, passa a ter a seguinte redacção:

«Artigo 1.º

1 — São fixadas em 4%, 9% e 16%, respectivamente, as taxas do imposto sobre o valor acrescentado a que se referem as alíneas a), b) e c) do n.º 1 do artigo 18.º do Código sobre o Valor Acrescentado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de Dezembro, a aplicar às transmissões de bens e prestações de serviços que se considerem efectuadas nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e nas importações cujo desembaraço alfandegário tenha lugar nas mesmas Regiões.

- 2 —
- 3 —

Artigo 107.º

Disposições transitórias no âmbito do IVA

No caso das transmissões de bens e prestações de serviços de carácter continuado resultantes de contratos que dêem lugar a pagamentos sucessivos, as alterações introduzidas na presente lei nos artigos 18.º e 49.º do Código do IVA e no Decreto-Lei n.º 347/85, de 23 de Agosto, alterado pela Lei n.º 2/92, de 9 de Março, pelo Decreto-Lei n.º 166/94, de 9 de Junho, pela Lei n.º 39-B/94, de 27 de Dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 91/96, de 12 de Julho, e pelas Leis n.ºs 16-A/2002, de 31 de Maio, 39/2005, de 24 de Junho, 26-A/2008, de 27 de Junho, e 12-A/2010, de 30 de Junho, apenas se aplicam às operações realizadas a partir de 1 de Janeiro de 2011, derrogando-se, para este efeito, o disposto no n.º 9 do artigo 18.º do Código do IVA.

Artigo 108.º

Transferência de IVA para o desenvolvimento do turismo regional

1 — A transferência a título de IVA destinada às entidades regionais de turismo é de € 20 800 000.

2 — A receita a transferir para as entidades regionais de turismo ao abrigo do número anterior é distribuída com base nos critérios definidos no Decreto-Lei n.º 67/2008, de 10 de Abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 187/2009, de 12 de Agosto.

SECÇÃO II

Imposto do selo

Artigo 109.º

Alteração ao Código do Imposto do Selo

Os artigos 5.º e 7.º do Código do Imposto do Selo, aprovado pela Lei n.º 150/99, de 11 de Setembro, passam a ter a seguinte redacção:

«Artigo 5.º

[...]

-
- a)
- b)
- c)
- d)
- e)
- f)
- g)
- h)

- i)
- j)
- l)
- m)
- n) Em caso de actos, contratos, documentos, títulos, papéis e outros factos previstos na tabela anexa ao presente Código em que não intervenham a qualquer título pessoas colectivas ou pessoas singulares no exercício de actividade de comércio, indústria ou prestação de serviços, quando forem apresentados perante qualquer sujeito passivo do imposto referido na alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º;
- o)
- p)
- q)
- r)
- s)
- t)

Artigo 7.º

[...]

- 1 —
- a)
- b)
- c)
- d)
- e)
- f)
- g)
- h)
- i) Os empréstimos com características de suprimentos, incluindo os respectivos juros efectuados por sócios à sociedade;
- j)
- l)
- m)
- n)
- o)
- p)
- q)
- r)
- s)
- t) As aquisições onerosas ou a título gratuito de imóveis por entidades públicas empresariais responsáveis pela rede pública de escolas, destinadas directa ou indirectamente à realização dos seus fins estatutários.
- 2 —
- 3 —
- 4 —
- 5 —

CAPÍTULO XII

Impostos especiais

SECÇÃO I

Impostos especiais de consumo

Artigo 110.º

Alteração ao Código dos Impostos Especiais de Consumo

Os artigos 71.º, 74.º, 76.º, 90.º, 92.º, 101.º, 103.º, 104.º e 105.º do Código dos Impostos Especiais de Consumo, apro-

vado pelo Decreto-Lei n.º 73/2010, de 21 de Junho, abreviadamente designado por Código dos IEC, passam a ter a seguinte redacção:

«Artigo 71.º

[...]

- 1 —
2 —

a) Superior a 0,5 % vol. e inferior ou igual a 1,2 % vol. de álcool adquirido, € 7,11/hl;

b) Superior a 1,2 % vol. de álcool adquirido e inferior ou igual a 8 plato, € 8,91/hl;

c) Superior a 1,2 % vol. de álcool adquirido e superior a 8 plato e inferior ou igual a 11 plato, € 14,23/hl;

d) Superior a 1,2 % vol. de álcool adquirido e superior a 11 plato e inferior ou igual a 13 plato, € 17,82/hl;

e) Superior a 1,2 % vol. de álcool adquirido e superior a 13 plato e inferior ou igual a 15 plato, € 21,36/hl;

f) Superior a 1,2 % vol. de álcool adquirido e superior a 15 plato, € 24,99/hl.

Artigo 74.º

[...]

- 1 —
2 — A taxa do imposto aplicável aos produtos intermédios é de € 60,07/hl.

Artigo 76.º

[...]

- 1 —
2 — A taxa do imposto aplicável às bebidas espirituosas é de € 1031,57/hl.

Artigo 90.º

[...]

1 — Beneficiam de isenção total ou parcial do imposto, até ao limite máximo global de 40 000 t/ano, os biocombustíveis puros abaixo indicados, quando produzidos por pequenos produtores dedicados:

a)

b) Produtos abrangidos pelos códigos NC 3824 90 55 e NC 3824 90 80 a NC 3824 90 97, para os respectivos componentes produzidos a partir da biomassa;

c)

d)

2 — Para efeitos do disposto no número anterior, são considerados pequenos produtores dedicados aqueles que sejam reconhecidos como tal nos termos da legislação aplicável.

3 —

4 — O valor e os procedimentos de aplicação da presente isenção são estabelecidos por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, da economia, da agricultura, dos transportes e do ambiente.

5 — *(Revogado.)*

6 — *(Revogado.)*

7 — *(Revogado.)*

8 — *(Revogado.)*

9 — *(Revogado.)*

10 — *(Revogado.)*

Artigo 92.º

[...]

1 —

2 —

3 — A taxa aplicável ao metano e aos gases de petróleo usados como carburante é de € 125,00/1000 kg e, quando usados como combustível, é fixada entre € 7,81 e € 9,00/1000 kg, sendo igualmente aplicável ao acetileno usado como combustível.

4 —

5 —

6 —

7 —

8 —

9 —

10 —

11 —

Artigo 101.º

[...]

1 —

2 — Para efeitos de aplicação da alínea *a)* do número anterior, são considerados charutos e cigarrilhas, se puderem ser fumados tal como se apresentam e se, tendo em conta as suas características e as expectativas normais dos consumidores, se destinarem exclusivamente a sê-lo:

a) *(Revogada.)*

b) Os rolos de tabaco revestidos de uma capa exterior em tabaco natural;

c) *(Revogada.)*

d) Os rolos de tabaco com um interior constituído por uma mistura de tabaco batido e revestidos de uma capa exterior, com a cor natural dos charutos, em tabaco reconstituído, abrangendo a totalidade do produto, incluindo, se for caso disso, o filtro, mas não a boquilha, no caso de charutos com boquilha, quando o seu peso unitário, sem filtro nem boquilha, for igual ou superior a 2,3 g e inferior a 10 g e o seu perímetro, em pelo menos um terço do comprimento, for igual ou superior a 34 mm.

3 — São equiparados a charutos e cigarrilhas os produtos constituídos parcialmente por substâncias que não sejam tabaco, mas que correspondam aos outros critérios definidos no número anterior.

4 —

a)

b)

c)

d) Um rolo de tabaco dos referidos nas alíneas anteriores é considerado, para efeitos de aplicação do imposto, como dois cigarros quando, sem filtro e sem boquilha, tenha um comprimento superior a 8 cm, sem ultrapassar 11 cm, como três cigarros quando, nas mesmas condições, tenha um comprimento superior a 11 cm, sem ultrapassar 14 cm, e assim sucessivamente.

5 —

a)

b) Os resíduos de tabaco acondicionados para venda ao público não abrangidos nos n.ºs 2 e 4 susceptíveis de serem fumados, considerando-se resíduos de tabaco os restos das folhas de tabaco e os subprodutos prove-

nientes da transformação do tabaco ou do fabrico de produtos de tabaco;

c) O tabaco de corte fino destinado a cigarros de enrolar, conforme definido nas alíneas anteriores, relativamente ao qual mais de 25 % em peso das partículas tenha uma largura de corte inferior a 1,5 mm, ou superior a 1,5 mm e que tenha sido vendido ou se destine a ser vendido para cigarros de enrolar.

6 —

Artigo 103.º

[...]

1 —

2 —

3 —

4 —

a) Elemento específico — € 69,07;

b) Elemento *ad valorem* — 23 %.

5 —

Artigo 104.º

[...]

.....

a) Charutos — 13 %;

b) Cigarrilhas — 13 %;

c) Tabaco de corte fino destinado a cigarros de enrolar — 60 %;

d) Restantes tabacos de fumar — 45 %.

Artigo 105.º

[...]

1 — Aos cigarros fabricados nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira por pequenos produtores cuja produção anual não exceda, individualmente, 500 t e que sejam consumidos nessas regiões, são aplicáveis as seguintes taxas:

a) Elemento específico — € 15,30;

b) Elemento *ad valorem* — 36,5 %.

2 —»

Artigo 111.º

Norma revogatória

São revogados os n.ºs 5 a 10 do artigo 90.º, os n.ºs 2 e 3 do artigo 97.º e as alíneas a) e c) do n.º 2 do artigo 101.º do Código dos Impostos Especiais de Consumo.

SECÇÃO II

Imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos

Artigo 112.º

Adicional às taxas do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos

1 — Mantém-se em vigor em 2011 o adicional às taxas do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos, no montante de € 0,005 por litro para a gasolina e no

montante de € 0,0025 por litro para o gasóleo rodoviário e o gasóleo colorido e marcado, que constitui receita própria do fundo financeiro de carácter permanente previsto no Decreto-Lei n.º 63/2004, de 22 de Março, até ao limite máximo de € 30 000 000 anuais.

2 — O adicional a que se refere o número anterior integra os valores das taxas unitárias fixados nos termos do n.º 1 do artigo 92.º do Código dos Impostos Especiais de Consumo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 73/2010, de 21 de Junho.

3 — Os encargos de liquidação e cobrança incorridos pela Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo são compensados através da retenção de uma percentagem entre 2 % e 3 % do produto do adicional, a fixar por despacho do Ministro das Finanças, a qual constitui sua receita própria.

SECÇÃO III

Imposto sobre veículos

Artigo 113.º

Alteração ao Código do Imposto sobre Veículos

Os artigos 7.º, 10.º, 11.º, 39.º, 52.º e 53.º do Código do Imposto sobre Veículos, aprovado pela Lei n.º 22-A/2007, de 29 de Junho, abreviadamente designado por Código do ISV, passam a ter a seguinte redacção:

«Artigo 7.º

[...]

1 — A tabela A é aplicável aos automóveis de passageiros, aos automóveis ligeiros de utilização mista que não estejam previstos nos artigos 8.º e 9.º e aos automóveis ligeiros de mercadorias que não estejam previstos nos n.ºs 2 e 3 do artigo 8.º e na alínea b) do artigo 9.º, multiplicando-se as taxas e parcelas a abater da componente ambiental pelo coeficiente de actualização ambiental correspondente ao ano de introdução do consumo do veículo:

TABELA A

Componente cilindrada

| Escalão de cilindrada (centímetros cúbicos) | Taxas por centímetros cúbicos (em euros) | Parcela a abater (em euros) |
|---------------------------------------------|------------------------------------------|-----------------------------|
| Até 1 250 | 0,92 | 684,74 |
| Mais de 1 250 | 4,34 | 4 964,37 |

Componente ambiental

| Escalão de CO ₂ (em gramas por quilómetro) | Taxas (em euros) | Parcela a abater (em euros) |
|-------------------------------------------------------|------------------|-----------------------------|
| Veículos a gasolina: | | |
| Até 115 | 3,57 | 335,58 |
| De 116 a 145 | 32,61 | 3 682,79 |
| De 146 a 175 | 37,85 | 4 439,31 |
| De 176 a 195 | 96,20 | 14 662,70 |
| Mais de 195 | 127,03 | 20 661,74 |

| Escalão de CO ₂ (em gramas por quilómetro) | Taxas (em euros) | Parcela a abater (em euros) |
|----------------------------------------------------------|---------------------|--------------------------------|
| Veículos a gasóleo: | | |
| Até 95 | 17,18 | 1 364,61 |
| De 96 a 120 | 49,16 | 4 450,15 |
| De 121 a 140 | 109,02 | 11 734,52 |
| De 141 a 160 | 121,24 | 13 490,65 |
| Mais de 160 | 166,53 | 20 761,61 |

Coefficiente de actualização ambiental

| Ano | Coefficiente |
|------------|--------------|
| 2011 | 1,05 |
| 2 — | |

TABELA B

Componente cilindrada

| Escalão de cilindrada (centímetros cúbicos) | Taxas por centímetros cúbicos (em euros) | Parcela a abater (em euros) |
|------------------------------------------------|---------------------------------------------|-----------------------------------|
| Até 1 250 | 4,13 | 2 666,34 |
| Mais de 1 250 | 9,77 | 9 714,44 |

3 — Ficam sujeitos a um agravamento de € 500 no total do montante de imposto a pagar, depois de aplicadas as reduções a que houver lugar, os veículos ligeiros equipados com sistema de propulsão a gasóleo, com excepção daqueles que apresentarem nos respectivos certificados de conformidade ou, na sua inexistência, nas homologações técnicas, um valor de emissão de partículas inferior a 0,005 g/km.

- 4 —
- 5 —
- 6 —
- 7 —
- 8 —

Artigo 10.º

[...]

TABELA C

Componente cilindrada

| Escalão de cilindrada (centímetros cúbicos) | Valor (em euros) |
|---------------------------------------------|------------------|
| De 180 até 750 | 53,84 |
| Mais de 750 | 105,57 |

Artigo 11.º

[...]

1 — O imposto incidente sobre veículos portadores de matrículas definitivas comunitárias atribuídas por outros Estados membros da União Europeia é objecto de liquidação provisória, com base na aplicação das percentagens de redução previstas na tabela D ao imposto resultante da tabela respectiva, as quais estão associadas à desvalorização social média dos veículos no mercado nacional,

calculada com referência à desvalorização comercial média corrigida do respectivo custo de impacte ambiental:

2 —

3 — Sem prejuízo da liquidação provisória efectuada, sempre que o sujeito passivo entenda que o montante do imposto apurado nos termos do n.º 1 excede o imposto calculado por aplicação da fórmula a seguir indicada, pode requerer ao director da alfândega, mediante o pagamento prévio de taxa a fixar por portaria do membro do Governo responsável pela área das finanças, e até ao termo do prazo de pagamento a que se refere o n.º 1 do artigo 27.º, que a mesma seja aplicada à tributação do veículo, tendo em vista a liquidação definitiva do imposto:

$$ISV = \frac{V}{VR} \times (Y + C)$$

em que:

ISV representa o montante do imposto a pagar;

V representa o valor comercial do veículo, tomando por base o valor médio de referência indicado nas publicações especializadas do sector, apresentadas pelo interessado, ponderado, mediante avaliação do veículo, caso se justifique, em função de determinados factores concretos, como a quilometragem, o estado mecânico e a conservação;

VR é o preço de venda ao público de veículo idêntico no ano da primeira matrícula do veículo a tributar, tal como declarado pelo interessado, considerando-se como tal o veículo da mesma marca, modelo e sistema de propulsão, ou, no caso de este não constar de informação disponível, de veículo similar, introduzido no mercado nacional, no mesmo ano em que o veículo a introduzir no consumo foi matriculado pela primeira vez;

Y representa o montante do imposto calculado com base na componente cilindrada, tendo em consideração a tabela e a taxa aplicável ao veículo, vigente no momento da exigibilidade do imposto;

C é o ‘custo de impacte ambiental’, aplicável a veículos sujeitos à tabela A, vigente no momento da exigibilidade do imposto, e cujo valor corresponde à componente ambiental da referida tabela.

4 —

5 —

Artigo 39.º

[...]

1 — Mediante pedido do interessado, a admissão temporária em território nacional de automóveis ligeiros matriculados em série normal noutro Estado membro, para fins de uso profissional, é autorizada pela Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, mediante emissão de guia de circulação, desde que verificadas as seguintes condições:

a)

b)

c)

d)

2 —

3 — Para efeitos de aplicação do disposto na alínea a) do n.º 1, as pessoas, residentes ou não, que agem por conta de pessoa não estabelecida em território nacional devem estar sujeitas a relação contratual de trabalho e terem sido por esta devidamente autorizadas a conduzir o veículo, podendo ser dada uma utilização privada, desde que esta tenha natureza acessória relativamente à utilização profissional, e esteja prevista no contrato de trabalho.

4 —

Artigo 52.º

Instituições particulares de solidariedade social

1 — Estão isentos do imposto os veículos para transporte colectivo dos utentes com lotação de nove lugares, incluindo o do condutor, adquiridos em estado novo, por instituições particulares de solidariedade social que se destinem ao transporte em actividades de interesse público e que se mostrem adequados à sua natureza e finalidades.

2 —

3 —

Artigo 53.º

[...]

1 —

2 —

3 —

4 —

5 —

a) Os veículos devem possuir um nível de emissão de CO₂ até 120 g/km, confirmado pelo respectivo certificado de conformidade;

b)

c)

d)

6 — »

SECÇÃO IV

Imposto único de circulação

Artigo 114.º

Alteração ao Código do Imposto Único de Circulação

Os artigos 5.º, 9.º, 10.º, 11.º, 13.º, 14.º, 15.º, 17.º e 18.º do Código do Imposto Único de Circulação, aprovado pela Lei n.º 22-A/2007, de 29 de Junho, abreviadamente designado por Código do IUC, passam a ter a seguinte redacção:

«Artigo 5.º

[...]

1 —

2 —

a)

b) Instituições particulares de solidariedade social, nas condições previstas no n.º 6.

3 —

4 —

5 —

6 —

7 —

Artigo 9.º

[...]

| Combustível Utilizado | | Electricidade Voltagem Total | Imposto anual segundo o ano da matrícula (em euros) | | |
|-------------------------------------------|--------------------------------------------------|---------------------------------|-----------------------------------------------------|----------------|----------------|
| Gasolina Cilindrada (cm ³) | Outros Produtos Cilindrada (cm ³) | | Posterior a 1995 | De 1990 a 1995 | De 1981 a 1989 |
| Até 1000 | Até 1500 | Até 100 | 16,86 | 10,63 | 7,46 |
| Mais de 1000 até 1300 | Mais de 1500 até 2000 | Mais de 100 | 33,83 | 19,01 | 10,63 |
| Mais de 1300 até 1750 | Mais de 2000 até 3000 | | 52,84 | 29,54 | 14,82 |
| Mais de 1750 até 2600 | Mais de 3000 | | 134,09 | 70,72 | 30,56 |
| Mais de 2600 até 3500 | | | 213,39 | 116,20 | 59,17 |
| Mais de 3500 | | | 380,18 | 195,30 | 89,73 |

Artigo 10.º

[...]

1 —

| Escalão de Cilindrada (em centímetros cúbicos) | Taxas (em euros) | Escalão de CO ₂ (em grammas por quilómetro) | Taxas (em euros) |
|---------------------------------------------------|---------------------|--------------------------------------------------------------|---------------------|
| Até 1 250 | 26,89 | Até 120 | 53,98 |
| Mais de 1 250 até 1 750 | 53,98 | Mais de 120 até 180 | 80,87 |
| Mais de 1 750 até 2 500 | 107,86 | Mais de 180 até 250 | 161,74 |
| Mais de 2 500 | 323,48 | Mais de 250 | 269,6 |

2 —

| | |
|-----------|------|
| 2007..... | 1 |
| 2008..... | 1,05 |
| 2009..... | 1,10 |
| 2010..... | 1,15 |
| 2011..... | 1,15 |

Artigo 11.º

[...]

Veículos categoria C

Veículos de peso bruto inferior a 12 t

| Escalões de peso bruto (em quilogramas) | Taxas anuais (em Euros) |
|--------------------------------------------|----------------------------|
| Até 2500 | 30 |
| 2501 a 3500 | 49 |
| 3501 a 7500 | 117 |
| 7501 a 11999 | 191 |

Veículos a motor de peso bruto superior ou igual a 12 t

| Escalões de peso bruto (em quilogramas) | Ano da primeira matrícula | | | | | | | | | |
|--------------------------------------------|------------------------------------------------------|--------------------------------|------------------------------------------------------|--------------------------------|------------------------------------------------------|--------------------------------|------------------------------------------------------|--------------------------------|------------------------------------------------------|--------------------------------|
| | Até 1990 (inclusive) | | Entre 1991 e 1993 | | Entre 1994 e 1996 | | Entre 1997 e 1999 | | 2000 e após | |
| | Com suspensão pneumática ou equivalente (1) | Com outro tipo de suspensão | Com suspensão pneumática ou equivalente (1) | Com outro tipo de suspensão | Com suspensão pneumática ou equivalente (1) | Com outro tipo de suspensão | Com suspensão pneumática ou equivalente (1) | Com outro tipo de suspensão | Com suspensão pneumática ou equivalente (1) | Com outro tipo de suspensão |
| | Taxas anuais (em euros) | | Taxas anuais (em euros) | | Taxas anuais (em euros) | | Taxas anuais (em euros) | | Taxas anuais (em euros) | |
| 2 eixos | | | | | | | | | | |
| 12000..... | 207 | 215 | 192 | 200 | 182 | 191 | 176 | 182 | 174 | 180 |
| 12001 a 12999..... | 294 | 346 | 274 | 322 | 262 | 307 | 251 | 295 | 249 | 293 |
| 13000 a 14999..... | 297 | 351 | 276 | 326 | 264 | 311 | 254 | 299 | 252 | 297 |
| 15000 a 17999..... | 331 | 369 | 308 | 344 | 294 | 328 | 282 | 316 | 280 | 313 |
| ≥ 18000..... | 420 | 468 | 391 | 434 | 373 | 414 | 360 | 398 | 357 | 394 |
| 3 eixos | | | | | | | | | | |
| < 15000..... | 207 | 294 | 192 | 273 | 182 | 261 | 175 | 251 | 174 | 249 |
| 15000 a 16999..... | 291 | 329 | 271 | 306 | 259 | 293 | 248 | 280 | 246 | 278 |
| 17000 a 17999..... | 291 | 337 | 271 | 313 | 259 | 298 | 248 | 286 | 246 | 283 |
| 18000 a 18999..... | 379 | 418 | 352 | 389 | 337 | 371 | 323 | 358 | 320 | 354 |
| 19000 a 20999..... | 380 | 418 | 354 | 389 | 338 | 375 | 324 | 358 | 322 | 359 |
| 21000 a 22999..... | 382 | 424 | 355 | 393 | 340 | 422 | 326 | 361 | 323 | 402 |
| ≥ 23000..... | 427 | 475 | 397 | 443 | 380 | 422 | 364 | 405 | 362 | 402 |
| ≥ 4 eixos | | | | | | | | | | |
| < 23000..... | 292 | 327 | 272 | 304 | 259 | 291 | 249 | 278 | 246 | 276 |
| 23000 a 24999..... | 369 | 415 | 344 | 387 | 328 | 369 | 316 | 355 | 313 | 352 |
| 25000 a 25999..... | 379 | 418 | 352 | 389 | 337 | 371 | 323 | 358 | 320 | 354 |
| 26000 a 26999..... | 695 | 788 | 646 | 733 | 617 | 699 | 592 | 670 | 587 | 665 |
| 27000 a 28999..... | 705 | 805 | 655 | 751 | 625 | 716 | 602 | 689 | 596 | 682 |
| ≥ 29000..... | 724 | 818 | 672 | 760 | 642 | 727 | 617 | 698 | 612 | 693 |

(1) Suspensão considerada equivalente segundo a definição do anexo III da Directiva n.º 96/53/CE, do Conselho, de 25 de Julho, que fixa as dimensões máximas autorizadas no tráfego nacional e internacional e os pesos máximos autorizados no tráfego internacional para certos veículos rodoviários em circulação na Comunidade (JO, n.º L235, de 17 de Setembro de 1996, p. 59).

Veículos articulados e conjuntos de veículos

| Escalões de peso bruto (em quilogramas) | Ano da primeira matrícula | | | | | | | | | |
|--------------------------------------------|------------------------------------------------------|--------------------------------|------------------------------------------------------|--------------------------------|------------------------------------------------------|--------------------------------|------------------------------------------------------|--------------------------------|------------------------------------------------------|--------------------------------|
| | Até 1990 (inclusive) | | Entre 1991 e 1993 | | Entre 1994 e 1996 | | Entre 1997 e 1999 | | 2000 e após | |
| | Com suspensão pneumática ou equivalente (1) | Com outro tipo de suspensão | Com suspensão pneumática ou equivalente (1) | Com outro tipo de suspensão | Com suspensão pneumática ou equivalente (1) | Com outro tipo de suspensão | Com suspensão pneumática ou equivalente (1) | Com outro tipo de suspensão | Com suspensão pneumática ou equivalente (1) | Com outro tipo de suspensão |
| | Taxas anuais (em euros) | | Taxas anuais (em euros) | | Taxas anuais (em euros) | | Taxas anuais (em euros) | | Taxas anuais (em euros) | |
| 2+1 eixos | | | | | | | | | | |
| 12000..... | 206 | 208 | 191 | 193 | 181 | 184 | 175 | 177 | 173 | 176 |
| 12001 a 17999..... | 285 | 351 | 268 | 326 | 257 | 310 | 248 | 298 | 246 | 296 |
| 18000 a 24999..... | 379 | 447 | 355 | 414 | 340 | 396 | 328 | 381 | 325 | 378 |
| 25000 a 25999..... | 410 | 457 | 385 | 426 | 367 | 406 | 355 | 390 | 353 | 387 |
| ≥ 26000..... | 762 | 840 | 716 | 781 | 683 | 746 | 659 | 715 | 655 | 710 |
| 2+2 eixos | | | | | | | | | | |
| < 23000..... | 282 | 324 | 266 | 301 | 254 | 286 | 245 | 276 | 244 | 274 |
| 23000 a 25999..... | 365 | 413 | 343 | 385 | 326 | 367 | 317 | 353 | 315 | 350 |
| 26000 a 30999..... | 696 | 793 | 652 | 738 | 622 | 705 | 603 | 676 | 597 | 670 |
| 31000 a 32999..... | 752 | 814 | 706 | 757 | 672 | 724 | 651 | 695 | 646 | 689 |
| ≥ 33000..... | 800 | 966 | 752 | 898 | 717 | 857 | 695 | 824 | 689 | 816 |
| 2+3 eixos | | | | | | | | | | |
| < 36000..... | 709 | 797 | 664 | 742 | 634 | 709 | 615 | 680 | 609 | 673 |
| 36000 a 37999..... | 782 | 848 | 735 | 795 | 702 | 759 | 677 | 735 | 671 | 729 |
| ≥ 38000..... | 810 | 955 | 759 | 895 | 726 | 854 | 703 | 827 | 697 | 820 |

| Escalões de peso bruto (em quilogramas) | Ano da primeira matrícula | | | | | | | | | |
|--------------------------------------------|------------------------------------------------------|--------------------------------|------------------------------------------------------|--------------------------------|------------------------------------------------------|--------------------------------|------------------------------------------------------|--------------------------------|------------------------------------------------------|--------------------------------|
| | Até 1990 (inclusive) | | Entre 1991 e 1993 | | Entre 1994 e 1996 | | Entre 1997 e 1999 | | 2000 e após | |
| | Com suspensão pneumática ou equivalente (1) | Com outro tipo de suspensão | Com suspensão pneumática ou equivalente (1) | Com outro tipo de suspensão | Com suspensão pneumática ou equivalente (1) | Com outro tipo de suspensão | Com suspensão pneumática ou equivalente (1) | Com outro tipo de suspensão | Com suspensão pneumática ou equivalente (1) | Com outro tipo de suspensão |
| | Taxas anuais (em euros) | | Taxas anuais (em euros) | | Taxas anuais (em euros) | | Taxas anuais (em euros) | | Taxas anuais (em euros) | |
| 3+2 eixos | | | | | | | | | | |
| < 36000 | 703 | 775 | 659 | 719 | 630 | 689 | 609 | 660 | 605 | 659 |
| 36000 a 37999 | 719 | 820 | 676 | 762 | 646 | 729 | 623 | 699 | 618 | 698 |
| 38000 a 39999 | 721 | 872 | 677 | 810 | 647 | 774 | 625 | 743 | 619 | 741 |
| ≥ 40000 | 840 | 1079 | 789 | 1006 | 752 | 960 | 729 | 921 | 722 | 920 |
| ≥ 3+3 eixos | | | | | | | | | | |
| < 36000 | 657 | 778 | 616 | 724 | 588 | 690 | 569 | 663 | 563 | 658 |
| 36000 a 37999 | 774 | 860 | 727 | 799 | 694 | 773 | 670 | 734 | 665 | 727 |
| 38000 a 39999 | 782 | 875 | 734 | 812 | 701 | 777 | 676 | 746 | 670 | 740 |
| ≥ 40000 | 799 | 888 | 750 | 827 | 716 | 789 | 694 | 757 | 686 | 752 |

(1) Suspensão considerada equivalente segundo a definição do anexo III da Directiva n.º 96/53/CE, do Conselho, de 25 de Julho, que fixa as dimensões máximas autorizadas no tráfego nacional e internacional e os pesos máximos autorizados no tráfego internacional para certos veículos rodoviários em circulação na Comunidade (JO, n.º L235, de 17 de Setembro de 1996, p. 59).

Artigo 13.º

[...]

4 — Não há lugar a qualquer anulação sempre que o montante do imposto a restituir seja inferior a € 10.»

| Escalação de cilindrada (em centímetros cúbicos) | Taxa anual segundo o ano de matrícula do veículo (em euros) | |
|-----------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------|-------------------|
| | Posterior a 1996 | Entre 1992 e 1996 |
| De 180 até 250 | 5,25 | 0 |
| Mais de 250 até 350 | 7,42 | 5,25 |
| Mais de 350 até 500 | 17,93 | 10,61 |
| Mais de 500 até 750 | 53,88 | 31,73 |
| Mais de 750 | 107,76 | 52,85 |

Artigo 14.º

[...]

A taxa aplicável aos veículos da categoria F é de € 2,17/kW.

Artigo 15.º

[...]

A taxa aplicável aos veículos da categoria G é de € 0,54/kg, tendo o imposto o limite superior de € 10 000.

Artigo 17.º

[...]

- 1 —
- 2 —
- 3 — Na reactivação de matrícula cancelada o imposto deve ser liquidado no prazo de 30 dias a contar da data da reactivação.

Artigo 18.º

[...]

- 1 —
- 2 —
- 3 —

CAPÍTULO XIII

Impostos locais

SECÇÃO I

Imposto municipal sobre imóveis

Artigo 115.º

Alteração ao Código do Imposto Municipal sobre Imóveis

Os artigos 37.º e 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro, abreviadamente designado por Código do IMI, passam a ter a seguinte redacção:

«Artigo 37.º

[...]

- 1 —
- 2 —
- 3 — Em relação aos terrenos para construção, deve ser apresentada fotocópia do alvará de loteamento, que deve ser substituída, caso não exista loteamento, por fotocópia do alvará de licença de construção, projecto aprovado, comunicação prévia, informação prévia favorável ou documento comprovativo de viabilidade construtiva.
- 4 —
- 5 —
- 6 —

Artigo 112.º

[...]

- 1 —
- 2 —
- 3 —

4 — Para os prédios que sejam propriedade de entidades que tenham domicílio fiscal em país, território ou região sujeitos a regime fiscal claramente mais favorável, constantes de lista aprovada por portaria do Ministro das Finanças, a taxa do imposto é de 5%.

- 5 —
- 6 —
- 7 —
- 8 —
- 9 —
- 10 —
- 11 —
- 12 —
- 13 —
- 14 —
- 15 —»

SECÇÃO II

Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis

Artigo 116.º

Alteração ao Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis

Os artigos 6.º, 9.º, 10.º, 11.º, 17.º, 35.º, 36.º e 40.º do Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro, abreviadamente designado por Código do IMT, passam a ter a seguinte redacção:

«Artigo 6.º

[...]

-
- a)
- b)
- c)
- d)
- e)
- f)
- g) As aquisições de prédios individualmente classificados como de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal, nos termos da legislação aplicável;
- h)
- i)
- j)
- l)

Artigo 9.º

[...]

São isentas do IMT as aquisições de prédio urbano ou de fracção autónoma de prédio urbano destinado exclusivamente a habitação própria e permanente cujo valor que serviria de base à liquidação não exceda € 92 407.

Artigo 10.º

[...]

- 1 —
- 2 —

- a)
- b)
- c)
- d)
- e)

- 3 —
- 4 —
- 5 —
- 6 —

- a) As previstas na alínea b) do artigo 6.º;
- b) As previstas na alínea a) do n.º 2 do artigo 8.º desde que o valor que serviria de base a liquidação do IMT, caso este fosse devido, apurado nos termos da regra 5.ª do artigo 12.º, exceda o montante referido no artigo 9.º, bem como as previstas na alínea b) do n.º 2 do artigo 8.º;
- c) [Anterior alínea b).]

- 7 —
- a)
- b)

- 8 —
- 9 —

10 — Não obstante o disposto na alínea b) do n.º 6, para as situações aí previstas, o requerente pode obter a suspensão do pagamento do imposto nos casos em que a dação em cumprimento tenha sido efectuada por devedor pessoa singular, desde que entregue o requerimento a solicitar a respectiva isenção devidamente instruído conjuntamente com a declaração referida no n.º 1 do artigo 19.º

11 — A emissão da declaração de isenção a que se refere o número anterior compete ao serviço de finanças onde for apresentada a declaração referida no n.º 1 do artigo 19.º

12 — Se a isenção a que se refere o n.º 10 não vier a ser objecto de reconhecimento, ao imposto devido são acrescidos juros compensatórios, nos termos do artigo 35.º da lei geral tributária, pelo prazo máximo de 180 dias.

Artigo 11.º

[...]

- 1 —
- 2 —
- 3 —
- 4 —
- 5 —
- 6 —

7 — Deixam de beneficiar igualmente de isenção e de redução de taxas previstas no artigo 9.º e nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 17.º as seguintes situações:

- a) Quando aos bens for dado destino diferente daquele em que assentou o benefício, no prazo de seis anos a contar da data da aquisição, salvo no caso de venda;
- b) Quando os imóveis não forem afectos à habitação própria e permanente no prazo de seis meses a contar da data da aquisição.

- 8 —

Artigo 17.º

[...]

- 1 —
- a)

| Valor sobre que incide o IMT (em euros) | Taxas percentuais | |
|-----------------------------------------|-------------------|-----------|
| | Marginal | Média (*) |
| Até 92 407 | 0 | 0 |
| De mais de 92 407 e até 126 403 | 2 | 0,537 9 |
| De mais de 126 403 e até 172 348 | 5 | 1,727 4 |
| De mais de 172 348 e até 287 213 | 7 | 3,836 1 |
| De mais de 287 213 e até 574 323 | 8 | |
| Superior a 574 323 | 6 taxa única | |

(*) No limite superior do escalão.

- b)

| Valor sobre que incide o IMT (em euros) | Taxas percentuais | |
|-----------------------------------------|-------------------|-----------|
| | Marginal | Média (*) |
| Até 92 407 | 1 | 1 |
| De mais de 92 407 e até 126 403 | 2 | 1,268 9 |
| De mais de 126 403 e até 172 348 | 5 | 2,263 6 |
| De mais de 172 348 e até 287 213 | 7 | 4,157 8 |
| De mais de 287 213 e até 550 836 | 8 | |
| Superior a 550 836 | 6 taxa única | |

(*) No limite superior do escalão.

- c)
- d)

2 —

3 — Quando, relativamente às aquisições a que se referem as alíneas a) e b) do n.º 1, o valor sobre que incide o imposto for superior a € 92 407, é dividido em duas partes, sendo uma igual ao limite do maior dos escalões que nela couber, à qual se aplica a taxa média correspondente a este escalão, e outra, igual ao excedente, a que se aplica a taxa marginal respeitante ao escalão imediatamente superior.

- 4 —
- 5 —
- 6 —

Artigo 35.º

[...]

- 1 —
- 2 —
- 3 — Nos actos ou contratos por documento particular autenticado, ou qualquer outro título, quando essa forma seja admitida em alternativa à escritura pública, o prazo de caducidade do imposto devido conta-se a partir da data da promoção do registo predial.

Artigo 36.º

[...]

- 1 —
- 2 —
- 3 —
- 4 —

- 5 —
- 6 —
- 7 — Nas partilhas judiciais e extrajudiciais, o imposto deve ser pago nos 30 dias posteriores ao acto.
- 8 — Sempre que o IMT seja liquidado conjuntamente com o imposto do selo, o seu pagamento deve ser efectuado no prazo da respectiva notificação.
- 9 —
- 10 —
- 11 —

Artigo 40.º

[...]

- 1 —
- 2 —
- 3 — Nos actos ou contratos por documento particular autenticado, ou qualquer outro título, quando essa forma seja admitida em alternativa à escritura pública, o prazo de prescrição do imposto devido conta-se a partir da data da promoção do registo predial.»

Artigo 117.º

Alteração ao Decreto-Lei n.º 311/82, de 4 de Agosto

O artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 311/82, de 4 de Agosto, alterado pelas Leis n.ºs 10-B/96, de 23 de Março, e 52-C/96, de 27 de Dezembro, passa a ter a seguinte redacção:

«Artigo 3.º

[...]

Está isenta de imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis a transmissão por compra e venda a favor do locatário, no exercício do direito de opção de compra previsto no regime jurídico do contrato de locação financeira, da propriedade ou do direito de superfície constituído sobre o imóvel locado.»

Artigo 118.º

Revogação de disposições no âmbito do IMT

É revogado o artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 311/82, de 4 de Agosto, alterado pelas Leis n.ºs 10-B/96, de 23 de Março, e 52-C/96, de 27 de Dezembro.

CAPÍTULO XIV

Benefícios fiscais

Artigo 119.º

Alteração ao Estatuto dos Benefícios Fiscais

Os artigos 19.º, 21.º, 27.º, 32.º, 44.º, 48.º, 49.º e 70.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de Julho, abreviadamente designado por EBF, passam a ter a seguinte redacção:

«Artigo 19.º

[...]

- 1 —
- 2 —
- 3 —
- 4 —

5 —

6 — O regime previsto no n.º 1 só pode ser concedido uma única vez por trabalhador admitido nessa entidade ou noutra entidade com a qual existam relações especiais nos termos do artigo 63.º do Código do IRC.

Artigo 21.º

[...]

1 —

2 —

3 —

4 — A fruição do benefício previsto no n.º 2 fica sem efeito, devendo ser acrescida à colecta do IRS do ano em que ocorrer o pagamento um montante correspondente a 1 % das importâncias pagas a título de capital, se aos participantes for atribuído qualquer rendimento ou for concedido o reembolso dos certificados, salvo em caso de morte do subscritor ou quando tenham decorrido, pelo menos, cinco anos a contar da respectiva entrega e ocorra qualquer uma das situações previstas na lei.

5 —

6 —

7 —

8 —

9 —

10 —

Artigo 27.º

[...]

1 —

2 —

a)

b) A entidades não residentes e sem estabelecimento estável em território português que sejam domiciliadas em país, território ou região sujeitas a um regime fiscal claramente mais favorável, constante de lista aprovada por portaria do Ministro das Finanças ou com o qual não esteja em vigor uma convenção destinada a evitar a dupla tributação internacional ou um acordo sobre troca de informações em matéria fiscal;

c)

3 —

a) A pessoas singulares não residentes e sem estabelecimento estável em território português que sejam domiciliadas em país, território ou região sujeitas a um regime fiscal claramente mais favorável, constante de lista aprovada por portaria do Ministro das Finanças ou com o qual não esteja em vigor uma convenção destinada a evitar a dupla tributação internacional ou um acordo sobre troca de informações em matéria fiscal;

b)

Artigo 32.º

[...]

1 — (Revogado.)

2 —

3 —

4 —

5 —

6 —

7 —

8 —

9 — O disposto nos n.ºs 2 e 3 é igualmente aplicável a sociedades cuja sede ou direcção efectiva esteja situada em território português, constituídas segundo o direito de outro Estado membro da União Europeia, que tenham por único objecto contratual a gestão de participações sociais de outras sociedades, desde que preencham os demais requisitos a que se encontram sujeitas as sociedades regidas pelo Decreto-Lei n.º 495/88, de 30 de Dezembro.

Artigo 44.º

[...]

1 —

a)

b)

c)

d)

e)

f)

g)

h)

i)

j)

l)

m)

n)

o) As entidades públicas empresariais responsáveis pela rede pública de escolas, quanto aos prédios ou parte de prédios destinados directamente ou indirectamente à realização dos seus fins.

2 —

3 —

4 —

5 —

6 —

7 —

8 —

9 —

10 —

11 —

Artigo 48.º

[...]

1 — Ficam isentos de imposto municipal sobre imóveis os prédios rústicos e urbanos pertencentes a sujeitos passivos cujo rendimento bruto total do agregado familiar, englobado para efeitos de IRS, não seja superior ao dobro do valor do IAS, e cujo valor patrimonial tributário global não exceda 10 vezes o valor anual do IAS.

2 —

Artigo 49.º

[...]

1 — Ficam isentos de imposto municipal sobre imóveis e de imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis os prédios integrados em fundos de investimento imobiliário abertos ou fechados de subscrição pública, em fundos de pensões e em fundos

de poupança-reforma, que se constituam e operem de acordo com a legislação nacional.

2 —

Artigo 70.º

[...]

1 —

a) Veículos afectos ao transporte público de passageiros com lotação igual ou superior a 22 lugares, por sujeitos passivos de IRC licenciados pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I. P. (IMTT, I. P.), sempre que no próprio exercício ou até ao fim do segundo exercício seguinte seja efectuado o reinvestimento da totalidade do valor de realização na aquisição de veículos novos, com lotação igual ou superior a 22 lugares, com data de fabrico não anterior a 2010 e afectos a idêntica finalidade;

b) Veículos afectos ao transporte em táxi, pertencentes a empresas devidamente licenciadas para esse fim, sempre que, no próprio exercício ou até ao fim do segundo exercício seguinte, seja efectuado o reinvestimento da totalidade do valor de realização na aquisição de veículos com data de fabrico não anterior a 2010 e afectos a idêntica finalidade;

c) Veículos de mercadorias com peso bruto igual ou superior a 12 t, adquiridos antes de 1 de Julho de 2009 e com a primeira matrícula anterior a esta data, afectos ao transporte rodoviário de mercadorias público ou por conta de outrem, sempre que, no próprio exercício ou até ao fim do segundo exercício seguinte, a totalidade do valor da realização seja reinvestido em veículos de mercadorias com peso bruto igual ou superior a 12 t e primeira matrícula posterior a 1 de Janeiro de 2010, que sejam afectos ao transporte rodoviário de mercadorias público ou por conta de outrem.

2 —

3 — O benefício previsto no n.º 1 não prejudica a aplicação dos n.ºs 5 e 6 do artigo 48.º do Código do IRC.

4 —

5 — Os benefícios fiscais previstos no presente artigo são aplicáveis durante o período de tributação de 2011.»

Artigo 120.º

Aditamento ao EBF

São aditados ao Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de Julho, os artigos 15.º-A, 73.º e 74.º, com a seguinte redacção:

«Artigo 15.º-A

Divulgação da utilização de benefícios fiscais

A DGCI deve, até ao fim do mês de Setembro de cada ano, divulgar os sujeitos passivos de IRC que utilizaram benefícios fiscais, individualizando o tipo e o montante do benefício utilizado.

Artigo 73.º

Equipamentos de energias renováveis

1 — São dedutíveis à colecta do IRS, desde que não susceptíveis de serem considerados custos para efeitos

da categoria B, 30% das importâncias despendidas com a aquisição dos seguintes bens, desde que afectos a utilização pessoal, com o limite de € 803:

a) Equipamentos novos para utilização de energias renováveis e de equipamentos para a produção de energia eléctrica ou térmica (co-geração) por microturbinas, com potência até 100 kW, que consumam gás natural, incluindo equipamentos complementares indispensáveis ao seu funcionamento;

b) Equipamentos e obras de melhoria das condições de comportamento térmico de edifícios, dos quais resulte directamente o seu maior isolamento;

c) Veículos sujeitos a matrícula exclusivamente eléctricos ou movidos a energias renováveis não combustíveis.

2 — Os benefícios referidos em cada uma das alíneas do número anterior apenas podem ser utilizados uma vez em cada período de quatro anos.

Artigo 74.º

Seguros de saúde

1 — São dedutíveis à colecta do IRS 30% dos prémios de seguros ou contribuições pagas a associações mutualistas ou a instituições sem fins lucrativos que tenham por objecto a prestação de cuidados de saúde que, em qualquer dos casos, cubram exclusivamente os riscos de saúde relativamente ao sujeito passivo ou aos seus dependentes, pagos por aquele ou por terceiros, desde que, neste caso, tenham sido comprovadamente tributados como rendimento do sujeito passivo, com os seguintes limites:

a) Tratando-se de sujeitos passivos não casados ou separados judicialmente de pessoas e bens, até ao limite de € 85;

b) Tratando-se de sujeitos passivos casados e não separados judicialmente de pessoas e bens, até ao limite de € 170.

2 — Por cada dependente a cargo do sujeito passivo, os limites das alíneas a) e b) do número anterior são elevados em € 43.»

Artigo 121.º

Revogação de normas no âmbito do EBF

São revogados o n.º 1 do artigo 32.º e o artigo 67.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais.

Artigo 122.º

Normas transitórias no âmbito do EBF

1 — Até que o valor do indexante de apoios sociais (IAS) atinja o valor da retribuição mínima mensal garantida em vigor para 2010, mantém-se aplicável este último valor para efeito da indexação prevista no artigo 48.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais.

2 — Durante o ano de 2011, os limites previstos nos n.ºs 3 e 12 do artigo 62.º do EBF são fixados em $\frac{12}{1000}$ do volume de vendas ou dos serviços prestados realizados pela empresa no exercício, sempre que os donativos atribuídos sejam direccionados para iniciativas de luta contra a pobreza, desde que a entidade destinatária dos donativos seja previamente objecto de reconhecimento pelo Ministro das Finanças.

CAPÍTULO XV

**Procedimento, processo tributário
e outras disposições**

SECÇÃO I

Lei geral tributária

Artigo 123.º

Alteração à lei geral tributária

Os artigos 18.º, 23.º, 30.º, 62.º, 63.º-A e 63.º-B da lei geral tributária, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 398/98, de 17 de Dezembro, abreviadamente designada por LGT, passam a ter a seguinte redacção:

«Artigo 18.º

[...]

- 1 —
2 —
3 —
4 —

a) Suporte o encargo do imposto por repercussão legal, sem prejuízo do direito de reclamação, recurso, impugnação ou de pedido de pronúncia arbitral nos termos das leis tributárias;

b)

Artigo 23.º

[...]

- 1 —
2 —
3 —
4 —

5 — O responsável subsidiário fica isento de custas e de juros de mora liquidados no processo de execução fiscal se, citado para cumprir a dívida constante do título executivo, efectuar o respectivo pagamento no prazo de oposição.

6 —

Artigo 30.º

[...]

- 1 —
2 —
3 — O disposto no número anterior prevalece sobre qualquer legislação especial.

Artigo 62.º

[...]

1 — Salvo nos casos previstos na lei, os órgãos da administração tributária podem delegar a competência do procedimento.

2 —

Artigo 63.º-A

[...]

1 — As instituições de crédito e sociedades financeiras estão sujeitas a mecanismos de informação automá-

tica relativamente à abertura ou manutenção de contas por contribuintes cuja situação tributária não se encontre regularizada, nos termos dos n.ºs 5 e 6 do artigo 64.º, ou inseridos em sectores de risco, bem como quanto às transferências transfronteiras que não sejam relativas a pagamentos de rendimentos sujeitos a algum dos regimes de comunicação para efeitos fiscais já previstos na lei, a transacções comerciais ou efectuadas por entidades públicas, nos termos a definir por portaria do Ministro das Finanças, ouvido o Banco de Portugal.

2 —

3 — As instituições de crédito e sociedades financeiras têm a obrigação de fornecer à administração tributária, até ao final do mês de Julho de cada ano, através de declaração de modelo oficial, aprovada por portaria do Ministro das Finanças e ouvido o Banco de Portugal, o valor dos fluxos de pagamentos com cartões de crédito e de débito, efectuados por seu intermédio, a sujeitos passivos que auferam rendimentos da categoria B de IRS e de IRC, sem por qualquer forma identificar os titulares dos referidos cartões.

4 — (*Revogado.*)

5 —

6 —

Artigo 63.º-B

[...]

1 —

a)

b)

c)

d)

e)

f)

g) Quando se verifique a existência comprovada de dívidas à administração fiscal ou à segurança social.

2 —

3 —

4 —

5 —

6 —

7 —

8 —

9 —

10 —

11 —

Artigo 124.º

Revogação de disposições da LGT

É revogado o n.º 4 do artigo 63.º-A da LGT.

Artigo 125.º

Disposições transitórias no âmbito da LGT

O disposto no n.º 3 do artigo 30.º da LGT é aplicável, designadamente aos processos de insolvência que se encontrem pendentes e ainda não tenham sido objecto de homologação, sem prejuízo da prevalência dos privilégios creditórios dos trabalhadores previstos no Código do Trabalho sobre quaisquer outros créditos.

SECÇÃO II

Procedimento e processo tributário

Artigo 126.º

Alteração ao Código de Procedimento e de Processo Tributário

Os artigos 61.º, 75.º, 97.º, 150.º, 151.º, 185.º, 245.º, 247.º, 248.º, 252.º, 256.º e 278.º do Código de Procedimento e de Processo Tributário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 433/99, de 26 de Outubro, abreviadamente designado por CPPT, passam a ter a seguinte redacção:

«Artigo 61.º

[...]

1 — O direito aos juros indemnizatórios é reconhecido pelas seguintes entidades:

a) Pela entidade competente para a decisão de reclamação graciosa, quando o fundamento for erro imputável aos serviços de que tenha resultado pagamento da dívida tributária em montante superior ao legalmente devido;

b) Pela entidade que determina a restituição oficiosa dos tributos, quando não seja cumprido o prazo legal de restituição;

c) Pela entidade que procede ao processamento da nota de crédito, quando o fundamento for o atraso naquele processamento;

d) Pela entidade competente para a decisão sobre o pedido de revisão do acto tributário por iniciativa do contribuinte, quando não seja cumprido o prazo legal de revisão do acto tributário.

2 — Em caso de anulação judicial do acto tributário, cabe à entidade que execute a decisão judicial da qual resulte esse direito determinar o pagamento dos juros indemnizatórios a que houver lugar.

3 — (Anterior n.º 1.)

4 — (Anterior n.º 2.)

5 — Os juros são contados desde a data do pagamento indevido do imposto até à data do processamento da respectiva nota de crédito, em que são incluídos.

6 — Sem prejuízo do disposto no número seguinte, pode o interessado reclamar, junto do competente órgão periférico regional da administração tributária, do não pagamento de juros indemnizatórios nos termos previstos no n.º 1, no prazo de 120 dias contados da data do conhecimento da nota de crédito ou, na sua falta, do termo do prazo para a sua emissão.

7 — O interessado pode ainda, no prazo de 30 dias contados do termo do prazo de execução espontânea da decisão, reclamar, junto do competente órgão periférico regional da administração tributária, do não pagamento de juros indemnizatórios no caso da execução de uma decisão judicial de que resulte esse direito.

Artigo 75.º

[...]

1 —

2 — O director de serviços da área operativa dos serviços centrais de inspecção tributária é competente para a decisão sobre a reclamação de actos praticados em consequência de procedimentos inspectivos realizados pelos respectivos serviços.

3 — A competência referida nos números anteriores pode ser delegada pelo dirigente máximo do serviço, director de serviços ou dirigente do órgão periférico regional em funcionários qualificados ou nos dirigentes dos órgãos periféricos locais, cabendo neste último caso ao imediato inferior hierárquico destes a proposta de decisão.

Artigo 97.º

[...]

1 —

a)

b)

c)

d)

e)

f)

g)

h)

i)

j)

l)

m)

n)

o) A oposição, os embargos de terceiros e outros incidentes, bem como a reclamação da decisão da verificação e graduação de créditos;

p)

q)

2 —

3 —

Artigo 150.º

[...]

1 —

2 —

3 —

4 — Quando razões de racionalidade de meios e de eficácia da cobrança o justificarem, o dirigente máximo do serviço, mediante despacho, pode atribuir a competência para a execução fiscal ao órgão periférico regional da área do domicílio ou sede do devedor.

Artigo 151.º

[...]

1 — Compete ao tribunal tributário de 1.ª instância da área onde correr a execução, depois de ouvido o Ministério Público nos termos do presente Código, decidir os incidentes, os embargos, a oposição, incluindo quando incida sobre os pressupostos da responsabilidade subsidiária e a reclamação dos actos praticados pelos órgãos da execução fiscal.

2 —

Artigo 185.º

[...]

1 —

2 —

3 — Nos casos referidos no número anterior a administração tributária disponibiliza, por meios electrónicos, às entidades referidas no n.º 1 e para a prática dos actos

nele referidos, todos os elementos necessários à realização e à confirmação das respectivas diligências.

Artigo 245.º

[...]

1 —
 2 — Havendo reclamações ou juntas as certidões referidas no artigo 241.º, o órgão de execução fiscal procede à verificação e graduação de créditos, notificando dela todos os credores que reclamaram créditos.

3 — Os credores referidos no número anterior podem reclamar da verificação e graduação de créditos nos termos e prazos previstos nos artigos 276.º e seguintes.

4 — A reclamação referida no número anterior tem efeitos suspensivos, procedendo-se à sua remessa imediata ao tribunal tributário de 1.ª instância acompanhado de cópia autenticada do processo principal.

Artigo 247.º

[...]

1 — Os processos que tiverem subido ao tribunal tributário de 1.ª instância, em virtude de reclamação da decisão do órgão de execução fiscal, para decisão da verificação e graduação de créditos, são devolvidos ao órgão da execução fiscal após o trânsito em julgado da decisão.

2 —

Artigo 248.º

[...]

1 — A venda é feita preferencialmente por meio de leilão electrónico ou, na sua impossibilidade, de propostas em carta fechada, nos termos dos números seguintes, salvo quando o presente Código disponha de forma contrária.

2 — A venda é realizada por leilão electrónico, que decorre durante 15 dias, sendo o valor base o correspondente a 70% do determinado nos termos do artigo 250.º

3 — Inexistindo propostas nos termos do número anterior, a venda passa imediatamente para a modalidade de proposta em carta fechada, que decorre durante 15 a 20 dias, baixando o valor base referido no número anterior para 50% do determinado nos termos do artigo 250.º

4 — Não sendo apresentadas propostas nos termos fixados nos números anteriores, é aberto de novo leilão electrónico, que decorre durante 20 dias, adjudicando-se o bem à proposta de valor mais elevado.

5 — O dirigente máximo do serviço pode determinar a venda em outra modalidade prevista no Código de Processo Civil.

6 — Os procedimentos e especificações da realização da venda por leilão electrónico são definidos por portaria do Ministro das Finanças.

Artigo 252.º

[...]

1 —

- a)
- b)
- c)
- d)
- e) Quando for determinado pelo dirigente máximo do serviço.

- 2 —
- 3 —

Artigo 256.º

[...]

1 — *(Anterior corpo do artigo.)*

- a)
- b)
- c)
- d)

e) O funcionário competente passa guia para o adquirente depositar a totalidade do preço à ordem do órgão da execução fiscal, no prazo de 15 dias a contar do fim do prazo para entrega de propostas, sob pena das sanções previstas na lei do processo civil;

f) Nas aquisições de valor superior a 500 vezes a unidade de conta, mediante requerimento fundamentado do adquirente, entregue no prazo máximo de cinco dias a contar do fim do prazo para entrega de propostas, pode ser autorizado o depósito, no prazo referido na alínea anterior, de apenas parte do preço, não inferior a um terço, obrigando-se à entrega da parte restante no prazo máximo de oito meses;

- g)
- h)
- i)

2 — O adquirente pode, com base no título de transmissão, requerer ao órgão de execução fiscal, contra o detentor e no próprio processo, a entrega dos bens.

3 — O órgão de execução fiscal pode solicitar o auxílio das autoridades policiais para a entrega do bem adjudicado ao adquirente.

Artigo 278.º

[...]

- 1 —
- 2 —
- 3 —

- a)
- b)
- c)
- d)
- e) Erro na verificação ou graduação de créditos.

- 4 —
- 5 —
- 6 —

Artigo 127.º

Revogação de disposições do CPPT

É revogado o artigo 243.º do CPPT, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 433/99, de 26 de Outubro.

Artigo 128.º

Alteração ao Regime Geral das Infracções Tributárias

O artigo 25.º do Regime Geral das Infracções Tributárias, aprovado pela Lei n.º 15/2001, de 5 de Junho, abre-

viadamente designado por RGIT, passa a ter a seguinte redacção:

«Artigo 25.º

[...]

As sanções aplicadas às contra-ordenações em concurso são sempre objecto de cúmulo material.»

SECÇÃO III

Outras disposições no âmbito do procedimento e processo tributário

Artigo 129.º

Alteração ao Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais

Os artigos 49.º e 49.º-A do Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais, aprovado pela Lei n.º 13/2002, de 19 de Fevereiro, passam a ter a seguinte redacção:

«Artigo 49.º

[...]

1 —

a)

b)

c)

d) Dos incidentes, embargos de terceiro, reclamação da verificação e graduação de créditos, anulação da venda, oposições e impugnação de actos lesivos, bem como de todas as questões relativas à legitimidade dos responsáveis subsidiários, levantadas nos processos de execução fiscal;

e)

f)

2 —

3 —

Artigo 49.º-A

[...]

1 —

a)

b)

c) Dos incidentes, embargos de terceiro, reclamação da verificação e graduação de créditos, anulação da venda, oposições e impugnação de actos lesivos, bem como de todas as questões relativas à legitimidade dos responsáveis subsidiários, levantadas nos processos de execução fiscal, cujo valor ultrapasse dez vezes o valor da alçada dos Tribunais da Relação;

d)

2 —

a)

b)

c) Dos incidentes, embargos de terceiro, reclamação da verificação e graduação de créditos, anulação da venda, oposições e impugnação de actos lesivos, bem como de todas as questões relativas à legitimidade dos responsáveis subsidiários, levanta-

tadas nos processos de execução fiscal, cujo valor ultrapasse duas vezes o valor da alçada dos Tribunais da Relação;

d)

e)

f)

g)

3 —

a)

b)

c) Dos incidentes, embargos de terceiro, reclamação da verificação e graduação de créditos, anulação da venda, oposições e impugnação de actos lesivos, bem como de todas as questões relativas à legitimidade dos responsáveis subsidiários, levantadas nos processos de execução fiscal, cujo valor não ultrapasse duas vezes o valor da alçada dos Tribunais da Relação;

d)

e)

f)

4 —

5 —

CAPÍTULO XVI

Disposições diversas com relevância tributária

SECÇÃO I

Incentivos fiscais

Artigo 130.º

Revogação de benefícios fiscais

1 — Sem prejuízo do disposto no número seguinte, são revogados o n.º 2 do artigo 65.º da Lei n.º 16/2001, de 22 de Junho, alterada pelas Leis n.ºs 91/2009, de 31 de Agosto, e 3-B/2010, de 28 de Abril, e o artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 20/90, de 13 de Janeiro, alterado pela Lei n.º 52-C/96, de 27 de Dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 323/98, de 30 de Outubro, pela Lei n.º 30-C/2000, de 29 de Dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 238/2006, de 20 de Dezembro.

2 — O direito à restituição de um montante equivalente ao IVA suportado pelas instituições particulares de solidariedade social e pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa relativo às operações previstas nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 20/90, de 13 de Janeiro, mantêm-se em vigor no que respeita às operações que se encontrem em curso em 31 de Dezembro de 2010, bem como às que no âmbito de programas, medidas, projectos e acções objecto de co-financiamento público com suporte no Quadro de Referência Estratégico Nacional, no Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central ou nas receitas provenientes dos jogos sociais, estejam naquela data a decorrer, já contratualizadas ou com decisão de aprovação da candidatura.

Artigo 131.º

Alteração à Lei n.º 16/2001, de 22 de Junho

O artigo 65.º da Lei n.º 16/2001, de 22 de Junho, alterada pelas Leis n.ºs 91/2009, de 31 de Agosto, e 3-B/2010, de 28 de Abril, passa a ter a seguinte redacção:

«Artigo 65.º

[...]

1 — As igrejas e comunidades religiosas radicadas no País, os institutos de vida consagrada e outros institutos com a natureza de associações ou fundações por aquelas fundados ou reconhecidos, e ainda as federações e as associações em que as mesmas se integrem, podem optar pelo regime previsto no n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 20/90, de 13 de Janeiro, alterado pela Lei n.º 52-C/96, de 27 de Dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 323/98, de 30 de Outubro, pela Lei n.º 30-C/2000, de 29 de Dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 238/2006, de 20 de Dezembro, enquanto vigorar, não se lhes aplicando, nesse caso, o n.º 4 do artigo 32.º da presente lei.

2 — *(Revogado.)*»

Artigo 132.º

Alteração ao Decreto-Lei n.º 20/90, de 13 de Janeiro

Os artigos 1.º e 3.º do Decreto-Lei n.º 20/90, de 13 de Janeiro, alterado pela Lei n.º 52-C/96, de 27 de Dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 323/98, de 30 de Outubro, pela Lei n.º 30-C/2000, de 29 de Dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 238/2006, de 20 de Dezembro, passam a ter a seguinte redacção:

«Artigo 1.º

1 — A Direcção-Geral dos Impostos procede à restituição do imposto sobre o valor acrescentado correspondente às aquisições e importações efectuadas por instituições da Igreja Católica — Santa Sé, Conferência Episcopal, dioceses, seminários e outros centros de formação destinados única e exclusivamente à preparação de sacerdotes e religiosos, fábricas da igreja, ordens, congregações e institutos religiosos e missionários, bem como associações de fiéis — relativas a:

- a)
b)

2 — As entidades referidas no número anterior podem optar entre a aplicação do regime nele previsto ou a usufruição do benefício fiscal previsto no n.º 4 do artigo 32.º da Lei n.º 16/2001, de 22 de Junho, alterada pelas Leis n.ºs 91/2009, de 31 de Agosto, e 3-B/2010, de 28 de Abril, nos termos e condições a definir em portaria do membro do Governo responsável pela área das finanças, caso em que uma quota equivalente a 0,5% do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares, liquidado sobre base nas declarações anuais, lhes pode ser destinada pelo contribuinte, para fins religiosos ou de beneficência.

Artigo 3.º

- 1 —
2 —
3 —

4 — O pedido de restituição relativo às aquisições referidas na alínea b) do n.º 1 do artigo 2.º deve ser apresentado durante os meses de Janeiro e Fevereiro, englobando unicamente aquelas operações realizadas durante o ano anterior.

5 —
6 —

7 — A Direcção de Serviços de Reembolsos pode solicitar quaisquer outras informações para apreciação do pedido de reembolso, incluindo a apresentação dos originais dos documentos constantes da relação que acompanha o pedido a que se refere o n.º 1.»

Artigo 133.º

Sistema de incentivos fiscais em investigação e desenvolvimento empresarial II

É aprovado o sistema de incentivos fiscais em investigação e desenvolvimento empresarial II (SIFIDE II), nos seguintes termos:

«Artigo 1.º

Objecto

O presente regime tem por objecto o sistema de incentivos fiscais em investigação e desenvolvimento empresarial II, abreviadamente designado SIFIDE II, a vigorar nos períodos de tributação de 2011 a 2015, o qual se processa nos termos dos artigos seguintes.

Artigo 2.º

Conceitos

Para efeitos do disposto no presente regime, consideram-se:

- a) ‘Despesas de investigação’ as realizadas pelo sujeito passivo de IRC com vista à aquisição de novos conhecimentos científicos ou técnicos;
b) ‘Despesas de desenvolvimento’ as realizadas pelo sujeito passivo de IRC através da exploração de resultados de trabalhos de investigação ou de outros conhecimentos científicos ou técnicos com vista à descoberta ou melhoria substancial de matérias-primas, produtos, serviços ou processos de fabrico.

Artigo 3.º

Despesas elegíveis

1 — Consideram-se dedutíveis as seguintes categorias de despesas, desde que se refiram a actividades de investigação e desenvolvimento, tal como definidas no artigo anterior:

- a) Aquisições de imobilizado, à excepção de edifícios e terrenos, desde que criados ou adquiridos em estado novo e directamente afectos à realização de actividades de I&D;
b) Despesas com pessoal directamente envolvido em tarefas de I&D;
c) Despesas com a participação de dirigentes e quadros na gestão de instituições de I&D;
d) Despesas de funcionamento com o pessoal directamente envolvido em tarefas de I&D contabilizadas a título de remunerações, ordenados ou salários, respeitantes ao exercício;

e) Despesas relativas à contratação de actividades de I&D junto de entidades públicas ou beneficiárias do estatuto de utilidade pública ou de entidades cuja idoneidade em matéria de investigação e desenvolvimento seja reconhecida por despacho conjunto dos Ministros da Economia e da Inovação e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior;

f) Participação no capital de instituições de I&D e contributos para fundos de investimentos, públicos ou privados, destinados a financiar empresas dedicadas sobretudo a I&D, incluindo o financiamento da valorização dos seus resultados, cuja idoneidade em matéria de investigação e desenvolvimento seja reconhecida por despacho conjunto dos Ministros da Economia e da Inovação e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior;

g) Custos com registo e manutenção de patentes;

h) Despesas com a aquisição de patentes que sejam predominantemente destinadas à realização de actividades de I&D;

i) Despesas com auditorias à I&D;

j) Despesas com execução de projectos de I&D necessários ao cumprimento de obrigações contratuais públicas.

2 — As entidades referenciadas na alínea e) do número anterior não podem deduzir qualquer tipo de despesas incorridas em projectos realizados por conta de terceiros.

3 — Os custos referidos na alínea g) do n.º 1 só são aplicáveis às micro, pequenas e médias empresas.

Artigo 4.º

Âmbito da dedução

1 — Os sujeitos passivos de IRC residentes em território português que exerçam, a título principal ou não, uma actividade de natureza agrícola, industrial, comercial e de serviços e os não residentes com estabelecimento estável nesse território podem deduzir ao montante apurado nos termos do artigo 90.º do Código do IRC, e até à sua concorrência, o valor correspondente às despesas com investigação e desenvolvimento, na parte que não tenha sido objecto de comparticipação financeira do Estado a fundo perdido, realizadas nos períodos de tributação de 1 de Janeiro de 2011 a 31 de Dezembro de 2015, numa dupla percentagem:

a) Taxa de base — 32,5% das despesas realizadas naquele período;

b) Taxa incremental — 50% do acréscimo das despesas realizadas naquele período em relação à média aritmética simples dos dois exercícios anteriores, até ao limite de € 1 500 000.

2 — Para os sujeitos passivos de IRC que sejam PME de acordo com a definição constante do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 372/2007, de 6 de Novembro, que ainda não completaram dois exercícios e que não beneficiaram da taxa incremental fixada na alínea b) do número anterior, aplica-se uma majoração de 10% à taxa base fixada na alínea a) do número anterior.

3 — A dedução é feita, nos termos do artigo 90.º do Código do IRC, na liquidação respeitante ao período de tributação mencionado no número anterior.

4 — As despesas que, por insuficiência de colecta, não possam ser deduzidas no exercício em que foram

realizadas podem ser deduzidas até ao sexto exercício imediato.

5 — Para efeitos do disposto nos números anteriores, quando no ano de início de usufruição do benefício ocorrer mudança do período de tributação, deve ser considerado o período anual que se inicie naquele ano.

6 — A taxa incremental prevista na alínea b) do n.º 1 é acrescida em 20 pontos percentuais para as despesas relativas à contratação de doutorados pelas empresas para actividades de investigação e desenvolvimento, passando o limite previsto na mesma alínea a ser de € 1 800 000.

7 — Aos sujeitos passivos que se reorganizem, em resultado de actos de concentração tal como definidos no artigo 73.º do Código do IRC, aplica-se o disposto no n.º 3 do artigo 15.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais.

Artigo 5.º

Condições

Apenas podem beneficiar da dedução a que se refere o artigo 4.º os sujeitos passivos de IRC que preencham cumulativamente as seguintes condições:

a) O seu lucro tributável não seja determinado por métodos indirectos;

b) Não sejam devedores ao Estado e à segurança social de quaisquer impostos ou contribuições, ou tenham o seu pagamento devidamente assegurado.

Artigo 6.º

Obrigações acessórias

1 — A dedução a que se refere o artigo 4.º deve ser justificada por declaração comprovativa, a requerer pelas entidades interessadas, ou prova da apresentação do pedido de emissão dessa declaração, de que as actividades exercidas ou a exercer correspondem efectivamente a acções de investigação ou desenvolvimento, dos respectivos montantes envolvidos, do cálculo do acréscimo das despesas em relação à média dos dois exercícios anteriores e de outros elementos considerados pertinentes, emitida por entidade nomeada por despacho do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, a integrar no processo de documentação fiscal do sujeito passivo a que se refere o artigo 130.º do Código do IRC.

2 — No processo de documentação fiscal do sujeito passivo deve igualmente constar documento que evidencie o cálculo do benefício fiscal, bem como documento comprovativo de que se encontra preenchida a condição referida na alínea b) do artigo 5.º, com referência ao mês anterior ao da entrega da declaração periódica de rendimentos.

3 — As entidades interessadas em recorrer ao sistema de incentivos fiscais previsto na presente lei devem disponibilizar atempadamente as informações solicitadas pela entidade referida no n.º 1 e aceitar submeter-se às auditorias tecnológicas que vierem a ser determinadas.

4 — O Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, através da entidade a que se refere o n.º 1, comunica por via electrónica à Direcção-Geral dos Impostos, até ao fim do mês de Fevereiro de cada ano, a identificação dos beneficiários e do montante das despesas consideradas elegíveis reportadas ao ano anterior ao da comunicação.

Artigo 7.º

Obrigações contabilísticas

A contabilidade dos sujeitos passivos de IRC beneficiários deste regime deve dar expressão ao imposto que deixe de ser pago em resultado da dedução a que se refere o artigo 4.º mediante menção do valor correspondente no anexo ao balanço e à demonstração de resultados relativa ao exercício em que se efectua a dedução.

Artigo 8.º

Exclusividade do benefício

A dedução a que se refere o artigo 4.º não é acumulável, relativamente ao mesmo investimento, com benefícios fiscais da mesma natureza, previstos noutros diplomas legais.»

Artigo 134.º

Regime fiscal de apoio ao investimento

O regime fiscal de apoio ao investimento realizado em 2009 (RFAI 2009), aprovado pelo artigo 13.º da Lei n.º 10/2009, de 10 de Março, mantém-se em vigor até 31 de Dezembro de 2011.

SECÇÃO II

Medidas excepcionais de apoio ao financiamento das empresas

Artigo 135.º

Alteração à Portaria n.º 184/2002, de 4 de Março

A Portaria n.º 184/2002, de 4 de Março, passa a ter a seguinte redacção:

«1.º Para os efeitos previstos na alínea *j*) do n.º 1 do artigo 45.º do Código do IRC, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 85/2001, de 4 de Agosto, é fixado em 1,5 % o *spread* a acrescer à taxa EURIBOR a 12 meses do dia da constituição da dívida, sem prejuízo do disposto no artigo seguinte.

2.º Sempre que se trate de juros e outras formas de remuneração de suprimentos e empréstimos feitos pelos sócios a PME, tal como definidas no anexo ao Decreto-Lei n.º 372/2007, de 6 de Novembro, é fixado em 6 % o *spread* a acrescer à taxa EURIBOR a 12 meses do dia da constituição da dívida.

3.º (*Anterior n.º 2.º*)»

Artigo 136.º

Remuneração convencional do capital social

1 — Na determinação do lucro tributável do IRC pode ser deduzida uma importância correspondente à remuneração convencional do capital social, calculada mediante a aplicação da taxa de 3 % ao montante das entradas realizadas, por entregas em dinheiro, pelos sócios, no âmbito da constituição de sociedade ou de aumento do capital social, desde que:

a) A sociedade beneficiária seja qualificada como pequena ou média empresa, nos termos previstos no anexo ao Decreto-Lei n.º 372/2007, de 6 de Novembro;

b) Os sócios que participem na constituição da sociedade ou no aumento do capital social sejam exclusivamente pessoas singulares, sociedades de capital de risco ou investidores de capital de risco;

c) O lucro tributável não seja determinado por métodos indirectos.

2 — A dedução a que se refere o número anterior:

a) Aplica-se exclusivamente às entradas, no âmbito de constituição de sociedades ou de aumento do capital social, que ocorram nos anos de 2011 a 2013;

b) É efectuada no apuramento do lucro tributável relativo ao período de tributação em que ocorram as mencionadas entradas e nos dois períodos seguintes.

3 — O benefício fiscal previsto no presente artigo é cumulável unicamente com os benefícios relativos à interioridade, desde que globalmente não ultrapassem € 200 000 por entidade beneficiária, durante um período de três anos, de acordo com as regras comunitárias aplicáveis aos auxílios de *minimis*, definidas no Regulamento (CE) n.º 1998/2006, da Comissão, de 15 de Dezembro de 2006.

SECÇÃO III

Medidas excepcionais de apoio ao financiamento da economia

Artigo 137.º

Regime fiscal dos empréstimos externos

1 — Ficam isentos de IRS ou de IRC os juros de capitais provenientes do estrangeiro representativos de contratos de empréstimo *Schuldscheindarlehen* celebrados pelo IGCP, I. P., em nome e em representação da República Portuguesa, desde que o credor seja um não residente sem estabelecimento estável em território português ao qual o empréstimo seja imputado.

2 — A isenção fiscal prevista no número anterior fica subordinada à verificação, pelo IGCP, I. P., da não residência dos credores em Portugal e da não existência de estabelecimento estável em território português ao qual o empréstimo seja imputado, que deve ser efectuada até à data de pagamento do rendimento ou, caso o IGCP, I. P., não conheça nessa data o beneficiário efectivo, nos 60 dias posteriores.

Artigo 138.º

Regime especial de tributação de valores mobiliários representativos de dívida emitida por entidades não residentes

1 — Beneficiam de isenção de IRS e de IRC os rendimentos dos valores mobiliários representativos de dívida pública e não pública emitida por entidades não residentes, que sejam considerados obtidos em território português nos termos dos Códigos do IRS e do IRC, quando venham a ser pagos pelo Estado Português enquanto garante de obrigações assumidas por sociedades das quais é accionista em conjunto com outros Estados membros da União Europeia.

2 — A isenção a que se refere o número anterior aplica-se aos beneficiários efectivos que cumpram os requisitos previstos no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 193/2005, de 7 de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 25/2006, de 8 de Fevereiro.

Artigo 139.º

Operações de reporte

Beneficiam de isenção de imposto do selo as operações de reporte de valores mobiliários ou direitos equiparados realizado em bolsa de valores, bem como o reporte e a alienação fiduciária em garantia realizados pelas instituições financeiras, designadamente por instituições de crédito e sociedades financeiras, com interposição de contrapartes centrais.

Artigo 140.º

Operações de reporte com instituições financeiras não residentes

Ficam isentos de IRC os ganhos obtidos por instituições financeiras não residentes na realização de operações de reporte de valores mobiliários efectuadas com instituições de crédito residentes, desde que os ganhos não sejam imputáveis a estabelecimento estável daquelas instituições situado em território português.

SECÇÃO IV

Contribuição extraordinária

Artigo 141.º

Contribuição sobre o sector bancário

É aprovado o regime que cria a contribuição sobre o sector bancário, nos seguintes termos:

«Artigo 1.º

Objecto

O presente regime tem por objecto a introdução de uma contribuição sobre o sector bancário e determina as condições da sua aplicação.

Artigo 2.º

Incidência subjectiva

1 — São sujeitos passivos da contribuição sobre o sector bancário:

- a) As instituições de crédito com sede principal e efectiva da administração situada em território português;
- b) As filiais em Portugal de instituições de crédito que não tenham a sua sede principal e efectiva da administração em território português;
- c) As sucursais em Portugal de instituições de crédito com sede principal e efectiva fora da União Europeia.

2 — Para efeitos do disposto no número anterior, consideram-se instituições de crédito, filiais e sucursais as definidas, respectivamente, no artigo 2.º e nos n.ºs 1 e 5 do artigo 13.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro.

Artigo 3.º

Incidência objectiva

A contribuição sobre o sector bancário incide sobre:

- a) O passivo apurado e aprovado pelos sujeitos passivos deduzido dos fundos próprios de base (Tier 1) e

complementares (Tier 2) e dos depósitos abrangidos pelo Fundo de Garantia de Depósitos;

b) O valor nocional dos instrumentos financeiros derivados fora do balanço apurado pelos sujeitos passivos.

Artigo 4.º

Taxa

1 — A taxa aplicável à base de incidência definida pela alínea a) do artigo anterior varia entre 0,01 % e 0,05 % em função do valor apurado.

2 — A taxa aplicável à base de incidência definida pela alínea b) do artigo anterior varia entre 0,000 10 % e 0,000 20 % em função do valor apurado.

Artigo 5.º

Liquidação

A liquidação é efectuada pelo próprio sujeito passivo, através de declaração de modelo oficial aprovada por portaria do membro do Governo responsável pela área das finanças, que deve ser enviada anualmente por transmissão electrónica de dados, até ao último dia do mês de Junho.

Artigo 6.º

Pagamento da contribuição

1 — A contribuição devida é paga até ao último dia do prazo estabelecido para o envio da declaração referida no artigo anterior nos bancos, correios e tesourarias de finanças.

2 — O pagamento é efectuado nos termos previstos no n.º 1 do artigo 40.º da lei geral tributária.

Artigo 7.º

Direito subsidiário

À liquidação, cobrança e pagamento da contribuição aplica-se subsidiariamente o disposto na lei geral tributária e no Código de Procedimento e de Processo Tributário.

Artigo 8.º

Regulamentação

A base de incidência definida pelo artigo 3.º, as taxas aplicáveis nos termos do artigo 4.º, bem como as regras de liquidação, de cobrança e de pagamento da contribuição são objecto de regulamentação por portaria do Ministro das Finanças, ouvido o Banco de Portugal.»

SECÇÃO V

Autorizações legislativas

Artigo 142.º

Autorização legislativa relativa a notificações electrónicas efectuadas pela DGAIEC

1 — Fica o Governo autorizado a legislar sobre as notificações por transmissão electrónica de dados através dos sistemas informáticos declarativos geridos pela Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo (DGAIEC).

2 — A autorização referida no número anterior tem o seguinte sentido e extensão:

a) Consagração da possibilidade de serem efectuadas notificações por transmissão electrónica de dados no âmbito do procedimento tributário e dos procedimentos de desalfandegamento das mercadorias, através dos diversos sistemas informáticos declarativos geridos pela DGAIEC, com valor jurídico idêntico ao das notificações previstas no Código de Procedimento e de Processo Tributário;

b) Criação de formas de notificação por transmissão electrónica de dados, sem recurso à caixa postal electrónica, e de regras especiais em matéria de presunção de notificação e respectiva elisão, tendo em conta as especificidades técnicas dos vários sistemas informáticos declarativos geridos pela DGAIEC e respeitando as diversas vertentes do dever de notificação, consagrado no n.º 3 do artigo 268.º da Constituição.

3 — A presente autorização legislativa tem a duração de 90 dias.

Artigo 143.º

Autorização legislativa no âmbito da assistência mútua na recuperação de créditos

1 — Fica o Governo autorizado a transpor a Directiva n.º 2010/24/UE, do Conselho, de 16 de Março de 2010, relativa ao mecanismo de assistência mútua em matéria de recuperação de créditos entre os Estados membros da União Europeia, e a revogar o Decreto-Lei n.º 296/2003, de 21 de Novembro.

2 — A autorização referida no número anterior tem o sentido de:

a) Simplificar e dotar de maior celeridade o mecanismo de assistência mútua em matéria de recuperação de créditos;

b) Tornar mais eficaz e efectiva a recuperação dos créditos dos Estados membros da União;

c) Contribuir para o combate à fraude que tem vindo a aumentar em detrimento da cobrança das receitas dos Estados membros e da União.

3 — A autorização referida no n.º 1 tem a seguinte extensão:

a) No âmbito de aplicação do mecanismo de assistência mútua na recuperação de créditos, a inclusão de todos os impostos ou direitos cobrados por um Estado membro ou em seu nome, incluindo os de carácter regional ou local, desde que decorrentes de uma relação jurídico-tributária, bem como as restituições, intervenções e outras medidas que façam parte do FEAGA e do FEADER, as quotizações e outros direitos previstos no âmbito da regulamentação comunitária do sector do açúcar e ainda outras medidas, como coimas, juros e despesas associadas a uma das dívidas atrás referidas;

b) A adopção de um órgão responsável pela aplicação da directiva, coordenação e contacto com os outros Estados membros da União, bem como a possibilidade de desconcentração das competências de autoridade requerente e requerida em outros serviços de ligação;

c) Alteração dos procedimentos do mecanismo de assistência mútua relativo a este tipo de créditos, com o seguinte alcance:

i) Introdução de um sistema de troca de informações sem pedido prévio relativa aos reembolsos dos créditos

mencionados respeitantes a pessoas estabelecidas ou residentes noutro Estado membro, com excepção do imposto sobre o valor acrescentado (IVA);

ii) Previsão expressa da possibilidade de, por acordo, ser autorizada a presença de funcionários nos serviços e a sua participação em inquéritos administrativos nos Estados membros requeridos;

iii) Previsão da adopção de instrumentos uniformes que permitam a execução e de formulários tipo para notificação sem necessidade de homologação, reconhecimento ou substituição dos títulos executivos originais, bem como as respectivas traduções;

iv) Simplificação das condições para se formular um pedido, no sentido de se dispensar a necessidade de se esgotarem todas as medidas executórias para o pagamento integral do crédito no Estado membro requerente;

v) Previsão da possibilidade de notificação directa da autoridade requerente ao devedor, sem necessidade de recurso ao mecanismo de assistência mútua;

vi) Previsão da possibilidade de utilização e divulgação da informação e dos documentos obtidos pelas autoridades do Estado membro requerente para outros fins que não sejam os da cobrança.

4 — A presente autorização legislativa caduca a 31 de Dezembro de 2011.

Artigo 144.º

Autorização legislativa no âmbito do registo de contribuintes

1 — Fica o Governo autorizado a rever e a sistematizar toda a regulamentação relativa à atribuição e gestão, para fins exclusivamente fiscais, do número de identificação fiscal pela Direcção-Geral dos Impostos, com a extensão e o sentido de:

a) Incluir num único diploma as disposições constantes do Decreto-Lei n.º 463/79, de 30 de Novembro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 240/84, de 13 de Julho, 266/91, de 6 de Agosto, e 19/97, de 21 de Janeiro, pela Lei n.º 15/2001, de 5 de Junho, e pelo Decreto-Lei n.º 81/2003, de 23 de Abril, e bem assim das Portarias n.ºs 386/98, de 3 de Julho, 271/99, de 13 de Abril, 862/99, de 8 de Outubro, 377/2003, de 10 de Maio, e 594/2003, de 21 de Julho;

b) Proceder à uniformização das regras de emissão do cartão de identificação fiscal com as regras aplicáveis ao cartão do cidadão, cartão da empresa e cartão de pessoa colectiva;

c) Introduzir procedimentos que a prática mostrou aconselháveis e inovações que visem simplificar o cumprimento de obrigações fiscais e prestar um serviço de melhor qualidade ao contribuinte.

2 — A presente autorização legislativa caduca a 31 de Dezembro de 2011.

Artigo 145.º

Autorização legislativa relativa aos bens apreendidos

1 — Fica o Governo autorizado a alterar o regime previsto no Decreto-Lei n.º 31/85, de 25 de Janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/97, de 23 de Janeiro, com vista a ajustar o seu âmbito ao previsto no Decreto-Lei n.º 11/2007, de 19 de Janeiro, e a actualizar as regras aplicáveis à avaliação, uso e restituição de qualquer tipo de bens apreendidos em processo-crime ou de contra-ordenação, bem como

dos que vierem a ser declarados perdidos ou abandonados em favor do Estado pelos órgãos de polícia criminal, no âmbito daqueles processos e a eliminar a possibilidade de levantamento do bem após o prazo máximo fixado no n.º 3 do artigo 186.º do Código de Processo Penal.

2 — A autorização a que se refere o número anterior visa salvaguardar a deterioração de bens apreendidos não reclamados ou levantados após notificação dos proprietários, simplificando os procedimentos, conferindo maior celeridade ao processo, de forma a racionalizar e a tornar menos oneroso para o Estado e para os particulares o regime de avaliação, uso e restituição de qualquer tipo de bens apreendidos em processo-crime ou de contra-ordenação, bem como dos que vierem a ser declarados perdidos ou abandonados a favor do Estado.

3 — A presente autorização legislativa caduca a 31 de Dezembro de 2011.

Artigo 146.º

Autorização legislativa para a regulação dos estágios profissionais

1 — Fica o Governo autorizado a legislar no sentido de instituir regras a que deve obedecer a realização de estágios profissionais, incluindo os que tenham como objectivo a aquisição de uma habilitação profissional legalmente exigível para o acesso ao exercício de determinada profissão.

2 — O âmbito da autorização prevista no presente artigo compreende os estágios profissionais, incluindo aqueles cuja realização se mostre legalmente exigível para a aquisição de uma habilitação profissional tendo em vista o acesso ao exercício de determinada profissão, e exclui os estágios que correspondam a trabalho independente, os estágios curriculares, os estágios profissionais extracurriculares que sejam objecto de participação pública e aqueles cuja realização seja obrigatória para o ingresso ou acesso em determinada carreira ou categoria no âmbito de uma relação jurídica de emprego público.

3 — O sentido e a extensão da autorização legislativa prevista no n.º 1 são os seguintes:

- a) Prever a obrigatoriedade de um contrato de estágio, reduzido a escrito, e fixar o seu conteúdo mínimo necessário;
- b) Estabelecer que o estágio não pode ultrapassar a duração máxima de 12 meses, excepto aqueles cuja realização se mostre legalmente exigível para a aquisição de uma habilitação profissional tendo em vista o acesso ao exercício de determinada profissão, em que aquele prazo pode ser prorrogado até ao limite máximo de 18 meses;
- c) Determinar a obrigatoriedade de pagamento de um subsídio mensal de estágio por parte da entidade promotora e de um subsídio de alimentação, fixando-se os respectivos montantes mínimos, e, ainda, a obrigatoriedade de a entidade promotora contratar um seguro de acidentes pessoais em benefício do estagiário, suportando o pagamento do respectivo prémio;
- d) Estabelecer que se considera entidade promotora, para efeitos do diploma a aprovar, a pessoa singular ou colectiva que concede o estágio, incluindo a pessoa singular que, na qualidade de patrono e ao abrigo das disposições legais e regulamentares que regulam a realização de estágios profissionais obrigatórios para o acesso ao exercício de determinada profissão, orientar o respectivo estágio;
- e) Determinar que o estagiário não está abrangido por qualquer regime obrigatório de segurança social, podendo

ser acordado um esquema contributivo facultativo para a segurança social;

f) Estabelecer as situações que originam a suspensão e cessação do contrato de estágio e os respectivos efeitos;

g) Consagrar que a actividade desenvolvida pelo estagiário na entidade promotora, após o termo do período de estágio, é considerada como exercida no âmbito de um contrato de trabalho;

h) Estabelecer a obrigação de a entidade promotora designar um orientador de estágio, definindo as respectivas competências e o número limite de estagiários que pode acompanhar;

i) Fixar as regras de desenvolvimento do estágio, nomeadamente quanto ao regime do período normal de trabalho, dos descansos diário e semanal, de feriados, de faltas e de segurança e saúde no trabalho, aplicando-se o regime da generalidade dos trabalhadores ao serviço da entidade promotora;

j) Consagrar o regime sancionatório para o incumprimento das regras estabelecidas ao abrigo da autorização legislativa prevista no presente artigo;

l) Determinar que as regras relativas à realização de estágios profissionais a aprovar ao abrigo da autorização legislativa prevista no presente artigo prevalecem sobre outros diplomas legais ou regulamentares relativos à realização de estágios, excepto quando delas resulte expressamente o contrário ou a especificidade do regime resulte reconhecida no decreto-lei autorizado.

4 — A presente autorização legislativa caduca a 31 de Dezembro de 2011.

Artigo 147.º

Autorização legislativa para proceder à simplificação do exercício de diversas actividades económicas

1 — É concedida ao Governo autorização para proceder à simplificação da prestação de informação pelas empresas a organismos da Administração Pública, dispensando-as, nomeadamente, de prestar a mesma informação a diferentes entidades.

2 — O sentido e a extensão da presente autorização legislativa são as seguintes:

- a) Simplificar a prestação de informação para efeitos de instalação e funcionamento de estabelecimentos ou armazéns, designadamente permitindo o acesso da Direcção-Geral das Actividades Económicas (DGAE), do Instituto dos Registos e do Notariado (IRN, I. P.), das entidades com competência para fiscalizar o cumprimento das obrigações legais e regulamentares respeitantes à instalação e ao funcionamento de um estabelecimento ou armazém, da ACT, do município e do governo civil onde se localiza o estabelecimento ou armazém, às informações entradas no balcão único electrónico criado no âmbito da iniciativa «Licenciamento zero», dispensando o interessado de comunicar a mesma informação a entidades diferentes;
- b) Simplificar a prestação de informação para efeitos de instalação e funcionamento de estabelecimentos ou armazéns, designadamente permitindo que a DGAE e a Agência para a Modernização Administrativa, I. P. (AMA, I. P.), acedam às bases de dados do IRN, I. P., da Direcção-Geral dos Impostos e da ACT, mediante celebração de protocolo, para verificação da informação indispensável ao desempenho eficaz das suas competências em matéria de instalação e de funcionamento de um estabelecimento ou armazém, decorrentes da iniciativa «Licenciamento zero», dispensando outras validações.

3 — A presente autorização legislativa caduca a 31 de Dezembro de 2011.

Artigo 148.º

Taxas aplicáveis aos produtos vínicos

1 — Fica o Governo autorizado a rever o regime das taxas incidentes sobre os vinhos e produtos vínicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/97, de 15 de Maio.

2 — A autorização legislativa referida no número anterior tem o seguinte sentido e extensão:

a) Garantir que o financiamento dos custos da actividade de controlo e coordenação do sector do vinho pelo Instituto da Vinha e do Vinho, I. P., é assegurado pela incidência de uma taxa diferenciada da taxa que assegura o financiamento da sua actividade de promoção;

b) Alteração do quadro em vigor, pela criação de duas taxas distintas, uma que financia o exercício da actividade de coordenação geral do sector vitivinícola, que incide sobre todos os vinhos e produtos vínicos produzidos ou comercializados em território português, e outra, distinta, destinada à promoção do vinho e dos produtos vínicos nacionais, que incide apenas sobre os vinhos e produtos vínicos produzidos no território nacional.

3 — A presente autorização legislativa tem a duração de 180 dias.

SECÇÃO VI

Outras disposições

Artigo 149.º

Constituição de garantias

Fica isenta de imposto do selo a constituição em 2011 de garantias a favor do Estado ou das instituições de segurança social, no âmbito da aplicação do artigo 196.º do Código de Procedimento e de Processo Tributário ou do Decreto-Lei n.º 124/96, de 10 de Agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 235-A/96, de 9 de Dezembro.

Artigo 150.º

Alteração ao Decreto-Lei n.º 73/99 de 16 de Março

O artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 73/99, de 16 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 201/99, de 9 de Junho, e pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, passa a ter a seguinte redacção:

«Artigo 3.º

[...]

1 — A taxa de juros de mora tem vigência anual com início em 1 de Janeiro de cada ano, sendo apurada e publicitada pelo Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público (IGCP, I. P.), através de aviso a publicar no *Diário da República*, até ao dia 31 de Dezembro do ano anterior, não se contabilizando, no cálculo dos mesmos juros, os dias incluídos no mês de calendário em que se fizer o pagamento.

2 —
3 —
4 —
5 —
6 —
7 — »

Artigo 151.º

Alteração ao Decreto-Lei n.º 122/88, de 20 de Abril

O artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 122/88, de 20 de Abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 233/91, de 26 de Junho, passa a ter a seguinte redacção:

«Artigo 8.º

São impenhoráveis os créditos de IVA, a menos que assumam a forma de reembolsos confirmados e comunicados nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 229/95, de 11 de Setembro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 472/99, de 8 de Novembro, 160/2003, de 19 de Julho, e 124/2005, de 3 de Agosto.»

CAPÍTULO XVII

Disposições finais

Artigo 152.º

Fiscalização prévia do Tribunal de Contas

De acordo com o disposto no artigo 48.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, alterada pelas Leis n.ºs 87-B/98, de 31 de Dezembro, 1/2001, de 4 de Janeiro, 55-B/2004, de 30 de Dezembro, 48/2006, de 29 de Agosto, 35/2007, de 13 de Agosto, e 3-B/2010, de 28 de Abril, para o ano de 2011 ficam isentos de fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas os actos e contratos, considerados isolada ou conjuntamente com outros que aparentem estar relacionados entre si, cujo montante não exceda o valor de € 350 000.

Artigo 153.º

Fundo Português de Carbono

1 — Fica o Governo autorizado a transferir para o Fundo Português de Carbono:

a) O montante das cobranças provenientes da harmonização fiscal entre o gasóleo de aquecimento e o gasóleo rodoviário;

b) O montante das cobranças provenientes da taxa sobre lâmpadas de baixa eficiência, prevista no Decreto-Lei n.º 108/2007, de 12 de Abril;

c) O produto das compensações pelo não cumprimento da obrigação de incorporação de biocombustíveis, prevista no Decreto-Lei n.º 49/2009, de 26 de Fevereiro;

d) O montante de outras receitas que venham a ser afectas a seu favor.

2 — É inscrita em activos financeiros no orçamento do Fundo Português de Carbono uma verba de € 9 000 000 destinada exclusivamente à aquisição de unidades de quantidade atribuída (*assigned amount units*), reduções certificadas de emissão (*certified emission reduction*) ou unidades de redução de emissões (*emission reduction units*), visando o cumprimento dos compromissos assumidos no âmbito do Protocolo de Quioto da Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas.

Artigo 154.º

Comemorações do Centenário da República

Transita para o Orçamento do Estado de 2011 o saldo da dotação afectada ao Programa das Comemorações do Cen-

tenário da República, previsto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 28/2009, de 27 de Março.

Artigo 155.º

Contribuição para o áudio-visual

Fixa-se em € 2,25 o valor mensal da contribuição para o áudio-visual a cobrar em 2011.

Artigo 156.º

Alteração ao Decreto-Lei n.º 170/2008, de 26 de Agosto

O artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 170/2008, de 26 de Agosto, que estabelece o regime jurídico do parque de veículos do Estado, passa a ter a seguinte redacção:

«Artigo 17.º

[...]

1 — *(Anterior corpo do artigo.)*

2 — O produto da alienação, designadamente para efeitos de abate e desmantelamento, de veículos pertencentes ao parque de veículos do Estado pode ser afecto à ANCP, mediante autorização do membro do Governo responsável pela área das finanças, com a faculdade de delegação.»

Artigo 157.º

Contratos-programa no âmbito do SNS

1 — Os contratos-programa a celebrar pelas Administrações Regionais de Saúde, I. P., com os hospitais integrados no SNS ou pertencentes à rede nacional de prestação de cuidados de saúde, nos termos do n.º 2 da base XII da Lei n.º 48/90, de 24 de Agosto, e do n.º 2 do artigo 1.º do regime jurídico da gestão hospitalar, aprovado em anexo à Lei n.º 27/2002, de 8 de Novembro, bem como os celebrados com entidades a integrar na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), no âmbito do funcionamento ou implementação da RNCCI, são autorizados pelos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da saúde e podem envolver encargos até um triénio.

2 — O disposto no número anterior é aplicável aos contratos-programa a celebrar pelas Administrações Regionais de Saúde, I. P., e pelo Instituto da Segurança Social, I. P., com entidades a integrar na RNCCI, no âmbito do funcionamento ou implementação da mesma, sendo autorizados pelos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, da segurança social e da saúde.

3 — Os contratos-programa a que se referem os números anteriores tornam-se eficazes com a sua assinatura e são publicados na 2.ª série do *Diário da República*.

4 — Os pagamentos relativos à prestação correspondente a actos, serviços e técnicas efectuados pelas Administrações Regionais de Saúde, I. P., e pela Administração Central do Sistema de Saúde, I. P., aos hospitais com natureza de entidade pública empresarial ao abrigo dos contratos-programa não têm a natureza de transferências orçamentais daquelas entidades.

Artigo 158.º

Receitas do SNS

1 — O Ministério da Saúde, através da Administração Central do Sistema de Saúde, I. P., implementa as medidas

necessárias à facturação e à cobrança efectiva de receitas, devidas por terceiros legal ou contratualmente responsáveis, nomeadamente entidades seguradoras, mediante o estabelecimento de penalizações, no âmbito dos contratos-programa, por incorrecta identificação das situações de responsabilidade civil, com vista a evitar a diminuição significativa de receitas desta proveniência.

2 — Para efeitos do número anterior, o Ministério da Saúde acciona, nomeadamente, mecanismos de resolução alternativa de litígios.

3 — O não pagamento de taxa moderadora legalmente devida decorridos 10 dias da data da notificação implica o seu pagamento num valor cinco vezes superior ao inicialmente estipulado, nunca inferior a € 100.

Artigo 159.º

Pagamentos de pensões no âmbito do Ministério da Saúde

1 — As responsabilidades com o pagamento de pensões relativas aos aposentados que tenham passado a subscritores nos termos do Decreto-Lei n.º 301/79, de 18 de Agosto, são suportadas pelas verbas da alienação dos imóveis do Estado afectos ao Ministério da Saúde e das entidades integradas no SNS.

2 — Para efeitos do número anterior, cessa a aplicação do regime previsto no n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 301/79, de 18 de Agosto, regulamentado pela Portaria n.º 513/80, de 12 de Agosto.

3 — Para efeitos dos números anteriores, cabe à Secretaria-Geral do Ministério da Saúde proceder aos pagamentos à CGA, I. P., que forem devidos na medida das receitas obtidas nos termos do n.º 1.

Artigo 160.º

Encargos com prestações de saúde no SNS

1 — Os encargos com as prestações de saúde realizadas por estabelecimentos e serviços do SNS aos beneficiários da ADSE, regulados pelo Decreto-Lei n.º 118/83, de 25 de Fevereiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 234/2005, de 30 de Dezembro, e alterado pelas Leis n.ºs 53-D/2006, de 29 de Dezembro, 64-A/2008, de 31 de Dezembro, e 3-B/2010, de 28 de Abril, da assistência na doença da Guarda Nacional Republicana e da Polícia de Segurança Pública (SAD da GNR e PSP) regulado pelo Decreto-Lei n.º 158/2005, de 20 de Setembro, alterado pela Lei n.º 53-D/2006, de 29 de Dezembro, e da assistência na doença a militares das Forças Armadas (ADM) regulado pelo Decreto-Lei n.º 167/2005, de 23 de Setembro, alterado pela Lei n.º 53-D/2006, de 29 de Dezembro, são suportados pelo Orçamento do SNS.

2 — Para efeitos do número anterior e para efeitos do disposto no artigo 25.º do Estatuto do SNS, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 11/93, de 15 de Janeiro, o preço dos cuidados prestados no quadro do SNS é o estabelecido pela Administração Central do Sistema de Saúde, I. P., para os restantes beneficiários do SNS.

3 — Os saldos dos serviços e fundos autónomos do SNS apurados na execução orçamental de 2010 transitam automaticamente para o Orçamento de 2011.

4 — O Governo toma as medidas necessárias para que o crescimento da despesa em medicamentos dispensados em ambulatório e em convenções de meios auxiliares de diagnóstico e terapêutica bem como o crescimento de en-

cargos em produtos farmacêuticos e de consumo clínico não excedam os valores orçamentados.

Artigo 161.º

Transferências das autarquias locais para o orçamento do Serviço Nacional de Saúde

As autarquias locais transferem directamente para o orçamento da Administração Central do Sistema de Saúde, I. P., o valor correspondente à média dos encargos suportados pelos respectivos orçamentos próprios com despesas pagas, nos anos de 2008 e 2009, respeitantes a serviços prestados por estabelecimentos do SNS aos seus trabalhadores.

Artigo 162.º

Contribuição extraordinária de solidariedade

1 — As reformas, pensões, subvenções e outras prestações pecuniárias de idêntica natureza, pagas a um único titular, cujo valor mensal seja superior a € 5000 são sujeitas a uma contribuição extraordinária de 10%, que incide sobre o montante que excede aquele valor.

2 — O disposto no número anterior abrange a soma das pensões e aposentação, de reforma e equiparadas e as subvenções mensais vitalícias pagas pela CGA, I. P., pelo Centro Nacional de Pensões e, directamente ou por intermédio de fundos de pensões, por quaisquer entidades públicas, independentemente da respectiva natureza e grau de independência ou autonomia, nomeadamente as suportadas por institutos públicos, entidades reguladoras, de supervisão ou controlo, e empresas públicas, de âmbito nacional, regional ou municipal.

3 — A contribuição prevista no presente artigo reverte a favor da segurança social, no caso das pensões pagas pelo Centro Nacional de Pensões, e a favor da CGA, I. P., nas restantes situações, sendo deduzida pelas entidades referidas no número anterior das pensões por elas abonadas.

4 — O beneficiário de reformas, pensões, subvenções e outras prestações pecuniárias, a que se refere o n.º 1, presta as informações necessárias para que os órgãos e serviços processadores possam dar cumprimento ao disposto no presente artigo.

Artigo 163.º

Aditamento ao Decreto-Lei n.º 118/83, de 25 de Fevereiro

É aditado ao Decreto-Lei n.º 118/83, de 25 de Fevereiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 234/2005, de 30 de Dezembro, e alterado pelas Leis n.ºs 53-D/2006, de 29 de Dezembro, 64-A/2008, de 31 de Dezembro, e 3-B/2010, de 28 de Abril, o artigo 47.º-A, com a seguinte redacção:

«Artigo 47.º-A

Contribuição para a ADSE da entidade patronal ou equiparada

1 — Os serviços integrados e os serviços e fundos autónomos, enquanto entidades empregadoras, pagam uma contribuição de 2,5% das remunerações sujeitas a desconto para a CGA, I. P., ou para a segurança social dos respectivos trabalhadores que sejam beneficiários titulares da ADSE.

2 — A contribuição prevista no número anterior é receita própria da ADSE e destina-se ao financiamento do sistema de benefícios assegurados pela ADSE, incluindo os regimes livre e convencionado.»

Artigo 164.º

Verbas dos orçamentos dos governos civis relativas ao apoio a associações

Durante o ano de 2011, as verbas dos orçamentos dos governos civis relativas ao apoio a associações, ao abrigo da competência prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 4.º-A do Decreto-Lei n.º 252/92, de 19 de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 316/95, de 28 de Novembro, pelo Decreto-Lei n.º 213/2001, de 2 de Agosto, pelo Decreto-Lei n.º 264/2002, de 25 de Novembro, pela Lei n.º 52-A/2005, de 10 de Outubro, e pela Lei n.º 40/2007, de 24 de Agosto, têm como destino prioritário o apoio a actividades de segurança rodoviária, de protecção civil e socorro, em termos a definir por despacho do membro do Governo responsável pela área da administração interna.

Artigo 165.º

Sistema integrado de operações de protecção e socorro

Fica a Autoridade Nacional de Protecção Civil autorizada a transferir para as associações humanitárias de bombeiros e para a Escola Nacional de Bombeiros ou para a entidade que a substitua, ao abrigo dos protocolos celebrados ou que venham a ser celebrados pela Autoridade Nacional de Protecção Civil, as dotações inscritas nos seus orçamentos referentes a:

- a) Missões de protecção civil, incluindo as relativas ao sistema integrado de operações de protecção civil;
- b) Missões de protecção civil, incluindo as relativas ao sistema integrado de operações de protecção e socorro (SIOPS).

Artigo 166.º

Redefinição do uso dos solos

Sem prejuízo do disposto no artigo 97.º-B do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 53/2000, de 7 de Abril, e 310/2003, de 10 de Dezembro, pelas Leis n.ºs 58/2005, de 29 de Dezembro, e 56/2007, de 31 de Agosto, e pelos Decretos-Leis n.ºs 316/2007, de 19 de Setembro, e 46/2009, de 20 de Fevereiro, verificada a desafectação do domínio público ou dos fins de utilidade pública de prédios e equipamentos situados nas áreas de uso especial ou equivalentes e a sua reafectação a outros fins, deve o município, em prazo razoável, promover a redefinição do uso do solo, mediante a elaboração ou alteração do pertinente instrumento de gestão territorial, de modo a consagrar os usos, os índices médios e os outros parâmetros aplicáveis às áreas limítrofes adjacentes que confinam directamente com as áreas de uso a redefinir.

Artigo 167.º

Adjudicação de bens perdidos a favor do Estado

Reverte a favor do Fundo para a Modernização da Justiça 50% do produto da alienação dos bens perdidos a favor do Estado nos termos do artigo 186.º do Código de Processo Penal (CPP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 78/87, de 17 de Fevereiro, e do n.º 1 do artigo 35.º e do artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, alterado e republicado pela Lei n.º 18/2009, de 11 de Maio, rectificadora pela Declaração de Rectificação n.º 41/2009, de 22 de Junho, e alterado pela Lei n.º 38/2009, de 20 de Julho.

Artigo 168.º

Depósitos obrigatórios

1 — Os depósitos obrigatórios existentes na Caixa Geral de Depósitos, a 1 de Janeiro de 2004, e que ainda não tenham sido objecto de transferência para a conta do Instituto de Gestão Financeira e de Infra-Estruturas da Justiça, I. P. (IGFIJ, I. P.), em cumprimento do disposto no n.º 8 do artigo 124.º do Decreto-Lei n.º 324/2003, de 27 de Dezembro, alterado pela Lei n.º 53-A/2006, de 29 de Dezembro, são objecto de transferência imediata para a conta do IGFIJ, I. P., independentemente de qualquer formalidade, designadamente de ordem do tribunal com jurisdição sobre os mesmos.

2 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, o IGFIJ, I. P., pode notificar a Caixa Geral de Depósitos para, no prazo de 30 dias, efectuar a transferência de depósitos que venham a ser posteriormente apurados e cuja transferência não tenha sido ainda efectuada.

Artigo 169.º

Prescrição dos depósitos obrigatórios e dos depósitos autónomos

1 — O direito à devolução de quantias depositadas à ordem de quaisquer processos judiciais, independentemente do regime legal ao abrigo do qual os depósitos tenham sido constituídos, prescreve no prazo de cinco anos, a contar da data em que o titular for, ou tenha sido, notificado do direito a requerer a respectiva devolução, salvo norma especial em contrário.

2 — As quantias prescritas nos termos do número anterior consideram-se perdidas a favor do IGFIJ, I. P.

Artigo 170.º

Processos judiciais destruídos

Os valores depositados na Caixa Geral de Depósitos, ou à guarda dos tribunais, à ordem de processos judiciais destruídos consideram-se perdidos a favor do IGFIJ, I. P.

Artigo 171.º

Saldos das dotações da receita da taxa de gestão de resíduos

Transita para o Orçamento de 2011 o saldo da receita do ano anterior da taxa de gestão de resíduos (TGR) consignada às despesas previstas no n.º 1 do artigo 2.º do regulamento de aplicação do produto da taxa de gestão de resíduos, aprovado em anexo à Portaria n.º 1127/2009, de 1 de Outubro.

Artigo 172.º

Extensão do regime de cumulação a titulares de cargos políticos

É alterado o artigo 9.º da Lei n.º 52-A/2005, de 10 de Outubro, que passa a ter a seguinte redacção:

«Artigo 9.º

Limites às cumulações

1 — Nos casos em que os titulares de cargos políticos em exercício de funções se encontrem na condição de aposentados, pensionistas, reformados ou reservistas devem optar ou pela suspensão do pagamento da pensão

ou pela suspensão da remuneração correspondente ao cargo político desempenhado.

2 — A opção prevista no número anterior aplica-se aos beneficiários de pensões de reforma da Caixa Geral de Aposentações e da segurança social e de pensões pagas por entidades gestoras de fundos de pensões ou planos de pensões de institutos públicos, de entidades administrativas independentes e de entidades pertencentes aos sectores empresariais do Estado, regional e local.

3 — Caso o titular de cargo político opte pela suspensão do pagamento da pensão de aposentação, de reforma ou da remuneração na reserva, tal pagamento é retomado, sendo actualizado nos termos gerais, findo o período de suspensão.

4 — Os beneficiários de subvenções mensais vitalícias que exerçam quaisquer funções políticas ou públicas remuneradas, nomeadamente em quaisquer serviços da administração central, regional e autárquica, empresas públicas, entidades públicas empresariais, entidades que integrem o sector empresarial municipal ou regional e demais pessoas colectivas públicas, devem optar ou pela suspensão do pagamento da subvenção vitalícia ou pela suspensão da remuneração correspondente à função política ou pública desempenhada.

5 — A opção exercida ao abrigo dos n.ºs 1 e 4 é estabelecida em conformidade com declaração do interessado, para todos os efeitos legais.

6 — O disposto no presente artigo aplica-se no caso da alínea a) do n.º 2 do artigo 1.º da Lei n.º 4/85, de 9 de Abril, alterada pelas Leis n.ºs 26/95, de 18 de Agosto, 3/2001, de 23 de Fevereiro, e 52-A/2005, de 10 de Outubro.»

Artigo 173.º

Extensão do regime de cumulação de funções

O regime de cumulação de funções públicas remuneradas previsto nos artigos 78.º e 79.º do Estatuto da Aposentação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de Dezembro, é aplicável aos beneficiários de pensões de reforma da segurança social e de pensões pagas por entidades gestoras de fundos de pensões ou planos de pensões de entidades públicas, designadamente de institutos públicos e de entidades pertencentes aos sectores empresariais do Estado, regional e local, a quem venha a ser autorizada ou renovada situação de cumulação.

Artigo 174.º

Aplicação no tempo da extensão do regime de cumulação de funções

1 — O regime introduzido pelo artigo 172.º aplica-se a quem se encontre no exercício de funções na data de entrada em vigor da lei do Orçamento do Estado.

2 — O regime de cumulação introduzido pelo artigo 173.º aplica-se aos pedidos de autorização de exercício de funções públicas que sejam apresentados a partir da entrada em vigor da lei do Orçamento do Estado.

Artigo 175.º

Alterações à Lei n.º 25/2006, de 30 de Junho

1 — Os artigos 15.º e 17.º da Lei n.º 25/2006, de 30 de Junho, alterado pela Lei n.º 67-A/2007, de 31 de Dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 113/2009, de 18 de Maio,

e pela Lei n.º 46/2010, de 7 de Setembro, passam a ter a seguinte redacção:

«Artigo 15.º

[...]

1 — As entidades referidas no artigo 11.º são competentes para a instauração e instrução dos processos de contra-ordenação a que se refere a presente lei, incluindo a análise da defesa, a elaboração da proposta de decisão, a notificação da decisão administrativa, bem como a preparação do título executivo.

2 — A decisão administrativa a proferir nos processos mencionados no número anterior compete ao Instituto de Infra-Estruturas Rodoviárias, I. P.

3 —

4 — O Instituto de Infra-Estruturas, I. P., pode aplicar a sanção acessória de apreensão dos documentos de identificação do veículo, com carácter provisório e até efectivo cumprimento da decisão, notificando o arguido para proceder à entrega dos documentos na autoridade policial da área de residência no prazo de 15 dias a contar da data em que aquela decisão se tornar definitiva.

5 — Para efeitos do disposto no número anterior, o Instituto de Infra-Estruturas Rodoviárias, I. P., comunica às autoridades policiais e às conservatórias do registo automóvel a identificação actualizada das matrículas dos veículos em causa.

Artigo 17.º

[...]

1 — Caso a coima seja paga até ao envio do processo de contra-ordenação para o Instituto de Infra-estruturas Rodoviárias, I. P., o produto da coima reverte:

- a) 60% para o Estado;
- b) 40% para a entidade que realizar a respectiva cobrança.

2 — Caso a coima seja paga após o envio do processo de contra-ordenação para o Instituto de Infra-estruturas Rodoviárias, I. P., o produto da coima reverte:

- a) 25% para a entidade referida no n.º 1 do artigo 11.º que tenha instruído o respectivo processo;
- b) 15% para o Instituto de Infra-Estruturas Rodoviárias, I. P.;
- c) 20% para a entidade que realizar a respectiva cobrança;
- d) 40% para o Estado.

3 — Caso a coima seja paga após a remessa ao Instituto de Infra-Estruturas Rodoviárias, I. P., do documento referido no n.º 2 do artigo 17.º-A, o produto da coima reverte:

- a) 25% para a entidade referida no n.º 1 do artigo 11.º que tenha instaurado e instruído o processo de contra-ordenação;
- b) 20% para o Instituto de Infra-Estruturas Rodoviárias, I. P.;
- c) 15% para a entidade que realizar a respectiva cobrança;
- d) 40% para o Estado.

4 — A entidade que realizar a cobrança deve entregar mensalmente, ao Instituto de Infra-Estruturas Rodoviárias, I. P., os quantitativos das taxas de portagens, coimas e custos administrativos para que este proceda à sua distribuição pelas entidades a que pertençam.»

2 — É aditado à Lei n.º 25/2006, de 30 de Junho, alterada pela Lei n.º 67-A/2007, de 31 de Dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 113/2009, de 18 de Maio, e pela Lei n.º 46/2010, de 7 de Setembro, o artigo 17.º-A, com a seguinte redacção:

«Artigo 17.º-A

Natureza e execução dos créditos

1 — Compete ao Instituto de Infra-Estruturas Rodoviárias, I. P., adoptar as medidas necessárias para que, quando ocorra o não pagamento em conformidade com o disposto no artigo 16.º, haja lugar à execução do crédito composto pela taxa de portagem, coima e custos administrativos, a qual segue, com as necessárias adaptações, os termos dos artigos 148.º e seguintes do Código do Procedimento e de Processo Tributário.

2 — As entidades referidas no n.º 1 do artigo 11.º da presente lei preparam e remetem, para emissão, o título executivo ao Instituto de Infra-Estruturas Rodoviárias, I. P., que exerce as funções de órgão de execução, a quem compete promover a cobrança coerciva dos créditos referidos no número anterior.

3 — Cabe ao Instituto de Infra-Estruturas Rodoviárias, I. P., implementar mecanismos de troca de informação e acesso às bases de dados da Direcção-Geral dos Impostos, mediante celebração de protocolo que vise a recolha e verificação da informação indispensável ao desempenho eficaz das suas competências.

4 — Equiparam-se a créditos do Estado aqueles a que se refere o n.º 1.»

3 — O regime previsto nos números anteriores aplica-se a todos os processos executivos que se iniciem após a entrada em vigor da presente lei, independentemente do momento em que foi praticado o facto que motivou a aplicação da sanção contra-ordenacional.

Artigo 176.º

Autorização legislativa relativa ao regime especial de execução de créditos pelo Instituto de Infra-Estruturas Rodoviárias, I. P.

1 — Fica o Governo autorizado a proceder à aprovação de um regime especial de execução dos créditos de que o Instituto de Infra-Estruturas Rodoviárias, I. P., seja titular, desde que originados pela falta de pagamento de taxas de portagem em infra-estruturas rodoviárias.

2 — A autorização referida no número anterior é concedida com o seguinte sentido e extensão:

- a) Estabelecer um regime especial de execução para cobrança coerciva de taxas de portagem, coimas e custos administrativos, que garanta o respeito pelos princípios do contraditório, da proporcionalidade, da eficiência, da praticabilidade, da simplicidade e do duplo grau de decisão;
- b) Simplificar as formalidades do procedimento;
- c) Atribuir competência exclusiva ao tribunal tributário de 1.ª instância da área da sede do órgão de execução;
- d) Aceitar a garantia bancária como único meio de suspensão da execução;
- e) Dispensar a cobrança de juros de mora;

- f) Adequar os fundamentos da oposição à execução;
- g) Rejeitar a possibilidade de pagamento em prestações ou de dação em pagamento;
- h) Afastar o arresto como forma de garantia de pagamento.

Artigo 177.º

Alteração à Lei n.º 63-A/2008, de 24 de Novembro

1 — O artigo 2.º da Lei n.º 63-A/2008, de 24 de Novembro, alterada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, passa a ter a seguinte redacção:

«Artigo 2.º

[...]

- 1 —
- 2 —
- 3 — As modalidades previstas no n.º 1 têm natureza subsidiária e temporária, sendo aplicáveis a operações de capitalização de instituições de crédito a realizar até 31 de Dezembro de 2011, no quadro das decisões de renovação do presente regime que vierem a ser tomadas no plano europeu.
- 4 — *(Revogado.)*»

2 — A concessão de garantias ao abrigo da Lei n.º 60-A/2008, de 20 de Outubro, está igualmente sujeita ao prazo e às respectivas condições de prorrogação, previstas no número anterior, no quadro das decisões de renovação do presente regime que vierem a ser tomadas no plano europeu.

3 — É revogado o n.º 4 do artigo 2.º da Lei n.º 63-A/2008, de 24 de Novembro, alterada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril.

Artigo 178.º

Aditamento à Lei n.º 46/2008, de 27 de Agosto

É aditado à Lei n.º 46/2008, de 27 de Agosto, o artigo 15.º-A, com a seguinte redacção:

«Artigo 15.º-A

Instituição da comissão executiva metropolitana

1 — Compete à junta metropolitana deliberar sobre a instituição ou não da comissão executiva metropolitana a que se refere o artigo 16.º

2 — Deliberando a junta metropolitana a não instituição da comissão executiva metropolitana, as competências previstas no artigo 17.º são exercidas pelo presidente da junta metropolitana que as pode delegar ou subdelegar nos vice-presidentes ou noutros membros da junta.

3 — No caso previsto no número anterior, os membros da junta metropolitana não têm direito a qualquer remuneração pelo exercício dessas competências.»

Artigo 179.º

Alteração ao Decreto-Lei n.º 40-A/98, de 27 de Fevereiro

1 — O artigo 66.º do Decreto-Lei n.º 40-A/98, de 27 de Fevereiro, passa a ter a seguinte redacção:

«Artigo 66.º

[...]

- 1 —
- a)
- b)

- c)
- d)
- e) O pagamento de um montante igual a cinco vezes a remuneração ilíquida da respectiva categoria.

- 2 —
- 3 —
- 4 —

2 — É revogado o n.º 5 do artigo 62.º do Decreto-Lei n.º 40-A/98, de 27 de Fevereiro.

Artigo 180.º

Alteração ao Decreto-Lei n.º 56/81, de 31 de Março

O artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 56/81, de 31 de Março, passa a ter a seguinte redacção:

«Artigo 8.º

- 1 —
- 2 — São também fixados a este pessoal, por despacho dos Ministros da Defesa Nacional e das Finanças, os quantitativos respeitantes a abonos para despesas de instalação individual, transporte, seguro e embalagem de móveis e bagagens e despesas eventuais, quando mandados deslocar em serviço extraordinário dentro do país em que estão acreditados ou fora dele.
- 3 — Estes quantitativos devem, também, atender aos quantitativos em uso para o pessoal equiparável do Ministério dos Negócios Estrangeiros em serviço no estrangeiro.
- 4 — *(Anterior n.º 3.)*»

Artigo 181.º

Alteração ao Decreto-Lei n.º 139/94, de 23 de Maio

O artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 139/94, de 23 de Maio, passa a ter a seguinte redacção:

«Artigo 2.º

- 1 —
- 2 — Aos oficiais de ligação quando mandados deslocar em serviço extraordinário dentro do país em que estão colocados ou fora dele são atribuídos suplementos por compensação de despesas, a fixar nos termos do número anterior.»

Artigo 182.º

Alteração ao Decreto-Lei n.º 275-A/2000, de 9 de Novembro

O artigo 145.º do Decreto-Lei n.º 275-A/2000, de 9 de Novembro, passa a ter a seguinte redacção:

«Artigo 145.º

[...]

- 1 —
- 2 —
- 3 —
- 4 — Por despacho conjunto dos Ministros dos Negócios Estrangeiros, das Finanças e da Justiça, são ainda fixados os quantitativos respeitantes a abonos para despesas de instalação individual, transporte, seguro e embalagem de móveis e bagagens e despesas eventuais,

quando mandados deslocar em serviço extraordinário dentro do país em que estão acreditados ou fora dele.

5 — Na determinação dos abonos referidos no número anterior deve atender-se aos quantitativos em uso para o pessoal equiparável do Ministério dos Negócios Estrangeiros em serviço no estrangeiro.

- 6 —
7 —
8 —»

Artigo 183.º

Regularização extraordinária dos pagamentos aos fornecedores do sector público administrativo e empresarial

1 — Compete aos órgãos de gestão das entidades dos sectores público administrativo e empresarial assegurar que a gestão de tesouraria dessas entidades é adequada ao cumprimento das condições de pagamento acordadas com os seus fornecedores.

2 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, nos casos em que os prazos acordados, ou os prazos efectivos de pagamento, excedam os 60 dias, os órgãos de gestão devem contactar os fornecedores, propondo a renegociação das condições contratuais, em ordem a ser obtida uma adequada compensação em função do período de antecipação e do custo do financiamento implícito.

3 — O processo relativo a cada dívida deve ser organizado de modo a ser claramente identificado o fornecedor, a natureza de bem ou serviço, o prazo contratual do pagamento e o número, data de emissão e montante da factura a pagar e o respectivo cabimento orçamental.

4 — Na realização dos pagamentos aos fornecedores deve ser respeitada a ordem cronológica das dívidas.

5 — Compete aos órgãos de gestão das entidades referidas no n.º 1 assegurar a divulgação das respectivas páginas electrónicas da situação no final de cada semestre, nos termos a fixar pelos serviços de inspecção com competência sobre cada entidade e em coordenação com a Inspecção-Geral de Finanças, devendo identificar, designadamente, os montantes em dívida para cada prazo, agrupados segundo a natureza de bem ou serviço fornecido.

6 — Compete aos órgãos de inspecção sectorial a avaliação da qualidade da informação divulgada pelas entidades referidas no n.º 1, bem como emitir recomendações relativas à sua melhoria.

7 — Findo o semestre, a Inspecção-Geral de Finanças, em articulação com as inspecções sectoriais, divulga na sua página electrónica, até ao final do mês seguinte, um resumo da situação para o conjunto dos sectores público administrativo e empresarial, acompanhada de uma síntese da avaliação sobre o cumprimento do referido no n.º 1.

8 — Até ao final do mês de Março de 2011, os órgãos de gestão das entidades referidas no n.º 1 devem publicar os quadros relativos à situação em 31 de Dezembro de 2010.

9 — Os responsáveis dos órgãos de gestão a que se refere o n.º 1 incorrem em responsabilidade financeira e disciplinar, nos casos aplicáveis, para além de outra eventualmente aplicável, quando, tendo disponibilidades financeiras por aplicação das normas pertinentes da presente lei, ou podendo a elas ter acesso, não efectuarem os pagamentos a fornecedores nos termos estipulados no n.º 1 ou não criarem as condições para que tal possa suceder.

10 — Da autorização de endividamento constante do artigo 84.º da presente lei, até € 1 000 000 000 destinam-se a fazer face às necessidades de financiamento com

regularização de dívidas a fornecedores, nos limites das possibilidades do exercício orçamental.

11 — Com respeito pelo disposto nos números anteriores, o Ministro de Estado e das Finanças fixa, por portaria, os procedimentos necessários para a concretização das modalidades de regularização.

12 — Nos casos das empresas regionais e municipais, o financiamento é efectuado às respectivas regiões e municípios.

13 — As entidades públicas beneficiárias do financiamento criam todas as condições para que os processos de conferência das facturas ocorram dentro de um prazo razoável.

Artigo 184.º

Alteração à Lei n.º 43/2004, de 18 de Agosto

O artigo 20.º da Lei n.º 43/2004, de 18 de Agosto, passa a ter a seguinte redacção:

«Artigo 20.º

[...]

- 1 —
2 — Além das dotações que lhe sejam atribuídas no Orçamento da Assembleia da República, nos termos da Lei n.º 59/90, de 21 de Novembro, constituem receitas da Comissão Nacional de Protecção de Dados a inscrever directamente no Orçamento do Estado:

- 1)
2)
3)
4)
5)
6)
7)
3 —
4 —
5 —»

Artigo 185.º

Entidades com autonomia administrativa que funcionam junto da Assembleia da República

1 — Os orçamentos da Comissão Nacional de Eleições, da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, da Comissão Nacional de Protecção de Dados e do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida são desagregados no âmbito da verba global atribuída à Assembleia da República, nos termos previstos na Resolução n.º 115/2010, de 29 de Outubro, que aprovou o Orçamento da Assembleia da República para 2011.

2 — Os Mapas de Desenvolvimento das Despesas dos Serviços e Fundos Autónomos — Assembleia da República — Orçamento Privativo — Funcionamento são alterados em conformidade com o disposto no número anterior.

Artigo 186.º

Norma revogatória

É revogado o n.º 3 do artigo 18.º da Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril.

Artigo 187.º

Entrada em vigor

A presente lei entra em vigor no dia 1 de Janeiro de 2011.

Aprovada em 26 de Novembro de 2010.

O Presidente da Assembleia da República, *Jaime Gama*.

Promulgada em 30 de Dezembro de 2010.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendada em 30 de Dezembro de 2010.

Pelo Primeiro-Ministro, *Manuel Pedro Cunha da Silva Pereira*, Ministro da Presidência.

Quadro de alterações e transferências orçamentais

(a que se refere o artigo 7.º)

Diversas alterações e transferências

1 — Transferência de verbas inscritas no orçamento do Fundo para as Relações Internacionais, I. P. (FRI), para o orçamento do Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC) da Secretaria-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, destinadas à cobertura de encargos com projectos de investimento destes serviços, ficando a Secretaria-Geral e a Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas autorizadas a inscrever no seu PIDDAC as verbas transferidas do FRI.

2 — Transferência de verbas a inscrever no orçamento do Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I. P., para as autarquias locais, destinadas a projecto no âmbito do Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros.

3 — Transferência de uma verba até € 15 000 000, proveniente do saldo de gerência do Turismo de Portugal, I. P., para a AICEP, E. P. E., Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, destinada à promoção de Portugal no exterior, nos termos a contratualizar entre as duas entidades.

4 — Transferência de verbas inscritas nos orçamentos de todos os serviços do Ministério da Administração Interna, relativas a despesa com aquisição de serviços de comunicações de dados, para a mesma rubrica do orçamento da Direcção-Geral de Infra-Estruturas e Equipamentos, com o limite de € 9 000 000, desde que estas transferências se tornem necessárias pelo desenvolvimento do projecto Rede Nacional de Segurança Interna.

5 — Transferência de uma verba, até ao limite de 10% da verba disponível no ano de 2011 por despacho conjunto dos ministros responsáveis pelas áreas das finanças e da defesa nacional, destinada à cobertura de encargos, designadamente, com a preparação, operações e treino de forças, de acordo com a finalidade prevista no artigo 1.º da Lei Orgânica n.º 4/2006, de 29 de Agosto.

6 — Alterações entre capítulos do orçamento do Ministério da Defesa Nacional decorrentes da Lei do Serviço Militar, da reestruturação dos estabelecimentos fabris das Forças Armadas, das alienações e reafectações dos imóveis afectos às Forças Armadas, no âmbito das missões humanitárias e de paz e dos observadores militares não enquadráveis nestas missões.

7 — Transferência de verbas do Ministério da Defesa Nacional para a Caixa Geral de Aposentações, I. P., e para

a segurança social, destinadas ao reembolso do pagamento das prestações previstas na Lei n.º 9/2002, de 11 de Fevereiro, na Lei n.º 21/2004, de 5 de Junho, e no Decreto-Lei n.º 320-A/2000, de 15 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 118/2004, de 21 de Maio, e pelo Decreto-Lei n.º 320/2007, de 27 de Setembro.

8 — Transferência para o orçamento do Ministério da Defesa Nacional das verbas inscritas no orçamento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, para a comparticipação no reequipamento do navio *Almirante Gago Coutinho*, em conformidade com o protocolo assinado em 15 de Novembro de 2004.

9 — Transferências de verbas, entre ministérios, no âmbito da Comissão Interministerial para os Assuntos do Mar, destinados à implementação dos programas integrantes da Estratégia Nacional para o Mar, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 163/2006, de 12 de Dezembro, e das actividades do Fórum Permanente para os Assuntos do Mar criado nos termos do despacho n.º 28267/2007, de 17 de Dezembro (2.ª série).

10 — Alterações orçamentais e transferências necessárias ao reforço do orçamento do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas para a execução do Programa PRODER, até ao montante de € 50 000 000, tendo como contrapartida verbas não utilizadas e inscritas em outros programas orçamentais.

11 — Transferência de verbas, no montante de € 984 000, proveniente de receitas próprias do orçamento de receita da Autoridade Florestal Nacional (AFN), do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, para o Instituto Geográfico Português (IGP), do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, destinado a assegurar a comparticipação do MADRP na contrapartida nacional do projecto inscrito em PIDDAC, da responsabilidade do IGP, que assegura o financiamento do Sistema Nacional de Exploração e Gestão de Informação Cadastral (SINERGIC).

12 — Transferência de verbas para o Governo Regional dos Açores até ao montante de € 556 206, do Programa 15, «Ambiente e ordenamento do território», inscrito no Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P. (IHRU, I. P.), no capítulo 50 do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, a título de comparticipação no processo de reconstrução do parque habitacional das ilhas do Faial e do Pico.

13 — Transferência de verbas através da Direcção-Geral das Autarquias Locais, a título de comparticipação financeira do Estado como contrapartida das actividades e atribuições de serviço público para a Fundação para os Estudos e Formação Autárquica.

14 — Transferência de verbas no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (capítulo 50), Direcção-Geral do Ensino Superior, para as instituições de ensino superior, destinada a projectos de desenvolvimento e reforço do ensino e investigação dessas entidades.

15 — Transferência de verbas no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (capítulo 50), Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), destinadas a medidas, com igual ou diferente classificação funcional, incluindo serviços integrados.

16 — Transferência de verbas inscritas nos orçamentos de laboratórios e outros organismos do Estado para outros laboratórios, independentemente da classificação orgânica e funcional, desde que as transferências se tornem necessárias pelo desenvolvimento de projectos e actividades de investigação científica a cargo dessas entidades.

Alterações e transferências no âmbito da administração central

| | Origem | | Destino | Limites máximos dos montantes a transferir (em euros). | Âmbito/objectivo |
|----|----------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 17 | Presidência do Conselho de Ministros. | Gabinete para os Meios de Comunicação Social. | Rádio e Televisão de Portugal, S. A. | 277 475 | Modernização das televisões dos PLOPS. |
| 18 | Presidência do Conselho de Ministros. | Gabinete para os Meios de Comunicação Social. | Rádio e Televisão de Portugal, S. A. | 67 900 | Modernização das rádios dos PLOPS. |
| 19 | Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território. | Fundo de Intervenção Ambiental. | Agência Portuguesa do Ambiente | 1 500 000 | Execução de projectos decorrentes da aplicação do regime de responsabilidade ambiental, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 147/2008, de 29 de Julho. |
| 20 | Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território. | Instituto da Água | RECILIS — Tratamento e Valorização de Efluentes, S. A., e Trevo Oeste — Tratamento e Valorização de Resíduos Pecuários, S. A. | 1 500 000 | Participação em projectos de tratamento dos efluentes de suinicultura das bacias hidrográficas do rio Lis e dos rios Leal, Armóia e Tornada. |
| 21 | Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território. | Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR Norte). | Câmara Municipal de Santa Maria da Feira. | 300 000 | Protocolo para despoluição das Pedreiras de Lourosa. |
| 22 | Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (MTSS). | Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP). | Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I. P. | 4 187 125 | |
| 23 | Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. | Instituto da Segurança Social (ISS). | Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I. P. | 409 820 | |
| 24 | Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. | Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT). | Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I. P. | 33 000 | |
| 25 | Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. | Instituto da Segurança Social (ISS). | Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I. P. — Gestor do Programa Escolhas. | 5 000 000 | |
| 26 | Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. | Orçamento da segurança social. | Programa Escolhas. | 5 000 000 | Financiamento das despesas de funcionamento e de transferências respeitantes ao mesmo programa. |
| 27 | Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. | Orçamento da segurança social. | Secretaria-Geral do MTSS. | 39 980 | Ação social (CNRIPD). |
| 28 | Ministério da Educação | Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular (DGIDC). | Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I. P. — Gestor do Programa Escolhas. | 972 285 | |

Transferências relativas ao capítulo 50

| | Origem | | Destino | Limites máximos dos montantes a transferir (em euros). | Âmbito/objectivo |
|----|------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 29 | Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território. | Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU). | VianaPolis — Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Viana do Castelo, S. A. | 928 228 | Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território. |
| 30 | Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território. | Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU). | CostaPolis — Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis. | 2 000 000 | Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território. |
| 31 | Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações. | Gabinete de Planeamento Estratégico e Relações Internacionais. | Administração do Porto de Aveiro, S. A. | 1 500 000 | Financiamento de infra-estruturas portuárias e logísticas. |
| 32 | Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações. | Gabinete de Planeamento Estratégico e Relações Internacionais. | Administração dos Portos do Douro e Leixões. | 100 000 | Financiamento de infra-estruturas portuárias. |
| 33 | Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações. | Gabinete de Planeamento Estratégico e Relações Internacionais. | Administração do Porto da Figueira da Foz. | 1 650 000 | Financiamento de infra-estruturas portuárias e reordenamento portuário. |
| 34 | Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações. | Gabinete de Planeamento Estratégico e Relações Internacionais. | Administração do Porto de Lisboa, S. A. | 300 000 | Financiamento de infra-estruturas portuárias e logísticas. |
| 35 | Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações. | Gabinete de Planeamento Estratégico e Relações Internacionais. | Administração do Porto de Sines, S. A. | 100 000 | Financiamento de infra-estruturas portuárias e sistemas operacionais de supervisão, segurança e ambiente. |

| | Origem | | Destino | Limites máximos dos montantes a transferir (em euros). | Âmbito/objectivo |
|----|------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 36 | Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações. | Gabinete de Planeamento Estratégico e Relações Internacionais. | Administração do Porto de Setúbal e Sesimbra, S. A. | 400 000 | Financiamento de intervenções de ordenamento portuário. |
| 37 | Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações. | Gabinete de Planeamento Estratégico e Relações Internacionais. | Administração do Porto de Viana do Castelo, S. A. | 1 450 000 | Financiamento de infra-estruturas e equipamentos portuários e acessibilidades. |
| 38 | Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações. | Gabinete de Planeamento Estratégico e Relações Internacionais. | CP — Comboios de Portugal, E. P. E. | 2 200 000 | Financiamento de material circulante e bilhética. |
| 39 | Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações. | Gabinete de Planeamento Estratégico e Relações Internacionais. | ML — Metropolitano de Lisboa, E. P. E. | 3 000 000 | Financiamento de infra-estruturas de longa duração. |
| 40 | Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações. | Gabinete de Planeamento Estratégico e Relações Internacionais. | Metro do Mondego, S. A. | 6 000 000 | Financiamento do sistema de metropolitano ligeiro do Mondego. |
| 41 | Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações. | Gabinete de Planeamento Estratégico e Relações Internacionais. | Metro do Porto, S. A. | 7 000 000 | Financiamento de infra-estruturas de longa duração. |
| 42 | Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações. | Gabinete de Planeamento Estratégico e Relações Internacionais. | RAVE — Rede Ferroviária de Alta Velocidade, S. A. | 8 000 000 | Financiamento da fase de preparação do projecto de Alta Velocidade. |
| 43 | Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações. | Gabinete de Planeamento Estratégico e Relações Internacionais. | REFER — Rede Ferroviária Nacional, E. P. E. | 8 000 000 | Financiamento de infra-estruturas de longa duração. |
| 44 | Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações. | Gabinete de Planeamento Estratégico e Relações Internacionais. | REFER — Rede Ferroviária Nacional, E. P. E. | 485 492 | Financiamento da actividade da equipa de missão do metro Sul do Tejo, no encerramento do projecto (1.ª fase) e na realização de estudos para desenvolvimento das 2.ª e 3.ª fases. |
| 45 | Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações. | Gabinete de Planeamento Estratégico e Relações Internacionais. | Transtejo — Transportes Tejo, S. A. | 1 000 000 | Financiamento da frota e aquisição de terminais. |
| 46 | Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações. | Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I. P. | OTLIS — Operadores de Transportes da Região de Lisboa, A. C. E. | 500 000 | Generalização da bilhética sem contacto aos operadores privados da região de Lisboa. |
| 47 | Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações. | Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I. P. | CARRIS — Companhia de Carris de Ferro de Lisboa, S. A. | 500 000 | Modernização do sistema de bilhética sem contacto. |

Transferências para entidades externas, além das que constam do capítulo 50

| | Origem | | Destino | Limites máximos dos montantes a transferir (em euros). | Âmbito/objectivo |
|----|------------------------------------------------------|-----------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 48 | Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. | Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P. | Agência de Inovação Empresarial e Transferência de Tecnologia, S. A. | 2 600 000 | Financiamento de projectos de investigação, desenvolvimento e sua gestão, em consórcio entre empresas e instituições científicas. |
| 49 | Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. | Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P. | Hospitais com a natureza de entidades públicas empresariais. | 600 000 | Financiamento de contratos de emprego científico, projectos de investigação e desenvolvimentos e de reuniões e publicações científicas. |
| 50 | Ministério da Economia e da Inovação. | IAPMEI | AICEP, E. P. E. | 15 000 000 | |

Mapa — Transferências para áreas metropolitanas e associações de municípios (Leis n.ºs 45/2008 e 46/2008, ambas de 27 de Agosto)

(a que se refere o artigo 50.º)

| CIM/AM | FEF corrente dos municípios integrantes (1) | Porcentagem (2) | Transf. OE/2010 (3) = (1) * (2) |
|----------------------------------------|------------------------------------------------|--------------------|------------------------------------|
| Área Metropolitana do Porto | 70 012 118 | 1 | 700 121 |
| Área Metropolitana de Lisboa | 59 185 066 | 1 | 591 851 |
| CIM do Minho-Lima | 44 882 119 | 0,50 | 220 060 |

| CIM/AM | FEF corrente dos municípios integrantes | Percentagem | Transf. OE/2010 |
|--------------------------------------------------------------|-----------------------------------------|-------------|-----------------|
| | (1) | (2) | (3) = (1) * (2) |
| CIM do Cávado | 35 248 679 | 0,50 | 176 243 |
| CIM do Ave | 44 028 101 | 0,50 | 220 141 |
| CIM do Tâmega e Sousa | 64 072 582 | 0,50 | 320 363 |
| CIM Douro | 61 397 119 | 0,50 | 306 986 |
| CIM de Trás-os-Montes | 73 926 578 | 0,50 | 369 633 |
| CIM da Região de Aveiro — Baixo Vouga | 35 458 735 | 0,50 | 177 294 |
| CIM do Baixo Mondego | 34 131 479 | 0,50 | 170 657 |
| CIM do Pinhal Litoral | 22 909 094 | 0,50 | 114 545 |
| CIM do Pinhal Interior Norte | 38 263 909 | 0,50 | 191 320 |
| CIM do Pinhal Interior Sul | 14 121 161 | 0,50 | 70 606 |
| CIM da Região de Dão Lafões | 49 158 515 | 0,50 | 245 793 |
| CIM da Serra da Estrela | 11 857 348 | 0,50 | 59 287 |
| CIM da Cova da Beira e da Beira Interior Norte (COMUrbeiras) | 53 630 461 | 0,50 | 268 152 |
| CIM da Beira Interior Sul | 21 631 277 | 0,50 | 108 156 |
| CIM da Lezíria do Tejo | 36 012 002 | 0,50 | 180 060 |
| CIM do Médio Tejo | 36 999 105 | 0,50 | 184 996 |
| CIM do Oeste | 32 428 573 | 0,50 | 162 143 |
| CIM do Alentejo Litoral | 26 503 141 | 0,50 | 132 516 |
| CIM do Alto Alentejo | 44 590 208 | 0,50 | 222 951 |
| CIM Alentejo Central | 46 676 744 | 0,50 | 233 384 |
| CIM do Baixo Alentejo | 51 334 731 | 0,50 | 256 674 |
| CIM do Algarve | 40 727 053 | 0,50 | 203 635 |
| <i>Total geral</i> | 1 049 185 898 | | 5 887 567 |

Alterações a que se refere o artigo 185.º

Orçamentos privativos para 2010

Desenvolvimento das despesas dos serviços e fundos autónomos

Ministério: 01 — Encargos Gerais do Estado.

Secretaria: 1 — Encargos Gerais do Estado — Privativos — SFA.

Capítulo: 02 — Assembleia da República.

Divisão: 01 — Assembleia da República — Orçamento Privativo.

Subdivisão: 2 — Assembleia da República — Orçamento Privativo — Funcionamento.

| PROG | MED | FUNC | CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA | DESPEZA | FONTES DE FINANCIAMENTO | | | TOTAL |
|------|------|------|----------------------------|---------------------------------------------------|-------------------------|---------|-----|------------------|
| | | | | | RECEITAS | RECEITA | ... | DESPEAS |
| | | | | | GERAIS | PRÓPRIA | | (EM EUROS) |
| .001 | | | | ÓRGÃOS DE SOBERANIA | | | | |
| | .001 | | | SERV. GERAIS DA A.P. - ADMINISTRAÇÃO GERAL | | | | |
| | | | 04 | TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | | | | |
| | | | 04.03 | ADMINISTRAÇÃO CENTRAL | | | | |
| | | | 04.03.05 | SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS | | | | |
| | | | 04.03.05.52 | SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS | | | | |
| | | 1011 | 04.03.05.52.02 | PROVEDORIA DA JUSTIÇA | 5 245 391 | | | 5 245 391 |
| | | | 04.03.05.52.62 | INSTITUTO NACIONAL DE MEDICINA LEGAL | 85 665 | | | 85 665 |
| | | | 04.03.05.57 | SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS | | | | |
| | | | 04.03.05.57.33 | ENTIDADE REGULADORA PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL | 2 399 000 | | | 2 399 000 |
| | | | | Total do agrupamento | 7 730 056 | | | 7 730 056 |
| | | | 06 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | |
| | | | 06.02 | DIVERSAS | | | | |
| | | | 06.02.03 | OUTRAS | | | | |
| | | | 06.02.03.A0 | ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA | 60 819 305 | | | 60 819 305 |
| | | | 06.02.03.B0 | ENTIDADES COM AUTONOMIA ADMINISTRATIVA | | | | |
| | | | 06.02.03.B0.01 | COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES | 1 071 700 | | | 1 071 700 |
| | | | 06.02.03.B0.02 | COMISSÃO DE ACESSO AOS DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS | 809 240 | | | 809 240 |
| | | | 06.02.03.B0.03 | COMISSÃO NACIONAL DE PROTECÇÃO DE DADOS | 1 303 490 | | | 1 303 490 |

| PROG | MED | FUNC | CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA | DESPESA | FONTES DE FINANCIAMENTO | | | TOTAL |
|------|-----|------|----------------------------|--------------------------------------------------------|-------------------------|---------|-----|------------|
| | | | | | RECEITAS | RECEITA | ... | DESPESAS |
| | | | | | GERAIS | PRÓPRIA | | (EM EUROS) |
| | | | 06.02.03.B0.04 | COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA PARA AS CIÊNCIAS DA VIDA | 285 400 | | | 285 400 |
| | | | 06.02.03.C0 | SUBVENÇÕES A PARTIDOS POLÍTICOS E CAMPANHAS ELEITORAIS | 22 007 051 | | | 22 007 051 |
| | | | | Total do agrupamento | 86 296 186 | | | 86 296 186 |
| | | | 08 | TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | | | | |
| | | | 08.03 | ADMINISTRAÇÃO CENTRAL | | | | |
| | | | 08.03.06 | SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS | | | | |
| | | | 08.03.06.52 | SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS | | | | |
| | | | 08.03.06.52.02 | PROVEDORIA DA JUSTIÇA | 411 160 | | | 411 160 |
| | | | 08.03.06.52.62 | INSTITUTO NACIONAL DE MEDICINA LEGAL | 6 475 | | | 6 475 |
| | | | | Total do agrupamento | 417 635 | | | 417 635 |
| | | | 11 | OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL | | | | |
| | | | 11.02 | DIVERSAS | | | | |
| | | | 11.02.00 | DIVERSAS | | | | |
| | | | 11.02.00.A0 | ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA | 4 871 218 | | | 4 871 218 |
| | | | 11.02.00.B0 | ENTIDADES COM AUTONOMIA ADMINISTRATIVA | | | | |
| | | | 11.02.00.B0.01 | COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES | 21 000 | | | 21 000 |
| | | | 11.02.00.B0.02 | COMISSÃO DE ACESSO AOS DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS | 12 000 | | | 12 000 |
| | | | 11.02.00.B0.03 | COMISSÃO NACIONAL DE PROTECÇÃO DE DADOS | 4 790 | | | 4 790 |
| | | | 11.02.00.B0.04 | COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA PARA AS CIÊNCIAS DA VIDA | 8 200 | | | 8 200 |
| | | | | Total do agrupamento | 4 917 208 | | | 4 917 208 |
| | | | | Total da medida | 99 361 085 | | | 99 361 085 |
| | | | | Total do programa | 99 361 085 | | | 99 361 085 |
| | | | | Total do funcionamento | 99 361 085 | | | 99 361 085 |
| | | | | Total do organismo | 99 361 085 | | | 99 361 085 |
| | | | | Total do ministério - receita | 99 361 085 | | | 99 361 085 |
| | | | | Total do ministério - despesa | 99 361 085 | | | 99 361 085 |

MAPA I**RECEITAS DOS SERVIÇOS INTEGRADOS, POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA**

[Alínea a) do n.º 1 do artigo 1.º]

| CAPÍ- TULOS | GRU- POS | ARTI- GOS | DESIGNAÇÃO DAS RECEITAS | IMPORTÂNCIAS EM EUROS | | |
|----------------|-------------|--------------|--------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|----------------|------------------|
| | | | | POR ARTIGOS | POR GRUPOS | POR CAPÍTULOS |
| | | | RECEITAS CORRENTES | | | |
| 01 | | | IMPOSTOS DIRECTOS | | | |
| | <i>01</i> | | <i>Sobre o Rendimento</i> | | | |
| | | 01 | Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS) | 9.580.000.000 | | |
| | | 02 | Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC) | 4.182.000.000 | 13.762.000.000 | |
| | <i>02</i> | | <i>Outros</i> | | | |
| | | 01 | Imposto sobre as sucessões e doações | 3.400.000 | | |
| | | 06 | Imposto do uso, porte e detenção de armas | 6.282.281 | | |
| | | 99 | Impostos directos diversos | 1.517.719 | 11.200.000 | 13.773.200.000 |
| 02 | | | IMPOSTOS INDIRECTOS | | | |
| | <i>01</i> | | <i>Sobre o Consumo</i> | | | |
| | | 01 | Imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (ISP) | 2.393.700.000 | | |
| | | 02 | Imposto sobre o valor acrescentado (IVA) | 13.250.000.000 | | |
| | | 03 | Imposto sobre veículos (ISV) | 790.000.000 | | |
| | | 04 | Imposto de consumo sobre o tabaco | 1.350.000.000 | | |
| | | 05 | Imposto sobre o álcool e as bebidas alcoólicas (IABA) | 194.000.000 | 17.977.700.000 | |
| | <i>02</i> | | <i>Outros</i> | | | |
| | | 01 | Lotarias | 28.041.700 | | |
| | | 02 | Imposto do selo | 1.520.000.000 | | |
| | | 03 | Imposto do jogo | 18.645.400 | | |
| | | 04 | Imposto único de circulação | 160.000.000 | | |
| | | 05 | Resultados da exploração de apostas mútuas | 14.127.431 | | |
| | | 99 | Impostos indirectos diversos | 14.285.469 | 1.755.100.000 | 19.732.800.000 |
| 03 | | | CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL, A CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES E A ADSE | | | |
| | <i>03</i> | | <i>Caixa Geral de Aposentações e ADSE</i> | | | |
| | | 02 | Comparticipações para a ADSE | 562.175.000 | | |
| | | 99 | Outros | 22.957.390 | 585.132.390 | 585.132.390 |
| 04 | | | TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES | | | |
| | <i>01</i> | | <i>Taxas</i> | | | |
| | | 01 | Taxas de justiça | 18.503.053 | | |
| | | 03 | Taxas de registo predial | 74.400.000 | | |
| | | 04 | Taxas de registo civil | 30.000.000 | | |
| | | 05 | Taxas de registo comercial | 32.062.000 | | |
| | | 06 | Taxas florestais | 13.507.965 | | |
| | | 07 | Taxas vinícolas | 50.000 | | |
| | | 08 | Taxas moderadoras | 1.840.800 | | |
| | | 09 | Taxas sobre espectáculos e divertimentos | 1.504.000 | | |
| | | 10 | Taxas sobre energia | 13.548.032 | | |
| | | 11 | Taxas sobre geologia e minas | 4.134.171 | | |
| | | 12 | Taxas sobre comercialização e abate de gado | 133.098 | | |
| | | 15 | Taxas sobre controlo metrológico e de qualidade | 5.201.793 | | |
| | | 16 | Taxas sobre fiscalização de actividades comerciais e industriais | 23.000 | | |
| | | 17 | Taxas sobre licenciamentos diversos concedidos a empresas | 10.911.554 | | |
| | | 19 | Adicionais | 10.000 | | |
| | | 20 | Emolumentos consulares | 3.168.165 | | |
| | | 22 | Propinas | 2.457.000 | | |
| | | 99 | Taxas diversas | 190.720.041 | 402.174.672 | |
| | <i>02</i> | | <i>Multas e Outras Penalidades</i> | | | |
| | | 01 | Juros de mora | 80.906.149 | | |
| | | 02 | Juros compensatórios | 28.134.004 | | |
| | | 03 | Multas e coimas por infracções ao Código da Estrada e restante legislação | 57.852.063 | | |
| | | 04 | Coimas e penalidades por contra-ordenações | 130.268.785 | | |
| | | 99 | Multas e penalidades diversas | 6.781.264 | 303.942.265 | 706.116.937 |
| 05 | | | RENDIMENTOS DA PROPRIEDADE | | | |
| | <i>01</i> | | <i>Juros - Sociedades e Quase-Sociedades Não Financeiras</i> | | | |

| CAPÍTULOS | GRUPOS | ARTIGOS | DESIGNAÇÃO DAS RECEITAS | IMPORTÂNCIAS EM EUROS | | | | |
|--------------------------------|-------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|---------------|---------------|-------------|--|
| | | | | POR ARTIGOS | POR GRUPOS | POR CAPÍTULOS | | |
| 06 | 02 | 01 | Públicas | 750.000 | | | | |
| | | 02 | Privadas | 30.000 | 780.000 | | | |
| | 03 | <i>Juros - Sociedades Financeiras</i> | | | | | | |
| | | 01 | Bancos e outras instituições financeiras | 981.308 | 981.308 | | | |
| | 04 | <i>Juros - Administrações Públicas</i> | | | | | | |
| | | 01 | Administração central - Estado | 755.894 | | | | |
| | 05 | <i>Juros - Famílias</i> | | | | | | |
| | | 01 | Juros - Famílias | 625.000 | 625.000 | | | |
| | 06 | <i>Juros - Resto do Mundo</i> | | | | | | |
| | | 02 | União Europeia - Países membros | 28.000.000 | | | | |
| | 07 | <i>Países terceiros e organizações internacionais</i> | | | | | | |
| | | 03 | <i>Dividendos e Participações nos Lucros de Sociedades e Quase-Sociedades Não Financeiras</i> | 9.262.460 | 37.262.460 | | | |
| | 08 | <i>Dividendos e participações nos lucros de sociedades e quase-sociedades não financeiras</i> | | | | | | |
| | | 01 | Outras empresas públicas | 74.270.274 | 74.270.274 | | | |
| | 09 | <i>Dividendos e participações nos lucros de sociedades financeiras</i> | | | | | | |
| | | 01 | Bancos e outras instituições financeiras | 287.000.000 | 287.000.000 | | | |
| | 10 | <i>Participações nos Lucros de Administrações Públicas</i> | | | | | | |
| | | 01 | Participações nos lucros de administrações públicas | 264.000 | 264.000 | | | |
| | 06 | 01 | <i>Rendas</i> | | | | | |
| | | | Terrenos | | | | | |
| | | | Administrações privadas - Empresas petrolíferas | | 892.920 | | | |
| | | Outros sectores | | 1.131.908 | | | | |
| | | 03 | Habitações | | 40 | | | |
| | | 05 | Bens de domínio público | | 200 | | | |
| | | 99 | Outros | | 14.500 | 2.039.568 | 404.133.504 | |
| | | TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | | | | | | |
| | | 01 | <i>Sociedades e Quase-Sociedades Não Financeiras</i> | | | | | |
| | | | 02 | Privadas | 3.641.787 | 3.641.787 | | |
| | | 02 | <i>Sociedades Financeiras</i> | | | | | |
| | 01 | | Bancos e outras instituições financeiras | 713.120 | | | | |
| | 03 | <i>Administração Central</i> | | | | | | |
| | | 02 | Companhias de seguros e fundos de pensões | 2.500 | 715.620 | | | |
| | 05 | <i>Administração Local</i> | | | | | | |
| | | Estado | | 8.832.000 | | | | |
| | | Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados | | 1.169.191 | | | | |
| | | Serviços e fundos autónomos | | 727.971.176 | | | | |
| | | Serviços e fundos autónomos - Subsistema de protecção à família e políticas activas de emprego e formação profissional | | 500.000 | | | | |
| | | Serviços e fundos autónomos - Participação portuguesa em projectos co-financiados | | 2.902.572 | | | | |
| | 06 | <i>Administração Local</i> | | | | | | |
| | | 01 | Continente | 43.538.680 | 43.538.680 | | | |
| | 07 | <i>Segurança social</i> | | | | | | |
| | | 01 | Sistema de solidariedade e segurança social | 1.000 | | | | |
| | 08 | <i>Financiamento comunitário em projectos co-financiados</i> | | | | | | |
| | | 03 | Outras transferências | 258.285.304 | 354.465.163 | | | |
| | 09 | <i>Instituições Sem Fins Lucrativos</i> | | | | | | |
| | | 04 | Outras transferências | 96.178.859 | | | | |
| | 10 | <i>Instituições sem fins lucrativos</i> | | | | | | |
| 01 | | Instituições sem fins lucrativos | 1.762.770 | 1.762.770 | | | | |
| 11 | <i>Famílias</i> | | | | | | | |
| | 01 | Famílias | 15.479.623 | 15.479.623 | | | | |
| 12 | <i>Resto do Mundo</i> | | | | | | | |
| | União Europeia - Instituições | | 107.362.988 | | | | | |
| | União Europeia - Países-Membros | | 645.711 | | | | | |
| 13 | <i>Países terceiros e organizações internacionais</i> | | | | | | | |
| | 05 | Países terceiros e organizações internacionais | 8.951.830 | 116.960.529 | 1.277.940.111 | | | |
| 07 | VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES | | | | | | | |
| | 01 | <i>Venda de Bens</i> | | | | | | |
| | | Material de escritório | | 9.850 | | | | |
| | | Livros e documentação técnica | | 386.141 | | | | |
| | | Publicações e impressos | | 14.642.474 | | | | |
| | | Fardamentos e artigos pessoais | | 1.672.681 | | | | |
| | | Bens inutilizados | | 139.690 | | | | |
| | | Produtos agrícolas e pecuários | | 6.494.449 | | | | |
| Produtos alimentares e bebidas | | 1.829.957 | | | | | | |

| CAPÍTULOS | GRUPOS | ARTIGOS | DESIGNAÇÃO DAS RECEITAS | IMPORTÂNCIAS EM EUROS | | |
|-------------------------------------|------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------|-------------|---------------|
| | | | | POR ARTIGOS | POR GRUPOS | POR CAPÍTULOS |
| 08 | 02 | 08 | Mercadorias | 121.050 | 64.380.442 | 395.396.953 |
| | | 10 | Desperdícios, resíduos e refugos | 111.798 | | |
| | | 11 | Produtos acabados e intermédios | 1.120.913 | | |
| | | 99 | Outros | 37.851.439 | | |
| | | Serviços | | | | |
| | | 01 | Aluguer de espaços e equipamentos | 3.486.050 | | |
| | | 02 | Estudos, pareceres, projectos e consultadoria | 2.204.818 | | |
| | | 03 | Vistorias e ensaios | 1.066.864 | | |
| | | 04 | Serviços de laboratórios | 3.347.794 | | |
| | | 05 | Actividades de saúde | 25.563.366 | | |
| | 03 | 06 | Reparações | 9.530 | 322.148.914 | |
| | | 07 | Alimentação e alojamento | 24.709.093 | | |
| | | 08 | Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto | 1.419.754 | | |
| | | 99 | Outros | 260.341.645 | | |
| | | Rendas | | | | |
| | | 01 | Habitações | 161.940 | | |
| | | 02 | Edifícios | 7.945.000 | | |
| | | 99 | Outras | 760.657 | | |
| | | OUTRAS RECEITAS CORRENTES | | | | |
| | | 01 | Outras | | | |
| | 01 | | Prémios, taxas por garantias de riscos e diferenças de câmbio | 59.212.147 | 277.393.520 | |
| | 03 | | Lucros de amodação | 2.500.000 | | |
| | 99 | | Outras | 215.681.373 | | |
| <i>Total das receitas correntes</i> | | | 37.152.113.415 | | | |
| RECEITAS DE CAPITAL | | | | | | |
| 09 | 01 | VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO | | | | |
| | | Terrenos | | | | |
| | | 01 | Sociedades e quase-sociedades não financeiras | 2.400.000 | 3.199.430 | |
| | | 03 | Administração Pública - Administração central - Estado | 99.430 | | |
| | | 06 | Administração Pública - Administração local - Continente | 500.000 | | |
| | | 10 | Famílias | 100.000 | | |
| | | 11 | Resto do mundo - União Europeia | 100.000 | | |
| | | 02 | Habitações | | | |
| | | | 01 | Sociedades e quase-sociedades não financeiras | | 100.000 |
| | | | 03 | Administração Pública - Administração central - Estado | | 500.000 |
| | | | 10 | Famílias | | 300.000 |
| | 99 | | Outras | | | |
| | 03 | Edifícios | | | | |
| | | 01 | Sociedades e quase-sociedades não financeiras | 225.900.000 | 277.897.247 | |
| | | 03 | Administração Pública - Administração central - Estado | 51.297.247 | | |
| | | 06 | Administração Pública - Administração local - Continente | 600.000 | | |
| | 10 | Famílias | 100.000 | | | |
| | 04 | Outros Bens de Investimento | | | | |
| | | 01 | Sociedades e quase-sociedades não financeiras | 35.000 | 116.496.397 | |
| | | 03 | Administração Pública - Administração central - Estado | 116.426.397 | | |
| | | 10 | Famílias | 35.000 | | |
| | | | | | | |
| | 10 | 03 | TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | | | |
| Administração Central | | | | | | |
| 08 | | | Serviços e fundos autónomos | 7.095.508 | 12.313.093 | |
| 09 | | Serviços e fundos autónomos - Participação portuguesa em projectos co-financiados | 5.217.585 | | | |
| Administração Local | | | | | | |
| 05 | | 01 | Continente | 825.000 | 825.000 | |
| | | Segurança social | | | | |
| 06 | | 03 | Financiamento comunitário em projectos co-financiados | 1.700.000 | 1.700.000 | |
| | | Resto do Mundo | | | | |
| 09 | | 01 | União Europeia - Instituições | 114.239.422 | 114.239.422 | |
| | | | | | | |
| 11 | | 06 | ACTIVOS FINANCEIROS | | | |
| | | | Empréstimos a Médio e Longo Prazos | | | |
| | 01 | | Sociedades e quase-sociedades não financeiras | 900.000 | 7.605.986 | |
| | 06 | | Administração Pública - Administração local - Continente | 1.126.450 | | |
| | 10 | | Famílias | 2.800.000 | | |
| | 12 | | Resto do mundo - Países terceiros e organizações internacionais | 2.779.536 | | |
| | Recuperação de Créditos Garantidos | | | | | |
| | | | | | | |
| 07 | | | | | | |

| CAPÍ- TULOS | GRU- POS | ARTI- GOS | DESIGNAÇÃO DAS RECEITAS | IMPORTÂNCIAS EM EUROS | | |
|--------------------------------------|-----------------------------------------------|-----------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|-----------------|------------------|
| | | | | POR ARTIGOS | POR GRUPOS | POR CAPÍTULOS |
| 12 | 10 | 01 | Recuperação de créditos garantidos <i>Alienação de Partes Sociais de Empresas</i> | 17.306.704 | 17.306.704 | 1.895.912.690 |
| | | 01 | Alienação de partes sociais de empresas <i>Outros Activos Financeiros</i> | 1.870.000.000 | 1.870.000.000 | |
| | 11 | 08 | Administração Pública - Segurança social | 1.000.000 | 1.000.000 | |
| | | PASSIVOS FINANCEIROS | | | | |
| | 02 | <i>Títulos a Curto Prazo</i> | | | | |
| | | 01 | Sociedades e quase-sociedades não financeiras | 9.616.010.027 | | |
| | 03 | 02 | Sociedades financeiras | 46.706.334.424 | | |
| | | 04 | Administração Pública - Administração central - Serviços e fundos autónomos | 45.332.618.705 | | |
| | | 11 | Resto do mundo - União Europeia | 8.242.294.311 | 109.897.257.467 | |
| | | <i>Títulos a Médio e Longo Prazos</i> | | | | |
| | 02 | 02 | Sociedades financeiras | 26.100.598.648 | | |
| 10 | | Famílias | 1.373.715.719 | 27.474.314.367 | | |
| 13 | OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL | | | | | |
| | 01 | <i>Outras</i> | | | | |
| | | 01 | Indemnizações | 158.772 | | |
| | 99 | Outras | 536.844.347 | 537.003.119 | | |
| <i>Total das receitas de capital</i> | | | | | 140.332.058.232 | |
| ***** | | | | | | |
| 14 | RECURSOS PRÓPRIOS COMUNITÁRIOS | | | | | |
| | 01 | <i>Recursos Próprios Comunitários</i> | | | | |
| | | 01 | Direitos aduaneiros de importação | 176.500.000 | | |
| 03 | Quotização sobre açúcar e isoglucose | 220.000 | 176.720.000 | | | |
| 15 | REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS | | | | | |
| | 01 | <i>Reposições Não Abatidas nos Pagamentos</i> | | | | |
| 16 | 01 | SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR | | | | |
| | | <i>Saldo Orçamental</i> | | | | |
| | | 01 | Na posse do serviço | 20.500.000 | | |
| 04 | Na posse do Tesouro | 4.500.000 | 25.000.000 | | | |
| | | | | | 177.735.977.343 | |

MAPA II

DESPESAS DOS SERVIÇOS INTEGRADOS, POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA, ESPECIFICADAS POR CAPÍTULOS

ANO ECONÓMICO DE 2011

Página 1

| CAPÍTULO | DESIGNAÇÃO ORGÂNICA | IMPORTÂNCIAS EM EUROS | |
|----------|-------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|------------------------|
| | | POR CAPÍTULOS | POR MINISTÉRIOS |
| | 01 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO | | 3 028 915 284 |
| 01 | PRESIDENCIA DA REPUBLICA | 16 188 354 | |
| 02 | ASSEMBLEIA DA REPUBLICA | 99 361 085 | |
| 03 | SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA | 9 761 321 | |
| 04 | TRIBUNAL CONSTITUCIONAL | 5 829 394 | |
| 05 | SUPREMO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO | 6 240 412 | |
| 06 | TRIBUNAL DE CONTAS | 20 431 828 | |
| 07 | GABINETE DO REPRESENTANTE DA REPUBLICA - REGIAO AUTONOMA DOS AÇORES | 351 096 634 | |
| 08 | GABINETE DO REPRESENTANTE DA REPUBLICA - REGIAO AUTONOMA DA MADEIRA | 250 759 136 | |
| 09 | CONSELHO ECONOMICO E SOCIAL | 1 516 191 | |
| 10 | CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA | 3 760 687 | |
| 11 | ADMINISTRAÇÃO LOCAL | 2 261 920 242 | |
| 50 | INVESTIMENTOS DO PLANO | 2 050 000 | |
| | 02 - PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS | | 237 968 069 |
| 01 | GABINETES DOS MEMBROS DO GOVERNO | 11 061 093 | |
| 02 | SERVIÇOS DE APOIO E COORDENAÇÃO, ORGAOS CONSULTIVOS E OUTRAS ENTIDADES DA PCM | 194 114 434 | |
| 50 | INVESTIMENTOS DO PLANO | 32 792 542 | |
| | 03 - NEGÓCIOS ESTRANGEIROS | | 363 361 141 |
| 01 | GABINETES DOS MEMBROS DO GOVERNO | 4 617 459 | |
| 02 | SERVIÇOS GERAIS APOIO, ESTUDOS, COORDENAÇÃO E REPRESENTAÇÃO | 208 030 692 | |
| 03 | COOPERAÇÃO E RELAÇÕES EXTERNAS | 139 091 767 | |
| 50 | INVESTIMENTOS DO PLANO | 11 621 223 | |
| | 04 - FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA | | 144 412 971 805 |
| 01 | GABINETES DOS MEMBROS DO GOVERNO | 3 884 742 | |
| 02 | SERV. GERAIS DE APOIO, ESTUDO, COORDENAÇÃO E COOPERAÇÃO | 34 928 485 | |
| 03 | ADMINISTRAÇÃO, CONTROLO E FISCALIZAÇÃO ORÇAMENTAL | 28 259 580 | |
| 04 | ADMINISTRAÇÃO, CONTROLO E FORMAÇÃO NO AMBITO DA ADMIN. PÚBLICA | 8 576 538 | |
| 05 | PROTECÇÃO SOCIAL | 4 883 282 888 | |
| 06 | ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO ESTADO | 10 859 790 | |
| 07 | GESTÃO DA DIVIDA E DA TESOURARIA PÚBLICA | 123 183 000 000 | |
| 08 | SERVIÇOS FISCAIS E ALFANDEGARIOS | 592 341 677 | |
| 50 | INVESTIMENTOS DO PLANO | 40 232 566 | |
| 60 | DESPESAS EXCEPCIONAIS | 13 820 885 539 | |
| 70 | RECURSOS PROPRIOS COMUNITARIOS | 1 806 720 000 | |

MAPA II

DESPESAS DOS SERVIÇOS INTEGRADOS, POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA, ESPECIFICADAS POR CAPÍTULOS

ANO ECONÓMICO DE 2011

Página 2

| CAPÍTULO | DESIGNAÇÃO ORGÂNICA | IMPORTÂNCIAS EM EUROS | |
|----------|-------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|----------------------|
| | | POR CAPÍTULOS | POR MINISTÉRIOS |
| | 05 - DEFESA NACIONAL | | 2 068 080 873 |
| 01 | GABINETE DOS MEMBROS DO GOVERNO E SERVIÇOS CENTRAIS DE SUPORTE | 429 442 356 | |
| 02 | ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS | 45 222 753 | |
| 03 | MARINHA | 513 959 541 | |
| 04 | EXERCITO | 665 244 667 | |
| 05 | FORÇA AEREA | 396 811 556 | |
| 50 | INVESTIMENTOS DO PLANO | 17 400 000 | |
| | 06 - ADMINISTRAÇÃO INTERNA | | 1 822 941 287 |
| 01 | GABINETE DOS MEMBROS DO GOVERNO | 4 189 528 | |
| 02 | SERVIÇOS GERAIS DE APOIO, ESTUDOS, COORDENAÇÃO, COOPERAÇÃO E CONTROLO | 38 487 838 | |
| 03 | SERVIÇOS DE PROTECÇÃO CIVIL E SEGURANÇA RODOVIARIA | 106 781 558 | |
| 04 | SERVIÇOS DE INVESTIGAÇÃO E FORÇAS DE SEGURANÇA E RESPECTIVOS SERVIÇOS SOCIAIS | 1 541 984 501 | |
| 05 | REPRESENTAÇÃO DISTRIAL DO GOVERNO | 27 415 867 | |
| 50 | INVESTIMENTOS DO PLANO | 104 081 995 | |
| | 07 - JUSTIÇA | | 1 346 347 232 |
| 01 | GABINETES DOS MEMBROS DO GOVERNO | 4 014 617 | |
| 02 | SERVIÇOS GERAIS DE APOIO, ESTUDO, COORDENAÇÃO, CONTROLO E COOPERAÇÃO | 61 543 560 | |
| 03 | ORGAOS E SERVICOS DO SISTEMA JUDICIARIO E REGISTOS | 869 887 707 | |
| 04 | SERVICOS DE INVESTIGACAO, PRISIONAIS E DE REINSERCAO | 362 160 373 | |
| 50 | INVESTIMENTOS DO PLANO | 48 740 975 | |
| | 08 - ECONOMIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO | | 151 844 214 |
| 01 | GABINETES DOS MEMBROS DO GOVERNO | 5 719 636 | |
| 02 | SERVIÇOS GERAIS DE APOIO E DE GESTÃO INTERNA | 13 129 512 | |
| 03 | SERVIÇOS DE INSPECÇÃO, CONTROLO E DINAMIZAÇÃO DA ECONOMIA | 29 127 230 | |
| 04 | SERV REGIONAIS DE REGULAMENTAÇÃO, DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA ECON | 30 981 025 | |
| 05 | SERVIÇOS DE INVESTIGAÇÃO, INOVAÇÃO E QUALIDADE | 14 787 065 | |
| 06 | SERVIÇOS NA ÁREA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL | 605 066 | |
| 50 | INVESTIMENTOS DO PLANO | 57 494 680 | |
| | 09 - AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS | | 514 525 659 |
| 01 | GABINETES DOS MEMBROS DO GOVERNO | 2 891 151 | |
| 02 | SERVIÇOS GERAIS DE APOIO, ESTUDOS, COORDENAÇÃO E CONTROLO | 27 092 009 | |
| 03 | SERVIÇOS DE INTERVENÇÃO NO SECTOR DA AGRICULTURA, FLORESTAS E PESCAS | 214 804 589 | |
| 04 | SERVIÇOS REGIONAIS DE AGRICULTURA E PESCAS | 80 613 473 | |
| 05 | SERVIÇOS DE INVESTIGAÇÃO | 25 704 340 | |
| 50 | INVESTIMENTOS DO PLANO | 163 420 097 | |

MAPA II

DESPESAS DOS SERVIÇOS INTEGRADOS, POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA, ESPECIFICADAS POR CAPÍTULOS

ANO ECONÓMICO DE 2011

Página 3

| CAPÍTULO | DESIGNAÇÃO ORGÂNICA | IMPORTÂNCIAS EM EUROS | |
|----------|---------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|----------------------|
| | | POR CAPÍTULOS | POR MINISTÉRIOS |
| | 10 - OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES | | 145 984 784 |
| 01 | GABINETE DOS MEMBROS DO GOVERNO | 3 986 385 | |
| 02 | SERVIÇOS GERAIS DE APOIO, ESTUDOS, COOPERAÇÃO E RELAÇÕES EXTERNAS | 7 714 170 | |
| 03 | SERVIÇOS REGULÇÃO, SUPERV., INSPECÇÃO, INVESTIG, OB.PUBLICAS, TRANSP. E COMUNIC | 23 051 515 | |
| 50 | INVESTIMENTOS DO PLANO | 111 232 714 | |
| | 11 - AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO | | 213 094 028 |
| 01 | GABINETES DOS MEMBROS DO GOVERNO | 3 960 560 | |
| 02 | SERVIÇOS GERAIS DE APOIO, ESTUDO, COORDENAÇÃO E COOPERAÇÃO | 41 490 006 | |
| 03 | SERVIÇOS NA AREA DA COORDENAÇÃO REGIONAL | 20 333 971 | |
| 04 | SERVIÇOS NA AREA DO AMBIENTE | 42 608 829 | |
| 06 | SERVIÇOS NA AREA DO ORDENAMENTO DO TERRITORIO | 11 747 646 | |
| 50 | INVESTIMENTOS DO PLANO | 92 953 016 | |
| | 12 - TRABALHO E SOLIDARIEDADE SOCIAL | | 6 816 754 550 |
| 01 | GABINETES DOS MEMBROS DO GOVERNO | 4 281 819 | |
| 02 | SERVIÇOS GERAIS DE APOIO, ESTUDOS, COORDENAÇÃO, COOPERAÇÃO E CONTROLO | 63 788 176 | |
| 03 | SERVIÇOS DE INTERVENÇÃO NA AREA DA SOLIDARIEDADE E DA SEGURANÇA SOCIAL | 12 189 985 | |
| 04 | SERVIÇOS DE INTERVENÇÃO NAS AREAS DO EMPREGO, TRABALHO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL | 5 829 009 | |
| 05 | SEGURANÇA SOCIAL-TRANSFERENCIAS | 6 721 265 561 | |
| 50 | INVESTIMENTOS DO PLANO | 9 400 000 | |
| | 13 - SAUDE | | 8 249 830 610 |
| 01 | GABINETE DOS MEMBROS DO GOVERNO | 2 952 894 | |
| 02 | SERVIÇOS CENTRAIS DO MINISTERIO DA SAUDE | 46 716 089 | |
| 03 | INTERVENÇÃO NA AREA DOS CUIDADOS DE SAUDE | 8 174 101 013 | |
| 50 | INVESTIMENTOS DO PLANO | 26 060 614 | |
| | 14 - EDUCAÇÃO | | 6 532 102 035 |
| 01 | GABINETES DOS MEMBROS DO GOVERNO | 2 855 538 | |
| 02 | SERVIÇOS GERAIS DE APOIO, ESTUDOS, COORDENAÇÃO E COOPERAÇÃO | 934 782 495 | |
| 03 | ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO E ENSINOS BÁSICO E SECUNDÁRIO | 5 480 947 194 | |
| 50 | INVESTIMENTOS DO PLANO | 113 516 808 | |
| | 15 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR | | 1 677 417 567 |
| 01 | GABINETES DOS MEMBROS DO GOVERNO | 2 263 858 | |
| 02 | SERVIÇOS GERAIS DE APOIO, ESTUDOS, COORDENAÇÃO E COOPERAÇÃO | 9 862 383 | |
| 03 | SERVIÇOS DAS ÁREAS DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA | 27 878 936 | |
| 04 | ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SUPERIOR E SERVIÇOS DE APOIO -TRANSF. DO OE | 1 292 900 685 | |
| 50 | INVESTIMENTOS DO PLANO | 344 511 705 | |

MAPA II

DESPESAS DOS SERVIÇOS INTEGRADOS, POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA, ESPECIFICADAS POR CAPÍTULOS

ANO ECONÓMICO DE 2011

Página 4

| CAPÍTULO | DESIGNAÇÃO ORGÂNICA | IMPORTÂNCIAS EM EUROS | |
|----------|--------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|------------------------|
| | | POR CAPÍTULOS | POR MINISTÉRIOS |
| | 16 - CULTURA | | 153 838 205 |
| 01 | GABINETES DOS MEMBROS DO GOVERNO | 2 532 156 | |
| 02 | SERVIÇOS DE APOIO CENTRAL E REGIONAL, ESTUDOS, COORDENAÇÃO E COOPERAÇÃO | 27 442 238 | |
| 03 | SERVIÇOS PROMOÇÃO PRODUÇÃO ACTOS CULT., CONSERV., VALORIZ. DIF. PATR. CULTURAL | 65 584 022 | |
| 50 | INVESTIMENTOS DO PLANO | 58 279 789 | |
| | TOTAL GERAL | | 177 735 977 343 |

MAPA III
DESPESAS DOS SERVIÇOS INTEGRADOS POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL

ANO ECONÓMICO DE 2011

Página 1

| CÓDIGOS | DESIGNAÇÃO | IMPORTÂNCIAS EM EUROS | |
|----------|----------------------------------------------------|-----------------------|------------------------|
| | | POR SUBFUNÇÕES | POR FUNÇÕES |
| 1 | FUNÇÕES GERAIS DE SOBERANIA | | 18 844 011 610 |
| 1.01 | SERVIÇOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA | 12 853 992 375 | |
| 1.02 | DEFESA NACIONAL | 2 898 977 766 | |
| 1.03 | SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS | 3 091 041 469 | |
| 2 | FUNÇÕES SOCIAIS | | 28 878 095 625 |
| 2.01 | EDUCAÇÃO | 7 887 874 650 | |
| 2.02 | SAÚDE | 9 147 780 420 | |
| 2.03 | SEGURANÇA E ACÇÃO SOCIAIS | 11 078 580 296 | |
| 2.04 | HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLECTIVOS | 403 564 240 | |
| 2.05 | SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS | 360 296 019 | |
| 3 | FUNÇÕES ECONÓMICAS | | 1 775 186 370 |
| 3.01 | AGRICULTURA E PECUÁRIA, SILVICULTURA, CAÇA E PESCA | 513 912 644 | |
| 3.03 | TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES | 1 001 869 780 | |
| 3.05 | OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS | 259 403 946 | |
| 4 | OUTRAS FUNÇÕES | | 128 238 683 738 |
| 4.01 | OPERAÇÕES DA DÍVIDA PÚBLICA | 123 170 000 000 | |
| 4.02 | TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES | 4 668 668 738 | |
| 4.03 | DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS | 400 015 000 | |
| | TOTAL GERAL | | 177 735 977 343 |

MAPA IV

DESPESAS DOS SERVIÇOS INTEGRADOS, POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

ANO ECONÓMICO DE 2011

Página 1

| CÓDIGOS | DESIGNAÇÃO DAS DESPESAS | IMPORTÂNCIAS EM EUROS | |
|-------------------------------------------------|----------------------------------------|-----------------------|------------------------|
| | | POR SUBAGRUPAMENTOS | POR AGRUPAMENTOS |
| | DESPESAS CORRENTES | | |
| 01.00 | DESPESAS COM O PESSOAL | | 9 617 075 090 |
| 02.00 | AQUISICAO DE BENS E SERVICOS CORRENTES | | 1 983 072 566 |
| 03.00 | JUROS E OUTROS ENCARGOS | | 6 300 578 602 |
| 04.00 | TRANSFERENCIAS CORRENTES | | |
| 04.03 | ADMINISTRACAO CENTRAL | 14 256 834 938 | |
| 04.04 | ADMINISTRACAO REGIONAL | | |
| 04.05 | ADMINISTRACAO LOCAL | 1 900 788 958 | |
| 04.06 | SEGURANCA SOCIAL | 6 739 645 086 | |
| 04.01 E 04.02 E 04.07 A 04.09 | OUTROS SECTORES | 2 877 448 809 | 25 774 717 791 |
| 05.00 | SUBSIDIOS | | 622 740 059 |
| 06.00 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | 1 215 327 302 |
| | TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES | | 45 513 511 410 |
| | DESPESAS DE CAPITAL | | |
| 07.00 | AQUISICAO DE BENS DE CAPITAL | | 672 463 937 |
| 08.00 | TRANSFERENCIAS DE CAPITAL | | |
| 08.03 | ADMINISTRACAO CENTRAL | 2 340 812 602 | |
| 08.04 | ADMINISTRACAO REGIONAL | 600 028 496 | |
| 08.05 | ADMINISTRACAO LOCAL | 784 998 098 | |
| 08.06 | SEGURANCA SOCIAL | 7 335 936 | |
| 08.01 E 08.02 E 08.07 A 08.09 | OUTROS SECTORES | 1 690 449 989 | 5 423 625 121 |
| 09.00 | ACTIVOS FINANCEIROS | | 11 060 091 875 |
| 10.00 | PASSIVOS FINANCEIROS | | 115 000 000 000 |
| 11.00 | OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL | | 66 285 000 |
| | TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL | | 132 222 465 933 |
| | TOTAL GERAL | | 177 735 977 343 |

MAPA V
RECEITAS DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS, POR CLASSIFICAÇÃO ORGANICA, COM ESPECIFICAÇÃO
DAS RECEITAS GLOBAIS DE CADA SERVIÇO E FUNDO

ANO ECONÓMICO DE 2011

Página 1

| DESIGNAÇÃO | IMPORTÂNCIAS EM EUROS |
|---------------------------------------------------------------------------|-----------------------|
| 01 ENCARGOS GERAIS DO ESTADO | |
| ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA | 99 361 085 |
| COFRE PRIVATIVO DO TRIBUNAL DE CONTAS - SECÇÃO REGIONAL DA MADEIRA | 512 100 |
| COFRE PRIVATIVO DO TRIBUNAL DE CONTAS - SECÇÃO REGIONAL DOS AÇORES | 505 000 |
| COFRE PRIVATIVO DO TRIBUNAL DE CONTAS - SEDE | 5 540 380 |
| CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA | 6 477 139 |
| ENTIDADE REGULADORA PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL | 4 849 000 |
| PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA | 18 043 354 |
| SERVIÇO DO PROVIDOR DE JUSTIÇA | 5 662 051 |
| 02 PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS | |
| ACIDI, IP-GESTOR DO PROGRAMA ESCOLHAS | 10 634 885 |
| AGENCIA PARA A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, I.P. | 45 490 021 |
| GABINETE DO SECRETÁRIO-GERAL DO SIRP E ESTRUTURAS COMUNS AO SIED E AO SIS | 10 959 615 |
| INSTITUTO DO DESPORTO DE PORTUGAL | 75 893 776 |
| SERVIÇO DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA | 11 156 794 |
| SERVIÇO DE INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS DE DEFESA | 7 568 983 |
| 03 NEGÓCIOS ESTRANGEIROS | |
| FUNDO PARA AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS | 21 000 000 |
| INSTITUTO CAMÕES, IP | 41 725 040 |
| 04 FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA | |
| CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES | 9 421 076 665 |
| COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS | 33 570 834 |
| FUNDO DE ACIDENTES DE TRABALHO | 160 575 201 |
| FUNDO DE ESTABILIZAÇÃO ADUANEIRO | 121 415 000 |
| FUNDO DE ESTABILIZAÇÃO TRIBUTÁRIO | 145 250 000 |
| FUNDO DE GARANTIA AUTOMÓVEL | 120 739 332 |
| FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL | 44 545 192 |
| FUNDO DE REGULARIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA | 2 456 500 000 |
| INSTITUTO DE GESTÃO DA TESOURARIA E DO CRÉDITO PÚBLICO | 35 196 760 |
| INSTITUTO DE SEGUROS DE PORTUGAL | 20 336 000 |
| INSTITUTO NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO | 10 792 776 |
| SERVIÇOS SOCIAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA | 17 458 505 |
| 05 DEFESA NACIONAL | |
| INSTITUTO DE ACÇÃO SOCIAL DAS FORÇAS ARMADAS | 50 928 968 |
| INSTITUTO HIDROGRÁFICO | 9 815 000 |
| LABORATÓRIO MILITAR DE PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS | 32 075 000 |
| MANUTENÇÃO MILITAR | 42 500 000 |
| OFICINAS GERAIS DE FARDAMENTO E EQUIPAMENTO | 14 299 623 |
| OFICINAS GERAIS DE MATERIAL DE ENGENHARIA | 4 108 406 |
| 06 ADMINISTRAÇÃO INTERNA | |
| AUTORIDADE NACIONAL DE PROTECÇÃO CIVIL | 133 937 120 |
| COFRE DE PREVIDÊNCIA DA P.S.P. | 965 550 |
| SERVIÇOS SOCIAIS DA G.N.R. | 36 546 637 |
| SERVIÇOS SOCIAIS DA P.S.P. | 7 114 000 |

Fonte: MF/DGO

MAPA V
RECEITAS DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS, POR CLASSIFICAÇÃO ORGANICA, COM ESPECIFICAÇÃO
DAS RECEITAS GLOBAIS DE CADA SERVIÇO E FUNDO

ANO ECONÓMICO DE 2011

Página 2

| DESIGNAÇÃO | IMPORTÂNCIAS EM EUROS |
|-----------------------------------------------------------------------------|-----------------------|
| 07 JUSTIÇA | |
| INSTITUTO DE GESTÃO FINANCEIRA E DE INFRA-ESTRUTURAS DA JUSTIÇA, IP | 757 561 323 |
| INSTITUTO NACIONAL DE MEDICINA LEGAL | 27 785 826 |
| INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL | 15 900 000 |
| 08 ECONOMIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO | |
| AUTORIDADE DA CONCORRÊNCIA | 10 277 559 |
| ENTIDADE REGULADORA DOS SERVIÇOS ENERGÉTICOS | 10 654 975 |
| INSTITUTO DE APOIO ÀS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS E A INOVAÇÃO IP | 319 508 253 |
| INSTITUTO DE TURISMO DE PORTUGAL IP | 659 669 684 |
| INSTITUTO FINANCEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL | 25 550 792 |
| INSTITUTO PORTUGUÊS DA QUALIDADE | 7 689 891 |
| INSTITUTO PORTUGUÊS DE ACREDITAÇÃO | 4 250 000 |
| LABORATORIO NACIONAL DE ENERGIA E GEOLOGIA IP | 24 185 112 |
| 09 AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS | |
| INSTITUTO DA VINHA E DO VINHO | 12 439 500 |
| INSTITUTO DE FINANCIAMENTO DA AGRICULTURA E PESCAS I P | 869 873 712 |
| INSTITUTO DOS VINHOS DO DOURO E DO PORTO | 10 047 629 |
| INSTITUTO NACIONAL DE RECURSOS BIOLÓGICOS, I.P. | 49 986 505 |
| 10 OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES | |
| AUTORIDADE METROPOLITANA DE TRANSPORTES DE LISBOA | 2 966 264 |
| AUTORIDADE METROPOLITANA DE TRANSPORTES DO PORTO | 1 949 782 |
| AUTORIDADE NACIONAL DAS COMUNICAÇÕES - ICP | 74 149 300 |
| INSTITUTO DA CONSTRUÇÃO E DO IMOBILIÁRIO | 13 818 662 |
| INSTITUTO DA MOBILIDADE E DOS TRANSPORTES TERRESTRES | 78 015 000 |
| INSTITUTO DE INFRA-ESTRUTURAS RODOVIÁRIAS | 6 335 000 |
| INSTITUTO NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL | 48 499 088 |
| INSTITUTO PORTUARIO E DOS TRANSPORTES MARÍTIMOS | 57 954 665 |
| LABORATÓRIO NACIONAL DE ENGENHARIA CIVIL | 36 794 794 |
| 11 AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO | |
| ADMINISTRAÇÃO DA REGIAO HIDROGRAFICA DO ALENTEJO | 7 520 658 |
| ADMINISTRAÇÃO DA REGIAO HIDROGRAFICA DO ALGARVE | 6 989 326 |
| ADMINISTRAÇÃO DA REGIAO HIDROGRAFICA DO CENTRO | 11 268 826 |
| ADMINISTRAÇÃO DA REGIAO HIDROGRAFICA DO NORTE | 10 903 975 |
| ADMINISTRAÇÃO DA REGIAO HIDROGRAFICA DO TEJO | 18 683 165 |
| COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE LISBOA E VALE DO TEJO | 11 209 489 |
| COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALENTEJO | 10 318 030 |
| COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALGARVE | 5 284 540 |
| COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO | 15 986 695 |
| COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NORTE | 24 586 203 |
| ENTIDADE REGULADORA DOS SERVIÇOS DAS ÁGUAS E DOS RESÍDUOS | 6 565 000 |
| FUNDO DE INTERVENÇÃO AMBIENTAL | 1 000 000 |
| FUNDO DE PROTECÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS | 17 000 000 |
| FUNDO PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DA BIODIVERSIDADE | 1 100 000 |
| FUNDO PORTUGUES DE CARBONO | 45 000 000 |
| INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DA BIODIVERSIDADE | 28 493 126 |

Fonte: MF/DGO

MAPA V
RECEITAS DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS, POR CLASSIFICAÇÃO ORGANICA, COM ESPECIFICAÇÃO
DAS RECEITAS GLOBAIS DE CADA SERVIÇO E FUNDO

ANO ECONÓMICO DE 2011

Página 3

| DESIGNAÇÃO | IMPORTÂNCIAS EM EUROS |
|-----------------------------------------------------------------------|-----------------------|
| 11 AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO | |
| INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA | 252 859 981 |
| 12 TRABALHO E SOLIDARIEDADE SOCIAL | |
| INSTITUTO DE GESTÃO DO FUNDO SOCIAL EUROPEU | 30 211 996 |
| INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL | 1 017 133 419 |
| 13 SAUDE | |
| ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO SISTEMA DE SAUDE, IP | 8 140 400 528 |
| ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DE LISBOA E VALE DO TEJO,IP | 1 348 199 591 |
| ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO ALENTEJO,IP | 185 956 617 |
| ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO ALGARVE,IP | 160 499 767 |
| ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO CENTRO,IP | 643 359 166 |
| ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO NORTE,IP | 1 378 341 496 |
| CENTRO DE HISTOCOMPATIBILIDADE DO CENTRO | 2 460 155 |
| CENTRO DE HISTOCOMPATIBILIDADE DO NORTE | 4 315 238 |
| CENTRO DE HISTOCOMPATIBILIDADE DO SUL | 6 947 742 |
| CENTRO HOSPITALAR DE CASCAIS | 7 920 917 |
| CENTRO HOSPITALAR DE TORRES VEDRAS | 34 638 156 |
| CENTRO HOSPITALAR DO OESTE NORTE (CHON) | 45 378 931 |
| CENTRO HOSPITALAR PSIQUIATRICO DE COIMBRA | 19 482 745 |
| CENTRO HOSPITALAR PSIQUIATRICO DE LISBOA | 35 771 452 |
| CENTRO MÉDICO DE REABILITAÇÃO DA REGIÃO CENTRO - ROVISCO PAIS | 7 118 772 |
| ENTIDADE REGULADORA DA SAÚDE - ORÇ.PRIV | 4 695 239 |
| HOSPITAL ARCEBISPO JOÃO CRISÓSTOMO - CANTANHEDE | 4 809 493 |
| HOSPITAL CÂNDIDO DE FIGUEIREDO - TONDELA | 6 501 756 |
| HOSPITAL DE JOAQUIM URBANO | 17 613 359 |
| HOSPITAL DE POMBAL | 6 966 427 |
| HOSPITAL DE S. MARCOS - BRAGA | 19 992 122 |
| HOSPITAL DISTRITAL DE ÁGUEDA | 12 922 059 |
| HOSPITAL DR. FRANCISCO ZAGALO - OVAR | 8 781 315 |
| HOSPITAL JOSÉ LUCIANO DE CASTRO - ANADIA | 5 715 646 |
| HOSPITAL N.S. DA CONCEIÇÃO - VALONGO | 7 659 275 |
| HOSPITAL REYNALDO DOS SANTOS - VILA FRANCA DE XIRA | 30 117 741 |
| HOSPITAL VISCONDE DE SALREU - ESTARREJA | 6 369 165 |
| INEM-INSTITUTO NACIONAL DE EMERGENCIA MEDICA, IP | 85 082 000 |
| INFARMED - AUTORIDADE NACIONAL DO MEDICAMENTO E PRODUTOS DE SAUDE, IP | 71 200 000 |
| INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE DR. RICARDO JORGE | 35 788 106 |
| INSTITUTO OFTALMOLÓGICO DR. GAMA PINTO | 7 402 994 |
| INSTITUTO PORTUGUÊS DE SANGUE | 76 199 968 |
| MATERNIDADE DR. ALFREDO DA COSTA | 26 180 888 |
| 14 EDUCAÇÃO | |
| AGÊNCIA NACIONAL PARA A QUALIFICAÇÃO, I.P. | 15 685 224 |
| EDITORIAL DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO | 4 653 848 |
| ESCOLA PORTUGUESA DE DILI | 1 774 364 |
| ESCOLA PORTUGUESA DE MOÇAMBIQUE | 4 391 525 |
| GABINETE DE GESTÃO FINANCEIRA | 136 325 893 |

Fonte: MF/DGO

MAPA V
RECEITAS DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS, POR CLASSIFICAÇÃO ORGANICA, COM ESPECIFICAÇÃO
DAS RECEITAS GLOBAIS DE CADA SERVIÇO E FUNDO

ANO ECONÓMICO DE 2011

Página 4

| DESIGNAÇÃO | IMPORTÂNCIAS EM EUROS |
|-------------------------------------------------------|-----------------------|
| 15 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR | |
| ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM DE COIMBRA | 11 661 099 |
| ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM DE LISBOA | 11 114 120 |
| ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM DO PORTO | 8 215 367 |
| ESCOLA SUPERIOR DE HOTELARIA E TURISMO DO ESTORIL | 6 265 310 |
| ESCOLA SUPERIOR NÁUTICA INFANTE D.HENRIQUE | 4 246 503 |
| ESTÁDIO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA | 5 044 196 |
| FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E TECNOLOGIA, I.P. | 469 043 200 |
| INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E TROPICAL, I.P. | 7 159 538 |
| INSTITUTO DE METEOROLOGIA, I.P. | 14 234 036 |
| INSTITUTO POLITÉCNICO BRAGANCA | 26 548 931 |
| INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA | 14 866 707 |
| INSTITUTO POLITÉCNICO DE BEJA | 16 850 723 |
| INSTITUTO POLITÉCNICO DE CASTELO BRANCO | 20 858 321 |
| INSTITUTO POLITÉCNICO DE COIMBRA | 41 284 585 |
| INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA | 44 638 756 |
| INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA | 39 249 638 |
| INSTITUTO POLITÉCNICO DE PORTALEGRE | 13 723 036 |
| INSTITUTO POLITECNICO DE SANTARÉM | 23 469 750 |
| INSTITUTO POLITÉCNICO DE SETUBAL | 29 490 414 |
| INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR | 15 903 390 |
| INSTITUTO POLITÉCNICO DE VIANA DO CASTELO | 21 370 078 |
| INSTITUTO POLITÉCNICO DE VISEU | 25 171 531 |
| INSTITUTO POLITÉCNICO DO CAVADO E DO AVE | 8 310 824 |
| INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO | 44 590 962 |
| INSTITUTO SUPERIOR DE ENGENHARIA DE LISBOA | 25 588 270 |
| INSTITUTO SUPERIOR DE ENGENHARIA DO PORTO | 22 791 922 |
| INSTITUTO TECNOLÓGICO E NUCLEAR, I.P. | 10 732 245 |
| SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA | 2 074 620 |
| SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE BEJA | 821 330 |
| SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANCA | 1 557 842 |
| SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE CASTELO BRANCO | 1 082 969 |
| SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE COIMBRA | 1 645 543 |
| SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA | 4 138 101 |
| SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA | 2 264 551 |
| SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE PORTALEGRE | 1 120 652 |
| SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTAREM | 919 419 |
| SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE SETÚBAL | 1 294 176 |
| SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR | 820 547 |
| SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE VIANA DO CASTELO | 1 624 427 |
| SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE VISEU | 1 838 852 |
| SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO | 2 177 218 |
| SAS - UNIVERSIDADE BEIRA INTERIOR | 2 708 449 |
| SAS - UNIVERSIDADE DA MADEIRA | 1 458 527 |
| SAS - UNIVERSIDADE DE COIMBRA | 11 309 354 |
| SAS - UNIVERSIDADE DE ÉVORA | 2 555 990 |

Fonte: MF/DGO

MAPA V
RECEITAS DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS, POR CLASSIFICAÇÃO ORGANICA, COM ESPECIFICAÇÃO
DAS RECEITAS GLOBAIS DE CADA SERVIÇO E FUNDO

ANO ECONÓMICO DE 2011

Página 5

| DESIGNAÇÃO | IMPORTÂNCIAS EM EUROS |
|-------------------------------------------------------------|-----------------------|
| 15 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR | |
| SAS - UNIVERSIDADE DE LISBOA | 5 862 278 |
| SAS - UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO | 3 134 003 |
| SAS - UNIVERSIDADE DO ALGARVE | 2 737 568 |
| SAS - UNIVERSIDADE DO MINHO | 8 006 107 |
| SAS - UNIVERSIDADE DOS AÇORES | 1 570 515 |
| SAS - UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA | 3 482 678 |
| SAS - UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA | 5 089 802 |
| SAS DO INSTITUTO POLITÉCNICO DO CÁVADO E DO AVE | 289 323 |
| UL - CENTRO DE RECURSOS COMUNS E SERVIÇOS PARTILHADOS | 1 982 955 |
| UL - FACULDADE DE BELAS-ARTES | 5 786 401 |
| UL - FACULDADE DE CIÊNCIAS | 33 453 722 |
| UL - FACULDADE DE DIREITO | 8 466 351 |
| UL - FACULDADE DE FARMÁCIA | 11 563 884 |
| UL - FACULDADE DE LETRAS | 16 735 560 |
| UL - FACULDADE DE MEDICINA | 15 711 128 |
| UL - FACULDADE DE MEDICINA DENTÁRIA | 6 291 810 |
| UL - FACULDADE DE PSICOLOGIA | 4 384 723 |
| UL - INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS | 8 053 299 |
| UL - INSTITUTO DE EDUCAÇÃO | 4 445 762 |
| UL - INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO | 4 148 709 |
| UL - REITORIA | 23 234 463 |
| UMIC - AGÊNCIA PARA A SOCIEDADE DO CONHECIMENTO, I.P. | 3 800 920 |
| UNIVERSIDADE ABERTA | 17 745 138 |
| UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR | 37 677 579 |
| UNIVERSIDADE DA MADEIRA | 16 853 962 |
| UNIVERSIDADE DE COIMBRA | 138 538 919 |
| UNIVERSIDADE DE ÉVORA | 52 510 780 |
| UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO | 43 269 690 |
| UNIVERSIDADE DO ALGARVE | 58 990 562 |
| UNIVERSIDADE DO MINHO | 100 974 580 |
| UNIVERSIDADE DOS AÇORES | 26 810 251 |
| UNL - ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA | 2 376 024 |
| UNL - FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA | 42 608 808 |
| UNL - FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS | 11 564 300 |
| UNL - FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS | 22 405 011 |
| UNL - FACULDADE DE DIREITO | 2 229 581 |
| UNL - FACULDADE DE ECONOMIA | 9 920 601 |
| UNL - INSTITUTO DE TECNOLOGIA QUÍMICA E BIOLÓGICA | 14 096 737 |
| UNL - INSTITUTO HIGIENE E MEDICINA TROPICAL | 5 693 583 |
| UNL - INSTITUTO SUPERIOR ESTATÍSTICA E GESTÃO DA INFORMAÇÃO | 2 642 302 |
| UNL - REITORIA | 11 557 675 |
| UTL - FACULDADE DE ARQUITECTURA | 9 436 458 |
| UTL - FACULDADE DE MEDICINA VETERINÁRIA | 6 221 368 |
| UTL - FACULDADE DE MOTRICIDADE HUMANA | 9 227 279 |
| UTL - INSTITUTO SUPERIOR CIÊNCIAS SOCIAIS POLÍTICAS | 7 382 280 |

Fonte: MF/DGO

MAPA V
RECEITAS DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS, POR CLASSIFICAÇÃO ORGANICA, COM ESPECIFICAÇÃO
DAS RECEITAS GLOBAIS DE CADA SERVIÇO E FUNDO

ANO ECONÓMICO DE 2011

Página 6

| DESIGNAÇÃO | IMPORTÂNCIAS EM EUROS |
|-------------------------------------------------------|-----------------------|
| 15 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR | |
| UTL - INSTITUTO SUPERIOR DE AGRONOMIA | 17 592 353 |
| UTL - INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO | 16 728 330 |
| UTL - INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO | 103 914 217 |
| UTL - REITORIA | 9 511 166 |
| 16 CULTURA | |
| CINEMATECA PORTUGUESA - MUSEU DO CINEMA, I.P. | 5 868 404 |
| FUNDO DE FOMENTO CULTURAL | 25 450 557 |
| FUNDO DE SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO CULTURAL | 500 000 |
| INST DE GEST DO PATRIMONIO ARQUITECTÓNICO E ARQ, I.P. | 21 786 044 |
| INSTITUTO DO CINEMA E DO AUDIOVISUAL , I.P. | 16 300 000 |
| INSTITUTO DOS MUSEUS E DA CONSERVAÇÃO, I.P. | 16 646 616 |
| TOTAL GERAL | 32 637 822 352 |

MAPA VI
RECEITAS DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS, POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

ANO ECONÓMICO DE 2011

Página 1

| CÓDIGOS | DESIGNAÇÃO DAS RECEITAS | IMPORTÂNCIAS EM EUROS | | |
|----------|----------------------------------------------------|-----------------------|---------------|---------------|
| | | POR ARTIGOS | POR GRUPOS | POR CAPÍTULOS |
| | RECEITAS CORRENTES | | | |
| 01.00.00 | IMPOSTOS DIRECTOS | | | 20 800 000 |
| 01.01.00 | SOBRE O RENDIMENTO: | | 20 800 000 | |
| 01.01.01 | IMP.S/REND.PESS.SINGULARES (IRS) | 12 800 000 | | |
| 01.01.02 | IMP.S/REND.PESS.COLECTIVAS (IRC) | 8 000 000 | | |
| 02.00.00 | IMPOSTOS INDIRECTOS: | | | 401 153 958 |
| 02.01.00 | SOBRE O CONSUMO: | | 91 550 000 | |
| 02.01.01 | IMPOSTO S/ PRODUTOS PETROLIFEROS (ISP) | 48 850 000 | | |
| 02.01.02 | IMPOSTO S/ VALOR ACRESCENTADO (IVA) | 42 700 000 | | |
| 02.02.00 | OUTROS: | | 309 603 958 | |
| 02.02.03 | IMPOSTO DO JOGO | 153 275 200 | | |
| 02.02.05 | RESULTADOS EXPLORACAO APOSTAS MUTUAS | 71 828 758 | | |
| 02.02.99 | IMPOSTOS INDIRECTOS DIVERSOS | 84 500 000 | | |
| 03.00.00 | CONTRIBUICOES PARA SEG. SOCIAL, CGA E ADSE: | | | 4 179 672 414 |
| 03.02.00 | REGIMES COMPLEMENTARES E ESPECIAIS | | 5 924 944 | |
| 03.02.02 | REGIMES COMPLEMENTARES | 5 924 944 | | |
| 03.03.00 | CAIXA GERAL DE APOSENTACOES E ADSE: | | 4 173 747 470 | |
| 03.03.01 | QUOTAS E COMPARTICIPACOES PARA A CGA | 3 426 831 250 | | |
| 03.03.99 | OUTROS | 746 916 220 | | |
| 04.00.00 | TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES: | | | 1 493 984 191 |
| 04.01.00 | TAXAS: | | 1 338 641 749 | |
| 04.01.01 | TAXAS DE JUSTICA | 214 360 193 | | |
| 04.01.02 | TAXAS DE REGISTO DE NOTARIADO | 1 691 376 | | |
| 04.01.03 | TAXAS DE REGISTO PREDIAL | 203 118 693 | | |
| 04.01.04 | TAXAS DE REGISTO CIVIL | 26 117 007 | | |
| 04.01.05 | TAXAS DE REGISTO COMERCIAL | 23 473 685 | | |
| 04.01.07 | TAXAS VINICOLAS | 10 120 000 | | |
| 04.01.08 | TAXAS MODERADORAS | 34 737 360 | | |
| 04.01.09 | TAXAS S/ ESPECTACULOS E DIVERTIMENTOS | 1 925 293 | | |
| 04.01.10 | TAXAS S/ ENERGIA | 1 990 000 | | |
| 04.01.12 | TAXAS S/ COMERCIALIZACAO E ABATE DE GADO | 2 500 000 | | |
| 04.01.13 | TAXAS DE PORTOS | 2 480 000 | | |
| 04.01.15 | TAXAS S/ CONTROLO METROLOGICO E DE QUALIDADE | 3 460 200 | | |
| 04.01.17 | TAXAS S/ LICENCIAMENTOS DIV. CONCEDIDOS A EMPRESAS | 18 199 905 | | |
| 04.01.18 | TAXAS S/ VALOR DE ADJUDICACAO DE OBRAS PUBLICAS | 3 000 000 | | |
| 04.01.20 | EMOLUMENTOS CONSULARES | 20 270 000 | | |
| 04.01.21 | PORTAGENS | 78 125 | | |
| 04.01.22 | PROPINAS | 252 403 719 | | |
| 04.01.99 | TAXAS DIVERSAS | 518 716 193 | | |
| 04.02.00 | MULTAS E OUTRAS PENALIDADES: | | 155 342 442 | |
| 04.02.01 | JUROS DE MORA | 3 657 902 | | |
| 04.02.02 | JUROS COMPENSATORIOS | 1 200 | | |
| 04.02.04 | COIMAS E PENALIDADES POR CONTRA-ORDENACOES | 75 404 511 | | |
| 04.02.99 | MULTAS E PENALIDADES DIVERSAS | 76 278 829 | | |
| 05.00.00 | RENDIMENTOS DA PROPRIEDADE: | | | 184 429 212 |
| 05.01.00 | JUROS - SOC. E QUASE SOC. NAO FINANCEIRAS: | | 14 294 059 | |
| 05.01.01 | PUBLICAS | 1 301 000 | | |
| 05.01.02 | PRIVADAS | 12 993 059 | | |
| 05.02.00 | JUROS - SOCIEDADES FINANCEIRAS | | 27 372 916 | |
| 05.02.01 | BANCOS E OUTRAS INSTITUICOES FINANCEIRAS | 27 372 916 | | |
| 05.03.00 | JUROS - ADMINISTRACOES PUBLICAS: | | 133 062 274 | |
| 05.03.01 | ADMINISTRACAO CENTRAL - ESTADO | 129 652 010 | | |
| 05.03.02 | ADMINISTRACAO CENTRAL - SFA | 2 294 764 | | |
| 05.03.04 | ADMINISTRACAO LOCAL - CONTINENTE | 1 015 500 | | |
| 05.03.05 | ADMINISTRACAO LOCAL - REGIOES AUTONOMAS | 100 000 | | |
| 05.04.00 | JUROS - INSTITUICOES S/FINS LUCRATIVOS | | 20 000 | |
| 05.04.01 | JUROS - INSTITUICOES S/FINS LUCRATIVOS | 20 000 | | |
| 05.05.00 | JUROS - FAMILIAS | | 3 026 238 | |
| 05.05.01 | JUROS - FAMILIAS | 3 026 238 | | |
| 05.06.00 | JUROS - RESTO DO MUNDO: | | 3 200 000 | |
| 05.06.01 | UNIAO EUROPEIA - INSTITUICOES | 1 100 000 | | |
| 05.06.02 | UNIAO EUROPEIA - PAISES MEMBROS | 2 050 000 | | |
| 05.06.03 | PAISES TERCEIROS E ORGANIZACOES INTERNACIONAIS | 50 000 | | |
| 05.07.00 | DIVID. E PARTICIP. LUCROS DE SOC. E QUASE SOC. NAO | | 336 102 | |

Fonte: MF/DGO

MAPA VI
RECEITAS DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS, POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

ANO ECONÓMICO DE 2011

Página 2

| CÓDIGOS | DESIGNAÇÃO DAS RECEITAS | IMPORTÂNCIAS EM EUROS | | |
|----------|-----------------------------------------------------------------|-----------------------|----------------|----------------|
| | | POR ARTIGOS | POR GRUPOS | POR CAPÍTULOS |
| 05.07.01 | FINANCEIRAS DIVID E PARTICIP LUCROS DE SOC E QUASE-SOC NAO | 336 102 | | |
| 05.08.00 | FINANCEIRAS DIVIDENDOS E PARTICIPACOES LUCROS DE SOC. | | 570 000 | |
| 05.08.01 | FINANCEIRAS DIVIDENDOS E PARTICIP NOS LUCROS DE SOC. | 570 000 | | |
| 05.10.00 | FINANCEIRAS RENDAS : | | 2 147 623 | |
| 05.10.01 | TERRENOS | 2 017 998 | | |
| 05.10.03 | HABITACOES | 112 125 | | |
| 05.10.99 | OUTROS | 17 500 | | |
| 05.11.00 | ACTIVOS INCORPOREOS: | | 400 000 | |
| 05.11.01 | ACTIVOS INCORPOREOS | 400 000 | | |
| 06.00.00 | TRANSFERENCIAS CORRENTES: | | | 19 842 209 076 |
| 06.01.00 | SOCIEDADES E QUASE SOC. NAO FINANCEIRAS: | | 29 642 706 | |
| 06.01.01 | PUBLICAS | 2 306 980 | | |
| 06.01.02 | PRIVADAS | 27 335 726 | | |
| 06.02.00 | SOCIEDADES FINANCEIRAS: | | 6 650 856 | |
| 06.02.01 | BANCOS E OUTRAS INSTITUICOES FINANCEIRAS | 5 150 856 | | |
| 06.02.02 | COMPANHIAS DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSOES | 1 500 000 | | |
| 06.03.00 | ADMINISTRACAO CENTRAL: | | 18 141 026 998 | |
| 06.03.01 | ESTADO | 14 170 190 653 | | |
| 06.03.05 | ESTADO - PARTICIPACAO PORTUGUESA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS | 67 243 936 | | |
| 06.03.07 | SERVICOS E FUNDOS AUTONOMOS | 3 885 599 860 | | |
| 06.03.10 | SFA - PARTICIPACAO PORTUGUESA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS | 14 946 227 | | |
| 06.03.11 | SFA - PARTICIPACAO COMUNITARIA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS | 3 046 322 | | |
| 06.04.00 | ADMINISTRACAO REGIONAL: | | 5 711 984 | |
| 06.04.01 | REGIAO AUTONOMA DOS ACORES | 4 700 000 | | |
| 06.04.02 | REGIAO AUTONOMA DA MADEIRA | 1 011 984 | | |
| 06.05.00 | ADMINISTRACAO LOCAL: | | 674 847 | |
| 06.05.01 | CONTINENTE | 639 247 | | |
| 06.05.02 | REGIAO AUTONOMA DOS ACORES | 35 600 | | |
| 06.06.00 | SEGURANCA SOCIAL: | | 1 127 875 446 | |
| 06.06.02 | PARTICIPACAO PORTUGUESA EM PROJECTOS CO- FINANCIADOS | 126 824 050 | | |
| 06.06.03 | FINANCIAMENTO COMUNITARIO EM PROJECTOS CO- FINANCIADOS | 451 438 485 | | |
| 06.06.04 | OUTRAS TRANSFERENCIAS | 549 612 911 | | |
| 06.07.00 | INSTITUICOES S/FINS LUCRATIVOS: | | 40 344 804 | |
| 06.07.01 | INSTITUICOES S/ FINS LUCRATIVOS | 40 344 804 | | |
| 06.08.00 | FAMILIAS: | | 34 222 421 | |
| 06.08.01 | FAMILIAS | 34 222 421 | | |
| 06.09.00 | RESTO DO MUNDO: | | 456 059 014 | |
| 06.09.01 | UNIAO EUROPEIA - INSTITUICOES | 436 306 545 | | |
| 06.09.04 | UNIAO EUROPEIA - PAISES MEMBROS | 13 323 512 | | |
| 06.09.05 | PAISES TERCEIROS E ORGANIZACOES INTERNACIONAIS | 6 428 957 | | |
| 07.00.00 | VENDA DE BENS E SERVICOS CORRENTES: | | | 693 416 645 |
| 07.01.00 | VENDA DE BENS: | | 120 856 528 | |
| 07.01.01 | MATERIAL DE ESCRITORIO | 49 090 | | |
| 07.01.02 | LIVROS E DOCUMENTACAO TECNICA | 3 886 234 | | |
| 07.01.03 | PUBLICACOES E IMPRESSOS | 6 871 321 | | |
| 07.01.04 | FARDAMENTOS E ARTIGOS PESSOAIS | 60 000 | | |
| 07.01.05 | BENS INUTILIZADOS | 87 984 | | |
| 07.01.06 | PRODUTOS AGRICOLAS E PECUARIOS | 1 129 253 | | |
| 07.01.07 | PRODUTOS ALIMENTARES E BEBIDAS | 12 687 592 | | |
| 07.01.08 | MERCADORIAS | 77 374 638 | | |
| 07.01.09 | MATERIAS DE CONSUMO | 5 671 024 | | |
| 07.01.10 | DESPERDICIOS, RESIDUOS E REFUGOS | 139 160 | | |
| 07.01.11 | PRODUTOS ACABADOS E INTERMEDIOS | 9 122 172 | | |
| 07.01.99 | OUTROS | 3 778 060 | | |
| 07.02.00 | SERVICOS: | | 550 992 821 | |
| 07.02.01 | ALUGUER DE ESPACOS E EQUIPAMENTOS | 22 070 994 | | |
| 07.02.02 | ESTUDOS, PARECERES, PROJECTOS E CONSULTADORIA | 58 069 827 | | |

Fonte: MF/DGO

MAPA VI
RECEITAS DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS, POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

ANO ECONÓMICO DE 2011

Página 3

| CÓDIGOS | DESIGNAÇÃO DAS RECEITAS | IMPORTÂNCIAS EM EUROS | | |
|----------|--------------------------------------------------------------|-----------------------|---------------|-----------------------|
| | | POR ARTIGOS | POR GRUPOS | POR CAPÍTULOS |
| 07.02.03 | VISTORIAS E ENSAIOS | 3 557 836 | | |
| 07.02.04 | SERVICOS DE LABORATORIOS | 19 057 706 | | |
| 07.02.05 | ACTIVIDADES DE SAUDE | 185 908 284 | | |
| 07.02.06 | REPARACOES | 4 134 537 | | |
| 07.02.07 | ALIMENTACAO E ALOJAMENTO | 42 418 967 | | |
| 07.02.08 | SERVICOS SOCIAIS, RECREATIVOS, CULTURAIS E DESPORTO | 17 577 272 | | |
| 07.02.09 | SERVICOS ESPECIFICOS DAS AUTARQUIAS | 80 000 | | |
| 07.02.99 | OUTROS | 198 117 398 | | |
| 07.03.00 | RENDAS: | | 21 567 296 | |
| 07.03.01 | HABITACOES | 9 317 261 | | |
| 07.03.02 | EDIFICIOS | 9 703 135 | | |
| 07.03.99 | OUTRAS | 2 546 900 | | |
| 08.00.00 | OUTRAS RECEITAS CORRENTES: | | | 210 477 774 |
| 08.01.00 | OUTRAS RECEITAS CORRENTES: | | 210 477 774 | |
| 08.01.01 | PREMIOS, TAXAS POR GARANTIAS DE RISCO E DIFERENCAS DE CAMBIO | 430 473 | | |
| 08.01.99 | OUTRAS | 210 047 301 | | |
| | TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES | | | 27 026 143 270 |
| | RECEITAS DE CAPITAL | | | |
| 09.00.00 | VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO: | | | 87 600 304 |
| 09.01.00 | TERRENOS: | | 857 764 | |
| 09.01.01 | SOCIEDADES E QUASE SOC. NAO FINANCEIRAS | 615 550 | | |
| 09.01.06 | ADM. PUBLICAS - ADM. LOCAL - CONTINENTE | 115 | | |
| 09.01.09 | INSTITUICOES S/FINS LUCRATIVOS | 240 749 | | |
| 09.01.10 | FAMILIAS | 1 350 | | |
| 09.02.00 | HABITACOES: | | 17 563 081 | |
| 09.02.01 | SOCIEDADES E QUASE SOC. NAO FINANCEIRAS | 578 | | |
| 09.02.04 | ADM. PUBLICAS - ADM. CENTRAL - SFA | 250 000 | | |
| 09.02.06 | ADM. PUBLICAS - ADM. LOCAL - CONTINENTE | 3 811 796 | | |
| 09.02.10 | FAMILIAS | 13 500 707 | | |
| 09.03.00 | EDIFICIOS: | | 69 085 293 | |
| 09.03.01 | SOCIEDADES E QUASE SOC. NAO FINANCEIRAS | 69 071 493 | | |
| 09.03.06 | ADM. PUBLICAS - ADM. LOCAL - CONTINENTE | 9 700 | | |
| 09.03.10 | FAMILIAS | 4 100 | | |
| 09.04.00 | OUTROS BENS DE INVESTIMENTO: | | 94 166 | |
| 09.04.01 | SOCIEDADES E QUASE SOC. NAO FINANCEIRAS | 34 739 | | |
| 09.04.04 | ADM. PUBLICAS - ADM. CENTRAL - SFA | 51 500 | | |
| 09.04.10 | FAMILIAS | 7 927 | | |
| 10.00.00 | TRANSFERENCIAS DE CAPITAL: | | | 3 401 625 956 |
| 10.01.00 | SOCIEDADES E QUASE SOC. NAO FINANCEIRAS: | | 18 457 745 | |
| 10.01.02 | PRIVADAS | 18 457 745 | | |
| 10.02.00 | SOCIEDADES FINANCEIRAS: | | 300 600 000 | |
| 10.02.01 | BANCOS E OUTRAS INSTITUICOES FINANCEIRAS | 600 000 | | |
| 10.02.02 | COMPANHIAS DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSOES | 300 000 000 | | |
| 10.03.00 | ADMINISTRACAO CENTRAL: | | 2 380 773 673 | |
| 10.03.01 | ESTADO | 2 244 653 622 | | |
| 10.03.05 | ESTADO - EXCEDENDES DE EXECUCAO DO ORCAMENTO DO ESTADO | 304 000 | | |
| 10.03.06 | ESTADO - PARTICIPACAO PORTUGUESA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS | 99 335 690 | | |
| 10.03.08 | SERVICOS E FUNDOS AUTONOMOS | 29 968 868 | | |
| 10.03.09 | SFA - PARTICIPACAO PORTUGUESA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS | 6 125 310 | | |
| 10.03.10 | SFA - PARTICIPACAO COMUNITARIA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS | 386 183 | | |
| 10.04.00 | ADMINISTRACAO REGIONAL: | | 14 684 000 | |
| 10.04.01 | REGIAO AUTONOMA DOS ACORES | 9 444 000 | | |
| 10.04.02 | REGIAO AUTONOMA DA MADEIRA | 5 240 000 | | |
| 10.05.00 | ADMINISTRACAO LOCAL: | | 1 122 092 | |
| 10.05.01 | CONTINENTE | 1 122 092 | | |
| 10.07.00 | INSTITUICOES S/FINS LUCRATIVOS: | | 1 612 889 | |
| 10.07.01 | INSTITUICOES S/ FINS LUCRATIVOS | 1 612 889 | | |
| 10.08.00 | FAMILIAS: | | 3 751 890 | |

Fonte: MF/DGO

MAPA VI
RECEITAS DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS, POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

ANO ECONÓMICO DE 2011

Página 4

| CÓDIGOS | DESIGNAÇÃO DAS RECEITAS | IMPORTÂNCIAS EM EUROS | | |
|----------|-----------------------------------------------------------------|-----------------------|-------------|-----------------------|
| | | POR ARTIGOS | POR GRUPOS | POR CAPÍTULOS |
| 10.08.01 | FAMILIAS | 3 751 890 | | |
| 10.09.00 | RESTO DO MUNDO: | | 680 623 667 | |
| 10.09.01 | UNIAO EUROPEIA - INSTITUICOES | 674 923 166 | | |
| 10.09.03 | UNIAO EUROPEIA - PAISES MEMBROS | 233 500 | | |
| 10.09.04 | PAISES TERCEIROS E ORGANIZACOES INTERNACIONAIS | 5 467 001 | | |
| 11.00.00 | ACTIVOS FINANCEIROS: | | | 1 045 803 878 |
| 11.02.00 | TITULOS A CURTO PRAZO: | | 582 264 481 | |
| 11.02.03 | ADM. PUBLICAS - ADM. CENTRAL - ESTADO | 582 264 481 | | |
| 11.03.00 | TITULOS A MEDIO E LONGO PRAZO: | | 268 648 295 | |
| 11.03.02 | SOCIEDADES FINANCEIRAS | 9 000 000 | | |
| 11.03.03 | ADM. PUBLICAS - ADM. CENTRAL - ESTADO | 251 848 295 | | |
| 11.03.11 | RESTO DO MUNDO - UNIAO EUROPEIA | 7 500 000 | | |
| 11.03.12 | RESTO DO MUNDO - PAISES TERCEIROS E ORGANIZACOES INTERNACIONAIS | 300 000 | | |
| 11.05.00 | EMPRESTIMOS A CURTO PRAZO: | | 1 040 000 | |
| 11.05.10 | FAMILIAS | 1 040 000 | | |
| 11.06.00 | EMPRESTIMOS A MEDIO E LONGO PRAZO: | | 193 751 102 | |
| 11.06.01 | SOCIEDADES E QUASE SOC. NAO FINANCEIRAS | 165 843 928 | | |
| 11.06.04 | ADM. PUBLICAS - ADM. CENTRAL - SFA | 1 000 000 | | |
| 11.06.06 | ADM. PUBLICAS - ADM. LOCAL - CONTINENTE | 2 647 242 | | |
| 11.06.07 | ADM. PUBLICAS - ADM. LOCAL - REGIOES AUTONOMAS | 1 500 000 | | |
| 11.06.09 | INSTITUICOES S/FINS LUCRATIVOS | 960 834 | | |
| 11.06.10 | FAMILIAS | 21 799 098 | | |
| 11.10.00 | ALIENACAO DE PARTES SOCIAIS DE EMPRESAS: | | 100 000 | |
| 11.10.01 | ALIENACAO DE PARTES SOCIAIS DE EMPRESAS | 100 000 | | |
| 12.00.00 | PASSIVOS FINANCEIROS: | | | 415 000 000 |
| 12.05.00 | EMPRESTIMOS A CURTO PRAZO: | | 300 000 000 | |
| 12.05.02 | SOCIEDADES FINANCEIRAS | 300 000 000 | | |
| 12.06.00 | EMPRESTIMOS A MEDIO E LONGO PRAZO: | | 115 000 000 | |
| 12.06.11 | RESTO DO MUNDO - UNIAO EUROPEIA | 115 000 000 | | |
| 13.00.00 | OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL: | | | 3 140 157 |
| 13.01.00 | OUTRAS: | | 3 140 157 | |
| 13.01.01 | INDEMNIZACOES | 101 450 | | |
| 13.01.99 | OUTRAS | 3 038 707 | | |
| 15.00.00 | REPOSICOES NAO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS: | | | 27 476 512 |
| 15.01.00 | REPOSICOES NAO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS: | | 27 476 512 | |
| 15.01.01 | REPOSICOES NAO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS | 27 476 512 | | |
| 16.00.00 | SALDO DA GERENCIA ANTERIOR | | | 631 032 275 |
| 16.01.00 | SALDO ORCAMENTAL | | 631 032 275 | |
| 16.01.01 | NA POSSE DO SERVICO | 290 648 707 | | |
| 16.01.03 | NA POSSE DO SERVICO - CONSIGNADO | 340 383 568 | | |
| | TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL | | | 5 611 679 082 |
| | TOTAL GERAL | | | 32 637 822 352 |

MAPA VII
DESPESAS DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS, POR CLASSIFICAÇÃO ORGANICA, COM
ESPECIFICAÇÃO DAS DESPESAS GLOBAIS DE CADA SERVIÇO E FUNDO

ANO ECONÓMICO DE 2011

Página 1

| DESIGNAÇÃO | IMPORTÂNCIAS EM EUROS |
|---------------------------------------------------------------------------|-----------------------|
| 01 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO | |
| ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA | 99 361 085 |
| COFRE PRIVATIVO DO TRIBUNAL DE CONTAS - SECÇÃO REGIONAL DA MADEIRA | 497 974 |
| COFRE PRIVATIVO DO TRIBUNAL DE CONTAS - SECÇÃO REGIONAL DOS AÇORES | 493 249 |
| COFRE PRIVATIVO DO TRIBUNAL DE CONTAS - SEDE | 5 390 594 |
| CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA | 6 367 771 |
| ENTIDADE REGULADORA PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL | 4 624 933 |
| PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA | 18 043 354 |
| SERVIÇO DO PROVIDOR DE JUSTIÇA | 5 348 511 |
| 02 - PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS | |
| ACIDI, IP-GESTOR DO PROGRAMA ESCOLHAS | 10 634 884 |
| AGENCIA PARA A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, I.P. | 45 118 061 |
| GABINETE DO SECRETÁRIO-GERAL DO SIRP E ESTRUTURAS COMUNS AO SIED E AO SIS | 10 959 615 |
| INSTITUTO DO DESPORTO DE PORTUGAL | 75 785 713 |
| SERVIÇO DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA | 11 156 794 |
| SERVIÇO DE INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS DE DEFESA | 7 568 983 |
| 03 - NEGÓCIOS ESTRANGEIROS | |
| FUNDO PARA AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS | 20 825 780 |
| INSTITUTO CAMÕES, IP | 41 725 040 |
| 04 - FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA | |
| CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES | 9 420 690 103 |
| COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS | 32 722 781 |
| FUNDO DE ACIDENTES DE TRABALHO | 132 076 837 |
| FUNDO DE ESTABILIZAÇÃO ADUANEIRO | 11 115 000 |
| FUNDO DE ESTABILIZAÇÃO TRIBUTÁRIO | 145 250 000 |
| FUNDO DE GARANTIA AUTOMÓVEL | 108 476 729 |
| FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL | 17 937 784 |
| FUNDO DE REGULARIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA | 2 456 500 000 |
| INSTITUTO DE GESTÃO DA TESOURARIA E DO CRÉDITO PÚBLICO | 30 787 700 |
| INSTITUTO DE SEGUROS DE PORTUGAL | 19 455 624 |
| INSTITUTO NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO | 10 759 078 |
| SERVIÇOS SOCIAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA | 17 404 837 |
| 05 - DEFESA NACIONAL | |
| INSTITUTO DE ACÇÃO SOCIAL DAS FORÇAS ARMADAS | 45 724 779 |
| INSTITUTO HIDROGRÁFICO | 9 668 719 |
| LABORATÓRIO MILITAR DE PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS | 32 020 498 |

Fonte: MF/DGO

MAPA VII
DESPESAS DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS, POR CLASSIFICAÇÃO ORGANICA, COM
ESPECIFICAÇÃO DAS DESPESAS GLOBAIS DE CADA SERVIÇO E FUNDO

ANO ECONÓMICO DE 2011

Página 2

| DESIGNAÇÃO | IMPORTÂNCIAS EM EUROS |
|---------------------------------------------------------------------|-----------------------|
| 05 - DEFESA NACIONAL | |
| MANUTENÇÃO MILITAR | 41 983 005 |
| OFICINAS GERAIS DE FARDAMENTO E EQUIPAMENTO | 14 091 770 |
| OFICINAS GERAIS DE MATERIAL DE ENGENHARIA | 4 035 938 |
| 06 - ADMINISTRAÇÃO INTERNA | |
| AUTORIDADE NACIONAL DE PROTECÇÃO CIVIL | 133 937 120 |
| COFRE DE PREVIDÊNCIA DA P.S.P. | 951 950 |
| SERVIÇOS SOCIAIS DA G.N.R. | 15 967 970 |
| SERVIÇOS SOCIAIS DA P.S.P. | 6 525 156 |
| 07 - JUSTIÇA | |
| INSTITUTO DE GESTÃO FINANCEIRA E DE INFRA-ESTRUTURAS DA JUSTIÇA, IP | 757 251 691 |
| INSTITUTO NACIONAL DE MEDICINA LEGAL | 26 837 811 |
| INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL | 15 196 272 |
| 08 - ECONOMIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO | |
| AUTORIDADE DA CONCORRÊNCIA | 9 413 087 |
| ENTIDADE REGULADORA DOS SERVIÇOS ENERGÉTICOS | 10 120 643 |
| INSTITUTO DE APOIO ÀS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS E A INOVAÇÃO IP | 318 341 171 |
| INSTITUTO DE TURISMO DE PORTUGAL IP | 335 861 676 |
| INSTITUTO FINANCEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL | 25 457 313 |
| INSTITUTO PORTUGUÊS DA QUALIDADE | 7 423 765 |
| INSTITUTO PORTUGUÊS DE ACREDITAÇÃO | 4 185 782 |
| LABORATORIO NACIONAL DE ENERGIA E GEOLOGIA IP | 24 169 388 |
| 09 - AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS | |
| INSTITUTO DA VINHA E DO VINHO | 12 285 755 |
| INSTITUTO DE FINANCIAMENTO DA AGRICULTURA E PESCAS I P | 869 759 248 |
| INSTITUTO DOS VINHOS DO DOURO E DO PORTO | 9 745 449 |
| INSTITUTO NACIONAL DE RECURSOS BIOLÓGICOS, I.P. | 49 907 800 |
| 10 - OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES | |
| AUTORIDADE METROPOLITANA DE TRANSPORTES DE LISBOA | 2 966 264 |
| AUTORIDADE METROPOLITANA DE TRANSPORTES DO PORTO | 1 949 782 |
| AUTORIDADE NACIONAL DAS COMUNICAÇÕES - ICP | 55 531 520 |
| INSTITUTO DA CONSTRUÇÃO E DO IMOBILIÁRIO | 12 640 733 |
| INSTITUTO DA MOBILIDADE E DOS TRANSPORTES TERRESTRES | 75 878 944 |
| INSTITUTO DE INFRA-ESTRUTURAS RODOVIÁRIAS | 6 127 576 |
| INSTITUTO NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL | 47 759 070 |
| INSTITUTO PORTUARIO E DOS TRANSPORTES MARITIMOS | 56 986 920 |

Fonte: MF/DGO

MAPA VII
DESPESAS DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS, POR CLASSIFICAÇÃO ORGANICA, COM
ESPECIFICAÇÃO DAS DESPESAS GLOBAIS DE CADA SERVIÇO E FUNDO

ANO ECONÓMICO DE 2011

Página 3

| DESIGNAÇÃO | IMPORTÂNCIAS EM EUROS |
|-----------------------------------------------------------------------------|-----------------------|
| 10 - OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES | |
| LABORATÓRIO NACIONAL DE ENGENHARIA CIVIL | 35 886 658 |
| 11 - AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO | |
| ADMINISTRAÇÃO DA REGIAO HIDROGRAFICA DO ALENTEJO | 7 459 806 |
| ADMINISTRAÇÃO DA REGIAO HIDROGRAFICA DO ALGARVE | 6 923 642 |
| ADMINISTRAÇÃO DA REGIAO HIDROGRAFICA DO CENTRO | 11 174 446 |
| ADMINISTRAÇÃO DA REGIAO HIDROGRAFICA DO NORTE | 10 795 351 |
| ADMINISTRAÇÃO DA REGIAO HIDROGRAFICA DO TEJO | 18 438 693 |
| COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE LISBOA E VALE DO TEJO | 11 052 333 |
| COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALENTEJO | 10 217 579 |
| COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALGARVE | 5 269 176 |
| COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO | 15 943 711 |
| COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NORTE | 24 485 064 |
| ENTIDADE REGULADORA DOS SERVIÇOS DAS ÁGUAS E DOS RESÍDUOS | 6 339 733 |
| FUNDO DE INTERVENÇÃO AMBIENTAL | 999 820 |
| FUNDO DE PROTECÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS | 16 980 188 |
| FUNDO PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DA BIODIVERSIDADE | 1 094 839 |
| FUNDO PORTUGUES DE CARBONO | 45 000 000 |
| INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DA BIODIVERSIDADE | 28 492 949 |
| INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA | 247 803 629 |
| 12 - TRABALHO E SOLIDARIEDADE SOCIAL | |
| INSTITUTO DE GESTÃO DO FUNDO SOCIAL EUROPEU | 29 862 749 |
| INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL | 998 398 912 |
| 13 - SAUDE | |
| ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO SISTEMA DE SAUDE, IP | 8 066 245 743 |
| ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DE LISBOA E VALE DO TEJO,IP | 1 348 199 591 |
| ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO ALENTEJO,IP | 185 956 617 |
| ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO ALGARVE,IP | 160 499 767 |
| ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO CENTRO,IP | 643 359 166 |
| ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO NORTE,IP | 1 378 341 496 |
| CENTRO DE HISTOCOMPATIBILIDADE DO CENTRO | 2 460 155 |
| CENTRO DE HISTOCOMPATIBILIDADE DO NORTE | 4 315 238 |
| CENTRO DE HISTOCOMPATIBILIDADE DO SUL | 6 947 742 |
| CENTRO HOSPITALAR DE CASCAIS | 7 920 917 |
| CENTRO HOSPITALAR DE TORRES VEDRAS | 34 638 156 |
| CENTRO HOSPITALAR DO OESTE NORTE (CHON) | 45 378 931 |
| CENTRO HOSPITALAR PSIQUIATRICO DE COIMBRA | 19 482 745 |

Fonte: MF/DGO

MAPA VII
DESPESAS DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS, POR CLASSIFICAÇÃO ORGANICA, COM
ESPECIFICAÇÃO DAS DESPESAS GLOBAIS DE CADA SERVIÇO E FUNDO

ANO ECONÓMICO DE 2011

Página 4

| DESIGNAÇÃO | IMPORTÂNCIAS EM EUROS |
|-----------------------------------------------------------------------|-----------------------|
| 13 - SAÚDE | |
| CENTRO HOSPITALAR PSQUIATRICO DE LISBOA | 35 771 452 |
| CENTRO MÉDICO DE REABILITAÇÃO DA REGIÃO CENTRO - ROVISCO PAIS | 7 118 772 |
| ENTIDADE REGULADORA DA SAÚDE - ORÇ.PRIV | 4 695 239 |
| HOSPITAL ARCEBISPO JOÃO CRISÓSTOMO - CANTANHEDE | 4 809 493 |
| HOSPITAL CÂNDIDO DE FIGUEIREDO - TONDELA | 6 501 756 |
| HOSPITAL DE JOAQUIM URBANO | 17 613 359 |
| HOSPITAL DE POMBAL | 6 966 427 |
| HOSPITAL DE S. MARCOS - BRAGA | 19 992 122 |
| HOSPITAL DISTRITAL DE ÁGUEDA | 12 922 059 |
| HOSPITAL DR. FRANCISCO ZAGALO - OVAR | 8 781 315 |
| HOSPITAL JOSÉ LUCIANO DE CASTRO - ANADIA | 5 715 646 |
| HOSPITAL N.S. DA CONCEIÇÃO - VALONGO | 7 659 275 |
| HOSPITAL REYNALDO DOS SANTOS - VILA FRANCA DE XIRA | 30 117 741 |
| HOSPITAL VISCONDE DE SALREU - ESTARREJA | 6 369 165 |
| INEM-INSTITUTO NACIONAL DE EMERGENCIA MEDICA, IP | 82 335 508 |
| INFARMED - AUTORIDADE NACIONAL DO MEDICAMENTO E PRODUTOS DE SAÚDE, IP | 42 882 430 |
| INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE DR. RICARDO JORGE | 35 788 106 |
| INSTITUTO OFTALMOLÓGICO DR. GAMA PINTO | 7 402 994 |
| INSTITUTO PORTUGUÊS DE SANGUE | 75 007 621 |
| MATERNIDADE DR. ALFREDO DA COSTA | 26 180 888 |
| 14 - EDUCAÇÃO | |
| AGÊNCIA NACIONAL PARA A QUALIFICAÇÃO, I.P. | 15 685 224 |
| EDITORIAL DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO | 4 482 659 |
| ESCOLA PORTUGUESA DE DILI | 1 773 886 |
| ESCOLA PORTUGUESA DE MOÇAMBIQUE | 4 372 610 |
| GABINETE DE GESTÃO FINANCEIRA | 136 325 837 |
| 15 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR | |
| ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM DE COIMBRA | 11 661 099 |
| ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM DE LISBOA | 11 106 909 |
| ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM DO PORTO | 8 086 894 |
| ESCOLA SUPERIOR DE HOTELARIA E TURISMO DO ESTORIL | 6 158 937 |
| ESCOLA SUPERIOR NÁUTICA INFANTE D.HENRIQUE | 4 224 170 |
| ESTÁDIO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA | 4 998 622 |
| FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E TECNOLOGIA, I.P. | 469 043 200 |
| INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E TROPICAL, I.P. | 7 159 094 |
| INSTITUTO DE METEOROLOGIA, I.P. | 13 845 908 |

MAPA VII
DESPESAS DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS, POR CLASSIFICAÇÃO ORGANICA, COM
ESPECIFICAÇÃO DAS DESPESAS GLOBAIS DE CADA SERVIÇO E FUNDO

ANO ECONÓMICO DE 2011

Página 5

| DESIGNAÇÃO | IMPORTÂNCIAS EM EUROS |
|---------------------------------------------------|-----------------------|
| 15 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR | |
| INSTITUTO POLITÉCNICO BRAGANCA | 26 441 537 |
| INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA | 14 853 207 |
| INSTITUTO POLITÉCNICO DE BEJA | 16 754 754 |
| INSTITUTO POLITÉCNICO DE CASTELO BRANCO | 20 574 899 |
| INSTITUTO POLITÉCNICO DE COIMBRA | 40 762 275 |
| INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA | 43 818 503 |
| INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA | 38 870 836 |
| INSTITUTO POLITÉCNICO DE PORTALEGRE | 13 682 575 |
| INSTITUTO POLITECNICO DE SANTARÉM | 23 229 705 |
| INSTITUTO POLITÉCNICO DE SETUBAL | 28 876 277 |
| INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR | 15 776 014 |
| INSTITUTO POLITÉCNICO DE VIANA DO CASTELO | 21 348 149 |
| INSTITUTO POLITÉCNICO DE VISEU | 24 982 521 |
| INSTITUTO POLITÉCNICO DO CAVADO E DO AVE | 8 299 747 |
| INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO | 44 128 796 |
| INSTITUTO SUPERIOR DE ENGENHARIA DE LISBOA | 25 057 732 |
| INSTITUTO SUPERIOR DE ENGENHARIA DO PORTO | 22 471 989 |
| INSTITUTO TECNOLÓGICO E NUCLEAR, I.P. | 10 731 136 |
| SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA | 2 047 049 |
| SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE BEJA | 821 330 |
| SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANCA | 1 541 005 |
| SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE CASTELO BRANCO | 1 082 969 |
| SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE COIMBRA | 1 625 216 |
| SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA | 4 078 984 |
| SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA | 2 263 774 |
| SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE PORTALEGRE | 1 114 331 |
| SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTAREM | 917 789 |
| SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE SETÚBAL | 1 294 176 |
| SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR | 816 566 |
| SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE VIANA DO CASTELO | 1 585 145 |
| SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE VISEU | 1 811 858 |
| SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO | 2 168 392 |
| SAS - UNIVERSIDADE BEIRA INTERIOR | 2 680 290 |
| SAS - UNIVERSIDADE DA MADEIRA | 1 432 473 |
| SAS - UNIVERSIDADE DE COIMBRA | 10 994 159 |
| SAS - UNIVERSIDADE DE ÉVORA | 2 503 695 |
| SAS - UNIVERSIDADE DE LISBOA | 5 849 091 |
| SAS - UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO | 3 113 239 |

Fonte: MF/DGO

MAPA VII
DESPESAS DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS, POR CLASSIFICAÇÃO ORGANICA, COM
ESPECIFICAÇÃO DAS DESPESAS GLOBAIS DE CADA SERVIÇO E FUNDO

ANO ECONÓMICO DE 2011

Página 6

| DESIGNAÇÃO | IMPORTÂNCIAS EM EUROS |
|-------------------------------------------------------------|-----------------------|
| 15 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR | |
| SAS - UNIVERSIDADE DO ALGARVE | 2 704 427 |
| SAS - UNIVERSIDADE DO MINHO | 7 859 164 |
| SAS - UNIVERSIDADE DOS AÇORES | 1 564 807 |
| SAS - UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA | 3 482 678 |
| SAS - UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA | 5 088 111 |
| SAS DO INSTITUTO POLITÉCNICO DO CÁVADO E DO AVE | 284 792 |
| UL - CENTRO DE RECURSOS COMUNS E SERVIÇOS PARTILHADOS | 1 982 955 |
| UL - FACULDADE DE BELAS-ARTES | 5 671 914 |
| UL - FACULDADE DE CIÊNCIAS | 33 059 049 |
| UL - FACULDADE DE DIREITO | 8 264 163 |
| UL - FACULDADE DE FARMÁCIA | 11 384 831 |
| UL - FACULDADE DE LETRAS | 16 323 698 |
| UL - FACULDADE DE MEDICINA | 15 463 000 |
| UL - FACULDADE DE MEDICINA DENTÁRIA | 6 152 914 |
| UL - FACULDADE DE PSICOLOGIA | 4 274 514 |
| UL - INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS | 8 019 001 |
| UL - INSTITUTO DE EDUCAÇÃO | 4 340 382 |
| UL - INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO | 4 080 613 |
| UL - REITORIA | 23 189 034 |
| UMIC - AGÊNCIA PARA A SOCIEDADE DO CONHECIMENTO, I.P. | 3 800 920 |
| UNIVERSIDADE ABERTA | 17 318 438 |
| UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR | 37 304 494 |
| UNIVERSIDADE DA MADEIRA | 16 566 695 |
| UNIVERSIDADE DE COIMBRA | 137 511 996 |
| UNIVERSIDADE DE ÉVORA | 52 453 704 |
| UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO | 42 961 353 |
| UNIVERSIDADE DO ALGARVE | 58 165 070 |
| UNIVERSIDADE DO MINHO | 100 175 256 |
| UNIVERSIDADE DOS AÇORES | 26 304 789 |
| UNL - ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA | 2 349 996 |
| UNL - FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA | 42 503 986 |
| UNL - FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS | 11 330 505 |
| UNL - FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS | 22 100 474 |
| UNL - FACULDADE DE DIREITO | 2 191 882 |
| UNL - FACULDADE DE ECONOMIA | 9 634 190 |
| UNL - INSTITUTO DE TECNOLOGIA QUÍMICA E BIOLÓGICA | 14 091 469 |
| UNL - INSTITUTO HIGIENE E MEDICINA TROPICAL | 5 639 846 |
| UNL - INSTITUTO SUPERIOR ESTATÍSTICA E GESTÃO DA INFORMAÇÃO | 2 608 039 |

Fonte: MF/DGO

MAPA VII
DESPESAS DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS, POR CLASSIFICAÇÃO ORGÁNICA, COM
ESPECIFICAÇÃO DAS DESPESAS GLOBAIS DE CADA SERVIÇO E FUNDO

ANO ECONÓMICO DE 2011

Página 7

| DESIGNAÇÃO | IMPORTÂNCIAS EM EUROS |
|-------------------------------------------------------|-----------------------|
| 15 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR | |
| UNL - REITORIA | 11 539 865 |
| UTL - FACULDADE DE ARQUITECTURA | 9 211 970 |
| UTL - FACULDADE DE MEDICINA VETERINARIA | 6 215 382 |
| UTL - FACULDADE DE MOTRICIDADE HUMANA | 8 909 380 |
| UTL - INSTITUTO SUPERIOR CIÊNCIAS SOCIAIS POLITICAS | 7 223 026 |
| UTL - INSTITUTO SUPERIOR DE AGRONOMIA | 17 578 928 |
| UTL - INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO | 16 460 636 |
| UTL - INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO | 102 188 729 |
| UTL - REITORIA | 9 511 166 |
| 16 - CULTURA | |
| CINEMATECA PORTUGUESA - MUSEU DO CINEMA, I.P. | 5 742 542 |
| FUNDO DE FOMENTO CULTURAL | 25 450 453 |
| FUNDO DE SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO CULTURAL | 499 782 |
| INST DE GEST DO PATRIMONIO ARQUITECTÓNICO E ARQ, I.P. | 21 553 154 |
| INSTITUTO DO CINEMA E DO AUDIOVISUAL , I.P. | 16 135 458 |
| INSTITUTO DOS MUSEUS E DA CONSERVAÇÃO, I.P. | 16 555 438 |
| TOTAL GERAL | 31 921 086 579 |

MAPA VIII**DESPESAS DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL**

ANO ECONÓMICO DE 2011

Página 1

| CÓDIGOS | DESIGNAÇÃO | IMPORTÂNCIAS EM EUROS | |
|----------|----------------------------------------------------|-----------------------|-----------------------|
| | | POR SUBFUNÇÕES | POR FUNÇÕES |
| 1 | FUNÇÕES GERAIS DE SOBERANIA | | 2 079 595 084 |
| 1.01 | SERVIÇOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA | 1 027 587 239 | |
| 1.02 | DEFESA NACIONAL | 101 799 930 | |
| 1.03 | SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS | 950 207 915 | |
| 2 | FUNÇÕES SOCIAIS | | 24 090 849 744 |
| 2.01 | EDUCAÇÃO | 1 635 079 763 | |
| 2.02 | SAÚDE | 12 348 377 632 | |
| 2.03 | SEGURANÇA E ACÇÃO SOCIAIS | 9 507 264 795 | |
| 2.04 | HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLECTIVOS | 431 629 805 | |
| 2.05 | SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS | 168 497 749 | |
| 3 | FUNÇÕES ECONÓMICAS | | 3 294 126 751 |
| 3.01 | AGRICULTURA E PECUÁRIA, SILVICULTURA, CAÇA E PESCA | 954 072 861 | |
| 3.02 | INDÚSTRIA E ENERGIA | 10 120 643 | |
| 3.03 | TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES | 272 434 210 | |
| 3.04 | COMÉRCIO E TURISMO | 335 861 676 | |
| 3.05 | OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS | 1 721 637 361 | |
| 4 | OUTRAS FUNÇÕES | | 2 456 515 000 |
| 4.01 | OPERAÇÕES DA DÍVIDA PÚBLICA | 2 456 500 000 | |
| 4.03 | DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS | 15 000 | |
| | TOTAL GERAL | | 31 921 086 579 |

MAPA IX

DESpesas dos Serviços e Fundos Autónomos, por Classificação Económica

ANO ECONÓMICO DE 2011

Página 1

| CÓDIGOS | DESIGNAÇÃO DAS DESPESAS | IMPORTÂNCIAS EM EUROS | |
|-------------------------------------------------|----------------------------------------|-----------------------|-----------------------|
| | | POR SUBAGRUPAMENTOS | POR AGRUPAMENTOS |
| | DESPESAS CORRENTES | | |
| 01.00 | DESPESAS COM O PESSOAL | | 3 103 347 063 |
| 02.00 | AQUISICAO DE BENS E SERVICOS CORRENTES | | 8 171 780 499 |
| 03.00 | JUROS E OUTROS ENCARGOS | | 15 500 924 |
| 04.00 | TRANSFERENCIAS CORRENTES | | |
| 04.03 | ADMINISTRACAO CENTRAL | 4 610 306 880 | |
| 04.04 | ADMINISTRACAO REGIONAL | 477 712 | |
| 04.05 | ADMINISTRACAO LOCAL | 17 802 792 | |
| 04.06 | SEGURANCA SOCIAL | 126 336 688 | |
| 04.01 E 04.02 E 04.07 A 04.09 | OUTROS SECTORES | 9 617 088 023 | 14 372 012 095 |
| 05.00 | SUBSIDIOS | | 656 750 363 |
| 06.00 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | 223 514 045 |
| | TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES | | 26 542 904 989 |
| | DESPESAS DE CAPITAL | | |
| 07.00 | AQUISICAO DE BENS DE CAPITAL | | 548 560 689 |
| 08.00 | TRANSFERENCIAS DE CAPITAL | | |
| 08.03 | ADMINISTRACAO CENTRAL | 85 637 347 | |
| 08.04 | ADMINISTRACAO REGIONAL | 3 196 528 | |
| 08.05 | ADMINISTRACAO LOCAL | 116 547 384 | |
| 08.06 | SEGURANCA SOCIAL | | |
| 08.01 E 08.02 E 08.07 A 08.09 | OUTROS SECTORES | 718 414 879 | 923 796 138 |
| 09.00 | ACTIVOS FINANCEIROS | | 2 089 010 554 |
| 10.00 | PASSIVOS FINANCEIROS | | 1 808 831 551 |
| 11.00 | OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL | | 7 982 658 |
| | TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL | | 5 378 181 590 |
| | TOTAL GERAL | | 31 921 086 579 |

Orçamento da Segurança Social - 2011

Mapa X

Receitas da Segurança Social por Classificação Económica

Euro

| Capítulo | Grupo | Artigo | Designação | OSS 2011 |
|-----------|-------|--------|----------------------------------------------------------------------|--------------------------|
| | | | Receitas Correntes | 23.771.909.988,00 |
| 03 | | | Contribuições para a Segurança Social | 14.111.774.907,00 |
| | 01 | | Subsistema Previdencial | 14.104.089.907,00 |
| | 02 | | Regimes complementares e especiais | 7.685.000,00 |
| 04 | | | Taxas, multas e outras penalidades | 92.743.445,00 |
| 05 | | | Rendimentos da propriedade | 390.094.887,00 |
| | 01 | | Juros - Soc. e quase soc. não financeiras | 900.000,00 |
| | 02 | | Juros - Sociedades Financeiras | 49.322.749,00 |
| | 03 | | Juros - Administração Pública | 223.565.373,00 |
| | 04 | | Juros - Instituições sem fins lucrativos | 11.000,00 |
| | 06 | | Juros - Resto do mundo | 55.620.300,00 |
| | 07 | | Dividendos e partic. nos lucros de soc. e quase soc. não financeiras | 47.581.197,00 |
| | 08 | | Dividendos e particip. nos lucros de soc. financeiras | 9.123.515,00 |
| | 10 | | Rendas | 3.970.753,00 |
| 06 | | | Transferências Correntes | 9.155.790.509,00 |
| | 01 | | Sociedades e quase sociedade não financeiras | 500.000,00 |
| | 03 | | Administração Central | 7.647.878.157,00 |
| | | 02 | Estado-Subsistema de Solidariedade | 4.568.228.853,00 |
| | | 03 | Estado-Subsistema de Acção Social | 1.463.131.007,00 |
| | | 04 | Estado - Subsistema de Protecção Familiar | 1.233.419.977,00 |
| | | 06 | Estado-Participação Comunitária em Projectos Cofinanciados | 100.000,00 |
| | | 09 | Serviços e Fundos Autónomos | 2.857.197,00 |
| | | 11 | SFA - Participação Comunitária em Projectos Cofinanciados | 1.605.007,00 |
| | | 12 | SFA-Sub.Solidariedade | 10.000,00 |
| | | 13 | Estado - Sistema Previdencial | 378.526.116,00 |
| | 07 | | Instituições sem fins lucrativos | 161.920.745,00 |
| | 09 | | Resto do mundo | 1.345.491.607,00 |
| 07 | | | Vendas de bens e serviços correntes | 16.417.095,00 |
| | 01 | | Vendas de bens | 105.315,00 |
| | 02 | | Serviços | 16.311.780,00 |
| 08 | | | Outras Receitas Correntes | 5.089.145,00 |
| | 01 | | Outras | 5.089.145,00 |
| | | | Receitas Capital | 13.093.577.022,00 |
| 09 | | | Venda de bens de investimento | 35.001.100,00 |
| 10 | | | Transferências de capital | 7.352.746,00 |
| | 03 | | Administração Central | 7.335.946,00 |
| | | 03 | Estado - Subsistema de Acção Social | 7.335.936,00 |
| | | 06 | Estado - Participação Portuguesa em Projectos Cofinanciados | 0,00 |
| | | 10 | SFA - Participação Comunitária em Projectos Cofinanciados | 10,00 |
| | 09 | | Resto do Mundo | 16.800,00 |
| 11 | | | Activos Financeiros | 12.791.218.992,00 |
| | 01 | | Depósitos, certificados de depósito e poupança | 980.472,00 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 980.472,00 |

| Capítulo | Grupo | Artigo | Designação | OSS 2011 |
|-----------|-------|--------|-----------------------------------------------------------------|--------------------------|
| | 02 | | Títulos a curto prazo | 3.953.014.587,00 |
| | | 01 | Sociedades e quase sociedades não financeiras | 442.080.953,00 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 500.000,00 |
| | | 03 | Administração Pública - Administração Central - Estado | 3.227.819.533,00 |
| | | 11 | Resto do Mundo - União Europeia | 31.117.303,00 |
| | | 12 | Resto do Mundo - Países terceiros e Organizações Internacionais | 251.496.798,00 |
| | 03 | | Títulos a médio e longo prazo | 6.820.910.210,00 |
| | | 01 | Sociedades e quase sociedades não financeiras | 500.000,00 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 500.000,00 |
| | | 03 | Administração Pública - Administração Central - Estado | 2.721.401.668,00 |
| | | 06 | Administração Pública - Administração Local - Continente | 500.000,00 |
| | | 07 | Administração Pública - Administração Local - Regiões Autónomas | 500.000,00 |
| | | 11 | Resto do Mundo - União Europeia | 2.852.725.015,00 |
| | | 12 | Resto do Mundo - Países terceiros e Organizações Internacionais | 1.244.783.527,00 |
| | 04 | | Derivados financeiros | 155.278.313,00 |
| | | 01 | Sociedades e quase sociedades não financeiras | 500.000,00 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 500.000,00 |
| | | 11 | Resto do Mundo - União Europeia | 50.535.591,00 |
| | | 12 | Resto do Mundo - Países terceiros e Organizações Internacionais | 103.742.722,00 |
| | 06 | | Empréstimos a médio e longo prazo | 0,00 |
| | | 09 | Instituições sem fins lucrativos | 0,00 |
| | 08 | | Ações e outras participações | 873.837.691,00 |
| | | 01 | Sociedades e quase sociedades não financeiras | 500.000,00 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 500.000,00 |
| | | 11 | Resto do Mundo - União Europeia | 154.540.114,00 |
| | | 12 | Resto do Mundo - Países terceiros e Organizações Internacionais | 718.297.577,00 |
| | 09 | | Unidades de participação | 985.197.719,00 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 500.000,00 |
| | | 11 | Resto do Mundo - União Europeia | 984.197.719,00 |
| | | 12 | Resto do Mundo - Países terceiros e Organizações Internacionais | 500.000,00 |
| | 11 | | Outros activos financeiros | 2.000.000,00 |
| | | 01 | Sociedades e quase sociedades não financeiras | 500.000,00 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 500.000,00 |
| | | 11 | Resto do Mundo - União Europeia | 500.000,00 |
| | | 12 | Resto do Mundo - Países terceiros e Organizações Internacionais | 500.000,00 |
| 12 | | | Passivos Financeiros | 260.000.000,00 |
| | 05 | | Empréstimos a curto prazo | 260.000.000,00 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 260.000.000,00 |
| 13 | | | Outras receitas de capital | 4.184,00 |
| | | | Outras Receitas | 972.454.373,00 |
| 15 | | | Reposições não abatidas nos pagamentos | 229.756.854,00 |
| | 01 | | Reposições não abatidas nos pagamentos | 229.756.854,00 |
| 16 | | | Saldo do Ano Anterior | 742.697.519,00 |
| | 01 | | Saldo orçamental | 742.697.519,00 |
| | | | TOTAL | 37.837.941.383,00 |
| | | | Total de Transferências | 76.373.742,00 |

Orçamento da Segurança Social - 2011

Mapa XI

Despesas da Segurança Social por Classificação Funcional

€uro

| Designação | OSS 2011 |
|-----------------------------------------------|--------------------------|
| Segurança Social | 34.529.606.028,00 |
| Prestações Sociais | 20.849.284.503,00 |
| Capitalização | 13.680.321.525,00 |
| Formação Profissional e Polít. Activ. Emprego | 2.438.773.100,00 |
| Políticas Activas de Emprego | 593.403.400,00 |
| Formação Profissional | 1.845.369.700,00 |
| Administração | 415.415.560,00 |
| TOTAL | 37.383.794.688,00 |

Orçamento da Segurança Social - 2011

Mapa XII

Despesas da Segurança Social por Classificação Económica

Euro

| Agrupamento | Subagrupamento | Rubrica | Designação | OSS 2011 |
|-------------|----------------|---------|-------------------------------------------------|--------------------------|
| | | | Despesas Correntes | 23.340.948.580,00 |
| 01 | | | Despesas com o pessoal | 346.376.804,00 |
| 02 | | | Aquisição de bens e serviços | 118.940.160,00 |
| 03 | | | Juros e outros encargos | 7.405.189,00 |
| 04 | | | Transferências Correntes | 21.986.903.391,00 |
| | 01 | | Sociedades e quase Soc. Não Finan. | 9.959.914,00 |
| | 03 | | Administração Central | 1.282.692.557,00 |
| | | 01 | Estado | 290.415.484,00 |
| | | 02 | Estado - Subsistema de Acção social | 5.000.000,00 |
| | | 05 | Serviços e Fundos Autonomos | 0,00 |
| | | 06 | SFA - Subsistema de Acção Social | 45.000.000,00 |
| | | 07 | SFA - Sistema Previdencial | 941.803.024,00 |
| | | 08 | SFA - Participação Por. Projectos Cofinanciados | 474.049,00 |
| | 04 | | Administração Regional | 81.927.972,00 |
| | | 01 | Região Autónoma dos Açores | 40.019.657,00 |
| | | 02 | Região Autónoma dos Madeira | 41.908.315,00 |
| | 05 | | Administração Local | 18.797.325,00 |
| | 07 | | Instituições sem fins lucrativos | 1.383.398.015,00 |
| | 08 | | Famílias | 19.202.859.449,00 |
| | 09 | | Resto do Mundo | 7.268.159,00 |
| 05 | | | Subsídios | 872.200.909,00 |
| | 01 | | Sociedades e quase sociedades não financeiras | 327.900.000,00 |
| | 02 | | Sociedades financeiras | 500.000,00 |
| | 07 | | Instituições sem fins lucrativos | 543.605.909,00 |
| | 08 | | Famílias | 195.000,00 |
| 06 | | | Outras despesas correntes | 9.122.127,00 |
| | 02 | | Diversas | 9.122.127,00 |
| | | | Despesas Capital | 14.042.846.108,00 |
| 07 | | | Aquisição de bens de capital | 36.103.945,00 |
| | 01 | | Investimentos | 36.103.945,00 |
| 08 | | | Transferências de capital | 67.227.638,00 |
| | 01 | | Sociedades e quase sociedades não financeiras | 4.343.170,00 |
| | 03 | | Administração Central | 0,00 |
| | 04 | | Administração Regional | 0,00 |

Euro

| Agrupamento | Subagrupamento | Rubrica | Designação | OSS 2011 |
|-------------|----------------|---------|-------------------------------------------------------------------|--------------------------|
| | 07 | | Instituições sem fins lucrativos | 62.195.134,00 |
| | 09 | | Resto do Mundo | 689.334,00 |
| 09 | | | Activos financeiros | 13.679.514.525,00 |
| | 02 | | Titulos a curto prazo | 4.665.581.613,00 |
| | | 01 | Sociedades e quase sociedades não financeiras - Privadas | 490.627.099,00 |
| | | 03 | Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras | 500.000,00 |
| | | 05 | Administração pública central - Estado | 4.127.469.955,00 |
| | | 14 | Resto do Mundo - União Europeia - Instituições | 20.937.661,00 |
| | | 15 | Resto do Mundo - União Europeia - Países membros | 1.487.674,00 |
| | | 16 | Resto do Mundo - Países terceiros e organizações internacionais | 24.559.224,00 |
| | 03 | | Titulos a médio e longo prazo | 7.140.024.639,00 |
| | | 01 | Sociedades e quase sociedades não financeiras - Privadas | 500.000,00 |
| | | 03 | Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras | 500.000,00 |
| | | 05 | Administração Pública Central - Estado | 3.429.404.743,00 |
| | | 08 | Administração Pública Local - Continente | 500.000,00 |
| | | 09 | Administração Pública Local - Regiões Autónomas | 500.000,00 |
| | | 14 | Resto do Mundo - União Europeia - Instituições | 33.510.145,00 |
| | | 15 | Resto do Mundo - União Europeia - Países membros | 2.033.709.475,00 |
| | | 16 | Resto do Mundo - Países terceiros e organizações internacionais | 1.641.400.276,00 |
| | 04 | | Derivados financeiros | 2.000.000,00 |
| | | 01 | Sociedades e quase sociedades não financeiras - Privadas | 500.000,00 |
| | | 03 | Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras | 500.000,00 |
| | | 15 | Resto do Mundo - União Europeia - Países membros | 500.000,00 |
| | | 16 | Resto do Mundo - Países terceiros e organizações internacionais | 500.000,00 |
| | 07 | | Acções e outras participações | 1.248.140.549,00 |
| | | 01 | Sociedades e quase sociedades não financeiras - Privadas | 1.000.000,00 |
| | | 03 | Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras | 500.000,00 |
| | | 04 | Sociedades financeiras - Companhias de seguros fundos de pensões | 500.000,00 |
| | | 14 | Resto do Mundo - União Europeia - Instituições | 263.332.573,00 |
| | | 16 | Resto do Mundo - Países terceiros e organizações internacionais | 982.807.976,00 |
| | 08 | | Unidades de participação | 621.767.724,00 |
| | | 03 | Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras | 518.000,00 |
| | | 14 | Resto do Mundo - União Europeia - Instituições | 294.164.991,00 |
| | | 16 | Resto do Mundo - União Europeia - Países membros | 327.084.733,00 |
| | 09 | | Outros activos financeiros | 2.000.000,00 |
| | | 01 | Sociedades e quase sociedades não financeiras - Privadas | 500.000,00 |
| | | 03 | Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras | 500.000,00 |
| | | 15 | Resto do Mundo - União Europeia - Países membros | 500.000,00 |
| | | 16 | Resto do Mundo - Países terceiros e organizações internacionais | 500.000,00 |
| 10 | | | Passivos Financeiros | 260.000.000,00 |
| | 05 | | Empréstimos de curto prazo | 260.000.000,00 |
| | | 03 | Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras | 260.000.000,00 |
| | | | TOTAL | 37.383.794.688,00 |
| | | | TOTAL TRANSFERÊNCIAS | 76.373.742,00 |

Orçamento da Segurança Social - 2011

Mapa XIII

Recargas do Sistema de de Protecção Social de Cidadania - Subsistema de Solidariedade

€uro

| Capítulo | Grupo | Artigo | Designação | OSS 2011 |
|-----------|-------|--------|-----------------------------------------------|-------------------------|
| | | | Recargas Correntes | 4.568.251.393,00 |
| 04 | | | Taxas multas e Outras penalidades | 12.040,00 |
| 06 | | | Transferências Correntes | 4.568.238.853,00 |
| | 03 | | Administração central | 4.568.238.853,00 |
| | | 02 | Estado-Subsistema de Solidariedade | 4.568.228.853,00 |
| | | 12 | SFA-Sub.Solidariedade | 10.000,00 |
| | 06 | | Segurança Social | 0,00 |
| 07 | | | Venda de Bens e Serviços Correntes | 200,00 |
| | 01 | | Venda de Bens | 100,00 |
| | 02 | | Serviços | 100,00 |
| 08 | | | Outras Recargas Correntes | 300,00 |
| | 01 | | Outras | 300,00 |
| | | | Outras Recargas | 27.492.460,00 |
| 15 | | | Reposições não abatidas nos pagamentos | 27.492.460,00 |
| | 01 | | Reposições não abatidas nos pagamentos | 27.492.460,00 |
| 16 | | | Saldo de gerência do ano anterior | 0,00 |
| | 01 | | Saldo Orçamental | 0,00 |
| | | | TOTAL | 4.595.743.853,00 |

Orçamento da Segurança Social - 2011

Mapa XIII

Recargas do Sistema de Protecção Social de Cidadania - Subsistema de Protecção Familiar

€uro

| Capítulo | Grupo | Artigo | Designação | OSS 2011 |
|-----------|-------|--------|-----------------------------------------------|-------------------------|
| | | | Recargas Correntes | 1.233.445.457,00 |
| 04 | | | Taxas multas e Outras penalidades | 25.080,00 |
| 06 | | | Transferências Correntes | 1.233.419.977,00 |
| | 03 | | Administração central | 1.233.419.977,00 |
| | | 04 | Estado - Subsistema de Protecção Familiar | 1.233.419.977,00 |
| | 06 | | Segurança Social | 0,00 |
| 07 | | | Venda de Bens e Serviços Correntes | 300,00 |
| | 01 | | Venda de bens | 100,00 |
| | 02 | | Serviços | 200,00 |
| 08 | | | Outras Recargas Correntes | 100,00 |
| | 01 | | Outras | 100,00 |
| | | | Outras Recargas | 44.974.520,00 |
| 15 | | | Reposições não abatidas nos pagamentos | 44.974.520,00 |
| | 01 | | Reposições não abatidas nos pagamentos | 44.974.520,00 |
| 16 | | | Saldo de gerência do ano anterior | 0,00 |
| | 01 | | Saldo orçamental | 0,00 |
| | | | TOTAL | 1.278.419.977,00 |

Orçamento da Segurança Social - 2011

Mapa XIII

Recargas do Sistema de de Protecção Social de Cidadania - Subsistema de Acção Social

Euro

| Capítulo | Grupo | Artigo | Designação | OSS 2011 |
|-----------|-------|--------|-------------------------------------------------------------|-------------------------|
| | | | Recargas Correntes | 1.637.871.655,00 |
| 04 | | | Taxas multas e Outras penalidades | 19.470,00 |
| 05 | | | Rendimentos da propriedade | 1.390.487,00 |
| | 02 | | Juros - Sociedades financeiras | 1.390.487,00 |
| 06 | | | Transferências Correntes | 1.625.785.328,00 |
| | 03 | | Administração central | 1.463.714.583,00 |
| | | 03 | Estado-Subsistema de Acção Social | 1.463.131.007,00 |
| | | 06 | Estado-Participação Comunitária em Projectos Cofinanciados | 100.000,00 |
| | | 11 | SFA - Participação Comunitária em Projectos Cofinanciados | 483.576,00 |
| | 06 | | Segurança Social | 0,00 |
| | 07 | | Instituições sem fins lucrativos | 161.920.745,00 |
| | 09 | | Resto do Mundo | 150.000,00 |
| 07 | | | Vendas de bens e serviços correntes | 10.496.320,00 |
| | 01 | | Venda de bens | 17.140,00 |
| | 02 | | Serviços | 10.479.180,00 |
| 08 | | | Outras receitas correntes | 180.050,00 |
| | 01 | | Outras | 180.050,00 |
| | | | Recargas Capital | 7.352.846,00 |
| 10 | | | Transferências de capital | 7.352.736,00 |
| | 03 | | Administração Central | 7.335.936,00 |
| | | 03 | Estado - Subsistema de Acção Social | 7.335.936,00 |
| | | 06 | Estado - Participação Portuguesa em Projectos Cofinanciados | 0,00 |
| | 09 | | Resto do Mundo | 16.800,00 |
| 11 | | | Activos financeiros | 0,00 |
| | 06 | | Empréstimos a médio e longo prazo | 0,00 |
| | | 09 | Instituições sem fins lucrativos | 0,00 |
| 13 | | | Outras receitas de capital | 110,00 |
| | | | Outras Recargas | 92.890.720,00 |
| 15 | | | Reposições não abatidas nos pagamentos | 6.827.187,00 |
| | 01 | | Reposições não abatidas nos pagamentos | 6.827.187,00 |
| 16 | | | Saldo de gerência do ano anterior | 86.063.533,00 |
| | 01 | | Saldo orçamental | 86.063.533,00 |
| | | | TOTAL | 1.738.115.221,00 |

Orçamento da Segurança Social - 2011

Mapa XIII

Receitas do Sistema Previdencial - Repartição

Euro

| Capítulo | Grupo | Artigo | Designação | OSS 2011 |
|-----------|-------|--------|-----------------------------------------------------------|--------------------------|
| | | | Receitas Correntes | 16.015.052.954,00 |
| 03 | | | Contribuições para a Segurança Social | 14.111.774.907,00 |
| | 01 | | Subsistema Previdencial | 14.104.089.907,00 |
| | 02 | | Regimes Complementares e Especiais | 7.685.000,00 |
| 04 | | | Taxas multas e Outras penalidades | 92.686.855,00 |
| 05 | | | Rendimentos da propriedade | 45.767.000,00 |
| | 01 | | Juros - Soc. e quase soc. não financeiras | 0,00 |
| | 02 | | Juros - Sociedades Financeiras | 42.123.783,00 |
| | 03 | | Juros - Administração Pública | 8.884,00 |
| | 04 | | Juros - Instituições sem fins lucrativos | 11.000,00 |
| | 10 | | Rendas | 3.623.333,00 |
| 06 | | | Transferências Correntes | 1.754.033.222,00 |
| | 01 | | Sociedades e quase sociedade não financeiras | 500.000,00 |
| | 03 | | Administração Central | 382.504.744,00 |
| | | 09 | Serviços e Fundos Autónomos | 2.857.197,00 |
| | | 11 | SFA - Participação Comunitária em Projectos Cofinanciados | 1.121.431,00 |
| | | 13 | Estado - Sistema Previdencial | 378.526.116,00 |
| | 06 | | Segurança Social | 25.686.871,00 |
| | 09 | | Resto do mundo | 1.345.341.607,00 |
| 07 | | | Vendas de bens e serviços correntes | 5.882.275,00 |
| | 01 | | Vendas de bens | 87.975,00 |
| | 02 | | Serviços | 5.794.300,00 |
| 08 | | | Outras receitas correntes | 4.908.695,00 |
| | 01 | | Outras | 4.908.695,00 |
| | | | Receitas Capital | 285.484.656,00 |
| 09 | | | Venda de bens de investimento | 25.000.100,00 |
| 10 | | | Transferências de capital | 10,00 |
| | 03 | | Administração Central | 10,00 |
| | | 10 | SFA - Participação Comunitária em Projectos Cofinanciados | 10,00 |
| 11 | | | Activos financeiros | 480.472,00 |
| | 01 | | Depósitos, certificados de depósito e poupança | 480.472,00 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 480.472,00 |

| | | | | Euro |
|-----------|-------|--------|--------------------------------------------------|--------------------------|
| Capítulo | Grupo | Artigo | Designação | OSS 2011 |
| | 02 | | Títulos a curto prazo | 0,00 |
| | | 01 | Sociedades e quase sociedades não financeiras | 0,00 |
| | | 04 | Administração Pública Central S.Fundos Autonomos | 0,00 |
| | 06 | | Empréstimos a médio e longo prazo | 0,00 |
| | | 09 | Instituições sem fins lucrativos | 0,00 |
| 12 | | | Passivos Financeiros | 260.000.000,00 |
| | 05 | | Empréstimos a curto prazo | 260.000.000,00 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 260.000.000,00 |
| 13 | | | Outras receitas de capital | 4.074,00 |
| | | | Outras Receitas | 316.811.847,00 |
| 15 | | | Reposições não abatidas nos pagamentos | 150.462.687,00 |
| | 01 | | Reposições não abatidas nos pagamentos | 150.462.687,00 |
| 16 | | | Saldo de gerência do ano anterior | 166.349.160,00 |
| | 01 | | Saldo orçamental | 166.349.160,00 |
| | | | TOTAL | 16.617.349.457,00 |

Orçamento da Segurança Social - 2011

Mapa XIII

Receitas do Sistema Previdencial - Capitalização

€uro

| Capítulo | Grupo | Artigo | Designação | OSS 2011 |
|-----------|-------|--------|----------------------------------------------------------------------|--------------------------|
| | | | Receitas Correntes | 344.803.300,00 |
| 03 | | | Contribuições para a Segurança Social | 0,00 |
| | 01 | | Subsistema Previdencial | 0,00 |
| 05 | | | Rendimentos da propriedade | 344.765.300,00 |
| | 01 | | Juros - Soc. e quase soc. não financeiras | 900.000,00 |
| | 02 | | Juros - Soc. Financeiras | 5.808.479,00 |
| | 03 | | Juros - Adm. Pública | 223.556.489,00 |
| | 06 | | Juros - Resto do mundo | 55.620.300,00 |
| | 07 | | Dividendos e partic. nos lucros de soc. e quase soc. não financeiras | 47.581.197,00 |
| | 08 | | Dividendos e particip. nos lucros de soc. financeiras | 9.123.515,00 |
| | 10 | | Rendas | 2.175.320,00 |
| 07 | | | Vendas de bens e serviços correntes | 38.000,00 |
| | 02 | | Serviços | 38.000,00 |
| | | | Receitas Capital | 12.851.426.391,00 |
| 09 | | | Venda de bens de investimento | 10.001.000,00 |
| 10 | | | Transferências de capital | 50.686.871,00 |
| | 06 | | Segurança Social | 50.686.871,00 |
| 11 | | | Activos Financeiros | 12.790.738.520,00 |
| | 01 | | Depósitos, certificados de dep+osito e poupança | 500.000,00 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 500.000,00 |
| | 02 | | Títulos a curto prazo | 3.953.014.587,00 |
| | | 01 | Sociedades e quase sociedades não financeiras | 442.080.953,00 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 500.000,00 |
| | | 03 | Administração Pública - Administração Central - Estado | 3.227.819.533,00 |
| | | 11 | Resto do Mundo - União Europeia | 31.117.303,00 |
| | | 12 | Resto do Mundo - Países terceiros e Organizações Internacionais | 251.496.798,00 |
| | 03 | | Títulos a médio e longo prazo | 6.820.910.210,00 |
| | | 01 | Sociedades e quase sociedades não financeiras | 500.000,00 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 500.000,00 |
| | | 03 | Administração Pública - Administração Central - Estado | 2.721.401.668,00 |
| | | 06 | Administração Pública - Administração Local - Continente | 500.000,00 |
| | | 07 | Administração Pública - Administração Local - Regiões Autónomas | 500.000,00 |
| | | 11 | Resto do Mundo - União Europeia | 2.852.725.015,00 |
| | | 12 | Resto do Mundo - Países terceiros e Organizações Internacionais | 1.244.783.527,00 |

| | | | | Euro |
|-----------|-------|--------|-----------------------------------------------------------------|--------------------------|
| Capítulo | Grupo | Artigo | Designação | OSS 2011 |
| | 04 | | Derivados financeiros | 155.278.313,00 |
| | | 01 | Sociedades e quase sociedades não financeiras | 500.000,00 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 500.000,00 |
| | | 11 | Resto do Mundo - União Europeia | 50.535.591,00 |
| | | 12 | Resto do Mundo - Países terceiros e Organizações Internacionais | 103.742.722,00 |
| | 08 | | Acções e outras participações | 873.837.691,00 |
| | | 01 | Sociedades e quase sociedades não financeiras | 500.000,00 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 500.000,00 |
| | | 11 | Resto do Mundo - União Europeia | 154.540.114,00 |
| | | 12 | Resto do Mundo - Países terceiros e Organizações Internacionais | 718.297.577,00 |
| | 09 | | Unidades de participação | 985.197.719,00 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 500.000,00 |
| | | 11 | Resto do Mundo - União Europeia | 984.197.719,00 |
| | | 12 | Resto do Mundo - Países terceiros e Organizações Internacionais | 500.000,00 |
| | 11 | | Outros activos financeiros | 2.000.000,00 |
| | | 01 | Sociedades e quase sociedades não financeiras | 500.000,00 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 500.000,00 |
| | | 11 | Resto do Mundo - União Europeia | 500.000,00 |
| | | 12 | Resto do Mundo - Países terceiros e Organizações Internacionais | 500.000,00 |
| 16 | | | Saldo de gerência do ano anterior | 490.284.826,00 |
| | 01 | | Saldo orçamental | 490.284.826,00 |
| | | | TOTAL | 13.686.514.517,00 |

| | |
|---------------------------------|--------------------------|
| TOTAL do ORÇAMENTO | 37.916.143.025,00 |
| Total de transferências | 76.373.742,00 |
| TOTAL sem transferências | 37.839.769.283,00 |

Orçamento da Segurança Social - 2011
Mapa XIV

Despesas do Sistema de Protecção Social de Cidadania - Subsistema de Solidariedade

| | | | | Euro |
|-------------|----------------|---------|-----------------------------------------------|-------------------------|
| Agrupamento | Subagrupamento | Rubrica | Designação | OSS 2011 |
| | | | Despesas Correntes | 4.591.394.433,00 |
| 01 | | | Despesas com o pessoal | 59.021.985,00 |
| 02 | | | Aquisição de bens e serviços | 18.891.491,00 |
| 03 | | | Juros e outros encargos | 448.792,00 |
| 04 | | | Transferências Correntes | 4.511.748.890,00 |
| | 01 | | Sociedades e quase sociedades não financeiras | 5.656.830,00 |
| | 03 | | Administração Central | 890.466,00 |
| | | 01 | Estado | 890.466,00 |
| | | 05 | Serviços e Fundos Autonomos | 0,00 |
| | 06 | | Segurança Social | 25.686.871,00 |
| | 07 | | Instituições sem fins lucrativos | 24.160.000,00 |
| | 08 | | Famílias | 4.455.354.723,00 |
| 05 | | | Subsídios | 717.900,00 |
| | 07 | | Instituições sem fins lucrativos | 717.900,00 |
| 06 | | | Outras despesas correntes | 565.375,00 |
| | 02 | | Diversas | 565.375,00 |
| | | | Despesas Capital | 4.349.420,00 |
| 07 | | | Aquisição de bens de capital | 6.250,00 |
| | 01 | | Investimentos | 6.250,00 |
| 08 | | | Transferências de capital | 4.343.170,00 |
| | 01 | | Sociedades e quase sociedades não financeiras | 4.343.170,00 |
| | 03 | | Administração Central | 0,00 |
| | | | TOTAL | 4.595.743.853,00 |

Orçamento da Segurança Social - 2011

Mapa XIV

Despesas do Sistema de Protecção Social de Cidadania - Subsistema de Protecção Familiar

Euro

| Agrupamento | Subagrupamento | Rubrica | Designação | OSS 2011 |
|-------------|----------------|---------|-------------------------------------|-------------------------|
| | | | Despesas Correntes | 1.278.419.977,00 |
| 01 | | | Despesas com o pessoal | 16.177.685,00 |
| 02 | | | Aquisição de bens e serviços | 5.262.322,00 |
| 03 | | | Juros e outros encargos | 125.541,00 |
| 04 | | | Transferências Correntes | 1.256.495.450,00 |
| | 03 | | Administração Central | |
| | | 01 | Estado | 249.098,00 |
| | | 05 | Serviços e Fundos Autonomos | 0,00 |
| | 06 | | Segurança Social | 0,00 |
| | 08 | | Famílias | 1.256.246.352,00 |
| 05 | | | Subsídios | 200.824,00 |
| | 07 | | Instituições sem fins lucrativos | 200.824,00 |
| 06 | | | Outras despesas correntes | 158.155,00 |
| | 02 | | Diversas | 158.155,00 |
| | | | Despesas Capital | 0,00 |
| 07 | | | Aquisição de bens de capital | 0,00 |
| | 01 | | Investimentos | 0,00 |
| | | | TOTAL | 1.278.419.977,00 |

Orçamento da Segurança Social - 2011
Mapa XIV

Despesas do Sistema de Protecção Social de Cidadania - Subsistema de Acção Social

| | | | | Euro |
|-------------|----------------|---------|-----------------------------------------------|-------------------------|
| Agrupamento | Subagrupamento | Rubrica | Designação | OSS 2011 |
| | | | Despesas Correntes | 1.663.789.258,00 |
| 01 | | | Despesas com o pessoal | 88.598.022,00 |
| 02 | | | Aquisição de bens e serviços | 34.949.498,00 |
| 03 | | | Juros e outros encargos | 173.469,00 |
| 04 | | | Transferências Correntes | 1.526.017.665,00 |
| | 01 | | Sociedades e quase Soc. Não Finan. | 4.303.084,00 |
| | 03 | | Administração Central | 50.336.798,00 |
| | | 01 | Estado | 336.798,00 |
| | | 02 | Estado - Subsistema de Acção social | 5.000.000,00 |
| | | 05 | Serviços e Fundos Autonomos | 0,00 |
| | | 06 | SFA - Subsistema de Acção Social | 45.000.000,00 |
| | 04 | | Administração Regional | |
| | | 01 | Região Autónoma dos Açores | 0,00 |
| | | 02 | Região Autónoma dos Madeira | 0,00 |
| | 05 | | Administração Local | 6.797.325,00 |
| | 06 | | Segurança Social | 0,00 |
| | 07 | | Instituições sem fins lucrativos | 1.359.238.015,00 |
| | 08 | | Famílias | 105.320.443,00 |
| | 09 | | Resto do Mundo | 22.000,00 |
| 05 | | | Subsidios | 12.693.527,00 |
| | 01 | | Sociedades e quase sociedades não financeiras | 0,00 |
| | 07 | | Instituições sem fins lucrativos | 12.498.527,00 |
| | 08 | | Famílias | 195.000,00 |
| 06 | | | Outras despesas correntes | 1.357.077,00 |
| | 02 | | Diversas | 1.357.077,00 |
| | | | Despesas Capital | 69.955.329,00 |
| 07 | | | Aquisição de bens de capital | 7.760.195,00 |
| | 01 | | Investimentos | 7.760.195,00 |
| 08 | | | Transferências de capital | 62.195.134,00 |
| | 03 | | Administração Central | 0,00 |
| | 04 | | Administração Regional | 0,00 |
| | 07 | | Instituições sem fins lucrativos | 62.195.134,00 |
| | 09 | | Resto do Mundo | 0,00 |
| | | | TOTAL | 1.733.744.587,00 |

Orçamento da Segurança Social - 2011
Mapa XIV

Despesas do Sistema Previdencial - Repartição

Euro

| Agrupamento | Subagrupamento | Rubrica | Designação | OSS 2011 |
|--------------------|-----------------------|----------------|-------------------------------------------------------------------|--------------------------|
| | | | Despesas Correntes | 15.828.666.691,00 |
| 01 | | | Despesas com o pessoal | 181.101.508,00 |
| 02 | | | Aquisição de bens e serviços | 60.462.381,00 |
| 03 | | | Juros e outros encargos | 3.160.889,00 |
| 04 | | | Transferências Correntes | 14.718.328.257,00 |
| | 03 | | Administração Central | 1.231.216.195,00 |
| | | 01 | Estado | 288.939.122,00 |
| | | 05 | Serviços e Fundos Autonomos | 0,00 |
| | | 07 | SFA - Sistema Previdencial | 941.803.024,00 |
| | | 08 | SFA - Participação Por. Projectos Cofinanciados | 474.049,00 |
| | 04 | | Administração Regional | 81.927.972,00 |
| | | 01 | Região Autónoma dos Açores | 40.019.657,00 |
| | | 02 | Região Autónoma dos Madeira | 41.908.315,00 |
| | 05 | | Administração Local | 12.000.000,00 |
| | 08 | | Famílias | 13.385.937.931,00 |
| | 09 | | Resto do Mundo | 7.246.159,00 |
| 05 | | | Subsídios | 858.588.658,00 |
| | 01 | | Sociedades e quase sociedades não financeiras | 327.900.000,00 |
| | 02 | | Sociedades financeiras | 500.000,00 |
| | 07 | | Instituições sem fins lucrativos | 530.188.658,00 |
| 06 | | | Outras despesas correntes | 7.024.998,00 |
| | 02 | | Diversas | 7.024.998,00 |
| | | | Despesas de Capital | 338.906.705,00 |
| 07 | | | Aquisição de bens de capital | 27.012.500,00 |
| | 01 | | Investimentos | 27.012.500,00 |
| 08 | | | Transferências de capital | 51.376.205,00 |
| | 03 | | Administração Central | 0,00 |
| | 06 | | Segurança Social | 50.686.871,00 |
| | 07 | | Instituições sem fins lucrativos | 0,00 |
| | 09 | | Resto do Mundo | 689.334,00 |
| 09 | | | Activos financeiros | 518.000,00 |
| | 07 | | Acções e outras participações | 500.000,00 |
| | | 01 | Sociedades e quase sociedades não financeiras - Privadas | 500.000,00 |
| | 08 | | Unidades de participação | 18.000,00 |
| | | 03 | Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras | 18.000,00 |
| 10 | | | Passivos financeiros | 260.000.000,00 |
| | 05 | | Empréstimos de curto prazo | 260.000.000,00 |
| | | 03 | Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras | 260.000.000,00 |
| | | | TOTAL | 16.167.573.396,00 |

Orçamento da Segurança Social - 2011
Mapa XIV

Despesas do Sistema Previdencial - Capitalização

Euro

| Agrupamento | Subagrupamento | Rubrica | Designação | OSS 2011 |
|-------------|----------------|---------|-------------------------------------------------------------------|--------------------------|
| | | | Despesas Correntes | 6.192.992,00 |
| 01 | | | Despesas com o Pessoal | 1.477.604,00 |
| 02 | | | Aquisição de Bens e Serviços | 1.202.368,00 |
| 03 | | | Juros e outros encargos | 3.496.498,00 |
| 06 | | | Outras Despesas Correntes | 16.522,00 |
| | 02 | | Diversas | 16.522,00 |
| | | | Despesas Capital | 13.680.321.525,00 |
| 07 | | | Aquisição de bens de capital | 1.325.000,00 |
| | 01 | | Investimentos | 1.325.000,00 |
| 09 | | | Activos financeiros | 13.678.996.525,00 |
| | 02 | | Titulos a curto prazo | 4.665.581.613,00 |
| | | 01 | Sociedades e quase sociedades não financeiras - Privadas | 490.627.099,00 |
| | | 03 | Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras | 500.000,00 |
| | | 05 | Administração pública central - Estado | 4.127.469.955,00 |
| | | 14 | Resto do Mundo - União Europeia - Instituições | 20.937.661,00 |
| | | 15 | Resto do Mundo - União Europeia - Países membros | 1.487.674,00 |
| | | 16 | Resto do Mundo - Países terceiros e organizações internacionais | 24.559.224,00 |
| | 03 | | Titulos a médio e longo prazo | 7.140.024.639,00 |
| | | 01 | Sociedades e quase sociedades não financeiras - Privadas | 500.000,00 |
| | | 03 | Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras | 500.000,00 |
| | | 05 | Administração Pública Central - Estado | 3.429.404.743,00 |
| | | 08 | Administração Pública Local - Continente | 500.000,00 |
| | | 09 | Administração Pública Local - Regiões Autónomas | 500.000,00 |
| | | 14 | Resto do Mundo - União Europeia - Instituições | 33.510.145,00 |
| | | 15 | Resto do Mundo - União Europeia - Países membros | 2.033.709.475,00 |
| | | 16 | Resto do Mundo - Países terceiros e organizações internacionais | 1.641.400.276,00 |
| | 04 | | Derivados financeiros | 2.000.000,00 |
| | | 01 | Sociedades e quase sociedades não financeiras - Privadas | 500.000,00 |
| | | 03 | Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras | 500.000,00 |
| | | 15 | Resto do Mundo - União Europeia - Países membros | 500.000,00 |
| | | 16 | Resto do Mundo - Países terceiros e organizações internacionais | 500.000,00 |
| | 07 | | Acções e outras participações | 1.247.640.549,00 |
| | | 01 | Sociedades e quase sociedades não financeiras - Privadas | 500.000,00 |
| | | 03 | Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras | 500.000,00 |
| | | 04 | Sociedades financeiras - Companhias de seguros fundos de pensões | 500.000,00 |
| | | 14 | Resto do Mundo - União Europeia - Instituições | 263.332.573,00 |
| | | 16 | Resto do Mundo - Países terceiros e organizações internacionais | 982.807.976,00 |
| | 08 | | Unidades de participação | 621.749.724,00 |
| | | 03 | Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras | 500.000,00 |
| | | 14 | Resto do Mundo - União Europeia - Instituições | 294.164.991,00 |
| | | 16 | Resto do Mundo - União Europeia - Países membros | 327.084.733,00 |
| | 09 | | Outros activos financeiros | 2.000.000,00 |
| | | 01 | Sociedades e quase sociedades não financeiras - Privadas | 500.000,00 |
| | | 03 | Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras | 500.000,00 |
| | | 15 | Resto do Mundo - União Europeia - Países membros | 500.000,00 |
| | | 16 | Resto do Mundo - Países terceiros e organizações internacionais | 500.000,00 |
| | | | TOTAL | 13.686.514.517,00 |

| | |
|---------------------------|--------------------------|
| TOTAL do ORÇAMENTO | 37.461.996.330,00 |
|---------------------------|--------------------------|

| | |
|--------------------------------|----------------------|
| Total de transferências | 76.373.742,00 |
|--------------------------------|----------------------|

| | |
|---------------------------------|--------------------------|
| TOTAL sem transferências | 37.385.622.588,00 |
|---------------------------------|--------------------------|

MAPA XV
RESUMO POR FONTES DE FINANCIAMENTO
PIDDAC
Unidade: Euros

Página 1

| FONTE FINANCIAMENTO | Anos Anteriores | 2011 | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL |
|-------------------------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|-----------------------|
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 4 709 616 062 | 1 020 830 915 | 1 368 013 555 | 1 006 391 202 | 1 734 517 653 | 9 839 369 387 |
| Receitas Próprias | 576 229 343 | 201 952 345 | 401 263 921 | 354 867 686 | 579 189 574 | 2 113 502 869 |
| Transf. no âmbito das AP | 3 348 542 | 51 892 195 | 56 291 515 | 49 087 465 | 110 000 | 160 729 717 |
| TOTAL 1. Financ. Nacional | 5 289 193 947 | 1 274 675 455 | 1 825 568 991 | 1 410 346 353 | 2 313 817 227 | 12 113 601 973 |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Feder QCA III e PO | 826 108 669 | 498 143 259 | 340 896 595 | 287 673 876 | 36 459 227 | 1 989 281 626 |
| Feder Cooperação | 4 450 311 | 4 603 100 | 2 750 921 | 977 922 | 240 000 | 13 022 254 |
| Fundo de Coesão | 78 143 956 | 26 077 517 | 31 308 817 | 12 316 581 | 2 000 | 147 848 871 |
| Fundo Social Europeu | 159 896 222 | 95 107 097 | 78 829 009 | 78 278 255 | 0 | 412 110 583 |
| Feoga Orientação/FEADER | 226 132 420 | 304 884 370 | 583 324 192 | 582 849 662 | 1 214 516 444 | 2 911 707 088 |
| Feoga Garantia/Feaga | 16 747 273 | 5 567 430 | 5 567 396 | 5 567 363 | 11 134 726 | 44 584 188 |
| Fundo Europeu das pescas | 23 247 589 | 33 835 302 | 36 314 574 | 33 420 802 | 60 032 836 | 186 851 103 |
| Outros | 54 746 277 | 20 086 661 | 2 102 252 | 1 658 713 | 78 750 | 78 672 653 |
| TOTAL 2. Financ. Comunitário | 1 389 472 716 | 988 304 736 | 1 081 093 756 | 1 002 743 174 | 1 322 463 983 | 5 784 078 365 |
| TOTAL GERAL | 6 678 666 664 | 2 262 980 191 | 2 906 662 747 | 2 413 089 527 | 3 636 281 210 | 17 897 680 339 |
| TOTALCONSOLIDADO | 6 288 509 315 | 2 171 300 211 | 2 889 533 314 | 2 396 118 594 | 3 604 945 074 | 17 350 406 508 |

MAPA XV
RESUMO POR MINISTÉRIOS
PIDDAC

Unidade: Euros

Página 1

| MINISTÉRIO | FONTE FINANCIAMENTO | Anos Anteriores | 2011 | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL |
|------------|--------------------------------------|-----------------|------------|------------|------------|----------------|-------------|
| 01 | ENCARGOS GERAIS DO ESTADO | | | | | | |
| | 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| | Receitas Gerais | 16 356 299 | 2 050 000 | 2 252 000 | 2 000 000 | 0 | 22 658 299 |
| | TOTAL 1. Financ. Nacional | 16 356 299 | 2 050 000 | 2 252 000 | 2 000 000 | 0 | 22 658 299 |
| | TOTAL MINISTÉRIO | 16 356 299 | 2 050 000 | 2 252 000 | 2 000 000 | 0 | 22 658 299 |
| 02 | PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS | | | | | | |
| | 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| | Receitas Gerais | 213 731 342 | 28 369 210 | 32 405 109 | 11 740 593 | 2 150 000 | 288 396 254 |
| | Receitas Próprias | 67 088 | 0 | 0 | 0 | 0 | 67 088 |
| | TOTAL 1. Financ. Nacional | 213 798 430 | 28 369 210 | 32 405 109 | 11 740 593 | 2 150 000 | 288 463 342 |
| | 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| | Feder QCA III e PO | 7 863 292 | 15 252 292 | 9 683 779 | 800 000 | 0 | 33 599 363 |
| | Feder Cooperação | 803 604 | 625 000 | 0 | 0 | 0 | 1 428 604 |
| | Fundo Social Europeu | 402 625 | 2 323 389 | 1 447 051 | 879 084 | 0 | 5 052 149 |
| | Outros | 2 002 004 | 288 130 | 149 555 | 0 | 0 | 2 439 689 |
| | TOTAL 2. Financ. Comunitário | 11 071 525 | 18 488 811 | 11 280 385 | 1 679 084 | 0 | 42 519 805 |
| | TOTAL MINISTÉRIO | 224 869 955 | 46 858 021 | 43 685 494 | 13 419 677 | 2 150 000 | 330 983 147 |
| 03 | NEGÓCIOS ESTRANGEIROS | | | | | | |
| | 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| | Receitas Gerais | 24 074 900 | 7 800 000 | 5 792 263 | 5 415 199 | 9 834 385 | 52 916 747 |
| | Receitas Próprias | 337 050 | 0 | 0 | 0 | 0 | 337 050 |
| | Transf. no âmbito das AP | 155 698 | 3 296 050 | 806 992 | 110 000 | 110 000 | 4 478 740 |
| | TOTAL 1. Financ. Nacional | 24 567 648 | 11 096 050 | 6 599 255 | 5 525 199 | 9 944 385 | 57 732 537 |
| | 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| | Feder QCA III e PO | 649 853 | 525 173 | 0 | 0 | 0 | 1 175 026 |

Fonte: MFAP/DGO

MAPA XV
RESUMO POR MINISTÉRIOS

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 2

| MINISTÉRIO | FONTE FINANCIAMENTO | Anos Anteriores | 2011 | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL |
|------------|-------------------------------------|-----------------|------------|-------------|------------|----------------|-------------|
| 03 | NEGÓCIOS ESTRANGEIROS | | | | | | |
| | TOTAL 2. Financ. Comunitário | 649 853 | 525 173 | 0 | 0 | 0 | 1 175 026 |
| | TOTAL MINISTÉRIO | 25 217 501 | 11 621 223 | 6 599 255 | 5 525 199 | 9 944 385 | 58 907 563 |
| 04 | FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA | | | | | | |
| | 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| | Receitas Gerais | 106 469 520 | 18 000 000 | 34 726 491 | 26 804 014 | 0 | 186 000 025 |
| | Receitas Próprias | 11 502 824 | 1 386 379 | 0 | 0 | 0 | 12 889 203 |
| | TOTAL 1. Financ. Nacional | 117 972 344 | 19 386 379 | 34 726 491 | 26 804 014 | 0 | 198 889 228 |
| | 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| | Feder QCA III e PO | 13 140 367 | 20 424 597 | 4 085 973 | 973 183 | 0 | 38 624 120 |
| | Feder Cooperação | 55 824 | 56 579 | 57 769 | 58 878 | 0 | 229 050 |
| | Fundo Social Europeu | 1 871 066 | 1 440 654 | 241 958 | 259 171 | 0 | 3 812 849 |
| | Feoga Orientação/FEADER | 0 | 64 243 | 0 | 0 | 0 | 64 243 |
| | Outros | 0 | 10 000 | 0 | 0 | 0 | 10 000 |
| | TOTAL 2. Financ. Comunitário | 15 067 257 | 21 996 073 | 4 385 700 | 1 291 232 | 0 | 42 740 262 |
| | TOTAL MINISTÉRIO | 133 039 601 | 41 382 452 | 39 112 191 | 28 095 246 | 0 | 241 629 490 |
| 05 | DEFESA NACIONAL | | | | | | |
| | 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| | Receitas Gerais | 195 116 464 | 17 400 000 | 118 914 608 | 86 530 692 | 165 153 929 | 583 115 693 |
| | Receitas Próprias | 1 850 000 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 850 000 |
| | TOTAL 1. Financ. Nacional | 196 966 464 | 17 400 000 | 118 914 608 | 86 530 692 | 165 153 929 | 584 965 693 |
| | 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| | Feder QCA III e PO | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | TOTAL 2. Financ. Comunitário | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | TOTAL MINISTÉRIO | 196 966 464 | 17 400 000 | 118 914 608 | 86 530 692 | 165 153 929 | 584 965 693 |

Fonte: MFAP/DGO

MAPA XV
RESUMO POR MINISTÉRIOS
PIDDAC

Unidade: Euros

Página 3

| MINISTÉRIO | FONTE FINANCIAMENTO | Anos Anteriores | 2011 | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL |
|------------|--------------------------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|----------------------|
| 06 | ADMINISTRAÇÃO INTERNA | | | | | | |
| | 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| | Receitas Gerais | 117 364 345 | 47 400 000 | 58 548 280 | 11 215 819 | 47 000 000 | 281 528 444 |
| | Receitas Próprias | 50 157 664 | 51 520 762 | 124 683 595 | 0 | 0 | 226 362 021 |
| | TOTAL 1. Financ. Nacional | 167 522 009 | 98 920 762 | 183 231 875 | 11 215 819 | 47 000 000 | 507 890 465 |
| | 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| | Feder QCA III e PO | 28 272 389 | 2 179 233 | 823 183 | 823 183 | 0 | 32 097 988 |
| | Fundo de Coesão | 608 676 | 2 446 667 | 1 990 940 | 1 798 580 | 0 | 6 844 863 |
| | Outros | 2 015 500 | 2 982 000 | 0 | 0 | 0 | 4 997 500 |
| | TOTAL 2. Financ. Comunitário | 30 896 565 | 7 607 900 | 2 814 123 | 2 621 763 | 0 | 43 940 351 |
| | TOTAL MINISTÉRIO | 198 418 574 | 106 528 662 | 186 045 998 | 13 837 582 | 47 000 000 | 551 830 816 |
| 07 | JUSTIÇA | | | | | | |
| | 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| | Receitas Gerais | 213 906 768 | 21 000 000 | 19 141 263 | 7 211 127 | 7 486 171 | 268 745 329 |
| | Receitas Próprias | 117 119 295 | 69 779 467 | 218 345 218 | 297 875 353 | 441 349 574 | 1 144 468 907 |
| | TOTAL 1. Financ. Nacional | 331 026 063 | 90 779 467 | 237 486 481 | 305 086 480 | 448 835 745 | 1 413 214 236 |
| | 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| | Feder QCA III e PO | 13 181 411 | 28 101 736 | 4 487 363 | 0 | 0 | 45 770 510 |
| | TOTAL 2. Financ. Comunitário | 13 181 411 | 28 101 736 | 4 487 363 | 0 | 0 | 45 770 510 |
| | TOTAL MINISTÉRIO | 344 207 474 | 118 881 203 | 241 973 844 | 305 086 480 | 448 835 745 | 1 458 984 746 |
| 08 | ECONOMIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO | | | | | | |
| | 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| | Receitas Gerais | 119 905 550 | 56 500 000 | 59 087 212 | 47 239 621 | 14 813 599 | 297 545 982 |
| | Receitas Próprias | 185 160 | 0 | 0 | 0 | 0 | 185 160 |
| | Transf. no âmbito das AP | 0 | 185 076 | 0 | 0 | 0 | 185 076 |

Fonte: MFAP/DGO

MAPA XV
RESUMO POR MINISTÉRIOS
PIDDAC
Unidade: Euros

Página 4

| MINISTÉRIO | FONTE FINANCIAMENTO | Anos Anteriores | 2011 | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL |
|------------|----------------------------------------------------|-----------------|-------------|-------------|-------------|----------------|---------------|
| 08 | ECONOMIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO | | | | | | |
| | TOTAL 1. Financ. Nacional | 120 090 710 | 56 685 076 | 59 087 212 | 47 239 621 | 14 813 599 | 297 916 218 |
| | 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| | Feder QCA III e PO | 210 944 371 | 217 957 835 | 174 148 591 | 178 496 244 | 15 079 700 | 796 626 741 |
| | Feder Cooperação | 121 345 | 120 000 | 120 000 | 120 000 | 240 000 | 721 345 |
| | Fundo de Coesão | 1 206 217 | 170 000 | 0 | 0 | 0 | 1 376 217 |
| | Outros | 16 067 | 10 448 | 0 | 0 | 0 | 26 515 |
| | TOTAL 2. Financ. Comunitário | 212 288 000 | 218 258 283 | 174 268 591 | 178 616 244 | 15 319 700 | 798 750 818 |
| | TOTAL MINISTÉRIO | 332 378 710 | 274 943 359 | 233 355 803 | 225 855 865 | 30 133 299 | 1 096 667 036 |
| 09 | AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS | | | | | | |
| | 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| | Receitas Gerais | 181 169 932 | 152 900 000 | 269 254 673 | 256 151 082 | 505 168 434 | 1 364 644 121 |
| | Receitas Próprias | 11 412 056 | 1 482 798 | 0 | 0 | 0 | 12 894 854 |
| | TOTAL 1. Financ. Nacional | 192 581 988 | 154 382 798 | 269 254 673 | 256 151 082 | 505 168 434 | 1 377 538 975 |
| | 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| | Feder QCA III e PO | 202 320 | 127 280 | 0 | 0 | 0 | 329 600 |
| | Feder Cooperação | 18 641 | 37 500 | 0 | 0 | 0 | 56 141 |
| | Fundo Social Europeu | 401 084 | 0 | 0 | 0 | 0 | 401 084 |
| | Feoga Orientação/FEADER | 225 801 645 | 304 752 717 | 583 225 826 | 582 849 662 | 1 214 516 444 | 2 911 146 294 |
| | Feoga Garantia/Feoga | 16 747 273 | 5 567 430 | 5 567 396 | 5 567 363 | 11 134 726 | 44 584 188 |
| | Fundo Europeu das pescas | 21 247 589 | 31 635 302 | 34 739 574 | 32 520 802 | 58 832 836 | 178 976 103 |
| | Outros | 11 400 020 | 6 346 243 | 1 788 550 | 1 529 566 | 0 | 21 064 379 |
| | TOTAL 2. Financ. Comunitário | 275 818 572 | 348 466 472 | 625 321 346 | 622 467 393 | 1 284 484 006 | 3 156 557 789 |
| | TOTAL MINISTÉRIO | 468 400 560 | 502 849 270 | 894 576 019 | 878 618 475 | 1 789 652 440 | 4 534 096 764 |
| 10 | OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES | | | | | | |
| | 1. Financ. Nacional | | | | | | |

MAPA XV
RESUMO POR MINISTÉRIOS
PIDDAC

Unidade: Euros

Página 5

| MINISTÉRIO | FONTE FINANCIAMENTO | Anos Anteriores | 2011 | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL |
|------------|-------------------------------------------|----------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|----------------------|
| 10 | OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES | | | | | | |
| | Receitas Gerais | 724 842 231 | 103 200 000 | 151 577 048 | 114 192 398 | 206 646 136 | 1 300 457 813 |
| | Receitas Próprias | 111 616 250 | 2 145 000 | 480 000 | 480 000 | 0 | 114 721 250 |
| | Transf. no âmbito das AP | 2 428 175 | 820 000 | 820 000 | 820 000 | 0 | 4 888 175 |
| | TOTAL 1. Financ. Nacional | 838 886 656 | 106 165 000 | 152 877 048 | 115 492 398 | 206 646 136 | 1 420 067 238 |
| | 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| | Feder QCA III e PO | 163 384 497 | 11 706 180 | 14 576 384 | 20 743 311 | 21 114 127 | 231 524 499 |
| | Feder Cooperação | 0 | 122 025 | 339 525 | 138 225 | 0 | 599 775 |
| | Fundo de Coesão | 54 927 580 | 432 683 | 0 | 0 | 0 | 55 360 263 |
| | Fundo Europeu das pescas | 2 000 000 | 2 200 000 | 1 575 000 | 900 000 | 1 200 000 | 7 875 000 |
| | Outros | 13 129 815 | 0 | 0 | 0 | 0 | 13 129 815 |
| | TOTAL 2. Financ. Comunitário | 233 441 892 | 14 460 888 | 16 490 909 | 21 781 536 | 22 314 127 | 308 489 352 |
| | TOTAL MINISTÉRIO | 1 072 328 548 | 120 625 888 | 169 367 957 | 137 273 934 | 228 960 263 | 1 728 556 590 |
| 11 | AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO | | | | | | |
| | 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| | Receitas Gerais | 1 338 062 527 | 67 500 000 | 57 865 115 | 39 703 395 | 24 015 941 | 1 527 146 978 |
| | Receitas Próprias | 205 745 341 | 65 984 507 | 49 490 000 | 50 220 000 | 134 150 000 | 505 589 848 |
| | Transf. no âmbito das AP | 46 301 | 10 946 081 | 3 851 263 | 789 125 | 0 | 15 632 770 |
| | TOTAL 1. Financ. Nacional | 1 543 854 169 | 144 430 588 | 111 206 378 | 90 712 520 | 158 165 941 | 2 048 369 596 |
| | 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| | Feder QCA III e PO | 99 142 343 | 54 032 920 | 14 651 086 | 7 030 683 | 265 400 | 175 122 432 |
| | Feder Cooperação | 3 090 742 | 3 200 011 | 1 833 928 | 660 819 | 0 | 8 785 500 |
| | Fundo de Coesão | 21 401 483 | 23 028 167 | 29 317 877 | 10 518 001 | 2 000 | 84 267 528 |
| | Fundo Social Europeu | 231 385 | 25 525 | 0 | 0 | 0 | 256 910 |
| | Feoga Orientação/FEADER | 330 775 | 67 410 | 98 366 | 0 | 0 | 496 551 |
| | Outros | 25 485 243 | 7 787 740 | 164 147 | 129 147 | 78 750 | 33 645 027 |

Fonte: MFAP/DGO

MAPA XV
RESUMO POR MINISTÉRIOS
PIDDAC
 Unidade: Euros

Página 6

| MINISTÉRIO | FONTE FINANCIAMENTO | Anos Anteriores | 2011 | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL |
|------------|-----------------------------------------|-----------------|-------------|-------------|-------------|----------------|---------------|
| 11 | AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO | | | | | | |
| | TOTAL 2. Financ. Comunitário | 149 681 970 | 88 141 773 | 46 065 404 | 18 338 650 | 346 150 | 302 573 947 |
| | TOTAL MINISTÉRIO | 1 693 536 139 | 232 572 361 | 157 271 782 | 109 051 170 | 158 512 091 | 2 350 943 543 |
| 12 | TRABALHO E SOLIDARIEDADE SOCIAL | | | | | | |
| | 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| | Receitas Gerais | 13 237 358 | 9 400 000 | 8 235 118 | 8 524 071 | 6 789 218 | 46 185 765 |
| | Receitas Próprias | 2 221 305 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 221 305 |
| | Transf. no âmbito das AP | 0 | 35 704 988 | 49 945 000 | 47 245 000 | 0 | 132 894 988 |
| | TOTAL 1. Financ. Nacional | 15 458 663 | 45 104 988 | 58 180 118 | 55 769 071 | 6 789 218 | 181 302 058 |
| | 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| | Feder QCA III e PO | 574 783 | 0 | 0 | 0 | 0 | 574 783 |
| | TOTAL 2. Financ. Comunitário | 574 783 | 0 | 0 | 0 | 0 | 574 783 |
| | TOTAL MINISTÉRIO | 16 033 446 | 45 104 988 | 58 180 118 | 55 769 071 | 6 789 218 | 181 876 841 |
| 13 | SAUDE | | | | | | |
| | 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| | Receitas Gerais | 37 424 931 | 25 600 000 | 35 872 119 | 5 331 145 | 0 | 104 228 195 |
| | Receitas Próprias | 110 638 | 0 | 0 | 0 | 0 | 110 638 |
| | TOTAL 1. Financ. Nacional | 37 535 569 | 25 600 000 | 35 872 119 | 5 331 145 | 0 | 104 338 833 |
| | 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| | Feder QCA III e PO | 47 412 163 | 28 483 043 | 12 151 133 | 0 | 0 | 88 046 339 |
| | Fundo Social Europeu | 78 794 | 77 529 | 0 | 0 | 0 | 156 323 |
| | TOTAL 2. Financ. Comunitário | 47 490 957 | 28 560 572 | 12 151 133 | 0 | 0 | 88 202 662 |
| | TOTAL MINISTÉRIO | 85 026 526 | 54 160 572 | 48 023 252 | 5 331 145 | 0 | 192 541 495 |
| 14 | EDUCAÇÃO | | | | | | |
| | 1. Financ. Nacional | | | | | | |

MAPA XV
RESUMO POR MINISTÉRIOS
PIDDAC

Unidade: Euros

Página 7

| MINISTÉRIO | FONTE FINANCIAMENTO | Anos Anteriores | 2011 | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL |
|------------|---------------------------------------|----------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|----------------------|
| 14 | EDUCAÇÃO | | | | | | |
| | Receitas Gerais | 136 370 044 | 69 500 000 | 77 353 339 | 0 | 0 | 283 223 383 |
| | Receitas Próprias | 6 784 505 | 201 180 | 0 | 0 | 0 | 6 985 685 |
| | TOTAL 1. Financ. Nacional | 143 154 549 | 69 701 180 | 77 353 339 | 0 | 0 | 290 209 068 |
| | 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| | Feder QCA III e PO | 61 261 090 | 41 815 628 | 0 | 0 | 0 | 103 076 718 |
| | Fundo Social Europeu | 0 | 2 000 000 | 0 | 0 | 0 | 2 000 000 |
| | TOTAL 2. Financ. Comunitário | 61 261 090 | 43 815 628 | 0 | 0 | 0 | 105 076 718 |
| | TOTAL MINISTÉRIO | 204 415 639 | 113 516 808 | 77 353 339 | 0 | 0 | 395 285 786 |
| 15 | CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR | | | | | | |
| | 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| | Receitas Gerais | 1 091 287 424 | 344 511 705 | 377 693 071 | 374 670 438 | 745 061 840 | 2 933 224 478 |
| | Receitas Próprias | 56 763 350 | 8 344 000 | 7 772 108 | 5 971 833 | 3 690 000 | 82 541 291 |
| | Transf. no âmbito das AP | 718 368 | 440 000 | 273 340 | 123 340 | 0 | 1 555 048 |
| | TOTAL 1. Financ. Nacional | 1 468 369 142 | 353 295 705 | 385 738 519 | 380 765 611 | 748 751 840 | 3 017 320 817 |
| | 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| | Feder QCA III e PO | 162 314 741 | 60 376 955 | 88 742 297 | 69 626 767 | 0 | 381 060 760 |
| | Fundo Social Europeu | 156 911 268 | 89 240 000 | 77 140 000 | 77 140 000 | 0 | 400 431 268 |
| | Outros | 518 611 | 72 100 | 0 | 0 | 0 | 590 711 |
| | TOTAL 2. Financ. Comunitário | 319 744 620 | 149 689 055 | 165 882 297 | 146 766 767 | 0 | 782 082 739 |
| | TOTAL MINISTÉRIO | 1 468 513 762 | 502 984 760 | 551 620 816 | 527 532 378 | 748 751 840 | 3 799 403 556 |
| 16 | CULTURA | | | | | | |
| | 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| | Receitas Gerais | 180 296 427 | 49 700 000 | 59 295 846 | 9 661 608 | 398 000 | 299 351 881 |
| | Receitas Próprias | 356 817 | 1 108 252 | 493 000 | 320 500 | 0 | 2 278 569 |
| | Transf. no âmbito das AP | 0 | 500 000 | 594 920 | 0 | 0 | 1 094 920 |

Fonte: MFAP/DGO

MAPA XV
RESUMO POR MINISTÉRIOS
PIDDAC
 Unidade: Euros

Página 8

| MINISTÉRIO | FONTE FINANCIAMENTO | Anos Anteriores | 2011 | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL |
|------------|-------------------------------------|-----------------|---------------|---------------|---------------|----------------|----------------|
| 16 | CULTURA | | | | | | |
| | TOTAL 1. Financ. Nacional | 180 653 244 | 51 308 252 | 60 383 766 | 9 982 108 | 398 000 | 302 725 370 |
| | 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| | Feder QCA III e PO | 17 765 049 | 17 160 387 | 17 546 806 | 9 180 505 | 0 | 61 652 747 |
| | Feder Cooperação | 360 155 | 441 985 | 399 699 | 0 | 0 | 1 201 839 |
| | Outros | 179 017 | 2 590 000 | 0 | 0 | 0 | 2 769 017 |
| | TOTAL 2. Financ. Comunitário | 18 304 221 | 20 192 372 | 17 946 505 | 9 180 505 | 0 | 65 623 603 |
| | TOTAL MINISTÉRIO | 198 957 465 | 71 500 624 | 78 330 271 | 19 162 613 | 398 000 | 368 348 973 |
| | TOTAL GERAL | 6 678 666 664 | 2 262 980 191 | 2 906 662 747 | 2 413 089 527 | 3 636 281 210 | 17 897 680 339 |
| | TOTALCONSOLIDADO | 6 288 509 315 | 2 171 300 211 | 2 889 533 314 | 2 396 118 594 | 3 604 945 074 | 17 350 406 508 |

Fonte: MFAP/DGO

MAPA XV
RESUMO POR PROGRAMAS
PIDDAC
Unidade: Euros

Página 1

| PROGRAMA | FONTE FINANCIAMENTO | Anos Anteriores | 2011 | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL |
|----------|-------------------------------------|-----------------|------------|------------|------------|----------------|-------------|
| 001 | ÓRGÃOS DE SOBERANIA | | | | | | |
| | 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| | Receitas Gerais | 16 356 299 | 2 050 000 | 2 252 000 | 2 000 000 | 0 | 22 658 299 |
| | TOTAL 1. Financ. Nacional | 16 356 299 | 2 050 000 | 2 252 000 | 2 000 000 | 0 | 22 658 299 |
| | TOTAL PROGRAMA | 16 356 299 | 2 050 000 | 2 252 000 | 2 000 000 | 0 | 22 658 299 |
| 002 | GOVERNAÇÃO | | | | | | |
| | 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| | Receitas Gerais | 210 259 922 | 28 023 835 | 32 405 109 | 11 740 593 | 2 150 000 | 284 579 459 |
| | Receitas Próprias | 67 088 | 0 | 0 | 0 | 0 | 67 088 |
| | TOTAL 1. Financ. Nacional | 210 327 010 | 28 023 835 | 32 405 109 | 11 740 593 | 2 150 000 | 284 646 547 |
| | 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| | Feder QCA III e PO | 7 863 292 | 15 252 292 | 9 683 779 | 800 000 | 0 | 33 599 363 |
| | Feder Cooperação | 803 604 | 625 000 | 0 | 0 | 0 | 1 428 604 |
| | Fundo Social Europeu | 402 625 | 2 323 389 | 1 447 051 | 879 084 | 0 | 5 052 149 |
| | Outros | 2 002 004 | 288 130 | 149 555 | 0 | 0 | 2 439 689 |
| | TOTAL 2. Financ. Comunitário | 11 071 525 | 18 488 811 | 11 280 385 | 1 679 084 | 0 | 42 519 805 |
| | TOTAL PROGRAMA | 221 398 535 | 46 512 646 | 43 685 494 | 13 419 677 | 2 150 000 | 327 166 352 |
| 003 | REPRESENTAÇÃO EXTERNA | | | | | | |
| | 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| | Receitas Gerais | 22 416 101 | 7 283 300 | 5 337 263 | 5 399 699 | 9 799 785 | 50 236 148 |
| | Receitas Próprias | 337 050 | 0 | 0 | 0 | 0 | 337 050 |
| | Transf. no âmbito das AP | 155 698 | 3 296 050 | 806 992 | 110 000 | 110 000 | 4 478 740 |
| | TOTAL 1. Financ. Nacional | 22 908 849 | 10 579 350 | 6 144 255 | 5 509 699 | 9 909 785 | 55 051 938 |
| | 2. Financ. Comunitário | | | | | | |

Fonte: MFAP/DGO

MAPA XV
RESUMO POR PROGRAMAS
PIDDAC
 Unidade: Euros

Página 2

| PROGRAMA | FONTE FINANCIAMENTO | Anos Anteriores | 2011 | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL |
|----------|-------------------------------------|-----------------|------------|-------------|------------|----------------|-------------|
| 003 | REPRESENTAÇÃO EXTERNA | | | | | | |
| | Feder QCA III e PO | 649 853 | 525 173 | 0 | 0 | 0 | 1 175 026 |
| | TOTAL 2. Financ. Comunitário | 649 853 | 525 173 | 0 | 0 | 0 | 1 175 026 |
| | TOTAL PROGRAMA | 23 558 702 | 11 104 523 | 6 144 255 | 5 509 699 | 9 909 785 | 56 226 964 |
| 004 | FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA | | | | | | |
| | 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| | Receitas Gerais | 106 469 520 | 18 000 000 | 34 726 491 | 26 804 014 | 0 | 186 000 025 |
| | Receitas Próprias | 11 502 824 | 1 386 379 | 0 | 0 | 0 | 12 889 203 |
| | TOTAL 1. Financ. Nacional | 117 972 344 | 19 386 379 | 34 726 491 | 26 804 014 | 0 | 198 889 228 |
| | 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| | Feder QCA III e PO | 13 140 367 | 20 424 597 | 4 085 973 | 973 183 | 0 | 38 624 120 |
| | Feder Cooperação | 55 824 | 56 579 | 57 769 | 58 878 | 0 | 229 050 |
| | Fundo Social Europeu | 1 871 066 | 1 440 654 | 241 958 | 259 171 | 0 | 3 812 849 |
| | Feoga Orientação/FEADER | 0 | 64 243 | 0 | 0 | 0 | 64 243 |
| | Outros | 0 | 10 000 | 0 | 0 | 0 | 10 000 |
| | TOTAL 2. Financ. Comunitário | 15 067 257 | 21 996 073 | 4 385 700 | 1 291 232 | 0 | 42 740 262 |
| | TOTAL PROGRAMA | 133 039 601 | 41 382 452 | 39 112 191 | 28 095 246 | 0 | 241 629 490 |
| 006 | DEFESA | | | | | | |
| | 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| | Receitas Gerais | 195 116 464 | 17 400 000 | 118 914 608 | 86 530 692 | 165 153 929 | 583 115 693 |
| | Receitas Próprias | 1 850 000 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 850 000 |
| | TOTAL 1. Financ. Nacional | 196 966 464 | 17 400 000 | 118 914 608 | 86 530 692 | 165 153 929 | 584 965 693 |
| | 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| | Feder QCA III e PO | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | | 0 | | | | | |

Fonte: MFAP/DGO

MAPA XV
RESUMO POR PROGRAMAS
PIDDAC
Unidade: Euros

Página 3

| PROGRAMA | FONTE FINANCIAMENTO | Anos Anteriores | 2011 | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL |
|----------|----------------------------------------------------------------|-----------------|------------|-------------|------------|----------------|-------------|
| 006 | DEFESA | | | | | | |
| | TOTAL 2. Financ. Comunitário | | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | TOTAL PROGRAMA | 196 966 464 | 17 400 000 | 118 914 608 | 86 530 692 | 165 153 929 | 584 965 693 |
| 009 | SEGURANÇA INTERNA | | | | | | |
| | 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| | Receitas Gerais | 110 589 380 | 12 470 000 | 21 073 259 | 10 990 819 | 47 000 000 | 202 123 458 |
| | Receitas Próprias | 248 216 | 0 | 0 | 0 | 0 | 248 216 |
| | TOTAL 1. Financ. Nacional | 110 837 596 | 12 470 000 | 21 073 259 | 10 990 819 | 47 000 000 | 202 371 674 |
| | 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| | Feder QCA III e PO | 25 587 935 | 680 000 | 680 001 | 680 001 | 0 | 27 627 937 |
| | Fundo de Coesão | 608 676 | 2 446 667 | 1 990 940 | 1 798 580 | 0 | 6 844 863 |
| | Outros | 1 000 000 | 1 932 000 | 0 | 0 | 0 | 2 932 000 |
| | TOTAL 2. Financ. Comunitário | 27 196 611 | 5 058 667 | 2 670 941 | 2 478 581 | 0 | 37 404 800 |
| | TOTAL PROGRAMA | 138 034 207 | 17 528 667 | 23 744 200 | 13 469 400 | 47 000 000 | 239 776 474 |
| 010 | LEI DE PROGR. DAS INSTALAÇÕES E EQUIP. DAS FORÇAS DE SEGURANÇA | | | | | | |
| | 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| | Receitas Gerais | 6 774 965 | 34 930 000 | 37 475 021 | 225 000 | 0 | 79 404 986 |
| | Receitas Próprias | 49 909 448 | 51 520 762 | 124 683 595 | 0 | 0 | 226 113 805 |
| | TOTAL 1. Financ. Nacional | 56 684 413 | 86 450 762 | 162 158 616 | 225 000 | 0 | 305 518 791 |
| | 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| | Feder QCA III e PO | 2 684 454 | 1 499 233 | 143 182 | 143 182 | 0 | 4 470 051 |
| | Outros | 1 015 500 | 1 050 000 | 0 | 0 | 0 | 2 065 500 |
| | TOTAL 2. Financ. Comunitário | 3 699 954 | 2 549 233 | 143 182 | 143 182 | 0 | 6 535 551 |
| | TOTAL PROGRAMA | 60 384 367 | 88 999 995 | 162 301 798 | 368 182 | 0 | 312 054 342 |

Fonte: MFAP/DGO

MAPA XV
RESUMO POR PROGRAMAS
PIDDAC
 Unidade: Euros

Página 4

| PROGRAMA | FONTE FINANCIAMENTO | Anos Anteriores | 2011 | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL |
|----------|--------------------------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|----------------------|
| 011 | JUSTIÇA | | | | | | |
| | 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| | Receitas Gerais | 213 906 768 | 21 000 000 | 19 141 263 | 7 211 127 | 7 486 171 | 268 745 329 |
| | Receitas Próprias | 117 119 295 | 69 779 467 | 218 345 218 | 297 875 353 | 441 349 574 | 1 144 468 907 |
| | TOTAL 1. Financ. Nacional | 331 026 063 | 90 779 467 | 237 486 481 | 305 086 480 | 448 835 745 | 1 413 214 236 |
| | 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| | Feder QCA III e PO | 13 181 411 | 28 101 736 | 4 487 363 | 0 | 0 | 45 770 510 |
| | TOTAL 2. Financ. Comunitário | 13 181 411 | 28 101 736 | 4 487 363 | 0 | 0 | 45 770 510 |
| | TOTAL PROGRAMA | 344 207 474 | 118 881 203 | 241 973 844 | 305 086 480 | 448 835 745 | 1 458 984 746 |
| 012 | ECONOMIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO | | | | | | |
| | 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| | Receitas Gerais | 119 905 550 | 56 500 000 | 59 087 212 | 47 239 621 | 14 813 599 | 297 545 982 |
| | Receitas Próprias | 185 160 | 0 | 0 | 0 | 0 | 185 160 |
| | Transf. no âmbito das AP | 0 | 185 076 | 0 | 0 | 0 | 185 076 |
| | TOTAL 1. Financ. Nacional | 120 090 710 | 56 685 076 | 59 087 212 | 47 239 621 | 14 813 599 | 297 916 218 |
| | 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| | Feder QCA III e PO | 210 944 371 | 217 957 835 | 174 148 591 | 178 496 244 | 15 079 700 | 796 626 741 |
| | Feder Cooperação | 121 345 | 120 000 | 120 000 | 120 000 | 240 000 | 721 345 |
| | Fundo de Coesão | 1 206 217 | 170 000 | 0 | 0 | 0 | 1 376 217 |
| | Outros | 16 067 | 10 448 | 0 | 0 | 0 | 26 515 |
| | TOTAL 2. Financ. Comunitário | 212 288 000 | 218 258 283 | 174 268 591 | 178 616 244 | 15 319 700 | 798 750 818 |
| | TOTAL PROGRAMA | 332 378 710 | 274 943 359 | 233 355 803 | 225 855 865 | 30 133 299 | 1 096 667 036 |
| 013 | AGRICULTURA E PESCAS | | | | | | |
| | 1. Financ. Nacional | | | | | | |

MAPA XV
RESUMO POR PROGRAMAS
PIDDAC
Unidade: Euros

Página 5

| PROGRAMA | FONTE FINANCIAMENTO | Anos Anteriores | 2011 | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL |
|----------|--------------------------------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|----------------------|----------------------|
| 013 | AGRICULTURA E PESCAS | | | | | | |
| | Receitas Gerais | 181 169 932 | 152 900 000 | 269 254 673 | 256 151 082 | 505 168 434 | 1 364 644 121 |
| | Receitas Próprias | 11 412 056 | 1 482 798 | 0 | 0 | 0 | 12 894 854 |
| | TOTAL 1. Financ. Nacional | 192 581 988 | 154 382 798 | 269 254 673 | 256 151 082 | 505 168 434 | 1 377 538 975 |
| | 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| | Feder QCA III e PO | 202 320 | 127 280 | 0 | 0 | 0 | 329 600 |
| | Feder Cooperação | 18 641 | 37 500 | 0 | 0 | 0 | 56 141 |
| | Fundo Social Europeu | 401 084 | 0 | 0 | 0 | 0 | 401 084 |
| | Feoga Orientação/FEADER | 225 801 645 | 304 752 717 | 583 225 826 | 582 849 662 | 1 214 516 444 | 2 911 146 294 |
| | Feoga Garantia/Feaga | 16 747 273 | 5 567 430 | 5 567 396 | 5 567 363 | 11 134 726 | 44 584 188 |
| | Fundo Europeu das pescas | 21 247 589 | 31 635 302 | 34 739 574 | 32 520 802 | 58 832 836 | 178 976 103 |
| | Outros | 11 400 020 | 6 346 243 | 1 788 550 | 1 529 566 | 0 | 21 064 379 |
| | TOTAL 2. Financ. Comunitário | 275 818 572 | 348 466 472 | 625 321 346 | 622 467 393 | 1 284 484 006 | 3 156 557 789 |
| | TOTAL PROGRAMA | 468 400 560 | 502 849 270 | 894 576 019 | 878 618 475 | 1 789 652 440 | 4 534 096 764 |
| 014 | OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES | | | | | | |
| | 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| | Receitas Gerais | 724 842 231 | 103 200 000 | 151 577 048 | 114 192 398 | 206 646 136 | 1 300 457 813 |
| | Receitas Próprias | 111 616 250 | 2 145 000 | 480 000 | 480 000 | 0 | 114 721 250 |
| | Transf. no âmbito das AP | 2 428 175 | 820 000 | 820 000 | 820 000 | 0 | 4 888 175 |
| | TOTAL 1. Financ. Nacional | 838 886 656 | 106 165 000 | 152 877 048 | 115 492 398 | 206 646 136 | 1 420 067 238 |
| | 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| | Feder QCA III e PO | 163 384 497 | 11 706 180 | 14 576 384 | 20 743 311 | 21 114 127 | 231 524 499 |
| | Feder Cooperação | 0 | 122 025 | 339 525 | 138 225 | 0 | 599 775 |
| | Fundo de Coesão | 54 927 580 | 432 683 | 0 | 0 | 0 | 55 360 263 |
| | Fundo Europeu das pescas | 2 000 000 | 2 200 000 | 1 575 000 | 900 000 | 1 200 000 | 7 875 000 |

Fonte: MFAP/DGO

MAPA XV
RESUMO POR PROGRAMAS
PIDDAC
 Unidade: Euros

Página 6

| PROGRAMA | FONTE FINANCIAMENTO | Anos Anteriores | 2011 | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL |
|----------|--------------------------------------------|-----------------|-------------|-------------|-------------|----------------|---------------|
| 014 | OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES | | | | | | |
| | Outros | 13 129 815 | 0 | 0 | 0 | 0 | 13 129 815 |
| | TOTAL 2. Financ. Comunitário | 233 441 892 | 14 460 888 | 16 490 909 | 21 781 536 | 22 314 127 | 308 489 352 |
| | TOTAL PROGRAMA | 1 072 328 548 | 120 625 888 | 169 367 957 | 137 273 934 | 228 960 263 | 1 728 556 590 |
| 015 | AMBIENTE E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO | | | | | | |
| | 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| | Receitas Gerais | 1 337 660 103 | 67 409 790 | 57 708 615 | 39 696 895 | 24 015 941 | 1 526 491 344 |
| | Receitas Próprias | 205 745 341 | 65 984 507 | 49 490 000 | 50 220 000 | 134 150 000 | 505 589 848 |
| | Transf. no âmbito das AP | 46 301 | 10 946 081 | 3 851 263 | 789 125 | 0 | 15 632 770 |
| | TOTAL 1. Financ. Nacional | 1 543 451 745 | 144 340 378 | 111 049 878 | 90 706 020 | 158 165 941 | 2 047 713 962 |
| | 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| | Feder QCA III e PO | 99 142 343 | 54 032 920 | 14 651 086 | 7 030 683 | 265 400 | 175 122 432 |
| | Feder Cooperação | 3 090 742 | 3 200 011 | 1 833 928 | 660 819 | 0 | 8 785 500 |
| | Fundo de Coesão | 21 401 483 | 23 028 167 | 29 317 877 | 10 518 001 | 2 000 | 84 267 528 |
| | Fundo Social Europeu | 231 385 | 25 525 | 0 | 0 | 0 | 256 910 |
| | Feoga Orientação/FEADER | 330 775 | 67 410 | 98 366 | 0 | 0 | 496 551 |
| | Outros | 25 485 243 | 7 787 740 | 164 147 | 129 147 | 78 750 | 33 645 027 |
| | TOTAL 2. Financ. Comunitário | 149 681 970 | 88 141 773 | 46 065 404 | 18 338 650 | 346 150 | 302 573 947 |
| | TOTAL PROGRAMA | 1 693 133 715 | 232 482 151 | 157 115 282 | 109 044 670 | 158 512 091 | 2 350 287 909 |
| 016 | TRABALHO E SOLIDARIEDADE SOCIAL | | | | | | |
| | 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| | Receitas Gerais | 13 237 358 | 9 400 000 | 8 235 118 | 8 524 071 | 6 789 218 | 46 185 765 |
| | Receitas Próprias | 2 221 305 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 221 305 |
| | Transf. no âmbito das AP | 0 | 35 704 988 | 49 945 000 | 47 245 000 | 0 | 132 894 988 |
| | | 15 458 663 | | | | | |

Fonte: MFAP/DGO

MAPA XV
RESUMO POR PROGRAMAS
PIDDAC
 Unidade: Euros

Página 7

| PROGRAMA | FONTE FINANCIAMENTO | Anos Anteriores | 2011 | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL |
|----------|-------------------------------------|-----------------|------------|------------|------------|----------------|-------------|
| 016 | TRABALHO E SOLIDARIEDADE SOCIAL | | | | | | |
| | TOTAL 1. Financ. Nacional | | 45 104 988 | 58 180 118 | 55 769 071 | 6 789 218 | 181 302 058 |
| | 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| | Feder QCA III e PO | 574 783 | 0 | 0 | 0 | 0 | 574 783 |
| | TOTAL 2. Financ. Comunitário | 574 783 | 0 | 0 | 0 | 0 | 574 783 |
| | TOTAL PROGRAMA | 16 033 446 | 45 104 988 | 58 180 118 | 55 769 071 | 6 789 218 | 181 876 841 |
| 017 | SAÚDE | | | | | | |
| | 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| | Receitas Gerais | 37 424 931 | 25 600 000 | 35 872 119 | 5 331 145 | 0 | 104 228 195 |
| | Receitas Próprias | 110 638 | 0 | 0 | 0 | 0 | 110 638 |
| | TOTAL 1. Financ. Nacional | 37 535 569 | 25 600 000 | 35 872 119 | 5 331 145 | 0 | 104 338 833 |
| | 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| | Feder QCA III e PO | 47 412 163 | 28 483 043 | 12 151 133 | 0 | 0 | 88 046 339 |
| | Fundo Social Europeu | 78 794 | 77 529 | 0 | 0 | 0 | 156 323 |
| | TOTAL 2. Financ. Comunitário | 47 490 957 | 28 560 572 | 12 151 133 | 0 | 0 | 88 202 662 |
| | TOTAL PROGRAMA | 85 026 526 | 54 160 572 | 48 023 252 | 5 331 145 | 0 | 192 541 495 |
| 018 | EDUCAÇÃO | | | | | | |
| | 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| | Receitas Gerais | 136 370 044 | 69 500 000 | 77 353 339 | 0 | 0 | 283 223 383 |
| | Receitas Próprias | 6 784 505 | 201 180 | 0 | 0 | 0 | 6 985 685 |
| | TOTAL 1. Financ. Nacional | 143 154 549 | 69 701 180 | 77 353 339 | 0 | 0 | 290 209 068 |
| | 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| | Feder QCA III e PO | 61 261 090 | 41 815 628 | 0 | 0 | 0 | 103 076 718 |
| | Fundo Social Europeu | 0 | 2 000 000 | 0 | 0 | 0 | 2 000 000 |

Fonte: MFAP/DGO

MAPA XV
RESUMO POR PROGRAMAS
PIDDAC
Unidade: Euros

Página 8

| PROGRAMA | FONTE FINANCIAMENTO | Anos Anteriores | 2011 | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL |
|----------|-------------------------------------|-----------------|-------------|-------------|-------------|----------------|---------------|
| 018 | EDUCAÇÃO | | | | | | |
| | TOTAL 2. Financ. Comunitário | 61 261 090 | 43 815 628 | 0 | 0 | 0 | 105 076 718 |
| | TOTAL PROGRAMA | 204 415 639 | 113 516 808 | 77 353 339 | 0 | 0 | 395 285 786 |
| 019 | INVESTIGAÇÃO E ENSINO SUPERIOR | | | | | | |
| | 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| | Receitas Gerais | 1 091 244 674 | 344 456 705 | 377 533 071 | 374 670 438 | 745 061 840 | 2 932 966 728 |
| | Receitas Próprias | 56 763 350 | 8 344 000 | 7 772 108 | 5 971 833 | 3 690 000 | 82 541 291 |
| | Transf. no âmbito das AP | 718 368 | 440 000 | 273 340 | 123 340 | 0 | 1 555 048 |
| | TOTAL 1. Financ. Nacional | 1 148 726 392 | 353 240 705 | 385 578 519 | 380 765 611 | 748 751 840 | 3 017 063 067 |
| | 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| | Feder QCA III e PO | 162 314 741 | 60 376 955 | 88 742 297 | 69 626 767 | 0 | 381 060 760 |
| | Fundo Social Europeu | 156 911 268 | 89 240 000 | 77 140 000 | 77 140 000 | 0 | 400 431 268 |
| | Outros | 518 611 | 72 100 | 0 | 0 | 0 | 590 711 |
| | TOTAL 2. Financ. Comunitário | 319 744 620 | 149 689 055 | 165 882 297 | 146 766 767 | 0 | 782 082 739 |
| | TOTAL PROGRAMA | 1 468 471 012 | 502 929 760 | 551 460 816 | 527 532 378 | 748 751 840 | 3 799 145 806 |
| 020 | CULTURA | | | | | | |
| | 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| | Receitas Gerais | 178 894 267 | 49 580 000 | 59 295 846 | 9 661 608 | 398 000 | 297 829 721 |
| | Receitas Próprias | 356 817 | 1 108 252 | 493 000 | 320 500 | 0 | 2 278 569 |
| | Transf. no âmbito das AP | 0 | 500 000 | 594 920 | 0 | 0 | 1 094 920 |
| | TOTAL 1. Financ. Nacional | 179 251 084 | 51 188 252 | 60 383 766 | 9 982 108 | 398 000 | 301 203 210 |
| | 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| | Feder QCA III e PO | 17 765 049 | 17 160 387 | 17 546 806 | 9 180 505 | 0 | 61 652 747 |
| | Feder Cooperação | 360 155 | 441 985 | 399 699 | 0 | 0 | 1 201 839 |

Fonte: MFAP/DGO

MAPA XV
RESUMO POR PROGRAMAS
PIDDAC
 Unidade: Euros

Página 9

| PROGRAMA | FONTE FINANCIAMENTO | Anos Anteriores | 2011 | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL |
|----------|-------------------------------------|-----------------|---------------|---------------|---------------|----------------|----------------|
| 020 | CULTURA | | | | | | |
| | Outros | 179 017 | 2 590 000 | 0 | 0 | 0 | 2 769 017 |
| | TOTAL 2. Financ. Comunitário | 18 304 221 | 20 192 372 | 17 946 505 | 9 180 505 | 0 | 65 623 603 |
| | TOTAL PROGRAMA | 197 555 305 | 71 380 624 | 78 330 271 | 19 162 613 | 398 000 | 366 826 813 |
| 021 | COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO | | | | | | |
| | 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| | Receitas Gerais | 6 977 554 | 1 127 285 | 771 500 | 22 000 | 34 600 | 8 932 939 |
| | TOTAL 1. Financ. Nacional | 6 977 554 | 1 127 285 | 771 500 | 22 000 | 34 600 | 8 932 939 |
| | TOTAL PROGRAMA | 6 977 554 | 1 127 285 | 771 500 | 22 000 | 34 600 | 8 932 939 |
| | TOTAL GERAL | 6 678 666 664 | 2 262 980 191 | 2 906 662 747 | 2 413 089 527 | 3 636 281 210 | 17 897 680 339 |
| | TOTAL CONSOLIDADO | 6 288 509 315 | 2 171 300 211 | 2 889 533 314 | 2 396 118 594 | 3 604 945 074 | 17 350 406 508 |

Fonte: MFAP/DGO

MAPA XV
RESUMO POR PROGRAMAS E MEDIDAS

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 1

| PROGRAMA | MEDIDA | FONTE FINANCIAMENTO | Anos Anteriores | 2011 | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL |
|----------|---------------------|--------------------------------------------------------|-----------------|------------|------------|-----------|----------------|------------|
| 001 | ÓRGÃOS DE SOBERANIA | | | | | | | |
| | 001 | SERV. GERAIS DA A.P. - ADMINISTRAÇÃO GERAL | | | | | | |
| | | 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| | | Receitas Gerais | 13 297 357 | 1 674 000 | 1 552 000 | 1 400 000 | 0 | 17 923 357 |
| | | TOTAL 1. Financ. Nacional | 13 297 357 | 1 674 000 | 1 552 000 | 1 400 000 | 0 | 17 923 357 |
| | | TOTAL MEDIDA | 13 297 357 | 1 674 000 | 1 552 000 | 1 400 000 | 0 | 17 923 357 |
| | 012 | SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS - SISTEMA JUDICIÁRIO | | | | | | |
| | | 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| | | Receitas Gerais | 0 | 76 000 | 0 | 0 | 0 | 76 000 |
| | | TOTAL 1. Financ. Nacional | 0 | 76 000 | 0 | 0 | 0 | 76 000 |
| | | TOTAL MEDIDA | 0 | 76 000 | 0 | 0 | 0 | 76 000 |
| | 036 | SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS - CULTURA | | | | | | |
| | | 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| | | Receitas Gerais | 3 058 942 | 300 000 | 700 000 | 600 000 | 0 | 4 658 942 |
| | | TOTAL 1. Financ. Nacional | 3 058 942 | 300 000 | 700 000 | 600 000 | 0 | 4 658 942 |
| | | TOTAL MEDIDA | 3 058 942 | 300 000 | 700 000 | 600 000 | 0 | 4 658 942 |
| | | TOTAL PROGRAMA | 16 356 299 | 2 050 000 | 2 252 000 | 2 000 000 | 0 | 22 658 299 |
| 002 | GOVERNAÇÃO | | | | | | | |
| | 001 | SERV. GERAIS DA A.P. - ADMINISTRAÇÃO GERAL | | | | | | |
| | | 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| | | Receitas Gerais | 27 129 644 | 14 543 263 | 20 364 104 | 6 670 000 | 2 150 000 | 70 857 011 |
| | | TOTAL 1. Financ. Nacional | 27 129 644 | 14 543 263 | 20 364 104 | 6 670 000 | 2 150 000 | 70 857 011 |
| | | 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| | | Feder QCA III e PO | 7 863 292 | 15 252 292 | 9 683 779 | 800 000 | 0 | 33 599 363 |
| | | Feder Cooperação | 803 604 | 625 000 | 0 | 0 | 0 | 1 428 604 |
| | | Fundo Social Europeu | 138 439 | 102 427 | 0 | 0 | 0 | 240 866 |
| | | Outros | 86 682 | 36 300 | 149 555 | 0 | 0 | 272 537 |
| | | TOTAL 2. Financ. Comunitário | 8 892 017 | 16 016 019 | 9 833 334 | 800 000 | 0 | 35 541 370 |

Fonte: MFAP/DGO

MAPA XV
RESUMO POR PROGRAMAS E MEDIDAS

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 2

| PROGRAMA | MEDIDA | FONTE FINANCIAMENTO | Anos Anteriores | 2011 | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL |
|----------|---------------------|--------------------------------------------------------------------------|-----------------|------------|------------|-----------|----------------|-------------|
| 002 | GOVERNAÇÃO | | | | | | | |
| | 001 | SERV. GERAIS DA A.P. - ADMINISTRAÇÃO GERAL | | | | | | |
| | TOTAL MEDIDA | | 36 021 661 | 30 559 282 | 30 197 438 | 7 470 000 | 2 150 000 | 106 398 381 |
| | 011 | SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS - FORÇAS DE SEGURANÇA | | | | | | |
| | | 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| | | Receitas Gerais | 0 | 175 000 | 0 | 0 | 0 | 175 000 |
| | | TOTAL 1. Financ. Nacional | 0 | 175 000 | 0 | 0 | 0 | 175 000 |
| | TOTAL MEDIDA | | 0 | 175 000 | 0 | 0 | 0 | 175 000 |
| | 031 | HABITAÇÃO E SERV. COLECTIVOS - ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO | | | | | | |
| | | 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| | | Receitas Gerais | 125 485 331 | 3 733 776 | 0 | 0 | 0 | 129 219 107 |
| | | TOTAL 1. Financ. Nacional | 125 485 331 | 3 733 776 | 0 | 0 | 0 | 129 219 107 |
| | TOTAL MEDIDA | | 125 485 331 | 3 733 776 | 0 | 0 | 0 | 129 219 107 |
| | 036 | SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS - CULTURA | | | | | | |
| | | 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| | | Receitas Gerais | 134 864 | 60 000 | 0 | 0 | 0 | 194 864 |
| | | TOTAL 1. Financ. Nacional | 134 864 | 60 000 | 0 | 0 | 0 | 194 864 |
| | TOTAL MEDIDA | | 134 864 | 60 000 | 0 | 0 | 0 | 194 864 |
| | 037 | SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS - DESPORTO, RECREIO E LAZER | | | | | | |
| | | 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| | | Receitas Gerais | 56 832 419 | 8 626 704 | 11 455 800 | 4 758 800 | 0 | 81 673 723 |
| | | TOTAL 1. Financ. Nacional | 56 832 419 | 8 626 704 | 11 455 800 | 4 758 800 | 0 | 81 673 723 |
| | TOTAL MEDIDA | | 56 832 419 | 8 626 704 | 11 455 800 | 4 758 800 | 0 | 81 673 723 |
| | 038 | SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS - COMUNICAÇÃO SOCIAL | | | | | | |
| | | 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| | | Receitas Gerais | 31 599 | 10 000 | 0 | 0 | 0 | 41 599 |
| | | TOTAL 1. Financ. Nacional | 31 599 | 10 000 | 0 | 0 | 0 | 41 599 |

Fonte: MFAP/DGO

MAPA XV
RESUMO POR PROGRAMAS E MEDIDAS

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 3

| PROGRAMA | MEDIDA | FONTE FINANCIAMENTO | Anos Anteriores | 2011 | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL |
|----------|-------------------------------------|-------------------------------------------------------------------|-----------------|------------|------------|------------|----------------|-------------|
| 002 | GOVERNAÇÃO | | | | | | | |
| | 038 | SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS - COMUNICAÇÃO SOCIAL | | | | | | |
| | TOTAL MEDIDA | | 31 599 | 10 000 | 0 | 0 | 0 | 41 599 |
| | 063 | OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO | | | | | | |
| | 1. Financ. Nacional | | | | | | | |
| | Receitas Gerais | | 627 448 | 850 000 | 585 205 | 311 793 | 0 | 2 374 446 |
| | Receitas Próprias | | 67 088 | 0 | 0 | 0 | 0 | 67 088 |
| | TOTAL 1. Financ. Nacional | | 694 536 | 850 000 | 585 205 | 311 793 | 0 | 2 441 534 |
| | 2. Financ. Comunitário | | | | | | | |
| | Fundo Social Europeu | | 245 574 | 2 204 585 | 1 447 051 | 879 084 | 0 | 4 776 294 |
| | Outros | | 1 915 322 | 251 830 | 0 | 0 | 0 | 2 167 152 |
| | TOTAL 2. Financ. Comunitário | | 2 160 896 | 2 456 415 | 1 447 051 | 879 084 | 0 | 6 943 446 |
| | TOTAL MEDIDA | | 2 855 432 | 3 306 415 | 2 032 256 | 1 190 877 | 0 | 9 384 980 |
| | 065 | OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS - DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS | | | | | | |
| | 1. Financ. Nacional | | | | | | | |
| | Receitas Gerais | | 18 618 | 25 092 | 0 | 0 | 0 | 43 710 |
| | TOTAL 1. Financ. Nacional | | 18 618 | 25 092 | 0 | 0 | 0 | 43 710 |
| | 2. Financ. Comunitário | | | | | | | |
| | Fundo Social Europeu | | 18 612 | 16 377 | 0 | 0 | 0 | 34 989 |
| | TOTAL 2. Financ. Comunitário | | 18 612 | 16 377 | 0 | 0 | 0 | 34 989 |
| | TOTAL MEDIDA | | 37 230 | 41 469 | 0 | 0 | 0 | 78 699 |
| | TOTAL PROGRAMA | | 221 398 535 | 46 512 646 | 43 685 494 | 13 419 677 | 2 150 000 | 327 166 352 |
| 003 | REPRESENTAÇÃO EXTERNA | | | | | | | |
| | 001 | SERV. GERAIS DA A.P. - ADMINISTRAÇÃO GERAL | | | | | | |
| | 1. Financ. Nacional | | | | | | | |
| | Receitas Gerais | | 1 858 899 | 3 499 803 | 3 000 000 | 3 250 000 | 4 500 000 | 16 108 702 |
| | Receitas Próprias | | 337 050 | 0 | 0 | 0 | 0 | 337 050 |
| | TOTAL 1. Financ. Nacional | | 2 195 949 | 3 499 803 | 3 000 000 | 3 250 000 | 4 500 000 | 16 445 752 |

Fonte: MFAP/DGO

MAPA XV
RESUMO POR PROGRAMAS E MEDIDAS

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 4

| PROGRAMA | MEDIDA | FONTE FINANCIAMENTO | Anos Anteriores | 2011 | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL |
|----------|-------------------------------------|--------------------------------------------------------|-----------------|------------|------------|------------|----------------|-------------|
| 003 | REPRESENTAÇÃO EXTERNA | | | | | | | |
| | 001 | SERV. GERAIS DA A.P. - ADMINISTRAÇÃO GERAL | | | | | | |
| | TOTAL MEDIDA | | 2 195 949 | 3 499 803 | 3 000 000 | 3 250 000 | 4 500 000 | 16 445 752 |
| | 002 | SERV. GERAIS DA A.P. - NEGÓCIOS ESTRANGEIROS | | | | | | |
| | 1. | Financ. Nacional | | | | | | |
| | | Receitas Gerais | 20 535 201 | 3 742 457 | 2 337 263 | 2 149 699 | 5 299 785 | 34 064 405 |
| | | Receitas Próprias | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | | Transf. no âmbito das AP | 155 698 | 3 296 050 | 806 992 | 110 000 | 110 000 | 4 478 740 |
| | TOTAL 1. Financ. Nacional | | 20 690 899 | 7 038 507 | 3 144 255 | 2 259 699 | 5 409 785 | 38 543 145 |
| | 2. | Financ. Comunitário | | | | | | |
| | | Feder QCA III e PO | 649 853 | 525 173 | 0 | 0 | 0 | 1 175 026 |
| | TOTAL 2. Financ. Comunitário | | 649 853 | 525 173 | 0 | 0 | 0 | 1 175 026 |
| | TOTAL MEDIDA | | 21 340 752 | 7 563 680 | 3 144 255 | 2 259 699 | 5 409 785 | 39 718 171 |
| | 036 | SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS - CULTURA | | | | | | |
| | 1. | Financ. Nacional | | | | | | |
| | | Receitas Gerais | 22 000 | 41 040 | 0 | 0 | 0 | 63 040 |
| | TOTAL 1. Financ. Nacional | | 22 000 | 41 040 | 0 | 0 | 0 | 63 040 |
| | TOTAL MEDIDA | | 22 000 | 41 040 | 0 | 0 | 0 | 63 040 |
| | TOTAL PROGRAMA | | 23 558 702 | 11 104 523 | 6 144 255 | 5 509 699 | 9 909 785 | 56 226 964 |
| 004 | FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA | | | | | | | |
| | 001 | SERV. GERAIS DA A.P. - ADMINISTRAÇÃO GERAL | | | | | | |
| | 1. | Financ. Nacional | | | | | | |
| | | Receitas Gerais | 98 013 072 | 13 622 800 | 30 284 067 | 25 782 068 | 0 | 167 702 007 |
| | | Receitas Próprias | 4 471 034 | 910 956 | 0 | 0 | 0 | 5 381 990 |
| | TOTAL 1. Financ. Nacional | | 102 484 106 | 14 533 756 | 30 284 067 | 25 782 068 | 0 | 173 083 997 |
| | 2. | Financ. Comunitário | | | | | | |
| | | Feder QCA III e PO | 8 691 111 | 13 180 384 | 0 | 0 | 0 | 21 871 495 |
| | TOTAL 2. Financ. Comunitário | | 8 691 111 | 13 180 384 | 0 | 0 | 0 | 21 871 495 |

Fonte: MFAP/DGO

MAPA XV
RESUMO POR PROGRAMAS E MEDIDAS

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 5

| PROGRAMA | MEDIDA | FONTE FINANCIAMENTO | Anos Anteriores | 2011 | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL |
|----------|----------------------------------|--------------------------------------------------------|-----------------|------------|------------|------------|----------------|-------------|
| 004 | FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA | | | | | | | |
| | 001 | SERV. GERAIS DA A.P. - ADMINISTRAÇÃO GERAL | | | | | | |
| | TOTAL MEDIDA | | 111 175 217 | 27 714 140 | 30 284 067 | 25 782 068 | 0 | 194 955 492 |
| | 027 | SEGURANÇA E ACÇÃO SOCIAL - ACÇÃO SOCIAL | | | | | | |
| | | 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| | | Receitas Gerais | 0 | 118 705 | 0 | 0 | 0 | 118 705 |
| | | TOTAL 1. Financ. Nacional | 0 | 118 705 | 0 | 0 | 0 | 118 705 |
| | TOTAL MEDIDA | | 0 | 118 705 | 0 | 0 | 0 | 118 705 |
| | 036 | SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS - CULTURA | | | | | | |
| | | 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| | | Receitas Gerais | 43 536 | 10 000 | 10 000 | 0 | 0 | 63 536 |
| | | TOTAL 1. Financ. Nacional | 43 536 | 10 000 | 10 000 | 0 | 0 | 63 536 |
| | TOTAL MEDIDA | | 43 536 | 10 000 | 10 000 | 0 | 0 | 63 536 |
| | 065 | OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS - DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS | | | | | | |
| | | 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| | | Receitas Gerais | 8 412 912 | 4 248 495 | 4 432 424 | 1 021 946 | 0 | 18 115 777 |
| | | Receitas Próprias | 7 031 790 | 475 423 | 0 | 0 | 0 | 7 507 213 |
| | | TOTAL 1. Financ. Nacional | 15 444 702 | 4 723 918 | 4 432 424 | 1 021 946 | 0 | 25 622 990 |
| | | 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| | | Feder QCA III e PO | 4 449 256 | 7 244 213 | 4 085 973 | 973 183 | 0 | 16 752 625 |
| | | Feder Cooperação | 55 824 | 56 579 | 57 769 | 58 878 | 0 | 229 050 |
| | | Fundo Social Europeu | 1 871 066 | 1 440 654 | 241 958 | 259 171 | 0 | 3 812 849 |
| | | Feoga Orientação/FEADER | 0 | 64 243 | 0 | 0 | 0 | 64 243 |
| | | Outros | 0 | 10 000 | 0 | 0 | 0 | 10 000 |
| | | TOTAL 2. Financ. Comunitário | 6 376 146 | 8 815 689 | 4 385 700 | 1 291 232 | 0 | 20 868 767 |
| | TOTAL MEDIDA | | 21 820 849 | 13 539 607 | 8 818 124 | 2 313 178 | 0 | 46 491 758 |
| | TOTAL PROGRAMA | | 133 039 601 | 41 382 452 | 39 112 191 | 28 095 246 | 0 | 241 629 490 |
| 006 | DEFESA | | | | | | | |

Fonte: MFAP/DGO

MAPA XV
RESUMO POR PROGRAMAS E MEDIDAS

PIDDAC
Unidade: Euros

Página 6

| PROGRAMA | MEDIDA | FONTE FINANCIAMENTO | Anos Anteriores | 2011 | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL |
|----------|--------|----------------------------------------------------------------------|-----------------|------------|-------------|------------|----------------|-------------|
| 006 | DEFESA | | | | | | | |
| | 004 | SERV. GERAIS DA A.P. - INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA DE CARÁCTER GERAL | | | | | | |
| | | 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| | | Receitas Gerais | 2 803 426 | 105 000 | 1 729 603 | 500 000 | 1 161 937 | 6 299 966 |
| | | TOTAL 1. Financ. Nacional | 2 803 426 | 105 000 | 1 729 603 | 500 000 | 1 161 937 | 6 299 966 |
| | | TOTAL MEDIDA | 2 803 426 | 105 000 | 1 729 603 | 500 000 | 1 161 937 | 6 299 966 |
| | 006 | DEFESA NACIONAL - INVESTIGAÇÃO | | | | | | |
| | | 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| | | Receitas Gerais | 9 579 384 | 265 000 | 0 | 0 | 0 | 9 844 384 |
| | | TOTAL 1. Financ. Nacional | 9 579 384 | 265 000 | 0 | 0 | 0 | 9 844 384 |
| | | TOTAL MEDIDA | 9 579 384 | 265 000 | 0 | 0 | 0 | 9 844 384 |
| | 007 | DEFESA NACIONAL - FORÇAS ARMADAS | | | | | | |
| | | 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| | | Receitas Gerais | 163 024 058 | 12 133 000 | 104 318 505 | 72 966 192 | 139 825 992 | 492 267 747 |
| | | Receitas Próprias | 1 850 000 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 850 000 |
| | | TOTAL 1. Financ. Nacional | 164 874 058 | 12 133 000 | 104 318 505 | 72 966 192 | 139 825 992 | 494 117 747 |
| | | 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| | | Feder QCA III e PO | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | | TOTAL 2. Financ. Comunitário | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | | TOTAL MEDIDA | 164 874 058 | 12 133 000 | 104 318 505 | 72 966 192 | 139 825 992 | 494 117 747 |
| | 014 | SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS - PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS | | | | | | |
| | | 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| | | Receitas Gerais | 12 983 043 | 1 895 000 | 9 866 500 | 9 864 500 | 14 816 000 | 49 425 043 |
| | | TOTAL 1. Financ. Nacional | 12 983 043 | 1 895 000 | 9 866 500 | 9 864 500 | 14 816 000 | 49 425 043 |
| | | TOTAL MEDIDA | 12 983 043 | 1 895 000 | 9 866 500 | 9 864 500 | 14 816 000 | 49 425 043 |
| | 017 | EDUCAÇÃO - ESTABELECIMENTOS DE ENSINO NÃO SUPERIOR | | | | | | |
| | | 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| | | Receitas Gerais | 1 111 643 | 2 101 000 | 3 000 000 | 3 200 000 | 9 350 000 | 18 762 643 |

Fonte: MFAP/DGO

MAPA XV
RESUMO POR PROGRAMAS E MEDIDAS

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 7

| PROGRAMA | MEDIDA | FONTE FINANCIAMENTO | Anos Anteriores | 2011 | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL |
|----------|-------------------|-------------------------------------------------------------------------------|-----------------|------------|-------------|------------|----------------|-------------|
| 006 | DEFESA | | | | | | | |
| | 017 | EDUCAÇÃO - ESTABELECIMENTOS DE ENSINO NÃO SUPERIOR | | | | | | |
| | | TOTAL 1. Financ. Nacional | 1 111 643 | 2 101 000 | 3 000 000 | 3 200 000 | 9 350 000 | 18 762 643 |
| | | TOTAL MEDIDA | 1 111 643 | 2 101 000 | 3 000 000 | 3 200 000 | 9 350 000 | 18 762 643 |
| | 018 | EDUCAÇÃO - ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SUPERIOR | | | | | | |
| | | 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| | | Receitas Gerais | 2 710 337 | 101 000 | 0 | 0 | 0 | 2 811 337 |
| | | TOTAL 1. Financ. Nacional | 2 710 337 | 101 000 | 0 | 0 | 0 | 2 811 337 |
| | | TOTAL MEDIDA | 2 710 337 | 101 000 | 0 | 0 | 0 | 2 811 337 |
| | 034 | SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO | | | | | | |
| | | 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| | | Receitas Gerais | 1 063 286 | 700 000 | 0 | 0 | 0 | 1 763 286 |
| | | TOTAL 1. Financ. Nacional | 1 063 286 | 700 000 | 0 | 0 | 0 | 1 763 286 |
| | | TOTAL MEDIDA | 1 063 286 | 700 000 | 0 | 0 | 0 | 1 763 286 |
| | 036 | SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS - CULTURA | | | | | | |
| | | 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| | | Receitas Gerais | 1 841 287 | 100 000 | 0 | 0 | 0 | 1 941 287 |
| | | TOTAL 1. Financ. Nacional | 1 841 287 | 100 000 | 0 | 0 | 0 | 1 941 287 |
| | | TOTAL MEDIDA | 1 841 287 | 100 000 | 0 | 0 | 0 | 1 941 287 |
| | | TOTAL PROGRAMA | 196 966 464 | 17 400 000 | 118 914 608 | 86 530 692 | 165 153 929 | 584 965 693 |
| 009 | SEGURANÇA INTERNA | | | | | | | |
| | 001 | SERV. GERAIS DA A.P. - ADMINISTRAÇÃO GERAL | | | | | | |
| | | 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| | | Receitas Gerais | 15 134 221 | 1 000 000 | 0 | 0 | 0 | 16 134 221 |
| | | TOTAL 1. Financ. Nacional | 15 134 221 | 1 000 000 | 0 | 0 | 0 | 16 134 221 |
| | | TOTAL MEDIDA | 15 134 221 | 1 000 000 | 0 | 0 | 0 | 16 134 221 |

Fonte: MFAP/DGO

MAPA XV
RESUMO POR PROGRAMAS E MEDIDAS

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 8

| PROGRAMA | MEDIDA | FONTE FINANCIAMENTO | Anos Anteriores | 2011 | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL |
|----------|----------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------|--------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|--------------------|
| 009 | SEGURANÇA INTERNA | | | | | | | |
| | 009 | SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO | | | | | | |
| | | 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| | | Receitas Gerais | 95 285 594 | 10 370 000 | 20 219 999 | 10 219 999 | 47 000 000 | 183 095 592 |
| | | Receitas Próprias | 248 216 | 0 | 0 | 0 | 0 | 248 216 |
| | | TOTAL 1. Financ. Nacional | 95 533 810 | 10 370 000 | 20 219 999 | 10 219 999 | 47 000 000 | 183 343 808 |
| | | 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| | | Feder QCA III e PO | 25 587 935 | 680 000 | 680 001 | 680 001 | 0 | 27 627 937 |
| | | Outros | 1 000 000 | 1 932 000 | 0 | 0 | 0 | 2 932 000 |
| | | TOTAL 2. Financ. Comunitário | 26 587 935 | 2 612 000 | 680 001 | 680 001 | 0 | 30 559 937 |
| | | TOTAL MEDIDA | 122 121 745 | 12 982 000 | 20 900 000 | 10 900 000 | 47 000 000 | 213 903 745 |
| | 014 | SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS - PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS | | | | | | |
| | | 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| | | Receitas Gerais | 169 565 | 1 100 000 | 853 260 | 770 820 | 0 | 2 893 645 |
| | | TOTAL 1. Financ. Nacional | 169 565 | 1 100 000 | 853 260 | 770 820 | 0 | 2 893 645 |
| | | 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| | | Fundo de Coesão | 608 676 | 2 446 667 | 1 990 940 | 1 798 580 | 0 | 6 844 863 |
| | | TOTAL 2. Financ. Comunitário | 608 676 | 2 446 667 | 1 990 940 | 1 798 580 | 0 | 6 844 863 |
| | | TOTAL MEDIDA | 778 241 | 3 546 667 | 2 844 200 | 2 569 400 | 0 | 9 738 508 |
| | | TOTAL PROGRAMA | 138 034 207 | 17 528 667 | 23 744 200 | 13 469 400 | 47 000 000 | 239 776 474 |
| 010 | LEI DE PROGR. DAS INSTALAÇÕES E EQUIP. DAS FORÇAS DE SEGURANÇA | | | | | | | |
| | 009 | SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO | | | | | | |
| | | 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| | | Receitas Gerais | 0 | 325 000 | 225 000 | 225 000 | 0 | 775 000 |
| | | TOTAL 1. Financ. Nacional | 0 | 325 000 | 225 000 | 225 000 | 0 | 775 000 |
| | | 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| | | Feder QCA III e PO | 0 | 741 597 | 143 182 | 143 182 | 0 | 1 027 961 |
| | | TOTAL 2. Financ. Comunitário | 0 | 741 597 | 143 182 | 143 182 | 0 | 1 027 961 |

Fonte: MFAP/DGO

MAPA XV
RESUMO POR PROGRAMAS E MEDIDAS

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 9

| PROGRAMA | MEDIDA | FONTE FINANCIAMENTO | Anos Anteriores | 2011 | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL |
|----------|----------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------|-----------------|------------|-------------|------------|----------------|-------------|
| 010 | LEI DE PROGR. DAS INSTALAÇÕES E EQUIP. DAS FORÇAS DE SEGURANÇA | | | | | | | |
| | 009 | SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO | | | | | | |
| | TOTAL MEDIDA | | 0 | 1 066 597 | 368 182 | 368 182 | 0 | 1 802 961 |
| | 011 | SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS - FORÇAS DE SEGURANÇA | | | | | | |
| | | 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| | | Receitas Gerais | 6 774 965 | 34 605 000 | 37 250 021 | 0 | 0 | 78 629 986 |
| | | Receitas Próprias | 49 909 448 | 51 520 762 | 124 683 595 | 0 | 0 | 226 113 805 |
| | | TOTAL 1. Financ. Nacional | 56 684 413 | 86 125 762 | 161 933 616 | 0 | 0 | 304 743 791 |
| | | 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| | | Feder QCA III e PO | 2 684 454 | 757 636 | 0 | 0 | 0 | 3 442 090 |
| | | Outros | 1 015 500 | 1 050 000 | 0 | 0 | 0 | 2 065 500 |
| | | TOTAL 2. Financ. Comunitário | 3 699 954 | 1 807 636 | 0 | 0 | 0 | 5 507 590 |
| | TOTAL MEDIDA | | 60 384 367 | 87 933 398 | 161 933 616 | 0 | 0 | 310 251 381 |
| | TOTAL PROGRAMA | | 60 384 367 | 88 999 995 | 162 301 798 | 368 182 | 0 | 312 054 342 |
| 011 | JUSTIÇA | | | | | | | |
| | 001 | SERV. GERAIS DA A.P. - ADMINISTRAÇÃO GERAL | | | | | | |
| | | 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| | | Receitas Gerais | 9 658 792 | 5 452 602 | 961 223 | 961 223 | 1 616 223 | 18 650 063 |
| | | Receitas Próprias | 13 672 134 | 3 373 615 | 2 204 490 | 120 000 | 0 | 19 370 239 |
| | | TOTAL 1. Financ. Nacional | 23 330 926 | 8 826 217 | 3 165 713 | 1 081 223 | 1 616 223 | 38 020 302 |
| | | 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| | | Feder QCA III e PO | 5 924 888 | 5 198 255 | 73 111 | 0 | 0 | 11 196 254 |
| | | TOTAL 2. Financ. Comunitário | 5 924 888 | 5 198 255 | 73 111 | 0 | 0 | 11 196 254 |
| | TOTAL MEDIDA | | 29 255 814 | 14 024 472 | 3 238 824 | 1 081 223 | 1 616 223 | 49 216 556 |
| | 010 | SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS - INVESTIGAÇÃO | | | | | | |
| | | 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| | | Receitas Gerais | 68 576 387 | 3 115 371 | 367 347 | 0 | 0 | 72 059 105 |
| | | Receitas Próprias | 21 515 928 | 15 447 408 | 54 478 460 | 74 837 513 | 6 481 952 | 172 761 261 |

Fonte: MFAP/DGO

MAPA XV
RESUMO POR PROGRAMAS E MEDIDAS

PIDDAC
Unidade: Euros

Página 10

| PROGRAMA | MEDIDA | FONTE FINANCIAMENTO | Anos Anteriores | 2011 | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL |
|----------|---------|-----------------------------------------------------------------------------------|-----------------|------------|-------------|-------------|----------------|-------------|
| 011 | JUSTIÇA | | | | | | | |
| | 010 | SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS - INVESTIGAÇÃO | | | | | | |
| | | TOTAL 1. Financ. Nacional | 90 092 315 | 18 562 779 | 54 845 807 | 74 837 513 | 6 481 952 | 244 820 366 |
| | | 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| | | Feder QCA III e PO | 527 906 | 1 407 548 | 0 | 0 | 0 | 1 935 454 |
| | | TOTAL 2. Financ. Comunitário | 527 906 | 1 407 548 | 0 | 0 | 0 | 1 935 454 |
| | | TOTAL MEDIDA | 90 620 221 | 19 970 327 | 54 845 807 | 74 837 513 | 6 481 952 | 246 755 820 |
| | 012 | SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS - SISTEMA JUDICIÁRIO | | | | | | |
| | | 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| | | Receitas Gerais | 18 929 146 | 4 352 791 | 6 551 273 | 130 000 | 0 | 29 963 210 |
| | | Receitas Próprias | 48 418 689 | 24 461 268 | 43 708 950 | 17 804 735 | 6 715 100 | 141 108 742 |
| | | TOTAL 1. Financ. Nacional | 67 347 835 | 28 814 059 | 50 260 223 | 17 934 735 | 6 715 100 | 171 071 952 |
| | | 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| | | Feder QCA III e PO | 3 547 536 | 7 210 145 | 21 752 | 0 | 0 | 10 779 433 |
| | | TOTAL 2. Financ. Comunitário | 3 547 536 | 7 210 145 | 21 752 | 0 | 0 | 10 779 433 |
| | | TOTAL MEDIDA | 70 895 371 | 36 024 204 | 50 281 975 | 17 934 735 | 6 715 100 | 181 851 385 |
| | 013 | SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS - SISTEMA PRISIONAL, DE REINserÇÃO SOCIAL E DE MENORES | | | | | | |
| | | 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| | | Receitas Gerais | 108 409 659 | 3 479 236 | 8 444 420 | 6 119 904 | 5 869 948 | 132 323 167 |
| | | Receitas Próprias | 32 571 648 | 26 497 176 | 117 953 318 | 205 113 105 | 428 152 522 | 810 287 769 |
| | | TOTAL 1. Financ. Nacional | 140 981 307 | 29 976 412 | 126 397 738 | 211 233 009 | 434 022 470 | 942 610 936 |
| | | 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| | | Feder QCA III e PO | 0 | 1 034 350 | 1 575 500 | 0 | 0 | 2 609 850 |
| | | TOTAL 2. Financ. Comunitário | 0 | 1 034 350 | 1 575 500 | 0 | 0 | 2 609 850 |
| | | TOTAL MEDIDA | 140 981 307 | 31 010 762 | 127 973 238 | 211 233 009 | 434 022 470 | 945 220 786 |
| | 065 | OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS - DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS | | | | | | |
| | | 1. Financ. Nacional | | | | | | |

Fonte: MFAP/DGO

MAPA XV
RESUMO POR PROGRAMAS E MEDIDAS

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 11

| PROGRAMA | MEDIDA | FONTE FINANCIAMENTO | Anos Anteriores | 2011 | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL |
|----------|--------------------------------------|------------------------------------------------------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|----------------------|
| 011 | JUSTIÇA | | | | | | | |
| | 065 | OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS - DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS | | | | | | |
| | | Receitas Gerais | 8 332 784 | 4 600 000 | 2 817 000 | 0 | 0 | 15 749 784 |
| | | Receitas Próprias | 940 896 | 0 | 0 | 0 | 0 | 940 896 |
| | | TOTAL 1. Financ. Nacional | 9 273 680 | 4 600 000 | 2 817 000 | 0 | 0 | 16 690 680 |
| | | 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| | | Feder QCA III e PO | 3 181 081 | 13 251 438 | 2 817 000 | 0 | 0 | 19 249 519 |
| | | TOTAL 2. Financ. Comunitário | 3 181 081 | 13 251 438 | 2 817 000 | 0 | 0 | 19 249 519 |
| | | TOTAL MEDIDA | 12 454 761 | 17 851 438 | 5 634 000 | 0 | 0 | 35 940 199 |
| | | TOTAL PROGRAMA | 344 207 474 | 118 881 203 | 241 973 844 | 305 086 480 | 448 835 745 | 1 458 984 746 |
| 012 | ECONOMIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO | | | | | | | |
| | 001 | SERV. GERAIS DA A.P. - ADMINISTRAÇÃO GERAL | | | | | | |
| | | 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| | | Receitas Gerais | 5 668 898 | 3 096 221 | 2 237 150 | 1 664 500 | 727 000 | 13 393 769 |
| | | TOTAL 1. Financ. Nacional | 5 668 898 | 3 096 221 | 2 237 150 | 1 664 500 | 727 000 | 13 393 769 |
| | | 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| | | Feder QCA III e PO | 2 444 262 | 994 680 | 0 | 0 | 0 | 3 438 942 |
| | | TOTAL 2. Financ. Comunitário | 2 444 262 | 994 680 | 0 | 0 | 0 | 3 438 942 |
| | | TOTAL MEDIDA | 8 113 160 | 4 090 901 | 2 237 150 | 1 664 500 | 727 000 | 16 832 711 |
| | 004 | SERV. GERAIS DA A.P. - INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA DE CARÁCTER GERAL | | | | | | |
| | | 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| | | Receitas Gerais | 634 302 | 572 202 | 1 092 191 | 1 155 250 | 592 755 | 4 046 700 |
| | | TOTAL 1. Financ. Nacional | 634 302 | 572 202 | 1 092 191 | 1 155 250 | 592 755 | 4 046 700 |
| | | 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| | | Feder QCA III e PO | 12 492 | 401 749 | 157 053 | 0 | 0 | 571 294 |
| | | Outros | 16 067 | 10 448 | 0 | 0 | 0 | 26 515 |
| | | TOTAL 2. Financ. Comunitário | 28 559 | 412 197 | 157 053 | 0 | 0 | 597 809 |

Fonte: MFAP/DGO

MAPA XV
RESUMO POR PROGRAMAS E MEDIDAS

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 12

| PROGRAMA | MEDIDA | FONTE FINANCIAMENTO | Anos Anteriores | 2011 | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL |
|----------|--------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------|-----------------|-------------|-------------|-------------|----------------|---------------|
| 012 | ECONOMIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO | | | | | | | |
| | 004 | SERV. GERAIS DA A.P. - INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA DE CARÁCTER GERAL | | | | | | |
| | TOTAL MEDIDA | | 662 861 | 984 399 | 1 249 244 | 1 155 250 | 592 755 | 4 644 509 |
| | 063 | OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO | | | | | | |
| | 1. Financ. Nacional | | | | | | | |
| | Receitas Gerais | | 12 380 225 | 7 027 039 | 7 316 180 | 6 956 180 | 13 301 140 | 46 980 764 |
| | Receitas Próprias | | 168 482 | 0 | 0 | 0 | 0 | 168 482 |
| | TOTAL 1. Financ. Nacional | | 12 548 707 | 7 027 039 | 7 316 180 | 6 956 180 | 13 301 140 | 47 149 246 |
| | 2. Financ. Comunitário | | | | | | | |
| | Feder QCA III e PO | | 9 790 806 | 7 539 850 | 7 539 850 | 7 507 450 | 15 079 700 | 47 457 656 |
| | Feder Cooperação | | 121 345 | 120 000 | 120 000 | 120 000 | 240 000 | 721 345 |
| | Fundo de Coesão | | 1 206 217 | 170 000 | 0 | 0 | 0 | 1 376 217 |
| | TOTAL 2. Financ. Comunitário | | 11 118 368 | 7 829 850 | 7 659 850 | 7 627 450 | 15 319 700 | 49 555 218 |
| | TOTAL MEDIDA | | 23 667 075 | 14 856 889 | 14 976 030 | 14 583 630 | 28 620 840 | 96 704 464 |
| | 065 | OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS - DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS | | | | | | |
| | 1. Financ. Nacional | | | | | | | |
| | Receitas Gerais | | 101 222 125 | 45 804 538 | 48 441 691 | 37 463 691 | 192 704 | 233 124 749 |
| | Receitas Próprias | | 16 678 | 0 | 0 | 0 | 0 | 16 678 |
| | Transf. no âmbito das AP | | 0 | 185 076 | 0 | 0 | 0 | 185 076 |
| | TOTAL 1. Financ. Nacional | | 101 238 803 | 45 989 614 | 48 441 691 | 37 463 691 | 192 704 | 233 326 503 |
| | 2. Financ. Comunitário | | | | | | | |
| | Feder QCA III e PO | | 198 696 811 | 209 021 556 | 166 451 688 | 170 988 794 | 0 | 745 158 849 |
| | TOTAL 2. Financ. Comunitário | | 198 696 811 | 209 021 556 | 166 451 688 | 170 988 794 | 0 | 745 158 849 |
| | TOTAL MEDIDA | | 299 935 614 | 255 011 170 | 214 893 379 | 208 452 485 | 192 704 | 978 485 352 |
| | TOTAL PROGRAMA | | 332 378 710 | 274 943 359 | 233 355 803 | 225 855 865 | 30 133 299 | 1 096 667 036 |
| 013 | AGRICULTURA E PESCAS | | | | | | | |
| | 040 | AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILV, CAÇA, PESCA - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO | | | | | | |
| | 1. Financ. Nacional | | | | | | | |

Fonte: MFAP/DGO

MAPA XV
RESUMO POR PROGRAMAS E MEDIDAS

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 13

| PROGRAMA | MEDIDA | FONTE FINANCIAMENTO | Anos Anteriores | 2011 | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL |
|----------|----------------------|---------------------------------------------------------------------------|-----------------|-------------|-------------|-------------|----------------|---------------|
| 013 | AGRICULTURA E PESCAS | | | | | | | |
| | 040 | AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILV, CAÇA, PESCA - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO | | | | | | |
| | | Receitas Gerais | 8 805 109 | 1 317 500 | 1 300 000 | 1 300 000 | 3 900 000 | 16 622 609 |
| | | TOTAL 1. Financ. Nacional | 8 805 109 | 1 317 500 | 1 300 000 | 1 300 000 | 3 900 000 | 16 622 609 |
| | | 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| | | Feder QCA III e PO | 202 320 | 127 280 | 0 | 0 | 0 | 329 600 |
| | | TOTAL 2. Financ. Comunitário | 202 320 | 127 280 | 0 | 0 | 0 | 329 600 |
| | | TOTAL MEDIDA | 9 007 429 | 1 444 780 | 1 300 000 | 1 300 000 | 3 900 000 | 16 952 209 |
| | 041 | AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILV, CAÇA, PESCA - INVESTIGAÇÃO | | | | | | |
| | | 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| | | Receitas Gerais | 11 203 102 | 1 730 000 | 4 030 810 | 4 092 150 | 1 104 000 | 22 160 062 |
| | | Receitas Próprias | 266 798 | 0 | 0 | 0 | 0 | 266 798 |
| | | TOTAL 1. Financ. Nacional | 11 469 900 | 1 730 000 | 4 030 810 | 4 092 150 | 1 104 000 | 22 426 860 |
| | | 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| | | Fundo Europeu das pescas | 230 600 | 790 000 | 8 252 400 | 7 806 450 | 3 311 000 | 20 390 450 |
| | | Outros | 7 424 479 | 1 004 000 | 1 280 000 | 1 480 000 | 0 | 11 188 479 |
| | | TOTAL 2. Financ. Comunitário | 7 655 079 | 1 794 000 | 9 532 400 | 9 286 450 | 3 311 000 | 31 578 929 |
| | | TOTAL MEDIDA | 19 124 979 | 3 524 000 | 13 563 210 | 13 378 600 | 4 415 000 | 54 005 789 |
| | 042 | AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILV, CAÇA, PESCA - AGRICULTURA E PECUÁRIA | | | | | | |
| | | 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| | | Receitas Gerais | 147 054 117 | 135 658 000 | 248 029 575 | 235 480 520 | 474 315 958 | 1 240 538 170 |
| | | Receitas Próprias | 9 819 528 | 498 798 | 0 | 0 | 0 | 10 318 326 |
| | | TOTAL 1. Financ. Nacional | 156 873 645 | 136 156 798 | 248 029 575 | 235 480 520 | 474 315 958 | 1 250 856 496 |
| | | 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| | | Feder Cooperação | 18 641 | 37 500 | 0 | 0 | 0 | 56 141 |
| | | Fundo Social Europeu | 401 084 | 0 | 0 | 0 | 0 | 401 084 |
| | | Feoga Orientação/FEADER | 225 801 645 | 304 752 717 | 583 225 826 | 582 849 662 | 1 214 516 444 | 2 911 146 294 |

Fonte: MFAP/DGO

MAPA XV
RESUMO POR PROGRAMAS E MEDIDAS

PIDDAC
Unidade: Euros

Página 14

| PROGRAMA | MEDIDA | FONTE FINANCIAMENTO | Anos Anteriores | 2011 | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL |
|----------|----------------------|-------------------------------------------------------------------|-----------------|-------------|-------------|-------------|----------------|---------------|
| 013 | AGRICULTURA E PESCAS | | | | | | | |
| | 042 | AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILV, CAÇA, PESCA - AGRICULTURA E PECUÁRIA | | | | | | |
| | | Feoga Garantia/Feoga | 16 747 273 | 5 567 430 | 5 567 396 | 5 567 363 | 11 134 726 | 44 584 188 |
| | | TOTAL 2. Financ. Comunitário | 242 968 643 | 310 357 647 | 588 793 222 | 588 417 025 | 1 225 651 170 | 2 956 187 707 |
| | | TOTAL MEDIDA | 399 842 288 | 446 514 445 | 836 822 797 | 823 897 545 | 1 699 967 128 | 4 207 044 203 |
| | 043 | AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILV, CAÇA, PESCA - SILVICULTURA | | | | | | |
| | | 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| | | Receitas Gerais | 934 490 | 1 095 000 | 505 000 | 600 000 | 0 | 3 134 490 |
| | | TOTAL 1. Financ. Nacional | 934 490 | 1 095 000 | 505 000 | 600 000 | 0 | 3 134 490 |
| | | 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| | | Outros | 2 132 304 | 3 597 500 | 0 | 0 | 0 | 5 729 804 |
| | | TOTAL 2. Financ. Comunitário | 2 132 304 | 3 597 500 | 0 | 0 | 0 | 5 729 804 |
| | | TOTAL MEDIDA | 3 066 794 | 4 692 500 | 505 000 | 600 000 | 0 | 8 864 294 |
| | 045 | AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILV, CAÇA, PESCA - PESCA | | | | | | |
| | | 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| | | Receitas Gerais | 13 173 114 | 13 099 500 | 15 389 288 | 14 678 412 | 25 848 476 | 82 188 790 |
| | | Receitas Próprias | 169 730 | 0 | 0 | 0 | 0 | 169 730 |
| | | TOTAL 1. Financ. Nacional | 13 342 844 | 13 099 500 | 15 389 288 | 14 678 412 | 25 848 476 | 82 358 520 |
| | | 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| | | Fundo Europeu das pescas | 21 016 989 | 30 845 302 | 26 487 174 | 24 714 352 | 55 521 836 | 158 585 653 |
| | | Outros | 1 843 238 | 1 744 743 | 508 550 | 49 566 | 0 | 4 146 097 |
| | | TOTAL 2. Financ. Comunitário | 22 860 226 | 32 590 045 | 26 995 724 | 24 763 918 | 55 521 836 | 162 731 749 |
| | | TOTAL MEDIDA | 36 203 070 | 45 689 545 | 42 385 012 | 39 442 330 | 81 370 312 | 245 090 269 |
| | 063 | OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO | | | | | | |
| | | 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| | | Receitas Próprias | 1 156 000 | 984 000 | 0 | 0 | 0 | 2 140 000 |
| | | TOTAL 1. Financ. Nacional | 1 156 000 | 984 000 | 0 | 0 | 0 | 2 140 000 |

Fonte: MFAP/DGO

MAPA XV
RESUMO POR PROGRAMAS E MEDIDAS

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 15

| PROGRAMA | MEDIDA | FONTE FINANCIAMENTO | Anos Anteriores | 2011 | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL |
|----------|--------------------------------------------|------------------------------------------------------------------|-----------------|-------------|-------------|-------------|----------------|---------------|
| 013 | AGRICULTURA E PESCAS | | | | | | | |
| | 063 | OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO | | | | | | |
| | TOTAL MEDIDA | | 1 156 000 | 984 000 | 0 | 0 | 0 | 2 140 000 |
| | TOTAL PROGRAMA | | 468 400 560 | 502 849 270 | 894 576 019 | 878 618 475 | 1 789 652 440 | 4 534 096 764 |
| 014 | OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES | | | | | | | |
| | 001 | SERV. GERAIS DA A.P. - ADMINISTRAÇÃO GERAL | | | | | | |
| | 1. Financ. Nacional | | | | | | | |
| | | Receitas Gerais | 7 272 633 | 1 950 000 | 1 095 000 | 325 000 | 25 000 | 10 667 633 |
| | | Receitas Próprias | 3 048 005 | 1 665 000 | 0 | 0 | 0 | 4 713 005 |
| | TOTAL 1. Financ. Nacional | | 10 320 638 | 3 615 000 | 1 095 000 | 325 000 | 25 000 | 15 380 638 |
| | 2. Financ. Comunitário | | | | | | | |
| | | Feder QCA III e PO | 550 000 | 225 000 | 250 000 | 0 | 0 | 1 025 000 |
| | TOTAL 2. Financ. Comunitário | | 550 000 | 225 000 | 250 000 | 0 | 0 | 1 025 000 |
| | TOTAL MEDIDA | | 10 870 638 | 3 840 000 | 1 345 000 | 325 000 | 25 000 | 16 405 638 |
| | 004 | SERV. GERAIS DA A.P. - INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA DE CARÁCTER GERAL | | | | | | |
| | 1. Financ. Nacional | | | | | | | |
| | | Receitas Gerais | 10 405 560 | 4 275 902 | 4 189 049 | 3 769 049 | 0 | 22 639 560 |
| | | Receitas Próprias | 0 | 480 000 | 480 000 | 480 000 | 0 | 1 440 000 |
| | | Transf. no âmbito das AP | 0 | 820 000 | 820 000 | 820 000 | 0 | 2 460 000 |
| | TOTAL 1. Financ. Nacional | | 10 405 560 | 5 575 902 | 5 489 049 | 5 069 049 | 0 | 26 539 560 |
| | 2. Financ. Comunitário | | | | | | | |
| | | Feder QCA III e PO | 0 | 213 185 | 0 | 0 | 0 | 213 185 |
| | TOTAL 2. Financ. Comunitário | | 0 | 213 185 | 0 | 0 | 0 | 213 185 |
| | TOTAL MEDIDA | | 10 405 560 | 5 789 087 | 5 489 049 | 5 069 049 | 0 | 26 752 745 |
| | 036 | SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS - CULTURA | | | | | | |
| | 1. Financ. Nacional | | | | | | | |
| | | Receitas Gerais | 265 452 | 80 000 | 80 000 | 0 | 0 | 425 452 |
| | TOTAL 1. Financ. Nacional | | 265 452 | 80 000 | 80 000 | 0 | 0 | 425 452 |

MAPA XV
RESUMO POR PROGRAMAS E MEDIDAS

PIDDAC
Unidade: Euros

Página 16

| PROGRAMA | MEDIDA | FONTE FINANCIAMENTO | Anos Anteriores | 2011 | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL |
|----------|--------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------|-----------------|------------|------------|------------|----------------|-------------|
| 014 | OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES | | | | | | | |
| | 036 | SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS - CULTURA | | | | | | |
| | TOTAL MEDIDA | | 265 452 | 80 000 | 80 000 | 0 | 0 | 425 452 |
| | 037 | SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS - DESPORTO, RECREIO E LAZER | | | | | | |
| | 1. Financ. Nacional | | | | | | | |
| | Receitas Gerais | 15 908 667 | 450 000 | 2 000 000 | 1 050 000 | 0 | 0 | 19 408 667 |
| | Receitas Próprias | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | TOTAL 1. Financ. Nacional | | 15 908 667 | 450 000 | 2 000 000 | 1 050 000 | 0 | 19 408 667 |
| | 2. Financ. Comunitário | | | | | | | |
| | Feder QCA III e PO | 1 371 246 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 371 246 |
| | Outros | 343 984 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 343 984 |
| | TOTAL 2. Financ. Comunitário | | 1 715 230 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 715 230 |
| | TOTAL MEDIDA | | 17 623 897 | 450 000 | 2 000 000 | 1 050 000 | 0 | 21 123 897 |
| | 045 | AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILV, CAÇA, PESCA - PESCA | | | | | | |
| | 1. Financ. Nacional | | | | | | | |
| | Receitas Gerais | 57 364 841 | 12 064 287 | 36 110 000 | 18 502 500 | 2 150 000 | 0 | 126 191 628 |
| | Receitas Próprias | 399 660 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 399 660 |
| | TOTAL 1. Financ. Nacional | | 57 764 501 | 12 064 287 | 36 110 000 | 18 502 500 | 2 150 000 | 126 591 288 |
| | 2. Financ. Comunitário | | | | | | | |
| | Feder QCA III e PO | 12 244 374 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 12 244 374 |
| | Fundo Europeu das pescas | 2 000 000 | 2 200 000 | 1 575 000 | 900 000 | 1 200 000 | 0 | 7 875 000 |
| | Outros | 3 298 880 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 298 880 |
| | TOTAL 2. Financ. Comunitário | | 17 543 254 | 2 200 000 | 1 575 000 | 900 000 | 1 200 000 | 23 418 254 |
| | TOTAL MEDIDA | | 75 307 755 | 14 264 287 | 37 685 000 | 19 402 500 | 3 350 000 | 150 009 542 |
| | 052 | TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO | | | | | | |
| | 1. Financ. Nacional | | | | | | | |
| | Receitas Gerais | 14 729 185 | 11 544 098 | 6 209 636 | 4 468 821 | 2 598 642 | 0 | 39 550 382 |
| | Receitas Próprias | 130 616 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 130 616 |

Fonte: MFAP/DGO

MAPA XV
RESUMO POR PROGRAMAS E MEDIDAS

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 17

| PROGRAMA | MEDIDA | FONTE FINANCIAMENTO | Anos Anteriores | 2011 | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL |
|----------|--------------------------------------------|---------------------------------------------------------------|-----------------|------------|------------|------------|----------------|-------------|
| 014 | OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES | | | | | | | |
| | 052 | TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO | | | | | | |
| | | TOTAL 1. Financ. Nacional | 14 859 801 | 11 544 098 | 6 209 636 | 4 468 821 | 2 598 642 | 39 680 998 |
| | | 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| | | Feder QCA III e PO | 9 578 759 | 7 600 031 | 7 535 553 | 7 161 648 | 14 323 296 | 46 199 287 |
| | | Fundo de Coesão | 1 972 876 | 432 683 | 0 | 0 | 0 | 2 405 559 |
| | | TOTAL 2. Financ. Comunitário | 11 551 635 | 8 032 714 | 7 535 553 | 7 161 648 | 14 323 296 | 48 604 846 |
| | | TOTAL MEDIDA | 26 411 436 | 19 576 812 | 13 745 189 | 11 630 469 | 16 921 938 | 88 285 844 |
| | 054 | TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - TRANSPORTES RODOVIÁRIOS | | | | | | |
| | | 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| | | Receitas Gerais | 132 065 846 | 19 100 000 | 19 100 000 | 0 | 0 | 170 265 846 |
| | | Receitas Próprias | 171 292 | 0 | 0 | 0 | 0 | 171 292 |
| | | TOTAL 1. Financ. Nacional | 132 237 138 | 19 100 000 | 19 100 000 | 0 | 0 | 170 437 138 |
| | | TOTAL MEDIDA | 132 237 138 | 19 100 000 | 19 100 000 | 0 | 0 | 170 437 138 |
| | 055 | TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - TRANSPORTES FERROVIÁRIOS | | | | | | |
| | | 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| | | Receitas Gerais | 318 508 992 | 34 700 000 | 30 532 475 | 36 461 378 | 172 906 663 | 593 109 508 |
| | | Receitas Próprias | 77 851 966 | 0 | 0 | 0 | 0 | 77 851 966 |
| | | TOTAL 1. Financ. Nacional | 396 360 958 | 34 700 000 | 30 532 475 | 36 461 378 | 172 906 663 | 670 961 474 |
| | | 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| | | Feder QCA III e PO | 75 544 445 | 0 | 0 | 0 | 0 | 75 544 445 |
| | | Fundo de Coesão | 52 954 704 | 0 | 0 | 0 | 0 | 52 954 704 |
| | | Outros | 4 419 789 | 0 | 0 | 0 | 0 | 4 419 789 |
| | | TOTAL 2. Financ. Comunitário | 132 918 938 | 0 | 0 | 0 | 0 | 132 918 938 |
| | | TOTAL MEDIDA | 529 279 896 | 34 700 000 | 30 532 475 | 36 461 378 | 172 906 663 | 803 880 412 |
| | 057 | TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - TRANSPORTES MARÍTIMOS E FLUVIAIS | | | | | | |
| | | 1. Financ. Nacional | | | | | | |

MAPA XV
RESUMO POR PROGRAMAS E MEDIDAS

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 18

| PROGRAMA | MEDIDA | FONTE FINANCIAMENTO | Anos Anteriores | 2011 | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL |
|----------|--------------------------------------------|---------------------------------------------------------------|----------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|----------------------|
| 014 | OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES | | | | | | | |
| | 057 | TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - TRANSPORTES MARÍTIMOS E FLUVIAIS | | | | | | |
| | | Receitas Gerais | 168 321 055 | 19 035 713 | 52 260 888 | 49 615 650 | 28 965 831 | 318 199 137 |
| | | Receitas Próprias | 30 014 711 | 0 | 0 | 0 | 0 | 30 014 711 |
| | | Transf. no âmbito das AP | 2 428 175 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 428 175 |
| | | TOTAL 1. Financ. Nacional | 200 763 941 | 19 035 713 | 52 260 888 | 49 615 650 | 28 965 831 | 350 642 023 |
| | | 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| | | Feder QCA III e PO | 64 095 673 | 3 667 964 | 6 790 831 | 13 581 663 | 6 790 831 | 94 926 962 |
| | | Feder Cooperação | 0 | 122 025 | 339 525 | 138 225 | 0 | 599 775 |
| | | Outros | 5 067 162 | 0 | 0 | 0 | 0 | 5 067 162 |
| | | TOTAL 2. Financ. Comunitário | 69 162 835 | 3 789 989 | 7 130 356 | 13 719 888 | 6 790 831 | 100 593 899 |
| | | TOTAL MEDIDA | 269 926 776 | 22 825 702 | 59 391 244 | 63 335 538 | 35 756 662 | 451 235 922 |
| | | TOTAL PROGRAMA | 1 072 328 548 | 120 625 888 | 169 367 957 | 137 273 934 | 228 960 263 | 1 728 556 590 |
| 015 | AMBIENTE E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO | | | | | | | |
| | 001 | SERV. GERAIS DA A.P. - ADMINISTRAÇÃO GERAL | | | | | | |
| | | 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| | | Receitas Gerais | 36 810 019 | 5 178 235 | 3 059 526 | 980 000 | 300 000 | 46 327 780 |
| | | Receitas Próprias | 612 302 | 0 | 0 | 0 | 0 | 612 302 |
| | | Transf. no âmbito das AP | 0 | 567 693 | 0 | 0 | 0 | 567 693 |
| | | TOTAL 1. Financ. Nacional | 37 422 321 | 5 745 928 | 3 059 526 | 980 000 | 300 000 | 47 507 775 |
| | | 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| | | Feder QCA III e PO | 3 697 883 | 3 687 368 | 1 801 129 | 0 | 0 | 9 186 380 |
| | | Fundo de Coesão | 51 970 | 121 198 | 0 | 0 | 0 | 173 168 |
| | | Fundo Social Europeu | 231 385 | 25 525 | 0 | 0 | 0 | 256 910 |
| | | TOTAL 2. Financ. Comunitário | 3 981 238 | 3 834 091 | 1 801 129 | 0 | 0 | 9 616 458 |
| | | TOTAL MEDIDA | 41 403 559 | 9 580 019 | 4 860 655 | 980 000 | 300 000 | 57 124 233 |
| | 003 | SERV. GERAIS DA A.P. - COOPERAÇÃO ECONÓMICA EXTERNA | | | | | | |

Fonte: MFAP/DGO

MAPA XV
RESUMO POR PROGRAMAS E MEDIDAS

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 19

| PROGRAMA | MEDIDA | FONTE FINANCIAMENTO | Anos Anteriores | 2011 | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL | |
|----------|--------------------------------------|---------------------------------------------------------------|-----------------|-----------|-----------|-----------|----------------|------------|--|
| 015 | AMBIENTE E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO | | | | | | | | |
| | 003 | SERV. GERAIS DA A.P. - COOPERAÇÃO ECONÓMICA EXTERNA | | | | | | | |
| | | 1. Financ. Nacional | | | | | | | |
| | | Receitas Gerais | 47 680 | 47 078 | 26 080 | 26 793 | 0 | 147 631 | |
| | | TOTAL 1. Financ. Nacional | 47 680 | 47 078 | 26 080 | 26 793 | 0 | 147 631 | |
| | | 2. Financ. Comunitário | | | | | | | |
| | | Feder Cooperação | 207 554 | 197 229 | 78 236 | 77 523 | 0 | 560 542 | |
| | | TOTAL 2. Financ. Comunitário | 207 554 | 197 229 | 78 236 | 77 523 | 0 | 560 542 | |
| | | TOTAL MEDIDA | 255 234 | 244 307 | 104 316 | 104 316 | 0 | 708 173 | |
| | 028 | HABITAÇÃO E SERV. COLECTIVOS - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO | | | | | | | |
| | | 1. Financ. Nacional | | | | | | | |
| | | Receitas Gerais | 12 035 745 | 2 705 690 | 2 604 774 | 1 841 844 | 175 000 | 19 363 053 | |
| | | TOTAL 1. Financ. Nacional | 12 035 745 | 2 705 690 | 2 604 774 | 1 841 844 | 175 000 | 19 363 053 | |
| | | 2. Financ. Comunitário | | | | | | | |
| | | Feder QCA III e PO | 679 057 | 891 848 | 703 642 | 0 | 0 | 2 274 547 | |
| | | Feder Cooperação | 74 843 | 158 266 | 244 420 | 38 783 | 0 | 516 312 | |
| | | TOTAL 2. Financ. Comunitário | 753 900 | 1 050 114 | 948 062 | 38 783 | 0 | 2 790 859 | |
| | | TOTAL MEDIDA | 12 789 645 | 3 755 804 | 3 552 836 | 1 880 627 | 175 000 | 22 153 912 | |
| | 029 | HABITAÇÃO E SERV. COLECTIVOS - INVESTIGAÇÃO | | | | | | | |
| | | 1. Financ. Nacional | | | | | | | |
| | | Receitas Gerais | 0 | 14 220 | 655 | 0 | 0 | 14 875 | |
| | | TOTAL 1. Financ. Nacional | 0 | 14 220 | 655 | 0 | 0 | 14 875 | |
| | | 2. Financ. Comunitário | | | | | | | |
| | | Feder Cooperação | 0 | 27 640 | 16 985 | 0 | 0 | 44 625 | |
| | | TOTAL 2. Financ. Comunitário | 0 | 27 640 | 16 985 | 0 | 0 | 44 625 | |
| | | TOTAL MEDIDA | 0 | 41 860 | 17 640 | 0 | 0 | 59 500 | |
| | 030 | HABITAÇÃO E SERV. COLECTIVOS - HABITAÇÃO | | | | | | | |
| | | 1. Financ. Nacional | | | | | | | |

MAPA XV
RESUMO POR PROGRAMAS E MEDIDAS

PIDDAC
Unidade: Euros

Página 20

| PROGRAMA | MEDIDA | FONTE FINANCIAMENTO | Anos Anteriores | 2011 | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL | |
|----------|--------------------------------------|-------------------------------------------------------------------|----------------------|-------------------|-------------------|-------------------|--------------------|----------------------|--|
| 015 | AMBIENTE E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO | | | | | | | | |
| | 030 | HABITAÇÃO E SERV. COLECTIVOS - HABITAÇÃO | | | | | | | |
| | | Receitas Gerais | 1 179 510 779 | 18 447 654 | 11 460 000 | 11 270 000 | 20 980 000 | 1 241 668 433 | |
| | | Receitas Próprias | 202 830 929 | 65 835 000 | 49 420 000 | 50 150 000 | 134 150 000 | 502 385 929 | |
| | | TOTAL 1. Financ. Nacional | 1 382 341 708 | 84 282 654 | 60 880 000 | 61 420 000 | 155 130 000 | 1 744 054 362 | |
| | | 2. Financ. Comunitário | | | | | | | |
| | | Feder QCA III e PO | 13 686 964 | 2 007 762 | 0 | 0 | 0 | 15 694 726 | |
| | | Outros | 24 795 546 | 7 513 655 | 0 | 0 | 0 | 32 309 201 | |
| | | TOTAL 2. Financ. Comunitário | 38 482 510 | 9 521 417 | 0 | 0 | 0 | 48 003 927 | |
| | | TOTAL MEDIDA | 1 420 824 218 | 93 804 071 | 60 880 000 | 61 420 000 | 155 130 000 | 1 792 058 289 | |
| | 031 | HABITAÇÃO E SERV. COLECTIVOS - ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO | | | | | | | |
| | | 1. Financ. Nacional | | | | | | | |
| | | Receitas Gerais | 43 370 645 | 12 257 802 | 6 447 280 | 3 366 919 | 1 229 291 | 66 671 937 | |
| | | Receitas Próprias | 407 000 | 0 | 0 | 0 | 0 | 407 000 | |
| | | TOTAL 1. Financ. Nacional | 43 777 645 | 12 257 802 | 6 447 280 | 3 366 919 | 1 229 291 | 67 078 937 | |
| | | 2. Financ. Comunitário | | | | | | | |
| | | Feder QCA III e PO | 2 281 943 | 1 902 135 | 568 832 | 364 655 | 0 | 5 117 565 | |
| | | Feder Cooperação | 114 700 | 201 138 | 189 689 | 128 472 | 0 | 633 999 | |
| | | Fundo de Coesão | 1 276 235 | 1 881 084 | 481 655 | 30 000 | 2 000 | 3 670 974 | |
| | | TOTAL 2. Financ. Comunitário | 3 672 878 | 3 984 357 | 1 240 176 | 523 127 | 2 000 | 9 422 538 | |
| | | TOTAL MEDIDA | 47 450 523 | 16 242 159 | 7 687 456 | 3 890 046 | 1 231 291 | 76 501 475 | |
| | 032 | HABITAÇÃO E SERV. COLECTIVOS - SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA | | | | | | | |
| | | 1. Financ. Nacional | | | | | | | |
| | | Receitas Gerais | 950 366 | 1 180 711 | 6 462 961 | 5 913 607 | 0 | 14 507 645 | |
| | | TOTAL 1. Financ. Nacional | 950 366 | 1 180 711 | 6 462 961 | 5 913 607 | 0 | 14 507 645 | |
| | | 2. Financ. Comunitário | | | | | | | |
| | | Fundo de Coesão | 187 024 | 314 550 | 1 218 484 | 0 | 0 | 1 720 058 | |

Fonte: MFAP/DGO

MAPA XV
RESUMO POR PROGRAMAS E MEDIDAS

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 21

| PROGRAMA | MEDIDA | FONTE FINANCIAMENTO | Anos Anteriores | 2011 | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL |
|----------|--------|-------------------------------------------------------------------------------------|-----------------|------------|------------|------------|----------------|-------------|
| 015 | | AMBIENTE E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO | | | | | | |
| | 032 | HABITAÇÃO E SERV. COLECTIVOS - SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA | | | | | | |
| | | TOTAL 2. Financ. Comunitário | 187 024 | 314 550 | 1 218 484 | 0 | 0 | 1 720 058 |
| | | TOTAL MEDIDA | 1 137 390 | 1 495 261 | 7 681 445 | 5 913 607 | 0 | 16 227 703 |
| | 033 | HABITAÇÃO E SERV. COLECTIVOS - PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA | | | | | | |
| | | 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| | | Receitas Gerais | 52 526 236 | 24 771 620 | 22 772 759 | 11 784 719 | 111 250 | 111 966 584 |
| | | Receitas Próprias | 1 894 835 | 149 507 | 70 000 | 70 000 | 0 | 2 184 342 |
| | | Transf. no âmbito das AP | 46 301 | 4 783 828 | 3 057 859 | 354 125 | 0 | 8 242 113 |
| | | TOTAL 1. Financ. Nacional | 54 467 372 | 29 704 955 | 25 900 618 | 12 208 844 | 111 250 | 122 393 039 |
| | | 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| | | Feder QCA III e PO | 38 250 757 | 22 073 932 | 7 942 259 | 4 208 436 | 0 | 72 475 384 |
| | | Feder Cooperação | 434 625 | 861 529 | 961 840 | 123 206 | 0 | 2 381 200 |
| | | Fundo de Coesão | 19 886 254 | 18 055 143 | 21 555 335 | 5 670 688 | 0 | 65 167 420 |
| | | Feoga Orientação/FEADER | 330 775 | 67 410 | 98 366 | 0 | 0 | 496 551 |
| | | Outros | 46 238 | 134 312 | 114 375 | 79 375 | 78 750 | 453 050 |
| | | TOTAL 2. Financ. Comunitário | 58 948 649 | 41 192 326 | 30 672 175 | 10 081 705 | 78 750 | 140 973 605 |
| | | TOTAL MEDIDA | 113 416 021 | 70 897 281 | 56 572 793 | 22 290 549 | 190 000 | 263 366 644 |
| | 063 | OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO | | | | | | |
| | | 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| | | Receitas Gerais | 8 829 727 | 2 147 526 | 4 375 535 | 4 046 736 | 1 000 000 | 20 399 524 |
| | | Receitas Próprias | 275 | 0 | 0 | 0 | 0 | 275 |
| | | Transf. no âmbito das AP | 0 | 2 732 060 | 778 404 | 420 000 | 0 | 3 930 464 |
| | | TOTAL 1. Financ. Nacional | 8 830 002 | 4 879 586 | 5 153 939 | 4 466 736 | 1 000 000 | 24 330 263 |
| | | 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| | | Feder QCA III e PO | 15 168 253 | 8 177 019 | 2 284 376 | 1 184 353 | 0 | 26 814 001 |
| | | Feder Cooperação | 249 800 | 320 866 | 245 467 | 238 044 | 0 | 1 054 177 |
| | | Fundo de Coesão | 0 | 2 656 192 | 6 062 403 | 4 817 313 | 0 | 13 535 908 |

MAPA XV
RESUMO POR PROGRAMAS E MEDIDAS

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 22

| PROGRAMA | MEDIDA | FONTE FINANCIAMENTO | Anos Anteriores | 2011 | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL |
|----------|--------|------------------------------------------------------------|-----------------|-------------|-------------|-------------|----------------|---------------|
| 015 | | AMBIENTE E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO | | | | | | |
| | 063 | OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO | | | | | | |
| | | Fundo Social Europeu | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | | Outros | 93 137 | 49 773 | 49 772 | 49 772 | 0 | 242 454 |
| | | TOTAL 2. Financ. Comunitário | 15 511 190 | 11 203 850 | 8 642 018 | 6 289 482 | 0 | 41 646 540 |
| | | TOTAL MEDIDA | 24 341 192 | 16 083 436 | 13 795 957 | 10 756 218 | 1 000 000 | 65 976 803 |
| | 065 | OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS - DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS | | | | | | |
| | | 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| | | Receitas Gerais | 3 578 906 | 644 254 | 469 045 | 436 277 | 175 400 | 5 303 882 |
| | | Transf. no âmbito das AP | 0 | 2 862 500 | 15 000 | 15 000 | 0 | 2 892 500 |
| | | TOTAL 1. Financ. Nacional | 3 578 906 | 3 506 754 | 484 045 | 451 277 | 175 400 | 8 196 382 |
| | | 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| | | Feder QCA III e PO | 25 377 486 | 15 292 856 | 1 350 848 | 1 273 239 | 265 400 | 43 559 829 |
| | | Feder Cooperação | 2 009 220 | 1 433 343 | 97 291 | 54 791 | 0 | 3 594 645 |
| | | Outros | 550 322 | 90 000 | 0 | 0 | 0 | 640 322 |
| | | TOTAL 2. Financ. Comunitário | 27 937 028 | 16 816 199 | 1 448 139 | 1 328 030 | 265 400 | 47 794 796 |
| | | TOTAL MEDIDA | 31 515 933 | 20 322 953 | 1 932 184 | 1 779 307 | 440 800 | 55 991 177 |
| | 068 | OUTRAS FUNÇÕES - DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS | | | | | | |
| | | 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| | | Receitas Gerais | 0 | 15 000 | 30 000 | 30 000 | 45 000 | 120 000 |
| | | TOTAL 1. Financ. Nacional | 0 | 15 000 | 30 000 | 30 000 | 45 000 | 120 000 |
| | | TOTAL MEDIDA | 0 | 15 000 | 30 000 | 30 000 | 45 000 | 120 000 |
| | | TOTAL PROGRAMA | 1 693 133 715 | 232 482 151 | 157 115 282 | 109 044 670 | 158 512 091 | 2 350 287 909 |
| 016 | | TRABALHO E SOLIDARIEDADE SOCIAL | | | | | | |
| | 001 | SERV. GERAIS DA A.P. - ADMINISTRAÇÃO GERAL | | | | | | |
| | | 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| | | Receitas Gerais | 5 901 212 | 2 064 064 | 1 447 500 | 1 035 000 | 230 000 | 10 677 776 |

Fonte: MFAP/DGO

MAPA XV
RESUMO POR PROGRAMAS E MEDIDAS

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 23

| PROGRAMA | MEDIDA | FONTE FINANCIAMENTO | Anos Anteriores | 2011 | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL |
|----------|---------------------------------|---------------------------------------------------------|-----------------|------------|------------|------------|----------------|-------------|
| 016 | TRABALHO E SOLIDARIEDADE SOCIAL | | | | | | | |
| | 001 | SERV. GERAIS DA A.P. - ADMINISTRAÇÃO GERAL | | | | | | |
| | | Receitas Próprias | 2 221 305 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 221 305 |
| | | TOTAL 1. Financ. Nacional | 8 122 517 | 2 064 064 | 1 447 500 | 1 035 000 | 230 000 | 12 899 081 |
| | | 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| | | Feder QCA III e PO | 574 783 | 0 | 0 | 0 | 0 | 574 783 |
| | | TOTAL 2. Financ. Comunitário | 574 783 | 0 | 0 | 0 | 0 | 574 783 |
| | | TOTAL MEDIDA | 8 697 300 | 2 064 064 | 1 447 500 | 1 035 000 | 230 000 | 13 473 864 |
| | 027 | SEGURANÇA E ACÇÃO SOCIAL - ACÇÃO SOCIAL | | | | | | |
| | | 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| | | Receitas Gerais | 7 336 146 | 7 335 936 | 6 787 618 | 7 489 071 | 6 559 218 | 35 507 989 |
| | | TOTAL 1. Financ. Nacional | 7 336 146 | 7 335 936 | 6 787 618 | 7 489 071 | 6 559 218 | 35 507 989 |
| | | TOTAL MEDIDA | 7 336 146 | 7 335 936 | 6 787 618 | 7 489 071 | 6 559 218 | 35 507 989 |
| | 064 | OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS - RELAÇÕES GERAIS DO TRABALHO | | | | | | |
| | | 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| | | Transf. no âmbito das AP | 0 | 35 704 988 | 49 945 000 | 47 245 000 | 0 | 132 894 988 |
| | | TOTAL 1. Financ. Nacional | 0 | 35 704 988 | 49 945 000 | 47 245 000 | 0 | 132 894 988 |
| | | TOTAL MEDIDA | 0 | 35 704 988 | 49 945 000 | 47 245 000 | 0 | 132 894 988 |
| | | TOTAL PROGRAMA | 16 033 446 | 45 104 988 | 58 180 118 | 55 769 071 | 6 789 218 | 181 876 841 |
| 017 | SAÚDE | | | | | | | |
| | 001 | SERV. GERAIS DA A.P. - ADMINISTRAÇÃO GERAL | | | | | | |
| | | 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| | | Receitas Gerais | 19 051 | 98 000 | 180 000 | 160 000 | 0 | 457 051 |
| | | TOTAL 1. Financ. Nacional | 19 051 | 98 000 | 180 000 | 160 000 | 0 | 457 051 |
| | | TOTAL MEDIDA | 19 051 | 98 000 | 180 000 | 160 000 | 0 | 457 051 |
| | 020 | SAÚDE - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO | | | | | | |

Fonte: MFAP/DGO

MAPA XV
RESUMO POR PROGRAMAS E MEDIDAS

PIDDAC
Unidade: Euros

Página 24

| PROGRAMA | MEDIDA | FONTE FINANCIAMENTO | Anos Anteriores | 2011 | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL |
|----------|--------|----------------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|------------------|----------------|--------------------|
| 017 | SAÚDE | | | | | | | |
| | 020 | SAÚDE - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO | | | | | | |
| | | 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| | | Receitas Gerais | 2 193 755 | 2 300 347 | 2 448 677 | 1 200 000 | 0 | 8 142 779 |
| | | Receitas Próprias | 66 600 | 0 | 0 | 0 | 0 | 66 600 |
| | | TOTAL 1. Financ. Nacional | 2 260 355 | 2 300 347 | 2 448 677 | 1 200 000 | 0 | 8 209 379 |
| | | 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| | | Feder QCA III e PO | 1 311 363 | 1 101 639 | 0 | 0 | 0 | 2 413 002 |
| | | Fundo Social Europeu | 78 794 | 77 529 | 0 | 0 | 0 | 156 323 |
| | | TOTAL 2. Financ. Comunitário | 1 390 157 | 1 179 168 | 0 | 0 | 0 | 2 569 325 |
| | | TOTAL MEDIDA | 3 650 512 | 3 479 515 | 2 448 677 | 1 200 000 | 0 | 10 778 704 |
| | 021 | SAÚDE - INVESTIGAÇÃO | | | | | | |
| | | 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| | | Receitas Gerais | 528 339 | 1 771 026 | 0 | 0 | 0 | 2 299 365 |
| | | TOTAL 1. Financ. Nacional | 528 339 | 1 771 026 | 0 | 0 | 0 | 2 299 365 |
| | | 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| | | Feder QCA III e PO | 586 451 | 1 390 732 | 0 | 0 | 0 | 1 977 183 |
| | | TOTAL 2. Financ. Comunitário | 586 451 | 1 390 732 | 0 | 0 | 0 | 1 977 183 |
| | | TOTAL MEDIDA | 1 114 790 | 3 161 758 | 0 | 0 | 0 | 4 276 548 |
| | 022 | SAÚDE - HOSPITAIS E CLÍNICAS | | | | | | |
| | | 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| | | Receitas Gerais | 22 108 810 | 10 558 990 | 12 385 355 | 15 131 | 0 | 45 068 286 |
| | | TOTAL 1. Financ. Nacional | 22 108 810 | 10 558 990 | 12 385 355 | 15 131 | 0 | 45 068 286 |
| | | 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| | | Feder QCA III e PO | 39 574 291 | 20 163 054 | 7 142 378 | 0 | 0 | 66 879 723 |
| | | TOTAL 2. Financ. Comunitário | 39 574 291 | 20 163 054 | 7 142 378 | 0 | 0 | 66 879 723 |
| | | TOTAL MEDIDA | 61 683 101 | 30 722 044 | 19 527 733 | 15 131 | 0 | 111 948 009 |
| | 023 | SAÚDE - SERVIÇOS INDIVIDUAIS DE SAÚDE | | | | | | |

Fonte: MFAP/DGO

MAPA XV
RESUMO POR PROGRAMAS E MEDIDAS

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 25

| PROGRAMA | MEDIDA | FONTE FINANCIAMENTO | Anos Anteriores | 2011 | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL |
|----------|--------------------------------|----------------------------------------------------|--------------------|--------------------|-------------------|------------------|----------------|--------------------|
| 017 | SAÚDE | | | | | | | |
| | 023 | SAÚDE - SERVIÇOS INDIVIDUAIS DE SAÚDE | | | | | | |
| | | 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| | | Receitas Gerais | 12 574 976 | 10 871 637 | 20 858 087 | 3 956 014 | 0 | 48 260 714 |
| | | Receitas Próprias | 44 038 | 0 | 0 | 0 | 0 | 44 038 |
| | | TOTAL 1. Financ. Nacional | 12 619 014 | 10 871 637 | 20 858 087 | 3 956 014 | 0 | 48 304 752 |
| | | 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| | | Feder QCA III e PO | 5 940 058 | 5 827 618 | 5 008 755 | 0 | 0 | 16 776 431 |
| | | TOTAL 2. Financ. Comunitário | 5 940 058 | 5 827 618 | 5 008 755 | 0 | 0 | 16 776 431 |
| | | TOTAL MEDIDA | 18 559 072 | 16 699 255 | 25 866 842 | 3 956 014 | 0 | 65 081 183 |
| | | TOTAL PROGRAMA | 85 026 526 | 54 160 572 | 48 023 252 | 5 331 145 | 0 | 192 541 495 |
| 018 | EDUCAÇÃO | | | | | | | |
| | 017 | EDUCAÇÃO - ESTABELECIMENTOS DE ENSINO NÃO SUPERIOR | | | | | | |
| | | 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| | | Receitas Gerais | 136 370 044 | 69 500 000 | 77 353 339 | 0 | 0 | 283 223 383 |
| | | Receitas Próprias | 6 784 505 | 201 180 | 0 | 0 | 0 | 6 985 685 |
| | | TOTAL 1. Financ. Nacional | 143 154 549 | 69 701 180 | 77 353 339 | 0 | 0 | 290 209 068 |
| | | 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| | | Feder QCA III e PO | 61 261 090 | 41 815 628 | 0 | 0 | 0 | 103 076 718 |
| | | Fundo Social Europeu | 0 | 2 000 000 | 0 | 0 | 0 | 2 000 000 |
| | | TOTAL 2. Financ. Comunitário | 61 261 090 | 43 815 628 | 0 | 0 | 0 | 105 076 718 |
| | | TOTAL MEDIDA | 204 415 639 | 113 516 808 | 77 353 339 | 0 | 0 | 395 285 786 |
| | | TOTAL PROGRAMA | 204 415 639 | 113 516 808 | 77 353 339 | 0 | 0 | 395 285 786 |
| 019 | INVESTIGAÇÃO E ENSINO SUPERIOR | | | | | | | |
| | 001 | SERV. GERAIS DA A.P. - ADMINISTRAÇÃO GERAL | | | | | | |
| | | 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| | | Receitas Gerais | 1 097 188 | 1 600 000 | 3 000 000 | 0 | 0 | 5 697 188 |

MAPA XV
RESUMO POR PROGRAMAS E MEDIDAS

PIDDAC
Unidade: Euros

Página 26

| PROGRAMA | MEDIDA | FONTE FINANCIAMENTO | Anos Anteriores | 2011 | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL |
|----------|--------|------------------------------------------------------------------|-----------------|-------------|-------------|-------------|----------------|---------------|
| 019 | | INVESTIGAÇÃO E ENSINO SUPERIOR | | | | | | |
| | 001 | SERV. GERAIS DA A.P. - ADMINISTRAÇÃO GERAL | | | | | | |
| | | TOTAL 1. Financ. Nacional | 1 097 188 | 1 600 000 | 3 000 000 | 0 | 0 | 5 697 188 |
| | | TOTAL MEDIDA | 1 097 188 | 1 600 000 | 3 000 000 | 0 | 0 | 5 697 188 |
| | 004 | SERV. GERAIS DA A.P. - INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA DE CARÁCTER GERAL | | | | | | |
| | | 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| | | Receitas Gerais | 1 045 091 346 | 316 306 705 | 340 465 232 | 338 717 546 | 745 061 840 | 2 785 642 669 |
| | | Receitas Próprias | 50 658 846 | 6 894 000 | 5 140 000 | 5 140 000 | 3 690 000 | 71 522 846 |
| | | Transf. no âmbito das AP | 7 759 | 0 | 123 340 | 123 340 | 0 | 254 439 |
| | | TOTAL 1. Financ. Nacional | 1 095 757 951 | 323 200 705 | 345 728 572 | 343 980 886 | 748 751 840 | 2 857 419 954 |
| | | 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| | | Feder QCA III e PO | 139 524 680 | 49 711 000 | 49 840 645 | 49 847 645 | 0 | 288 923 970 |
| | | Fundo Social Europeu | 156 911 268 | 89 240 000 | 77 140 000 | 77 140 000 | 0 | 400 431 268 |
| | | Outros | 518 611 | 72 100 | 0 | 0 | 0 | 590 711 |
| | | TOTAL 2. Financ. Comunitário | 296 954 559 | 139 023 100 | 126 980 645 | 126 987 645 | 0 | 689 945 949 |
| | | TOTAL MEDIDA | 1 392 712 510 | 462 223 805 | 472 709 217 | 470 968 531 | 748 751 840 | 3 547 365 903 |
| | 015 | EDUCAÇÃO - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO | | | | | | |
| | | 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| | | Receitas Gerais | 6 691 217 | 3 050 000 | 250 000 | 0 | 0 | 9 991 217 |
| | | Receitas Próprias | 2 154 886 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 154 886 |
| | | TOTAL 1. Financ. Nacional | 8 846 103 | 3 050 000 | 250 000 | 0 | 0 | 12 146 103 |
| | | TOTAL MEDIDA | 8 846 103 | 3 050 000 | 250 000 | 0 | 0 | 12 146 103 |
| | 018 | EDUCAÇÃO - ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SUPERIOR | | | | | | |
| | | 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| | | Receitas Gerais | 37 604 516 | 22 940 000 | 33 817 839 | 35 952 892 | 0 | 130 315 247 |
| | | Receitas Próprias | 3 866 975 | 1 450 000 | 2 632 108 | 831 833 | 0 | 8 780 916 |
| | | Transf. no âmbito das AP | 710 609 | 390 000 | 0 | 0 | 0 | 1 100 609 |

Fonte: MFAP/DGO

MAPA XV
RESUMO POR PROGRAMAS E MEDIDAS

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 27

| PROGRAMA | MEDIDA | FONTE FINANCIAMENTO | Anos Anteriores | 2011 | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL | |
|----------|--------------------------------|------------------------------------------------|-----------------|-------------|-------------|-------------|----------------|---------------|--|
| 019 | INVESTIGAÇÃO E ENSINO SUPERIOR | | | | | | | | |
| | 018 | EDUCAÇÃO - ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SUPERIOR | | | | | | | |
| | | TOTAL 1. Financ. Nacional | 42 182 100 | 24 780 000 | 36 449 947 | 36 784 725 | 0 | 140 196 772 | |
| | | 2. Financ. Comunitário | | | | | | | |
| | | Feder QCA III e PO | 21 849 313 | 10 365 955 | 38 901 652 | 19 779 122 | 0 | 90 896 042 | |
| | | TOTAL 2. Financ. Comunitário | 21 849 313 | 10 365 955 | 38 901 652 | 19 779 122 | 0 | 90 896 042 | |
| | | TOTAL MEDIDA | 64 031 413 | 35 145 955 | 75 351 599 | 56 563 847 | 0 | 231 092 814 | |
| | 019 | EDUCAÇÃO - SERVIÇOS AUXILIARES DE ENSINO | | | | | | | |
| | | 1. Financ. Nacional | | | | | | | |
| | | Receitas Gerais | 760 407 | 560 000 | 0 | 0 | 0 | 1 320 407 | |
| | | Receitas Próprias | 82 643 | 0 | 0 | 0 | 0 | 82 643 | |
| | | Transf. no âmbito das AP | 0 | 50 000 | 150 000 | 0 | 0 | 200 000 | |
| | | TOTAL 1. Financ. Nacional | 843 050 | 610 000 | 150 000 | 0 | 0 | 1 603 050 | |
| | | 2. Financ. Comunitário | | | | | | | |
| | | Feder QCA III e PO | 940 748 | 300 000 | 0 | 0 | 0 | 1 240 748 | |
| | | TOTAL 2. Financ. Comunitário | 940 748 | 300 000 | 0 | 0 | 0 | 1 240 748 | |
| | | TOTAL MEDIDA | 1 783 798 | 910 000 | 150 000 | 0 | 0 | 2 843 798 | |
| | | TOTAL PROGRAMA | 1 468 471 012 | 502 929 760 | 551 460 816 | 527 532 378 | 748 751 840 | 3 799 145 806 | |
| 020 | CULTURA | | | | | | | | |
| | 001 | SERV. GERAIS DA A.P. - ADMINISTRAÇÃO GERAL | | | | | | | |
| | | 1. Financ. Nacional | | | | | | | |
| | | Receitas Gerais | 0 | 35 211 | 0 | 0 | 0 | 35 211 | |
| | | TOTAL 1. Financ. Nacional | 0 | 35 211 | 0 | 0 | 0 | 35 211 | |
| | | 2. Financ. Comunitário | | | | | | | |
| | | Feder QCA III e PO | 0 | 82 159 | 0 | 0 | 0 | 82 159 | |
| | | TOTAL 2. Financ. Comunitário | 0 | 82 159 | 0 | 0 | 0 | 82 159 | |
| | | TOTAL MEDIDA | 0 | 117 370 | 0 | 0 | 0 | 117 370 | |

MAPA XV
RESUMO POR PROGRAMAS E MEDIDAS

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 28

| PROGRAMA | MEDIDA | FONTE FINANCIAMENTO | Anos Anteriores | 2011 | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL |
|----------|-----------------------------------|--------------------------------------------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|-----------------------|
| 020 | CULTURA | | | | | | | |
| | 036 | SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS - CULTURA | | | | | | |
| | | 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| | | Receitas Gerais | 178 894 267 | 49 544 789 | 59 295 846 | 9 661 608 | 398 000 | 297 794 510 |
| | | Receitas Próprias | 356 817 | 1 108 252 | 493 000 | 320 500 | 0 | 2 278 569 |
| | | Transf. no âmbito das AP | 0 | 500 000 | 594 920 | 0 | 0 | 1 094 920 |
| | | TOTAL 1. Financ. Nacional | 179 251 084 | 51 153 041 | 60 383 766 | 9 982 108 | 398 000 | 301 167 999 |
| | | 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| | | Feder QCA III e PO | 17 765 049 | 17 078 228 | 17 546 806 | 9 180 505 | 0 | 61 570 588 |
| | | Feder Cooperação | 360 155 | 441 985 | 399 699 | 0 | 0 | 1 201 839 |
| | | Outros | 179 017 | 2 590 000 | 0 | 0 | 0 | 2 769 017 |
| | | TOTAL 2. Financ. Comunitário | 18 304 221 | 20 110 213 | 17 946 505 | 9 180 505 | 0 | 65 541 444 |
| | | TOTAL MEDIDA | 197 555 305 | 71 263 254 | 78 330 271 | 19 162 613 | 398 000 | 366 709 443 |
| | | TOTAL PROGRAMA | 197 555 305 | 71 380 624 | 78 330 271 | 19 162 613 | 398 000 | 366 826 813 |
| 021 | COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO | | | | | | | |
| | 003 | SERV. GERAIS DA A.P. - COOPERAÇÃO ECONÓMICA EXTERNA | | | | | | |
| | | 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| | | Receitas Gerais | 6 977 554 | 1 127 285 | 771 500 | 22 000 | 34 600 | 8 932 939 |
| | | TOTAL 1. Financ. Nacional | 6 977 554 | 1 127 285 | 771 500 | 22 000 | 34 600 | 8 932 939 |
| | | TOTAL MEDIDA | 6 977 554 | 1 127 285 | 771 500 | 22 000 | 34 600 | 8 932 939 |
| | | TOTAL PROGRAMA | 6 977 554 | 1 127 285 | 771 500 | 22 000 | 34 600 | 8 932 939 |
| | | TOTAL GERAL | 6 678 666 664 | 2 262 980 191 | 2 906 662 747 | 2 413 089 527 | 3 636 281 210 | 17 897 680 339 |
| | | TOTAL CONSOLIDADO | 6 288 509 315 | 2 171 300 211 | 2 889 533 314 | 2 396 118 594 | 3 604 945 074 | 17 350 406 508 |

Fonte: MFAP/DGO

Mapa XV - Projectos Novos e em Curso por Ministério

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 1

| | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | | |
|----------------------------------|-----------------------------------|----------------|-----------|-----------|----------------|--------------|
| | Execução Anos anteriores | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL PIDDAC |
| ENCARGOS GERAIS DO ESTADO | | | | | | |
| PROJECTOS NOVOS | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 0 | 189 000 | 152 000 | 0 | 0 | 341 000 |
| Total 1. Financ. Nacional | 0 | 189 000 | 152 000 | 0 | 0 | 341 000 |
| TOTAL PROJECTOS NOVOS | 0 | 189 000 | 152 000 | 0 | 0 | 341 000 |
| PROJECTOS EM CURSO | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 16 356 299 | 1 861 000 | 2 100 000 | 2 000 000 | 0 | 22 317 299 |
| Total 1. Financ. Nacional | 16 356 299 | 1 861 000 | 2 100 000 | 2 000 000 | 0 | 22 317 299 |
| TOTAL PROJECTOS EM CURSO | 16 356 299 | 1 861 000 | 2 100 000 | 2 000 000 | 0 | 22 317 299 |
| TOTAL DO MINISTÉRIO | 16 356 299 | 2 050 000 | 2 252 000 | 2 000 000 | 0 | 22 658 299 |

Fonte: MFAP/DGO

Mapa XV - Projectos Novos e em Curso por Ministério

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 2

| | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | | |
|---------------------------------------------|-----------------------------------|----------------|------------|------------|----------------|--------------|
| | Execução Anos anteriores | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL PIDDAC |
| PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS | | | | | | |
| PROJECTOS NOVOS | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 0 | 5 992 630 | 7 027 182 | 3 231 793 | 470 000 | 16 721 605 |
| Total 1. Financ. Nacional | 0 | 5 992 630 | 7 027 182 | 3 231 793 | 470 000 | 16 721 605 |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Feder QCA III e PO | 0 | 6 246 216 | 4 975 103 | 700 000 | 0 | 11 921 319 |
| Fundo Social Europeu | 0 | 1 946 326 | 1 441 073 | 879 084 | 0 | 4 266 483 |
| Total 2. Financ. Comunitário | 0 | 8 192 542 | 6 416 176 | 1 579 084 | 0 | 16 187 802 |
| TOTAL PROJECTOS NOVOS | 0 | 14 185 172 | 13 443 358 | 4 810 877 | 470 000 | 32 909 407 |
| PROJECTOS EM CURSO | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 213 731 342 | 22 376 580 | 25 377 927 | 8 508 800 | 1 680 000 | 271 674 649 |
| Receitas Próprias | 67 088 | 0 | 0 | 0 | 0 | 67 088 |
| Total 1. Financ. Nacional | 213 798 430 | 22 376 580 | 25 377 927 | 8 508 800 | 1 680 000 | 271 741 737 |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Feder QCA III e PO | 7 863 292 | 9 006 076 | 4 708 676 | 100 000 | 0 | 21 678 044 |
| Feder Cooperação | 803 604 | 625 000 | 0 | 0 | 0 | 1 428 604 |
| Fundo Social Europeu | 402 625 | 377 063 | 5 978 | 0 | 0 | 785 666 |
| Outros | 2 002 004 | 288 130 | 149 555 | 0 | 0 | 2 439 689 |
| Total 2. Financ. Comunitário | 11 071 525 | 10 296 269 | 4 864 209 | 100 000 | 0 | 26 332 003 |
| TOTAL PROJECTOS EM CURSO | 224 869 955 | 32 672 849 | 30 242 136 | 8 608 800 | 1 680 000 | 298 073 740 |
| TOTAL DO MINISTÉRIO | 224 869 955 | 46 858 021 | 43 685 494 | 13 419 677 | 2 150 000 | 330 983 147 |

Fonte: MFAP/DGO

Mapa XV - Projectos Novos e em Curso por Ministério

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 3

| | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | | |
|-------------------------------------|-----------------------------------|----------------|-----------|-----------|----------------|--------------|
| | Execução Anos anteriores | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL PIDDAC |
| NEGÓCIOS ESTRANGEIROS | | | | | | |
| PROJECTOS NOVOS | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 0 | 2 282 053 | 3 197 500 | 3 270 000 | 4 545 000 | 13 294 553 |
| Transf. no âmbito das AP | 0 | 2 161 000 | 715 000 | 110 000 | 110 000 | 3 096 000 |
| Total 1. Financ. Nacional | 0 | 4 443 053 | 3 912 500 | 3 380 000 | 4 655 000 | 16 390 553 |
| TOTAL PROJECTOS NOVOS | 0 | 4 443 053 | 3 912 500 | 3 380 000 | 4 655 000 | 16 390 553 |
| PROJECTOS EM CURSO | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 24 074 900 | 5 517 947 | 2 594 763 | 2 145 199 | 5 289 385 | 39 622 194 |
| Receitas Próprias | 337 050 | 0 | 0 | 0 | 0 | 337 050 |
| Transf. no âmbito das AP | 155 698 | 1 135 050 | 91 992 | 0 | 0 | 1 382 740 |
| Total 1. Financ. Nacional | 24 567 648 | 6 652 997 | 2 686 755 | 2 145 199 | 5 289 385 | 41 341 984 |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Feder QCA III e PO | 649 853 | 525 173 | 0 | 0 | 0 | 1 175 026 |
| Total 2. Financ. Comunitário | 649 853 | 525 173 | 0 | 0 | 0 | 1 175 026 |
| TOTAL PROJECTOS EM CURSO | 25 217 501 | 7 178 170 | 2 686 755 | 2 145 199 | 5 289 385 | 42 517 010 |
| TOTAL DO MINISTÉRIO | 25 217 501 | 11 621 223 | 6 599 255 | 5 525 199 | 9 944 385 | 58 907 563 |

Fonte: MFAP/DGO

Mapa XV - Projectos Novos e em Curso por Ministério

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 4

| | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | | |
|-----------------------------------------|-----------------------------------|----------------|------------|------------|----------------|--------------|
| | Execução Anos anteriores | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL PIDDAC |
| FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA | | | | | | |
| PROJECTOS NOVOS | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 0 | 2 508 611 | 3 668 096 | 1 091 946 | 0 | 7 268 653 |
| Receitas Próprias | 0 | 755 000 | 0 | 0 | 0 | 755 000 |
| Total 1. Financ. Nacional | 0 | 3 263 611 | 3 668 096 | 1 091 946 | 0 | 8 023 653 |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Feder QCA III e PO | 0 | 188 308 | 1 196 746 | 973 183 | 0 | 2 358 237 |
| Fundo Social Europeu | 0 | 111 321 | 111 958 | 129 171 | 0 | 352 450 |
| Feoga Orientação/FEADER | 0 | 64 243 | 0 | 0 | 0 | 64 243 |
| Outros | 0 | 10 000 | 0 | 0 | 0 | 10 000 |
| Total 2. Financ. Comunitário | 0 | 373 872 | 1 308 704 | 1 102 354 | 0 | 2 784 930 |
| TOTAL PROJECTOS NOVOS | 0 | 3 637 483 | 4 976 800 | 2 194 300 | 0 | 10 808 583 |
| PROJECTOS EM CURSO | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 106 469 520 | 15 491 389 | 31 058 395 | 25 712 068 | 0 | 178 731 372 |
| Receitas Próprias | 11 502 824 | 631 379 | 0 | 0 | 0 | 12 134 203 |
| Total 1. Financ. Nacional | 117 972 344 | 16 122 768 | 31 058 395 | 25 712 068 | 0 | 190 865 575 |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Feder QCA III e PO | 13 140 367 | 20 236 289 | 2 889 227 | 0 | 0 | 36 265 883 |
| Feder Cooperação | 55 824 | 56 579 | 57 769 | 58 878 | 0 | 229 050 |
| Fundo Social Europeu | 1 871 066 | 1 329 333 | 130 000 | 130 000 | 0 | 3 460 399 |
| Total 2. Financ. Comunitário | 15 067 257 | 21 622 201 | 3 076 996 | 188 878 | 0 | 39 955 332 |
| TOTAL PROJECTOS EM CURSO | 133 039 601 | 37 744 969 | 34 135 391 | 25 900 946 | 0 | 230 820 907 |

Fonte: MFAP/DGO

Mapa XV - Projectos Novos e em Curso por Ministério

PIDDAC

Unidade: Euros

| | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | | TOTAL PIDDAC |
|----------------------------------|-----------------------------------|----------------|------------|------------|----------------|--------------|
| | Execução Anos anteriores | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | |
| FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA | | | | | | |
| TOTAL DO MINISTÉRIO | 133 039 601 | 41 382 452 | 39 112 191 | 28 095 246 | 0 | 241 629 490 |

Mapa XV - Projectos Novos e em Curso por Ministério

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 6

| | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | | |
|-------------------------------------|-----------------------------------|----------------|-------------|------------|----------------|--------------|
| | Execução Anos anteriores | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL PIDDAC |
| DEFESA NACIONAL | | | | | | |
| PROJECTOS NOVOS | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 0 | 2 068 000 | 3 000 000 | 3 200 000 | 9 350 000 | 17 618 000 |
| Total 1. Financ. Nacional | 0 | 2 068 000 | 3 000 000 | 3 200 000 | 9 350 000 | 17 618 000 |
| TOTAL PROJECTOS NOVOS | 0 | 2 068 000 | 3 000 000 | 3 200 000 | 9 350 000 | 17 618 000 |
| PROJECTOS EM CURSO | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 195 116 464 | 15 332 000 | 115 914 608 | 83 330 692 | 155 803 929 | 565 497 693 |
| Receitas Próprias | 1 850 000 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 850 000 |
| Total 1. Financ. Nacional | 196 966 464 | 15 332 000 | 115 914 608 | 83 330 692 | 155 803 929 | 567 347 693 |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Feder QCA III e PO | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Total 2. Financ. Comunitário | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| TOTAL PROJECTOS EM CURSO | 196 966 464 | 15 332 000 | 115 914 608 | 83 330 692 | 155 803 929 | 567 347 693 |
| TOTAL DO MINISTÉRIO | 196 966 464 | 17 400 000 | 118 914 608 | 86 530 692 | 165 153 929 | 584 965 693 |

Fonte: MFAP/DGO

Mapa XV - Projectos Novos e em Curso por Ministério

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 7

| | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | | |
|-------------------------------------|-----------------------------------|----------------|-------------|------------|----------------|--------------|
| | Execução Anos anteriores | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL PIDDAC |
| ADMINISTRAÇÃO INTERNA | | | | | | |
| PROJECTOS NOVOS | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 0 | 932 500 | 725 500 | 325 000 | 0 | 1 983 000 |
| Total 1. Financ. Nacional | 0 | 932 500 | 725 500 | 325 000 | 0 | 1 983 000 |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Feder QCA III e PO | 0 | 741 597 | 143 182 | 143 182 | 0 | 1 027 961 |
| Fundo de Coesão | 0 | 717 500 | 934 500 | 0 | 0 | 1 652 000 |
| Total 2. Financ. Comunitário | 0 | 1 459 097 | 1 077 682 | 143 182 | 0 | 2 679 961 |
| TOTAL PROJECTOS NOVOS | 0 | 2 391 597 | 1 803 182 | 468 182 | 0 | 4 662 961 |
| PROJECTOS EM CURSO | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 117 364 345 | 46 467 500 | 57 822 780 | 10 890 819 | 47 000 000 | 279 545 444 |
| Receitas Próprias | 50 157 664 | 51 520 762 | 124 683 595 | 0 | 0 | 226 362 021 |
| Total 1. Financ. Nacional | 167 522 009 | 97 988 262 | 182 506 375 | 10 890 819 | 47 000 000 | 505 907 465 |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Feder QCA III e PO | 28 272 389 | 1 437 636 | 680 001 | 680 001 | 0 | 31 070 027 |
| Fundo de Coesão | 608 676 | 1 729 167 | 1 056 440 | 1 798 580 | 0 | 5 192 863 |
| Outros | 2 015 500 | 2 982 000 | 0 | 0 | 0 | 4 997 500 |
| Total 2. Financ. Comunitário | 30 896 565 | 6 148 803 | 1 736 441 | 2 478 581 | 0 | 41 260 390 |
| TOTAL PROJECTOS EM CURSO | 198 418 574 | 104 137 065 | 184 242 816 | 13 369 400 | 47 000 000 | 547 167 855 |
| TOTAL DO MINISTÉRIO | 198 418 574 | 106 528 662 | 186 045 998 | 13 837 582 | 47 000 000 | 551 830 816 |

Fonte: MFAP/DGO

Mapa XV - Projectos Novos e em Curso por Ministério

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 8

| | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | | |
|-------------------------------------|-----------------------------------|----------------|-------------|-------------|----------------|---------------|
| | Execução Anos anteriores | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL PIDDAC |
| JUSTIÇA | | | | | | |
| PROJECTOS NOVOS | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 0 | 3 332 250 | 3 861 500 | 130 000 | 0 | 7 323 750 |
| Receitas Próprias | 0 | 1 541 367 | 7 874 925 | 6 780 358 | 266 500 | 16 463 150 |
| Total 1. Financ. Nacional | 0 | 4 873 617 | 11 736 425 | 6 910 358 | 266 500 | 23 786 900 |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Feder QCA III e PO | 0 | 5 217 350 | 4 392 500 | 0 | 0 | 9 609 850 |
| Total 2. Financ. Comunitário | 0 | 5 217 350 | 4 392 500 | 0 | 0 | 9 609 850 |
| TOTAL PROJECTOS NOVOS | 0 | 10 090 967 | 16 128 925 | 6 910 358 | 266 500 | 33 396 750 |
| PROJECTOS EM CURSO | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 213 906 768 | 17 667 750 | 15 279 763 | 7 081 127 | 7 486 171 | 261 421 579 |
| Receitas Próprias | 117 119 295 | 68 238 100 | 210 470 293 | 291 094 995 | 441 083 074 | 1 128 005 757 |
| Total 1. Financ. Nacional | 331 026 063 | 85 905 850 | 225 750 056 | 298 176 122 | 448 569 245 | 1 389 427 336 |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Feder QCA III e PO | 13 181 411 | 22 884 386 | 94 863 | 0 | 0 | 36 160 660 |
| Total 2. Financ. Comunitário | 13 181 411 | 22 884 386 | 94 863 | 0 | 0 | 36 160 660 |
| TOTAL PROJECTOS EM CURSO | 344 207 474 | 108 790 236 | 225 844 919 | 298 176 122 | 448 569 245 | 1 425 587 996 |
| TOTAL DO MINISTÉRIO | 344 207 474 | 118 881 203 | 241 973 844 | 305 086 480 | 448 835 745 | 1 458 984 746 |

Fonte: MFAP/DGO

Mapa XV - Projectos Novos e em Curso por Ministério

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 9

| | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | | |
|---------------------------------------------|-----------------------------------|----------------|-------------|-------------|----------------|---------------|
| | Execução Anos anteriores | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL PIDDAC |
| ECONOMIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO | | | | | | |
| PROJECTOS NOVOS | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 0 | 602 490 | 625 459 | 490 000 | 450 000 | 2 167 949 |
| Total 1. Financ. Nacional | 0 | 602 490 | 625 459 | 490 000 | 450 000 | 2 167 949 |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Feder QCA III e PO | 0 | 401 749 | 157 053 | 0 | 0 | 558 802 |
| Total 2. Financ. Comunitário | 0 | 401 749 | 157 053 | 0 | 0 | 558 802 |
| TOTAL PROJECTOS NOVOS | 0 | 1 004 239 | 782 512 | 490 000 | 450 000 | 2 726 751 |
| PROJECTOS EM CURSO | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 119 905 550 | 55 897 510 | 58 461 753 | 46 749 621 | 14 363 599 | 295 378 033 |
| Receitas Próprias | 185 160 | 0 | 0 | 0 | 0 | 185 160 |
| Transf. no âmbito das AP | 0 | 185 076 | 0 | 0 | 0 | 185 076 |
| Total 1. Financ. Nacional | 120 090 710 | 56 082 586 | 58 461 753 | 46 749 621 | 14 363 599 | 295 748 269 |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Feder QCA III e PO | 210 944 371 | 217 556 086 | 173 991 538 | 178 496 244 | 15 079 700 | 796 067 939 |
| Feder Cooperação | 121 345 | 120 000 | 120 000 | 120 000 | 240 000 | 721 345 |
| Fundo de Coesão | 1 206 217 | 170 000 | 0 | 0 | 0 | 1 376 217 |
| Outros | 16 067 | 10 448 | 0 | 0 | 0 | 26 515 |
| Total 2. Financ. Comunitário | 212 288 000 | 217 856 534 | 174 111 538 | 178 616 244 | 15 319 700 | 798 192 016 |
| TOTAL PROJECTOS EM CURSO | 332 378 710 | 273 939 120 | 232 573 291 | 225 365 865 | 29 683 299 | 1 093 940 285 |
| TOTAL DO MINISTÉRIO | 332 378 710 | 274 943 359 | 233 355 803 | 225 855 865 | 30 133 299 | 1 096 667 036 |

Fonte: MFAP/DGO

Mapa XV - Projectos Novos e em Curso por Ministério

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 10

| | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | | |
|-----------------------------------------------------------|-----------------------------------|----------------|-------------|-------------|----------------|---------------|
| | Execução Anos anteriores | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL PIDDAC |
| AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS | | | | | | |
| PROJECTOS NOVOS | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 0 | 3 587 500 | 6 818 654 | 6 873 654 | 10 660 919 | 27 940 727 |
| Total 1. Financ. Nacional | 0 | 3 587 500 | 6 818 654 | 6 873 654 | 10 660 919 | 27 940 727 |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Feoga Orientação/FEADER | 0 | 4 500 000 | 8 822 967 | 8 822 967 | 17 968 823 | 40 114 757 |
| Fundo Europeu das pescas | 0 | 200 000 | 6 000 000 | 6 000 000 | 1 350 000 | 13 550 000 |
| Total 2. Financ. Comunitário | 0 | 4 700 000 | 14 822 967 | 14 822 967 | 19 318 823 | 53 664 757 |
| TOTAL PROJECTOS NOVOS | 0 | 8 287 500 | 21 641 621 | 21 696 621 | 29 979 742 | 81 605 484 |
| PROJECTOS EM CURSO | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 181 169 932 | 149 312 500 | 262 436 019 | 249 277 428 | 494 507 515 | 1 336 703 394 |
| Receitas Próprias | 11 412 056 | 1 482 798 | 0 | 0 | 0 | 12 894 854 |
| Total 1. Financ. Nacional | 192 581 988 | 150 795 298 | 262 436 019 | 249 277 428 | 494 507 515 | 1 349 598 248 |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Feder QCA III e PO | 202 320 | 127 280 | 0 | 0 | 0 | 329 600 |
| Feder Cooperação | 18 641 | 37 500 | 0 | 0 | 0 | 56 141 |
| Fundo Social Europeu | 401 084 | 0 | 0 | 0 | 0 | 401 084 |
| Feoga Orientação/FEADER | 225 801 645 | 300 252 717 | 574 402 859 | 574 026 695 | 1 196 547 621 | 2 871 031 537 |
| Feoga Garantia/Feaga | 16 747 273 | 5 567 430 | 5 567 396 | 5 567 363 | 11 134 726 | 44 584 188 |
| Fundo Europeu das pescas | 21 247 589 | 31 435 302 | 28 739 574 | 26 520 802 | 57 482 836 | 165 426 103 |
| Outros | 11 400 020 | 6 346 243 | 1 788 550 | 1 529 566 | 0 | 21 064 379 |
| Total 2. Financ. Comunitário | 275 818 572 | 343 766 472 | 610 498 379 | 607 644 426 | 1 265 165 183 | 3 102 893 032 |
| TOTAL PROJECTOS EM CURSO | 468 400 560 | 494 561 770 | 872 934 398 | 856 921 854 | 1 759 672 698 | 4 452 491 280 |

Fonte: MFAP/DGO

Mapa XV - Projectos Novos e em Curso por Ministério

PIDDAC

Unidade: Euros

| | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | | TOTAL PIDDAC |
|----------------------------------------------------|-----------------------------------|----------------|-------------|-------------|----------------|---------------|
| | Execução Anos anteriores | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | |
| AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS | | | | | | |
| TOTAL DO MINISTÉRIO | 468 400 560 | 502 849 270 | 894 576 019 | 878 618 475 | 1 789 652 440 | 4 534 096 764 |

Mapa XV - Projectos Novos e em Curso por Ministério

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 12

| | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | | |
|--------------------------------------------------|-----------------------------------|----------------|------------|------------|----------------|--------------|
| | Execução Anos anteriores | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL PIDDAC |
| OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES | | | | | | |
| PROJECTOS NOVOS | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 0 | 20 035 338 | 25 005 525 | 31 466 787 | 9 110 831 | 85 618 481 |
| Receitas Próprias | 0 | 480 000 | 480 000 | 480 000 | 0 | 1 440 000 |
| Transf. no âmbito das AP | 0 | 820 000 | 820 000 | 820 000 | 0 | 2 460 000 |
| Total 1. Financ. Nacional | 0 | 21 335 338 | 26 305 525 | 32 766 787 | 9 110 831 | 89 518 481 |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Feder QCA III e PO | 0 | 263 185 | 6 790 831 | 13 581 663 | 6 790 831 | 27 426 510 |
| Feder Cooperação | 0 | 122 025 | 339 525 | 138 225 | 0 | 599 775 |
| Fundo Europeu das pescas | 0 | 300 000 | 1 475 000 | 900 000 | 1 200 000 | 3 875 000 |
| Total 2. Financ. Comunitário | 0 | 685 210 | 8 605 356 | 14 619 888 | 7 990 831 | 31 901 285 |
| TOTAL PROJECTOS NOVOS | 0 | 22 020 548 | 34 910 881 | 47 386 675 | 17 101 662 | 121 419 766 |

Fonte: MFAP/DGO

Mapa XV - Projectos Novos e em Curso por Ministério

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 13

| | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | | |
|--------------------------------------------------|-----------------------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|----------------------|
| | Execução Anos anteriores | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL PIDDAC |
| OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES | | | | | | |
| PROJECTOS EM CURSO | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 724 842 231 | 83 164 662 | 126 571 523 | 82 725 611 | 197 535 305 | 1 214 839 332 |
| Receitas Próprias | 111 616 250 | 1 665 000 | 0 | 0 | 0 | 113 281 250 |
| Transf. no âmbito das AP | 2 428 175 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 428 175 |
| Total 1. Financ. Nacional | 838 886 656 | 84 829 662 | 126 571 523 | 82 725 611 | 197 535 305 | 1 330 548 757 |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Feder QCA III e PO | 163 384 497 | 11 442 995 | 7 785 553 | 7 161 648 | 14 323 296 | 204 097 989 |
| Fundo de Coesão | 54 927 580 | 432 683 | 0 | 0 | 0 | 55 360 263 |
| Fundo Europeu das pescas | 2 000 000 | 1 900 000 | 100 000 | 0 | 0 | 4 000 000 |
| Outros | 13 129 815 | 0 | 0 | 0 | 0 | 13 129 815 |
| Total 2. Financ. Comunitário | 233 441 892 | 13 775 678 | 7 885 553 | 7 161 648 | 14 323 296 | 276 588 067 |
| TOTAL PROJECTOS EM CURSO | 1 072 328 548 | 98 605 340 | 134 457 076 | 89 887 259 | 211 858 601 | 1 607 136 824 |
| TOTAL DO MINISTÉRIO | 1 072 328 548 | 120 625 888 | 169 367 957 | 137 273 934 | 228 960 263 | 1 728 556 590 |

Fonte: MFAP/DGO

Mapa XV - Projectos Novos e em Curso por Ministério

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 14

| | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | | |
|------------------------------------------------|-----------------------------------|----------------|------------|------------|----------------|--------------|
| | Execução Anos anteriores | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL PIDDAC |
| AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO | | | | | | |
| PROJECTOS NOVOS | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 0 | 6 375 509 | 11 531 891 | 6 886 720 | 156 250 | 24 950 370 |
| Transf. no âmbito das AP | 0 | 4 871 063 | 2 393 282 | 369 125 | 0 | 7 633 470 |
| Total 1. Financ. Nacional | 0 | 11 246 572 | 13 925 173 | 7 255 845 | 156 250 | 32 583 840 |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Feder QCA III e PO | 0 | 9 755 762 | 4 290 895 | 1 517 192 | 0 | 15 563 849 |
| Feder Cooperação | 0 | 954 899 | 1 369 264 | 489 722 | 0 | 2 813 885 |
| Fundo de Coesão | 0 | 6 768 590 | 18 340 957 | 10 261 835 | 0 | 35 371 382 |
| Feoga Orientação/FEADER | 0 | 62 910 | 83 366 | 0 | 0 | 146 276 |
| Outros | 0 | 87 500 | 114 375 | 79 375 | 78 750 | 360 000 |
| Total 2. Financ. Comunitário | 0 | 17 629 661 | 24 198 857 | 12 348 124 | 78 750 | 54 255 392 |
| TOTAL PROJECTOS NOVOS | 0 | 28 876 233 | 38 124 030 | 19 603 969 | 235 000 | 86 839 232 |

Fonte: MFAP/DGO

Mapa XV - Projectos Novos e em Curso por Ministério

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 15

| | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | | |
|------------------------------------------------|-----------------------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|----------------------|
| | Execução Anos anteriores | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL PIDDAC |
| AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO | | | | | | |
| PROJECTOS EM CURSO | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 1 338 062 527 | 61 124 491 | 46 333 224 | 32 816 675 | 23 859 691 | 1 502 196 608 |
| Receitas Próprias | 205 745 341 | 65 984 507 | 49 490 000 | 50 220 000 | 134 150 000 | 505 589 848 |
| Transf. no âmbito das AP | 46 301 | 6 075 018 | 1 457 981 | 420 000 | 0 | 7 999 300 |
| Total 1. Financ. Nacional | 1 543 854 169 | 133 184 016 | 97 281 205 | 83 456 675 | 158 009 691 | 2 015 785 756 |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Feder QCA III e PO | 99 142 343 | 44 277 158 | 10 360 191 | 5 513 491 | 265 400 | 159 558 583 |
| Feder Cooperação | 3 090 742 | 2 245 112 | 464 664 | 171 097 | 0 | 5 971 615 |
| Fundo de Coesão | 21 401 483 | 16 259 577 | 10 976 920 | 256 166 | 2 000 | 48 896 146 |
| Fundo Social Europeu | 231 385 | 25 525 | 0 | 0 | 0 | 256 910 |
| Feoga Orientação/FEADER | 330 775 | 4 500 | 15 000 | 0 | 0 | 350 275 |
| Outros | 25 485 243 | 7 700 240 | 49 772 | 49 772 | 0 | 33 285 027 |
| Total 2. Financ. Comunitário | 149 681 970 | 70 512 112 | 21 866 547 | 5 990 526 | 267 400 | 248 318 555 |
| TOTAL PROJECTOS EM CURSO | 1 693 536 139 | 203 696 128 | 119 147 752 | 89 447 201 | 158 277 091 | 2 264 104 311 |
| TOTAL DO MINISTÉRIO | 1 693 536 139 | 232 572 361 | 157 271 782 | 109 051 170 | 158 512 091 | 2 350 943 543 |

Fonte: MFAP/DGO

Mapa XV - Projectos Novos e em Curso por Ministério

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 16

| | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | | |
|----------------------------------------|-----------------------------------|----------------|------------|------------|----------------|--------------|
| | Execução Anos anteriores | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL PIDDAC |
| TRABALHO E SOLIDARIEDADE SOCIAL | | | | | | |
| PROJECTOS NOVOS | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 0 | 578 284 | 0 | 0 | 0 | 578 284 |
| Total 1. Financ. Nacional | 0 | 578 284 | 0 | 0 | 0 | 578 284 |
| TOTAL PROJECTOS NOVOS | 0 | 578 284 | 0 | 0 | 0 | 578 284 |
| PROJECTOS EM CURSO | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 13 237 358 | 8 821 716 | 8 235 118 | 8 524 071 | 6 789 218 | 45 607 481 |
| Receitas Próprias | 2 221 305 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 221 305 |
| Transf. no âmbito das AP | 0 | 35 704 988 | 49 945 000 | 47 245 000 | 0 | 132 894 988 |
| Total 1. Financ. Nacional | 15 458 663 | 44 526 704 | 58 180 118 | 55 769 071 | 6 789 218 | 180 723 774 |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Feder QCA III e PO | 574 783 | 0 | 0 | 0 | 0 | 574 783 |
| Total 2. Financ. Comunitário | 574 783 | 0 | 0 | 0 | 0 | 574 783 |
| TOTAL PROJECTOS EM CURSO | 16 033 446 | 44 526 704 | 58 180 118 | 55 769 071 | 6 789 218 | 181 298 557 |
| TOTAL DO MINISTÉRIO | 16 033 446 | 45 104 988 | 58 180 118 | 55 769 071 | 6 789 218 | 181 876 841 |

Mapa XV - Projectos Novos e em Curso por Ministério

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 17

| | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | | |
|-------------------------------------|-----------------------------------|----------------|------------|-----------|----------------|--------------|
| | Execução Anos anteriores | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL PIDDAC |
| SAUDE | | | | | | |
| PROJECTOS NOVOS | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 0 | 3 597 868 | 8 119 573 | 2 810 000 | 0 | 14 527 441 |
| Total 1. Financ. Nacional | 0 | 3 597 868 | 8 119 573 | 2 810 000 | 0 | 14 527 441 |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Feder QCA III e PO | 0 | 1 893 001 | 0 | 0 | 0 | 1 893 001 |
| Total 2. Financ. Comunitário | 0 | 1 893 001 | 0 | 0 | 0 | 1 893 001 |
| TOTAL PROJECTOS NOVOS | 0 | 5 490 869 | 8 119 573 | 2 810 000 | 0 | 16 420 442 |
| PROJECTOS EM CURSO | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 37 424 931 | 22 002 132 | 27 752 546 | 2 521 145 | 0 | 89 700 754 |
| Receitas Próprias | 110 638 | 0 | 0 | 0 | 0 | 110 638 |
| Total 1. Financ. Nacional | 37 535 569 | 22 002 132 | 27 752 546 | 2 521 145 | 0 | 89 811 392 |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Feder QCA III e PO | 47 412 163 | 26 590 042 | 12 151 133 | 0 | 0 | 86 153 338 |
| Fundo Social Europeu | 78 794 | 77 529 | 0 | 0 | 0 | 156 323 |
| Total 2. Financ. Comunitário | 47 490 957 | 26 667 571 | 12 151 133 | 0 | 0 | 86 309 661 |
| TOTAL PROJECTOS EM CURSO | 85 026 526 | 48 669 703 | 39 903 679 | 2 521 145 | 0 | 176 121 053 |
| TOTAL DO MINISTÉRIO | 85 026 526 | 54 160 572 | 48 023 252 | 5 331 145 | 0 | 192 541 495 |

Fonte: MFAP/DGO

Mapa XV - Projectos Novos e em Curso por Ministério

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 18

| | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | | |
|-------------------------------------|-----------------------------------|----------------|------------|------|----------------|--------------|
| | Execução Anos anteriores | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL PIDDAC |
| EDUCAÇÃO | | | | | | |
| PROJECTOS NOVOS | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 0 | 2 000 000 | 0 | 0 | 0 | 2 000 000 |
| Total 1. Financ. Nacional | 0 | 2 000 000 | 0 | 0 | 0 | 2 000 000 |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Fundo Social Europeu | 0 | 2 000 000 | 0 | 0 | 0 | 2 000 000 |
| Total 2. Financ. Comunitário | 0 | 2 000 000 | 0 | 0 | 0 | 2 000 000 |
| TOTAL PROJECTOS NOVOS | 0 | 4 000 000 | 0 | 0 | 0 | 4 000 000 |
| PROJECTOS EM CURSO | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 136 370 044 | 67 500 000 | 77 353 339 | 0 | 0 | 281 223 383 |
| Receitas Próprias | 6 784 505 | 201 180 | 0 | 0 | 0 | 6 985 685 |
| Total 1. Financ. Nacional | 143 154 549 | 67 701 180 | 77 353 339 | 0 | 0 | 288 209 068 |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Feder QCA III e PO | 61 261 090 | 41 815 628 | 0 | 0 | 0 | 103 076 718 |
| Total 2. Financ. Comunitário | 61 261 090 | 41 815 628 | 0 | 0 | 0 | 103 076 718 |
| TOTAL PROJECTOS EM CURSO | 204 415 639 | 109 516 808 | 77 353 339 | 0 | 0 | 391 285 786 |
| TOTAL DO MINISTÉRIO | 204 415 639 | 113 516 808 | 77 353 339 | 0 | 0 | 395 285 786 |

Mapa XV - Projectos Novos e em Curso por Ministério

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 19

| | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | | |
|----------------------------------------------|-----------------------------------|----------------|-------------|-------------|----------------|---------------|
| | Execução Anos anteriores | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL PIDDAC |
| CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR | | | | | | |
| PROJECTOS NOVOS | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 0 | 3 259 000 | 18 067 115 | 13 679 569 | 0 | 35 005 684 |
| Receitas Próprias | 0 | 1 190 000 | 2 632 108 | 831 833 | 0 | 4 653 941 |
| Total 1. Financ. Nacional | 0 | 4 449 000 | 20 699 223 | 14 511 402 | 0 | 39 659 625 |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Feder QCA III e PO | 0 | 2 128 022 | 23 540 565 | 16 873 646 | 0 | 42 542 233 |
| Total 2. Financ. Comunitário | 0 | 2 128 022 | 23 540 565 | 16 873 646 | 0 | 42 542 233 |
| TOTAL PROJECTOS NOVOS | 0 | 6 577 022 | 44 239 788 | 31 385 048 | 0 | 82 201 858 |
| PROJECTOS EM CURSO | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 1 091 287 424 | 341 252 705 | 359 625 956 | 360 990 869 | 745 061 840 | 2 898 218 794 |
| Receitas Próprias | 56 763 350 | 7 154 000 | 5 140 000 | 5 140 000 | 3 690 000 | 77 887 350 |
| Transf. no âmbito das AP | 718 368 | 440 000 | 273 340 | 123 340 | 0 | 1 555 048 |
| Total 1. Financ. Nacional | 1 148 769 142 | 348 846 705 | 365 039 296 | 366 254 209 | 748 751 840 | 2 977 661 192 |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Feder QCA III e PO | 162 314 741 | 58 248 933 | 65 201 732 | 52 753 121 | 0 | 338 518 527 |
| Fundo Social Europeu | 156 911 268 | 89 240 000 | 77 140 000 | 77 140 000 | 0 | 400 431 268 |
| Outros | 518 611 | 72 100 | 0 | 0 | 0 | 590 711 |
| Total 2. Financ. Comunitário | 319 744 620 | 147 561 033 | 142 341 732 | 129 893 121 | 0 | 739 540 506 |
| TOTAL PROJECTOS EM CURSO | 1 468 513 762 | 496 407 738 | 507 381 028 | 496 147 330 | 748 751 840 | 3 717 201 698 |
| TOTAL DO MINISTÉRIO | 1 468 513 762 | 502 984 760 | 551 620 816 | 527 532 378 | 748 751 840 | 3 799 403 556 |

Fonte: MFAP/DGO

Mapa XV - Projectos Novos e em Curso por Ministério

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 20

| | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | | |
|-------------------------------------|-----------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|----------------|--------------------|
| | Execução Anos anteriores | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL PIDDAC |
| CULTURA | | | | | | |
| PROJECTOS NOVOS | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 0 | 5 163 520 | 7 587 017 | 1 172 000 | 0 | 13 922 537 |
| Receitas Próprias | 0 | 438 000 | 193 000 | 270 500 | 0 | 901 500 |
| Transf. no âmbito das AP | 0 | 0 | 594 920 | 0 | 0 | 594 920 |
| Total 1. Financ. Nacional | 0 | 5 601 520 | 8 374 937 | 1 442 500 | 0 | 15 418 957 |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Feder QCA III e PO | 0 | 2 933 593 | 2 881 031 | 772 500 | 0 | 6 587 124 |
| Feder Cooperação | 0 | 232 500 | 399 699 | 0 | 0 | 632 199 |
| Total 2. Financ. Comunitário | 0 | 3 166 093 | 3 280 730 | 772 500 | 0 | 7 219 323 |
| TOTAL PROJECTOS NOVOS | 0 | 8 767 613 | 11 655 667 | 2 215 000 | 0 | 22 638 280 |
| PROJECTOS EM CURSO | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 180 296 427 | 44 536 480 | 51 708 829 | 8 489 608 | 398 000 | 285 429 344 |
| Receitas Próprias | 356 817 | 670 252 | 300 000 | 50 000 | 0 | 1 377 069 |
| Transf. no âmbito das AP | 0 | 500 000 | 0 | 0 | 0 | 500 000 |
| Total 1. Financ. Nacional | 180 653 244 | 45 706 732 | 52 008 829 | 8 539 608 | 398 000 | 287 306 413 |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Feder QCA III e PO | 17 765 049 | 14 226 794 | 14 665 775 | 8 408 005 | 0 | 55 065 623 |
| Feder Cooperação | 360 155 | 209 485 | 0 | 0 | 0 | 569 640 |
| Outros | 179 017 | 2 590 000 | 0 | 0 | 0 | 2 769 017 |
| Total 2. Financ. Comunitário | 18 304 221 | 17 026 279 | 14 665 775 | 8 408 005 | 0 | 58 404 280 |
| TOTAL PROJECTOS EM CURSO | 198 957 465 | 62 733 011 | 66 674 604 | 16 947 613 | 398 000 | 345 710 693 |

Fonte: MFAP/DGO

Mapa XV - Projectos Novos e em Curso por Ministério

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 21

| | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | | TOTAL PIDDAC |
|----------------------------|-----------------------------------|----------------|---------------|---------------|----------------|----------------|
| | Execução Anos anteriores | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | |
| CULTURA | | | | | | |
| TOTAL DO MINISTÉRIO | 198 957 465 | 71 500 624 | 78 330 271 | 19 162 613 | 398 000 | 368 348 973 |
| TOTAL GERAL | 6 678 666 664 | 2 262 980 191 | 2 906 662 747 | 2 413 089 527 | 3 636 281 210 | 17 897 680 339 |
| TOTAL CONSOLIDADO | 6 288 509 315 | 2 171 300 211 | 2 889 533 314 | 2 396 118 594 | 3 604 945 074 | 17 350 406 508 |

Fonte: MFAP/DGO

Mapa XV - Ministério por Programa

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 1

| Ministério/Programa/Medida | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | | TOTAL PIDDAC |
|----------------------------------|-----------------------------------|----------------|-----------|-----------|----------------|--------------|
| | Execução Anos anteriores | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | |
| ENCARGOS GERAIS DO ESTADO | | | | | | |
| 001 - ÓRGÃOS DE SOBERANIA | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 16 356 299 | 2 050 000 | 2 252 000 | 2 000 000 | 0 | 22 658 299 |
| Total 1. Financ. Nacional | 16 356 299 | 2 050 000 | 2 252 000 | 2 000 000 | 0 | 22 658 299 |
| TOTAL DO PROGRAMA | 16 356 299 | 2 050 000 | 2 252 000 | 2 000 000 | 0 | 22 658 299 |
| TOTAL DO MINISTÉRIO | 16 356 299 | 2 050 000 | 2 252 000 | 2 000 000 | 0 | 22 658 299 |

Fonte: MFAP/DGO

Mapa XV - Ministério por Programa

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 2

| Ministério/Programa/Medida | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | | |
|------------------------------------------------|-----------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|------------------|--------------------|
| | Execução Anos anteriores | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL PIDDAC |
| PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS | | | | | | |
| 002 - GOVERNAÇÃO | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 210 259 922 | 28 023 835 | 32 405 109 | 11 740 593 | 2 150 000 | 284 579 459 |
| Receitas Próprias | 67 088 | 0 | 0 | 0 | 0 | 67 088 |
| Total 1. Financ. Nacional | 210 327 010 | 28 023 835 | 32 405 109 | 11 740 593 | 2 150 000 | 284 646 547 |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Feder QCA III e PO | 7 863 292 | 15 252 292 | 9 683 779 | 800 000 | 0 | 33 599 363 |
| Feder Cooperação | 803 604 | 625 000 | 0 | 0 | 0 | 1 428 604 |
| Fundo Social Europeu | 402 625 | 2 323 389 | 1 447 051 | 879 084 | 0 | 5 052 149 |
| Outros | 2 002 004 | 288 130 | 149 555 | 0 | 0 | 2 439 689 |
| Total 2. Financ. Comunitário | 11 071 525 | 18 488 811 | 11 280 385 | 1 679 084 | 0 | 42 519 805 |
| TOTAL DO PROGRAMA | 221 398 535 | 46 512 646 | 43 685 494 | 13 419 677 | 2 150 000 | 327 166 352 |
| 021 - COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 3 471 420 | 345 375 | 0 | 0 | 0 | 3 816 795 |
| Total 1. Financ. Nacional | 3 471 420 | 345 375 | 0 | 0 | 0 | 3 816 795 |
| TOTAL DO PROGRAMA | 3 471 420 | 345 375 | 0 | 0 | 0 | 3 816 795 |
| TOTAL DO MINISTÉRIO | 224 869 955 | 46 858 021 | 43 685 494 | 13 419 677 | 2 150 000 | 330 983 147 |

Mapa XV - Ministério por Programa

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 3

| Ministério/Programa/Medida | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | | |
|------------------------------------------------|-----------------------------------|-------------------|------------------|------------------|------------------|-------------------|
| | Execução Anos anteriores | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL PIDDAC |
| NEGÓCIOS ESTRANGEIROS | | | | | | |
| 003 - REPRESENTAÇÃO EXTERNA | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 22 416 101 | 7 283 300 | 5 337 263 | 5 399 699 | 9 799 785 | 50 236 148 |
| Receitas Próprias | 337 050 | 0 | 0 | 0 | 0 | 337 050 |
| Transf. no âmbito das AP | 155 698 | 3 296 050 | 806 992 | 110 000 | 110 000 | 4 478 740 |
| Total 1. Financ. Nacional | 22 908 849 | 10 579 350 | 6 144 255 | 5 509 699 | 9 909 785 | 55 051 938 |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Feder QCA III e PO | 649 853 | 525 173 | 0 | 0 | 0 | 1 175 026 |
| Total 2. Financ. Comunitário | 649 853 | 525 173 | 0 | 0 | 0 | 1 175 026 |
| TOTAL DO PROGRAMA | 23 558 702 | 11 104 523 | 6 144 255 | 5 509 699 | 9 909 785 | 56 226 964 |
| 021 - COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 1 658 799 | 516 700 | 455 000 | 15 500 | 34 600 | 2 680 599 |
| Total 1. Financ. Nacional | 1 658 799 | 516 700 | 455 000 | 15 500 | 34 600 | 2 680 599 |
| TOTAL DO PROGRAMA | 1 658 799 | 516 700 | 455 000 | 15 500 | 34 600 | 2 680 599 |
| TOTAL DO MINISTÉRIO | 25 217 501 | 11 621 223 | 6 599 255 | 5 525 199 | 9 944 385 | 58 907 563 |

Fonte: MFAP/DGO

Mapa XV - Ministério por Programa

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 4

| Ministério/Programa/Medida | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | | TOTAL PIDDAC |
|-----------------------------------------------|-----------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|----------------|--------------------|
| | Execução Anos anteriores | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | |
| FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA | | | | | | |
| 004 - FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 106 469 520 | 18 000 000 | 34 726 491 | 26 804 014 | 0 | 186 000 025 |
| Receitas Próprias | 11 502 824 | 1 386 379 | 0 | 0 | 0 | 12 889 203 |
| Total 1. Financ. Nacional | 117 972 344 | 19 386 379 | 34 726 491 | 26 804 014 | 0 | 198 889 228 |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Feder QCA III e PO | 13 140 367 | 20 424 597 | 4 085 973 | 973 183 | 0 | 38 624 120 |
| Feder Cooperação | 55 824 | 56 579 | 57 769 | 58 878 | 0 | 229 050 |
| Fundo Social Europeu | 1 871 066 | 1 440 654 | 241 958 | 259 171 | 0 | 3 812 849 |
| Feoga Orientação/FEADER | 0 | 64 243 | 0 | 0 | 0 | 64 243 |
| Outros | 0 | 10 000 | 0 | 0 | 0 | 10 000 |
| Total 2. Financ. Comunitário | 15 067 257 | 21 996 073 | 4 385 700 | 1 291 232 | 0 | 42 740 262 |
| TOTAL DO PROGRAMA | 133 039 601 | 41 382 452 | 39 112 191 | 28 095 246 | 0 | 241 629 490 |
| TOTAL DO MINISTÉRIO | 133 039 601 | 41 382 452 | 39 112 191 | 28 095 246 | 0 | 241 629 490 |

Fonte: MFAP/DGO

Mapa XV - Ministério por Programa

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 5

| Ministério/Programa/Medida | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | | |
|-------------------------------------|-----------------------------------|-------------------|--------------------|-------------------|--------------------|--------------------|
| | Execução Anos anteriores | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL PIDDAC |
| DEFESA NACIONAL | | | | | | |
| 006 - DEFESA | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 195 116 464 | 17 400 000 | 118 914 608 | 86 530 692 | 165 153 929 | 583 115 693 |
| Receitas Próprias | 1 850 000 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 850 000 |
| Total 1. Financ. Nacional | 196 966 464 | 17 400 000 | 118 914 608 | 86 530 692 | 165 153 929 | 584 965 693 |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Feder QCA III e PO | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Total 2. Financ. Comunitário | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| TOTAL DO PROGRAMA | 196 966 464 | 17 400 000 | 118 914 608 | 86 530 692 | 165 153 929 | 584 965 693 |
| TOTAL DO MINISTÉRIO | 196 966 464 | 17 400 000 | 118 914 608 | 86 530 692 | 165 153 929 | 584 965 693 |

Fonte: MFAP/DGO

Mapa XV - Ministério por Programa

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 6

| Ministério/Programa/Medida | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | | |
|-----------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|--------------------|--------------------|-------------------|-------------------|--------------------|
| | Execução Anos anteriores | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL PIDDAC |
| ADMINISTRAÇÃO INTERNA | | | | | | |
| 009 - SEGURANÇA INTERNA | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 110 589 380 | 12 470 000 | 21 073 259 | 10 990 819 | 47 000 000 | 202 123 458 |
| Receitas Próprias | 248 216 | 0 | 0 | 0 | 0 | 248 216 |
| Total 1. Financ. Nacional | 110 837 596 | 12 470 000 | 21 073 259 | 10 990 819 | 47 000 000 | 202 371 674 |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Feder QCA III e PO | 25 587 935 | 680 000 | 680 001 | 680 001 | 0 | 27 627 937 |
| Fundo de Coesão | 608 676 | 2 446 667 | 1 990 940 | 1 798 580 | 0 | 6 844 863 |
| Outros | 1 000 000 | 1 932 000 | 0 | 0 | 0 | 2 932 000 |
| Total 2. Financ. Comunitário | 27 196 611 | 5 058 667 | 2 670 941 | 2 478 581 | 0 | 37 404 800 |
| TOTAL DO PROGRAMA | 138 034 207 | 17 528 667 | 23 744 200 | 13 469 400 | 47 000 000 | 239 776 474 |
| 010 - LEI DE PROGR. DAS INSTALAÇÕES E EQUIP. DAS FORÇAS DE SEGURANÇA | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 6 774 965 | 34 930 000 | 37 475 021 | 225 000 | 0 | 79 404 986 |
| Receitas Próprias | 49 909 448 | 51 520 762 | 124 683 595 | 0 | 0 | 226 113 805 |
| Total 1. Financ. Nacional | 56 684 413 | 86 450 762 | 162 158 616 | 225 000 | 0 | 305 518 791 |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Feder QCA III e PO | 2 684 454 | 1 499 233 | 143 182 | 143 182 | 0 | 4 470 051 |
| Outros | 1 015 500 | 1 050 000 | 0 | 0 | 0 | 2 065 500 |
| Total 2. Financ. Comunitário | 3 699 954 | 2 549 233 | 143 182 | 143 182 | 0 | 6 535 551 |
| TOTAL DO PROGRAMA | 60 384 367 | 88 999 995 | 162 301 798 | 368 182 | 0 | 312 054 342 |
| TOTAL DO MINISTÉRIO | 198 418 574 | 106 528 662 | 186 045 998 | 13 837 582 | 47 000 000 | 551 830 816 |

Fonte: MFAP/DGO

Mapa XV - Ministério por Programa

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 7

| Ministério/Programa/Medida | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | | |
|-------------------------------------|-----------------------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|----------------------|
| | Execução Anos anteriores | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL PIDDAC |
| JUSTIÇA | | | | | | |
| 011 - JUSTIÇA | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 213 906 768 | 21 000 000 | 19 141 263 | 7 211 127 | 7 486 171 | 268 745 329 |
| Receitas Próprias | 117 119 295 | 69 779 467 | 218 345 218 | 297 875 353 | 441 349 574 | 1 144 468 907 |
| Total 1. Financ. Nacional | 331 026 063 | 90 779 467 | 237 486 481 | 305 086 480 | 448 835 745 | 1 413 214 236 |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Feder QCA III e PO | 13 181 411 | 28 101 736 | 4 487 363 | 0 | 0 | 45 770 510 |
| Total 2. Financ. Comunitário | 13 181 411 | 28 101 736 | 4 487 363 | 0 | 0 | 45 770 510 |
| TOTAL DO PROGRAMA | 344 207 474 | 118 881 203 | 241 973 844 | 305 086 480 | 448 835 745 | 1 458 984 746 |
| TOTAL DO MINISTÉRIO | 344 207 474 | 118 881 203 | 241 973 844 | 305 086 480 | 448 835 745 | 1 458 984 746 |

Fonte: MFAP/DGO

Mapa XV - Ministério por Programa

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 8

| Ministério/Programa/Medida | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | | |
|---------------------------------------------------|-----------------------------------|--------------------|--------------------|--------------------|-------------------|----------------------|
| | Execução Anos anteriores | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL PIDDAC |
| ECONOMIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO | | | | | | |
| 012 - ECONOMIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 119 905 550 | 56 500 000 | 59 087 212 | 47 239 621 | 14 813 599 | 297 545 982 |
| Receitas Próprias | 185 160 | 0 | 0 | 0 | 0 | 185 160 |
| Transf. no âmbito das AP | 0 | 185 076 | 0 | 0 | 0 | 185 076 |
| Total 1. Financ. Nacional | 120 090 710 | 56 685 076 | 59 087 212 | 47 239 621 | 14 813 599 | 297 916 218 |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Feder QCA III e PO | 210 944 371 | 217 957 835 | 174 148 591 | 178 496 244 | 15 079 700 | 796 626 741 |
| Feder Cooperação | 121 345 | 120 000 | 120 000 | 120 000 | 240 000 | 721 345 |
| Fundo de Coesão | 1 206 217 | 170 000 | 0 | 0 | 0 | 1 376 217 |
| Outros | 16 067 | 10 448 | 0 | 0 | 0 | 26 515 |
| Total 2. Financ. Comunitário | 212 288 000 | 218 258 283 | 174 268 591 | 178 616 244 | 15 319 700 | 798 750 818 |
| TOTAL DO PROGRAMA | 332 378 710 | 274 943 359 | 233 355 803 | 225 855 865 | 30 133 299 | 1 096 667 036 |
| TOTAL DO MINISTÉRIO | 332 378 710 | 274 943 359 | 233 355 803 | 225 855 865 | 30 133 299 | 1 096 667 036 |

Fonte: MFAP/DGO

Mapa XV - Ministério por Programa

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 9

| Ministério/Programa/Medida | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | | |
|-----------------------------------------------------------|-----------------------------------|--------------------|--------------------|--------------------|----------------------|----------------------|
| | Execução Anos anteriores | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL PIDDAC |
| AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS | | | | | | |
| 013 - AGRICULTURA E PESCAS | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 181 169 932 | 152 900 000 | 269 254 673 | 256 151 082 | 505 168 434 | 1 364 644 121 |
| Receitas Próprias | 11 412 056 | 1 482 798 | 0 | 0 | 0 | 12 894 854 |
| Total 1. Financ. Nacional | 192 581 988 | 154 382 798 | 269 254 673 | 256 151 082 | 505 168 434 | 1 377 538 975 |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Feder QCA III e PO | 202 320 | 127 280 | 0 | 0 | 0 | 329 600 |
| Feder Cooperação | 18 641 | 37 500 | 0 | 0 | 0 | 56 141 |
| Fundo Social Europeu | 401 084 | 0 | 0 | 0 | 0 | 401 084 |
| Feoga Orientação/FEADER | 225 801 645 | 304 752 717 | 583 225 826 | 582 849 662 | 1 214 516 444 | 2 911 146 294 |
| Feoga Garantia/Feoga | 16 747 273 | 5 567 430 | 5 567 396 | 5 567 363 | 11 134 726 | 44 584 188 |
| Fundo Europeu das pescas | 21 247 589 | 31 635 302 | 34 739 574 | 32 520 802 | 58 832 836 | 178 976 103 |
| Outros | 11 400 020 | 6 346 243 | 1 788 550 | 1 529 566 | 0 | 21 064 379 |
| Total 2. Financ. Comunitário | 275 818 572 | 348 466 472 | 625 321 346 | 622 467 393 | 1 284 484 006 | 3 156 557 789 |
| TOTAL DO PROGRAMA | 468 400 560 | 502 849 270 | 894 576 019 | 878 618 475 | 1 789 652 440 | 4 534 096 764 |
| TOTAL DO MINISTÉRIO | 468 400 560 | 502 849 270 | 894 576 019 | 878 618 475 | 1 789 652 440 | 4 534 096 764 |

Fonte: MFAP/DGO

Mapa XV - Ministério por Programa

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 10

| Ministério/Programa/Medida | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | | |
|---------------------------------------------------------|-----------------------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|----------------------|
| | Execução Anos anteriores | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL PIDDAC |
| OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES | | | | | | |
| 014 - OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 724 842 231 | 103 200 000 | 151 577 048 | 114 192 398 | 206 646 136 | 1 300 457 813 |
| Receitas Próprias | 111 616 250 | 2 145 000 | 480 000 | 480 000 | 0 | 114 721 250 |
| Transf. no âmbito das AP | 2 428 175 | 820 000 | 820 000 | 820 000 | 0 | 4 888 175 |
| Total 1. Financ. Nacional | 838 886 656 | 106 165 000 | 152 877 048 | 115 492 398 | 206 646 136 | 1 420 067 238 |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Feder QCA III e PO | 163 384 497 | 11 706 180 | 14 576 384 | 20 743 311 | 21 114 127 | 231 524 499 |
| Feder Cooperação | 0 | 122 025 | 339 525 | 138 225 | 0 | 599 775 |
| Fundo de Coesão | 54 927 580 | 432 683 | 0 | 0 | 0 | 55 360 263 |
| Fundo Europeu das pescas | 2 000 000 | 2 200 000 | 1 575 000 | 900 000 | 1 200 000 | 7 875 000 |
| Outros | 13 129 815 | 0 | 0 | 0 | 0 | 13 129 815 |
| Total 2. Financ. Comunitário | 233 441 892 | 14 460 888 | 16 490 909 | 21 781 536 | 22 314 127 | 308 489 352 |
| TOTAL DO PROGRAMA | 1 072 328 548 | 120 625 888 | 169 367 957 | 137 273 934 | 228 960 263 | 1 728 556 590 |
| TOTAL DO MINISTÉRIO | 1 072 328 548 | 120 625 888 | 169 367 957 | 137 273 934 | 228 960 263 | 1 728 556 590 |

Fonte: MFAP/DGO

Mapa XV - Ministério por Programa

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 11

| Ministério/Programa/Medida | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | | |
|---------------------------------------------------|-----------------------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|----------------------|
| | Execução Anos anteriores | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL PIDDAC |
| AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO | | | | | | |
| 015 - AMBIENTE E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 1 337 660 103 | 67 409 790 | 57 708 615 | 39 696 895 | 24 015 941 | 1 526 491 344 |
| Receitas Próprias | 205 745 341 | 65 984 507 | 49 490 000 | 50 220 000 | 134 150 000 | 505 589 848 |
| Transf. no âmbito das AP | 46 301 | 10 946 081 | 3 851 263 | 789 125 | 0 | 15 632 770 |
| Total 1. Financ. Nacional | 1 543 451 745 | 144 340 378 | 111 049 878 | 90 706 020 | 158 165 941 | 2 047 713 962 |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Feder QCA III e PO | 99 142 343 | 54 032 920 | 14 651 086 | 7 030 683 | 265 400 | 175 122 432 |
| Feder Cooperação | 3 090 742 | 3 200 011 | 1 833 928 | 660 819 | 0 | 8 785 500 |
| Fundo de Coesão | 21 401 483 | 23 028 167 | 29 317 877 | 10 518 001 | 2 000 | 84 267 528 |
| Fundo Social Europeu | 231 385 | 25 525 | 0 | 0 | 0 | 256 910 |
| Feoga Orientação/FEADER | 330 775 | 67 410 | 98 366 | 0 | 0 | 496 551 |
| Outros | 25 485 243 | 7 787 740 | 164 147 | 129 147 | 78 750 | 33 645 027 |
| Total 2. Financ. Comunitário | 149 681 970 | 88 141 773 | 46 065 404 | 18 338 650 | 346 150 | 302 573 947 |
| TOTAL DO PROGRAMA | 1 693 133 715 | 232 482 151 | 157 115 282 | 109 044 670 | 158 512 091 | 2 350 287 909 |
| 021 - COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 402 425 | 90 210 | 156 500 | 6 500 | 0 | 655 635 |
| Total 1. Financ. Nacional | 402 425 | 90 210 | 156 500 | 6 500 | 0 | 655 635 |
| TOTAL DO PROGRAMA | 402 425 | 90 210 | 156 500 | 6 500 | 0 | 655 635 |
| TOTAL DO MINISTÉRIO | 1 693 536 139 | 232 572 361 | 157 271 782 | 109 051 170 | 158 512 091 | 2 350 943 543 |

Fonte: MFAP/DGO

Mapa XV - Ministério por Programa

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 12

| Ministério/Programa/Medida | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | | |
|----------------------------------------------|-----------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|------------------|--------------------|
| | Execução Anos anteriores | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL PIDDAC |
| TRABALHO E SOLIDARIEDADE SOCIAL | | | | | | |
| 016 - TRABALHO E SOLIDARIEDADE SOCIAL | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 13 237 358 | 9 400 000 | 8 235 118 | 8 524 071 | 6 789 218 | 46 185 765 |
| Receitas Próprias | 2 221 305 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 221 305 |
| Transf. no âmbito das AP | 0 | 35 704 988 | 49 945 000 | 47 245 000 | 0 | 132 894 988 |
| Total 1. Financ. Nacional | 15 458 663 | 45 104 988 | 58 180 118 | 55 769 071 | 6 789 218 | 181 302 058 |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Feder QCA III e PO | 574 783 | 0 | 0 | 0 | 0 | 574 783 |
| Total 2. Financ. Comunitário | 574 783 | 0 | 0 | 0 | 0 | 574 783 |
| TOTAL DO PROGRAMA | 16 033 446 | 45 104 988 | 58 180 118 | 55 769 071 | 6 789 218 | 181 876 841 |
| TOTAL DO MINISTÉRIO | 16 033 446 | 45 104 988 | 58 180 118 | 55 769 071 | 6 789 218 | 181 876 841 |

Fonte: MFAP/DGO

Mapa XV - Ministério por Programa

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 13

| Ministério/Programa/Medida | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | | TOTAL PIDDAC |
|-------------------------------------|-----------------------------------|-------------------|-------------------|------------------|----------------|--------------------|
| | Execução Anos anteriores | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | |
| SAUDE | | | | | | |
| 017 - SAÚDE | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 37 424 931 | 25 600 000 | 35 872 119 | 5 331 145 | 0 | 104 228 195 |
| Receitas Próprias | 110 638 | 0 | 0 | 0 | 0 | 110 638 |
| Total 1. Financ. Nacional | 37 535 569 | 25 600 000 | 35 872 119 | 5 331 145 | 0 | 104 338 833 |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Feder QCA III e PO | 47 412 163 | 28 483 043 | 12 151 133 | 0 | 0 | 88 046 339 |
| Fundo Social Europeu | 78 794 | 77 529 | 0 | 0 | 0 | 156 323 |
| Total 2. Financ. Comunitário | 47 490 957 | 28 560 572 | 12 151 133 | 0 | 0 | 88 202 662 |
| TOTAL DO PROGRAMA | 85 026 526 | 54 160 572 | 48 023 252 | 5 331 145 | 0 | 192 541 495 |
| TOTAL DO MINISTÉRIO | 85 026 526 | 54 160 572 | 48 023 252 | 5 331 145 | 0 | 192 541 495 |

Fonte: MFAP/DGO

Mapa XV - Ministério por Programa

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 14

| Ministério/Programa/Medida | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | | TOTAL PIDDAC |
|-------------------------------------|-----------------------------------|--------------------|-------------------|----------|----------------|--------------------|
| | Execução Anos anteriores | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | |
| EDUCAÇÃO | | | | | | |
| 018 - EDUCAÇÃO | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 136 370 044 | 69 500 000 | 77 353 339 | 0 | 0 | 283 223 383 |
| Receitas Próprias | 6 784 505 | 201 180 | 0 | 0 | 0 | 6 985 685 |
| Total 1. Financ. Nacional | 143 154 549 | 69 701 180 | 77 353 339 | 0 | 0 | 290 209 068 |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Feder QCA III e PO | 61 261 090 | 41 815 628 | 0 | 0 | 0 | 103 076 718 |
| Fundo Social Europeu | 0 | 2 000 000 | 0 | 0 | 0 | 2 000 000 |
| Total 2. Financ. Comunitário | 61 261 090 | 43 815 628 | 0 | 0 | 0 | 105 076 718 |
| TOTAL DO PROGRAMA | 204 415 639 | 113 516 808 | 77 353 339 | 0 | 0 | 395 285 786 |
| TOTAL DO MINISTÉRIO | 204 415 639 | 113 516 808 | 77 353 339 | 0 | 0 | 395 285 786 |

Fonte: MFAP/DGO

Mapa XV - Ministério por Programa

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 15

| Ministério/Programa/Medida | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | | |
|------------------------------------------------|-----------------------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|----------------------|
| | Execução Anos anteriores | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL PIDDAC |
| CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR | | | | | | |
| 019 - INVESTIGAÇÃO E ENSINO SUPERIOR | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 1 091 244 674 | 344 456 705 | 377 533 071 | 374 670 438 | 745 061 840 | 2 932 966 728 |
| Receitas Próprias | 56 763 350 | 8 344 000 | 7 772 108 | 5 971 833 | 3 690 000 | 82 541 291 |
| Transf. no âmbito das AP | 718 368 | 440 000 | 273 340 | 123 340 | 0 | 1 555 048 |
| Total 1. Financ. Nacional | 1 148 726 392 | 353 240 705 | 385 578 519 | 380 765 611 | 748 751 840 | 3 017 063 067 |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Feder QCA III e PO | 162 314 741 | 60 376 955 | 88 742 297 | 69 626 767 | 0 | 381 060 760 |
| Fundo Social Europeu | 156 911 268 | 89 240 000 | 77 140 000 | 77 140 000 | 0 | 400 431 268 |
| Outros | 518 611 | 72 100 | 0 | 0 | 0 | 590 711 |
| Total 2. Financ. Comunitário | 319 744 620 | 149 689 055 | 165 882 297 | 146 766 767 | 0 | 782 082 739 |
| TOTAL DO PROGRAMA | 1 468 471 012 | 502 929 760 | 551 460 816 | 527 532 378 | 748 751 840 | 3 799 145 806 |
| 021 - COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 42 750 | 55 000 | 160 000 | 0 | 0 | 257 750 |
| Total 1. Financ. Nacional | 42 750 | 55 000 | 160 000 | 0 | 0 | 257 750 |
| TOTAL DO PROGRAMA | 42 750 | 55 000 | 160 000 | 0 | 0 | 257 750 |
| TOTAL DO MINISTÉRIO | 1 468 513 762 | 502 984 760 | 551 620 816 | 527 532 378 | 748 751 840 | 3 799 403 556 |

Mapa XV - Ministério por Programa

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 16

| Ministério/Programa/Medida | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | | |
|------------------------------------------------|-----------------------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|-----------------------|
| | Execução Anos anteriores | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL PIDDAC |
| CULTURA | | | | | | |
| 020 - CULTURA | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 178 894 267 | 49 580 000 | 59 295 846 | 9 661 608 | 398 000 | 297 829 721 |
| Receitas Próprias | 356 817 | 1 108 252 | 493 000 | 320 500 | 0 | 2 278 569 |
| Transf. no âmbito das AP | 0 | 500 000 | 594 920 | 0 | 0 | 1 094 920 |
| Total 1. Financ. Nacional | 179 251 084 | 51 188 252 | 60 383 766 | 9 982 108 | 398 000 | 301 203 210 |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Feder QCA III e PO | 17 765 049 | 17 160 387 | 17 546 806 | 9 180 505 | 0 | 61 652 747 |
| Feder Cooperação | 360 155 | 441 985 | 399 699 | 0 | 0 | 1 201 839 |
| Outros | 179 017 | 2 590 000 | 0 | 0 | 0 | 2 769 017 |
| Total 2. Financ. Comunitário | 18 304 221 | 20 192 372 | 17 946 505 | 9 180 505 | 0 | 65 623 603 |
| TOTAL DO PROGRAMA | 197 555 305 | 71 380 624 | 78 330 271 | 19 162 613 | 398 000 | 366 826 813 |
| 021 - COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 1 402 160 | 120 000 | 0 | 0 | 0 | 1 522 160 |
| Total 1. Financ. Nacional | 1 402 160 | 120 000 | 0 | 0 | 0 | 1 522 160 |
| TOTAL DO PROGRAMA | 1 402 160 | 120 000 | 0 | 0 | 0 | 1 522 160 |
| TOTAL DO MINISTÉRIO | 198 957 465 | 71 500 624 | 78 330 271 | 19 162 613 | 398 000 | 368 348 973 |
| TOTAL GERAL | 6 678 666 664 | 2 262 980 191 | 2 906 662 747 | 2 413 089 527 | 3 636 281 210 | 17 897 680 339 |
| TOTAL CONSOLIDADO | 6 288 509 315 | 2 171 300 211 | 2 889 533 314 | 2 396 118 594 | 3 604 945 074 | 17 350 406 508 |

Fonte: MFAP/DGO

MAPA XV

Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 1

| Ministério/Programa/Medida | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | | |
|---------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|----------------|-----------|-----------|----------------|--------------|
| | Execução Anos anteriores | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL PIDDAC |
| ENCARGOS GERAIS DO ESTADO | | | | | | |
| 001 - ÓRGÃOS DE SOBERANIA | | | | | | |
| 001 - SERV. GERAIS DA A.P. - ADMINISTRAÇÃO GERAL | | | | | | |
| QC : | | | | | | |
| GOP : MODERNIZAR PORTUGAL;INVESTIR NA CULTURA | | | | | | |
| NUTS : CASCAIS;FUNCHAL;LISBOA;VÁRIOS CONCELHOS DA R. A. DOS AÇORES | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 13 297 357 | 1 674 000 | 1 552 000 | 1 400 000 | 0 | 17 923 357 |
| Total 1. Financ. Nacional | 13 297 357 | 1 674 000 | 1 552 000 | 1 400 000 | 0 | 17 923 357 |
| TOTAL DA MEDIDA | 13 297 357 | 1 674 000 | 1 552 000 | 1 400 000 | 0 | 17 923 357 |
| 012 - SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS - SISTEMA JUDICIÁRIO | | | | | | |
| QC : | | | | | | |
| GOP : VALORIZAR A JUSTIÇA | | | | | | |
| NUTS : LISBOA | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 0 | 76 000 | 0 | 0 | 0 | 76 000 |
| Total 1. Financ. Nacional | 0 | 76 000 | 0 | 0 | 0 | 76 000 |
| TOTAL DA MEDIDA | 0 | 76 000 | 0 | 0 | 0 | 76 000 |
| 036 - SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS - CULTURA | | | | | | |
| QC : | | | | | | |
| GOP : INVESTIR NA CULTURA | | | | | | |
| NUTS : LISBOA | | | | | | |

Fonte: MFAP/DGO

MAPA XV

Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 2

| Ministério/Programa/Medida | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | | |
|---------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|----------------|-----------|-----------|----------------|--------------|
| | Execução Anos anteriores | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL PIDDAC |
| ENCARGOS GERAIS DO ESTADO | | | | | | |
| 001 - ÓRGÃOS DE SOBERANIA | | | | | | |
| 036 - SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS - CULTURA | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 3 058 942 | 300 000 | 700 000 | 600 000 | 0 | 4 658 942 |
| Total 1. Financ. Nacional | 3 058 942 | 300 000 | 700 000 | 600 000 | 0 | 4 658 942 |
| TOTAL DA MEDIDA | 3 058 942 | 300 000 | 700 000 | 600 000 | 0 | 4 658 942 |
| TOTAL DO PROGRAMA | 16 356 299 | 2 050 000 | 2 252 000 | 2 000 000 | 0 | 22 658 299 |
| TOTAL DO MINISTÉRIO | 16 356 299 | 2 050 000 | 2 252 000 | 2 000 000 | 0 | 22 658 299 |

MAPA XV

Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 3

| Ministério/Programa/Medida | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|----------------|------------|-----------|----------------|--------------|
| | Execução Anos anteriores | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL PIDDAC |
| PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS | | | | | | |
| 002 - GOVERNAÇÃO | | | | | | |
| 001 - SERV. GERAIS DA A.P. - ADMINISTRAÇÃO GERAL | | | | | | |
| QC : QREN E PROGRAMAS DE DESENV. RURAL E DAS PESCAS;Governação e capacitação institucional;Qualificação Inicial;Governação e Capacitação Institucional;Competitividade, inovação e conhecimento;Coesão Social;Intervenções integradas para a redução dos custos públicos de contexto (uma AP eficiente e de qualidade);Estímulos à produção do conhecimento e desenvolvimento tecnológico;Outras Iniciativas Comunitárias;Bacia do Mediterrâneo / Instrumento da Política Europeia de Vizinhança GOP : MODERNIZAR PORTUGAL;MELHOR COMUNICAÇÃO SOCIAL;INTEGRAÇÃO DOS IMIGRANTES;UMA POLITICA INTEGRADA DE JUVENTUDE NUTS : GONDOMAR;GUARDA;PONTE DA BARCA;PENAFIEL;SANTARÉM;VILA NOVA DE GAIA;RIO MAIOR;SERPA;VÁRIAS NUTS I (PAÍS);CASTELO BRANCO;AMARES;PORTIMÃO;CAMPO MAIOR;LISBOA;SANTO TIRSO;SÃO JOÃO DA MADEIRA;VÁRIAS NUTS III DE LISBOA E VALE DO TEJO;ÓBIDOS;VILA NOVA DA BARQUINHA;VÁRIOS CONCELHOS DA GRANDE LISBOA;VÁRIAS NUTS II DO CONTINENTE;CHAVES;MATOSINHOS;CANTANHEDE;TAROUCA | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 27 129 644 | 14 543 263 | 20 364 104 | 6 670 000 | 2 150 000 | 70 857 011 |
| Total 1. Financ. Nacional | 27 129 644 | 14 543 263 | 20 364 104 | 6 670 000 | 2 150 000 | 70 857 011 |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Feder QCA III e PO | 7 863 292 | 15 252 292 | 9 683 779 | 800 000 | 0 | 33 599 363 |
| Feder Cooperação | 803 604 | 625 000 | 0 | 0 | 0 | 1 428 604 |
| Fundo Social Europeu | 138 439 | 102 427 | 0 | 0 | 0 | 240 866 |
| Outros | 86 682 | 36 300 | 149 555 | 0 | 0 | 272 537 |
| Total 2. Financ. Comunitário | 8 892 017 | 16 016 019 | 9 833 334 | 800 000 | 0 | 35 541 370 |
| TOTAL DA MEDIDA | 36 021 661 | 30 559 282 | 30 197 438 | 7 470 000 | 2 150 000 | 106 398 381 |
| 011 - SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS - FORÇAS DE SEGURANÇA | | | | | | |
| QC : GOP : MELHOR SEGURANÇA INTERNA,MAIS SEGURANÇA RODOVIARIA E MELHOR PROTECÇÃO CIVIL NUTS : LISBOA | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 0 | 175 000 | 0 | 0 | 0 | 175 000 |

Fonte: MFAP/DGO

MAPA XV

Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 4

| Ministério/Programa/Medida | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | | |
|-----------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|----------------|------|------|----------------|--------------|
| | Execução Anos anteriores | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL PIDDAC |
| PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS | | | | | | |
| 002 - GOVERNAÇÃO | | | | | | |
| 011 - SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS - FORÇAS DE SEGURANÇA | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Total 1. Financ. Nacional | 0 | 175 000 | 0 | 0 | 0 | 175 000 |
| TOTAL DA MEDIDA | 0 | 175 000 | 0 | 0 | 0 | 175 000 |
| 031 - HABITAÇÃO E SERV. COLECTIVOS - ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO | | | | | | |
| QC : | | | | | | |
| GOP : ORDENAMENTO DO TERRITORIO E POLITICA DAS CIDADES | | | | | | |
| NUTS : VÁRIAS NUTS II DO CONTINENTE | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 125 485 331 | 3 733 776 | 0 | 0 | 0 | 129 219 107 |
| Total 1. Financ. Nacional | 125 485 331 | 3 733 776 | 0 | 0 | 0 | 129 219 107 |
| TOTAL DA MEDIDA | 125 485 331 | 3 733 776 | 0 | 0 | 0 | 129 219 107 |
| 036 - SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS - CULTURA | | | | | | |
| QC : | | | | | | |
| GOP : UMA POLITICA INTEGRADA DE JUVENTUDE | | | | | | |
| NUTS : LISBOA | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 134 864 | 60 000 | 0 | 0 | 0 | 194 864 |
| Total 1. Financ. Nacional | 134 864 | 60 000 | 0 | 0 | 0 | 194 864 |

Fonte: MFAP/DGO

MAPA XV

Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 5

| Ministério/Programa/Medida | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | | TOTAL PIDDAC |
|---------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|----------------|------------|-----------|----------------|--------------|
| | Execução Anos anteriores | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | |
| PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS | | | | | | |
| 002 - GOVERNAÇÃO | | | | | | |
| 036 - SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS - CULTURA | | | | | | |
| TOTAL DA MEDIDA | 134 864 | 60 000 | 0 | 0 | 0 | 194 864 |
| 037 - SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS - DESPORTO, RECREIO E LAZER | | | | | | |
| QC : | | | | | | |
| GOP : MAIS DESPORTO,MELHOR QUALIDADE DE VIDA;UMA POLITICA INTEGRADA DE JUVENTUDE | | | | | | |
| NUTS : VÁRIAS NUTS II DO CONTINENTE;VÁRIAS NUTS I (PAÍS);OEIRAS | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 56 832 419 | 8 626 704 | 11 455 800 | 4 758 800 | 0 | 81 673 723 |
| Total 1. Financ. Nacional | 56 832 419 | 8 626 704 | 11 455 800 | 4 758 800 | 0 | 81 673 723 |
| TOTAL DA MEDIDA | 56 832 419 | 8 626 704 | 11 455 800 | 4 758 800 | 0 | 81 673 723 |
| 038 - SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS - COMUNICAÇÃO SOCIAL | | | | | | |
| QC : | | | | | | |
| GOP : MELHOR COMUNICAÇÃO SOCIAL | | | | | | |
| NUTS : LISBOA | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 31 599 | 10 000 | 0 | 0 | 0 | 41 599 |
| Total 1. Financ. Nacional | 31 599 | 10 000 | 0 | 0 | 0 | 41 599 |
| TOTAL DA MEDIDA | 31 599 | 10 000 | 0 | 0 | 0 | 41 599 |
| 063 - OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO | | | | | | |

Fonte: MFAP/DGO

MAPA XV

Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 6

| Ministério/Programa/Medida | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|------------------|------------------|------------------|----------------|------------------|
| | Execução Anos anteriores | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL PIDDAC |
| PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS | | | | | | |
| 002 - GOVERNAÇÃO | | | | | | |
| 063 - OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO | | | | | | |
| QC : Outras Iniciativas Comunitárias;Igualdade de Género | | | | | | |
| GOP : SAUDE:UM VALOR PARA TODOS;MAIS IGUALDADE, COMBATER AS DESCRIMINAÇOES | | | | | | |
| NUTS : VÁRIOS CONCELHOS DO ALENTEJO CENTRAL;VÁRIAS NUTS III DO NORTE;COIMBRA;BRAGANÇA;PORTO;VÁRIOS CONCELHOS DO ALGARVE;LISBOA;VÁRIAS NUTS II DO CONTINENTE | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 627 448 | 850 000 | 585 205 | 311 793 | 0 | 2 374 446 |
| Receitas Próprias | 67 088 | 0 | 0 | 0 | 0 | 67 088 |
| Total 1. Financ. Nacional | 694 536 | 850 000 | 585 205 | 311 793 | 0 | 2 441 534 |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Fundo Social Europeu | 245 574 | 2 204 585 | 1 447 051 | 879 084 | 0 | 4 776 294 |
| Outros | 1 915 322 | 251 830 | 0 | 0 | 0 | 2 167 152 |
| Total 2. Financ. Comunitário | 2 160 896 | 2 456 415 | 1 447 051 | 879 084 | 0 | 6 943 446 |
| TOTAL DA MEDIDA | 2 855 432 | 3 306 415 | 2 032 256 | 1 190 877 | 0 | 9 384 980 |
| 065 - OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS - DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS | | | | | | |
| QC : Gestão e Aperfeiçoamento Profissional | | | | | | |
| GOP : MODERNIZAR PORTUGAL | | | | | | |
| NUTS : LISBOA | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 18 618 | 25 092 | 0 | 0 | 0 | 43 710 |
| Total 1. Financ. Nacional | 18 618 | 25 092 | 0 | 0 | 0 | 43 710 |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |

Fonte: MFAP/DGO

MAPA XV

Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 7

| Ministério/Programa/Medida | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | | |
|---------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|-------------------|------------|------------|----------------|--------------|
| | Execução Anos anteriores | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL PIDDAC |
| PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS | | | | | | |
| 002 - GOVERNAÇÃO | | | | | | |
| 065 - OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS - DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS | | | | | | |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Fundo Social Europeu | 18 612 | 16 377 | 0 | 0 | 0 | 34 989 |
| Total 2. Financ. Comunitário | 18 612 | 16 377 | 0 | 0 | 0 | 34 989 |
| TOTAL DA MEDIDA | 37 230 | 41 469 | 0 | 0 | 0 | 78 699 |
| TOTAL DO PROGRAMA | 221 398 535 | 46 512 646 | 43 685 494 | 13 419 677 | 2 150 000 | 327 166 352 |

Fonte: MFAP/DGO

MAPA XV

Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 8

| Ministério/Programa/Medida | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|----------------|------------|------------|----------------|--------------|
| | Execução Anos anteriores | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL PIDDAC |
| PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS | | | | | | |
| 021 - COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO | | | | | | |
| 003 - SERV. GERAIS DA A.P. - COOPERAÇÃO ECONÓMICA EXTERNA | | | | | | |
| QC : | | | | | | |
| GOP : RENOVAR O COMPROMISSO COM A CIENCIA;DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL E AMBIENTE;INVESTIR NA CULTURA;POLITICA EXTERNA,INTEGRAÇÃO EUROPEIA E COMUNIDADES PORTUGUESAS | | | | | | |
| NUTS : LISBOA;VÁRIAS NUTS II DO CONTINENTE;ESTRANGEIRO | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 3 471 420 | 345 375 | 0 | 0 | 0 | 3 816 795 |
| Total 1. Financ. Nacional | 3 471 420 | 345 375 | 0 | 0 | 0 | 3 816 795 |
| TOTAL DA MEDIDA | 3 471 420 | 345 375 | 0 | 0 | 0 | 3 816 795 |
| TOTAL DO PROGRAMA | 3 471 420 | 345 375 | 0 | 0 | 0 | 3 816 795 |
| TOTAL DO MINISTÉRIO | 224 869 955 | 46 858 021 | 43 685 494 | 13 419 677 | 2 150 000 | 330 983 147 |

Fonte: MFAP/DGO

MAPA XV

Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 9

| Ministério/Programa/Medida | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|-------------------|
| | Execução Anos anteriores | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL PIDDAC |
| NEGÓCIOS ESTRANGEIROS | | | | | | |
| 003 - REPRESENTAÇÃO EXTERNA | | | | | | |
| 001 - SERV. GERAIS DA A.P. - ADMINISTRAÇÃO GERAL | | | | | | |
| QC : | | | | | | |
| GOP : POLITICA EXTERNA,INTEGRAÇÃO EUROPEIA E COMUNIDADES PORTUGUESAS;MODERNIZAR PORTUGAL | | | | | | |
| NUTS : LISBOA | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 1 858 899 | 3 499 803 | 3 000 000 | 3 250 000 | 4 500 000 | 16 108 702 |
| Receitas Próprias | 337 050 | 0 | 0 | 0 | 0 | 337 050 |
| Total 1. Financ. Nacional | 2 195 949 | 3 499 803 | 3 000 000 | 3 250 000 | 4 500 000 | 16 445 752 |
| TOTAL DA MEDIDA | 2 195 949 | 3 499 803 | 3 000 000 | 3 250 000 | 4 500 000 | 16 445 752 |
| 002 - SERV. GERAIS DA A.P. - NEGÓCIOS ESTRANGEIROS | | | | | | |
| QC : Intervenções integradas para a redução dos custos públicos de contexto (uma AP eficiente e de qualidade);Redes e acções colectivas de desenvolvimento empresarial | | | | | | |
| GOP : POLITICA EXTERNA,INTEGRAÇÃO EUROPEIA E COMUNIDADES PORTUGUESAS;MODERNIZAR PORTUGAL;PROSSEGUIR A CONSOLIDAÇÃO DAS FINANÇAS PUBLICAS;VALORIZAR A JUSTIÇA | | | | | | |
| NUTS : LISBOA;ESTRANGEIRO | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 20 535 201 | 3 742 457 | 2 337 263 | 2 149 699 | 5 299 785 | 34 064 405 |
| Receitas Próprias | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Transf. no âmbito das AP | 155 698 | 3 296 050 | 806 992 | 110 000 | 110 000 | 4 478 740 |
| Total 1. Financ. Nacional | 20 690 899 | 7 038 507 | 3 144 255 | 2 259 699 | 5 409 785 | 38 543 145 |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Feder QCA III e PO | 649 853 | 525 173 | 0 | 0 | 0 | 1 175 026 |
| Total 2. Financ. Comunitário | 649 853 | 525 173 | 0 | 0 | 0 | 1 175 026 |
| TOTAL DA MEDIDA | 21 340 752 | 7 563 680 | 3 144 255 | 2 259 699 | 5 409 785 | 39 718 171 |

Fonte: MFAP/DGO

MAPA XV

Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 10

| Ministério/Programa/Medida | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | | |
|---------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|----------------|-----------|-----------|----------------|--------------|
| | Execução Anos anteriores | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL PIDDAC |
| NEGÓCIOS ESTRANGEIROS | | | | | | |
| 003 - REPRESENTAÇÃO EXTERNA | | | | | | |
| 036 - SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS - CULTURA | | | | | | |
| QC : | | | | | | |
| GOP : INVESTIR NA CULTURA | | | | | | |
| NUTS : LISBOA | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 22 000 | 41 040 | 0 | 0 | 0 | 63 040 |
| Total 1. Financ. Nacional | 22 000 | 41 040 | 0 | 0 | 0 | 63 040 |
| TOTAL DA MEDIDA | 22 000 | 41 040 | 0 | 0 | 0 | 63 040 |
| TOTAL DO PROGRAMA | 23 558 702 | 11 104 523 | 6 144 255 | 5 509 699 | 9 909 785 | 56 226 964 |

MAPA XV

Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 11

| Ministério/Programa/Medida | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|----------------|-----------|-----------|----------------|--------------|
| | Execução Anos anteriores | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL PIDDAC |
| NEGÓCIOS ESTRANGEIROS | | | | | | |
| 021 - COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO | | | | | | |
| 003 - SERV. GERAIS DA A.P. - COOPERAÇÃO ECONÓMICA EXTERNA | | | | | | |
| QC : | | | | | | |
| GOP : RENOVAR O COMPROMISSO COM A CIENCIA;DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL E AMBIENTE;INVESTIR NA CULTURA;POLITICA EXTERNA,INTEGRAÇÃO EUROPEIA E COMUNIDADES PORTUGUESAS | | | | | | |
| NUTS : LISBOA;VÁRIAS NUTS II DO CONTINENTE;ESTRANGEIRO | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 1 658 799 | 516 700 | 455 000 | 15 500 | 34 600 | 2 680 599 |
| Total 1. Financ. Nacional | 1 658 799 | 516 700 | 455 000 | 15 500 | 34 600 | 2 680 599 |
| TOTAL DA MEDIDA | 1 658 799 | 516 700 | 455 000 | 15 500 | 34 600 | 2 680 599 |
| TOTAL DO PROGRAMA | 1 658 799 | 516 700 | 455 000 | 15 500 | 34 600 | 2 680 599 |
| TOTAL DO MINISTÉRIO | 25 217 501 | 11 621 223 | 6 599 255 | 5 525 199 | 9 944 385 | 58 907 563 |

Fonte: MFAP/DGO

MAPA XV

Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 12

| Ministério/Programa/Medida | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|----------------|--------------------|
| | Execução Anos anteriores | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL PIDDAC |
| FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA | | | | | | |
| 004 - FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA | | | | | | |
| 001 - SERV. GERAIS DA A.P. - ADMINISTRAÇÃO GERAL | | | | | | |
| QC : Intervenções integradas para a redução dos custos públicos de contexto (uma AP eficiente e de qualidade) | | | | | | |
| GOP : LINHAS GERAIS DA POLITICA ECONOMICA;PROSSEGUIR A CONSOLIDAÇÃO DAS FINANÇAS PUBLICAS;MODERNIZAR PORTUGAL | | | | | | |
| NUTS : LISBOA;AMADORA;VÁRIAS NUTS II DO CONTINENTE;VÁRIAS NUTS I (PAÍS);VÁRIAS NUTS III DE LISBOA E VALE DO TEJO;OEIRAS | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 98 013 072 | 13 622 800 | 30 284 067 | 25 782 068 | 0 | 167 702 007 |
| Receitas Próprias | 4 471 034 | 910 956 | 0 | 0 | 0 | 5 381 990 |
| Total 1. Financ. Nacional | 102 484 106 | 14 533 756 | 30 284 067 | 25 782 068 | 0 | 173 083 997 |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Feder QCA III e PO | 8 691 111 | 13 180 384 | 0 | 0 | 0 | 21 871 495 |
| Total 2. Financ. Comunitário | 8 691 111 | 13 180 384 | 0 | 0 | 0 | 21 871 495 |
| TOTAL DA MEDIDA | 111 175 217 | 27 714 140 | 30 284 067 | 25 782 068 | 0 | 194 955 492 |
| 027 - SEGURANÇA E ACÇÃO SOCIAL - ACÇÃO SOCIAL | | | | | | |
| QC : | | | | | | |
| GOP : MAIS PROTECÇÃO SOCIAL | | | | | | |
| NUTS : LISBOA | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 0 | 118 705 | 0 | 0 | 0 | 118 705 |
| Total 1. Financ. Nacional | 0 | 118 705 | 0 | 0 | 0 | 118 705 |
| TOTAL DA MEDIDA | 0 | 118 705 | 0 | 0 | 0 | 118 705 |
| 036 - SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS - CULTURA | | | | | | |

MAPA XV

Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 13

| Ministério/Programa/Medida | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|----------------|-----------|-----------|----------------|--------------|
| | Execução Anos anteriores | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL PIDDAC |
| FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA | | | | | | |
| 004 - FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA | | | | | | |
| 036 - SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS - CULTURA | | | | | | |
| QC : | | | | | | |
| GOP : INVESTIR NA CULTURA | | | | | | |
| NUTS : LISBOA | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 43 536 | 10 000 | 10 000 | 0 | 0 | 63 536 |
| Total 1. Financ. Nacional | 43 536 | 10 000 | 10 000 | 0 | 0 | 63 536 |
| TOTAL DA MEDIDA | 43 536 | 10 000 | 10 000 | 0 | 0 | 63 536 |
| 065 - OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS - DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS | | | | | | |
| QC : Formação Avançada;Espaço Atlântico;Intervenções integradas para a redução dos custos públicos de contexto (uma AP eficiente e de qualidade);Gestão e Aperfeiçoamento Profissional;Coordenação, Gestão, Monitorização, Auditoria e Conhecer para Intervir e Qualificar nas Regiões do Objectivo Convergênci;Assistência técnica;Lisboa;Auditoria e controlo do FEDER e FC | | | | | | |
| GOP : PROSSEGUIR A CONSOLIDAÇÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS;MODERNIZAR PORTUGAL;POLITICA EXTERNA,INTEGRAÇÃO EUROPEIA E COMUNIDADES PORTUGUESAS | | | | | | |
| NUTS : VÁRIAS NUTS I (PAÍS);LISBOA | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 8 412 912 | 4 248 495 | 4 432 424 | 1 021 946 | 0 | 18 115 777 |
| Receitas Próprias | 7 031 790 | 475 423 | 0 | 0 | 0 | 7 507 213 |
| Total 1. Financ. Nacional | 15 444 702 | 4 723 918 | 4 432 424 | 1 021 946 | 0 | 25 622 990 |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Feder QCA III e PO | 4 449 256 | 7 244 213 | 4 085 973 | 973 183 | 0 | 16 752 625 |
| Feder Cooperação | 55 824 | 56 579 | 57 769 | 58 878 | 0 | 229 050 |
| Fundo Social Europeu | 1 871 066 | 1 440 654 | 241 958 | 259 171 | 0 | 3 812 849 |

Fonte: MFAP/DGO

MAPA XV

Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 14

| Ministério/Programa/Medida | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | | |
|---------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|----------------|------------|------------|----------------|--------------|
| | Execução Anos anteriores | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL PIDDAC |
| FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA | | | | | | |
| 004 - FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA | | | | | | |
| 065 - OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS - DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS | | | | | | |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Feoga Orientação/FEADER | 0 | 64 243 | 0 | 0 | 0 | 64 243 |
| Outros | 0 | 10 000 | 0 | 0 | 0 | 10 000 |
| Total 2. Financ. Comunitário | 6 376 146 | 8 815 689 | 4 385 700 | 1 291 232 | 0 | 20 868 767 |
| TOTAL DA MEDIDA | 21 820 849 | 13 539 607 | 8 818 124 | 2 313 178 | 0 | 46 491 758 |
| TOTAL DO PROGRAMA | 133 039 601 | 41 382 452 | 39 112 191 | 28 095 246 | 0 | 241 629 490 |
| TOTAL DO MINISTÉRIO | 133 039 601 | 41 382 452 | 39 112 191 | 28 095 246 | 0 | 241 629 490 |

MAPA XV

Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 15

| Ministério/Programa/Medida | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|----------------|-----------|---------|----------------|--------------|
| | Execução Anos anteriores | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL PIDDAC |
| DEFESA NACIONAL | | | | | | |
| 006 - DEFESA | | | | | | |
| 004 - SERV. GERAIS DA A.P. - INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA DE CARÁCTER GERAL | | | | | | |
| QC : | | | | | | |
| GOP : POLITICA DE DEFESA NACIONAL | | | | | | |
| NUTS : LISBOA | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 2 803 426 | 105 000 | 1 729 603 | 500 000 | 1 161 937 | 6 299 966 |
| Total 1. Financ. Nacional | 2 803 426 | 105 000 | 1 729 603 | 500 000 | 1 161 937 | 6 299 966 |
| TOTAL DA MEDIDA | 2 803 426 | 105 000 | 1 729 603 | 500 000 | 1 161 937 | 6 299 966 |
| 006 - DEFESA NACIONAL - INVESTIGAÇÃO | | | | | | |
| QC : | | | | | | |
| GOP : POLITICA DE DEFESA NACIONAL | | | | | | |
| NUTS : VÁRIAS NUTS II DO CONTINENTE; LISBOA | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 9 579 384 | 265 000 | 0 | 0 | 0 | 9 844 384 |
| Total 1. Financ. Nacional | 9 579 384 | 265 000 | 0 | 0 | 0 | 9 844 384 |
| TOTAL DA MEDIDA | 9 579 384 | 265 000 | 0 | 0 | 0 | 9 844 384 |
| 007 - DEFESA NACIONAL - FORÇAS ARMADAS | | | | | | |
| QC : | | | | | | |
| GOP : MELHOR SEGURANÇA INTERNA, MAIS SEGURANÇA RODOVIARIA E MELHOR PROTECÇÃO CIVIL; INVESTIR NA CULTURA; DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL E AMBIENTE; REFORÇAR O COMBATE A CORRUPÇÃO; POLITICA DE DEFESA NACIONAL | | | | | | |
| NUTS : LISBOA; VÁRIAS NUTS I (PAÍS); VÁRIAS NUTS II DO CONTINENTE; VÁRIOS CONCELHOS DA R. A. DOS AÇORES | | | | | | |

Fonte: MFAP/DGO

MAPA XV

Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 16

| Ministério/Programa/Medida | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | | |
|-----------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|-------------------|--------------------|-------------------|--------------------|--------------------|
| | Execução Anos anteriores | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL PIDDAC |
| DEFESA NACIONAL | | | | | | |
| 006 - DEFESA | | | | | | |
| 007 - DEFESA NACIONAL - FORÇAS ARMADAS | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 163 024 058 | 12 133 000 | 104 318 505 | 72 966 192 | 139 825 992 | 492 267 747 |
| Receitas Próprias | 1 850 000 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 850 000 |
| Total 1. Financ. Nacional | 164 874 058 | 12 133 000 | 104 318 505 | 72 966 192 | 139 825 992 | 494 117 747 |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Feder QCA III e PO | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Total 2. Financ. Comunitário | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| TOTAL DA MEDIDA | 164 874 058 | 12 133 000 | 104 318 505 | 72 966 192 | 139 825 992 | 494 117 747 |
| 014 - SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS - PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS | | | | | | |
| QC : | | | | | | |
| GOP : POLITICA DE DEFESA NACIONAL | | | | | | |
| NUTS : VILA NOVA DA BARQUINHA; LISBOA; ESPINHO | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 12 983 043 | 1 895 000 | 9 866 500 | 9 864 500 | 14 816 000 | 49 425 043 |
| Total 1. Financ. Nacional | 12 983 043 | 1 895 000 | 9 866 500 | 9 864 500 | 14 816 000 | 49 425 043 |
| TOTAL DA MEDIDA | 12 983 043 | 1 895 000 | 9 866 500 | 9 864 500 | 14 816 000 | 49 425 043 |
| 017 - EDUCAÇÃO - ESTABELECIMENTOS DE ENSINO NÃO SUPERIOR | | | | | | |
| QC : | | | | | | |
| GOP : MAIS E MELHOR EDUCAÇÃO PARA TODOS | | | | | | |

MAPA XV

Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 17

| Ministério/Programa/Medida | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|----------------|-----------|-----------|----------------|--------------|
| | Execução Anos anteriores | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL PIDDAC |
| DEFESA NACIONAL | | | | | | |
| 006 - DEFESA | | | | | | |
| 017 - EDUCAÇÃO - ESTABELECIMENTOS DE ENSINO NÃO SUPERIOR | | | | | | |
| NUTS : ALMADA;ALENQUER | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 1 111 643 | 2 101 000 | 3 000 000 | 3 200 000 | 9 350 000 | 18 762 643 |
| Total 1. Financ. Nacional | 1 111 643 | 2 101 000 | 3 000 000 | 3 200 000 | 9 350 000 | 18 762 643 |
| TOTAL DA MEDIDA | 1 111 643 | 2 101 000 | 3 000 000 | 3 200 000 | 9 350 000 | 18 762 643 |
| 018 - EDUCAÇÃO - ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SUPERIOR | | | | | | |
| QC : | | | | | | |
| GOP : MAIS E MELHOR EDUCAÇÃO PARA TODOS | | | | | | |
| NUTS : ALMADA | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 2 710 337 | 101 000 | 0 | 0 | 0 | 2 811 337 |
| Total 1. Financ. Nacional | 2 710 337 | 101 000 | 0 | 0 | 0 | 2 811 337 |
| TOTAL DA MEDIDA | 2 710 337 | 101 000 | 0 | 0 | 0 | 2 811 337 |
| 034 - SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO | | | | | | |
| QC : | | | | | | |
| GOP : INVESTIR NA CULTURA | | | | | | |
| NUTS : LISBOA | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |

Fonte: MFAP/DGO

MAPA XV

Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 18

| Ministério/Programa/Medida | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|----------------|-------------|------------|----------------|--------------|
| | Execução Anos anteriores | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL PIDDAC |
| DEFESA NACIONAL | | | | | | |
| 006 - DEFESA | | | | | | |
| 034 - SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 1 063 286 | 700 000 | 0 | 0 | 0 | 1 763 286 |
| Total 1. Financ. Nacional | 1 063 286 | 700 000 | 0 | 0 | 0 | 1 763 286 |
| TOTAL DA MEDIDA | 1 063 286 | 700 000 | 0 | 0 | 0 | 1 763 286 |
| 036 - SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS - CULTURA | | | | | | |
| QC : | | | | | | |
| GOP : INVESTIR NA CULTURA | | | | | | |
| NUTS : OEIRAS | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 1 841 287 | 100 000 | 0 | 0 | 0 | 1 941 287 |
| Total 1. Financ. Nacional | 1 841 287 | 100 000 | 0 | 0 | 0 | 1 941 287 |
| TOTAL DA MEDIDA | 1 841 287 | 100 000 | 0 | 0 | 0 | 1 941 287 |
| TOTAL DO PROGRAMA | 196 966 464 | 17 400 000 | 118 914 608 | 86 530 692 | 165 153 929 | 584 965 693 |
| TOTAL DO MINISTÉRIO | 196 966 464 | 17 400 000 | 118 914 608 | 86 530 692 | 165 153 929 | 584 965 693 |

MAPA XV

Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 19

| Ministério/Programa/Medida | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | | |
|--------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------|------------|------------|----------------|--------------|
| | Execução Anos anteriores | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL PIDDAC |
| ADMINISTRAÇÃO INTERNA | | | | | | |
| 009 - SEGURANÇA INTERNA | | | | | | |
| 001 - SERV. GERAIS DA A.P. - ADMINISTRAÇÃO GERAL | | | | | | |
| QC : | | | | | | |
| GOP : | UMA ESTRATEGIA PARA A HABITAÇÃO;MELHOR SEGURANÇA INTERNA,MAIS SEGURANÇA RODOVIARIA E MELHOR PROTECÇÃO CIVIL;LINHAS GERAIS DA POLITICA ECONOMICA | | | | | |
| NUTS : | VÁRIAS NUTS I (PAÍS);VÁRIAS NUTS II DO CONTINENTE;LISBOA | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 15 134 221 | 1 000 000 | 0 | 0 | 0 | 16 134 221 |
| Total 1. Financ. Nacional | 15 134 221 | 1 000 000 | 0 | 0 | 0 | 16 134 221 |
| TOTAL DA MEDIDA | 15 134 221 | 1 000 000 | 0 | 0 | 0 | 16 134 221 |
| 009 - SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO | | | | | | |
| QC : | Outras Iniciativas Comunitárias;Assistência Técnica | | | | | |
| GOP : | MELHOR SEGURANÇA INTERNA,MAIS SEGURANÇA RODOVIARIA E MELHOR PROTECÇÃO CIVIL | | | | | |
| NUTS : | VÁRIAS NUTS I (PAÍS);VÁRIAS NUTS II DO CONTINENTE | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 95 285 594 | 10 370 000 | 20 219 999 | 10 219 999 | 47 000 000 | 183 095 592 |
| Receitas Próprias | 248 216 | 0 | 0 | 0 | 0 | 248 216 |
| Total 1. Financ. Nacional | 95 533 810 | 10 370 000 | 20 219 999 | 10 219 999 | 47 000 000 | 183 343 808 |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Feder QCA III e PO | 25 587 935 | 680 000 | 680 001 | 680 001 | 0 | 27 627 937 |
| Outros | 1 000 000 | 1 932 000 | 0 | 0 | 0 | 2 932 000 |
| Total 2. Financ. Comunitário | 26 587 935 | 2 612 000 | 680 001 | 680 001 | 0 | 30 559 937 |
| TOTAL DA MEDIDA | 122 121 745 | 12 982 000 | 20 900 000 | 10 900 000 | 47 000 000 | 213 903 745 |

Fonte: MFAP/DGO

MAPA XV

Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 20

| Ministério/Programa/Medida | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | | |
|------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|----------------|------------|------------|----------------|--------------|
| | Execução Anos anteriores | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL PIDDAC |
| ADMINISTRAÇÃO INTERNA | | | | | | |
| 009 - SEGURANÇA INTERNA | | | | | | |
| 014 - SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS - PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS | | | | | | |
| QC : Prevenção, gestão e monitorização de riscos naturais e tecnológicos | | | | | | |
| GOP : MELHOR SEGURANÇA INTERNA, MAIS SEGURANÇA RODOVIARIA E MELHOR PROTECÇÃO CIVIL | | | | | | |
| NUTS : VÁRIAS NUTS II DO CONTINENTE | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 169 565 | 1 100 000 | 853 260 | 770 820 | 0 | 2 893 645 |
| Total 1. Financ. Nacional | 169 565 | 1 100 000 | 853 260 | 770 820 | 0 | 2 893 645 |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Fundo de Coesão | 608 676 | 2 446 667 | 1 990 940 | 1 798 580 | 0 | 6 844 863 |
| Total 2. Financ. Comunitário | 608 676 | 2 446 667 | 1 990 940 | 1 798 580 | 0 | 6 844 863 |
| TOTAL DA MEDIDA | 778 241 | 3 546 667 | 2 844 200 | 2 569 400 | 0 | 9 738 508 |
| TOTAL DO PROGRAMA | 138 034 207 | 17 528 667 | 23 744 200 | 13 469 400 | 47 000 000 | 239 776 474 |

MAPA XV

Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 21

| Ministério/Programa/Medida | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|----------------|-------------|---------|----------------|--------------|
| | Execução Anos anteriores | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL PIDDAC |
| ADMINISTRAÇÃO INTERNA | | | | | | |
| 010 - LEI DE PROGR. DAS INSTALAÇÕES E EQUIP. DAS FORÇAS DE SEGURANÇA | | | | | | |
| 009 - SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO | | | | | | |
| QC : PO TEMÁTICO VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO | | | | | | |
| GOP : MELHOR SEGURANÇA INTERNA,MAIS SEGURANÇA RODOVIARIA E MELHOR PROTECÇÃO CIVIL | | | | | | |
| NUTS : VÁRIAS NUTS III DO NORTE;VÁRIAS NUTS I (PAÍS) | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 0 | 325 000 | 225 000 | 225 000 | 0 | 775 000 |
| Total 1. Financ. Nacional | 0 | 325 000 | 225 000 | 225 000 | 0 | 775 000 |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Feder QCA III e PO | 0 | 741 597 | 143 182 | 143 182 | 0 | 1 027 961 |
| Total 2. Financ. Comunitário | 0 | 741 597 | 143 182 | 143 182 | 0 | 1 027 961 |
| TOTAL DA MEDIDA | 0 | 1 066 597 | 368 182 | 368 182 | 0 | 1 802 961 |
| 011 - SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS - FORÇAS DE SEGURANÇA | | | | | | |
| QC : Intervenções integradas para a redução dos custos públicos de contexto (uma AP eficiente e de qualidade);Outras Iniciativas Comunitárias | | | | | | |
| GOP : MELHOR SEGURANÇA INTERNA,MAIS SEGURANÇA RODOVIARIA E MELHOR PROTECÇÃO CIVIL | | | | | | |
| NUTS : VÁRIAS NUTS I (PAÍS);VÁRIAS NUTS II DO CONTINENTE | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 6 774 965 | 34 605 000 | 37 250 021 | 0 | 0 | 78 629 986 |
| Receitas Próprias | 49 909 448 | 51 520 762 | 124 683 595 | 0 | 0 | 226 113 805 |
| Total 1. Financ. Nacional | 56 684 413 | 86 125 762 | 161 933 616 | 0 | 0 | 304 743 791 |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |

Fonte: MFAP/DGO

MAPA XV

Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 22

| Ministério/Programa/Medida | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | | |
|-----------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|--------------------|--------------------|-------------------|-------------------|--------------------|
| | Execução Anos anteriores | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL PIDDAC |
| ADMINISTRAÇÃO INTERNA | | | | | | |
| 010 - LEI DE PROGR. DAS INSTALAÇÕES E EQUIP. DAS FORÇAS DE SEGURANÇA | | | | | | |
| 011 - SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS - FORÇAS DE SEGURANÇA | | | | | | |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Feder QCA III e PO | 2 684 454 | 757 636 | 0 | 0 | 0 | 3 442 090 |
| Outros | 1 015 500 | 1 050 000 | 0 | 0 | 0 | 2 065 500 |
| Total 2. Financ. Comunitário | 3 699 954 | 1 807 636 | 0 | 0 | 0 | 5 507 590 |
| TOTAL DA MEDIDA | 60 384 367 | 87 933 398 | 161 933 616 | 0 | 0 | 310 251 381 |
| TOTAL DO PROGRAMA | 60 384 367 | 88 999 995 | 162 301 798 | 368 182 | 0 | 312 054 342 |
| TOTAL DO MINISTÉRIO | 198 418 574 | 106 528 662 | 186 045 998 | 13 837 582 | 47 000 000 | 551 830 816 |

MAPA XV

Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 23

| Ministério/Programa/Medida | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|------------------|--------------------|
| | Execução Anos anteriores | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL PIDDAC |
| JUSTIÇA | | | | | | |
| 011 - JUSTIÇA | | | | | | |
| 001 - SERV. GERAIS DA A.P. - ADMINISTRAÇÃO GERAL | | | | | | |
| QC : Intervenções integradas para a redução dos custos públicos de contexto (uma AP eficiente e de qualidade) | | | | | | |
| GOP : VALORIZAR A JUSTIÇA | | | | | | |
| NUTS : VÁRIAS NUTS II DO CONTINENTE; LISBOA; VÁRIAS NUTS I (PAÍS); VÁRIAS NUTS III DE LISBOA E VALE DO TEJO | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 9 658 792 | 5 452 602 | 961 223 | 961 223 | 1 616 223 | 18 650 063 |
| Receitas Próprias | 13 672 134 | 3 373 615 | 2 204 490 | 120 000 | 0 | 19 370 239 |
| Total 1. Financ. Nacional | 23 330 926 | 8 826 217 | 3 165 713 | 1 081 223 | 1 616 223 | 38 020 302 |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Feder QCA III e PO | 5 924 888 | 5 198 255 | 73 111 | 0 | 0 | 11 196 254 |
| Total 2. Financ. Comunitário | 5 924 888 | 5 198 255 | 73 111 | 0 | 0 | 11 196 254 |
| TOTAL DA MEDIDA | 29 255 814 | 14 024 472 | 3 238 824 | 1 081 223 | 1 616 223 | 49 216 556 |
| 010 - SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS - INVESTIGAÇÃO | | | | | | |
| QC : Intervenções integradas para a redução dos custos públicos de contexto (uma AP eficiente e de qualidade) | | | | | | |
| GOP : VALORIZAR A JUSTIÇA | | | | | | |
| NUTS : PORTIMÃO; COIMBRA; FARO; VÁRIAS NUTS I (PAÍS); LOURES; LISBOA | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 68 576 387 | 3 115 371 | 367 347 | 0 | 0 | 72 059 105 |
| Receitas Próprias | 21 515 928 | 15 447 408 | 54 478 460 | 74 837 513 | 6 481 952 | 172 761 261 |
| Total 1. Financ. Nacional | 90 092 315 | 18 562 779 | 54 845 807 | 74 837 513 | 6 481 952 | 244 820 366 |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Feder QCA III e PO | 527 906 | 1 407 548 | 0 | 0 | 0 | 1 935 454 |

Fonte: MFAP/DGO

MAPA XV

Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 24

| Ministério/Programa/Medida | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|----------------|------------|------------|----------------|--------------|
| | Execução Anos anteriores | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL PIDDAC |
| JUSTIÇA | | | | | | |
| 011 - JUSTIÇA | | | | | | |
| 010 - SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS - INVESTIGAÇÃO | | | | | | |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Total 2. Financ. Comunitário | 527 906 | 1 407 548 | 0 | 0 | 0 | 1 935 454 |
| TOTAL DA MEDIDA | 90 620 221 | 19 970 327 | 54 845 807 | 74 837 513 | 6 481 952 | 246 755 820 |
| 012 - SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS - SISTEMA JUDICIÁRIO | | | | | | |
| QC : Intervenções integradas para a redução dos custos públicos de contexto (uma AP eficiente e de qualidade) | | | | | | |
| GOP : VALORIZAR A JUSTIÇA | | | | | | |
| NUTS : VÁRIAS NUTS III DE LISBOA E VALE DO TEJO;PAREDES;TOMAR;BARCELOS;SANTARÉM;GOUVEIA;VILA POUCA DE AGUIAR;LISBOA;SEIXAL;LOUSADA;ESTREMOZ;MAFRA;PONTE DE LIMA;RIO MAIOR;COVILHÃ;BENAVENTE;MOGADOURO;ANGRA DO HEROÍSMO;LOUSÃ;GUIMARÃES;FARO;VILA VIÇOSA;FERREIRA DO ALENTEJO;PESO DA RÉGUA;LOURINHÃ;VIANA DO CASTELO;CASTELO BRANCO;PALMELA;BRAGANÇA;PONTA DO SOL;VISEU;PENAFIEL;VÁRIAS NUTS I (PAÍS);LOULÉ;ABRANTES;VÁRIAS NUTS III DO NORTE;PORTO;MATOSINHOS;CARTAXO;CABECEIRAS DE BASTO;OLIVEIRA DO BAIRRO;PAÇOS DE FERREIRA;POVOAÇÃO;MARINHA GRANDE;SANTA COMBA DÃO;HORTA;AROUÇA;VÁRIAS NUTS III DO CENTRO;PONTA DELGADA;PENACOVA;SEIA;GONDOMAR;OURÉM;ELVAS | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 18 929 146 | 4 352 791 | 6 551 273 | 130 000 | 0 | 29 963 210 |
| Receitas Próprias | 48 418 689 | 24 461 268 | 43 708 950 | 17 804 735 | 6 715 100 | 141 108 742 |
| Total 1. Financ. Nacional | 67 347 835 | 28 814 059 | 50 260 223 | 17 934 735 | 6 715 100 | 171 071 952 |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Feder QCA III e PO | 3 547 536 | 7 210 145 | 21 752 | 0 | 0 | 10 779 433 |
| Total 2. Financ. Comunitário | 3 547 536 | 7 210 145 | 21 752 | 0 | 0 | 10 779 433 |
| TOTAL DA MEDIDA | 70 895 371 | 36 024 204 | 50 281 975 | 17 934 735 | 6 715 100 | 181 851 385 |
| 013 - SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS - SISTEMA PRISIONAL, DE REINserÇÃO SOCIAL E DE MENORES | | | | | | |
| QC : PO TEMÁTICO FACTORES DE COMPETITIVIDADE | | | | | | |
| GOP : VALORIZAR A JUSTIÇA | | | | | | |

MAPA XV

Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 25

| Ministério/Programa/Medida | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|-------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| | Execução Anos anteriores | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL PIDDAC |
| JUSTIÇA | | | | | | |
| 011 - JUSTIÇA | | | | | | |
| 013 - SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS - SISTEMA PRISIONAL, DE REINSERÇÃO SOCIAL E DE MENORES | | | | | | |
| NUTS : VÁRIAS NUTS I (PAÍS);CASCAIS;VÁRIAS NUTS III DE LISBOA E VALE DO TEJO;LEIRIA;PONTA DELGADA;ANGRA DO HEROÍSMO;CASTELO BRANCO;PORTO;LISBOA;COIMBRA;VÁRIAS NUTS II DO CONTINENTE;SILVES;AZAMBUJA;MONTIJO;FUNCHAL;ELVAS;VILA DO CONDE;SINTRA | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 108 409 659 | 3 479 236 | 8 444 420 | 6 119 904 | 5 869 948 | 132 323 167 |
| Receitas Próprias | 32 571 648 | 26 497 176 | 117 953 318 | 205 113 105 | 428 152 522 | 810 287 769 |
| Total 1. Financ. Nacional | 140 981 307 | 29 976 412 | 126 397 738 | 211 233 009 | 434 022 470 | 942 610 936 |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Feder QCA III e PO | 0 | 1 034 350 | 1 575 500 | 0 | 0 | 2 609 850 |
| Total 2. Financ. Comunitário | 0 | 1 034 350 | 1 575 500 | 0 | 0 | 2 609 850 |
| TOTAL DA MEDIDA | 140 981 307 | 31 010 762 | 127 973 238 | 211 233 009 | 434 022 470 | 945 220 786 |
| 065 - OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS - DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS | | | | | | |
| QC : Intervenções integradas para a redução dos custos públicos de contexto (uma AP eficiente e de qualidade) | | | | | | |
| GOP : VALORIZAR A JUSTIÇA | | | | | | |
| NUTS : VÁRIAS NUTS I (PAÍS) | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 8 332 784 | 4 600 000 | 2 817 000 | 0 | 0 | 15 749 784 |
| Receitas Próprias | 940 896 | 0 | 0 | 0 | 0 | 940 896 |
| Total 1. Financ. Nacional | 9 273 680 | 4 600 000 | 2 817 000 | 0 | 0 | 16 690 680 |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Feder QCA III e PO | 3 181 081 | 13 251 438 | 2 817 000 | 0 | 0 | 19 249 519 |

Fonte: MFAP/DGO

MAPA XV

Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 26

| Ministério/Programa/Medida | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | | |
|---------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|----------------|-------------|-------------|----------------|---------------|
| | Execução Anos anteriores | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL PIDDAC |
| JUSTIÇA | | | | | | |
| 011 - JUSTIÇA | | | | | | |
| 065 - OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS - DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS | | | | | | |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Total 2. Financ. Comunitário | 3 181 081 | 13 251 438 | 2 817 000 | 0 | 0 | 19 249 519 |
| TOTAL DA MEDIDA | 12 454 761 | 17 851 438 | 5 634 000 | 0 | 0 | 35 940 199 |
| TOTAL DO PROGRAMA | 344 207 474 | 118 881 203 | 241 973 844 | 305 086 480 | 448 835 745 | 1 458 984 746 |
| TOTAL DO MINISTÉRIO | 344 207 474 | 118 881 203 | 241 973 844 | 305 086 480 | 448 835 745 | 1 458 984 746 |

MAPA XV

Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 27

| Ministério/Programa/Medida | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|----------------|-----------|-----------|----------------|--------------|
| | Execução Anos anteriores | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL PIDDAC |
| ECONOMIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO | | | | | | |
| 012 - ECONOMIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO | | | | | | |
| 001 - SERV. GERAIS DA A.P. - ADMINISTRAÇÃO GERAL | | | | | | |
| QC : Intervenções integradas para a redução dos custos públicos de contexto (uma AP eficiente e de qualidade) | | | | | | |
| GOP : MODERNIZAR PORTUGAL;REGULAR O MERCADO, DEFENDER OS CONSUMIDORES | | | | | | |
| NUTS : PORTO;VÁRIAS NUTS III DO CENTRO;VÁRIAS NUTS I (PAÍS);LISBOA;VÁRIOS CONCELHOS DA GRANDE LISBOA;FARO;VÁRIAS NUTS II DO CONTINENTE;ÉVORA;COIMBRA | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 5 668 898 | 3 096 221 | 2 237 150 | 1 664 500 | 727 000 | 13 393 769 |
| Total 1. Financ. Nacional | 5 668 898 | 3 096 221 | 2 237 150 | 1 664 500 | 727 000 | 13 393 769 |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Feder QCA III e PO | 2 444 262 | 994 680 | 0 | 0 | 0 | 3 438 942 |
| Total 2. Financ. Comunitário | 2 444 262 | 994 680 | 0 | 0 | 0 | 3 438 942 |
| TOTAL DA MEDIDA | 8 113 160 | 4 090 901 | 2 237 150 | 1 664 500 | 727 000 | 16 832 711 |
| 004 - SERV. GERAIS DA A.P. - INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA DE CARÁCTER GERAL | | | | | | |
| QC : Outras Iniciativas Comunitárias;Competitividade, inovação e conhecimento | | | | | | |
| GOP : MODERNIZAR PORTUGAL | | | | | | |
| NUTS : ALMADA;MATOSINHOS;VÁRIAS NUTS II DO CONTINENTE | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 634 302 | 572 202 | 1 092 191 | 1 155 250 | 592 755 | 4 046 700 |
| Total 1. Financ. Nacional | 634 302 | 572 202 | 1 092 191 | 1 155 250 | 592 755 | 4 046 700 |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Feder QCA III e PO | 12 492 | 401 749 | 157 053 | 0 | 0 | 571 294 |
| Outros | 16 067 | 10 448 | 0 | 0 | 0 | 26 515 |

Fonte: MFAP/DGO

MAPA XV

Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 28

| Ministério/Programa/Medida | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|----------------|------------|------------|----------------|--------------|
| | Execução Anos anteriores | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL PIDDAC |
| ECONOMIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO | | | | | | |
| 012 - ECONOMIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO | | | | | | |
| 004 - SERV. GERAIS DA A.P. - INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA DE CARÁCTER GERAL | | | | | | |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Total 2. Financ. Comunitário | 28 559 | 412 197 | 157 053 | 0 | 0 | 597 809 |
| TOTAL DA MEDIDA | 662 861 | 984 399 | 1 249 244 | 1 155 250 | 592 755 | 4 644 509 |
| 063 - OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO | | | | | | |
| QC : PO ASSISTÊNCIA TÉCNICA FEDER;Coordenação e monitorização financeira do FEDER e FC;Assistência Técnica Global;Auditoria e controlo do FEDER e FC | | | | | | |
| GOP : DESENVOLVIMENTO REGIONAL E COESAO DO TERRITORIO;REGULAR O MERCADO, DEFENDER OS CONSUMIDORES | | | | | | |
| NUTS : VÁRIAS NUTS I (PAÍS);VÁRIAS NUTS II DO CONTINENTE;LISBOA | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 12 380 225 | 7 027 039 | 7 316 180 | 6 956 180 | 13 301 140 | 46 980 764 |
| Receitas Próprias | 168 482 | 0 | 0 | 0 | 0 | 168 482 |
| Total 1. Financ. Nacional | 12 548 707 | 7 027 039 | 7 316 180 | 6 956 180 | 13 301 140 | 47 149 246 |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Feder QCA III e PO | 9 790 806 | 7 539 850 | 7 539 850 | 7 507 450 | 15 079 700 | 47 457 656 |
| Feder Cooperação | 121 345 | 120 000 | 120 000 | 120 000 | 240 000 | 721 345 |
| Fundo de Coesão | 1 206 217 | 170 000 | 0 | 0 | 0 | 1 376 217 |
| Total 2. Financ. Comunitário | 11 118 368 | 7 829 850 | 7 659 850 | 7 627 450 | 15 319 700 | 49 555 218 |
| TOTAL DA MEDIDA | 23 667 075 | 14 856 889 | 14 976 030 | 14 583 630 | 28 620 840 | 96 704 464 |
| 065 - OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS - DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS | | | | | | |
| QC : Assistência técnica;Intervenções integradas para a redução dos custos públicos de contexto (uma AP eficiente e de qualidade);Competitividade, inovação e conhecimento;Estímulos à produção do conhecimento e | | | | | | |

MAPA XV

Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 29

| Ministério/Programa/Medida | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|--------------------|--------------------|--------------------|-------------------|----------------------|
| | Execução Anos anteriores | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL PIDDAC |
| ECONOMIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO | | | | | | |
| 012 - ECONOMIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO | | | | | | |
| 065 - OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS - DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS | | | | | | |
| desenvolvimento tecnológico | | | | | | |
| GOP : LINHAS GERAIS DA POLITICA ECONOMICA;MODERNIZAR PORTUGAL | | | | | | |
| NUTS : VÁRIAS NUTS II DO CONTINENTE;VÁRIAS NUTS III DO ALENTEJO;VÁRIAS NUTS III DO NORTE;VÁRIAS NUTS III DO CENTRO;VÁRIOS CONCELHOS DO ALGARVE;LISBOA;ALMADA;VÁRIAS NUTS III DE LISBOA E VALE DO TEJO;VÁRIOS CONCELHOS DA GRANDE LISBOA;COIMBRA | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 101 222 125 | 45 804 538 | 48 441 691 | 37 463 691 | 192 704 | 233 124 749 |
| Receitas Próprias | 16 678 | 0 | 0 | 0 | 0 | 16 678 |
| Transf. no âmbito das AP | 0 | 185 076 | 0 | 0 | 0 | 185 076 |
| Total 1. Financ. Nacional | 101 238 803 | 45 989 614 | 48 441 691 | 37 463 691 | 192 704 | 233 326 503 |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Feder QCA III e PO | 198 696 811 | 209 021 556 | 166 451 688 | 170 988 794 | 0 | 745 158 849 |
| Total 2. Financ. Comunitário | 198 696 811 | 209 021 556 | 166 451 688 | 170 988 794 | 0 | 745 158 849 |
| TOTAL DA MEDIDA | 299 935 614 | 255 011 170 | 214 893 379 | 208 452 485 | 192 704 | 978 485 352 |
| TOTAL DO PROGRAMA | 332 378 710 | 274 943 359 | 233 355 803 | 225 855 865 | 30 133 299 | 1 096 667 036 |
| TOTAL DO MINISTÉRIO | 332 378 710 | 274 943 359 | 233 355 803 | 225 855 865 | 30 133 299 | 1 096 667 036 |

Fonte: MFAP/DGO

MAPA XV

Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 30

| Ministério/Programa/Medida | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|----------------|-----------|-----------|----------------|--------------|
| | Execução Anos anteriores | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL PIDDAC |
| AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS | | | | | | |
| 013 - AGRICULTURA E PESCAS | | | | | | |
| 040 - AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILV, CAÇA, PESCA - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO | | | | | | |
| QC : Intervenções integradas para a redução dos custos públicos de contexto (uma AP eficiente e de qualidade) | | | | | | |
| GOP : DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL E AMBIENTE;MODERNIZAR PORTUGAL | | | | | | |
| NUTS : VÁRIAS NUTS II DO CONTINENTE;LISBOA | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 8 805 109 | 1 317 500 | 1 300 000 | 1 300 000 | 3 900 000 | 16 622 609 |
| Total 1. Financ. Nacional | 8 805 109 | 1 317 500 | 1 300 000 | 1 300 000 | 3 900 000 | 16 622 609 |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Feder QCA III e PO | 202 320 | 127 280 | 0 | 0 | 0 | 329 600 |
| Total 2. Financ. Comunitário | 202 320 | 127 280 | 0 | 0 | 0 | 329 600 |
| TOTAL DA MEDIDA | 9 007 429 | 1 444 780 | 1 300 000 | 1 300 000 | 3 900 000 | 16 952 209 |
| 041 - AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILV, CAÇA, PESCA - INVESTIGAÇÃO | | | | | | |
| QC : Outras Iniciativas Comunitárias;Desenvolvimento sustentável das Zonas de Pesca | | | | | | |
| GOP : RENOVAR O COMPROMISSO COM A CIENCIA | | | | | | |
| NUTS : SANTARÉM;VÁRIAS NUTS II DO CONTINENTE;VILA DO CONDE | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 11 203 102 | 1 730 000 | 4 030 810 | 4 092 150 | 1 104 000 | 22 160 062 |
| Receitas Próprias | 266 798 | 0 | 0 | 0 | 0 | 266 798 |
| Total 1. Financ. Nacional | 11 469 900 | 1 730 000 | 4 030 810 | 4 092 150 | 1 104 000 | 22 426 860 |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Fundo Europeu das pescas | 230 600 | 790 000 | 8 252 400 | 7 806 450 | 3 311 000 | 20 390 450 |

Fonte: MFAP/DGO

MAPA XV

Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 31

| Ministério/Programa/Medida | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | | TOTAL PIDDAC |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|--------------------|--------------------|--------------------|----------------------|----------------------|
| | Execução Anos anteriores | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | |
| AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS | | | | | | |
| 013 - AGRICULTURA E PESCAS | | | | | | |
| 041 - AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILV, CAÇA, PESCA - INVESTIGAÇÃO | | | | | | |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Outros | 7 424 479 | 1 004 000 | 1 280 000 | 1 480 000 | 0 | 11 188 479 |
| Total 2. Financ. Comunitário | 7 655 079 | 1 794 000 | 9 532 400 | 9 286 450 | 3 311 000 | 31 578 929 |
| TOTAL DA MEDIDA | 19 124 979 | 3 524 000 | 13 563 210 | 13 378 600 | 4 415 000 | 54 005 789 |
| 042 - AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILV, CAÇA, PESCA - AGRICULTURA E PECUÁRIA | | | | | | |
| QC : Promoção da competitividade;Outras Iniciativas Comunitárias;Gestão sustentável do espaço rural;Assistência técnica;Dinamização das zonas rurais - LEADER;Espaço Sudoeste Europeu GOP : DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL E AMBIENTE;LINHAS GERAIS DA POLITICA ECONOMICA;DESENVOLVIMENTO REGIONAL E COESAO DO TERRITORIO;REGULAR O MERCADO, DEFENDER OS CONSUMIDORES NUTS : VÁRIAS NUTS III DO CENTRO;VÁRIAS NUTS II DO CONTINENTE;VÁRIAS NUTS I (PAÍS);VÁRIOS CONCELHOS DA GRANDE LISBOA;MORTÁGUA | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 147 054 117 | 135 658 000 | 248 029 575 | 235 480 520 | 474 315 958 | 1 240 538 170 |
| Receitas Próprias | 9 819 528 | 498 798 | 0 | 0 | 0 | 10 318 326 |
| Total 1. Financ. Nacional | 156 873 645 | 136 156 798 | 248 029 575 | 235 480 520 | 474 315 958 | 1 250 856 496 |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Feder Cooperação | 18 641 | 37 500 | 0 | 0 | 0 | 56 141 |
| Fundo Social Europeu | 401 084 | 0 | 0 | 0 | 0 | 401 084 |
| Feoga Orientação/FEADER | 225 801 645 | 304 752 717 | 583 225 826 | 582 849 662 | 1 214 516 444 | 2 911 146 294 |
| Feoga Garantia/Feoga | 16 747 273 | 5 567 430 | 5 567 396 | 5 567 363 | 11 134 726 | 44 584 188 |
| Total 2. Financ. Comunitário | 242 968 643 | 310 357 647 | 588 793 222 | 588 417 025 | 1 225 651 170 | 2 956 187 707 |
| TOTAL DA MEDIDA | 399 842 288 | 446 514 445 | 836 822 797 | 823 897 545 | 1 699 967 128 | 4 207 044 203 |
| 043 - AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILV, CAÇA, PESCA - | | | | | | |

Fonte: MFAP/DGO

MAPA XV

Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 32

| Ministério/Programa/Medida | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|----------------|------------|------------|----------------|--------------|
| | Execução Anos anteriores | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL PIDDAC |
| AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS | | | | | | |
| 013 - AGRICULTURA E PESCAS | | | | | | |
| 043 - AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILV, CAÇA, PESCA - SILVICULTURA | | | | | | |
| QC : Outras Iniciativas Comunitárias;Gestão, Acompanhamento e Controlo do QCA III | | | | | | |
| GOP : DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL E AMBIENTE | | | | | | |
| NUTS : VÁRIAS NUTS II DO CONTINENTE;LEIRIA | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 934 490 | 1 095 000 | 505 000 | 600 000 | 0 | 3 134 490 |
| Total 1. Financ. Nacional | 934 490 | 1 095 000 | 505 000 | 600 000 | 0 | 3 134 490 |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Outros | 2 132 304 | 3 597 500 | 0 | 0 | 0 | 5 729 804 |
| Total 2. Financ. Comunitário | 2 132 304 | 3 597 500 | 0 | 0 | 0 | 5 729 804 |
| TOTAL DA MEDIDA | 3 066 794 | 4 692 500 | 505 000 | 600 000 | 0 | 8 864 294 |
| 045 - AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILV, CAÇA, PESCA - PESCA | | | | | | |
| QC : Assistência técnica;Adaptação da frota de pesca;Outras Iniciativas Comunitárias;Aquicultura, transformação e comercialização dos produtos da pesca e da aquicultura;Desenvolvimento sustentável das Zonas de Pesca;Medidas de interesse colectivo | | | | | | |
| GOP : LINHAS GERAIS DA POLITICA ECONOMICA;MODERNIZAR PORTUGAL | | | | | | |
| NUTS : VÁRIAS NUTS I (PAÍS);VÁRIAS NUTS II DO CONTINENTE;LISBOA | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 13 173 114 | 13 099 500 | 15 389 288 | 14 678 412 | 25 848 476 | 82 188 790 |
| Receitas Próprias | 169 730 | 0 | 0 | 0 | 0 | 169 730 |
| Total 1. Financ. Nacional | 13 342 844 | 13 099 500 | 15 389 288 | 14 678 412 | 25 848 476 | 82 358 520 |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Fundo Europeu das pescas | 21 016 989 | 30 845 302 | 26 487 174 | 24 714 352 | 55 521 836 | 158 585 653 |

Fonte: MFAP/DGO

MAPA XV

Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 33

| Ministério/Programa/Medida | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | | TOTAL PIDDAC |
|--------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|----------------|-------------|-------------|----------------|---------------|
| | Execução Anos anteriores | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | |
| AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS | | | | | | |
| 013 - AGRICULTURA E PESCAS | | | | | | |
| 045 - AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILV, CAÇA, PESCA - PESCA | | | | | | |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Outros | 1 843 238 | 1 744 743 | 508 550 | 49 566 | 0 | 4 146 097 |
| Total 2. Financ. Comunitário | 22 860 226 | 32 590 045 | 26 995 724 | 24 763 918 | 55 521 836 | 162 731 749 |
| TOTAL DA MEDIDA | 36 203 070 | 45 689 545 | 42 385 012 | 39 442 330 | 81 370 312 | 245 090 269 |
| 063 - OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO | | | | | | |
| QC : Prevenção, gestão e monitorização de riscos naturais e tecnológicos | | | | | | |
| GOP : ORDENAMENTO DO TERRITORIO E POLITICA DAS CIDADES | | | | | | |
| NUTS : VÁRIAS NUTS II DO CONTINENTE | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Próprias | 1 156 000 | 984 000 | 0 | 0 | 0 | 2 140 000 |
| Total 1. Financ. Nacional | 1 156 000 | 984 000 | 0 | 0 | 0 | 2 140 000 |
| TOTAL DA MEDIDA | 1 156 000 | 984 000 | 0 | 0 | 0 | 2 140 000 |
| TOTAL DO PROGRAMA | 468 400 560 | 502 849 270 | 894 576 019 | 878 618 475 | 1 789 652 440 | 4 534 096 764 |
| TOTAL DO MINISTÉRIO | 468 400 560 | 502 849 270 | 894 576 019 | 878 618 475 | 1 789 652 440 | 4 534 096 764 |

Fonte: MFAP/DGO

MAPA XV

Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 34

| Ministério/Programa/Medida | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|------------------|------------------|------------------|----------------|-------------------|
| | Execução Anos anteriores | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL PIDDAC |
| OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES | | | | | | |
| 014 - OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES | | | | | | |
| 001 - SERV. GERAIS DA A.P. - ADMINISTRAÇÃO GERAL | | | | | | |
| QC : Intervenções integradas para a redução dos custos públicos de contexto (uma AP eficiente e de qualidade) | | | | | | |
| GOP : MODERNIZAR PORTUGAL;PROSSEGUIR A CONSOLIDAÇÃO DAS FINANÇAS PUBLICAS | | | | | | |
| NUTS : VÁRIAS NUTS II DO CONTINENTE,LISBOA | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 7 272 633 | 1 950 000 | 1 095 000 | 325 000 | 25 000 | 10 667 633 |
| Receitas Próprias | 3 048 005 | 1 665 000 | 0 | 0 | 0 | 4 713 005 |
| Total 1. Financ. Nacional | 10 320 638 | 3 615 000 | 1 095 000 | 325 000 | 25 000 | 15 380 638 |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Feder QCA III e PO | 550 000 | 225 000 | 250 000 | 0 | 0 | 1 025 000 |
| Total 2. Financ. Comunitário | 550 000 | 225 000 | 250 000 | 0 | 0 | 1 025 000 |
| TOTAL DA MEDIDA | 10 870 638 | 3 840 000 | 1 345 000 | 325 000 | 25 000 | 16 405 638 |
| 004 - SERV. GERAIS DA A.P. - INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA DE CARÁCTER GERAL | | | | | | |
| QC : Intervenções integradas para a redução dos custos públicos de contexto (uma AP eficiente e de qualidade) | | | | | | |
| GOP : MODERNIZAR PORTUGAL;RENOVAR O COMPROMISSO COM A CIENCIA | | | | | | |
| NUTS : LISBOA;ESTRANGEIRO | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 10 405 560 | 4 275 902 | 4 189 049 | 3 769 049 | 0 | 22 639 560 |
| Receitas Próprias | 0 | 480 000 | 480 000 | 480 000 | 0 | 1 440 000 |
| Transf. no âmbito das AP | 0 | 820 000 | 820 000 | 820 000 | 0 | 2 460 000 |
| Total 1. Financ. Nacional | 10 405 560 | 5 575 902 | 5 489 049 | 5 069 049 | 0 | 26 539 560 |

Fonte: MFAP/DGO

MAPA XV

Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 35

| Ministério/Programa/Medida | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | | |
|---------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|----------------|-----------|-----------|----------------|--------------|
| | Execução Anos anteriores | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL PIDDAC |
| OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES | | | | | | |
| 014 - OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES | | | | | | |
| 004 - SERV. GERAIS DA A.P. - INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA DE CARÁCTER GERAL | | | | | | |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Feder QCA III e PO | 0 | 213 185 | 0 | 0 | 0 | 213 185 |
| Total 2. Financ. Comunitário | 0 | 213 185 | 0 | 0 | 0 | 213 185 |
| TOTAL DA MEDIDA | 10 405 560 | 5 789 087 | 5 489 049 | 5 069 049 | 0 | 26 752 745 |
| 036 - SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS - CULTURA | | | | | | |
| QC : | | | | | | |
| GOP : MODERNIZAR PORTUGAL | | | | | | |
| NUTS : LISBOA | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 265 452 | 80 000 | 80 000 | 0 | 0 | 425 452 |
| Total 1. Financ. Nacional | 265 452 | 80 000 | 80 000 | 0 | 0 | 425 452 |
| TOTAL DA MEDIDA | 265 452 | 80 000 | 80 000 | 0 | 0 | 425 452 |
| 037 - SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS - DESPORTO, RECREIO E LAZER | | | | | | |
| QC : | | | | | | |
| GOP : DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL E AMBIENTE | | | | | | |
| NUTS : OLHÃO;PORTIMÃO;PENICHE | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 15 908 667 | 450 000 | 2 000 000 | 1 050 000 | 0 | 19 408 667 |

Fonte: MFAP/DGO

MAPA XV

Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 36

| Ministério/Programa/Medida | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|----------------|------------|------------|----------------|--------------|
| | Execução Anos anteriores | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL PIDDAC |
| OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES | | | | | | |
| 014 - OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES | | | | | | |
| 037 - SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS - DESPORTO, RECREIO E LAZER | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Próprias | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Total 1. Financ. Nacional | 15 908 667 | 450 000 | 2 000 000 | 1 050 000 | 0 | 19 408 667 |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Feder QCA III e PO | 1 371 246 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 371 246 |
| Outros | 343 984 | 0 | 0 | 0 | 0 | 343 984 |
| Total 2. Financ. Comunitário | 1 715 230 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 715 230 |
| TOTAL DA MEDIDA | 17 623 897 | 450 000 | 2 000 000 | 1 050 000 | 0 | 21 123 897 |
| 045 - AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILV, CAÇA, PESCA - PESCA | | | | | | |
| QC : Pescas - Infraestruturas de portos;Medidas de interesse colectivo | | | | | | |
| GOP : MODERNIZAR PORTUGAL;DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL E AMBIENTE | | | | | | |
| NUTS : OLHÃO;FIGUEIRA DA FOZ;ALBUFEIRA;NAZARÉ;TAVIRA;VÁRIAS NUTS III DO NORTE;VÁRIOS CONCELHOS DO ALGARVE;VILA DO CONDE;SESIMBRA;PENICHE;MAFRA;VIANA DO CASTELO | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 57 364 841 | 12 064 287 | 36 110 000 | 18 502 500 | 2 150 000 | 126 191 628 |
| Receitas Próprias | 399 660 | 0 | 0 | 0 | 0 | 399 660 |
| Total 1. Financ. Nacional | 57 764 501 | 12 064 287 | 36 110 000 | 18 502 500 | 2 150 000 | 126 591 288 |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Feder QCA III e PO | 12 244 374 | 0 | 0 | 0 | 0 | 12 244 374 |
| Fundo Europeu das pescas | 2 000 000 | 2 200 000 | 1 575 000 | 900 000 | 1 200 000 | 7 875 000 |
| Outros | 3 298 880 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 298 880 |

Fonte: MFAP/DGO

MAPA XV

Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 37

| Ministério/Programa/Medida | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|----------------|------------|------------|----------------|--------------|
| | Execução Anos anteriores | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL PIDDAC |
| OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES | | | | | | |
| 014 - OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES | | | | | | |
| 045 - AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILV, CAÇA, PESCA - PESCA | | | | | | |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Total 2. Financ. Comunitário | 17 543 254 | 2 200 000 | 1 575 000 | 900 000 | 1 200 000 | 23 418 254 |
| TOTAL DA MEDIDA | 75 307 755 | 14 264 287 | 37 685 000 | 19 402 500 | 3 350 000 | 150 009 542 |
| 052 - TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO | | | | | | |
| QC : Outras Iniciativas Comunitárias;Assistência Técnica;Intervenções integradas para a redução dos custos públicos de contexto (uma AP eficiente e de qualidade) | | | | | | |
| GOP : MODERNIZAR PORTUGAL;RELANÇAR A ECONOMIA, PROMOVER O EMPREGO | | | | | | |
| NUTS : LISBOA;VÁRIAS NUTS II DO CONTINENTE;PORTO | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 14 729 185 | 11 544 098 | 6 209 636 | 4 468 821 | 2 598 642 | 39 550 382 |
| Receitas Próprias | 130 616 | 0 | 0 | 0 | 0 | 130 616 |
| Total 1. Financ. Nacional | 14 859 801 | 11 544 098 | 6 209 636 | 4 468 821 | 2 598 642 | 39 680 998 |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Feder QCA III e PO | 9 578 759 | 7 600 031 | 7 535 553 | 7 161 648 | 14 323 296 | 46 199 287 |
| Fundo de Coesão | 1 972 876 | 432 683 | 0 | 0 | 0 | 2 405 559 |
| Total 2. Financ. Comunitário | 11 551 635 | 8 032 714 | 7 535 553 | 7 161 648 | 14 323 296 | 48 604 846 |
| TOTAL DA MEDIDA | 26 411 436 | 19 576 812 | 13 745 189 | 11 630 469 | 16 921 938 | 88 285 844 |
| 054 - TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - TRANSPORTES RODOVIÁRIOS | | | | | | |
| QC : | | | | | | |
| GOP : RELANÇAR A ECONOMIA, PROMOVER O EMPREGO | | | | | | |

Fonte: MFAP/DGO

MAPA XV

Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 38

| Ministério/Programa/Medida | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|--------------------|--------------------|
| | Execução Anos anteriores | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL PIDDAC |
| OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES | | | | | | |
| 014 - OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES | | | | | | |
| 054 - TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - TRANSPORTES RODOVIÁRIOS | | | | | | |
| NUTS : VÁRIAS NUTS II DO CONTINENTE | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 132 065 846 | 19 100 000 | 19 100 000 | 0 | 0 | 170 265 846 |
| Receitas Próprias | 171 292 | 0 | 0 | 0 | 0 | 171 292 |
| Total 1. Financ. Nacional | 132 237 138 | 19 100 000 | 19 100 000 | 0 | 0 | 170 437 138 |
| TOTAL DA MEDIDA | 132 237 138 | 19 100 000 | 19 100 000 | 0 | 0 | 170 437 138 |
| 055 - TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - TRANSPORTES FERROVIÁRIOS | | | | | | |
| QC : Outras Iniciativas Comunitárias | | | | | | |
| GOP : UM CONTRATO DE CONFIANÇA COM O ENSINO SUPERIOR;MODERNIZAR PORTUGAL | | | | | | |
| NUTS : LISBOA;VÁRIOS CONCELHOS DO GRANDE PORTO;VÁRIAS NUTS III DO CENTRO;VÁRIAS NUTS III DE LISBOA E VALE DO TEJO;VÁRIAS NUTS II DO CONTINENTE;VÁRIOS CONCELHOS DO ALENTEJO CENTRAL | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 318 508 992 | 34 700 000 | 30 532 475 | 36 461 378 | 172 906 663 | 593 109 508 |
| Receitas Próprias | 77 851 966 | 0 | 0 | 0 | 0 | 77 851 966 |
| Total 1. Financ. Nacional | 396 360 958 | 34 700 000 | 30 532 475 | 36 461 378 | 172 906 663 | 670 961 474 |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Feder QCA III e PO | 75 544 445 | 0 | 0 | 0 | 0 | 75 544 445 |
| Fundo de Coesão | 52 954 704 | 0 | 0 | 0 | 0 | 52 954 704 |
| Outros | 4 419 789 | 0 | 0 | 0 | 0 | 4 419 789 |
| Total 2. Financ. Comunitário | 132 918 938 | 0 | 0 | 0 | 0 | 132 918 938 |

Fonte: MFAP/DGO

MAPA XV

Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 39

| Ministério/Programa/Medida | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|----------------|-------------|-------------|----------------|---------------|
| | Execução Anos anteriores | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL PIDDAC |
| OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES | | | | | | |
| 014 - OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES | | | | | | |
| 055 - TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - TRANSPORTES FERROVIÁRIOS | | | | | | |
| TOTAL DA MEDIDA | 529 279 896 | 34 700 000 | 30 532 475 | 36 461 378 | 172 906 663 | 803 880 412 |
| 057 - TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - TRANSPORTES MARÍTIMOS E FLUVIAIS | | | | | | |
| QC : Portugal-Espanha;PO TEMÁTICO VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO;Valorização económica de recursos específicos;Acessibilidades e Transportes GOP : MELHOR SEGURANÇA INTERNA,MAIS SEGURANÇA RODOVIARIA E MELHOR PROTECÇÃO CIVIL;MODERNIZAR PORTUGAL;ORDENAMENTO DO TERRITORIO E POLITICA DAS CIDADES;DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL E AMBIENTE;MAIS E MELHOR EDUCAÇÃO PARA TODOS NUTS : VÁRIAS NUTS II DO CONTINENTE;AROUCA;PORTO;LISBOA;VÁRIOS CONCELHOS DA GRANDE LISBOA;VÁRIOS CONCELHOS DA R. A. DOS AÇORES;CASTELO DE PAIVA;VIANA DO CASTELO;VÁRIOS CONCELHOS DO ALGARVE;VILA NOVA DE FOZ CÔA;FIGUEIRA DA FOZ;SINES;VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;PESO DA RÉGUA;COIMBRA;LAMEGO;PORTIMÃO;VÁRIAS NUTS III DO NORTE;VÁRIOS CONCELHOS DA R. A. DA MADEIRA;ALIJÓ;VÁRIAS NUTS I (PAÍS) | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 168 321 055 | 19 035 713 | 52 260 888 | 49 615 650 | 28 965 831 | 318 199 137 |
| Receitas Próprias | 30 014 711 | 0 | 0 | 0 | 0 | 30 014 711 |
| Transf. no âmbito das AP | 2 428 175 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 428 175 |
| Total 1. Financ. Nacional | 200 763 941 | 19 035 713 | 52 260 888 | 49 615 650 | 28 965 831 | 350 642 023 |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Feder QCA III e PO | 64 095 673 | 3 667 964 | 6 790 831 | 13 581 663 | 6 790 831 | 94 926 962 |
| Feder Cooperação | 0 | 122 025 | 339 525 | 138 225 | 0 | 599 775 |
| Outros | 5 067 162 | 0 | 0 | 0 | 0 | 5 067 162 |
| Total 2. Financ. Comunitário | 69 162 835 | 3 789 989 | 7 130 356 | 13 719 888 | 6 790 831 | 100 593 899 |
| TOTAL DA MEDIDA | 269 926 776 | 22 825 702 | 59 391 244 | 63 335 538 | 35 756 662 | 451 235 922 |
| TOTAL DO PROGRAMA | 1 072 328 548 | 120 625 888 | 169 367 957 | 137 273 934 | 228 960 263 | 1 728 556 590 |
| TOTAL DO MINISTÉRIO | 1 072 328 548 | 120 625 888 | 169 367 957 | 137 273 934 | 228 960 263 | 1 728 556 590 |

Fonte: MFAP/DGO

MAPA XV

Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 40

| Ministério/Programa/Medida | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|------------------|------------------|----------------|----------------|-------------------|
| | Execução Anos anteriores | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL PIDDAC |
| AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO | | | | | | |
| 015 - AMBIENTE E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO | | | | | | |
| 001 - SERV. GERAIS DA A.P. - ADMINISTRAÇÃO GERAL | | | | | | |
| QC : Qualificação Inicial;Governança e capacitação institucional;Competitividade, inovação e conhecimento;Intervenções integradas para a redução dos custos públicos de contexto (uma AP eficiente e de qualidade);Qualificação ambiental e valorização do espaço rural;Estímulos à produção do conhecimento e desenvolvimento tecnológico;Prevenção, gestão e monitorização de riscos naturais e tecnológicos GOP : ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E POLÍTICA DAS CIDADES;MODERNIZAR PORTUGAL;INVESTIR NA CULTURA;DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL E AMBIENTE;DESENVOLVIMENTO REGIONAL E COESAO DO TERRITÓRIO NUTS : LISBOA;ÉVORA;VÁRIAS NUTS II DO CONTINENTE;VÁRIAS NUTS III DO ALENTEJO;COIMBRA;LOURES;AMADORA;VÁRIAS NUTS I (PAÍS);VÁRIOS CONCELHOS DA PENÍNSULA DE SETÚBAL;VÁRIAS NUTS III DO NORTE;VÁRIOS CONCELHOS DO ALGARVE | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 36 810 019 | 5 178 235 | 3 059 526 | 980 000 | 300 000 | 46 327 780 |
| Receitas Próprias | 612 302 | 0 | 0 | 0 | 0 | 612 302 |
| Transf. no âmbito das AP | 0 | 567 693 | 0 | 0 | 0 | 567 693 |
| Total 1. Financ. Nacional | 37 422 321 | 5 745 928 | 3 059 526 | 980 000 | 300 000 | 47 507 775 |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Feder QCA III e PO | 3 697 883 | 3 687 368 | 1 801 129 | 0 | 0 | 9 186 380 |
| Fundo de Coesão | 51 970 | 121 198 | 0 | 0 | 0 | 173 168 |
| Fundo Social Europeu | 231 385 | 25 525 | 0 | 0 | 0 | 256 910 |
| Total 2. Financ. Comunitário | 3 981 238 | 3 834 091 | 1 801 129 | 0 | 0 | 9 616 458 |
| TOTAL DA MEDIDA | 41 403 559 | 9 580 019 | 4 860 655 | 980 000 | 300 000 | 57 124 233 |
| 003 - SERV. GERAIS DA A.P. - COOPERAÇÃO ECONÓMICA EXTERNA | | | | | | |
| QC : Cooperação Inter-regional;Espaço Mediterrâneo;Portugal-Espanha GOP : ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E POLÍTICA DAS CIDADES;DESENVOLVIMENTO REGIONAL E COESAO DO TERRITÓRIO NUTS : VÁRIAS NUTS III DO NORTE;VÁRIOS CONCELHOS DO ALGARVE | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 47 680 | 47 078 | 26 080 | 26 793 | 0 | 147 631 |

MAPA XV

Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 41

| Ministério/Programa/Medida | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|----------------|-----------|-----------|----------------|--------------|
| | Execução Anos anteriores | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL PIDDAC |
| AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO | | | | | | |
| 015 - AMBIENTE E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO | | | | | | |
| 003 - SERV. GERAIS DA A.P. - COOPERAÇÃO ECONÓMICA EXTERNA | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Total 1. Financ. Nacional | 47 680 | 47 078 | 26 080 | 26 793 | 0 | 147 631 |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Feder Cooperação | 207 554 | 197 229 | 78 236 | 77 523 | 0 | 560 542 |
| Total 2. Financ. Comunitário | 207 554 | 197 229 | 78 236 | 77 523 | 0 | 560 542 |
| TOTAL DA MEDIDA | 255 234 | 244 307 | 104 316 | 104 316 | 0 | 708 173 |
| 028 - HABITAÇÃO E SERV. COLECTIVOS - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO | | | | | | |
| QC : Cooperação Inter-regional;Intervenções integradas para a redução dos custos públicos de contexto (uma AP eficiente e de qualidade);Competitividade, inovação e conhecimento;Governança e Capacitação Institucional;Sustentabilidade Territorial GOP : DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL E AMBIENTE;DESENVOLVIMENTO REGIONAL E COESAO DO TERRITORIO;ORDENAMENTO DO TERRITORIO E POLITICA DAS CIDADES;MODERNIZAR PORTUGAL NUTS : VÁRIOS CONCELHOS DA GRANDE LISBOA;VÁRIAS NUTS III DO NORTE;VÁRIAS NUTS III DO CENTRO;VÁRIAS NUTS II DO CONTINENTE;LISBOA;VÁRIAS NUTS III DE LISBOA E VALE DO TEJO | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 12 035 745 | 2 705 690 | 2 604 774 | 1 841 844 | 175 000 | 19 363 053 |
| Total 1. Financ. Nacional | 12 035 745 | 2 705 690 | 2 604 774 | 1 841 844 | 175 000 | 19 363 053 |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Feder QCA III e PO | 679 057 | 891 848 | 703 642 | 0 | 0 | 2 274 547 |
| Feder Cooperação | 74 843 | 158 266 | 244 420 | 38 783 | 0 | 516 312 |
| Total 2. Financ. Comunitário | 753 900 | 1 050 114 | 948 062 | 38 783 | 0 | 2 790 859 |
| TOTAL DA MEDIDA | 12 789 645 | 3 755 804 | 3 552 836 | 1 880 627 | 175 000 | 22 153 912 |
| 029 - HABITAÇÃO E SERV. COLECTIVOS - INVESTIGAÇÃO | | | | | | |

Fonte: MFAP/DGO

MAPA XV

Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 42

| Ministério/Programa/Medida | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|----------------|------------|------------|----------------|---------------|
| | Execução Anos anteriores | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL PIDDAC |
| AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO | | | | | | |
| 015 - AMBIENTE E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO | | | | | | |
| 029 - HABITAÇÃO E SERV. COLECTIVOS - INVESTIGAÇÃO | | | | | | |
| QC : Espaço Sudoeste Europeu | | | | | | |
| GOP : ORDENAMENTO DO TERRITORIO E POLITICA DAS CIDADES | | | | | | |
| NUTS : VÁRIOS CONCELHOS DA GRANDE LISBOA | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 0 | 14 220 | 655 | 0 | 0 | 14 875 |
| Total 1. Financ. Nacional | 0 | 14 220 | 655 | 0 | 0 | 14 875 |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Feder Cooperação | 0 | 27 640 | 16 985 | 0 | 0 | 44 625 |
| Total 2. Financ. Comunitário | 0 | 27 640 | 16 985 | 0 | 0 | 44 625 |
| TOTAL DA MEDIDA | 0 | 41 860 | 17 640 | 0 | 0 | 59 500 |
| 030 - HABITAÇÃO E SERV. COLECTIVOS - HABITAÇÃO | | | | | | |
| QC : Outras Iniciativas Comunitárias;Desenvolvimento urbano;Sustentabilidade Territorial | | | | | | |
| GOP : MAIS E MELHOR EDUCAÇÃO PARA TODOS;ORDENAMENTO DO TERRITORIO E POLITICA DAS CIDADES;DESENVOLVIMENTO REGIONAL E COESAO DO TERRITORIO;UMA ESTRATEGIA PARA A HABITAÇÃO | | | | | | |
| NUTS : ALMADA;VÁRIOS CONCELHOS DA R. A. DOS AÇORES;VÁRIOS CONCELHOS DA GRANDE LISBOA;PORTO;VÁRIOS CONCELHOS DA PENÍNSULA DE SETÚBAL;LISBOA;VÁRIAS NUTS I (PAÍS);MOITA | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 1 179 510 779 | 18 447 654 | 11 460 000 | 11 270 000 | 20 980 000 | 1 241 668 433 |
| Receitas Próprias | 202 830 929 | 65 835 000 | 49 420 000 | 50 150 000 | 134 150 000 | 502 385 929 |
| Total 1. Financ. Nacional | 1 382 341 708 | 84 282 654 | 60 880 000 | 61 420 000 | 155 130 000 | 1 744 054 362 |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Feder QCA III e PO | 13 686 964 | 2 007 762 | 0 | 0 | 0 | 15 694 726 |
| Outros | 24 795 546 | 7 513 655 | 0 | 0 | 0 | 32 309 201 |

Fonte: MFAP/DGO

MAPA XV

Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 43

| Ministério/Programa/Medida | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|----------------|------------|------------|----------------|---------------|
| | Execução Anos anteriores | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL PIDDAC |
| AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO | | | | | | |
| 015 - AMBIENTE E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO | | | | | | |
| 030 - HABITAÇÃO E SERV. COLECTIVOS - HABITAÇÃO | | | | | | |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Total 2. Financ. Comunitário | 38 482 510 | 9 521 417 | 0 | 0 | 0 | 48 003 927 |
| TOTAL DA MEDIDA | 1 420 824 218 | 93 804 071 | 60 880 000 | 61 420 000 | 155 130 000 | 1 792 058 289 |
| 031 - HABITAÇÃO E SERV. COLECTIVOS - ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO | | | | | | |
| QC : Protecção e qualificação ambiental;Intervenções integradas para a redução dos custos públicos de contexto (uma AP eficiente e de qualidade);Competitividade, inovação e conhecimento;Protecção e Valorização Ambiental;Redes estruturantes de abastecimento de água e saneamento;Portugal-Espanha;Prevenção, gestão e monitorização de riscos naturais e tecnológicos;Cooperação Inter-regional;Valorização territorial e desenvolvimento urbano;Conectividade e articulação territorial GOP : DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL E AMBIENTE;ORDENAMENTO DO TERRITORIO E POLITICA DAS CIDADES;MODERNIZAR PORTUGAL;POLITICA EXTERNA,INTEGRAÇÃO EUROPEIA E COMUNIDADES PORTUGUESAS;DESENVOLVIMENTO REGIONAL E COESAO DO TERRITORIO NUTS : COIMBRA;TAVIRA;PINHEL;POMBAL;SEIA;TORRES VEDRAS;VALE DE CAMBRA;BOMBARRAL;CASTRO MARIM;LEIRIA;MIRANDA DO DOURO;VALENÇA;OLIVEIRA DE AZEMÉIS;SILVES;VÁRIAS NUTS III DO CENTRO;SANTA COMBA DÃO;VILA FRANCA DE XIRA;VÁRIAS NUTS III DO ALENTEJO;TABUAÇO;MANTEIGAS;PENACOVA;VILA NOVA DE POIARES;VISEU;GUARDA;MONÇÃO;ARGANIL;ARRAIÓLOS;GÓIS;VÁRIOS CONCELHOS DO ALGARVE;ÉVORA;SINTRA;CELORICO DA BEIRA;FIGUEIRA DA FOZ;FAFE;MIRANDA DO CORVO;SABROSA;FORNOS DE ALGODRES;VÁRIAS NUTS I (PAÍS);LISBOA;PORTO DE MÓS;ALCOCHETE;AVIS;LOUSÁ;VÁRIAS NUTS II DO CONTINENTE;GONDOMAR;PENELA;PORTALEGRE;MEALHADA;BARREIRO | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 43 370 645 | 12 257 802 | 6 447 280 | 3 366 919 | 1 229 291 | 66 671 937 |
| Receitas Próprias | 407 000 | 0 | 0 | 0 | 0 | 407 000 |
| Total 1. Financ. Nacional | 43 777 645 | 12 257 802 | 6 447 280 | 3 366 919 | 1 229 291 | 67 078 937 |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Feder QCA III e PO | 2 281 943 | 1 902 135 | 568 832 | 364 655 | 0 | 5 117 565 |
| Feder Cooperação | 114 700 | 201 138 | 189 689 | 128 472 | 0 | 633 999 |
| Fundo de Coesão | 1 276 235 | 1 881 084 | 481 655 | 30 000 | 2 000 | 3 670 974 |
| Total 2. Financ. Comunitário | 3 672 878 | 3 984 357 | 1 240 176 | 523 127 | 2 000 | 9 422 538 |
| TOTAL DA MEDIDA | 47 450 523 | 16 242 159 | 7 687 456 | 3 890 046 | 1 231 291 | 76 501 475 |
| 032 - HABITAÇÃO E SERV. COLECTIVOS - SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA | | | | | | |

Fonte: MFAP/DGO

MAPA XV

Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 44

| Ministério/Programa/Medida | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|----------------|------------|------------|----------------|--------------|
| | Execução Anos anteriores | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL PIDDAC |
| AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO | | | | | | |
| 015 - AMBIENTE E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO | | | | | | |
| 032 - HABITAÇÃO E SERV. COLECTIVOS - SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA | | | | | | |
| QC : Redes estruturantes de abastecimento de água e saneamento | | | | | | |
| GOP : DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL E AMBIENTE | | | | | | |
| NUTS : VÁRIAS NUTS II DO CONTINENTE | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 950 366 | 1 180 711 | 6 462 961 | 5 913 607 | 0 | 14 507 645 |
| Total 1. Financ. Nacional | 950 366 | 1 180 711 | 6 462 961 | 5 913 607 | 0 | 14 507 645 |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Fundo de Coesão | 187 024 | 314 550 | 1 218 484 | 0 | 0 | 1 720 058 |
| Total 2. Financ. Comunitário | 187 024 | 314 550 | 1 218 484 | 0 | 0 | 1 720 058 |
| TOTAL DA MEDIDA | 1 137 390 | 1 495 261 | 7 681 445 | 5 913 607 | 0 | 16 227 703 |
| 033 - HABITAÇÃO E SERV. COLECTIVOS - PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA | | | | | | |
| QC : Sustentabilidade Territorial;Prevenção, gestão e monitorização de riscos naturais e tecnológicos;Espaço Mediterrâneo;Estímulos à produção do conhecimento e desenvolvimento tecnológico;Valorização e qualificação ambiental e territorial;Bacia do Mediterrâneo / Instrumento da Política Europeia de Vizinhança;Cooperação Inter-regional;Outras Iniciativas Comunitárias;Gestão sustentável do espaço rural;QREN E PROGRAMAS DE DESENV. RURAL E DAS PESCAS;Protecção e qualificação ambiental;Governança e capacitação institucional;Espaço Atlântico;Portugal-Espanha;Qualificação ambiental e valorização do espaço rural;Espaço Sudoeste Europeu;Assistência Técnica;Protecção e Valorização Ambiental;Competitividade, inovação e conhecimento;Apoio à sustentabilidade ambiental das actividades económicas | | | | | | |
| GOP : MAIS E MELHOR EDUCAÇÃO PARA TODOS;ORDENAMENTO DO TERRITORIO E POLITICA DAS CIDADES;DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL E AMBIENTE;DESENVOLVIMENTO REGIONAL E COESAO DO TERRITORIO | | | | | | |
| NUTS : SETÚBAL;VÁRIOS CONCELHOS DO ALGARVE;VÁRIAS NUTS I (PAÍS);VAGOS;ÁGUEDA;VÁRIOS CONCELHOS DO ALTO ALENTEJO;VÁRIOS CONCELHOS DA LEZÍRIA DO TEJO;PORTO;VÁRIOS CONCELHOS DO DOURO;LEIRIA;VÁRIAS NUTS II DO CONTINENTE;VÁRIAS NUTS III DO NORTE;ALBUFEIRA;LAGOS;VÁRIAS NUTS III DO ALENTEJO;VÁRIOS CONCELHOS DA PENÍNSULA DE SETÚBAL;VÁRIOS CONCELHOS DA SERRA DA ESTRELA;VÁRIOS CONCELHOS DA BEIRA INTERIOR SUL;SINES;FIGUEIRA DA FOZ;VÁRIOS CONCELHOS DO MINHO - LIMA;ALCANENA;VÁRIOS CONCELHOS DO CÁVADO;LISBOA;VÁRIAS NUTS III DO CENTRO;MÉRTOLA;ALMADA;VÁRIOS CONCELHOS DO BAIXO ALENTEJO;OLHÃO;VÁRIOS CONCELHOS DA GRANDE LISBOA;SILVES;VÁRIOS CONCELHOS DO OESTE;ESPINHO;COIMBRA;VÁRIOS CONCELHOS DO ALENTEJO LITORAL;SANTARÉM;VÁRIAS NUTS III DE LISBOA E VALE DO TEJO;AMADORA;VÁRIOS CONCELHOS DO BAIXO MONDEGO;ÓBIDOS;ALCOCHETE;CASTRO MARIM;GOLEGÃ | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 52 526 236 | 24 771 620 | 22 772 759 | 11 784 719 | 111 250 | 111 966 584 |

Fonte: MFAP/DGO

MAPA XV

Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 45

| Ministério/Programa/Medida | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|----------------|--------------------|
| | Execução Anos anteriores | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL PIDDAC |
| AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO | | | | | | |
| 015 - AMBIENTE E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO | | | | | | |
| 033 - HABITAÇÃO E SERV. COLECTIVOS - PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Próprias | 1 894 835 | 149 507 | 70 000 | 70 000 | 0 | 2 184 342 |
| Transf. no âmbito das AP | 46 301 | 4 783 828 | 3 057 859 | 354 125 | 0 | 8 242 113 |
| Total 1. Financ. Nacional | 54 467 372 | 29 704 955 | 25 900 618 | 12 208 844 | 111 250 | 122 393 039 |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Feder QCA III e PO | 38 250 757 | 22 073 932 | 7 942 259 | 4 208 436 | 0 | 72 475 384 |
| Feder Cooperação | 434 625 | 861 529 | 961 840 | 123 206 | 0 | 2 381 200 |
| Fundo de Coesão | 19 886 254 | 18 055 143 | 21 555 335 | 5 670 688 | 0 | 65 167 420 |
| Feoga Orientação/FEADER | 330 775 | 67 410 | 98 366 | 0 | 0 | 496 551 |
| Outros | 46 238 | 134 312 | 114 375 | 79 375 | 78 750 | 453 050 |
| Total 2. Financ. Comunitário | 58 948 649 | 41 192 326 | 30 672 175 | 10 081 705 | 78 750 | 140 973 605 |
| TOTAL DA MEDIDA | 113 416 021 | 70 897 281 | 56 572 793 | 22 290 549 | 190 000 | 263 366 644 |
| 063 - OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO | | | | | | |
| QC : Espaço Sudoeste Europeu; Protecção e Valorização Ambiental; Portugal-Espanha; Prevenção, gestão e monitorização de riscos naturais e tecnológicos; Desenvolvimento das Cidades e dos Sistemas Urbanos; Assistência Técnica; Intervenções integradas para a redução dos custos públicos de contexto (uma AP eficiente e de qualidade); Outras Iniciativas Comunitárias; Governação e Capacitação Institucional; Assistência Técnica Global GOP : MODERNIZAR PORTUGAL; ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E POLÍTICA DAS CIDADES; DESENVOLVIMENTO REGIONAL E COESÃO DO TERRITÓRIO; RELANÇAR A ECONOMIA, PROMOVER O EMPREGO; DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL E AMBIENTE NUTS : LISBOA; VÁRIOS CONCELHOS DO ALGARVE; VÁRIAS NUTS II DO CONTINENTE; VÁRIAS NUTS I (PAÍS); VÁRIAS NUTS III DO CENTRO; FARO; COIMBRA | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 8 829 727 | 2 147 526 | 4 375 535 | 4 046 736 | 1 000 000 | 20 399 524 |
| Receitas Próprias | 275 | 0 | 0 | 0 | 0 | 275 |
| Transf. no âmbito das AP | 0 | 2 732 060 | 778 404 | 420 000 | 0 | 3 930 464 |

Fonte: MFAP/DGO

MAPA XV

Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 46

| Ministério/Programa/Medida | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|----------------|------------|------------|----------------|--------------|
| | Execução Anos anteriores | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL PIDDAC |
| AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO | | | | | | |
| 015 - AMBIENTE E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO | | | | | | |
| 063 - OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Total 1. Financ. Nacional | 8 830 002 | 4 879 586 | 5 153 939 | 4 466 736 | 1 000 000 | 24 330 263 |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Feder QCA III e PO | 15 168 253 | 8 177 019 | 2 284 376 | 1 184 353 | 0 | 26 814 001 |
| Feder Cooperação | 249 800 | 320 866 | 245 467 | 238 044 | 0 | 1 054 177 |
| Fundo de Coesão | 0 | 2 656 192 | 6 062 403 | 4 817 313 | 0 | 13 535 908 |
| Fundo Social Europeu | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Outros | 93 137 | 49 773 | 49 772 | 49 772 | 0 | 242 454 |
| Total 2. Financ. Comunitário | 15 511 190 | 11 203 850 | 8 642 018 | 6 289 482 | 0 | 41 646 540 |
| TOTAL DA MEDIDA | 24 341 192 | 16 083 436 | 13 795 957 | 10 756 218 | 1 000 000 | 65 976 803 |
| 065 - OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS - DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS | | | | | | |
| QC : Assistência técnica;Espaço Atlântico;Cooperação Inter-regional;Assistência Técnica;Portugal-Espanha;Espaço Sudoeste Europeu;Governação e capacitação institucional;PO REGIONAL NORTE | | | | | | |
| GOP : POLITICA EXTERNA,INTEGRAÇÃO EUROPEIA E COMUNIDADES PORTUGUESAS;MODERNIZAR PORTUGAL;ORDENAMENTO DO TERRITORIO E POLITICA DAS CIDADES;DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL E AMBIENTE;MAIS IGUALDADE, COMBATER AS DISCRIMINAÇÕES;DESENVOLVIMENTO REGIONAL E COESAO DO TERRITORIO | | | | | | |
| NUTS : VÁRIAS NUTS III DO NORTE;VÁRIAS NUTS II DO CONTINENTE;PORTO;VÁRIAS NUTS III DO ALENTEJO | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 3 578 906 | 644 254 | 469 045 | 436 277 | 175 400 | 5 303 882 |
| Transf. no âmbito das AP | 0 | 2 862 500 | 15 000 | 15 000 | 0 | 2 892 500 |
| Total 1. Financ. Nacional | 3 578 906 | 3 506 754 | 484 045 | 451 277 | 175 400 | 8 196 382 |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Feder QCA III e PO | 25 377 486 | 15 292 856 | 1 350 848 | 1 273 239 | 265 400 | 43 559 829 |

Fonte: MFAP/DGO

MAPA XV

Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 47

| Ministério/Programa/Medida | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | | |
|---------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|----------------------|
| | Execução Anos anteriores | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL PIDDAC |
| AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO | | | | | | |
| 015 - AMBIENTE E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO | | | | | | |
| 065 - OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS - DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS | | | | | | |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Feder Cooperação | 2 009 220 | 1 433 343 | 97 291 | 54 791 | 0 | 3 594 645 |
| Outros | 550 322 | 90 000 | 0 | 0 | 0 | 640 322 |
| Total 2. Financ. Comunitário | 27 937 028 | 16 816 199 | 1 448 139 | 1 328 030 | 265 400 | 47 794 796 |
| TOTAL DA MEDIDA | 31 515 933 | 20 322 953 | 1 932 184 | 1 779 307 | 440 800 | 55 991 177 |
| 068 - OUTRAS FUNÇÕES - DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS | | | | | | |
| QC : | | | | | | |
| GOP : DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL E AMBIENTE | | | | | | |
| NUTS : LISBOA | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 0 | 15 000 | 30 000 | 30 000 | 45 000 | 120 000 |
| Total 1. Financ. Nacional | 0 | 15 000 | 30 000 | 30 000 | 45 000 | 120 000 |
| TOTAL DA MEDIDA | 0 | 15 000 | 30 000 | 30 000 | 45 000 | 120 000 |
| TOTAL DO PROGRAMA | 1 693 133 715 | 232 482 151 | 157 115 282 | 109 044 670 | 158 512 091 | 2 350 287 909 |

Fonte: MFAP/DGO

MAPA XV

Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 48

| Ministério/Programa/Medida | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|----------------|-------------|-------------|----------------|---------------|
| | Execução Anos anteriores | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL PIDDAC |
| AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO | | | | | | |
| 021 - COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO | | | | | | |
| 003 - SERV. GERAIS DA A.P. - COOPERAÇÃO ECONÓMICA EXTERNA | | | | | | |
| QC : | | | | | | |
| GOP : RENOVAR O COMPROMISSO COM A CIENCIA;DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL E AMBIENTE;INVESTIR NA CULTURA;POLITICA EXTERNA,INTEGRAÇÃO EUROPEIA E COMUNIDADES PORTUGUESAS | | | | | | |
| NUTS : LISBOA;VÁRIAS NUTS II DO CONTINENTE;ESTRANGEIRO | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 402 425 | 90 210 | 156 500 | 6 500 | 0 | 655 635 |
| Total 1. Financ. Nacional | 402 425 | 90 210 | 156 500 | 6 500 | 0 | 655 635 |
| TOTAL DA MEDIDA | 402 425 | 90 210 | 156 500 | 6 500 | 0 | 655 635 |
| TOTAL DO PROGRAMA | 402 425 | 90 210 | 156 500 | 6 500 | 0 | 655 635 |
| TOTAL DO MINISTÉRIO | 1 693 536 139 | 232 572 361 | 157 271 782 | 109 051 170 | 158 512 091 | 2 350 943 543 |

Fonte: MFAP/DGO

MAPA XV

Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 49

| Ministério/Programa/Medida | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|-------------------|
| | Execução Anos anteriores | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL PIDDAC |
| TRABALHO E SOLIDARIEDADE SOCIAL | | | | | | |
| 016 - TRABALHO E SOLIDARIEDADE SOCIAL | | | | | | |
| 001 - SERV. GERAIS DA A.P. - ADMINISTRAÇÃO GERAL | | | | | | |
| QC : | | | | | | |
| GOP : MODERNIZAR PORTUGAL;PROSSEGUIR A CONSOLIDAÇÃO DAS FINANÇAS PUBLICAS | | | | | | |
| NUTS : LISBOA | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 5 901 212 | 2 064 064 | 1 447 500 | 1 035 000 | 230 000 | 10 677 776 |
| Receitas Próprias | 2 221 305 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 221 305 |
| Total 1. Financ. Nacional | 8 122 517 | 2 064 064 | 1 447 500 | 1 035 000 | 230 000 | 12 899 081 |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Feder QCA III e PO | 574 783 | 0 | 0 | 0 | 0 | 574 783 |
| Total 2. Financ. Comunitário | 574 783 | 0 | 0 | 0 | 0 | 574 783 |
| TOTAL DA MEDIDA | 8 697 300 | 2 064 064 | 1 447 500 | 1 035 000 | 230 000 | 13 473 864 |
| 027 - SEGURANÇA E ACÇÃO SOCIAL - ACÇÃO SOCIAL | | | | | | |
| QC : | | | | | | |
| GOP : APOIAR AS FAMILIAS E A NATALIDADE | | | | | | |
| NUTS : VILA NOVA DE PAIVA;GAVIÃO;PENICHE;VILA DO CONDE;CASTELO BRANCO;BEJA;SOURE;VILA FRANCA DE XIRA;ALCACÉR DO SAL;LAGOS;LEIRIA;BRAGA;MÉRTOLA;CELORICO DE BASTO;SERNANCELHE;ESPOSENDE;CINFÃES;MOURÃO;LISBOA;VÁRIOS CONCELHOS DA GRANDE LISBOA;PENACOVA;COVILHÃ;TORRES VEDRAS;FUNDÃO;VIZELA;VÁRIOS CONCELHOS DO GRANDE PORTO;CASCAIS;MACEDO DE CAVALEIROS | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 7 336 146 | 7 335 936 | 6 787 618 | 7 489 071 | 6 559 218 | 35 507 989 |
| Total 1. Financ. Nacional | 7 336 146 | 7 335 936 | 6 787 618 | 7 489 071 | 6 559 218 | 35 507 989 |
| TOTAL DA MEDIDA | 7 336 146 | 7 335 936 | 6 787 618 | 7 489 071 | 6 559 218 | 35 507 989 |
| 064 - OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS - RELAÇÕES GERAIS | | | | | | |

Fonte: MFAP/DGO

MAPA XV

Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 50

| Ministério/Programa/Medida | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | | |
|----------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|----------------|------------|------------|----------------|--------------|
| | Execução Anos anteriores | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL PIDDAC |
| TRABALHO E SOLIDARIEDADE SOCIAL | | | | | | |
| 016 - TRABALHO E SOLIDARIEDADE SOCIAL | | | | | | |
| 064 - OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS - RELAÇÕES GERAIS DO TRABALHO | | | | | | |
| QC : | | | | | | |
| GOP : RELANÇAR A ECONOMIA, PROMOVER O EMPREGO | | | | | | |
| NUTS : VÁRIAS NUTS II DO CONTINENTE | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Transf. no âmbito das AP | 0 | 35 704 988 | 49 945 000 | 47 245 000 | 0 | 132 894 988 |
| Total 1. Financ. Nacional | 0 | 35 704 988 | 49 945 000 | 47 245 000 | 0 | 132 894 988 |
| TOTAL DA MEDIDA | 0 | 35 704 988 | 49 945 000 | 47 245 000 | 0 | 132 894 988 |
| TOTAL DO PROGRAMA | 16 033 446 | 45 104 988 | 58 180 118 | 55 769 071 | 6 789 218 | 181 876 841 |
| TOTAL DO MINISTÉRIO | 16 033 446 | 45 104 988 | 58 180 118 | 55 769 071 | 6 789 218 | 181 876 841 |

Fonte: MFAP/DGO

MAPA XV

Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 51

| Ministério/Programa/Medida | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|----------------|-----------|-----------|----------------|--------------|
| | Execução Anos anteriores | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL PIDDAC |
| SAUDE | | | | | | |
| 017 - SAÚDE | | | | | | |
| 001 - SERV. GERAIS DA A.P. - ADMINISTRAÇÃO GERAL | | | | | | |
| QC : | | | | | | |
| GOP : MODERNIZAR PORTUGAL;PROSSEGUIR A CONSOLIDAÇÃO DAS FINANÇAS PUBLICAS | | | | | | |
| NUTS : LISBOA | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 19 051 | 98 000 | 180 000 | 160 000 | 0 | 457 051 |
| Total 1. Financ. Nacional | 19 051 | 98 000 | 180 000 | 160 000 | 0 | 457 051 |
| TOTAL DA MEDIDA | 19 051 | 98 000 | 180 000 | 160 000 | 0 | 457 051 |
| 020 - SAÚDE - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO | | | | | | |
| QC : Intervenções integradas para a redução dos custos públicos de contexto (uma AP eficiente e de qualidade);Coordenação, Gestão, Monitorização, Auditoria e Conhecer para Intervir e Qualificar nas Regiões do Objectivo Competitivi;Estímulos à produção do conhecimento e desenvolvimento tecnológico;Assistência Técnica | | | | | | |
| GOP : MODERNIZAR PORTUGAL;SAUDE:UM VALOR PARA TODOS | | | | | | |
| NUTS : VÁRIAS NUTS I (PAÍS);VÁRIAS NUTS III DE LISBOA E VALE DO TEJO;VÁRIAS NUTS II DO CONTINENTE;LISBOA;COIMBRA | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 2 193 755 | 2 300 347 | 2 448 677 | 1 200 000 | 0 | 8 142 779 |
| Receitas Próprias | 66 600 | 0 | 0 | 0 | 0 | 66 600 |
| Total 1. Financ. Nacional | 2 260 355 | 2 300 347 | 2 448 677 | 1 200 000 | 0 | 8 209 379 |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Feder QCA III e PO | 1 311 363 | 1 101 639 | 0 | 0 | 0 | 2 413 002 |
| Fundo Social Europeu | 78 794 | 77 529 | 0 | 0 | 0 | 156 323 |
| Total 2. Financ. Comunitário | 1 390 157 | 1 179 168 | 0 | 0 | 0 | 2 569 325 |
| TOTAL DA MEDIDA | 3 650 512 | 3 479 515 | 2 448 677 | 1 200 000 | 0 | 10 778 704 |
| 021 - SAÚDE - INVESTIGAÇÃO | | | | | | |

Fonte: MFAP/DGO

MAPA XV

Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 52

| Ministério/Programa/Medida | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|----------------|------------|--------|----------------|--------------|
| | Execução Anos anteriores | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL PIDDAC |
| SAUDE | | | | | | |
| 017 - SAÚDE | | | | | | |
| 021 - SAÚDE - INVESTIGAÇÃO | | | | | | |
| QC : Estímulos à produção do conhecimento e desenvolvimento tecnológico | | | | | | |
| GOP : SAUDE:UM VALOR PARA TODOS | | | | | | |
| NUTS : VÁRIAS NUTS III DE LISBOA E VALE DO TEJO;VÁRIAS NUTS II DO CONTINENTE | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 528 339 | 1 771 026 | 0 | 0 | 0 | 2 299 365 |
| Total 1. Financ. Nacional | 528 339 | 1 771 026 | 0 | 0 | 0 | 2 299 365 |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Feder QCA III e PO | 586 451 | 1 390 732 | 0 | 0 | 0 | 1 977 183 |
| Total 2. Financ. Comunitário | 586 451 | 1 390 732 | 0 | 0 | 0 | 1 977 183 |
| TOTAL DA MEDIDA | 1 114 790 | 3 161 758 | 0 | 0 | 0 | 4 276 548 |
| 022 - SAÚDE - HOSPITAIS E CLÍNICAS | | | | | | |
| QC : Valorização e qualificação ambiental e territorial;Intervenções integradas para a redução dos custos públicos de contexto (uma AP eficiente e de qualidade);Consolidação e Qualificação dos Espaços Sub-regionais | | | | | | |
| GOP : SAUDE:UM VALOR PARA TODOS | | | | | | |
| NUTS : VÁRIAS NUTS III DE LISBOA E VALE DO TEJO;ÁGUEDA;VÁRIAS NUTS III DO CENTRO;VÁRIAS NUTS II DO CONTINENTE;VILA NOVA DE GAIA;VÁRIAS NUTS III DO NORTE;COIMBRA;LISBOA | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 22 108 810 | 10 558 990 | 12 385 355 | 15 131 | 0 | 45 068 286 |
| Total 1. Financ. Nacional | 22 108 810 | 10 558 990 | 12 385 355 | 15 131 | 0 | 45 068 286 |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Feder QCA III e PO | 39 574 291 | 20 163 054 | 7 142 378 | 0 | 0 | 66 879 723 |
| Total 2. Financ. Comunitário | 39 574 291 | 20 163 054 | 7 142 378 | 0 | 0 | 66 879 723 |

Fonte: MFAP/DGO

MAPA XV

Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 53

| Ministério/Programa/Medida | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|----------------|------------|-----------|----------------|--------------|
| | Execução Anos anteriores | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL PIDDAC |
| SAUDE | | | | | | |
| 017 - SAÚDE | | | | | | |
| 022 - SAÚDE - HOSPITAIS E CLÍNICAS | | | | | | |
| TOTAL DA MEDIDA | 61 683 101 | 30 722 044 | 19 527 733 | 15 131 | 0 | 111 948 009 |
| 023 - SAÚDE - SERVIÇOS INDIVIDUAIS DE SAÚDE | | | | | | |
| QC : Consolidação e Qualificação dos Espaços Sub-regionais;Valorização e qualificação ambiental e territorial;PO REGIONAL ALENTEJO;Conectividade e articulação territorial | | | | | | |
| GOP : SAUDE:UM VALOR PARA TODOS | | | | | | |
| NUTS : VÁRIAS NUTS III DO CENTRO;OLIVEIRA DO BAIRRO;SOBRAL DE MONTE AGRAÇO;SESIMBRA;SALVATERRA DE MAGOS;VILA NOVA DE POIARES;BAIÃO;PORTO;MEALHADA;COIMBRA;SANTARÉM;BARCELOS;TAVIRA;LOUSÁ;ALBUFEIRA;VISEU;VÁRIAS NUTS III DE LISBOA E VALE DO TEJO;FIGUEIRA DA FOZ;SANTO TIRSO;ARRAIÓLOS;PORTEL;SINES;LOULÉ;LISBOA;CANTANHEDE;PORTO DE MÓS;AMADORA;ALVAIÁZERE;REDONDO;OLIVEIRA DO HOSPITAL;SOURE;CADAVAL;ÁGUEDA;BARRANCOS;SILVES;SÃO PEDRO DO SUL;AVEIRO;ENTRONCAMENTO;VILA FRANCA DE XIRA;BRAGA;OLHÃO;MONTEMOR-O-NOVO;VILA VIÇOSA;VÁRIOS CONCELHOS DO ALGARVE;VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 12 574 976 | 10 871 637 | 20 858 087 | 3 956 014 | 0 | 48 260 714 |
| Receitas Próprias | 44 038 | 0 | 0 | 0 | 0 | 44 038 |
| Total 1. Financ. Nacional | 12 619 014 | 10 871 637 | 20 858 087 | 3 956 014 | 0 | 48 304 752 |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Feder QCA III e PO | 5 940 058 | 5 827 618 | 5 008 755 | 0 | 0 | 16 776 431 |
| Total 2. Financ. Comunitário | 5 940 058 | 5 827 618 | 5 008 755 | 0 | 0 | 16 776 431 |
| TOTAL DA MEDIDA | 18 559 072 | 16 699 255 | 25 866 842 | 3 956 014 | 0 | 65 081 183 |
| TOTAL DO PROGRAMA | 85 026 526 | 54 160 572 | 48 023 252 | 5 331 145 | 0 | 192 541 495 |
| TOTAL DO MINISTÉRIO | 85 026 526 | 54 160 572 | 48 023 252 | 5 331 145 | 0 | 192 541 495 |

Fonte: MFAP/DGO

MAPA XV

Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 54

| Ministério/Programa/Medida | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|--------------------|-------------------|----------|----------------|--------------------|
| | Execução Anos anteriores | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL PIDDAC |
| EDUCAÇÃO | | | | | | |
| 018 - EDUCAÇÃO | | | | | | |
| 017 - EDUCAÇÃO - ESTABELECIMENTOS DE ENSINO NÃO SUPERIOR | | | | | | |
| QC : Infraest. de Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário;Educação - Infraest. Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário;Infra-estrut. educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário;Competitividade, inovação e conhecimento;Estímulos à produção do conhecimento e desenvolvimento tecnológico;Qualificação Inicial GOP : MAIS E MELHOR EDUCAÇÃO PARA TODOS NUTS : VÁRIAS NUTS II DO CONTINENTE;VÁRIAS NUTS III DO CENTRO;VÁRIAS NUTS III DO NORTE;VÁRIAS NUTS I (PAÍS);VÁRIAS NUTS III DO ALENTEJO;VÁRIOS CONCELHOS DO ALGARVE;VÁRIAS NUTS III DE LISBOA E VALE DO TEJO | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 136 370 044 | 69 500 000 | 77 353 339 | 0 | 0 | 283 223 383 |
| Receitas Próprias | 6 784 505 | 201 180 | 0 | 0 | 0 | 6 985 685 |
| Total 1. Financ. Nacional | 143 154 549 | 69 701 180 | 77 353 339 | 0 | 0 | 290 209 068 |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Feder QCA III e PO | 61 261 090 | 41 815 628 | 0 | 0 | 0 | 103 076 718 |
| Fundo Social Europeu | 0 | 2 000 000 | 0 | 0 | 0 | 2 000 000 |
| Total 2. Financ. Comunitário | 61 261 090 | 43 815 628 | 0 | 0 | 0 | 105 076 718 |
| TOTAL DA MEDIDA | 204 415 639 | 113 516 808 | 77 353 339 | 0 | 0 | 395 285 786 |
| TOTAL DO PROGRAMA | 204 415 639 | 113 516 808 | 77 353 339 | 0 | 0 | 395 285 786 |
| TOTAL DO MINISTÉRIO | 204 415 639 | 113 516 808 | 77 353 339 | 0 | 0 | 395 285 786 |

MAPA XV

Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 55

| Ministério/Programa/Medida | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|----------------------|
| | Execução Anos anteriores | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL PIDDAC |
| CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR | | | | | | |
| 019 - INVESTIGAÇÃO E ENSINO SUPERIOR | | | | | | |
| 001 - SERV. GERAIS DA A.P. - ADMINISTRAÇÃO GERAL | | | | | | |
| QC : | | | | | | |
| GOP : RENOVAR O COMPROMISSO COM A CIENCIA | | | | | | |
| NUTS : LISBOA | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 1 097 188 | 1 600 000 | 3 000 000 | 0 | 0 | 5 697 188 |
| Total 1. Financ. Nacional | 1 097 188 | 1 600 000 | 3 000 000 | 0 | 0 | 5 697 188 |
| TOTAL DA MEDIDA | 1 097 188 | 1 600 000 | 3 000 000 | 0 | 0 | 5 697 188 |
| 004 - SERV. GERAIS DA A.P. - INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA DE CARÁCTER GERAL | | | | | | |
| QC : Estímulos à produção do conhecimento e desenvolvimento tecnológico;Formação Avançada;Assistência técnica | | | | | | |
| GOP : RENOVAR O COMPROMISSO COM A CIENCIA;LINHAS GERAIS DA POLITICA ECONOMICA | | | | | | |
| NUTS : BRAGA;LOURES;LISBOA;ESTRANGEIRO;VÁRIAS NUTS II DO CONTINENTE;VÁRIAS NUTS I (PAÍS) | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 1 045 091 346 | 316 306 705 | 340 465 232 | 338 717 546 | 745 061 840 | 2 785 642 669 |
| Receitas Próprias | 50 658 846 | 6 894 000 | 5 140 000 | 5 140 000 | 3 690 000 | 71 522 846 |
| Transf. no âmbito das AP | 7 759 | 0 | 123 340 | 123 340 | 0 | 254 439 |
| Total 1. Financ. Nacional | 1 095 757 951 | 323 200 705 | 345 728 572 | 343 980 886 | 748 751 840 | 2 857 419 954 |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Feder QCA III e PO | 139 524 680 | 49 711 000 | 49 840 645 | 49 847 645 | 0 | 288 923 970 |
| Fundo Social Europeu | 156 911 268 | 89 240 000 | 77 140 000 | 77 140 000 | 0 | 400 431 268 |
| Outros | 518 611 | 72 100 | 0 | 0 | 0 | 590 711 |

Fonte: MFAP/DGO

MAPA XV

Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 56

| Ministério/Programa/Medida | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|----------------|-------------|-------------|----------------|---------------|
| | Execução Anos anteriores | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL PIDDAC |
| CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR | | | | | | |
| 019 - INVESTIGAÇÃO E ENSINO SUPERIOR | | | | | | |
| 004 - SERV. GERAIS DA A.P. - INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA DE CARÁCTER GERAL | | | | | | |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Total 2. Financ. Comunitário | 296 954 559 | 139 023 100 | 126 980 645 | 126 987 645 | 0 | 689 945 949 |
| TOTAL DA MEDIDA | 1 392 712 510 | 462 223 805 | 472 709 217 | 470 968 531 | 748 751 840 | 3 547 365 903 |
| 015 - EDUCAÇÃO - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO | | | | | | |
| QC : | | | | | | |
| GOP : LINHAS GERAIS DA POLITICA ECONOMICA;UM CONTRATO DE CONFIANÇA COM O ENSINO SUPERIOR | | | | | | |
| NUTS : LISBOA;VÁRIAS NUTS I (PAÍS) | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 6 691 217 | 3 050 000 | 250 000 | 0 | 0 | 9 991 217 |
| Receitas Próprias | 2 154 886 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 154 886 |
| Total 1. Financ. Nacional | 8 846 103 | 3 050 000 | 250 000 | 0 | 0 | 12 146 103 |
| TOTAL DA MEDIDA | 8 846 103 | 3 050 000 | 250 000 | 0 | 0 | 12 146 103 |
| 018 - EDUCAÇÃO - ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SUPERIOR | | | | | | |
| QC : Competitividade, inovação e conhecimento;Desenvolvimento do sistema urbano nacional;Desenvolvimento das Cidades e dos Sistemas Urbanos;Infra-estruturas do ensino superior | | | | | | |
| GOP : MAIS E MELHOR EDUCAÇÃO PARA TODOS;MAIS DESPORTO,MELHOR QUALIDADE DE VIDA;MAIS PROTECÇÃO SOCIAL;UM CONTRATO DE CONFIANÇA COM O ENSINO SUPERIOR | | | | | | |
| NUTS : VIANA DO CASTELO;PORTO;VILA REAL;LISBOA;FARO;BRAGA;COIMBRA;FUNCHAL;BEJA;SANTARÉM;VISEU;COVILHÃ;PENICHE;VÁRIAS NUTS II DO CONTINENTE;BRAGANÇA;ÉVORA;CALDAS DA RAINHA;LEIRIA | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 37 604 516 | 22 940 000 | 33 817 839 | 35 952 892 | 0 | 130 315 247 |
| Receitas Próprias | 3 866 975 | 1 450 000 | 2 632 108 | 831 833 | 0 | 8 780 916 |

MAPA XV

Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 57

| Ministério/Programa/Medida | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | | |
|----------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|----------------|------------|------------|----------------|--------------|
| | Execução Anos anteriores | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL PIDDAC |
| CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR | | | | | | |
| 019 - INVESTIGAÇÃO E ENSINO SUPERIOR | | | | | | |
| 018 - EDUCAÇÃO - ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SUPERIOR | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Transf. no âmbito das AP | 710 609 | 390 000 | 0 | 0 | 0 | 1 100 609 |
| Total 1. Financ. Nacional | 42 182 100 | 24 780 000 | 36 449 947 | 36 784 725 | 0 | 140 196 772 |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Feder QCA III e PO | 21 849 313 | 10 365 955 | 38 901 652 | 19 779 122 | 0 | 90 896 042 |
| Total 2. Financ. Comunitário | 21 849 313 | 10 365 955 | 38 901 652 | 19 779 122 | 0 | 90 896 042 |
| TOTAL DA MEDIDA | 64 031 413 | 35 145 955 | 75 351 599 | 56 563 847 | 0 | 231 092 814 |
| 019 - EDUCAÇÃO - SERVIÇOS AUXILIARES DE ENSINO | | | | | | |
| QC : Desenvolvimento do sistema urbano nacional | | | | | | |
| GOP : UM CONTRATO DE CONFIANÇA COM O ENSINO SUPERIOR;MAIS E MELHOR EDUCAÇÃO PARA TODOS | | | | | | |
| NUTS : SANTARÉM;GUARDA;PORTO | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 760 407 | 560 000 | 0 | 0 | 0 | 1 320 407 |
| Receitas Próprias | 82 643 | 0 | 0 | 0 | 0 | 82 643 |
| Transf. no âmbito das AP | 0 | 50 000 | 150 000 | 0 | 0 | 200 000 |
| Total 1. Financ. Nacional | 843 050 | 610 000 | 150 000 | 0 | 0 | 1 603 050 |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Feder QCA III e PO | 940 748 | 300 000 | 0 | 0 | 0 | 1 240 748 |
| Total 2. Financ. Comunitário | 940 748 | 300 000 | 0 | 0 | 0 | 1 240 748 |
| TOTAL DA MEDIDA | 1 783 798 | 910 000 | 150 000 | 0 | 0 | 2 843 798 |

Fonte: MFAP/DGO

MAPA XV

Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 58

| Ministério/Programa/Medida | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | | |
|-------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|----------------|-------------|-------------|----------------|---------------|
| | Execução Anos anteriores | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL PIDDAC |
| CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR 019 - INVESTIGAÇÃO E ENSINO SUPERIOR | | | | | | |
| TOTAL DO PROGRAMA | 1 468 471 012 | 502 929 760 | 551 460 816 | 527 532 378 | 748 751 840 | 3 799 145 806 |

Fonte: MFAP/DGO

MAPA XV

Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 59

| Ministério/Programa/Medida | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|----------------|-------------|-------------|----------------|---------------|
| | Execução Anos anteriores | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL PIDDAC |
| CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR | | | | | | |
| 021 - COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO | | | | | | |
| 003 - SERV. GERAIS DA A.P. - COOPERAÇÃO ECONÓMICA EXTERNA | | | | | | |
| QC : | | | | | | |
| GOP : RENOVAR O COMPROMISSO COM A CIENCIA;DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL E AMBIENTE;INVESTIR NA CULTURA;POLITICA EXTERNA,INTEGRAÇÃO EUROPEIA E COMUNIDADES PORTUGUESAS | | | | | | |
| NUTS : LISBOA;VÁRIAS NUTS II DO CONTINENTE;ESTRANGEIRO | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 42 750 | 55 000 | 160 000 | 0 | 0 | 257 750 |
| Total 1. Financ. Nacional | 42 750 | 55 000 | 160 000 | 0 | 0 | 257 750 |
| TOTAL DA MEDIDA | 42 750 | 55 000 | 160 000 | 0 | 0 | 257 750 |
| TOTAL DO PROGRAMA | 42 750 | 55 000 | 160 000 | 0 | 0 | 257 750 |
| TOTAL DO MINISTÉRIO | 1 468 513 762 | 502 984 760 | 551 620 816 | 527 532 378 | 748 751 840 | 3 799 403 556 |

Fonte: MFAP/DGO

MAPA XV

Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 60

| Ministério/Programa/Medida | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|----------------|------------|-----------|----------------|--------------|
| | Execução Anos anteriores | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL PIDDAC |
| CULTURA | | | | | | |
| 020 - CULTURA | | | | | | |
| 001 - SERV. GERAIS DA A.P. - ADMINISTRAÇÃO GERAL | | | | | | |
| QC : Governação e capacitação institucional | | | | | | |
| GOP : MODERNIZAR PORTUGAL | | | | | | |
| NUTS : VÁRIAS NUTS III DO ALENTEJO | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 0 | 35 211 | 0 | 0 | 0 | 35 211 |
| Total 1. Financ. Nacional | 0 | 35 211 | 0 | 0 | 0 | 35 211 |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Feder QCA III e PO | 0 | 82 159 | 0 | 0 | 0 | 82 159 |
| Total 2. Financ. Comunitário | 0 | 82 159 | 0 | 0 | 0 | 82 159 |
| TOTAL DA MEDIDA | 0 | 117 370 | 0 | 0 | 0 | 117 370 |
| 036 - SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS - CULTURA | | | | | | |
| QC : Consolidação e Qualificação dos Espaços Sub-regionais;Desenvolvimento urbano;Qualificação do sistema urbano;Desenvolvimento das Cidades e dos Sistemas Urbanos;Sustentabilidade Territorial;Outras Iniciativas Comunitárias;Valorização económica de recursos específicos;Governação e Capacitação Institucional;Portugal-Espanha;Conectividade e articulação territorial;PO REGIONAL NORTE;Intervenções integradas para a redução dos custos públicos de contexto (uma AP eficiente e de qualidade);Governação e capacitação institucional;Valorização e qualificação ambiental e territorial;PO REGIONAL ALENTEJO;Espaço Sudoeste Europeu;Competitividade, inovação e conhecimento;PO REGIONAL ALGARVE | | | | | | |
| GOP : MODERNIZAR PORTUGAL;INVESTIR NA CULTURA;UMA POLITICA INTEGRADA DE JUVENTUDE | | | | | | |
| NUTS : VÁRIOS CONCELHOS DO DOURO;AROUCÁ;VÁRIAS NUTS II DO CONTINENTE;VÁRIAS NUTS III DE LISBOA E VALE DO TEJO;VILA NOVA DE FOZ CÔA;VÁRIAS NUTS I (PAÍS);MAFRA;NAZARÉ;CASTELO BRANCO;CONDEIXA-A-NOVA;GUIMARÃES;VÁRIOS CONCELHOS DO ALENTEJO CENTRAL;VISEU;LOURES;SETÚBAL;BARCELOS;PORTO DE MÓS;VÁRIAS NUTS III DO NORTE;PENACOVA;AVEIRO;VÁRIOS CONCELHOS DO ALTO TRÁS-OS-MONTES;PORTO;MESÃO FRIO;VÁRIAS NUTS III DO CENTRO;LISBOA;ÉVORA;VÁRIOS CONCELHOS DA GRANDE LISBOA;VÁRIOS CONCELHOS DO ALGARVE;MARCO DE CANAVEZES;VÁRIAS NUTS III DO ALENTEJO;COIMBRA;SANTARÉM;CAMINHA | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 178 894 267 | 49 544 789 | 59 295 846 | 9 661 608 | 398 000 | 297 794 510 |
| Receitas Próprias | 356 817 | 1 108 252 | 493 000 | 320 500 | 0 | 2 278 569 |
| Transf. no âmbito das AP | 0 | 500 000 | 594 920 | 0 | 0 | 1 094 920 |

Fonte: MFAP/DGO

MAPA XV

Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 61

| Ministério/Programa/Medida | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | | TOTAL PIDDAC |
|---------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|----------------|------------|------------|----------------|--------------|
| | Execução Anos anteriores | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | |
| CULTURA | | | | | | |
| 020 - CULTURA | | | | | | |
| 036 - SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS - CULTURA | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Total 1. Financ. Nacional | 179 251 084 | 51 153 041 | 60 383 766 | 9 982 108 | 398 000 | 301 167 999 |
| 2. Financ. Comunitário | | | | | | |
| Feder QCA III e PO | 17 765 049 | 17 078 228 | 17 546 806 | 9 180 505 | 0 | 61 570 588 |
| Feder Cooperação | 360 155 | 441 985 | 399 699 | 0 | 0 | 1 201 839 |
| Outros | 179 017 | 2 590 000 | 0 | 0 | 0 | 2 769 017 |
| Total 2. Financ. Comunitário | 18 304 221 | 20 110 213 | 17 946 505 | 9 180 505 | 0 | 65 541 444 |
| TOTAL DA MEDIDA | 197 555 305 | 71 263 254 | 78 330 271 | 19 162 613 | 398 000 | 366 709 443 |
| TOTAL DO PROGRAMA | 197 555 305 | 71 380 624 | 78 330 271 | 19 162 613 | 398 000 | 366 826 813 |

Fonte: MFAP/DGO

MAPA XV

Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central

PIDDAC

Unidade: Euros

Página 62

| Ministério/Programa/Medida | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|----------------|---------------|---------------|----------------|----------------|
| | Execução Anos anteriores | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | Anos Seguintes | TOTAL PIDDAC |
| CULTURA | | | | | | |
| 021 - COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO | | | | | | |
| 003 - SERV. GERAIS DA A.P. - COOPERAÇÃO ECONÓMICA EXTERNA | | | | | | |
| QC : | | | | | | |
| GOP : RENOVAR O COMPROMISSO COM A CIENCIA;DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL E AMBIENTE;INVESTIR NA CULTURA;POLITICA EXTERNA,INTEGRAÇÃO EUROPEIA E COMUNIDADES PORTUGUESAS | | | | | | |
| NUTS : LISBOA;VÁRIAS NUTS II DO CONTINENTE;ESTRANGEIRO | | | | | | |
| 1. Financ. Nacional | | | | | | |
| Receitas Gerais | 1 402 160 | 120 000 | 0 | 0 | 0 | 1 522 160 |
| Total 1. Financ. Nacional | 1 402 160 | 120 000 | 0 | 0 | 0 | 1 522 160 |
| TOTAL DA MEDIDA | 1 402 160 | 120 000 | 0 | 0 | 0 | 1 522 160 |
| TOTAL DO PROGRAMA | 1 402 160 | 120 000 | 0 | 0 | 0 | 1 522 160 |
| TOTAL DO MINISTÉRIO | 198 957 465 | 71 500 624 | 78 330 271 | 19 162 613 | 398 000 | 368 348 973 |
| TOTAL GERAL | 6 678 666 664 | 2 262 980 191 | 2 906 662 747 | 2 413 089 527 | 3 636 281 210 | 17 897 680 339 |
| TOTAL CONSOLIDADO | 6 288 509 315 | 2 171 300 211 | 2 889 533 314 | 2 396 118 594 | 3 604 945 074 | 17 350 406 508 |

Fonte: MFAP/DGO

MAPA XVI
DESPESAS CORRESPONDENTES A PROGRAMAS

ANO ECONÓMICO DE 2011

Página 1

| PROGRAMAS | MINISTÉRIO EXECUTOR | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | |
|----------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------|-----------------------------------|-------------------|-------------------|------------------|------------------------|
| | | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | ANOS SEGUINTE | TOTAL |
| P-001-ÓRGÃOS DE SOBERANIA ENCARGOS GERAIS DO ESTADO | ENCARGOS GERAIS DO ESTADO | 3 169 042 755 | | | | |
| Total por Programa | | 3 169 042 755 | 2 252 000 | 2 000 000 | | 3 173 294 755 |
| P-002-GOVERNAÇÃO ENCARGOS GERAIS DO ESTADO | PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS | 398 762 244 | | | | |
| Total por Programa | | 398 762 244 | 43 685 494 | 13 419 677 | 2 150 000 | 458 017 415 |
| P-003-REPRESENTAÇÃO EXTERNA NEGÓCIOS ESTRANGEIROS | NEGÓCIOS ESTRANGEIROS | 343 208 703 | | | | |
| Total por Programa | | 343 208 703 | 6 144 255 | 5 509 699 | 9 909 785 | 364 772 442 |
| P-004-FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA | FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA | 30 988 044 593 | | | | |
| Total por Programa | | 30 988 044 593 | 39 112 191 | 28 095 246 | | 31 055 252 030 |
| P-005-GESTÃO DA DÍVIDA PÚBLICA FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA | FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA | 125 626 500 000 | | | | |
| Total por Programa | | 125 626 500 000 | | | | 125 626 500 000 |
| | | | | | | |

Fonte: MF/DGO

MAPA XVI
DESPESAS CORRESPONDENTES A PROGRAMAS

ANO ECONÓMICO DE 2011

Página 2

| PROGRAMAS | MINISTÉRIO EXECUTOR | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|-----------------------------------|--------------------|-------------------|--------------------|----------------------|
| | | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | ANOS SEGUINTE | TOTAL |
| P-006-DEFESA DEFESA NACIONAL | DEFESA NACIONAL | 1 831 651 610 | | | | |
| Total por Programa | | 1 831 651 610 | 118 914 608 | 86 530 692 | 165 153 929 | 2 202 250 839 |
| P-007-LEI DE PROGRAMAÇÃO MILITAR DEFESA NACIONAL | DEFESA NACIONAL | 306 563 972 | | | | |
| Total por Programa | | 306 563 972 | | | | 306 563 972 |
| P-008-LEI DE PROGRAMAÇÃO DAS INFRA-ESTRUTURAS MILITARES DEFESA NACIONAL | DEFESA NACIONAL | 77 390 000 | | | | |
| Total por Programa | | 77 390 000 | | | | 77 390 000 |
| P-009-SEGURANÇA INTERNA ADMINISTRAÇÃO INTERNA | ADMINISTRAÇÃO INTERNA | 1 887 823 736 | | | | |
| Total por Programa | | 1 887 823 736 | 23 744 200 | 13 469 400 | 47 000 000 | 1 972 037 336 |
| P-010-LEI DE PROGR. DAS INSTALAÇÕES E EQUIP. DAS FORÇAS DE SEGURANÇA ADMINISTRAÇÃO INTERNA | ADMINISTRAÇÃO INTERNA | 88 999 995 | | | | |
| Total por Programa | | 88 999 995 | 162 301 798 | 368 182 | | 251 669 975 |
| | | | | | | |

Fonte: MF/DGO

MAPA XVI
DESPESAS CORRESPONDENTES A PROGRAMAS

ANO ECONÓMICO DE 2011

Página 3

| PROGRAMAS | MINISTÉRIO EXECUTOR | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------|-----------------------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| | | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | ANOS SEGUINTE | TOTAL |
| P-011-JUSTIÇA JUSTIÇA | JUSTIÇA | 2 145 199 795 | | | | |
| Total por Programa | | 2 145 199 795 | 241 973 844 | 305 086 480 | 448 835 745 | 3 141 095 864 |
| P-012-ECONOMIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONOMIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO | ECONOMIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO | 886 817 039 | | | | |
| Total por Programa | | 886 817 039 | 1 208 499 800 | 1 241 833 813 | 30 133 299 | 3 367 283 951 |
| P-013-AGRICULTURA E PESCAS AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS | AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS | 1 456 223 911 | | | | |
| Total por Programa | | 1 456 223 911 | 899 087 969 | 883 008 925 | 1 797 017 427 | 5 035 338 232 |
| P-014-OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES | OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES | 441 475 385 | | | | |
| Total por Programa | | 441 475 385 | 169 367 957 | 137 273 934 | 228 960 263 | 977 077 539 |
| P-015-AMBIENTE E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO | AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO | 681 078 171 | | | | |

Fonte: MF/DGO

MAPA XVI
DESPESAS CORRESPONDENTES A PROGRAMAS

ANO ECONÓMICO DE 2011

Página 4

| PROGRAMAS | MINISTÉRIO EXECUTOR | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | |
|---------------------------------------|---------------------------------------|-----------------------------------|--------------------|--------------------|--------------------|-----------------------|
| | | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | ANOS SEGUINTE | TOTAL |
| Total por Programa | | 681 078 171 | 157 115 282 | 109 044 670 | 158 512 091 | 1 105 750 214 |
| P-016-TRABALHO E SOLIDARIEDADE SOCIAL | | | | | | |
| TRABALHO E SOLIDARIEDADE SOCIAL | TRABALHO E SOLIDARIEDADE SOCIAL | 7 842 834 314 | | | | |
| Total por Programa | | 7 842 834 314 | 58 180 118 | 55 769 071 | 6 789 218 | 7 963 572 721 |
| P-017-SAÚDE | | | | | | |
| SAUDE | SAUDE | 20 597 708 242 | | | | |
| Total por Programa | | 20 597 708 242 | 48 023 252 | 5 331 145 | | 20 651 062 639 |
| P-018-EDUCAÇÃO | | | | | | |
| EDUCAÇÃO | EDUCAÇÃO | 6 683 478 072 | | | | |
| Total por Programa | | 6 683 478 072 | 77 353 339 | | | 6 760 831 411 |
| P-019-INVESTIGAÇÃO E ENSINO SUPERIOR | | | | | | |
| CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR | CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR | 3 660 473 868 | | | | |
| Total por Programa | | 3 660 473 868 | 576 478 145 | 552 550 507 | 748 751 840 | 5 538 254 360 |
| P-020-CULTURA | | | | | | |
| CULTURA | CULTURA | 239 535 032 | | | | |

Fonte: MF/DGO

MAPA XVI
DESPESAS CORRESPONDENTES A PROGRAMAS

ANO ECONÓMICO DE 2011

Página 5

| PROGRAMAS | MINISTÉRIO EXECUTOR | PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PLURIANUAL | | | | |
|----------------------------------------------|-------------------------------------------|-----------------------------------|----------------------|----------------------|----------------------|------------------------|
| | | 2011 ORÇAMENTO | 2012 | 2013 | ANOS SEGUINTE | TOTAL |
| Total por Programa | | 239 535 032 | 78 330 271 | 19 162 613 | 398 000 | 337 425 916 |
| P-021-COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO | | | | | | |
| NEGÓCIOS ESTRANGEIROS | PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS | 429 875 | | | | |
| | NEGÓCIOS ESTRANGEIROS | 82 703 258 | | | | |
| | FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA | 201 603 685 | | | | |
| | ADMINISTRAÇÃO INTERNA | 3 499 752 | | | | |
| | JUSTIÇA | 433 211 | | | | |
| | OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES | 236 866 | | | | |
| | AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO | 486 816 | | | | |
| | TRABALHO E SOLIDARIEDADE SOCIAL | 2 181 897 | | | | |
| | SAÚDE | 500 000 | | | | |
| | EDUCAÇÃO | 11 264 179 | | | | |
| | CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR | 672 946 | | | | |
| | CULTURA | 240 000 | | | | |
| Total por Programa | | 304 252 485 | 352 446 449 | 341 901 611 | 128 172 506 | 1 126 773 051 |
| Total Geral dos Programas | | 209 657 063 922 | 4 263 010 972 | 3 800 355 665 | 3 771 784 103 | 221 492 214 662 |
| Total Geral dos Programas consolidado | | 188 363 472 155 | 3 830 042 897 | 3 414 376 673 | 3 388 706 951 | 198 996 598 677 |

Fonte: MF/DGO

MAPA XVII

RESPONSABILIDADES CONTRATUAIS PLURIANUAIS DOS SERVIÇOS INTEGRADOS E DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS, AGRUPADOS POR MINISTÉRIO

(EM EURO)

ANO ECONÓMICO DE 2011

Página 1/7

| MINISTÉRIOS / SERVIÇOS | DESPESA TOTAL CONTRATADA | Execução Prevista até 31/12/2010 | ESCALONAMENTO PLURIANUAL | | | |
|---------------------------------------------------------------------|--------------------------|----------------------------------|--------------------------|------------------|------------------|------------------|
| | | | 2011 | 2012 | 2013 | Seguintes |
| 01 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO | | | | | | |
| SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS | | | | | | |
| ENTIDADE REGULADORA PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL - ORÇAMENTO PRIVATIVO | 79 203 | 78 175 | 1 028 | | | |
| COFRE PRIVATIVO DO TRIBUNAL DE CONTAS - SEDE - ORÇAMENTO PRIVATIVO | 635 782 | 554 436 | 46 723 | 34 623 | | |
| TOTAL POR REGIME | 714 985 | 632 611 | 47 751 | 34 623 | | |
| TOTAL POR MINISTÉRIO | 714 985 | 632 611 | 47 751 | 34 623 | | |
| 02 - PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS | | | | | | |
| SERVIÇOS INTEGRADOS | | | | | | |
| COMISSÃO PARA A CIDADANIA E A IGUALDADE DE GENERO | 531 779 | 420 504 | 89 714 | 21 561 | | |
| INSTITUTO PORTUGUÊS DA JUVENTUDE, I.P. | 1 043 860 | 607 362 | 302 400 | 2 400 | 2 400 | 129 298 |
| TOTAL POR REGIME | 1 575 639 | 1 027 866 | 392 114 | 23 961 | 2 400 | 129 298 |
| TOTAL POR MINISTÉRIO | 1 575 639 | 1 027 866 | 392 114 | 23 961 | 2 400 | 129 298 |
| 03 - NEGÓCIOS ESTRANGEIROS | | | | | | |
| SERVIÇOS INTEGRADOS | | | | | | |
| SECRETARIA GERAL DO MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS | 23 836 203 | 14 817 139 | 1 459 929 | 1 470 160 | 1 480 595 | 4 608 380 |
| INSTITUTO PORTUGUÊS DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO, IP | 6 953 278 | 6 123 299 | 829 979 | | | |
| TOTAL POR REGIME | 30 789 481 | 20 940 438 | 2 289 908 | 1 470 160 | 1 480 595 | 4 608 380 |
| TOTAL POR MINISTÉRIO | 30 789 481 | 20 940 438 | 2 289 908 | 1 470 160 | 1 480 595 | 4 608 380 |
| 04 - FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA | | | | | | |
| SERVIÇOS INTEGRADOS | | | | | | |
| INSPECÇÃO-GERAL DE FINANÇAS | 395 192 | 286 323 | 19 589 | 12 471 | 12 471 | 64 338 |
| INSTITUTO DE INFORMÁTICA | 7 889 089 | 7 871 089 | 18 000 | | | |
| DIR.GERAL DE INFORMAT. E APOIO AOS SERVIÇOS TRIBUT. E ADUANEIROS | 2 214 967 | 2 166 530 | 48 437 | | | |
| TOTAL POR REGIME | 10 499 248 | 10 323 942 | 86 026 | 12 471 | 12 471 | 64 338 |
| SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS | | | | | | |
| COMISSAO DO MERCADO DE VALORES MOBILIARIOS | 678 700 | 678 700 | | | | |

MAPA XVII

RESPONSABILIDADES CONTRATUAIS PLURIANUAIS DOS SERVIÇOS INTEGRADOS E DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS, AGRUPADOS POR MINISTÉRIO

(EM EURO)

ANO ECONÓMICO DE 2011

Página 2/7

| MINISTÉRIOS / SERVIÇOS | DESPESA TOTAL CONTRATADA | Execução Prevista até 31/12/2010 | ESCALONAMENTO PLURIANUAL | | | |
|------------------------------------------------------|--------------------------|----------------------------------|--------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| | | | 2011 | 2012 | 2013 | Seguintes |
| INSTITUTO DE SEGUROS DE PORTUGAL | 23 402 786 | 3 978 514 | 1 607 998 | 1 615 172 | 1 575 125 | 14 625 977 |
| TOTAL POR REGIME | 24 081 486 | 4 657 214 | 1 607 998 | 1 615 172 | 1 575 125 | 14 625 977 |
| TOTAL POR MINISTÉRIO | 34 580 734 | 14 981 156 | 1 694 024 | 1 627 643 | 1 587 596 | 14 690 315 |
| 05 - DEFESA NACIONAL | | | | | | |
| SERVIÇOS INTEGRADOS | | | | | | |
| GABINETE DE MEMBROS DO GOVERNO | 55 503 468 | 28 140 435 | 3 070 979 | 24 292 054 | | |
| MARINHA | 347 949 605 | 182 733 842 | 39 215 763 | 42 000 000 | 42 000 000 | 42 000 000 |
| FORÇA AEREA | 172 240 298 | 124 894 856 | 22 647 240 | 22 468 520 | 373 521 | 1 856 161 |
| TOTAL POR REGIME | 575 693 371 | 335 769 133 | 64 933 982 | 88 760 574 | 42 373 521 | 43 856 161 |
| TOTAL POR MINISTÉRIO | 575 693 371 | 335 769 133 | 64 933 982 | 88 760 574 | 42 373 521 | 43 856 161 |
| 06 - ADMINISTRAÇÃO INTERNA | | | | | | |
| SERVIÇOS INTEGRADOS | | | | | | |
| DIRECÇÃO-GERAL DE INFRA-ESTRUTURAS E DE EQUIPAMENTOS | 15 899 144 | 14 993 181 | 627 403 | 278 560 | | |
| GOVERNO CIVIL DO DISTRITO DE COIMBRA | 16 168 | 16 168 | | | | |
| GOVERNO CIVIL DO DISTRITO DE FARO | 33 322 | 33 322 | | | | |
| GOVERNO CIVIL DO DISTRITO DE VILA REAL | 33 865 | 33 865 | | | | |
| GOVERNO CIVIL DO DISTRITO DE VISEU | 36 030 | 36 030 | | | | |
| TOTAL POR REGIME | 16 018 529 | 15 112 566 | 627 403 | 278 560 | | |
| SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS | | | | | | |
| AUTORIDADE NACIONAL DE PROTECÇÃO CIVIL | 34 820 000 | 34 820 000 | | | | |
| TOTAL POR REGIME | 34 820 000 | 34 820 000 | | | | |
| TOTAL POR MINISTÉRIO | 50 838 529 | 49 932 566 | 627 403 | 278 560 | | |
| 07 - JUSTIÇA | | | | | | |
| SERVIÇOS INTEGRADOS | | | | | | |
| PROCURADORIA-GERAL DA RÉPUBLICA | 68 959 | 68 959 | | | | |
| INSTITUTO DOS REGISTOS E DO NOTARIADO, I.P. | 68 873 466 | 20 004 326 | 24 264 906 | 24 604 234 | | |

Fonte: MF/DGO

MAPA XVII

RESPONSABILIDADES CONTRATUAIS PLURIANUAIS DOS SERVIÇOS INTEGRADOS E DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS, AGRUPADOS POR MINISTÉRIO

(EM EURO)

ANO ECONÓMICO DE 2011

Página 3/7

| MINISTÉRIOS / SERVIÇOS | DESPESA TOTAL CONTRATADA | Execução Prevista até 31/12/2010 | ESCALONAMENTO PLURIANUAL | | | |
|-----------------------------------------------------------------------------|--------------------------|----------------------------------|--------------------------|-------------------|---------------|-----------|
| | | | 2011 | 2012 | 2013 | Seguintes |
| POLICIA JUDICIÁRIA | 383 208 | 347 631 | 22 435 | 13 142 | | |
| TOTAL POR REGIME | 69 325 633 | 20 420 916 | 24 287 341 | 24 617 376 | | |
| SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS | | | | | | |
| INSTITUTO DE GESTÃO FINANCEIRA E DE INFRA-ESTRUTURAS DA JUSTIÇA, I.P. | 2 402 000 | 2 402 000 | | | | |
| INSTITUTO NACIONAL DE MEDICINA LEGAL, I.P. | 166 368 | 155 534 | 10 834 | | | |
| INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL, I.P. | 994 560 | 465 894 | 306 638 | 188 734 | 33 294 | |
| TOTAL POR REGIME | 3 562 928 | 3 023 428 | 317 472 | 188 734 | 33 294 | |
| TOTAL POR MINISTÉRIO | 72 888 561 | 23 444 344 | 24 604 813 | 24 806 110 | 33 294 | |
| 08 - ECONOMIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO | | | | | | |
| SERVIÇOS INTEGRADOS | | | | | | |
| GABINETE DO MINISTRO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO | 34 000 | 31 167 | 2 833 | | | |
| GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO, DA INDÚSTRIA E DO DESENVOLVIMENTO | 20 971 | 12 233 | 6 990 | 1 748 | | |
| GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DO COMERCIO SERV DEF CONSUMIDOR | 82 399 | 51 754 | 27 466 | 3 179 | | |
| GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DO TURISMO | 43 959 | 15 874 | 14 653 | 13 432 | | |
| SECRETARIA-GERAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO | 10 800 | 6 300 | 3 600 | 900 | | |
| DIRECÇÃO-GERAL DO CONSUMIDOR | 17 938 | 10 962 | 5 979 | 997 | | |
| DIRECÇÃO-REGIONAL DE ECONOMIA DE LISBOA E VALE DO TEJO | 18 900 | 17 325 | 1 575 | | | |
| DIRECÇÃO-REGIONAL DE ECONOMIA DO ALENTEJO | 65 376 | 30 127 | 21 792 | 13 457 | | |
| DIRECÇÃO-REGIONAL DE ECONOMIA DO ALGARVE | 3 594 | 3 594 | | | | |
| DIRECÇÃO-GERAL DAS ACTIVIDADES ECONOMICAS | 43 888 | 14 630 | 14 629 | 14 629 | | |
| TOTAL POR REGIME | 341 825 | 193 966 | 99 517 | 48 342 | | |
| SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS | | | | | | |
| ENTIDADE REGULADORA DOS SERVIÇOS ENERGÉTICOS-IP | 337 281 | 253 592 | 83 689 | | | |
| TOTAL POR REGIME | 337 281 | 253 592 | 83 689 | | | |
| TOTAL POR MINISTÉRIO | 679 106 | 447 558 | 183 206 | 48 342 | | |
| 09 - AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS | | | | | | |
| SERVIÇOS INTEGRADOS | | | | | | |
| DIRECÇÃO GERAL DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL | 12 626 102 | 12 626 102 | | | | |

MAPA XVII

RESPONSABILIDADES CONTRATUAIS PLURIANUAIS DOS SERVIÇOS INTEGRADOS E DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS, AGRUPADOS POR MINISTÉRIO

(EM EURO)

ANO ECONÓMICO DE 2011

Página 4/7

| MINISTÉRIOS / SERVIÇOS | DESPESA TOTAL CONTRATADA | Execução Prevista até 31/12/2010 | ESCALONAMENTO PLURIANUAL | | | |
|----------------------------------------------------------------------|--------------------------|----------------------------------|--------------------------|--------------------|-------------------|--------------------|
| | | | 2011 | 2012 | 2013 | Seguintes |
| DIRECÇÃO GERAL DAS PESCAS E AQUICULTURA | 49 122 | 46 208 | 2 914 | | | |
| TOTAL POR REGIME | 12 675 224 | 12 672 310 | 2 914 | | | |
| SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS | | | | | | |
| INSTITUTO DE FINANCIAMENTO DA AGRICULTURA E PESCAS, I.P. | 1 035 813 948 | 415 362 774 | 208 226 903 | 121 532 368 | 65 933 742 | 224 758 161 |
| INSTITUTO DOS VINHOS DO DOURO E DO PORTO, I.P. | 155 808 | 86 560 | 51 936 | 17 312 | | |
| TOTAL POR REGIME | 1 035 969 756 | 415 449 334 | 208 278 839 | 121 549 680 | 65 933 742 | 224 758 161 |
| TOTAL POR MINISTÉRIO | 1 048 644 980 | 428 121 644 | 208 281 753 | 121 549 680 | 65 933 742 | 224 758 161 |
| 10 - OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES | | | | | | |
| SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS | | | | | | |
| INSTITUTO PORTUARIO E DOS TRANSPORTES MARITIMOS | 27 211 465 | 27 061 465 | 150 000 | | | |
| INSTITUTO DA MOBILIDADE E DOS TRANSPORTES TERRESTRES | 6 869 622 | 6 177 497 | 692 125 | | | |
| TOTAL POR REGIME | 34 081 087 | 33 238 962 | 842 125 | | | |
| TOTAL POR MINISTÉRIO | 34 081 087 | 33 238 962 | 842 125 | | | |
| 11 - AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO | | | | | | |
| SERVIÇOS INTEGRADOS | | | | | | |
| GABINETE DO MINISTRO (MAOT) | 68 361 | 51 126 | 17 235 | | | |
| SECRETARIA GERAL (MAOT) | 21 397 | 8 916 | 7 132 | 5 349 | | |
| DEPARTAMENTO DE PROSPECTIVA E PLANEAMENTO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS | 150 950 | 150 950 | | | | |
| AGENCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE | 2 154 542 | 1 917 410 | 237 132 | | | |
| INSTITUTO DA ÁGUA | 29 341 589 | 24 998 101 | 3 568 147 | 550 774 | 224 567 | |
| DIRECÇÃO GERAL DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO URBANO | 79 088 507 | 61 634 597 | 8 603 406 | 6 865 274 | 1 985 230 | |
| TOTAL POR REGIME | 110 825 346 | 88 761 100 | 12 433 052 | 7 421 397 | 2 209 797 | |
| SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS | | | | | | |
| COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NORTE | 1 418 168 | 1 237 401 | 146 351 | 34 416 | | |
| COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO | 343 355 | 253 691 | 55 999 | 33 665 | | |
| COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALGARVE | 1 283 499 | 928 511 | 240 855 | 104 116 | 7 443 | 2 574 |
| INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DA BIODIVERSIDADE | 261 335 | 261 335 | | | | |
| ADMINISTRAÇÃO DA REGIAO HIDROGRAFICA DO NORTE | 2 327 423 | 2 246 161 | 47 130 | 29 965 | 4 167 | |

Fonte: MF/DGO

MAPA XVII

RESPONSABILIDADES CONTRATUAIS PLURIANUAIS DOS SERVIÇOS INTEGRADOS E DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS, AGRUPADOS POR MINISTÉRIO

(EM EURO)

ANO ECONÓMICO DE 2011

Página 5/7

| MINISTÉRIOS / SERVIÇOS | DESPEZA TOTAL CONTRATADA | Execução Prevista até 31/12/2010 | ESCALONAMENTO PLURIANUAL | | | |
|--------------------------------------------------------------------|--------------------------|----------------------------------|--------------------------|--------------------|--------------------|----------------------|
| | | | 2011 | 2012 | 2013 | Seguintes |
| ADMINISTRAÇÃO DA REGIAO HIDROGRAFICA DO ALGARVE | 886 394 | 626 615 | 187 301 | 72 478 | | |
| ENTIDADE REGULADORA DOS SERVIÇOS DAS ÁGUAS E DOS RESIDUOS | 55 750 | 55 750 | | | | |
| INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA | 625 334 898 | 86 485 521 | 19 298 914 | 11 833 917 | 13 708 388 | 494 008 158 |
| TOTAL POR REGIME | 631 910 822 | 92 094 985 | 19 976 550 | 12 108 557 | 13 719 998 | 494 010 732 |
| TOTAL POR MINISTÉRIO | 742 736 168 | 180 856 085 | 32 409 602 | 19 529 954 | 15 929 795 | 494 010 732 |
| 12 - TRABALHO E SOLIDARIEDADE SOCIAL | | | | | | |
| SERVIÇOS INTEGRADOS | | | | | | |
| DIRECÇÃO-GERAL DA SEGURANÇA SOCIAL | 18 000 | 1 500 | 6 000 | 6 000 | 4 500 | |
| DIRECÇÃO -GERAL DO EMPREGO E DAS RELAÇÕES DE TRABALHO | 39 300 | 33 072 | 6 228 | | | |
| TOTAL POR REGIME | 57 300 | 34 572 | 12 228 | 6 000 | 4 500 | |
| SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS | | | | | | |
| INSTITUTO DE GESTÃO DO FUNDO SOCIAL EUROPEU IP-ORC.PRIV.-FUNC. | 1 370 872 | 1 370 872 | | | | |
| INSTITUTO DO EMPREGO E DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL IP-ORC.PRIV.-FUNC. | 10 917 581 | 8 148 780 | 1 556 269 | 993 291 | 206 154 | 13 087 |
| TOTAL POR REGIME | 12 288 453 | 9 519 652 | 1 556 269 | 993 291 | 206 154 | 13 087 |
| TOTAL POR MINISTÉRIO | 12 345 753 | 9 554 224 | 1 568 497 | 999 291 | 210 654 | 13 087 |
| 13 - SAUDE | | | | | | |
| SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS | | | | | | |
| ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO SISTEMA DE SAUDE, I.P. | 7 144 929 000 | | 232 220 000 | 297 296 000 | 492 935 000 | 6 122 478 000 |
| INFARMED - AUTORIDADE NAC. DO MEDICAMENTO E PROD. DE SAUDE, I.P. | 1 734 290 | 1 611 770 | 104 187 | 18 333 | | |
| INSTITUTO NACIONAL DE EMERGENCIA MEDICA, I.P. | 4 399 398 | 3 637 235 | 532 716 | 229 447 | | |
| ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAUDE DO NORTE, I.P. | 66 037 211 | 30 194 602 | 12 293 115 | 11 260 897 | 10 723 680 | 1 564 917 |
| ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO CENTRO, I.P. | 239 423 | 209 501 | 23 943 | 5 979 | | |
| HOSPITAL N.S. DA CONCEIÇÃO - VALONGO | 230 715 | 174 505 | 56 210 | | | |
| TOTAL POR REGIME | 7 217 570 037 | 35 827 613 | 245 230 171 | 308 810 656 | 503 658 680 | 6 124 042 917 |
| TOTAL POR MINISTÉRIO | 7 217 570 037 | 35 827 613 | 245 230 171 | 308 810 656 | 503 658 680 | 6 124 042 917 |
| 14 - EDUCAÇÃO | | | | | | |
| SERVIÇOS INTEGRADOS | | | | | | |

MAPA XVII

RESPONSABILIDADES CONTRATUAIS PLURIANUAIS DOS SERVIÇOS INTEGRADOS E DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS, AGRUPADOS POR MINISTÉRIO

(EM EURO)

ANO ECONÓMICO DE 2011

Página 6/7

| MINISTÉRIOS / SERVIÇOS | DESPEZA TOTAL CONTRATADA | Execução Prevista até 31/12/2010 | ESCALONAMENTO PLURIANUAL | | | |
|--------------------------------------------------------------|--------------------------|----------------------------------|--------------------------|----------------|---------------|-----------|
| | | | 2011 | 2012 | 2013 | Seguintes |
| DIRECÇÃO GERAL DOS RECURSOS HUMANOS DA EDUCAÇÃO | 82 195 | 61 646 | 16 439 | 4 110 | | |
| TOTAL POR REGIME | 82 195 | 61 646 | 16 439 | 4 110 | | |
| SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS | | | | | | |
| AGÊNCIA NACIONAL PARA A QUALIFICAÇÃO, I.P. | 1 258 221 | 901 985 | 352 365 | 3 871 | | |
| TOTAL POR REGIME | 1 258 221 | 901 985 | 352 365 | 3 871 | | |
| TOTAL POR MINISTÉRIO | 1 340 416 | 963 631 | 368 804 | 7 981 | | |
| 15 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR | | | | | | |
| SERVIÇOS INTEGRADOS | | | | | | |
| GABINETE DO MINISTRO DA CIÊNCIA TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR | 41 037 | 37 617 | 3 420 | | | |
| SECRETARIA-GERAL | 9 203 | 9 203 | | | | |
| TOTAL POR REGIME | 50 240 | 46 820 | 3 420 | | | |
| SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS | | | | | | |
| INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E TROPICAL, I.P. | 3 480 361 | 1 878 315 | 917 310 | 634 430 | 50 306 | |
| UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR | 8 589 839 | 5 135 960 | 3 453 879 | | | |
| UNIVERSIDADE DE COIMBRA | 3 904 349 | 3 351 661 | 552 688 | | | |
| UL - REITORIA | 415 374 | 415 374 | | | | |
| UL - FACULDADE DE CIÊNCIAS | 170 095 | 170 095 | | | | |
| SAS - UNIVERSIDADE DO MINHO | 318 024 | 151 716 | 149 208 | 11 400 | 5 700 | |
| INSTITUTO POLITÉCNICO DO CAVADO E DO AVE | 1 260 848 | 1 260 848 | | | | |
| SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA | 240 380 | 240 380 | | | | |
| SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE PORTALEGRE | 3 250 | 3 250 | | | | |
| INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO | 1 525 348 | 1 525 348 | | | | |
| INSTITUTO SUPERIOR DE ENGENHARIA DO PORTO | 177 236 | 177 236 | | | | |
| SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR | 194 788 | 181 717 | 13 071 | | | |
| TOTAL POR REGIME | 20 279 892 | 14 491 900 | 5 086 156 | 645 830 | 56 006 | |
| TOTAL POR MINISTÉRIO | 20 330 132 | 14 538 720 | 5 089 576 | 645 830 | 56 006 | |
| 16 - CULTURA | | | | | | |
| SERVIÇOS INTEGRADOS | | | | | | |

MAPA XVII

RESPONSABILIDADES CONTRATUAIS PLURIANUAIS DOS SERVIÇOS INTEGRADOS E DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS, AGRUPADOS POR MINISTÉRIO

(EM EURO)

ANO ECONÓMICO DE 2011

Página 7/7

| MINISTÉRIOS / SERVIÇOS | DESPEZA TOTAL CONTRATADA | Execução Prevista até 31/12/2010 | ESCALONAMENTO PLURIANUAL | | | |
|-------------------------------------------------------|--------------------------|----------------------------------|--------------------------|--------------------|--------------------|----------------------|
| | | | 2011 | 2012 | 2013 | Seguintes |
| GABINETE DA MINISTRA | 74 160 | 74 160 | | | | |
| GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA CULTURA | 59 332 | 59 332 | | | | |
| SECRETARIA GERAL | 69 480 | 55 970 | 13 510 | | | |
| DIRECÇÃO REGIONAL DE CULTURA DE LISBOA E VALE DO TEJO | 30 240 | 10 920 | 10 080 | 9 240 | | |
| DIRECÇÃO-GERAL DAS ARTES | 62 917 028 | 37 207 011 | 12 694 599 | 13 015 418 | | |
| DIRECÇÃO-GERAL DO LIVRO E DAS BIBLIOTECAS | 32 368 194 | 27 662 236 | 3 379 378 | 816 501 | 342 037 | 168 042 |
| DIRECÇÃO-GERAL DE ARQUIVOS | 1 679 132 | 1 679 132 | | | | |
| TOTAL POR REGIME | 97 197 566 | 66 748 761 | 16 097 567 | 13 841 159 | 342 037 | 168 042 |
| SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS | | | | | | |
| INST DE GEST DO PATRIMONIO ARQUITECTÓNICO E ARQ, I.P. | 110 364 | 110 364 | | | | |
| FUNDO DE FOMENTO CULTURAL | 15 304 763 | 9 024 305 | 1 690 229 | 1 502 183 | 1 138 046 | 1 950 000 |
| INSTITUTO DO CINEMA E DO AUDIOVISUAL , I.P. | 15 260 108 | 14 709 564 | 521 992 | 28 552 | | |
| TOTAL POR REGIME | 30 675 235 | 23 844 233 | 2 212 221 | 1 530 735 | 1 138 046 | 1 950 000 |
| TOTAL POR MINISTÉRIO | 127 872 801 | 90 592 994 | 18 309 788 | 15 371 894 | 1 480 083 | 2 118 042 |
| TOTAL GERAL..... | 9 972 681 780 | 1 240 869 545 | 606 873 517 | 583 965 259 | 632 746 366 | 6 908 227 093 |

MAPA XVIII
TRANSFERÊNCIAS PARA AS REGIÕES AUTÓNOMAS

ANO ECONÓMICO DE 2011

Página 1

| DESCRIÇÃO | IMPORTÂNCIAS EM EUROS | |
|-----------------------------------|-------------------------|-------------------------|
| | REG.AUTÓNOMA DA MADEIRA | REG.AUTÓNOMA DOS AÇORES |
| LEI DAS FINANÇAS REGIONAIS | 199 902 322 | 350 126 174 |
| OUTRAS | 51 236 875 | 2 437 365 |
| COM ORIGEM EM : | | |
| SERVIÇOS INTEGRADOS | 50 000 000 | |
| SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS | 1 236 875 | 2 437 365 |
| TOTAL GERAL | 251 139 197 | 352 563 539 |

MAPA XIX - TRANSFERÊNCIAS PARA OS MUNICÍPIOS

PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NOS IMPOSTOS DO ESTADO - 2011

(Un: euros)

| MUNICÍPIOS | FEF FINAL | | | FSM | IRS | | | TOTAL TRANSFERÊNCIAS |
|----------------------------|-------------------|-------------------|--------------------|-------------------|-------------------|-------|-------------------|-------------------------|
| | CORRENTE | CAPITAL | TOTAL | | IRS PIE | % IRS | IRS a transferir | |
| | (1) | (2) | (3)=(2)+(1) | | (4) | (5) | (6) | |
| AVEIRO (distrito) | | | | | | | | |
| ÁGUEDA | 4 770 731 | 3 180 488 | 7 951 219 | 703 721 | 1 244 549 | 5,0% | 1 244 549 | 9 899 489 |
| ALBERGARIA-A-VELHA | 3 037 336 | 2 024 890 | 5 062 226 | 427 647 | 520 796 | 5,0% | 520 796 | 6 010 669 |
| ANADIA | 4 420 405 | 2 946 936 | 7 367 341 | 374 765 | 710 814 | 5,0% | 710 814 | 8 452 920 |
| AROUCA | 5 032 002 | 2 709 539 | 7 741 541 | 454 130 | 289 505 | 5,0% | 289 505 | 8 485 176 |
| AVEIRO | 2 448 406 | 1 632 270 | 4 080 676 | 1 203 975 | 3 977 248 | 4,5% | 3 579 523 | 8 864 174 |
| CASTELO DE PAIVA | 3 082 902 | 2 055 268 | 5 138 170 | 392 428 | 156 724 | 5,0% | 156 724 | 5 687 322 |
| ESPINHO | 2 299 739 | 1 533 160 | 3 832 899 | 697 845 | 1 222 562 | 5,0% | 1 222 562 | 5 753 306 |
| ESTARREJA | 3 561 480 | 2 374 320 | 5 935 800 | 486 449 | 643 709 | 5,0% | 643 709 | 7 065 958 |
| ÍLHAVO | 2 231 026 | 1 487 351 | 3 718 377 | 633 780 | 1 334 997 | 5,0% | 1 334 997 | 5 687 154 |
| MEALHADA | 2 885 456 | 1 923 638 | 4 809 094 | 303 964 | 502 768 | 3,0% | 301 661 | 5 414 719 |
| MURTOSA | 1 997 381 | 1 331 588 | 3 328 969 | 198 371 | 194 490 | 5,0% | 194 490 | 3 721 830 |
| OLIVEIRA DE AZEMÉIS | 6 007 142 | 4 004 761 | 10 011 903 | 1 180 166 | 1 579 157 | 5,0% | 1 579 157 | 12 771 226 |
| OLIVEIRA DO BAIRRO | 3 570 882 | 2 380 588 | 5 951 470 | 291 810 | 456 236 | 5,0% | 456 236 | 6 699 516 |
| OVAR | 3 568 898 | 2 379 266 | 5 948 164 | 1 035 659 | 1 510 181 | 5,0% | 1 510 181 | 8 494 004 |
| SANTA MARIA DA FEIRA | 7 838 485 | 5 225 656 | 13 064 141 | 2 363 454 | 2 715 372 | 5,0% | 2 715 372 | 18 142 967 |
| SÃO JOÃO DA MADEIRA | 1 877 765 | 1 251 843 | 3 129 608 | 521 401 | 655 603 | 5,0% | 655 603 | 4 306 612 |
| SEVER DO VOUGA | 2 749 957 | 1 833 305 | 4 583 262 | 223 348 | 248 814 | 5,0% | 248 814 | 5 055 424 |
| VAGOS | 3 102 233 | 2 068 155 | 5 170 388 | 329 650 | 391 065 | 5,0% | 391 065 | 5 891 103 |
| VALE DE CAMBRA | 3 574 599 | 2 383 066 | 5 957 665 | 419 200 | 486 913 | 5,0% | 486 913 | 6 863 778 |
| TOTAL | 68 056 825 | 44 726 088 | 112 782 913 | 12 241 763 | 18 841 503 | - | 18 242 671 | 143 267 347 |
| BEJA (distrito) | | | | | | | | |
| ALJUSTREL | 3 503 097 | 1 886 283 | 5 389 380 | 142 402 | 220 934 | 5,0% | 220 934 | 5 752 716 |
| ALMODÓVAR | 5 210 812 | 2 805 822 | 8 016 634 | 109 273 | 151 189 | 5,0% | 151 189 | 8 277 096 |
| ALVITO | 2 047 486 | 1 102 492 | 3 149 978 | 18 606 | 53 087 | 5,0% | 53 087 | 3 221 671 |
| BARRANCOS | 1 905 349 | 1 270 232 | 3 175 581 | 26 835 | 26 070 | 5,0% | 26 070 | 3 228 486 |
| BEJA | 5 321 893 | 3 547 928 | 8 869 821 | 532 523 | 1 459 648 | 5,0% | 1 459 648 | 10 861 992 |
| CASTRO VERDE | 3 223 097 | 2 148 732 | 5 371 829 | 117 502 | 231 743 | 5,0% | 231 743 | 5 721 074 |
| CUBA | 1 971 400 | 1 061 523 | 3 032 923 | 74 259 | 103 879 | 3,0% | 62 327 | 3 169 509 |
| FERREIRA DO ALENTEJO | 4 057 672 | 2 184 900 | 6 242 572 | 114 645 | 144 374 | 5,0% | 144 374 | 6 501 591 |
| MÉRTOLA | 6 754 593 | 3 637 088 | 10 391 681 | 98 190 | 109 130 | 5,0% | 109 130 | 10 599 001 |
| MOURA | 5 423 067 | 3 615 378 | 9 038 445 | 292 309 | 244 386 | 5,0% | 244 386 | 9 575 140 |
| ODEMIRA | 8 871 129 | 4 776 762 | 13 647 891 | 319 033 | 438 544 | 3,5% | 306 981 | 14 273 905 |
| OURIQUE | 3 680 833 | 2 453 888 | 6 134 721 | 74 683 | 86 277 | 5,0% | 86 277 | 6 295 681 |
| SERPA | 5 870 629 | 3 913 752 | 9 784 381 | 279 678 | 253 778 | 5,0% | 253 778 | 10 317 837 |
| VIDIGUEIRA | 2 364 803 | 1 576 536 | 3 941 339 | 93 706 | 97 911 | 5,0% | 97 911 | 4 132 956 |
| TOTAL | 60 205 860 | 35 981 316 | 96 187 176 | 2 293 644 | 3 620 950 | - | 3 447 835 | 101 928 655 |
| BRAGA (distrito) | | | | | | | | |
| AMARES | 2 967 912 | 1 978 608 | 4 946 520 | 384 194 | 274 929 | 5,0% | 274 929 | 5 605 643 |
| BARCELOS | 12 214 915 | 8 143 277 | 20 358 192 | 2 215 648 | 1 807 004 | 5,0% | 1 807 004 | 24 380 844 |
| BRAGA | 7 172 809 | 4 781 873 | 11 954 682 | 3 061 445 | 6 792 900 | 5,0% | 6 792 900 | 21 809 027 |
| CABECEIRAS DE BASTO | 3 789 645 | 2 526 430 | 6 316 075 | 381 950 | 195 039 | 5,0% | 195 039 | 6 893 064 |
| CELORICO DE BASTO | 4 581 758 | 2 467 100 | 7 048 858 | 396 481 | 166 558 | 5,0% | 166 558 | 7 611 897 |
| ESPOSENDE | 2 933 488 | 1 955 659 | 4 889 147 | 717 297 | 925 258 | 5,0% | 925 258 | 6 531 702 |
| FAFE | 6 716 822 | 4 477 881 | 11 194 703 | 967 874 | 765 969 | 3,0% | 459 581 | 12 622 158 |
| GUIMARÃES | 11 119 180 | 7 412 786 | 18 531 966 | 2 956 874 | 3 129 856 | 5,0% | 3 129 856 | 24 618 696 |
| PÓVOA DE LANHOSO | 3 898 336 | 2 598 890 | 6 497 226 | 497 423 | 251 047 | 5,0% | 251 047 | 7 245 696 |
| TERRAS DE BOURO | 3 295 465 | 2 196 977 | 5 492 442 | 136 398 | 70 981 | 5,0% | 70 981 | 5 699 821 |
| VIEIRA DO MINHO | 3 699 111 | 2 466 074 | 6 165 185 | 269 992 | 164 571 | 0,0% | 0 | 6 435 177 |
| VILA NOVA DE FAMALICÃO | 9 080 963 | 6 053 975 | 15 134 938 | 2 018 985 | 2 546 718 | 5,0% | 2 546 718 | 19 700 641 |
| VILA VERDE | 6 664 090 | 4 442 727 | 11 106 817 | 1 016 799 | 564 938 | 5,0% | 564 938 | 12 688 554 |
| VIZELA | 2 499 177 | 1 666 118 | 4 165 295 | 451 048 | 292 925 | 4,5% | 263 633 | 4 879 976 |
| TOTAL | 80 633 671 | 53 168 375 | 133 802 046 | 15 472 408 | 17 948 693 | - | 17 448 442 | 166 722 896 |
| BRAGANÇA (distrito) | | | | | | | | |
| ALFÂNDEGA DA FÉ | 3 254 683 | 2 169 788 | 5 424 471 | 77 702 | 75 566 | 5,0% | 75 566 | 5 577 739 |
| BRAGANÇA | 7 479 712 | 4 986 474 | 12 466 186 | 484 756 | 1 293 109 | 5,0% | 1 293 109 | 14 244 051 |
| CARRAZEDA DE ANSIÃES | 3 533 297 | 2 355 532 | 5 888 829 | 93 554 | 87 500 | 5,0% | 87 500 | 6 069 883 |
| FREIXO DE ESPADA À CINTA | 2 841 232 | 1 894 154 | 4 735 386 | 51 061 | 54 387 | 5,0% | 54 387 | 4 840 834 |
| MACEDO DE CAVALEIROS | 5 722 943 | 3 815 296 | 9 538 239 | 218 915 | 303 927 | 5,0% | 303 927 | 10 061 081 |
| MIRANDA DO DOURO | 3 932 248 | 2 621 498 | 6 553 746 | 107 837 | 148 312 | 2,5% | 74 156 | 6 735 739 |
| MIRANDELA | 5 777 284 | 3 851 522 | 9 628 806 | 410 151 | 564 833 | 0,0% | 0 | 10 038 957 |
| MOGADOURO | 5 236 093 | 3 490 728 | 8 726 821 | 126 111 | 180 679 | 5,0% | 180 679 | 9 033 611 |
| TORRE DE MONCORVO | 4 248 755 | 2 832 504 | 7 081 259 | 123 433 | 151 703 | 5,0% | 151 703 | 7 356 395 |
| VILA FLOR | 3 597 497 | 1 937 114 | 5 534 611 | 109 722 | 95 475 | 2,0% | 38 190 | 5 682 523 |
| VIMIOSO | 3 598 768 | 2 399 178 | 5 997 946 | 59 225 | 68 810 | 5,0% | 68 810 | 6 125 981 |
| VINHAI | 5 326 445 | 3 550 964 | 8 877 409 | 97 155 | 94 300 | 2,5% | 47 150 | 9 021 714 |
| TOTAL | 54 548 957 | 35 904 752 | 90 453 709 | 1 959 622 | 3 118 601 | - | 2 375 177 | 94 788 508 |

(Un: euros)

| MUNICÍPIOS | FEF FINAL | | | FSM | IRS | | | TOTAL TRANSFERÊNCIAS |
|----------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|------------------|-------------------|-------|-------------------|----------------------|
| | CORRENTE | CAPITAL | TOTAL | | IRS PIE | % IRS | IRS a transferir | |
| | (1) | (2) | (3)=(2)+(1) | | (4) | (5) | (6) | |
| CASTELO BRANCO (distrito) | | | | | | | | |
| BELMONTE | 2 258 947 | 1 505 964 | 3 764 911 | 117 738 | 118 162 | 0,0% | 0 | 3 882 649 |
| CASTELO BRANCO | 8 219 734 | 5 479 823 | 13 699 557 | 877 830 | 1 955 454 | 5,0% | 1 955 454 | 16 532 841 |
| COVILHÃ | 6 866 115 | 3 697 139 | 10 563 254 | 760 176 | 1 355 857 | 5,0% | 1 355 857 | 12 679 287 |
| FUNDÃO | 6 019 367 | 4 012 912 | 10 032 279 | 404 601 | 525 871 | 2,0% | 210 348 | 10 647 228 |
| IDANHA-A-NOVA | 6 926 753 | 4 617 835 | 11 544 588 | 133 980 | 134 120 | 5,0% | 134 120 | 11 812 688 |
| OLEIROS | 3 733 117 | 2 488 745 | 6 221 862 | 56 401 | 63 507 | 0,0% | 0 | 6 278 263 |
| PENAMACOR | 3 830 320 | 2 553 546 | 6 383 866 | 70 819 | 73 311 | 5,0% | 73 311 | 6 527 996 |
| PROENÇA-A-NOVA | 3 637 712 | 2 425 141 | 6 062 853 | 112 959 | 136 471 | 5,0% | 136 471 | 6 312 283 |
| SERTÃ | 4 485 312 | 2 990 208 | 7 475 520 | 226 751 | 204 487 | 5,0% | 204 487 | 7 906 758 |
| VILA DE REI | 2 265 020 | 1 510 014 | 3 775 034 | 48 872 | 32 211 | 2,5% | 16 106 | 3 840 012 |
| VILA VELHA DE RÓDÃO | 2 654 470 | 1 769 647 | 4 424 117 | 34 138 | 56 734 | 5,0% | 56 734 | 4 514 989 |
| TOTAL | 50 896 867 | 33 050 974 | 83 947 841 | 2 844 265 | 4 656 185 | - | 4 142 888 | 90 934 994 |
| COIMBRA (distrito) | | | | | | | | |
| ARGANIL | 3 571 328 | 2 380 886 | 5 952 214 | 210 584 | 164 587 | 5,0% | 164 587 | 6 327 385 |
| CANTANHEDE | 4 794 020 | 3 196 013 | 7 990 033 | 490 202 | 773 854 | 5,0% | 773 854 | 9 254 089 |
| COIMBRA | 3 508 805 | 2 339 204 | 5 848 009 | 1 364 761 | 10 657 722 | 5,0% | 10 657 722 | 17 870 492 |
| CONDEIXA-A-NOVA | 2 095 318 | 1 396 878 | 3 492 196 | 195 326 | 573 622 | 5,0% | 573 622 | 4 261 144 |
| FIGUEIRA DA FOZ | 3 909 246 | 2 606 164 | 6 515 410 | 785 572 | 2 513 683 | 5,0% | 2 513 683 | 9 814 665 |
| GÓIS | 2 925 300 | 1 575 162 | 4 500 462 | 58 510 | 41 313 | 2,5% | 20 657 | 4 579 629 |
| LOUSÃ | 2 325 505 | 1 550 337 | 3 875 842 | 299 622 | 397 013 | 5,0% | 397 013 | 4 572 477 |
| MIRA | 2 316 621 | 1 544 414 | 3 861 035 | 199 100 | 304 731 | 5,0% | 304 731 | 4 364 866 |
| MIRANDA DO CORVO | 2 327 907 | 1 551 938 | 3 879 845 | 228 109 | 205 564 | 5,0% | 205 564 | 4 313 518 |
| MONTEMOR-O-VELHO | 4 079 731 | 2 719 820 | 6 799 551 | 337 314 | 544 194 | 5,0% | 544 194 | 7 681 059 |
| OLIVEIRA DO HOSPITAL | 3 793 786 | 2 529 190 | 6 322 976 | 429 134 | 326 680 | 5,0% | 326 680 | 7 078 790 |
| PAMPILHOSA DA SERRA | 3 456 695 | 2 304 464 | 5 761 159 | 41 747 | 46 588 | 5,0% | 46 588 | 5 849 494 |
| PENACOVA | 3 493 586 | 2 329 058 | 5 822 644 | 218 899 | 183 197 | 2,5% | 91 599 | 6 133 142 |
| PENELA | 2 257 699 | 1 505 132 | 3 762 831 | 92 144 | 95 054 | 5,0% | 95 054 | 3 950 029 |
| SOURE | 3 956 245 | 2 637 496 | 6 593 741 | 219 527 | 366 985 | 5,0% | 366 985 | 7 180 253 |
| TÁBUA | 3 390 336 | 1 825 565 | 5 215 901 | 232 506 | 160 940 | 5,0% | 160 940 | 5 609 347 |
| VILA NOVA DE POIARES | 2 125 249 | 1 416 832 | 3 542 081 | 132 447 | 115 255 | 5,0% | 115 255 | 3 789 783 |
| TOTAL | 54 327 377 | 35 408 553 | 89 735 930 | 5 535 504 | 17 470 982 | - | 17 358 728 | 112 630 162 |
| ÉVORA (distrito) | | | | | | | | |
| ALANDROAL | 3 338 115 | 2 225 410 | 5 563 525 | 83 100 | 68 463 | 5,0% | 68 463 | 5 715 088 |
| ARRAIÓLOS | 3 942 186 | 2 122 715 | 6 064 901 | 104 053 | 119 006 | 5,0% | 119 006 | 6 287 960 |
| BORBA | 2 086 721 | 1 391 147 | 3 477 868 | 106 940 | 109 324 | 5,0% | 109 324 | 3 694 132 |
| ESTREMOZ | 3 953 481 | 2 635 654 | 6 589 135 | 208 719 | 328 203 | 4,5% | 295 383 | 7 093 237 |
| ÉVORA | 6 304 745 | 4 203 163 | 10 507 908 | 795 510 | 2 602 195 | 5,0% | 2 602 195 | 13 905 613 |
| MONTEMOR-O-NOVO | 5 968 082 | 3 978 722 | 9 946 804 | 239 380 | 402 241 | 5,0% | 402 241 | 10 588 425 |
| MORA | 2 669 680 | 1 779 786 | 4 449 466 | 68 703 | 91 582 | 5,0% | 91 582 | 4 609 751 |
| MOURÃO | 2 059 518 | 1 373 012 | 3 432 530 | 60 872 | 38 421 | 5,0% | 38 421 | 3 531 823 |
| PORTEL | 3 639 082 | 2 426 055 | 6 065 137 | 98 653 | 65 082 | 5,0% | 65 082 | 6 228 872 |
| REDONDO | 2 904 725 | 1 564 083 | 4 468 808 | 111 778 | 140 131 | 5,0% | 140 131 | 4 720 717 |
| REGUENGOS DE MONSARAZ | 2 973 481 | 1 982 321 | 4 955 802 | 203 055 | 243 877 | 5,0% | 243 877 | 5 402 734 |
| VENDAS NOVAS | 2 130 363 | 1 147 118 | 3 277 481 | 157 486 | 284 519 | 5,0% | 284 519 | 3 719 486 |
| VIANA DO ALENTEJO | 2 459 571 | 1 639 714 | 4 099 285 | 101 475 | 88 562 | 5,0% | 88 562 | 4 289 322 |
| VILA VIÇOSA | 2 246 994 | 1 497 996 | 3 744 990 | 136 159 | 169 792 | 5,0% | 169 792 | 4 050 941 |
| TOTAL | 46 676 744 | 29 966 896 | 76 643 640 | 2 475 883 | 4 751 398 | - | 4 718 578 | 83 838 101 |
| FARO (distrito) | | | | | | | | |
| ALBUFEIRA | 2 313 498 | 1 542 332 | 3 855 830 | 749 583 | 1 192 724 | 0,0% | 0 | 4 605 413 |
| ALCOUTIM | 3 624 505 | 2 416 337 | 6 040 842 | 30 401 | 36 198 | 0,0% | 0 | 6 071 243 |
| ALJEZUR | 2 656 652 | 1 771 102 | 4 427 754 | 80 373 | 110 766 | 5,0% | 110 766 | 4 618 893 |
| CASTRO MARIM | 2 013 823 | 1 342 549 | 3 356 372 | 89 210 | 145 848 | 5,0% | 145 848 | 3 591 430 |
| FARO | 1 716 469 | 1 144 312 | 2 860 781 | 908 552 | 3 297 603 | 5,0% | 3 297 603 | 7 066 936 |
| LAGOA | 1 745 315 | 1 163 544 | 2 908 859 | 387 053 | 586 358 | 5,0% | 586 358 | 3 882 270 |
| LAGOS | 1 475 623 | 983 749 | 2 459 372 | 486 070 | 867 250 | 3,0% | 520 350 | 3 465 792 |
| LOULÉ | 3 789 043 | 2 526 028 | 6 315 071 | 1 134 778 | 2 242 197 | 3,0% | 1 345 318 | 8 795 167 |
| MONCHIQUE | 3 796 327 | 2 530 884 | 6 327 211 | 83 216 | 87 506 | 5,0% | 87 506 | 6 497 933 |
| OLHÃO | 3 111 401 | 2 074 268 | 5 185 669 | 694 719 | 1 012 765 | 5,0% | 1 012 765 | 6 893 153 |
| PORTIMÃO | 1 453 358 | 968 905 | 2 422 263 | 859 909 | 1 891 691 | 5,0% | 1 891 691 | 5 173 863 |
| SÃO BRÁS DE ALPORTEL | 2 126 053 | 1 144 798 | 3 270 851 | 181 358 | 311 266 | 5,0% | 311 266 | 3 763 475 |
| SILVES | 4 238 913 | 2 825 942 | 7 064 855 | 541 230 | 745 348 | 5,0% | 745 348 | 8 351 433 |
| TAVIRA | 3 475 326 | 2 316 884 | 5 792 210 | 358 746 | 686 284 | 5,0% | 686 284 | 6 837 240 |
| VILA DO BISPO | 1 857 783 | 1 238 522 | 3 096 305 | 79 674 | 95 202 | 5,0% | 95 202 | 3 271 181 |
| VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO | 1 332 964 | 888 643 | 2 221 607 | 334 004 | 435 206 | 5,0% | 435 206 | 2 990 817 |
| TOTAL | 40 727 053 | 26 878 799 | 67 605 852 | 6 998 876 | 13 744 212 | - | 11 271 511 | 85 876 239 |

(Un: euros)

| MUNICÍPIOS | FEF FINAL | | | FSM | IRS | | | TOTAL TRANSFERÊNCIAS |
|------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|--------------------|-------|--------------------|-------------------------|
| | CORRENTE | CAPITAL | TOTAL | | IRS PIE | % IRS | IRS a transferir | |
| | (1) | (2) | (3)=(2)+(1) | | (4) | (5) | (6) | |
| GUARDA (distrito) | | | | | | | | |
| AGUIAR DA BEIRA | 3 033 165 | 2 022 110 | 5 055 275 | 107 519 | 52 884 | 5,0% | 52 884 | 5 215 678 |
| ALMEIDA | 4 676 274 | 2 517 994 | 7 194 268 | 86 644 | 132 921 | 2,0% | 53 168 | 7 334 080 |
| CELORICO DA BEIRA | 3 229 684 | 2 153 122 | 5 382 806 | 125 001 | 111 474 | 5,0% | 111 474 | 5 619 281 |
| FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO | 3 971 259 | 2 647 506 | 6 618 765 | 84 704 | 89 831 | 2,0% | 35 932 | 6 739 401 |
| FORNOS DE ALGODRES | 2 388 526 | 1 592 351 | 3 980 877 | 93 712 | 72 886 | 5,0% | 72 886 | 4 147 475 |
| GOUVEIA | 3 859 441 | 2 572 960 | 6 432 401 | 225 829 | 233 088 | 5,0% | 233 088 | 6 891 318 |
| GUARDA | 6 862 033 | 4 574 688 | 11 436 721 | 660 353 | 1 521 539 | 5,0% | 1 521 539 | 13 618 613 |
| MANTEIGAS | 2 371 426 | 1 276 921 | 3 648 347 | 67 277 | 62 582 | 0,0% | 0 | 3 715 624 |
| MEDA | 3 035 516 | 2 023 677 | 5 059 193 | 75 448 | 80 955 | 5,0% | 80 955 | 5 215 596 |
| PINHEL | 4 348 901 | 2 899 267 | 7 248 168 | 125 214 | 155 647 | 5,0% | 155 647 | 7 529 029 |
| SABUGAL | 6 107 595 | 4 071 730 | 10 179 325 | 128 982 | 162 049 | 5,0% | 162 049 | 10 470 356 |
| SEIA | 5 609 381 | 3 739 587 | 9 348 968 | 322 355 | 467 870 | 5,0% | 467 870 | 10 139 193 |
| TRANCOSO | 3 883 344 | 2 588 896 | 6 472 240 | 169 784 | 141 917 | 5,0% | 141 917 | 6 783 941 |
| VILA NOVA DE FOZ CÔA | 3 444 167 | 2 296 112 | 5 740 279 | 113 031 | 120 432 | 5,0% | 120 432 | 5 973 742 |
| TOTAL | 56 820 712 | 36 976 921 | 93 797 633 | 2 385 853 | 3 406 075 | - | 3 209 841 | 99 393 327 |
| LEIRIA (distrito) | | | | | | | | |
| ALCOBAÇA | 6 176 990 | 3 326 072 | 9 503 062 | 839 883 | 1 136 925 | 5,0% | 1 136 925 | 11 479 870 |
| ALVALÁZERE | 2 623 659 | 1 749 106 | 4 372 765 | 107 222 | 94 200 | 5,0% | 94 200 | 4 574 187 |
| ANSIÃO | 2 865 065 | 1 910 044 | 4 775 109 | 194 762 | 186 080 | 5,0% | 186 080 | 5 155 951 |
| BATALHA | 2 090 508 | 1 393 672 | 3 484 180 | 226 026 | 336 533 | 5,0% | 336 533 | 4 046 739 |
| BOMBARRAL | 2 096 559 | 1 128 916 | 3 225 475 | 234 567 | 270 902 | 5,0% | 270 902 | 3 730 944 |
| CALDAS DA RAINHA | 3 082 760 | 2 055 174 | 5 137 934 | 792 651 | 1 593 262 | 3,0% | 955 957 | 6 886 542 |
| CASTANHEIRA DE PÊRA | 1 779 447 | 1 186 298 | 2 965 745 | 52 477 | 43 143 | 5,0% | 43 143 | 3 061 365 |
| FIGUEIRÓ DOS VINHOS | 2 594 962 | 1 729 975 | 4 324 937 | 97 001 | 92 476 | 5,0% | 92 476 | 4 514 414 |
| LEIRIA | 7 638 169 | 4 112 860 | 11 751 029 | 1 731 072 | 4 197 105 | 4,0% | 3 357 684 | 16 839 785 |
| MARINHA GRANDE | 2 571 900 | 1 714 600 | 4 286 500 | 692 367 | 1 077 617 | 4,0% | 862 094 | 5 840 961 |
| NAZARÉ | 1 425 967 | 950 644 | 2 376 611 | 172 300 | 334 368 | 2,0% | 133 747 | 2 682 658 |
| ÓBIDOS | 1 266 117 | 844 078 | 2 110 195 | 178 932 | 316 673 | 1,0% | 63 335 | 2 352 462 |
| PEDRÓGÃO GRANDE | 2 226 971 | 1 484 647 | 3 711 618 | 57 758 | 47 147 | 5,0% | 47 147 | 3 816 523 |
| PENICHE | 2 258 361 | 1 505 574 | 3 763 935 | 464 860 | 655 332 | 4,0% | 524 266 | 4 753 061 |
| POMBAL | 6 974 894 | 4 649 930 | 11 624 824 | 750 094 | 998 169 | 5,0% | 998 169 | 13 373 087 |
| PORTO DE MÓS | 3 633 623 | 2 422 416 | 6 056 039 | 374 593 | 469 383 | 5,0% | 469 383 | 6 900 015 |
| TOTAL | 51 305 952 | 32 164 006 | 83 469 958 | 6 966 565 | 11 849 315 | - | 9 572 041 | 100 008 564 |
| LISBOA (distrito) | | | | | | | | |
| ALENQUER | 2 924 392 | 1 949 594 | 4 873 986 | 669 022 | 1 138 474 | 5,0% | 1 138 474 | 6 681 482 |
| AMADORA | 6 809 761 | 4 539 840 | 11 349 601 | 2 256 591 | 6 795 705 | 5,0% | 6 795 705 | 20 401 897 |
| ARRUDA DOS VINHOS | 1 796 058 | 1 197 372 | 2 993 430 | 103 728 | 457 613 | 5,0% | 457 613 | 3 554 771 |
| AZAMBUJA | 2 615 300 | 1 743 533 | 4 358 833 | 309 452 | 497 990 | 5,0% | 497 990 | 5 166 275 |
| CADAVAL | 2 584 924 | 1 723 282 | 4 308 206 | 212 242 | 249 426 | 5,0% | 249 426 | 4 769 874 |
| CASCAIS | 0 | 0 | 0 | 0 | 19 339 796 | 5,0% | 19 339 796 | 19 339 796 |
| LISBOA | 0 | 0 | 0 | 0 | 63 063 179 | 5,0% | 63 063 179 | 63 063 179 |
| LOURES | 5 443 367 | 3 628 912 | 9 072 279 | 2 606 643 | 9 067 053 | 5,0% | 9 067 053 | 20 745 975 |
| LOURINHÃ | 2 307 865 | 1 538 577 | 3 846 442 | 434 045 | 616 579 | 5,0% | 616 579 | 4 897 066 |
| MAFRA | 1 816 181 | 977 943 | 2 794 124 | 937 882 | 3 520 239 | 5,0% | 3 520 239 | 7 252 245 |
| ODIVELAS | 4 924 782 | 3 283 188 | 8 207 970 | 1 907 282 | 5 316 934 | 5,0% | 5 316 934 | 15 432 186 |
| OEIRAS | 615 661 | 410 440 | 1 026 101 | 81 114 | 17 478 754 | 4,5% | 15 730 879 | 16 838 094 |
| SINTRA | 8 833 629 | 5 889 086 | 14 722 715 | 5 591 646 | 15 025 652 | 4,0% | 12 020 522 | 32 334 883 |
| SOBRAL DE MONTE AGRAÇO | 1 638 367 | 1 092 244 | 2 730 611 | 164 040 | 298 556 | 5,0% | 298 556 | 3 193 207 |
| TORRES VEDRAS | 4 870 213 | 3 246 809 | 8 117 022 | 1 150 088 | 2 379 007 | 4,0% | 1 903 206 | 11 170 316 |
| VILA FRANCA DE XIRA | 4 292 984 | 2 861 990 | 7 154 974 | 1 885 497 | 4 692 402 | 5,0% | 4 692 402 | 13 732 873 |
| TOTAL | 51 473 484 | 34 082 810 | 85 556 294 | 18 309 272 | 149 937 359 | - | 144 708 553 | 248 574 119 |
| PORTALEGRE (distrito) | | | | | | | | |
| ALTER DO CHÃO | 2 638 482 | 1 420 721 | 4 059 203 | 58 116 | 60 725 | 5,0% | 60 725 | 4 178 044 |
| ARRONCHES | 2 324 827 | 1 549 884 | 3 874 711 | 44 530 | 56 296 | 5,0% | 56 296 | 3 975 537 |
| AVIS | 3 192 698 | 2 128 466 | 5 321 164 | 72 904 | 75 377 | 5,0% | 75 377 | 5 469 445 |
| CAMPO MAIOR | 2 412 727 | 1 608 485 | 4 021 212 | 161 855 | 253 759 | 4,0% | 203 007 | 4 386 074 |
| CASTELO DE VIDE | 2 494 174 | 1 343 017 | 3 837 191 | 53 423 | 92 203 | 5,0% | 92 203 | 3 982 817 |
| CRATO | 2 908 580 | 1 939 054 | 4 847 634 | 41 327 | 60 264 | 5,0% | 60 264 | 4 949 225 |
| ELVAS | 4 506 431 | 3 004 288 | 7 510 719 | 365 887 | 585 575 | 3,0% | 351 345 | 8 227 951 |
| FRONTEIRA | 1 814 687 | 1 209 792 | 3 024 479 | 49 882 | 73 350 | 2,5% | 36 675 | 3 111 036 |
| GAVIÃO | 2 383 852 | 1 589 234 | 3 973 086 | 47 905 | 55 668 | 0,0% | 0 | 4 020 991 |
| MARVÃO | 2 214 859 | 1 192 616 | 3 407 475 | 50 527 | 52 855 | 5,0% | 52 855 | 3 510 857 |
| MONFORTE | 2 439 211 | 1 626 141 | 4 065 352 | 55 614 | 48 540 | 5,0% | 48 540 | 4 169 506 |
| NISA | 3 951 298 | 2 634 198 | 6 585 496 | 88 563 | 146 957 | 5,0% | 146 957 | 6 821 016 |
| PONTE DE SOR | 4 599 377 | 3 066 252 | 7 665 629 | 259 220 | 377 159 | 5,0% | 377 159 | 8 302 008 |
| PORTALEGRE | 4 243 426 | 2 284 922 | 6 528 348 | 373 646 | 908 777 | 5,0% | 908 777 | 7 810 771 |
| SOUSEL | 2 465 579 | 1 327 620 | 3 793 199 | 83 470 | 89 161 | 5,0% | 89 161 | 3 965 830 |
| TOTAL | 44 590 208 | 27 924 690 | 72 514 898 | 1 806 869 | 2 936 666 | - | 2 559 341 | 76 881 108 |

(Un: euros)

| MUNICÍPIOS | FEF FINAL | | | FSM | IRS | | | TOTAL TRANSFERÊNCIAS |
|------------------------------------|-------------------|-------------------|--------------------|-------------------|-------------------|-------|-------------------|-------------------------|
| | CORRENTE | CAPITAL | TOTAL | | IRS PIE | % IRS | IRS a transferir | |
| | (1) | (2) | (3)=(2)+(1) | | (4) | (5) | (6) | |
| PORTO (distrito) | | | | | | | | |
| AMARANTE | 7 587 863 | 5 058 576 | 12 646 439 | 901 560 | 937 938 | 5,0% | 937 938 | 14 485 937 |
| BAIÃO | 4 643 442 | 2 500 315 | 7 143 757 | 403 162 | 175 446 | 5,0% | 175 446 | 7 722 365 |
| FELGUEIRAS | 5 429 420 | 3 619 613 | 9 049 033 | 1 345 090 | 687 056 | 5,0% | 687 056 | 11 081 179 |
| GONDOMAR | 7 047 668 | 4 698 446 | 11 746 114 | 2 364 152 | 4 244 776 | 5,0% | 4 244 776 | 18 355 042 |
| LOUSADA | 4 798 766 | 3 199 178 | 7 997 944 | 1 073 641 | 484 324 | 5,0% | 484 324 | 9 555 909 |
| MAIA | 2 734 702 | 1 823 135 | 4 557 837 | 1 821 583 | 5 945 799 | 5,0% | 5 945 799 | 12 325 219 |
| MARCO DE CANAVESES | 6 827 243 | 4 551 496 | 11 378 739 | 1 330 920 | 545 525 | 5,0% | 545 525 | 13 255 184 |
| MATOSINHOS | 3 440 248 | 2 293 499 | 5 733 747 | 2 280 144 | 8 672 805 | 5,0% | 8 672 805 | 16 686 696 |
| PAÇOS DE FERREIRA | 4 133 146 | 2 755 431 | 6 888 577 | 1 239 811 | 614 904 | 5,0% | 614 904 | 8 743 292 |
| PAREDES | 7 155 018 | 4 770 012 | 11 925 030 | 1 814 199 | 1 080 377 | 5,0% | 1 080 377 | 14 819 606 |
| PENAFIEL | 7 656 263 | 5 104 175 | 12 760 438 | 1 667 578 | 986 106 | 5,0% | 986 106 | 15 414 122 |
| PORTO | 2 095 041 | 1 396 694 | 3 491 735 | 3 002 625 | 20 036 895 | 5,0% | 20 036 895 | 26 531 255 |
| PÓVOA DE VARZIM | 3 381 784 | 2 254 523 | 5 636 307 | 1 249 129 | 1 858 968 | 5,0% | 1 858 968 | 8 744 404 |
| SANTO TIROSO | 6 702 695 | 4 468 463 | 11 171 158 | 1 156 196 | 1 378 036 | 5,0% | 1 378 036 | 13 705 390 |
| TROFA | 3 230 486 | 2 153 657 | 5 384 143 | 724 584 | 803 467 | 2,5% | 401 734 | 6 510 461 |
| VALONGO | 3 610 253 | 2 406 835 | 6 017 088 | 1 548 970 | 2 301 557 | 5,0% | 2 301 557 | 9 867 615 |
| VILA DO CONDE | 3 603 192 | 2 402 128 | 6 005 320 | 1 412 718 | 2 246 153 | 5,0% | 2 246 153 | 9 664 191 |
| VILA NOVA DE GAIA | 7 536 317 | 5 024 211 | 12 560 528 | 4 395 670 | 10 740 909 | 5,0% | 10 740 909 | 27 697 107 |
| TOTAL | 91 613 547 | 60 480 387 | 152 093 934 | 29 731 732 | 63 741 041 | - | 63 339 308 | 245 164 974 |
| SANTARÉM (distrito) | | | | | | | | |
| ABRANTES | 6 115 481 | 4 076 987 | 10 192 468 | 563 417 | 1 031 402 | 4,5% | 928 262 | 11 684 147 |
| ALCANENA | 2 665 334 | 1 776 890 | 4 442 224 | 235 051 | 233 332 | 4,0% | 186 666 | 4 863 941 |
| ALMEIRIM | 2 815 637 | 1 877 092 | 4 692 729 | 363 485 | 566 616 | 4,0% | 453 293 | 5 509 507 |
| ALPIARCA | 1 782 567 | 1 188 378 | 2 970 945 | 115 101 | 150 784 | 5,0% | 150 784 | 3 236 830 |
| BENAVENTE | 1 812 337 | 1 208 224 | 3 020 561 | 523 275 | 911 527 | 5,0% | 911 527 | 4 455 363 |
| CARTAXO | 2 339 671 | 1 559 780 | 3 899 451 | 385 741 | 715 888 | 4,0% | 572 710 | 4 857 902 |
| CHAMUSCA | 4 089 523 | 2 726 348 | 6 815 871 | 137 780 | 139 057 | 5,0% | 139 057 | 7 092 708 |
| CONSTÂNCIA | 1 871 815 | 1 247 877 | 3 119 692 | 84 027 | 93 224 | 4,0% | 74 579 | 3 278 343 |
| CORUCHE | 5 896 446 | 3 930 964 | 9 827 410 | 283 239 | 378 252 | 5,0% | 378 252 | 10 488 901 |
| ENTRONCAMENTO | 1 315 936 | 877 291 | 2 193 227 | 303 343 | 854 280 | 5,0% | 854 280 | 3 350 850 |
| FERREIRA DO ZÉZERE | 2 769 779 | 1 846 519 | 4 616 298 | 143 308 | 87 523 | 5,0% | 87 523 | 4 847 129 |
| GOLEGÃ | 1 874 571 | 1 009 384 | 2 883 955 | 93 564 | 125 686 | 5,0% | 125 686 | 3 103 205 |
| MAÇÃO | 3 694 819 | 2 463 213 | 6 158 032 | 109 316 | 119 366 | 5,0% | 119 366 | 6 386 714 |
| OURÉM | 5 934 484 | 3 956 323 | 9 890 807 | 681 098 | 877 419 | 5,0% | 877 419 | 11 449 324 |
| RIO MAIOR | 3 502 565 | 1 885 997 | 5 388 562 | 377 243 | 434 352 | 5,0% | 434 352 | 6 200 157 |
| SALVATERRA DE MAGOS | 2 819 612 | 1 879 742 | 4 699 354 | 342 910 | 529 873 | 5,0% | 529 873 | 5 572 137 |
| SANTARÉM | 6 463 773 | 3 480 493 | 9 944 266 | 895 568 | 2 285 404 | 5,0% | 2 285 404 | 13 125 238 |
| SARDOAL | 2 044 579 | 1 363 053 | 3 407 632 | 76 892 | 80 873 | 5,0% | 80 873 | 3 565 397 |
| TOMAR | 4 551 241 | 3 034 160 | 7 585 401 | 692 449 | 1 144 827 | 5,0% | 1 144 827 | 9 422 677 |
| TORRES NOVAS | 4 275 924 | 2 850 616 | 7 126 540 | 527 179 | 1 044 035 | 4,0% | 835 228 | 8 488 947 |
| VILA NOVA DA BARQUINHA | 1 759 713 | 1 173 142 | 2 932 855 | 110 657 | 196 831 | 4,5% | 177 148 | 3 220 660 |
| TOTAL | 70 395 807 | 45 412 473 | 115 808 280 | 7 044 688 | 12 000 551 | - | 11 347 109 | 134 200 077 |
| SETÚBAL (distrito) | | | | | | | | |
| ALCÁÇER DO SAL | 5 983 507 | 3 221 889 | 9 205 396 | 198 654 | 246 759 | 4,0% | 197 407 | 9 601 457 |
| ALCOCHETE | 952 834 | 635 222 | 1 588 056 | 249 635 | 1 042 790 | 5,0% | 1 042 790 | 2 880 481 |
| ALMADA | 3 558 964 | 2 372 642 | 5 931 606 | 2 242 026 | 8 854 299 | 5,0% | 8 854 299 | 17 027 931 |
| BARREIRO | 3 549 358 | 2 366 239 | 5 915 597 | 1 216 465 | 2 789 828 | 5,0% | 2 789 828 | 9 921 890 |
| GRÂNDOLA | 3 718 777 | 2 479 185 | 6 197 962 | 215 878 | 370 294 | 4,0% | 296 235 | 6 710 075 |
| MOITA | 4 854 917 | 3 236 612 | 8 091 529 | 1 112 489 | 1 529 957 | 5,0% | 1 529 957 | 10 733 975 |
| MONTIJO | 2 145 518 | 1 430 345 | 3 575 863 | 746 566 | 1 735 597 | 5,0% | 1 735 597 | 6 058 026 |
| PALMELA | 2 808 166 | 1 872 111 | 4 680 277 | 833 199 | 2 392 716 | 5,0% | 2 392 716 | 7 906 192 |
| SANTIAGO DO CACÉM | 6 071 139 | 4 047 426 | 10 118 565 | 414 607 | 1 202 169 | 5,0% | 1 202 169 | 11 735 341 |
| SEIXAL | 4 054 675 | 2 703 117 | 6 757 792 | 2 294 659 | 5 552 109 | 5,0% | 5 552 109 | 14 604 560 |
| SESIMBRA | 1 507 614 | 1 005 076 | 2 512 690 | 776 944 | 1 878 640 | 5,0% | 1 878 640 | 5 168 274 |
| SETÚBAL | 3 016 655 | 2 011 104 | 5 027 759 | 1 776 359 | 5 345 257 | 5,0% | 5 345 257 | 12 149 375 |
| SINES | 1 858 589 | 1 239 060 | 3 097 649 | 250 652 | 593 988 | 4,5% | 534 589 | 3 882 890 |
| TOTAL | 44 080 713 | 28 620 028 | 72 700 741 | 12 328 133 | 33 534 403 | - | 33 351 593 | 118 380 467 |
| VIANA DO CASTELO (distrito) | | | | | | | | |
| ARCOS DE VALDEVEZ | 6 146 006 | 4 097 337 | 10 243 343 | 320 485 | 345 724 | 3,0% | 207 434 | 10 771 262 |
| CAMINHA | 3 408 552 | 2 272 368 | 5 680 920 | 208 492 | 484 686 | 4,5% | 436 217 | 6 325 629 |
| MELGAÇO | 3 707 990 | 2 471 994 | 6 179 984 | 112 390 | 127 956 | 0,0% | 0 | 6 292 374 |
| MONÇÃO | 4 416 490 | 2 944 326 | 7 360 816 | 264 516 | 321 442 | 5,0% | 321 442 | 7 946 774 |
| PAREDES DE COURA | 3 766 485 | 2 510 990 | 6 277 475 | 122 439 | 124 574 | 3,0% | 74 744 | 6 474 658 |
| PONTE DA BARCA | 3 360 805 | 2 240 536 | 5 601 341 | 200 577 | 169 496 | 3,0% | 101 698 | 5 903 616 |
| PONTE DE LIMA | 6 689 680 | 4 459 787 | 11 149 467 | 852 275 | 625 351 | 0,0% | 0 | 12 001 742 |
| VALENÇA | 3 144 749 | 2 096 499 | 5 241 248 | 222 018 | 225 758 | 5,0% | 225 758 | 5 689 024 |
| VIANA DO CASTELO | 6 742 016 | 4 494 678 | 11 236 694 | 1 334 441 | 2 730 865 | 5,0% | 2 730 865 | 15 302 000 |
| VILA NOVA DE CERVEIRA | 3 499 346 | 2 332 897 | 5 832 243 | 128 840 | 170 754 | 2,5% | 85 377 | 6 046 460 |
| TOTAL | 44 882 119 | 29 921 412 | 74 803 531 | 3 766 473 | 5 326 606 | - | 4 183 535 | 82 753 539 |

(Un: euros)

| MUNICÍPIOS | FEF FINAL | | | FSM | IRS | | | TOTAL TRANSFERÊNCIAS |
|-----------------------------|----------------------|--------------------|----------------------|--------------------|--------------------|-------|--------------------|----------------------|
| | CORRENTE | CAPITAL | TOTAL | | IRS PIE | % IRS | IRS a transferir | |
| | (1) | (2) | (3)=(2)+(1) | | (5) | (6) | (7) | |
| VILA REAL (distrito) | | | | | | | | |
| ALIJÓ | 3 912 133 | 2 608 089 | 6 520 222 | 196 094 | 144 987 | 5,0% | 144 987 | 6 861 305 |
| BOTICAS | 3 354 848 | 2 236 566 | 5 591 414 | 75 156 | 60 320 | 5,0% | 60 320 | 5 726 890 |
| CHAVES | 7 176 572 | 4 784 381 | 11 960 953 | 610 414 | 1 029 284 | 5,0% | 1 029 284 | 13 600 651 |
| MESÃO FRIO | 1 941 473 | 1 045 409 | 2 986 882 | 117 888 | 48 176 | 5,0% | 48 176 | 3 152 946 |
| MONDIM DE BASTO | 3 224 867 | 2 149 912 | 5 374 779 | 183 453 | 77 939 | 5,0% | 77 939 | 5 636 171 |
| MONTALEGRE | 5 941 952 | 3 961 301 | 9 903 253 | 168 596 | 149 464 | 5,0% | 149 464 | 10 221 313 |
| MURÇA | 2 650 078 | 1 766 718 | 4 416 796 | 100 146 | 78 350 | 5,0% | 78 350 | 4 595 292 |
| PESO DA RÉGUA | 3 335 440 | 2 223 626 | 5 559 066 | 324 941 | 343 524 | 5,0% | 343 524 | 6 227 531 |
| RIBEIRA DE PENA | 3 190 587 | 1 718 008 | 4 908 595 | 121 329 | 67 691 | 5,0% | 67 691 | 5 097 615 |
| SABROSA | 2 859 552 | 1 906 368 | 4 765 920 | 107 229 | 69 306 | 5,0% | 69 306 | 4 942 455 |
| SANTA MARTA DE PENAGUIÃO | 2 445 875 | 1 630 583 | 4 076 458 | 97 965 | 88 661 | 5,0% | 88 661 | 4 263 084 |
| VALPAÇOS | 5 536 335 | 3 690 890 | 9 227 225 | 263 333 | 187 420 | 5,0% | 187 420 | 9 677 978 |
| VILA POUCA DE AGUIAR | 4 800 611 | 2 584 945 | 7 385 556 | 237 923 | 189 099 | 5,0% | 189 099 | 7 812 578 |
| VILA REAL | 5 484 556 | 2 953 223 | 8 437 779 | 836 173 | 1 895 834 | 5,0% | 1 895 834 | 11 169 786 |
| TOTAL | 55 854 879 | 35 260 019 | 91 114 898 | 3 440 640 | 4 430 055 | - | 4 430 055 | 98 985 593 |
| VISEU (distrito) | | | | | | | | |
| ARMAMAR | 2 675 738 | 1 783 825 | 4 459 563 | 123 805 | 74 485 | 2,0% | 29 794 | 4 613 162 |
| CARREGAL DO SAL | 2 216 851 | 1 477 901 | 3 694 752 | 195 506 | 137 039 | 5,0% | 137 039 | 4 027 297 |
| CASTRO DAIRE | 4 513 698 | 3 009 132 | 7 522 830 | 311 506 | 161 900 | 5,0% | 161 900 | 7 996 236 |
| CINFÃES | 4 471 882 | 2 981 255 | 7 453 137 | 427 592 | 173 286 | 3,0% | 103 972 | 7 984 701 |
| LAMEGO | 4 205 474 | 2 803 649 | 7 009 123 | 487 599 | 695 585 | 5,0% | 695 585 | 8 192 307 |
| MANGUALDE | 3 826 874 | 2 551 249 | 6 378 123 | 389 675 | 377 333 | 4,0% | 301 866 | 7 069 664 |
| MOIMENTA DA BEIRA | 3 256 300 | 2 170 866 | 5 427 166 | 228 517 | 151 684 | 5,0% | 151 684 | 5 807 367 |
| MORTÁGUA | 3 092 451 | 2 061 634 | 5 154 085 | 135 131 | 157 676 | 2,5% | 78 838 | 5 368 054 |
| NELAS | 2 687 468 | 1 791 645 | 4 479 113 | 237 050 | 253 924 | 3,0% | 152 354 | 4 868 517 |
| OLIVEIRA DE FRADES | 2 509 651 | 1 673 101 | 4 182 752 | 211 428 | 169 954 | 5,0% | 169 954 | 4 564 134 |
| PENALVA DO CASTELO | 2 997 051 | 1 998 034 | 4 995 085 | 142 905 | 88 873 | 2,5% | 44 437 | 5 182 427 |
| PENEDONO | 2 398 084 | 1 598 722 | 3 996 806 | 58 198 | 41 437 | 2,0% | 16 575 | 4 071 579 |
| RESENDE | 3 704 879 | 1 994 935 | 5 699 814 | 219 639 | 106 740 | 2,0% | 42 696 | 5 962 149 |
| SANTA COMBA DÃO | 2 324 236 | 1 549 490 | 3 873 726 | 200 437 | 207 012 | 5,0% | 207 012 | 4 281 175 |
| SÃO JOÃO DA PESQUEIRA | 3 527 378 | 2 351 586 | 5 878 964 | 157 359 | 98 097 | 4,0% | 78 478 | 6 114 801 |
| SÃO PEDRO DO SUL | 4 450 333 | 2 966 888 | 7 417 221 | 319 151 | 267 779 | 5,0% | 267 779 | 8 004 151 |
| SÁTÃO | 3 150 241 | 2 100 160 | 5 250 401 | 249 850 | 167 764 | 5,0% | 167 764 | 5 668 015 |
| SERNANCELHE | 2 986 309 | 1 990 873 | 4 977 182 | 96 616 | 54 261 | 5,0% | 54 261 | 5 128 059 |
| TABUAÇO | 2 931 710 | 1 954 473 | 4 886 183 | 116 105 | 61 286 | 5,0% | 61 286 | 5 063 574 |
| TAROUCA | 2 719 568 | 1 813 045 | 4 532 613 | 172 941 | 93 061 | 5,0% | 93 061 | 4 798 615 |
| TONDELA | 5 501 827 | 3 667 884 | 9 169 711 | 500 048 | 490 459 | 5,0% | 490 459 | 10 160 218 |
| VILA NOVA DE PAIVA | 2 280 374 | 1 520 250 | 3 800 624 | 122 657 | 62 112 | 5,0% | 62 112 | 3 985 393 |
| VISEU | 6 709 096 | 4 472 730 | 11 181 826 | 1 554 928 | 3 681 167 | 5,0% | 3 681 167 | 16 417 921 |
| VOUZELA | 2 957 650 | 1 971 767 | 4 929 417 | 188 296 | 150 940 | 5,0% | 150 940 | 5 268 653 |
| TOTAL | 82 095 123 | 54 255 094 | 136 350 217 | 6 846 939 | 7 923 854 | - | 7 401 013 | 150 598 169 |
| AÇORES | | | | | | | | |
| ANGRA DO HEROÍSMO | 5 032 199 | 3 354 799 | 8 386 998 | 666 727 | 1 087 254 | 5,0% | 1 087 254 | 10 140 979 |
| CALHETA (SÃO JORGE) | 2 006 447 | 1 337 631 | 3 344 078 | 70 908 | 50 425 | 5,0% | 50 425 | 3 465 411 |
| CORVO | 904 859 | 603 240 | 1 508 099 | 4 975 | 12 080 | 5,0% | 12 080 | 1 525 154 |
| HORTA | 2 958 099 | 1 972 066 | 4 930 165 | 296 917 | 468 121 | 5,0% | 468 121 | 5 695 203 |
| LAGOA (AÇORES) | 2 470 752 | 1 647 168 | 4 117 920 | 360 373 | 261 626 | 5,0% | 261 626 | 4 739 919 |
| LAJES DAS FLORES | 1 604 521 | 1 069 680 | 2 674 201 | 17 619 | 19 432 | 5,0% | 19 432 | 2 711 252 |
| LAJES DO PICO | 2 283 321 | 1 522 214 | 3 805 535 | 88 823 | 69 564 | 5,0% | 69 564 | 3 963 922 |
| MADALENA | 2 399 878 | 1 599 919 | 3 999 797 | 120 066 | 103 199 | 5,0% | 103 199 | 4 223 062 |
| NORDESTE | 2 538 533 | 1 692 355 | 4 230 888 | 122 488 | 51 301 | 5,0% | 51 301 | 4 404 677 |
| PONTA DELGADA | 6 395 803 | 4 263 869 | 10 659 672 | 1 665 749 | 2 398 545 | 4,0% | 1 918 836 | 14 244 257 |
| POVOAÇÃO | 2 446 491 | 1 630 994 | 4 077 485 | 165 622 | 62 157 | 5,0% | 62 157 | 4 305 264 |
| RIBEIRA GRANDE | 4 875 305 | 3 250 203 | 8 125 508 | 883 438 | 417 319 | 5,0% | 417 319 | 9 426 265 |
| SANTA CRUZ DA GRACIOSA | 1 639 387 | 1 092 925 | 2 732 312 | 87 811 | 66 079 | 5,0% | 66 079 | 2 886 202 |
| SANTA CRUZ DAS FLORES | 1 371 064 | 914 043 | 2 285 107 | 56 553 | 55 585 | 5,0% | 55 585 | 2 397 245 |
| SÃO ROQUE DO PICO | 1 814 798 | 1 209 865 | 3 024 663 | 69 194 | 70 393 | 5,0% | 70 393 | 3 164 250 |
| VELAS | 2 295 226 | 1 530 151 | 3 825 377 | 97 892 | 84 312 | 5,0% | 84 312 | 4 007 581 |
| VILA DA PRAIA DA VITÓRIA | 3 571 339 | 2 380 893 | 5 952 232 | 502 367 | 444 770 | 5,0% | 444 770 | 6 899 369 |
| VILA DO PORTO | 2 103 431 | 1 402 287 | 3 505 718 | 135 890 | 252 453 | 5,0% | 252 453 | 3 894 061 |
| VILA FRANCA DO CAMPO | 2 444 542 | 1 629 695 | 4 074 237 | 291 062 | 115 683 | 5,0% | 115 683 | 4 480 982 |
| TOTAL | 51 155 995 | 34 103 997 | 85 259 992 | 5 704 474 | 6 090 298 | - | 5 610 589 | 96 575 055 |
| MADEIRA | | | | | | | | |
| CALHETA | 3 612 457 | 2 408 304 | 6 020 761 | 234 274 | 176 097 | 5,0% | 176 097 | 6 431 132 |
| CÂMARA DE LOBOS | 3 914 156 | 2 609 437 | 6 523 593 | 843 276 | 289 681 | 5,0% | 289 681 | 7 656 550 |
| FUNCHAL | 5 182 531 | 3 455 020 | 8 637 551 | 1 810 515 | 5 164 227 | 5,0% | 5 164 227 | 15 612 293 |
| MACHICO | 3 189 668 | 2 126 445 | 5 316 113 | 494 630 | 312 003 | 5,0% | 312 003 | 6 122 746 |
| PONTA DO SOL | 2 054 284 | 1 369 523 | 3 423 807 | 216 582 | 104 156 | 5,0% | 104 156 | 3 744 545 |
| PORTO MONIZ | 2 194 487 | 1 462 991 | 3 657 478 | 53 609 | 28 133 | 5,0% | 28 133 | 3 739 220 |
| PORTO SANTO | 1 003 120 | 668 746 | 1 671 866 | 96 607 | 314 018 | 5,0% | 314 018 | 2 082 491 |
| RIBEIRA BRAVA | 2 558 164 | 1 705 442 | 4 263 606 | 340 624 | 153 112 | 5,0% | 153 112 | 4 757 342 |
| SANTA CRUZ | 2 767 681 | 1 845 121 | 4 612 802 | 598 466 | 1 152 219 | 5,0% | 1 152 219 | 6 363 487 |
| SANTANA | 3 199 595 | 2 133 063 | 5 332 658 | 129 843 | 75 433 | 5,0% | 75 433 | 5 537 934 |
| SÃO VICENTE | 2 480 563 | 1 653 709 | 4 134 272 | 113 565 | 67 202 | 5,0% | 67 202 | 4 315 039 |
| TOTAL | 32 156 706 | 21 437 801 | 53 594 507 | 4 931 991 | 7 836 281 | - | 7 836 281 | 66 362 779 |
| TOTAL GERAL | 1.132.498.599 | 735.725.391 | 1.868.223.990 | 153.085.594 | 393.165.028 | - | 376.555.089 | 2.397.864.673 |
| TOTAL CONTINENTE | 1.049.185.898 | 680.183.593 | 1.729.369.491 | 142.449.129 | 379.238.449 | - | 363.108.219 | 2.234.926.839 |

MAPA XX
TRANSFERÊNCIAS PARA AS FREGUESIAS
PARTICIPAÇÃO DAS FREGUESIAS NOS IMPOSTOS DO ESTADO - 2011

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF |
|---------------------------------------------|----------------|
| Agadão | 42 386 |
| Aguada de Baixo | 30 456 |
| Aguada de Cima | 61 010 |
| Águeda | 118 458 |
| Barrô | 35 592 |
| Belazaima do Chão | 30 079 |
| Borralha | 39 835 |
| Castanheira do Vouga | 40 388 |
| Espinhel | 47 793 |
| Fermentelos | 49 190 |
| Lamas do Vouga | 24 365 |
| Macieira de Alcoba | 17 958 |
| Macinhata do Vouga | 58 443 |
| Óis da Ribeira | 24 365 |
| Préstimo | 42 138 |
| Recardães | 47 767 |
| Segadães | 25 355 |
| Travassô | 34 280 |
| Trofa | 43 098 |
| Valongo do Vouga | 77 686 |
| ÁGUEDA (Total município) | 890 642 |
| Albergaria-a-Velha | 88 636 |
| Alquerubim | 44 408 |
| Angeja | 44 245 |
| Branca | 77 583 |
| Frossos | 26 438 |
| Ribeira de Fráguas | 48 720 |
| São João de Loure | 39 734 |
| Valmaior | 43 141 |
| ALBERGARIA-A-VELHA (Total município) | 412 905 |
| Aguim | 28 471 |
| Amoreira da Gândara | 31 492 |
| Ancas | 24 365 |
| Arcos | 56 858 |
| Avelãs de Caminho | 28 573 |
| Avelãs de Cima | 57 718 |
| Mogofores | 24 365 |
| Moita | 54 089 |
| Óis do Bairro | 24 365 |
| Paredes do Bairro | 27 173 |
| Sangalhos | 56 332 |
| São Lourenço do Bairro | 43 663 |
| Tamengos | 33 298 |
| Vila Nova de Monsarros | 45 011 |
| Vilarinho do Bairro | 51 381 |
| ANADIA (Total município) | 587 154 |
| Albergaria da Serra | 21 846 |
| Alvarenga | 46 235 |
| Arouca | 46 984 |
| Burgo | 37 183 |
| Cabreiros | 25 282 |
| Canelas | 33 454 |
| Chave | 32 895 |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF |
|-------------------------------------------|----------------|
| Covelo de Paivó | 29 288 |
| Escariz | 41 043 |
| Espiunca | 25 376 |
| Fernedo | 34 165 |
| Janarde | 24 213 |
| Mansores | 32 052 |
| Moldes | 43 183 |
| Rossas | 37 354 |
| Santa Eulália | 47 118 |
| São Miguel do Mato | 35 496 |
| Tropeço | 31 712 |
| Urrô | 30 458 |
| Várzea | 24 365 |
| AROUCA (Total município) | 679 702 |
| Aradas | 81 882 |
| Cacia | 87 668 |
| Eirol | 24 066 |
| Eixo | 60 367 |
| Esgueira | 114 922 |
| Glória | 88 986 |
| Nariz | 32 056 |
| Nossa Senhora de Fátima | 36 722 |
| Oliveirinha | 56 961 |
| Requeixo | 31 651 |
| Santa Joana | 73 685 |
| São Bernardo | 44 453 |
| São Jacinto | 32 917 |
| Vera Cruz | 102 097 |
| AVEIRO (Total município) | 868 433 |
| Bairros | 35 317 |
| Fornos | 30 968 |
| Paraíso | 44 772 |
| Pedorido | 34 957 |
| Raiva | 42 690 |
| Real | 57 316 |
| Santa Maria de Sardoura | 42 737 |
| São Martinho de Sardoura | 34 383 |
| Sobrado | 37 765 |
| CASTELO DE PAIVA (Total município) | 360 905 |
| Anta | 103 441 |
| Espinho | 98 128 |
| Guetim | 31 396 |
| Paramos | 67 808 |
| Silvalde | 85 356 |
| ESPINHO (Total município) | 386 129 |
| Avanca | 79 952 |
| Beduído | 88 329 |
| Canelas | 33 927 |
| Fermelã | 39 176 |
| Pardilhó | 58 418 |
| Salreu | 62 889 |
| Veiros | 42 128 |
| ESTARREJA (Total município) | 404 819 |
| Gafanha do Carmo | 32 920 |
| Gafanha da Encarnação | 63 441 |
| Gafanha da Nazaré | 126 802 |
| Ílhavo (São Salvador) | 172 775 |

| (Un: euros) | |
|----------------------------------------------|----------------|
| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF |
| ÍLHAVO (Total município) | 395 938 |
| Antes | 25 234 |
| Barcouço | 47 388 |
| Casal Comba | 55 444 |
| Luso | 51 650 |
| Mealhada | 50 810 |
| Pampilhosa | 54 266 |
| Vacariça | 45 361 |
| Ventosa do Bairro | 28 426 |
| MEALHADA (Total município) | 358 579 |
| Bunheiro | 62 806 |
| Monte | 25 567 |
| Murtosa | 56 144 |
| Torreira | 66 656 |
| MURTOSA (Total município) | 211 173 |
| Carregosa | 48 472 |
| Cesar | 43 653 |
| Fajões | 44 975 |
| Loureiro | 60 087 |
| Macieira de Sarnes | 35 930 |
| Macinhata da Seixa | 28 638 |
| Madail | 24 365 |
| Nogueira do Cravo | 40 985 |
| Oliveira de Azeméis | 103 305 |
| Ossela | 44 419 |
| Palmaz | 46 188 |
| Pindelo | 41 697 |
| Pinheiro da Bemposta | 48 988 |
| Santiago de Riba-UI | 53 771 |
| São Martinho da Gândara | 37 657 |
| São Roque | 66 435 |
| Travanca | 33 299 |
| UI | 43 863 |
| Vila de Cucujães | 112 649 |
| OLIVEIRA DE AZEMÉIS (Total município) | 959 376 |
| Bustos | 52 029 |
| Mamarrosa | 36 896 |
| Oiã | 120 323 |
| Oliveira do Bairro | 101 817 |
| Palhaça | 51 576 |
| Troviscal | 53 620 |
| OLIVEIRA DO BAIRRO (Total município) | 416 261 |
| Arada | 49 905 |
| Cortegaça | 55 362 |
| Esmoriz | 109 862 |
| Maceda | 52 727 |
| Ovar | 182 532 |
| São João | 78 228 |
| São Vicente de Pereira Jusã | 40 447 |
| Válega | 82 498 |
| OVAR (Total município) | 651 561 |
| Argoncilhe | 89 500 |
| Arrifana | 72 386 |
| Caldas de São Jorge | 39 921 |
| Canedo | 103 210 |
| Escapães | 45 551 |
| Espargo | 30 944 |

| (Un: euros) | |
|-----------------------------------------------|------------------|
| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF |
| Feira | 101 105 |
| Fiães | 90 065 |
| Fornos | 42 685 |
| Gião | 27 440 |
| Guisande | 29 835 |
| Lobão | 68 069 |
| Louredo | 35 164 |
| Lourosa | 91 752 |
| Milheirós de Poiares | 49 962 |
| Mosteiró | 34 917 |
| Mozelos | 68 391 |
| Nogueira da Regedoura | 59 567 |
| Paços de Brandão | 56 706 |
| Pígeiros | 29 081 |
| Rio Meão | 59 245 |
| Romariz | 49 880 |
| Sanfins | 34 544 |
| Sanguedo | 50 256 |
| Santa Maria de Lamas | 58 274 |
| São João de Ver | 94 985 |
| São Paio de Oleiros | 53 396 |
| Souto | 62 565 |
| Travanca | 36 055 |
| Vale | 39 117 |
| Vila Maior | 29 688 |
| SANTA MARIA DA FEIRA (Total município) | 1 734 256 |
| São João da Madeira | 265 626 |
| SÃO JOÃO DA MADEIRA (Total município) | 265 626 |
| Cedrim | 27 901 |
| Couto de Esteves | 37 465 |
| Dornelas | 24 365 |
| Paradela | 25 748 |
| Pessegueiro do Vouga | 42 915 |
| Rocas do Vouga | 40 759 |
| Sever do Vouga | 43 431 |
| Silva Escura | 38 676 |
| Talhadas | 48 201 |
| SEVER DO VOUGA (Total município) | 329 461 |
| Calvão | 40 212 |
| Covão do Lobo | 27 331 |
| Fonte de Angeão | 30 863 |
| Gafanha da Boa Hora | 54 648 |
| Ouca | 38 001 |
| Ponte de Vagos | 32 705 |
| Sosa | 48 121 |
| Santa Catarina | 27 090 |
| Santo André de Vagos | 39 684 |
| Santo António de Vagos | 35 925 |
| Vagos | 60 706 |
| VAGOS (Total município) | 435 286 |
| Arões | 73 433 |
| Cepelos | 43 354 |
| Codal | 24 512 |
| Junqueira | 39 790 |
| Macieira de Cambra | 68 121 |
| Roge | 43 806 |
| São Pedro de Castelões | 87 848 |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF |
|-----------------------------------------|-------------------|
| Vila Chã | 54 642 |
| Vila Cova de Perrinho | 24 365 |
| VALE DE CAMBRA (Total município) | 459 871 |
| AVEIRO (Total distrito) | 10 808 077 |
| Aljustrel | 150 305 |
| Ervidel | 45 905 |
| Messejana | 75 549 |
| Rio de Moinhos | 42 893 |
| São João de Negrilhos | 63 077 |
| ALJUSTREL (Total município) | 377 729 |
| Aldeia dos Fernandes | 32 040 |
| Almodôvar | 149 795 |
| Gomes Aires | 50 846 |
| Rosário | 49 294 |
| Santa Clara-a-Nova | 69 457 |
| Santa Cruz | 79 230 |
| São Barnabé | 86 519 |
| Senhora da Graça de Padrões | 37 279 |
| ALMODÓVAR (Total município) | 554 460 |
| Alvito | 91 939 |
| Vila Nova da Baronia | 85 136 |
| ALVITO (Total município) | 177 075 |
| Barrancos | 177 431 |
| BARRANCOS (Total município) | 177 431 |
| Albernoa | 65 782 |
| Baleizão | 77 052 |
| Beja (Salvador) | 67 148 |
| Beja (Santa Maria da Feira) | 54 869 |
| Beja (Santiago Maior) | 97 273 |
| Beja (São João Baptista) | 72 557 |
| Beringel | 35 523 |
| Cabeça Gorda | 60 128 |
| Mombeja | 36 589 |
| Nossa Senhora das Neves | 53 951 |
| Quintos | 71 929 |
| Salvada | 50 469 |
| Santa Clara de Louredo | 48 509 |
| Santa Vitória | 64 416 |
| São Brissos | 29 598 |
| São Matias | 46 015 |
| Trigaches | 25 046 |
| Trindade | 53 996 |
| BEJA (Total município) | 1 010 850 |
| Casével | 34 548 |
| Castro Verde | 193 317 |
| Entradas | 56 517 |
| Santa Bárbara de Padrões | 56 164 |
| São Marcos da Ataboeira | 63 427 |
| CASTRO VERDE (Total município) | 403 973 |
| Cuba | 86 349 |
| Faro do Alentejo | 43 904 |
| Vila Alva | 39 721 |
| Vila Ruiva | 30 273 |
| CUBA (Total município) | 200 247 |
| Alfundão | 48 373 |
| Canhestros | 50 292 |
| Ferreira do Alentejo | 164 575 |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF |
|-----------------------------------------------|------------------|
| Figueira dos Cavaleiros | 97 978 |
| Odivelas | 67 458 |
| Peroguarda | 36 283 |
| FERREIRA DO ALENTEJO (Total município) | 464 959 |
| Alcaria Ruiva | 116 627 |
| Corte do Pinto | 56 743 |
| Espírito Santo | 73 542 |
| Mértola | 192 693 |
| Santana de Cambas | 94 626 |
| São João dos Caldeireiros | 67 761 |
| São Miguel do Pinheiro | 86 133 |
| São Pedro de Solis | 48 371 |
| São Sebastião dos Carros | 50 909 |
| MÉRTOLA (Total município) | 787 405 |
| Amareleja | 87 648 |
| Moura (Santo Agostinho) | 108 930 |
| Moura (São João Baptista) | 97 626 |
| Póvoa de São Miguel | 98 597 |
| Safara | 52 606 |
| Santo Aleixo da Restauração | 93 442 |
| Santo Amador | 52 474 |
| Sobral da Adiça | 84 221 |
| MOURA (Total município) | 675 544 |
| Bicos | 46 578 |
| Colos | 68 591 |
| Luzianes-Gare | 59 089 |
| Odemira (Santa Maria) | 65 303 |
| Odemira (São Salvador) | 65 951 |
| Pereiras-Gare | 43 417 |
| Relíquias | 71 123 |
| Saboia | 86 736 |
| Santa Clara-a-Velha | 62 571 |
| São Luís | 100 364 |
| São Martinho das Amoreiras | 82 043 |
| São Teotónio | 194 413 |
| Vale de Santiago | 48 746 |
| Vila Nova de Milfontes | 80 126 |
| Zambujeira do Mar | 43 932 |
| Boavista dos Pinheiros | 46 884 |
| Longueira/Almogrove | 52 653 |
| ODEMIRA (Total município) | 1 218 520 |
| Conceição | 31 792 |
| Garvão | 45 028 |
| Ourique | 158 839 |
| Panóias | 70 314 |
| Santa Luzia | 36 235 |
| Santana da Serra | 113 575 |
| OURIQUE (Total município) | 455 783 |
| Aldeia Nova de São Bento | 158 425 |
| Brinches | 65 909 |
| Pias | 116 988 |
| Serpa (Salvador) | 189 692 |
| Serpa (Santa Maria) | 104 969 |
| Vale de Vargo | 52 003 |
| Vila Verde de Ficalho | 74 497 |
| SERPA (Total município) | 762 483 |
| Pedrógão | 81 710 |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF |
|---------------------------------------|------------------|
| Selmes | 86 227 |
| Vidigueira | 61 259 |
| Vila de Frades | 37 066 |
| VIDIGUEIRA (Total município) | 266 262 |
| BEJA (Total distrito) | 7 532 721 |
| Amares | 25 355 |
| Barreiros | 24 364 |
| Besteiros | 24 364 |
| Bico | 24 364 |
| Bouro (Santa Maria) | 25 642 |
| Bouro (Santa Marta) | 26 389 |
| Caires | 24 870 |
| Caldelas | 24 996 |
| Carrazedo | 24 364 |
| Dornelas | 24 364 |
| Ferreiros | 36 776 |
| Figueiredo | 24 741 |
| Fiscal | 24 364 |
| Goães | 24 364 |
| Lago | 33 411 |
| Paranhos | 16 170 |
| Paredes Secas | 15 228 |
| Portela | 16 645 |
| Prozelo | 24 364 |
| Rendufe | 25 544 |
| Sequeiros | 24 364 |
| Seramil | 24 364 |
| Torre | 24 364 |
| Vilela | 24 364 |
| AMARES (Total município) | 588 135 |
| Abade de Neiva | 35 056 |
| Aborim | 25 331 |
| Adães | 24 364 |
| Aguiar | 24 364 |
| Airó | 24 364 |
| Aldreu | 24 364 |
| Alheira | 27 834 |
| Alvelos | 36 057 |
| Alvito (São Martinho) | 24 364 |
| Alvito (São Pedro) | 24 364 |
| Arcozelo | 97 166 |
| Areias | 24 888 |
| Areias de Vilar | 29 072 |
| Balugães | 24 364 |
| Barcelinhos | 30 540 |
| Barcelos | 48 250 |
| Barqueiros | 36 181 |
| Bastuço (Santo Estêvão) | 24 364 |
| Bastuço (São João) | 24 364 |
| Cambeses | 25 450 |
| Campo | 24 364 |
| Carapeços | 36 888 |
| Carreira | 28 101 |
| Carvalhal | 26 566 |
| Carvalhos | 24 364 |
| Chavão | 24 364 |
| Chorente | 24 364 |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF |
|---------------------------------------|--------|
| Cossourado | 25 553 |
| Courel | 24 364 |
| Couto | 24 364 |
| Creixomil | 24 364 |
| Cristelo | 35 400 |
| Durrães | 24 364 |
| Encourados | 24 364 |
| Faria | 24 364 |
| Feitos | 24 364 |
| Fonte Coberta | 24 364 |
| Fornelos | 24 364 |
| Fragoso | 39 669 |
| Galegos (Santa Maria) | 36 256 |
| Galegos (São Martinho) | 28 563 |
| Gamil | 24 364 |
| Gilmonde | 30 073 |
| Góios | 24 364 |
| Grimancelos | 24 364 |
| Gual | 24 364 |
| Igreja Nova | 24 364 |
| Lama | 25 355 |
| Lijó | 35 911 |
| Macieira de Rates | 36 784 |
| Manhente | 29 989 |
| Mariz | 24 364 |
| Martim | 36 931 |
| Midões | 24 364 |
| Millhazes | 24 539 |
| Minhotães | 24 364 |
| Monte de Fralães | 24 364 |
| Moure | 24 364 |
| Negreiros | 32 086 |
| Oliveira | 25 905 |
| Palme | 28 149 |
| Panque | 24 364 |
| Paradela | 25 886 |
| Pedra Furada | 24 364 |
| Pereira | 27 175 |
| Perelhal | 32 498 |
| Pousa | 39 377 |
| Quintiães | 24 364 |
| Remelhe | 29 742 |
| Rio Covo (Santa Eugénia) | 25 355 |
| Rio Covo (Santa Eulália) | 25 233 |
| Roriz | 36 369 |
| Sequeade | 24 364 |
| Silva | 24 364 |
| Silveiros | 25 785 |
| Tamel (Santa Leocádia) | 24 364 |
| Tamel (São Pedro Fins) | 24 364 |
| Tamel (São Veríssimo) | 43 613 |
| Tregosa | 24 364 |
| Ucha | 27 896 |
| Várzea | 25 355 |
| Viatodos | 33 963 |
| Vila Boa | 25 355 |
| Vila Cova | 37 236 |

| (Un: euros) | |
|---------------------------------------|------------------|
| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF |
| Vila Frescaíña (São Martinho) | 32 312 |
| Vila Frescaíña (São Pedro) | 27 021 |
| Vila Seca | 28 151 |
| Vilar de Figos | 24 364 |
| Vilar do Monte | 24 364 |
| BARCELOS (Total município) | 2 550 153 |
| Adaúfe | 51 412 |
| Arcos | 24 065 |
| Arentim | 24 002 |
| Aveleda | 29 836 |
| Braga (Cividade) | 25 044 |
| Braga (Maximinos) | 67 474 |
| Braga (São João do Souto) | 24 065 |
| Braga (São José de São Lázaro) | 113 765 |
| Braga (São Vicente) | 70 733 |
| Braga (São Vítor) | 145 077 |
| Braga (Sé) | 36 821 |
| Cabreiros | 30 215 |
| Celeirós | 36 174 |
| Crespos | 24 392 |
| Cunha | 24 065 |
| Dume | 45 332 |
| Escudeiros | 25 111 |
| Espinho | 28 103 |
| Esporões | 33 376 |
| Este (São Mamede) | 33 024 |
| Este (São Pedro) | 32 147 |
| Ferreiros | 55 188 |
| Figueiredo | 25 044 |
| Fradelos | 24 065 |
| Fraião | 30 580 |
| Frossos | 25 044 |
| Gondizalves | 25 044 |
| Gualtar | 45 936 |
| Guisande | 24 065 |
| Lamações | 25 044 |
| Lamas | 24 065 |
| Lomar | 45 703 |
| Merelim (São Paio) | 32 648 |
| Merelim (São Pedro) | 28 396 |
| Mire de Tibães | 38 619 |
| Morreira | 24 065 |
| Navarra | 24 065 |
| Nogueira | 53 755 |
| Nogueiró | 25 044 |
| Oliveira (São Pedro) | 24 065 |
| Padim da Graça | 29 968 |
| Palmeira | 56 228 |
| Panoias | 25 044 |
| Parada de Tibães | 24 065 |
| Passos (São Julião) | 24 064 |
| Pedralva | 32 743 |
| Penso (Santo Estêvão) | 24 064 |
| Penso (São Vicente) | 24 064 |
| Pousada | 24 064 |
| Priscos | 27 329 |
| Real | 32 184 |

| (Un: euros) | |
|----------------------------------------------|------------------|
| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF |
| Ruilhe | 25 043 |
| Santa Lucrecia de Algeriz | 24 064 |
| Semelhe | 24 064 |
| Sequeira | 35 014 |
| Sobreposta | 27 462 |
| Tadim | 24 064 |
| Tebosa | 24 663 |
| Tenões | 23 859 |
| Trandearas | 24 064 |
| Vilaça | 24 064 |
| Vimieiro | 25 173 |
| BRAGA (Total município) | 2 130 019 |
| Abadim | 27 840 |
| Alvite | 27 049 |
| Arco de Baulhe | 31 024 |
| Basto | 24 388 |
| Bucos | 28 809 |
| Cabeceiras de Basto | 35 906 |
| Cavez | 43 693 |
| Faia | 24 362 |
| Gondiães | 27 800 |
| Outeiro | 27 391 |
| Painzela | 25 354 |
| Passos | 24 362 |
| Pedraça | 28 472 |
| Refojos de Basto | 54 404 |
| Rio Douro | 47 942 |
| Vila Nune | 24 362 |
| Vilar de Cunhas | 26 407 |
| CABECEIRAS DE BASTO (Total município) | 529 565 |
| Agilde | 30 605 |
| Arnóia | 40 978 |
| Basto (Santa Tecla) | 24 362 |
| Basto (São Clemente) | 36 023 |
| Borba de Montanha | 31 269 |
| Britelo | 39 574 |
| Caçarilhe | 24 362 |
| Canedo de Basto | 28 454 |
| Carvalho | 24 859 |
| Codeçoso | 24 362 |
| Corgo | 24 362 |
| Fervença | 33 496 |
| Gagos | 24 362 |
| Gémeos | 24 362 |
| Infesta | 24 362 |
| Molares | 24 362 |
| Moreira do Castelo | 24 362 |
| Ourilhe | 24 362 |
| Rego | 34 046 |
| Ribas | 29 757 |
| Vale de Bouro | 25 201 |
| Veade | 24 362 |
| CELORICO DE BASTO (Total município) | 622 244 |
| Antas | 37 251 |
| Apúlia | 56 373 |
| Belinho | 36 353 |
| Curvos | 24 064 |

| (Un: euros) | |
|---------------------------------------|------------------|
| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF |
| Esposende | 42 708 |
| Fão | 43 955 |
| Fonte Boa | 28 655 |
| Forjães | 39 384 |
| Gandra | 27 469 |
| Gemeses | 26 517 |
| Mar | 27 393 |
| Marinhas | 68 444 |
| Palmeira de Faro | 35 646 |
| Rio Tinto | 24 064 |
| Vila Chã | 32 066 |
| ESPOSENDE (Total município) | 550 342 |
| Aboim | 25 679 |
| Agrela | 24 086 |
| Antime | 28 078 |
| Ardegão | 24 362 |
| Armil | 24 362 |
| Arnozela | 24 362 |
| Arões (Santa Cristina) | 25 354 |
| Arões (São Romão) | 48 692 |
| Cepães | 29 509 |
| Estorãos | 32 302 |
| Fafe | 127 887 |
| Fareja | 24 362 |
| Felgueiras | 17 089 |
| Fornelos | 26 658 |
| Freitas | 24 362 |
| Golães | 36 936 |
| Gontim | 16 674 |
| Medelo | 25 354 |
| Monte | 24 362 |
| Moreira do Rei | 41 821 |
| Passos | 25 656 |
| Pedraído | 24 362 |
| Queimadela | 24 550 |
| Quinchães | 40 260 |
| Regadas | 33 805 |
| Revelhe | 24 362 |
| Ribeiros | 24 362 |
| São Gens | 37 523 |
| Seidões | 24 362 |
| Serafão | 28 896 |
| Silvares (São Clemente) | 24 362 |
| Silvares (São Martinho) | 30 668 |
| Travassós | 33 839 |
| Várzea Cova | 25 336 |
| Vila Cova | 24 362 |
| Vinhós | 24 362 |
| FAFE (Total município) | 1 103 358 |
| Abação (São Tomé) | 36 792 |
| Airão (Santa Maria) | 29 928 |
| Airão (São João Baptista) | 24 362 |
| Aldão | 24 362 |
| Arosa | 24 362 |
| Atães | 35 736 |
| Azurém | 82 987 |
| Balazar | 24 362 |

| (Un: euros) | |
|---------------------------------------|--------|
| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF |
| Barco | 28 603 |
| Briteiros (Salvador) | 27 627 |
| Briteiros (Santa Leocádia) | 24 551 |
| Briteiros (Santo Estêvão) | 27 246 |
| Brito | 56 075 |
| Caldelas | 47 935 |
| Calvos | 24 362 |
| Candoso (Santiago) | 25 354 |
| Candoso (São Martinho) | 29 886 |
| Castelões | 24 362 |
| Conde | 25 354 |
| Costa | 42 970 |
| Creixomil | 75 105 |
| Donim | 24 362 |
| Fermentões | 48 697 |
| Figueiredo | 24 362 |
| Gandarela | 25 159 |
| Gêmeos | 24 362 |
| Gominhães | 24 362 |
| Gonça | 30 937 |
| Gondar | 35 813 |
| Gondomar | 24 362 |
| Guardizela | 40 021 |
| Guimarães (Oliveira do Castelo) | 36 162 |
| Guimarães (São Paio) | 28 747 |
| Guimarães (São Sebastião) | 25 354 |
| Infantas | 34 936 |
| Leitões | 24 362 |
| Longos | 33 717 |
| Lordelo | 57 906 |
| Mascotelos | 25 354 |
| Mesão Frio | 49 643 |
| Moreira de Cónegos | 68 037 |
| Nespereira | 43 523 |
| Oleiros | 24 362 |
| Pencelo | 26 108 |
| Pinheiro | 25 354 |
| Polvoreira | 48 306 |
| Ponte | 57 349 |
| Prazins (Santa Eufémia) | 25 354 |
| Prazins (Santo Tirso) | 24 362 |
| Rendufe | 24 362 |
| Ronfe | 54 459 |
| Sande (São Clemente) | 32 614 |
| Sande (São Lourenço) | 26 080 |
| Sande (São Martinho) | 42 172 |
| Sande (Vila Nova) | 32 492 |
| São Torcato | 48 421 |
| Selho (São Cristóvão) | 32 026 |
| Selho (São Jorge) | 60 200 |
| Selho (São Lourenço) | 25 355 |
| Serzedelo | 54 192 |
| Serzedo | 28 395 |
| Silvares | 40 991 |
| Souto (Santa Maria) | 24 363 |
| Souto (São Salvador) | 24 723 |
| Tabuadelo | 31 622 |

| (Un: euros) | |
|--------------------------------------------|------------------|
| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF |
| Urgezes | 59 640 |
| Vermil | 25 355 |
| São Faustino | 24 147 |
| Corvite | 18 439 |
| GUIMARÃES (Total município) | 2 413 742 |
| Águas Santas | 24 363 |
| Ajude | 15 462 |
| Brunhais | 24 363 |
| Calvos | 24 363 |
| Campos | 24 902 |
| Covelas | 24 363 |
| Esperança | 24 363 |
| Ferreiros | 24 363 |
| Fonte Arcada | 29 546 |
| Frades | 24 363 |
| Friande | 24 363 |
| Galegos | 24 363 |
| Garfe | 27 115 |
| Geraz do Minho | 24 363 |
| Lanhoso | 24 363 |
| Louredo | 24 363 |
| Monsul | 24 363 |
| Moure | 23 782 |
| Oliveira | 24 363 |
| Póvoa de Lanhoso (Nossa Senhora do Amparo) | 55 370 |
| Rendufinho | 24 846 |
| Santo Emilião | 24 363 |
| São João de Rei | 24 363 |
| Serzedelo | 26 582 |
| Sobradelo da Goma | 29 342 |
| Taíde | 32 055 |
| Travassos | 24 363 |
| Verim | 24 363 |
| Vilela | 24 363 |
| PÓVOA DE LANHOSO (Total município) | 751 899 |
| Balança | 24 363 |
| Brufe | 15 847 |
| Campo do Gerês | 49 137 |
| Carvalheira | 24 363 |
| Chamoim | 24 363 |
| Chorense | 24 363 |
| Cibões | 26 869 |
| Covide | 27 367 |
| Gondoriz | 24 363 |
| Moimenta | 24 363 |
| Monte | 19 393 |
| Ribeira | 23 878 |
| Rio Caldo | 30 382 |
| Souto | 24 363 |
| Valdosende | 26 445 |
| Vilar | 17 077 |
| Vilar da Veiga | 63 521 |
| TERRAS DE BOURO (Total município) | 470 457 |
| Anissó | 24 363 |
| Anjos | 26 350 |
| Campos | 24 363 |
| Caniçada | 24 363 |

| (Un: euros) | |
|------------------------------------------|----------------|
| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF |
| Cantelães | 28 506 |
| Cova | 24 363 |
| Eira Vedra | 24 363 |
| Guilhofrei | 30 438 |
| Louredo | 24 363 |
| Mosteiro | 28 181 |
| Parada do Bouro | 24 363 |
| Pinheiro | 24 363 |
| Rossas | 49 896 |
| Ruivães | 40 963 |
| Salamonde | 24 363 |
| Soengas | 15 262 |
| Soutelo | 24 363 |
| Tabuaças | 26 812 |
| Ventosa | 24 363 |
| Vieira do Minho | 36 981 |
| Vilar Chão | 24 363 |
| VIEIRA DO MINHO (Total município) | 575 745 |
| Abade de Vermoim | 24 363 |
| Antas | 61 475 |
| Arnosos (Santa Eulália) | 25 231 |
| Arnosos (Santa Maria) | 31 963 |
| Avidos | 25 355 |
| Bairro | 49 452 |
| Bente | 24 363 |
| Brufe | 34 220 |
| Cabeçudos | 28 173 |
| Calendário | 98 718 |
| Carreira | 26 557 |
| Castelões | 32 103 |
| Cavalões | 29 091 |
| Cruz | 31 325 |
| Delães | 42 080 |
| Esmeriz | 32 719 |
| Fradelos | 58 846 |
| Gavião | 51 171 |
| Gondifelos | 36 998 |
| Jesufrei | 24 363 |
| Joane | 79 744 |
| Lagoa | 24 363 |
| Landim | 43 886 |
| Lemenhe | 26 770 |
| Louro | 37 661 |
| Lousado | 52 410 |
| Mogege | 30 620 |
| Mouquim | 28 829 |
| Nine | 42 020 |
| Novais | 24 363 |
| Oliveira (Santa Maria) | 46 319 |
| Oliveira (São Mateus) | 42 208 |
| Outiz | 24 363 |
| Pedome | 33 835 |
| Portela | 24 363 |
| Pousada de Saramagos | 26 266 |
| Requião | 47 375 |
| Riba de Ave | 40 282 |
| Ribeirão | 86 378 |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF |
|-------------------------------------------------|------------------|
| Ruivães | 35 140 |
| Seide (São Miguel) | 24 652 |
| Seide (São Paio) | 24 363 |
| Sezures | 24 363 |
| Telhado | 33 314 |
| Vale (São Cosme) | 43 627 |
| Vale (São Martinho) | 33 763 |
| Vermoim | 44 428 |
| Vila Nova de Famalicão | 55 848 |
| Vilarinho das Cambas | 33 876 |
| VILA NOVA DE FAMALICÃO (Total município) | 1 883 995 |
| Aboim da Nóbrega | 30 999 |
| Arcozelo | 24 363 |
| Atães | 24 363 |
| Atiães | 24 363 |
| Azões | 24 363 |
| Barbudo | 31 211 |
| Barros | 24 363 |
| Cabanelas | 36 367 |
| Carreiras (Santiago) | 24 363 |
| Carreiras (São Miguel) | 24 363 |
| Cervães | 37 060 |
| Codeceda | 24 363 |
| Coucieiro | 24 363 |
| Covas | 24 363 |
| Dossãos | 24 363 |
| Duas Igrejas | 34 610 |
| Escariz (São Mamede) | 24 363 |
| Escariz (São Martinho) | 24 363 |
| Esqueiros | 24 363 |
| Freiriz | 27 194 |
| Geme | 24 363 |
| Goães | 24 363 |
| Godinhaços | 24 363 |
| Gomide | 24 363 |
| Gondiães | 24 363 |
| Gondomar | 15 228 |
| Laje | 36 055 |
| Lanhas | 24 363 |
| Loureira | 23 981 |
| Marrancos | 24 363 |
| Mós | 24 363 |
| Moure | 28 799 |
| Nevogilde | 24 363 |
| Oleiros | 25 355 |
| Oriz (Santa Marinha) | 24 363 |
| Oriz (São Miguel) | 24 200 |
| Parada de Gatim | 24 363 |
| Passó | 24 162 |
| Pedregais | 24 363 |
| Penascals | 24 274 |
| Pico | 24 363 |
| Pico de Regalados | 24 363 |
| Ponte | 24 363 |
| Portela das Cabras | 24 161 |
| Prado (São Miguel) | 24 363 |
| Rio Mau | 24 363 |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF |
|------------------------------------------|-------------------|
| Sabariz | 24 363 |
| Sande | 24 363 |
| Soutelo | 34 652 |
| Travassós | 23 468 |
| Turiz | 25 355 |
| Valbom (São Martinho) | 23 898 |
| Valbom (São Pedro) | 24 126 |
| Valdreu | 35 374 |
| Valões | 16 642 |
| Vila de Prado | 56 083 |
| Vila Verde | 41 254 |
| Vilarinho | 24 363 |
| VILA VERDE (Total município) | 1 532 850 |
| São João das Caldas de Vizela | 48 306 |
| São Miguel das Caldas de Vizela | 68 188 |
| Infias | 26 223 |
| Tagilde | 28 102 |
| São Paio de Vizela | 25 355 |
| Santo Adrião de Vizela | 38 233 |
| Santa Eulália | 60 829 |
| VIZELA (Total município) | 295 236 |
| BRAGA (Total distrito) | 15 997 740 |
| Agrobom | 21 350 |
| Alfândega da Fé | 60 205 |
| Cerejais | 24 598 |
| Eucisia | 25 988 |
| Ferradosa | 24 363 |
| Gebelim | 25 291 |
| Gouveia | 22 680 |
| Parada | 20 141 |
| Pombal | 15 847 |
| Saldonha | 15 847 |
| Sambade | 36 667 |
| Sendim da Ribeira | 18 804 |
| Sendim da Serra | 17 017 |
| Soeima | 20 837 |
| Vale Pereiro | 15 847 |
| Vales | 15 847 |
| Valverde | 15 847 |
| Vilar Chão | 29 693 |
| Vilarelhos | 24 363 |
| Vilares de Vilarça | 24 363 |
| ALFÂNDEGA DA FÉ (Total município) | 475 595 |
| Alfaião | 20 581 |
| Aveleda | 41 142 |
| Babe | 25 045 |
| Baçal | 25 045 |
| Bragança (Santa Maria) | 53 047 |
| Bragança (Sé) | 152 272 |
| Calvelhe | 17 469 |
| Carragosa | 25 045 |
| Carrazedo | 22 078 |
| Castrelos | 20 581 |
| Castro de Avelãs | 24 708 |
| Coelhoso | 25 045 |
| Deilão | 28 503 |
| Donai | 24 922 |

| (Un: euros) | |
|-----------------------------------------------|------------------|
| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF |
| Espinhosela | 28 074 |
| Failde | 15 653 |
| França | 36 821 |
| Gimonde | 25 045 |
| Gondesende | 24 065 |
| Gostei | 25 045 |
| Grijó de Parada | 26 484 |
| Izeda | 36 479 |
| Macedo do Mato | 24 065 |
| Meixedo | 20 581 |
| Milhão | 25 045 |
| Mós | 20 581 |
| Nogueira | 24 065 |
| Outeiro | 29 907 |
| Parada | 32 914 |
| Paradinha Nova | 15 653 |
| Parâmio | 25 045 |
| Pinela | 25 045 |
| Pombares | 15 653 |
| Quintanilha | 25 045 |
| Quintela de Lapaças | 25 045 |
| Rabal | 20 581 |
| Rebordainhos | 20 581 |
| Rebordãos | 25 339 |
| Rio Frio | 26 064 |
| Rio de Onor | 28 213 |
| Salsas | 25 135 |
| Samil | 25 045 |
| Santa Comba de Rossas | 24 065 |
| São Julião de Palácios | 25 950 |
| São Pedro de Sarracenos | 24 065 |
| Sendas | 25 045 |
| Serapicos | 25 045 |
| Sortes | 25 045 |
| Zoio | 25 045 |
| BRAGANÇA (Total município) | 1 377 011 |
| Amedo | 24 363 |
| Beira Grande | 23 618 |
| Belver | 24 363 |
| Carrazeda de Ansiães | 34 011 |
| Castanheiro | 26 170 |
| Fonte Longa | 24 363 |
| Lavandeira | 22 265 |
| Linhares | 34 540 |
| Marzagão | 24 917 |
| Mogo de Malta | 18 504 |
| Parambos | 24 363 |
| Pereiros | 24 363 |
| Pinhal do Norte | 25 190 |
| Pombal | 26 101 |
| Ribalonga | 16 112 |
| Seixo de Ansiães | 29 450 |
| Selores | 18 584 |
| Vilarinho da Castanheira | 39 415 |
| Zedes | 24 363 |
| CARRAZEDA DE ANSIÃES (Total município) | 485 055 |
| Fornos | 32 129 |

| (Un: euros) | |
|---------------------------------------------------|------------------|
| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF |
| Freixo de Espada à Cinta | 95 741 |
| Lagoaça | 42 577 |
| Ligares | 44 660 |
| Mazouco | 25 130 |
| Poiares | 42 905 |
| FREIXO DE ESPADA À CINTA (Total município) | 283 142 |
| Ala | 35 387 |
| Amendoeira | 25 355 |
| Arcas | 25 718 |
| Bagueixe | 19 913 |
| Bornes | 27 408 |
| Burga | 15 847 |
| Carrapatas | 24 363 |
| Castelãos | 24 363 |
| Chacim | 25 355 |
| Cortiços | 27 069 |
| Corujas | 24 363 |
| Edroso | 15 847 |
| Espadanedo | 20 837 |
| Ferreira | 25 355 |
| Grijó de Vale Benfeito | 24 363 |
| Lagoa | 31 780 |
| Lamalonga | 25 355 |
| Lamas de Podence | 24 363 |
| Lombo | 24 477 |
| Macedo de Cavaleiros | 74 628 |
| Morais | 46 747 |
| Murçós | 25 355 |
| Olmos | 25 355 |
| Peredo | 25 355 |
| Podence | 24 363 |
| Salselas | 37 929 |
| Santa Combinha | 15 847 |
| Sesulfe | 20 837 |
| Soutelo Mourisco | 15 847 |
| Talhas | 40 651 |
| Talhinhas | 25 355 |
| Vale Benfeito | 24 363 |
| Vale da Porca | 25 355 |
| Vale de Prados | 24 363 |
| Vilar do Monte | 15 847 |
| Vilarinho de Agrochão | 24 363 |
| Vilarinho do Monte | 15 847 |
| Vinhas | 30 691 |
| MACEDO DE CAVALEIROS (Total município) | 1 006 616 |
| Atenor | 25 165 |
| Cicouro | 16 952 |
| Constantim | 23 689 |
| Duas Igrejas | 46 242 |
| Genísio | 31 530 |
| Ifanes | 30 737 |
| Malhadas | 32 207 |
| Miranda do Douro | 52 979 |
| Palaçoulo | 33 353 |
| Paradela | 17 772 |
| Picote | 27 216 |
| Póvoa | 27 701 |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF |
|-------------------------------------------|------------------|
| São Martinho de Angueira | 36 964 |
| Sendim | 46 519 |
| Silva | 33 188 |
| Vila Chã de Braciosa | 40 768 |
| Águas Vivas | 24 363 |
| MIRANDA DO DOURO (Total município) | 547 345 |
| Abambres | 25 355 |
| Abreiro | 27 226 |
| Agueiras | 24 615 |
| Alvites | 25 355 |
| Avantos | 15 847 |
| Avidagos | 25 355 |
| Barcel | 18 984 |
| Bouça | 24 363 |
| Cabanelas | 25 355 |
| Caravelas | 24 363 |
| Carvalhais | 38 450 |
| Cedães | 31 174 |
| Cobro | 24 363 |
| Fradizela | 24 363 |
| Franco | 25 235 |
| Frechas | 34 736 |
| Freixeda | 15 847 |
| Lamas de Orelhão | 26 949 |
| Marmelos | 25 355 |
| Mascarenhas | 35 234 |
| Mirandela | 111 777 |
| Múrias | 26 494 |
| Navalho | 15 847 |
| Passos | 25 355 |
| Pereira | 24 363 |
| Romeu | 24 363 |
| São Pedro Velho | 28 487 |
| São Salvador | 24 363 |
| Sucçães | 40 830 |
| Torre de Dona Chama | 42 077 |
| Vale de Asnes | 26 445 |
| Vale de Gouvinhas | 25 355 |
| Vale de Salgueiro | 25 351 |
| Vale de Telhas | 24 757 |
| Valverde | 20 837 |
| Vila Boa | 15 847 |
| Vila Verde | 15 847 |
| MIRANDELA (Total município) | 1 036 919 |
| Azinhoso | 31 382 |
| Bemposta | 41 034 |
| Bruçó | 29 546 |
| Brunhoso | 25 355 |
| Brunhozinho | 16 341 |
| Castanheira | 15 847 |
| Castelo Branco | 46 486 |
| Castro Vicente | 33 423 |
| Meirinhos | 41 397 |
| Mogadouro | 67 616 |
| Paradela | 20 837 |
| Penas Roias | 35 816 |
| Peredo da Bemposta | 25 269 |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF |
|--------------------------------------------|----------------|
| Remondes | 25 355 |
| Saldanha | 25 355 |
| Sanhoane | 15 847 |
| São Martinho do Peso | 42 666 |
| Soutelo | 20 837 |
| Tó | 25 355 |
| Travanca | 21 525 |
| Urrós | 33 594 |
| Vale da Madre | 15 847 |
| Vale de Porco | 16 647 |
| Valverde | 23 278 |
| Ventozelo | 23 221 |
| Vila de Ala | 30 718 |
| Vilar de Rei | 15 847 |
| Vilarinho dos Galegos | 25 355 |
| MOGADOURO (Total município) | 791 796 |
| Açoreira | 31 407 |
| Adeganha | 44 055 |
| Cabeça Boa | 32 183 |
| Cardanha | 24 365 |
| Carviçais | 52 699 |
| Castedo | 25 398 |
| Felgar | 43 012 |
| Felgueiras | 29 995 |
| Horta da Vilariaça | 25 329 |
| Larinho | 33 641 |
| Lousa | 36 870 |
| Maçores | 24 363 |
| Mós | 46 728 |
| Peredo dos Castelhanos | 20 026 |
| Souto da Velha | 17 430 |
| Torre de Moncorvo | 56 373 |
| Urros | 46 115 |
| TORRE DE MONCORVO (Total município) | 589 989 |
| Assares | 16 642 |
| Benlhevai | 24 363 |
| Candoso | 24 363 |
| Carvalho de Egas | 15 448 |
| Freixiel | 41 429 |
| Lodões | 15 847 |
| Mourão | 16 971 |
| Nabo | 24 363 |
| Raios | 22 916 |
| Samões | 24 363 |
| Sampaio | 19 291 |
| Santa Comba de Vilariaça | 24 363 |
| Seixo de Manhoses | 24 363 |
| Trindade | 21 215 |
| Vale Frechoso | 27 301 |
| Valtorno | 24 363 |
| Vila Flor | 57 429 |
| Vilarinho das Azenhas | 21 896 |
| Vilas Boas | 36 077 |
| VILA FLOR (Total município) | 483 003 |
| Algozo | 36 322 |
| Angueira | 25 008 |
| Argozelo | 40 037 |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF |
|---------------------------------------|------------------|
| Avelanoso | 30 500 |
| Caçarelhos | 32 772 |
| Campo de Víboras | 28 006 |
| Carção | 33 301 |
| Matela | 41 267 |
| Pinelo | 33 922 |
| Santulhão | 44 723 |
| Uva | 33 651 |
| Vale de Frades | 37 282 |
| Vilar Seco | 26 920 |
| Vimioso | 49 078 |
| VIMIOSO (Total município) | 492 789 |
| Agrochão | 25 346 |
| Alvaredos | 15 847 |
| Candedo | 28 692 |
| Celas | 36 412 |
| Curopos | 25 355 |
| Edral | 26 182 |
| Edrosa | 22 418 |
| Ervedosa | 34 082 |
| Fresulfe | 16 797 |
| Mofreita | 15 847 |
| Moimenta | 20 837 |
| Montouto | 23 548 |
| Nunes | 18 885 |
| Ousilhão | 16 277 |
| Paçó | 24 363 |
| Penhas Juntas | 28 778 |
| Pinheiro Novo | 25 398 |
| Quirás | 27 241 |
| Rebordelo | 31 354 |
| Santa Cruz | 15 847 |
| Santalha | 30 770 |
| São Jomil | 15 847 |
| Sobreiro de Baixo | 25 854 |
| Soeira | 15 847 |
| Travanca | 15 847 |
| Tuizelo | 36 818 |
| Vale das Fontes | 26 900 |
| Vale de Janeiro | 15 929 |
| Vila Boa de Ousilhão | 19 126 |
| Vila Verde | 24 363 |
| Vilar de Lomba | 25 355 |
| Vilar de Ossos | 25 355 |
| Vilar de Peregrinos | 20 837 |
| Vilar Seco de Lomba | 25 355 |
| Vinhais | 48 451 |
| VINHAI S (Total município) | 852 160 |
| BRAGANÇA (Total distrito) | 8 421 420 |
| Belmonte | 68 544 |
| Caria | 72 527 |
| Colmeal da Torre | 26 472 |
| Inguias | 36 078 |
| Maçainhas | 30 435 |
| BELMONTE (Total município) | 234 056 |
| Alcains | 70 082 |
| Almaceda | 54 592 |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF |
|-----------------------------------------|------------------|
| Benquerenças | 48 873 |
| Cafede | 24 065 |
| Castelo Branco | 347 367 |
| Cebolais de Cima | 32 336 |
| Escalos de Baixo | 43 917 |
| Escalos de Cima | 30 221 |
| Freixial do Campo | 25 045 |
| Juncal do Campo | 26 343 |
| Lardosa | 40 938 |
| Lourçal do Campo | 29 521 |
| Lousa | 35 780 |
| Malpica do Tejo | 120 756 |
| Mata | 26 943 |
| Monforte da Beira | 69 820 |
| Ninho do Açor | 24 065 |
| Póvoa de Rio de Moinhos | 29 653 |
| Retaxo | 28 304 |
| Salgueiro do Campo | 35 093 |
| Santo André das Tojeiras | 57 616 |
| São Vicente da Beira | 70 187 |
| Sarzedas | 105 474 |
| Sobral do Campo | 30 180 |
| Tinalhas | 25 260 |
| CASTELO BRANCO (Total município) | 1 432 431 |
| Aldeia do Carvalho | 39 032 |
| Aldeia de São Francisco de Assis | 30 155 |
| Aldeia do Souto | 24 363 |
| Barco | 26 297 |
| Boidobra | 36 958 |
| Canhoso | 25 355 |
| Cantar-Galo | 38 864 |
| Casegas | 43 016 |
| Cortes do Meio | 46 734 |
| Coutada | 24 363 |
| Covilhã (Conceição) | 79 362 |
| Covilhã (Santa Maria) | 38 226 |
| Covilhã (São Martinho) | 60 431 |
| Covilhã (São Pedro) | 29 667 |
| Dominguizo | 25 355 |
| Erada | 44 559 |
| Ferro | 46 324 |
| Orjais | 28 977 |
| Ourondo | 24 363 |
| Paul | 42 322 |
| Peraboa | 39 900 |
| Peso | 25 355 |
| São Jorge da Beira | 34 693 |
| Sarzedo | 20 503 |
| Sobral de São Miguel | 32 864 |
| Teixoso | 63 637 |
| Tortosendo | 64 659 |
| Unhais da Serra | 43 478 |
| Vale Formoso | 25 355 |
| Vales do Rio | 24 363 |
| Verdelhos | 40 075 |
| COVILHÃ (Total município) | 1 169 605 |
| Alcaide | 26 380 |

| (Un: euros) | |
|----------------------------------------|------------------|
| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF |
| Alcaria | 35 714 |
| Alcongosta | 24 363 |
| Aldeia de Joanes | 25 355 |
| Aldeia Nova do Cabo | 24 858 |
| Alpedrinha | 33 537 |
| Atalaia do Campo | 25 355 |
| Barroca | 29 346 |
| Bogas de Baixo | 31 003 |
| Bogas de Cima | 33 216 |
| Capinha | 43 089 |
| Castelejo | 36 353 |
| Castelo Novo | 37 693 |
| Donas | 25 355 |
| Enxames | 27 583 |
| Escarigo | 24 363 |
| Fatela | 24 433 |
| Fundão | 92 880 |
| Janeiro de Cima | 24 363 |
| Lavacolhos | 25 355 |
| Mata da Rainha | 25 355 |
| Orca | 48 213 |
| Pêro Viseu | 29 673 |
| Póvoa de Atalaia | 25 355 |
| Salgueiro | 48 838 |
| Silvares | 35 016 |
| Soalheira | 29 410 |
| Souto da Casa | 38 665 |
| Telhado | 25 355 |
| Vale de Prazeres | 52 092 |
| Valverde | 32 860 |
| FUNDÃO (Total município) | 1 041 426 |
| Alcafozes | 37 693 |
| Aldeia de Santa Margarida | 24 363 |
| Idanha-a-Nova | 142 944 |
| Idanha-a-Velha | 17 294 |
| Ladoeiro | 55 821 |
| Medelim | 33 207 |
| Monfortinho | 46 725 |
| Monsanto | 85 007 |
| Oledo | 33 026 |
| Penha Garcia | 79 200 |
| Proença-a-Velha | 39 420 |
| Rosmaninhal | 120 730 |
| Salvaterra do Extremo | 47 082 |
| São Miguel de Acha | 42 987 |
| Segura | 43 205 |
| Toulões | 34 875 |
| Zebreira | 70 336 |
| IDANHA-A-NOVA (Total município) | 953 915 |
| Álvaro | 34 087 |
| Amieira | 28 599 |
| Cambas | 43 528 |
| Estreito | 55 574 |
| Isna | 31 387 |
| Madeirã | 27 003 |
| Mosteiro | 26 782 |
| Oleiros | 93 277 |

| (Un: euros) | |
|----------------------------------------------|------------------|
| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF |
| Orvalho | 38 359 |
| Sarnadas de São Simão | 33 096 |
| Sobral | 25 870 |
| Vilar Barroco | 27 241 |
| OLEIROS (Total município) | 464 803 |
| Águas | 24 423 |
| Aldeia do Bispo | 25 145 |
| Aldeia de João Pires | 24 363 |
| Aranhas | 24 363 |
| Bemposta | 19 987 |
| Benquerença | 35 798 |
| Meimão | 34 817 |
| Meimoa | 28 763 |
| Pedrógão de São Pedro | 30 712 |
| Penamacor | 207 674 |
| Salvador | 24 363 |
| Vale da Senhora da Póvoa | 26 627 |
| PENAMACOR (Total município) | 507 035 |
| Alvito da Beira | 37 035 |
| Montes da Senhora | 42 710 |
| Peral | 36 070 |
| Proença-a-Nova | 136 330 |
| São Pedro do Esteval | 51 802 |
| Sobreira Formosa | 79 586 |
| PROENÇA-A-NOVA (Total município) | 383 533 |
| Cabeçudo | 28 528 |
| Carvalhal | 24 367 |
| Castelo | 38 058 |
| Cernache do Bonjardim | 80 518 |
| Cumeada | 31 410 |
| Ermida | 30 936 |
| Figueiredo | 24 502 |
| Marmeleiro | 31 758 |
| Nesperal | 24 363 |
| Palhais | 28 358 |
| Pedrógão Pequeno | 43 020 |
| Sertã | 102 063 |
| Troviscal | 50 195 |
| Várzea dos Cavaleiros | 41 886 |
| SERTÃ (Total município) | 579 962 |
| Fundada | 46 554 |
| São João do Peso | 22 863 |
| Vila de Rei | 147 900 |
| VILA DE REI (Total município) | 217 317 |
| Fratel | 65 309 |
| Perais | 57 336 |
| Sarnadas de Ródão | 49 660 |
| Vila Velha de Ródão | 91 660 |
| VILA VELHA DE RÓDÃO (Total município) | 263 965 |
| CASTELO BRANCO (Total distrito) | 7 248 048 |
| Anceriz | 16 861 |
| Arganil | 62 176 |
| Barril de Alva | 24 363 |
| Benfeita | 29 938 |
| Celavisa | 24 363 |
| Cepos | 20 837 |
| Cerdeira | 24 363 |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF |
|---------------------------------------|----------------|
| Coja | 40 959 |
| Folques | 27 526 |
| Moura da Serra | 20 837 |
| Piódão | 35 545 |
| Pomares | 36 249 |
| Pombeiro da Beira | 43 518 |
| São Martinho da Cortiça | 44 865 |
| Sarzedo | 26 454 |
| Secarias | 24 363 |
| Teixeira | 24 991 |
| Vila Cova de Alva | 25 099 |
| ARGANIL (Total município) | 553 307 |
| Ançã | 44 737 |
| Bolho | 25 355 |
| Cadima | 52 305 |
| Camarneira | 25 355 |
| Cantanhede | 92 479 |
| Cordinhã | 29 564 |
| Corticeiro de Cima | 24 363 |
| Covões | 49 771 |
| Febres | 53 235 |
| Murtede | 39 298 |
| Ourentã | 36 041 |
| Outil | 29 967 |
| Pocariça | 31 151 |
| Portunhos | 33 531 |
| Sanguinheira | 47 099 |
| São Caetano | 32 489 |
| Sepins | 30 769 |
| Tocha | 83 583 |
| Vilamar | 24 363 |
| CANTANHEDE (Total município) | 785 455 |
| Almalaguês | 51 635 |
| Ameal | 34 903 |
| Antanhol | 41 132 |
| Antuzede | 38 954 |
| Arzila | 23 765 |
| Assafarge | 38 488 |
| Botão | 41 098 |
| Brasfemes | 35 165 |
| Castelo Viegas | 33 727 |
| Ceira | 57 316 |
| Cernache | 52 877 |
| Coimbra (Almedina) | 24 734 |
| Coimbra (Santa Cruz) | 70 374 |
| Coimbra (São Bartolomeu) | 23 765 |
| Coimbra (Sé Nova) | 67 855 |
| Eíras | 96 877 |
| Lamarosa | 39 751 |
| Ribeira de Frades | 35 788 |
| Santa Clara | 87 782 |
| Santo António dos Olivais | 262 394 |
| São João do Campo | 39 307 |
| São Martinho de Árvore | 24 439 |
| São Martinho do Bispo | 121 329 |
| São Paulo de Frades | 67 935 |
| São Silvestre | 45 181 |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF |
|------------------------------------------|------------------|
| Souselas | 47 353 |
| Taveiro | 37 830 |
| Torre de Vilela | 25 322 |
| Torres do Mondego | 44 078 |
| Trouxemil | 45 760 |
| Vil de Matos | 24 984 |
| COIMBRA (Total município) | 1 681 898 |
| Anobra | 33 714 |
| Belide | 23 749 |
| Bem da Fé | 15 773 |
| Condeixa-a-Nova | 43 931 |
| Condeixa-a-Velha | 51 244 |
| Ega | 54 437 |
| Furadouro | 24 363 |
| Sebal | 38 013 |
| Vila Seca | 29 925 |
| Zambujal | 27 263 |
| CONDEIXA-A-NOVA (Total município) | 342 412 |
| Alhadas | 58 848 |
| Alqueidão | 39 526 |
| Bom Sucesso | 66 654 |
| Borda do Campo | 27 447 |
| Brenha | 25 045 |
| Buarcos | 86 105 |
| Ferreira-a-Nova | 35 663 |
| Lavos | 62 769 |
| Maiorca | 49 676 |
| Marinha das Ondas | 51 873 |
| Moinhos da Gândara | 32 032 |
| Paião | 46 239 |
| Quiaios | 60 541 |
| Santana | 32 664 |
| São Julião da Figueira da Foz | 103 179 |
| São Pedro | 38 902 |
| Tavarede | 72 519 |
| Vila Verde | 53 708 |
| FIGUEIRA DA FOZ (Total município) | 943 390 |
| Alvares | 74 494 |
| Cadafaz | 35 520 |
| Colmeal | 35 030 |
| Góis | 85 797 |
| Vila Nova do Ceira | 38 742 |
| GÓIS (Total município) | 269 583 |
| Casal de Ermio | 24 363 |
| Foz de Arouce | 34 861 |
| Lousã | 113 250 |
| Serpins | 51 640 |
| Vilarinho | 48 590 |
| Gândaras | 25 355 |
| LOUSÃ (Total município) | 298 059 |
| Carapelhos | 24 363 |
| Mira | 132 785 |
| Praia de Mira | 71 722 |
| Seixo | 37 450 |
| MIRA (Total município) | 266 320 |
| Lamas | 32 926 |
| Miranda do Corvo | 95 432 |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF |
|-----------------------------------------------|----------------|
| Rio Vide | 28 488 |
| Semide | 55 155 |
| Vila Nova | 41 820 |
| MIRANDA DO CORVO (Total município) | 253 821 |
| Abrunheira | 26 698 |
| Arazede | 88 463 |
| Carapinheira | 48 321 |
| Ereira | 24 363 |
| Gatões | 24 363 |
| Liceia | 33 343 |
| Meãs do Campo | 35 304 |
| Montemor-o-Velho | 49 893 |
| Pereira | 39 262 |
| Santo Varão | 34 320 |
| Seixo de Gatões | 33 626 |
| Tentúgal | 50 957 |
| Verride | 24 363 |
| Vila Nova da Barca | 24 363 |
| MONTEMOR-O-VELHO (Total município) | 537 639 |
| Aldeia das Dez | 29 441 |
| Alvoco das Várzeas | 24 363 |
| Avô | 24 363 |
| Bobadela | 24 363 |
| Ervedal | 35 606 |
| Lagares | 34 790 |
| Lagos da Beira | 26 469 |
| Lajeosa | 24 363 |
| Lourosa | 26 986 |
| Meruge | 24 363 |
| Nogueira do Cravo | 41 938 |
| Oliveira do Hospital | 56 794 |
| Penalva de Alva | 30 035 |
| Santa Ovaia | 24 363 |
| São Gião | 26 547 |
| São Paio de Gramaços | 25 012 |
| São Sebastião da Feira | 24 066 |
| Seixo da Beira | 46 641 |
| Travanca de Lagos | 36 016 |
| Vila Franca da Beira | 24 363 |
| Vila Pouca da Beira | 24 363 |
| OLIVEIRA DO HOSPITAL (Total município) | 635 245 |
| Cabril | 35 554 |
| Dornelas do Zêzere | 34 162 |
| Fajão | 49 025 |
| Janeiro de Baixo | 46 056 |
| Machio | 22 441 |
| Pampilhosa da Serra | 72 730 |
| Pessegueiro | 32 810 |
| Portela do Fojo | 39 704 |
| Unhais-o-Velho | 42 629 |
| Vidual | 19 684 |
| PAMPILHOSA DA SERRA (Total município) | 394 795 |
| Carvalho | 40 041 |
| Figueira de Lorvão | 49 211 |
| Friúmes | 27 775 |
| Lorvão | 60 785 |
| Oliveira do Mondego | 26 492 |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF |
|-----------------------------------------------|------------------|
| Paradela | 24 363 |
| Penacova | 57 873 |
| São Paio de Mondego | 24 363 |
| São Pedro de Alva | 45 345 |
| Sazes do Lorvão | 30 874 |
| Travanca do Mondego | 24 466 |
| PENACOVA (Total município) | 411 588 |
| Cumeeira | 40 943 |
| Espinhál | 41 403 |
| Penela (Santa Eufémia) | 44 596 |
| Penela (São Miguel) | 54 021 |
| Podentes | 29 590 |
| Rabaçal | 24 363 |
| PENELA (Total município) | 234 916 |
| Alfarelos | 35 410 |
| Brunhós | 24 363 |
| Degracias | 25 771 |
| Figueiró do Campo | 35 142 |
| Gesteira | 31 510 |
| Granja do Ulmeiro | 32 340 |
| Pombalinho | 36 848 |
| Samuel | 44 018 |
| Soure | 129 127 |
| Tapéus | 24 869 |
| Vila Nova de Anços | 37 375 |
| Vinha da Rainha | 39 959 |
| SOURE (Total município) | 496 732 |
| Ázere | 27 429 |
| Candosa | 27 248 |
| Carapinha | 24 363 |
| Covas | 35 004 |
| Covelo | 24 363 |
| Espariz | 25 662 |
| Meda de Mouros | 24 363 |
| Midões | 43 442 |
| Mouronho | 38 815 |
| Pinheiro de Coja | 24 363 |
| Póvoa de Midões | 24 574 |
| São João da Boa Vista | 24 363 |
| Sinde | 25 052 |
| Tábua | 49 950 |
| Vila Nova de Oliveirinha | 24 363 |
| TÁBUA (Total município) | 443 354 |
| Arrifana | 54 887 |
| Lavegadas | 26 472 |
| Poiares (Santo André) | 81 246 |
| São Miguel de Poiares | 49 308 |
| VILA NOVA DE POIARES (Total município) | 211 913 |
| COIMBRA (Total distrito) | 8 760 427 |
| Alandroal (Nossa Senhora da Conceição) | 106 191 |
| Capelins (Santo António) | 59 538 |
| Juromenha (Nossa Senhora do Loreto) | 28 536 |
| Santiago Maior | 88 122 |
| São Brás dos Matos (Mina do Bugalho) | 50 003 |
| Terena (São Pedro) | 59 321 |
| ALANDROAL (Total município) | 391 711 |
| Arraiolos | 113 561 |

| (Un: euros) | |
|------------------------------------------|------------------|
| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF |
| Gafanhoeira (São Pedro) | 44 333 |
| Igrejinha | 59 291 |
| Sabugueiro | 37 313 |
| Santa Justa | 32 370 |
| São Gregório | 51 585 |
| Vimieiro | 133 922 |
| ARRAIÓLOS (Total município) | 472 375 |
| Borba (Matriz) | 70 739 |
| Borba (São Bartolomeu) | 24 363 |
| Orada | 50 203 |
| Rio de Moinhos | 65 818 |
| BORBA (Total município) | 211 123 |
| Arcos | 39 460 |
| Estremoz (Santa Maria) | 90 666 |
| Estremoz (Santo André) | 44 227 |
| Évora Monte (Santa Maria) | 64 654 |
| Glória | 54 383 |
| Santa Vitória do Ameixial | 45 896 |
| Santo Estêvão | 26 757 |
| São Bento do Ameixial | 38 953 |
| São Bento de Ana Loura | 21 116 |
| São Bento do Cortiço | 32 311 |
| São Domingos de Ana Loura | 25 355 |
| São Lourenço de Mamporcão | 26 486 |
| Veiros | 45 763 |
| ESTREMOZ (Total município) | 556 027 |
| Bacelo | 79 861 |
| Canaviais | 36 444 |
| Évora (Santo Antão) | 27 153 |
| Évora (São Mamede) | 35 541 |
| Horta das Figueiras | 91 499 |
| Malagueira | 118 377 |
| Nossa Senhora da Boa Fé | 27 545 |
| Nossa Senhora da Graça do Divor | 52 745 |
| Nossa Senhora de Guadalupe | 45 457 |
| Nossa Senhora de Machede | 95 810 |
| Nossa Senhora da Tourega | 97 257 |
| São Bento do Mato | 55 011 |
| São Manços | 66 676 |
| São Miguel de Machede | 57 691 |
| São Sebastião da Giesteira | 37 482 |
| São Vicente do Pigeiro | 52 834 |
| Sé e São Pedro | 40 967 |
| Senhora da Saúde | 107 511 |
| Torre de Coelheiros | 107 513 |
| ÉVORA (Total município) | 1 233 374 |
| Cabrela | 92 007 |
| Cíborro | 48 613 |
| Cortiçadas de Lavre | 65 654 |
| Foros de Vale de Figueira | 53 741 |
| Lavre | 67 899 |
| Nossa Senhora do Bispo | 117 400 |
| Nossa Senhora da Vila | 149 819 |
| Santiago do Escoural | 89 578 |
| São Cristóvão | 78 244 |
| Silveiras | 62 379 |
| MONTEMOR-O-NOVO (Total município) | 825 334 |

| (Un: euros) | |
|------------------------------------------------|------------------|
| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF |
| Brotas | 57 484 |
| Cabeção | 48 409 |
| Mora | 97 521 |
| Pavia | 111 122 |
| MORA (Total município) | 314 536 |
| Granja | 62 549 |
| Luz | 44 424 |
| Mourão | 101 745 |
| MOURÃO (Total município) | 208 718 |
| Alqueva | 53 947 |
| Amieira | 60 141 |
| Monte do Trigo | 73 701 |
| Oriola | 38 025 |
| Portel | 111 596 |
| Santana | 42 603 |
| São Bartolomeu do Outeiro | 39 567 |
| Vera Cruz | 39 242 |
| PORTEL (Total município) | 458 822 |
| Montoito | 57 006 |
| Redondo | 212 295 |
| REDONDO (Total município) | 269 301 |
| Campinho | 48 449 |
| Campo | 80 140 |
| Corval | 72 271 |
| Monsaraz | 62 519 |
| Reguengos de Monsaraz | 121 483 |
| REGUENGOS DE MONSARAZ (Total município) | 384 862 |
| Landeira | 52 572 |
| Vendas Novas | 182 683 |
| VENDAS NOVAS (Total município) | 235 255 |
| Aguiar | 36 225 |
| Alcáçovas | 159 542 |
| Viana do Alentejo | 82 107 |
| VIANA DO ALENTEJO (Total município) | 277 874 |
| Bencatel | 47 437 |
| Ciladas | 74 169 |
| Pardais | 28 257 |
| Vila Viçosa (Conceição) | 70 362 |
| Vila Viçosa (São Bartolomeu) | 23 981 |
| VILA VIÇOSA (Total município) | 244 206 |
| ÉVORA (Total distrito) | 6 083 518 |
| Albufeira | 149 427 |
| Ferreiras | 61 473 |
| Guia | 57 294 |
| Olhos de Água | 51 685 |
| Paderne | 95 880 |
| ALBUFEIRA (Total município) | 415 759 |
| Alcoutim | 84 317 |
| Giões | 52 204 |
| Martim Longo | 95 068 |
| Pereiro | 62 033 |
| Vaqueiros | 87 277 |
| ALCOUTIM (Total município) | 380 899 |
| Aljezur | 134 293 |
| Bordeira | 56 047 |
| Odeceixe | 49 435 |
| Rogil | 45 017 |

| (Un: euros) | |
|-----------------------------------------------|----------------|
| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF |
| ALJEZUR (Total município) | 284 792 |
| Altura | 38 591 |
| Azinhãl | 51 855 |
| Castro Marim | 94 763 |
| Odeleite | 84 935 |
| CASTRO MARIM (Total município) | 270 144 |
| Conceição | 53 044 |
| Estói | 69 791 |
| Faro (São Pedro) | 113 482 |
| Faro (Sé) | 248 771 |
| Montenegro | 64 996 |
| Santa Bárbara de Nexe | 65 900 |
| FARO (Total município) | 615 984 |
| Carvoeiro | 46 384 |
| Estômbar | 73 926 |
| Ferragudo | 34 180 |
| Lagoa | 78 851 |
| Parchal | 41 937 |
| Porches | 40 307 |
| LAGOA (Total município) | 315 585 |
| Barão de São João | 48 453 |
| Bensafrim | 67 316 |
| Lagos (Santa Maria) | 63 685 |
| Lagos (São Sebastião) | 107 757 |
| Luz | 47 224 |
| Odiáxere | 50 585 |
| LAGOS (Total município) | 385 020 |
| Almancil | 97 376 |
| Alte | 71 080 |
| Ameixial | 71 593 |
| Benafim | 49 428 |
| Boliqueime | 68 635 |
| Loulé (São Clemente) | 135 295 |
| Loulé (São Sebastião) | 88 404 |
| Quarteira | 134 045 |
| Querença | 39 851 |
| Salir | 118 968 |
| Tôr | 29 760 |
| LOULÉ (Total município) | 904 435 |
| Alferce | 68 977 |
| Marmeleite | 99 225 |
| Monchique | 186 112 |
| MONCHIQUE (Total município) | 354 314 |
| Fuseta | 38 271 |
| Moncarapacho | 145 938 |
| Olhão | 140 295 |
| Pechão | 51 783 |
| Quelfes | 124 515 |
| OLHÃO (Total município) | 500 802 |
| Alvor | 63 111 |
| Mexilhoeira Grande | 126 421 |
| Portimão | 321 410 |
| PORTIMÃO (Total município) | 510 942 |
| São Brás de Alportel | 206 288 |
| SÃO BRÁS DE ALPORTEL (Total município) | 206 288 |
| Alcantarilha | 44 183 |
| Algoz | 53 251 |

| (Un: euros) | |
|-----------------------------------------------------|------------------|
| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF |
| Armação de Pêra | 48 490 |
| Pêra | 41 514 |
| São Bartolomeu de Messines | 185 770 |
| São Marcos da Serra | 97 187 |
| Silves | 175 267 |
| Tunes | 37 715 |
| SILVES (Total município) | 683 377 |
| Cabanas de Tavira | 26 650 |
| Cachopo | 108 004 |
| Conceição | 53 906 |
| Luz | 59 407 |
| Santa Catarina da Fonte do Bispo | 80 170 |
| Santa Luzia | 32 506 |
| Santo Estêvão | 39 597 |
| Tavira (Santa Maria) | 123 575 |
| Tavira (Santiago) | 74 052 |
| TAVIRA (Total município) | 597 867 |
| Barão de São Miguel | 24 737 |
| Budens | 54 075 |
| Raposeira | 30 750 |
| Sagres | 54 160 |
| Vila do Bispo | 50 958 |
| VILA DO BISPO (Total município) | 214 680 |
| Monte Gordo | 51 417 |
| Vila Nova de Cacela | 105 628 |
| Vila Real de Santo António | 100 124 |
| VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO (Total município) | 257 169 |
| FARO (Total distrito) | 6 898 057 |
| Aguiar da Beira | 44 606 |
| Carapito | 27 072 |
| Cortiçada | 25 045 |
| Coruche | 24 363 |
| Dornelas | 32 233 |
| Eirado | 24 363 |
| Forninhos | 24 363 |
| Gradiz | 24 363 |
| Pena Verde | 44 491 |
| Pinheiro | 25 068 |
| Sequeiros | 24 363 |
| Souto de Aguiar da Beira | 25 101 |
| Valverde | 24 363 |
| AGUIAR DA BEIRA (Total município) | 369 794 |
| Ade | 15 847 |
| Aldeia Nova | 15 847 |
| Almeida | 49 795 |
| Amoreira | 15 847 |
| Azinhãl | 15 847 |
| Cabreira | 15 847 |
| Castelo Bom | 22 532 |
| Castelo Mendo | 20 639 |
| Freineda | 28 143 |
| Freixo | 24 397 |
| Junça | 19 082 |
| Leomil | 20 837 |
| Malhada Sorda | 42 113 |
| Malpartida | 25 355 |
| Mesquitela | 15 696 |

| (Un: euros) | |
|------------------------------------------------------|----------------|
| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF |
| Mido | 15 847 |
| Miuzela | 24 718 |
| Monte Perobolço | 15 847 |
| Nave de Haver | 40 896 |
| Naves | 15 847 |
| Parada | 20 837 |
| Peva | 16 185 |
| Porto de Ovelha | 15 847 |
| São Pedro de Rio Seco | 25 355 |
| Senouras | 15 847 |
| Vale de Coelha | 15 847 |
| Vale da Mula | 24 363 |
| Vale Verde | 19 621 |
| Vilar Formoso | 54 177 |
| ALMEIDA (Total município) | 669 058 |
| Açores | 24 363 |
| Baraçal | 24 363 |
| Cadafaz | 18 952 |
| Carrapichana | 24 363 |
| Casa do Soeiro | 24 363 |
| Celorico (Santa Maria) | 33 005 |
| Celorico (São Pedro) | 34 226 |
| Cortiçô da Serra | 24 363 |
| Forno Telheiro | 32 767 |
| Lajeosa do Mondego | 27 450 |
| Linhares | 24 698 |
| Maçal do Chão | 22 973 |
| Mesquitela | 25 230 |
| Minhocal | 24 363 |
| Prados | 24 363 |
| Rapa | 24 363 |
| Ratoeira | 24 363 |
| Salgueirais | 16 412 |
| Vale de Azares | 24 363 |
| Velosa | 16 683 |
| Vide Entre Vinhas | 19 316 |
| Vila Boa do Mondego | 17 396 |
| CELORICO DA BEIRA (Total município) | 532 738 |
| Algodres | 33 603 |
| Almofala | 31 997 |
| Castelo Rodrigo | 29 084 |
| Cinco Vilas | 18 661 |
| Colmeal | 29 302 |
| Escalhão | 58 331 |
| Escarigo | 18 063 |
| Figueira de Castelo Rodrigo | 59 621 |
| Freixeda do Torrão | 29 133 |
| Mata de Lobos | 38 774 |
| Penha de Águia | 21 947 |
| Quintã de Pêro Martins | 25 051 |
| Reigada | 29 780 |
| Vale de Afonsinho | 16 817 |
| Vermiosa | 39 273 |
| Vilar de Amargo | 28 748 |
| Vilar Torpim | 33 648 |
| FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO (Total município) | 541 833 |
| Algodres | 24 363 |

| (Un: euros) | |
|---------------------------------------------|----------------|
| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF |
| Casal Vasco | 24 363 |
| Cortiçô | 17 125 |
| Figueiró da Granja | 24 363 |
| Fornos de Algodres | 41 519 |
| Fuinhas | 15 847 |
| Infias | 24 363 |
| Juncais | 24 363 |
| Maceira | 24 363 |
| Matança | 24 363 |
| Muxagata | 24 363 |
| Queiriz | 24 363 |
| Sobral Pichorro | 24 363 |
| Vila Chã | 15 228 |
| Vila Ruiva | 17 889 |
| Vila Soeiro do Chão | 24 363 |
| FORNOS DE ALGODRES (Total município) | 375 601 |
| Aldeias | 27 290 |
| Arcozelo | 38 411 |
| Catvelos | 25 735 |
| Figueiró da Serra | 24 363 |
| Folgosinho | 45 884 |
| Freixo da Serra | 15 847 |
| Gouveia (São Julião) | 32 906 |
| Gouveia (São Pedro) | 46 332 |
| Lagarinhos | 24 363 |
| Mangualde da Serra | 20 952 |
| Melo | 24 363 |
| Moimenta da Serra | 24 363 |
| Nabais | 24 363 |
| Nespereira | 24 363 |
| Paços da Serra | 25 355 |
| Ribamondego | 24 363 |
| Rio Torto | 24 363 |
| São Paio | 30 917 |
| Vila Cortês da Serra | 24 363 |
| Vila Franca da Serra | 24 363 |
| Vila Nova de Tazem | 38 848 |
| Vinhó | 24 363 |
| GOUVEIA (Total município) | 616 470 |
| Adão | 25 355 |
| Albardo | 15 847 |
| Aldeia do Bispo | 15 847 |
| Aldeia Viçosa | 24 363 |
| Alvendre | 24 363 |
| Arrifana | 25 355 |
| Avelãs de Ambom | 15 847 |
| Avelãs da Ribeira | 24 363 |
| Benespera | 25 355 |
| Carvalho Meão | 15 847 |
| Casal de Cinza | 26 081 |
| Castanheira | 29 595 |
| Cavadoude | 24 363 |
| Codeseiro | 24 363 |
| Corujeira | 15 847 |
| Faia | 24 363 |
| Famalicão | 26 317 |
| Fernão Joanes | 27 569 |

| (Un: euros) | |
|---------------------------------------|------------------|
| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF |
| Gagos | 15 847 |
| Gonçalo | 32 630 |
| Gonçalo Bocas | 24 363 |
| Guarda (São Vicente) | 103 948 |
| Guarda (Sé) | 80 769 |
| Jarmelo (São Miguel) | 24 363 |
| Jarmelo (São Pedro) | 25 698 |
| João Antão | 15 847 |
| Maçainhas de Baixo | 30 796 |
| Marmeleiro | 34 405 |
| Meios | 24 363 |
| Mizarela | 17 482 |
| Monte Margarida | 15 414 |
| Panóias de Cima | 24 747 |
| Pega | 20 431 |
| Pêra do Moço | 32 619 |
| Pêro Soares | 15 228 |
| Porto da Carne | 24 363 |
| Pousada | 20 837 |
| Ramela | 24 363 |
| Ribeira dos Carinhos | 15 847 |
| Rocamondo | 15 847 |
| Rochoso | 25 476 |
| Santana da Azinha | 25 355 |
| São Miguel da Guarda | 69 229 |
| Seixo Amarelo | 15 847 |
| Sobral da Serra | 24 363 |
| Trinta | 24 363 |
| Vale de Estrela | 24 610 |
| Valhelhas | 26 124 |
| Vela | 30 087 |
| Videmonte | 46 442 |
| Vila Cortês do Mondego | 24 363 |
| Vila Fernando | 25 568 |
| Vila Franca do Deão | 20 837 |
| Vila Garcia | 24 542 |
| Vila Soeiro | 15 847 |
| GUARDA (Total município) | 1 474 300 |
| Vale de Amoreira | 24 611 |
| Manteigas (Santa Maria) | 67 079 |
| Manteigas (São Pedro) | 104 435 |
| Sameiro | 36 920 |
| MANTEIGAS (Total município) | 233 045 |
| Aveloso | 24 363 |
| Barreira | 29 668 |
| Carvalhal | 17 209 |
| Casteição | 20 782 |
| Coriscada | 29 236 |
| Fonte Longa | 20 148 |
| Longroiva | 40 095 |
| Marialva | 26 099 |
| Meda | 52 122 |
| Outeiro de Gatos | 24 376 |
| Pai Penela | 15 847 |
| Poço do Canto | 27 669 |
| Prova | 24 363 |
| Rabaçal | 24 363 |

| (Un: euros) | |
|---------------------------------------|----------------|
| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF |
| Ranhados | 30 216 |
| Vale Flor | 24 363 |
| MEDA (Total município) | 430 919 |
| Alverca da Beira | 24 363 |
| Atalaia | 24 295 |
| Azevo | 28 863 |
| Bogalhal | 16 256 |
| Bouça Cova | 20 631 |
| Cerejo | 24 363 |
| Cidadelhe | 22 395 |
| Ervas Tenras | 17 120 |
| Ervedosa | 24 363 |
| Freixedas | 42 672 |
| Gouveia | 30 465 |
| Lamegal | 28 215 |
| Lameiras | 26 201 |
| Manigoto | 24 363 |
| Pala | 26 135 |
| Pereiro | 28 748 |
| Pinhel | 66 662 |
| Pínzio | 33 204 |
| Pomares | 20 837 |
| Póvoa d' El-Rei | 15 847 |
| Safurdão | 15 847 |
| Santa Eufémia | 20 837 |
| Sorval | 15 847 |
| Souro Pires | 27 390 |
| Valbom | 24 363 |
| Vale de Madeira | 17 886 |
| Vascoveiro | 24 985 |
| PINHEL (Total município) | 693 153 |
| Águas Belas | 25 329 |
| Aldeia do Bispo | 24 363 |
| Aldeia da Ponte | 30 883 |
| Aldeia da Ribeira | 23 462 |
| Aldeia de Santo António | 35 308 |
| Aldeia Velha | 25 355 |
| Alfaiates | 29 482 |
| Badamalos | 15 847 |
| Baraçal | 24 363 |
| Bendada | 39 584 |
| Bismula | 25 312 |
| Casteleiro | 39 265 |
| Cerdeira | 25 355 |
| Fóios | 26 416 |
| Forcalhos | 15 847 |
| Lajeosa | 24 441 |
| Lomba | 15 370 |
| Malcata | 25 355 |
| Moita | 18 519 |
| Nave | 25 355 |
| Pena Lobo | 15 847 |
| Pousafoles do Bispo | 25 355 |
| Quadrzais | 37 564 |
| Quinta de São Bartolomeu | 24 363 |
| Rapoula do Côa | 24 363 |
| Rebolosa | 24 363 |

| (Un: euros) | |
|---------------------------------------|------------------|
| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF |
| Rendo | 25 355 |
| Ruivós | 15 847 |
| Ruvina | 15 847 |
| Sabugal | 46 318 |
| Santo Estêvão | 25 355 |
| Seixo do Côa | 25 355 |
| Sortelha | 40 893 |
| Souto | 42 991 |
| Vale das Éguas | 15 228 |
| Vale de Espinho | 35 637 |
| Vale Longo | 15 847 |
| Vila Boa | 24 363 |
| Vila do Touro | 25 355 |
| Vilar Maior | 19 984 |
| SABUGAL (Total município) | 1 041 441 |
| Alvoco da Serra | 40 336 |
| Cabeça | 24 363 |
| Carragozela | 24 363 |
| Folhadosa | 24 363 |
| Girabolhos | 27 418 |
| Lajes | 24 363 |
| Lapa dos Dinheiros | 24 363 |
| Loriga | 44 859 |
| Paranhos | 41 766 |
| Pinhanços | 24 363 |
| Sabugueiro | 42 071 |
| Sameice | 24 363 |
| Sandomil | 30 936 |
| Santa Comba | 25 590 |
| Santa Eulália | 24 363 |
| Santa Marinha | 29 065 |
| Santiago | 25 861 |
| São Martinho | 24 546 |
| São Romão | 49 241 |
| Sazes da Beira | 24 363 |
| Seia | 82 663 |
| Teixeira | 24 363 |
| Torrozelo | 24 363 |
| Tourais | 40 330 |
| Travancinha | 25 086 |
| Valezim | 24 363 |
| Várzea de Meruge | 24 363 |
| Vide | 46 195 |
| Vila Cova à Coelheira | 24 363 |
| SEIA (Total município) | 917 045 |
| Aldeia Nova | 31 665 |
| Carnicães | 19 202 |
| Castanheira | 24 363 |
| Cogula | 24 363 |
| Cótimos | 24 363 |
| Feital | 15 847 |
| Fiães | 24 363 |
| Freches | 25 726 |
| Granja | 24 363 |
| Guilheiro | 24 363 |
| Moimentinha | 24 363 |
| Moreira de Rei | 38 002 |

| (Un: euros) | |
|-----------------------------------------------|------------------|
| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF |
| Palhais | 16 802 |
| Póvoa do Concelho | 24 363 |
| Reboleiro | 24 363 |
| Rio de Mel | 28 768 |
| Sebadelhe da Serra | 20 204 |
| Souto Maior | 15 847 |
| Tamanhos | 24 363 |
| Terrenho | 15 847 |
| Torre do Terrenho | 24 363 |
| Torres | 24 363 |
| Trancoso (Santa Maria) | 42 936 |
| Trancoso (São Pedro) | 36 844 |
| Valdujo | 24 363 |
| Vale do Seixo | 18 051 |
| Vila Franca das Naves | 29 569 |
| Vila Garcia | 20 837 |
| Vilares | 24 363 |
| TRANCOSO (Total município) | 717 229 |
| Almendra | 46 054 |
| Castelo Melhor | 36 722 |
| Cedovim | 35 075 |
| Chãs | 25 355 |
| Custóias | 24 363 |
| Freixo de Numão | 34 899 |
| Horta | 24 363 |
| Mós | 24 363 |
| Murça | 15 847 |
| Muxagata | 30 691 |
| Numão | 27 076 |
| Santa Comba | 32 720 |
| Santo Amaro | 16 670 |
| Sebadelhe | 24 363 |
| Seixas | 24 363 |
| Touça | 24 363 |
| Vila Nova de Foz Côa | 71 161 |
| VILA NOVA DE FOZ CÔA (Total município) | 518 448 |
| GUARDA (Total distrito) | 9 131 074 |
| Alcobaça | 58 775 |
| Alfeizerão | 56 669 |
| Aljubarrota (Prazeres) | 57 562 |
| Aljubarrota (São Vicente) | 42 831 |
| Alpedriz | 29 621 |
| Bárrio | 36 553 |
| Benedita | 93 307 |
| Cela | 52 451 |
| Coz | 38 756 |
| Évora de Alcobaça | 71 590 |
| Maiorga | 37 569 |
| Martingança | 27 123 |
| Montes | 24 065 |
| Pataias | 93 933 |
| São Martinho do Porto | 41 989 |
| Turquel | 66 604 |
| Vestiaria | 27 419 |
| Vimeiro | 42 626 |
| ALCOBAÇA (Total município) | 899 443 |
| Almoster | 38 743 |

| (Un: euros) | |
|----------------------------------------------|----------------|
| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF |
| Alvaiázere | 47 522 |
| Maçãs de Caminho | 24 363 |
| Maçãs de D. Maria | 49 495 |
| Pelmá | 42 292 |
| Pussos | 42 152 |
| Rego da Murta | 32 793 |
| ALVAIÁZERE (Total município) | 277 360 |
| Alvorge | 46 741 |
| Ansião | 45 061 |
| Avelar | 36 641 |
| Chão de Couce | 47 293 |
| Lagarteira | 24 363 |
| Pousaflores | 40 917 |
| Santiago da Guarda | 64 148 |
| Torre de Vale de Todos | 24 363 |
| ANSIÃO (Total município) | 329 527 |
| Batalha | 90 048 |
| Golpilheira | 31 556 |
| Reguengo do Fetal | 54 956 |
| São Mamede | 74 397 |
| BATALHA (Total município) | 250 957 |
| Bombarral | 71 118 |
| Carvalhal | 62 333 |
| Pó | 25 566 |
| Roliça | 53 890 |
| Vale Covo | 30 801 |
| BOMBARRAL (Total município) | 243 708 |
| A dos Francos | 40 826 |
| Alvorninha | 57 593 |
| Caldas da Rainha (Nossa Senhora do Pópulo) | 129 424 |
| Caldas da Rainha (Santo Onofre) | 94 012 |
| Carvalhal Benfeito | 33 435 |
| Coto | 25 045 |
| Foz do Arelho | 29 729 |
| Landal | 29 435 |
| Nadadouro | 30 054 |
| Salir de Matos | 47 746 |
| Salir do Porto | 25 570 |
| Santa Catarina | 49 607 |
| São Gregório | 29 284 |
| Serra do Bouro | 29 746 |
| Tornada | 48 726 |
| Vidais | 36 183 |
| CALDAS DA RAINHA (Total município) | 736 415 |
| Castanheira de Pêra | 137 930 |
| Coentral | 32 533 |
| CASTANHEIRA DE PÊRA (Total município) | 170 463 |
| Aguda | 53 695 |
| Arega | 42 711 |
| Bairradas | 27 543 |
| Campelo | 46 019 |
| Figueiró dos Vinhos | 85 103 |
| FIGUEIRÓ DOS VINHOS (Total município) | 255 071 |
| Amor | 60 555 |
| Arrabal | 46 598 |
| Azoia | 41 603 |
| Bajouca | 37 437 |

| (Un: euros) | |
|------------------------------------------|------------------|
| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF |
| Barosa | 38 077 |
| Barreira | 44 663 |
| Bidoeira de Cima | 38 850 |
| Boa Vista | 36 276 |
| Caranguejeira | 66 349 |
| Carreira | 28 718 |
| Carvide | 44 792 |
| Chainça | 24 065 |
| Coimbrão | 68 777 |
| Colmeias | 60 423 |
| Cortes | 47 706 |
| Leiria | 119 090 |
| Maceira | 117 684 |
| Marrazes | 152 758 |
| Memória | 27 455 |
| Milagres | 47 256 |
| Monte Real | 44 450 |
| Monte Redondo | 69 022 |
| Ortigosa | 36 405 |
| Parceiros | 47 299 |
| Pousos | 76 788 |
| Regueira de Pontes | 38 626 |
| Santa Catarina da Serra | 63 337 |
| Santa Eufémia | 41 151 |
| Souto da Carpalhosa | 58 152 |
| LEIRIA (Total município) | 1 624 362 |
| Moita | 30 196 |
| Marinha Grande | 315 625 |
| Vieira de Leiria | 88 549 |
| MARINHA GRANDE (Total município) | 434 370 |
| Famalicão | 43 487 |
| Nazaré | 113 052 |
| Valado dos Frades | 54 118 |
| NAZARÉ (Total município) | 210 657 |
| A dos Negros | 36 002 |
| Amoreira | 32 927 |
| Gaeiras | 35 699 |
| Óbidos (Santa Maria) | 39 163 |
| Óbidos (São Pedro) | 30 418 |
| Olho Marinho | 34 471 |
| Sobral da Lagoa | 23 765 |
| Usseira | 25 297 |
| Vau | 39 044 |
| ÓBIDOS (Total município) | 296 786 |
| Graça | 50 681 |
| Pedrógão Grande | 123 421 |
| Vila Facaia | 37 615 |
| PEDRÓGÃO GRANDE (Total município) | 211 717 |
| Atouguia da Baleia | 124 405 |
| Ferrel | 44 728 |
| Peniche (Ajuda) | 86 706 |
| Peniche (Conceição) | 53 047 |
| Peniche (São Pedro) | 35 388 |
| Serra de El-Rei | 32 690 |
| PENICHE (Total município) | 376 964 |
| Abiul | 63 777 |
| Albergaria dos Doze | 43 069 |

| (Un: euros) | |
|---------------------------------------|------------------|
| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF |
| Almagreira | 59 000 |
| Carnide | 42 289 |
| Cariço | 85 235 |
| Guia | 54 891 |
| Ilha | 39 937 |
| Louriçal | 78 296 |
| Mata Mourisca | 45 631 |
| Meirinhas | 31 180 |
| Pelariga | 47 484 |
| Pombal | 182 479 |
| Redinha | 54 431 |
| Santiago de Litém | 51 692 |
| São Simão de Litém | 36 303 |
| Vermoil | 49 657 |
| Vila Chã | 45 571 |
| POMBAL (Total município) | 1 010 922 |
| Alcaria | 24 363 |
| Alqueidão da Serra | 42 956 |
| Alvados | 29 582 |
| Arrimal | 30 200 |
| Calvaria de Cima | 40 332 |
| Juncal | 56 357 |
| Mendiga | 34 028 |
| Mira de Aire | 56 921 |
| Pedreiras | 43 546 |
| Porto de Mós (São João Baptista) | 46 498 |
| Porto de Mós (São Pedro) | 45 648 |
| São Bento | 44 669 |
| Serro Ventoso | 41 804 |
| PORTO DE MÓS (Total município) | 536 904 |
| LEIRIA (Total distrito) | 7 865 626 |
| Abrigada | 59 938 |
| Aldeia Galega da Merceana | 41 297 |
| Aldeia Gavinha | 25 045 |
| Alenquer (Santo Estêvão) | 63 681 |
| Alenquer (Triana) | 58 966 |
| Cabanas de Torres | 25 045 |
| Cadafais | 29 387 |
| Carnota | 39 281 |
| Carregado | 70 776 |
| Meca | 36 853 |
| Olhalvo | 32 457 |
| Ota | 47 701 |
| Pereiro de Palhacana | 24 065 |
| Ribafria | 25 045 |
| Ventosa | 42 916 |
| Vila Verde dos Francos | 40 783 |
| ALENQUER (Total município) | 663 236 |
| Alformelos | 111 590 |
| Alfragide | 84 253 |
| Brandoa | 156 136 |
| Buraca | 147 169 |
| Damaia | 186 085 |
| Falagueira | 137 220 |
| Mina | 196 819 |
| Reboleira | 129 945 |
| Casal de São Brás | 188 745 |

| (Un: euros) | |
|--------------------------------------------|------------------|
| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF |
| Venda Nova | 118 443 |
| Venteira | 207 286 |
| AMADORA (Total município) | 1 663 691 |
| Arranhó | 55 149 |
| Arruda dos Vinhos | 92 660 |
| Cardosas | 24 065 |
| Santiago dos Velhos | 38 562 |
| ARRUDA DOS VINHOS (Total município) | 210 436 |
| Alcoentre | 63 264 |
| Aveiras de Baixo | 36 797 |
| Aveiras de Cima | 64 223 |
| Azambuja | 111 351 |
| Maçussa | 24 363 |
| Manique do Intendente | 45 381 |
| Vale do Paraíso | 25 231 |
| Vila Nova da Rainha | 33 330 |
| Vila Nova de São Pedro | 27 994 |
| AZAMBUJA (Total município) | 431 934 |
| Alguber | 33 478 |
| Cadaval | 40 007 |
| Cercal | 29 412 |
| Figueiros | 24 363 |
| Lamas | 57 803 |
| Painho | 31 191 |
| Peral | 31 460 |
| Pêro Moniz | 33 490 |
| Vermelha | 33 221 |
| Vilar | 39 029 |
| CADAVAL (Total município) | 353 454 |
| Alcabideche | 293 043 |
| Carcavelos | 155 098 |
| Cascais | 264 711 |
| Estoril | 201 003 |
| Parede | 147 984 |
| São Domingos de Rana | 337 334 |
| CASCAIS (Total município) | 1 399 173 |
| Ajuda | 175 562 |
| Alcântara | 153 249 |
| Alto do Pina | 94 947 |
| Alvalade | 84 592 |
| Ameixoeira | 91 517 |
| Anjos | 86 615 |
| Beato | 125 473 |
| Benfica | 366 552 |
| Campo Grande | 101 172 |
| Campolide | 160 649 |
| Carnide | 158 405 |
| Castelo | 23 765 |
| Charneca | 96 860 |
| Coração de Jesus | 54 125 |
| Encarnação | 36 523 |
| Graça | 69 232 |
| Lapa | 85 387 |
| Lumiar | 313 174 |
| Madalena | 23 765 |
| Mártires | 23 765 |
| Marvila | 351 960 |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF |
|---------------------------------------|------------------|
| Mercês | 57 928 |
| Nossa Senhora de Fátima | 134 115 |
| Pena | 64 609 |
| Penha de França | 115 793 |
| Prazeres | 85 146 |
| Sacramento | 23 765 |
| Santa Catarina | 49 847 |
| Santa Engrácia | 63 419 |
| Santa Isabel | 76 041 |
| Santa Justa | 23 765 |
| Santa Maria de Belém | 114 069 |
| Santa Maria dos Olivais | 399 770 |
| Santiago | 23 765 |
| Santo Condestável | 138 966 |
| Santo Estêvão | 33 624 |
| Santos-o-Velho | 52 362 |
| São Cristóvão e São Lourenço | 28 088 |
| São Domingos de Benfica | 283 599 |
| São Francisco Xavier | 82 462 |
| São João | 148 316 |
| São João de Brito | 132 942 |
| São João de Deus | 98 166 |
| São Jorge de Arroios | 143 141 |
| São José | 44 847 |
| São Mamede | 64 741 |
| São Miguel | 29 707 |
| São Nicolau | 24 654 |
| São Paulo | 48 335 |
| São Sebastião da Pedreira | 68 651 |
| São Vicente de Fora | 53 685 |
| Sé | 25 659 |
| Socorro | 38 636 |
| LISBOA (Total município) | 5 449 902 |
| Apelação | 50 862 |
| Bobadela | 85 870 |
| Bucelas | 219 895 |
| Camarate | 158 760 |
| Fanhões | 84 908 |
| Frielas | 47 001 |
| Loures | 225 915 |
| Lousa | 114 420 |
| Moscavide | 100 634 |
| Portela | 118 173 |
| Prior Velho | 60 888 |
| Sacavém | 140 538 |
| Santa Iria de Azóia | 150 454 |
| Santo Antão do Tojal | 109 962 |
| Santo António dos Cavaleiros | 181 094 |
| São João da Talha | 143 334 |
| São Julião do Tojal | 96 789 |
| Unhos | 99 394 |
| LOURES (Total município) | 2 188 891 |
| Atalaia | 32 375 |
| Lourinhã | 103 344 |
| Marteleira | 32 089 |
| Miragaia | 35 439 |
| Moita dos Ferreiros | 43 864 |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF |
|---------------------------------------|------------------|
| Moledo | 24 363 |
| Reguengo Grande | 35 909 |
| Ribamar | 35 748 |
| Santa Bárbara | 30 985 |
| São Bartolomeu dos Galegos | 30 084 |
| Vimeiro | 29 026 |
| LOURINHÃ (Total município) | 433 226 |
| Azueira | 43 676 |
| Carvoeira | 24 734 |
| Cheleiros | 31 096 |
| Encarnação | 59 014 |
| Enxara do Bispo | 38 277 |
| Ericeira | 63 444 |
| Gradil | 24 734 |
| Igreja Nova | 47 225 |
| Maфра | 117 042 |
| Malveira | 52 089 |
| Milharado | 60 088 |
| Santo Estêvão das Galés | 37 971 |
| Santo Isidoro | 49 501 |
| São Miguel de Alcainça | 24 734 |
| Sobral da Abelheira | 31 066 |
| Venda do Pinheiro | 59 502 |
| Vila Franca do Rosário | 24 386 |
| MAFRA (Total município) | 788 579 |
| Caneças | 102 780 |
| Famões | 85 196 |
| Odivelas | 350 289 |
| Olival Basto | 69 069 |
| Pontinha | 184 836 |
| Póvoa de Santo Adrião | 109 592 |
| Ramada | 120 872 |
| ODIVELAS (Total município) | 1 022 634 |
| Algés | 151 249 |
| Barcarena | 127 402 |
| Carnaxide | 157 073 |
| Cruz Quebrada-Dafundo | 73 606 |
| Linda-a-Velha | 157 512 |
| Oeiras e São Julião da Barra | 261 165 |
| Paço de Arcos | 133 011 |
| Porto Salvo | 123 904 |
| Queijas | 86 522 |
| Caxias | 71 848 |
| OEIRAS (Total município) | 1 343 292 |
| Algueirão-Mem Martins | 351 641 |
| Almargem do Bispo | 148 071 |
| Belas | 158 151 |
| Casal de Cambra | 77 024 |
| Colares | 128 781 |
| Massamá | 132 099 |
| Monte Abraão | 128 578 |
| Montelavar | 58 448 |
| Pêro Pinheiro | 74 786 |
| Queluz | 190 674 |
| Rio de Mouro | 285 335 |
| São João das Lampas | 202 470 |
| Sintra (Santa Maria e São Miguel) | 94 294 |

| (Un: euros) | |
|-----------------------------------------------------|-------------------|
| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF |
| Sintra (São Martinho) | 99 002 |
| Sintra (São Pedro de Penaferrim) | 111 701 |
| Terrugem | 95 764 |
| Agualva | 212 094 |
| Cacém | 116 497 |
| Mira-Sintra | 46 220 |
| São Marcos | 46 398 |
| SINTRA (Total município) | 2 758 028 |
| Santo Quintino | 81 158 |
| Sapataria | 52 250 |
| Sobral de Monte Agraço | 48 813 |
| SOBRAL DE MONTE AGRAÇO (Total município) | 182 221 |
| A dos Cunhados | 89 471 |
| Campelos | 47 599 |
| Carmões | 24 601 |
| Carvoeira | 35 741 |
| Dois Portos | 50 039 |
| Freiria | 40 515 |
| Maceira | 32 717 |
| Matacães | 31 958 |
| Maxial | 53 438 |
| Monte Redondo | 25 367 |
| Outeiro da Cabeça | 24 889 |
| Ponte do Rol | 37 558 |
| Ramalhal | 56 911 |
| Runa | 25 285 |
| São Pedro da Cadeira | 58 562 |
| Silveira | 73 885 |
| Torres Vedras (Santa Maria do Castelo e São Miguel) | 63 913 |
| Torres Vedras (São Pedro e Santiago) | 149 184 |
| Turcifal | 51 527 |
| Ventosa | 66 816 |
| TORRES VEDRAS (Total município) | 1 039 976 |
| Alhandra | 66 216 |
| Alverca do Ribatejo | 202 498 |
| Cachoeiras | 28 507 |
| Calhandriz | 24 815 |
| Castanheira do Ribatejo | 80 735 |
| Forte da Casa | 93 673 |
| Póvoa de Santa Iria | 116 654 |
| São João dos Montes | 55 736 |
| Sobralinho | 48 128 |
| Vialonga | 131 788 |
| Vila Franca de Xira | 327 535 |
| VILA FRANCA DE XIRA (Total município) | 1 176 285 |
| LISBOA (Total distrito) | 21 104 958 |
| Alter do Chão | 110 064 |
| Chancelaria | 53 548 |
| Cunheira | 38 119 |
| Seda | 69 174 |
| ALTER DO CHÃO (Total município) | 270 905 |
| Assunção | 128 319 |
| Esperança | 55 517 |
| Mosteiros | 45 558 |
| ARRONCHES (Total município) | 229 394 |
| Alcôrrego | 46 269 |
| Aldeia Velha | 68 544 |

| (Un: euros) | |
|------------------------------------------|----------------|
| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF |
| Avis | 72 613 |
| Benavila | 54 794 |
| Ervedal | 41 079 |
| Figueira e Barros | 48 192 |
| Maranhão | 37 564 |
| Valongo | 51 692 |
| AVIS (Total município) | 420 747 |
| Nossa Senhora da Expectação | 102 306 |
| Nossa Senhora da Graça dos Degolados | 38 165 |
| São João Baptista | 107 794 |
| CAMPO MAIOR (Total município) | 248 265 |
| Nossa Senhora da Graça de Póvoa e Meadas | 55 138 |
| Santa Maria da Devesa | 72 076 |
| Santiago Maior | 45 554 |
| São João Baptista | 56 807 |
| CASTELO DE VIDE (Total município) | 229 575 |
| Aldeia da Mata | 38 483 |
| Crato e Mártires | 108 836 |
| Flor da Rosa | 24 363 |
| Gáfete | 48 603 |
| Monte da Pedra | 47 148 |
| Vale do Peso | 49 401 |
| CRATO (Total município) | 316 834 |
| Ajuda, Salvador e Santo Ildefonso | 72 589 |
| Alcáçova | 42 113 |
| Assunção | 83 383 |
| Barbacena | 38 041 |
| Caia e São Pedro | 89 721 |
| Santa Eulália | 70 400 |
| São Brás e São Lourenço | 53 904 |
| São Vicente e Ventosa | 67 530 |
| Terrugem | 58 540 |
| Vila Boim | 40 310 |
| Vila Fernando | 43 901 |
| ELVAS (Total município) | 660 432 |
| Cabeço de Vide | 55 449 |
| Fronteira | 107 356 |
| São Saturnino | 39 342 |
| FRONTEIRA (Total município) | 202 147 |
| Atalaia | 25 165 |
| Belver | 55 109 |
| Comenda | 63 420 |
| Gavião | 58 115 |
| Margem | 51 007 |
| GAVIÃO (Total município) | 252 816 |
| Beirã | 44 803 |
| Santa Maria de Marvão | 34 867 |
| Santo António das Areias | 50 432 |
| São Salvador da Aramenha | 65 111 |
| MARVÃO (Total município) | 195 213 |
| Assumar | 51 635 |
| Monforte | 126 062 |
| Santo Aleixo | 49 840 |
| Vaiamonte | 58 251 |
| MONFORTE (Total município) | 285 788 |
| Alpalhão | 45 624 |
| Amieira do Tejo | 62 599 |

| (Un: euros) | | (Un: euros) | |
|---------------------------------------|------------------|---------------------------------------|------------------|
| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF | FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF |
| Arez | 45 715 | Louredo | 24 363 |
| Espírito Santo | 71 237 | Lufrei | 34 289 |
| Montalvão | 76 436 | Madalena | 25 355 |
| Nossa Senhora da Graça | 45 279 | Mancelos | 48 290 |
| Santana | 32 454 | Oliveira | 24 363 |
| São Matias | 46 090 | Olo | 24 363 |
| São Simão | 25 839 | Padronelo | 24 363 |
| Tolosa | 36 995 | Real | 50 818 |
| NISA (Total município) | 488 268 | Rebordelo | 29 381 |
| Foros de Arrão | 60 815 | Salvador do Monte | 28 320 |
| Galveias | 62 039 | Sanche | 24 363 |
| Longomel | 50 150 | Telões | 56 827 |
| Montargil | 164 002 | Travanca | 39 704 |
| Ponte de Sor | 169 990 | Várzea | 24 363 |
| Tramaga | 67 712 | Vila Caiz | 46 431 |
| Vale de Açor | 52 222 | Vila Chã do Marão | 27 114 |
| PONTE DE SOR (Total município) | 626 930 | Vila Garcia | 24 363 |
| Alagoa | 29 684 | AMARANTE (Total município) | 1 266 065 |
| Alegrete | 69 457 | Ancede | 42 841 |
| Carreiras | 37 743 | Baião (Santa Leocádia) | 24 363 |
| Fortios | 60 514 | Campelo | 44 913 |
| Reguengo | 35 123 | São Tomé de Covelas | 24 363 |
| Ribeira de Nisa | 33 559 | Frende | 24 363 |
| São Julião | 41 093 | Gestaço | 34 699 |
| São Lourenço | 70 346 | Gove | 37 255 |
| Sé | 100 570 | Grilo | 24 363 |
| Urra | 90 011 | Loivos do Monte | 24 363 |
| PORTALEGRE (Total município) | 568 100 | Loivos da Ribeira | 24 363 |
| Cano | 52 045 | Mesquinhata | 24 363 |
| Casa Branca | 71 977 | Ovil | 34 346 |
| Santo Amaro | 42 049 | Ribadouro | 24 363 |
| Sousel | 72 917 | Santa Cruz do Douro | 35 231 |
| SOUSEL (Total município) | 238 988 | Santa Marinha do Zêzere | 43 908 |
| PORTALEGRE (Total distrito) | 5 234 402 | Teixeira | 37 837 |
| Aboadela | 36 540 | Teixeiró | 24 363 |
| Aboim | 24 363 | Tresouras | 24 363 |
| Amarante (São Gonçalo) | 69 807 | Valadares | 26 733 |
| Ansiães | 40 180 | Viariz | 24 363 |
| Ataide | 24 274 | BAIÃO (Total município) | 605 756 |
| Bustelo | 24 363 | Aião | 24 363 |
| Canadelo | 24 363 | Airães | 41 331 |
| Candemil | 29 709 | Borba de Godim | 39 799 |
| Carneiro | 24 363 | Caramos | 34 263 |
| Carvalho de Rei | 24 364 | Friande | 27 745 |
| Cepelos | 25 355 | Idães | 38 584 |
| Chapa | 24 363 | Jugueiros | 32 752 |
| Figueiró (Santa Cristina) | 27 619 | Lagares | 35 872 |
| Figueiró (Santiago) | 42 748 | Lordelo | 24 363 |
| Fregim | 39 649 | Macieira da Lixa | 36 384 |
| Freixo de Baixo | 31 340 | Margaride (Santa Eulália) | 85 542 |
| Freixo de Cima | 29 894 | Moure | 26 065 |
| Fridão | 25 329 | Pedreira | 31 180 |
| Gatão | 29 582 | Penacova | 25 600 |
| Gondar | 34 736 | Pinheiro | 24 620 |
| Gouveia (São Simão) | 27 328 | Pombeiro de Ribavizela | 35 357 |
| Jazente | 24 363 | Rande | 24 363 |
| Lomba | 24 363 | Refontoura | 30 861 |

| (Un: euros) | |
|---------------------------------------|------------------|
| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF |
| Regilde | 25 939 |
| Revinhade | 24 363 |
| Santão | 24 363 |
| Sendim | 34 364 |
| Sernande | 24 363 |
| Sousa | 24 373 |
| Torrados | 37 407 |
| Unhão | 24 363 |
| Várzea | 34 662 |
| Varziela | 32 896 |
| Vila Cova da Lixa | 47 594 |
| Vila Fria | 24 363 |
| Vila Verde | 24 363 |
| Vizela (São Jorge) | 24 363 |
| FELGUEIRAS (Total município) | 1 026 820 |
| Baguim do Monte (Rio Tinto) | 114 082 |
| Covelo | 52 261 |
| Fânzeres | 168 164 |
| Foz do Sousa | 128 437 |
| Gondomar (São Cosme) | 205 199 |
| Jovim | 78 179 |
| Lomba | 74 656 |
| Medas | 73 605 |
| Melres | 89 916 |
| Rio Tinto | 323 265 |
| São Pedro da Cova | 168 418 |
| Valbom | 120 335 |
| GONDOMAR (Total município) | 1 596 517 |
| Alvarenga | 24 363 |
| Aveleda | 31 045 |
| Barrosas (Santo Estêvão) | 24 386 |
| Boim | 29 811 |
| Caíde de Rei | 39 910 |
| Casais | 27 341 |
| Cernadelo | 24 363 |
| Covas | 24 363 |
| Cristelos | 40 970 |
| Figueiras | 26 599 |
| Lodares | 31 771 |
| Lousada (Santa Margarida) | 24 363 |
| Lousada (São Miguel) | 24 363 |
| Lustosa | 59 472 |
| Macieira | 25 355 |
| Meinedo | 52 703 |
| Nespereira | 31 832 |
| Nevogilde | 40 459 |
| Nogueira | 24 352 |
| Ordem | 25 355 |
| Pias | 24 565 |
| Silvares | 36 041 |
| Sousela | 34 720 |
| Torno | 37 223 |
| Vilar do Torno e Alentém | 29 204 |
| LOUSADA (Total município) | 794 929 |
| Águas Santas | 176 854 |
| Avioso (Santa Maria) | 46 224 |
| Avioso (São Pedro) | 42 503 |

| (Un: euros) | |
|---------------------------------------------|------------------|
| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF |
| Barca | 42 789 |
| Folgosa | 63 030 |
| Gemunde | 57 522 |
| Gondim | 31 790 |
| Gueifães | 96 312 |
| Maia | 86 269 |
| Milheirós | 54 637 |
| Moreira | 94 801 |
| Nogueira | 55 064 |
| Pedrouços | 95 743 |
| São Pedro Fins | 40 268 |
| Silva Escura | 42 990 |
| Vermoim | 106 928 |
| Vila Nova da Telha | 61 891 |
| MAIA (Total município) | 1 195 615 |
| Alpendurada e Matos | 60 589 |
| Ariz | 29 703 |
| Avessadas | 28 363 |
| Banho e Carvalhosa | 30 080 |
| Constance | 29 410 |
| Favões | 25 189 |
| Folhada | 26 585 |
| Fornos | 45 731 |
| Freixo | 24 363 |
| Magrelos | 24 363 |
| Manhucelos | 24 363 |
| Maureles | 24 363 |
| Paços de Gaiolo | 29 188 |
| Paredes de Viadores | 29 376 |
| Penha Longa | 39 958 |
| Rio de Galinhas | 26 770 |
| Rosem | 24 363 |
| Sande | 36 196 |
| Santo Isidoro | 30 617 |
| São Lourenço do Douro | 24 459 |
| São Nicolau | 24 363 |
| Soalhães | 68 186 |
| Sobretâmega | 25 652 |
| Tabuado | 30 659 |
| Torrão | 24 363 |
| Toutosa | 24 363 |
| Tuias | 39 981 |
| Várzea do Douro | 35 541 |
| Várzea da Ovelha e Aliviada | 42 690 |
| Vila Boa do Bispo | 45 886 |
| Vila Boa de Quires | 54 382 |
| MARCO DE CANAVESES (Total município) | 1 030 095 |
| Custóias | 147 467 |
| Guifões | 94 844 |
| Lavra | 123 364 |
| Leça do Balio | 144 108 |
| Leça da Palmeira | 154 618 |
| Matosinhos | 224 478 |
| Perafita | 122 374 |
| Santa Cruz do Bispo | 68 938 |
| São Mamede de Infesta | 177 846 |
| Senhora da Hora | 182 851 |

| (Un: euros) | |
|--------------------------------------------|------------------|
| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF |
| MATOSINHOS (Total município) | 1 440 888 |
| Arreigada | 32 568 |
| Carvalhosa | 55 523 |
| Codessos | 24 363 |
| Eiriz | 36 038 |
| Ferreira | 54 779 |
| Figueiró | 34 211 |
| Frazão | 55 489 |
| Freamunde | 77 344 |
| Lamoso | 30 762 |
| Meixomil | 41 497 |
| Modelos | 31 468 |
| Paços de Ferreira | 63 543 |
| Penamaior | 50 203 |
| Raimonda | 37 819 |
| Sanfins de Ferreira | 43 018 |
| Seroa | 47 026 |
| PAÇOS DE FERREIRA (Total município) | 715 651 |
| Aguiar de Sousa | 63 436 |
| Astromil | 24 363 |
| Baltar | 58 333 |
| Beire | 37 157 |
| Besteiros | 25 967 |
| Bitarães | 36 361 |
| Castelões de Cepeda | 65 708 |
| Cete | 40 455 |
| Cristelo | 25 355 |
| Duas Igrejas | 52 429 |
| Gandra | 71 448 |
| Gondalães | 24 188 |
| Lordelo | 101 944 |
| Louredo | 27 865 |
| Madalena | 25 355 |
| Mouriz | 40 371 |
| Parada de Todeia | 33 077 |
| Rebordosa | 103 607 |
| Recarei | 64 366 |
| Sobreira | 70 311 |
| Sobrosa | 37 789 |
| Vandoma | 36 333 |
| Vila Cova de Carros | 24 363 |
| Vilela | 56 011 |
| PAREDES (Total município) | 1 146 592 |
| Abragão | 40 350 |
| Boelhe | 33 986 |
| Bustelo | 33 037 |
| Cabeça Santa | 39 031 |
| Canelas | 35 923 |
| Capela | 36 649 |
| Castelões | 29 111 |
| Croca | 32 543 |
| Duas Igrejas | 38 864 |
| Eja | 27 397 |
| Figueira | 24 363 |
| Fonte Arcada | 31 304 |
| Galegos | 36 540 |
| Guilhufe | 41 815 |

| (Un: euros) | |
|------------------------------------------|------------------|
| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF |
| Irivo | 35 037 |
| Lagares | 40 468 |
| Luzim | 25 659 |
| Marecos | 25 485 |
| Millundos | 31 710 |
| Novelas | 27 994 |
| Oldrões | 34 956 |
| Paço de Sousa | 50 019 |
| Paredes | 25 248 |
| Penafiel | 82 335 |
| Perozelo | 28 409 |
| Pinheiro | 35 627 |
| Portela | 28 660 |
| Rans | 30 848 |
| Recezinhos (São Mamede) | 27 681 |
| Recezinhos (São Martinho) | 34 347 |
| Rio Mau | 30 925 |
| Rio de Moinhos | 43 771 |
| Santa Marta | 28 043 |
| Santiago de Subarrifana | 23 981 |
| Sebolido | 25 032 |
| Urró | 24 555 |
| Valpedre | 31 197 |
| Vila Cova | 24 363 |
| PENAFIEL (Total município) | 1 277 263 |
| Aldoar | 123 582 |
| Bonfim | 236 718 |
| Campanhã | 371 705 |
| Cedofeita | 211 088 |
| Foz do Douro | 109 437 |
| Lordelo do Ouro | 190 749 |
| Massarelos | 80 292 |
| Miragaia | 49 456 |
| Nevogilde | 65 212 |
| Paranhos | 402 057 |
| Ramalde | 314 560 |
| Santo Ildefonso | 93 827 |
| São Nicolau | 42 501 |
| Sé | 59 104 |
| Vitória | 44 863 |
| PORTO (Total município) | 2 395 151 |
| A Ver-o-Mar | 71 484 |
| Aguçadoura | 56 328 |
| Amorim | 43 539 |
| Argivai | 33 440 |
| Balazar | 51 543 |
| Beiriz | 49 254 |
| Estela | 52 325 |
| Laundos | 44 685 |
| Navais | 31 126 |
| Póvoa de Varzim | 201 974 |
| Rates | 58 767 |
| Terroso | 39 849 |
| PÓVOA DE VARZIM (Total município) | 734 314 |
| Agrela | 33 142 |
| Água Longa | 49 741 |
| Areias | 40 136 |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF |
|---------------------------------------|------------------|
| Aves | 87 663 |
| Burgães | 38 831 |
| Campo (São Martinho) | 51 583 |
| Carreira | 24 363 |
| Couto (Santa Cristina) | 54 138 |
| Couto (São Miguel) | 26 573 |
| Guimarei | 26 972 |
| Lama | 28 939 |
| Lamelas | 24 716 |
| Monte Córdova | 60 489 |
| Negrelos (São Mamede) | 36 842 |
| Negrelos (São Tomé) | 55 472 |
| Palmeira | 25 388 |
| Rebordões | 50 963 |
| Refojos de Riba de Ave | 27 282 |
| Reguenga | 31 356 |
| Roriz | 52 519 |
| Santo Tirso | 128 377 |
| São Salvador do Campo | 24 436 |
| Sequeiró | 31 312 |
| Vilarinho | 54 020 |
| SANTO TIRSO (Total município) | 1 065 253 |
| Alvarelos | 48 469 |
| Bougado (Santiago) | 78 532 |
| Bougado (São Martinho) | 125 517 |
| Coronado (São Mamede) | 54 943 |
| Coronado (São Romão) | 50 142 |
| Covelas | 52 106 |
| Guidões | 34 373 |
| Muro | 32 519 |
| TROFA (Total município) | 476 601 |
| Alfena | 135 164 |
| Campo | 99 008 |
| Ermesinde | 279 382 |
| Sobrado | 121 677 |
| Valongo | 180 244 |
| VALONGO (Total município) | 815 475 |
| Arcos | 24 303 |
| Árvore | 53 510 |
| Aveleda | 28 492 |
| Azurara | 26 343 |
| Bagunte | 34 419 |
| Canidelo | 24 065 |
| Fajozes | 30 337 |
| Ferreiró | 24 065 |
| Fornelo | 30 817 |
| Gião | 30 778 |
| Guilhabreu | 37 362 |
| Junqueira | 36 936 |
| Labruge | 39 397 |
| Macieira da Maia | 34 568 |
| Malta | 25 045 |
| Mindelo | 47 061 |
| Modivas | 33 559 |
| Mosteiró | 24 065 |
| Outeiro Maior | 24 065 |
| Parada | 24 065 |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF |
|--------------------------------------------|-------------------|
| Retorta | 24 267 |
| Rio Mau | 36 044 |
| Tougues | 24 065 |
| Touguinha | 25 045 |
| Touguinhó | 28 818 |
| Vairão | 26 723 |
| Vila Chã | 44 571 |
| Vila do Conde | 179 136 |
| Vilar | 30 435 |
| Vilar de Pinheiro | 36 055 |
| VILA DO CONDE (Total município) | 1 088 411 |
| Arcozelo | 110 414 |
| Avintes | 112 496 |
| Canelas | 102 044 |
| Canidelo | 168 379 |
| Crestuma | 47 661 |
| Grijó | 103 125 |
| Gulpihares | 90 096 |
| Lever | 53 852 |
| Madalena | 92 122 |
| Mafamude | 254 562 |
| Olivai | 69 479 |
| Oliveira do Douro | 176 272 |
| Pedroso | 176 390 |
| Perozinho | 65 148 |
| Sandim | 105 586 |
| São Félix da Marinha | 106 576 |
| São Pedro da Afurada | 45 113 |
| Seixezelo | 31 982 |
| Sermonde | 25 045 |
| Serzedo | 80 634 |
| Valadares | 90 115 |
| Vila Nova de Gaia (Santa Marinha) | 220 121 |
| Vilar de Andorinho | 127 418 |
| Vilar do Paraíso | 106 255 |
| VILA NOVA DE GAIA (Total município) | 2 560 885 |
| PORTO (Total distrito) | 21 232 281 |
| Abrantes (São João) | 32 415 |
| Abrantes (São Vicente) | 113 700 |
| Aldeia do Mato | 36 119 |
| Alferrarede | 60 371 |
| Alvega | 55 196 |
| Bemposta | 121 685 |
| Carvalhal | 32 496 |
| Concavada | 31 578 |
| Fontes | 38 556 |
| Martinchel | 28 443 |
| Mouriscas | 48 346 |
| Pego | 50 751 |
| Rio de Moinhos | 37 781 |
| Rossio ao Sul do Tejo | 38 697 |
| São Facundo | 60 114 |
| São Miguel do Rio Torto | 66 178 |
| Souto | 25 651 |
| Tramagal | 58 215 |
| Vale das Mós | 33 961 |
| ABRANTES (Total município) | 970 253 |

| (Un: euros) | |
|----------------------------------------|----------------|
| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF |
| Alcanena | 57 858 |
| Bugalhos | 34 055 |
| Espineiro | 24 670 |
| Louriceira | 26 382 |
| Malhou | 27 921 |
| Minde | 55 766 |
| Moitas Venda | 26 368 |
| Monsanto | 37 163 |
| Serra de Santo António | 29 381 |
| Vila Moreira | 25 516 |
| ALCANENA (Total município) | 345 080 |
| Almeirim | 145 293 |
| Benfica do Ribatejo | 52 195 |
| Fazendas de Almeirim | 96 715 |
| Raposa | 55 993 |
| ALMEIRIM (Total município) | 350 196 |
| Alpiarça | 174 103 |
| ALPIARÇA (Total município) | 174 103 |
| Benavente | 127 052 |
| Barrosa | 23 765 |
| Samora Correia | 243 197 |
| Santo Estêvão | 54 407 |
| BENAVENTE (Total município) | 448 421 |
| Cartaxo | 104 040 |
| Ereira | 24 065 |
| Lapa | 27 816 |
| Pontével | 61 216 |
| Valada | 47 183 |
| Vale da Pedra | 36 523 |
| Vale da Pinta | 31 433 |
| Vila Chã de Ourique | 52 742 |
| CARTAXO (Total município) | 385 018 |
| Carregueira | 78 809 |
| Chamusca | 68 802 |
| Chouto | 101 968 |
| Parreira | 78 959 |
| Pinheiro Grande | 41 021 |
| Ulme | 83 182 |
| Vale de Cavalos | 79 500 |
| CHAMUSCA (Total município) | 532 241 |
| Constância | 33 067 |
| Montalvo | 40 170 |
| Santa Margarida da Coutada | 108 593 |
| CONSTÂNCIA (Total município) | 181 830 |
| Biscainho | 59 968 |
| Branca | 81 484 |
| Coruche | 209 800 |
| Couço | 203 885 |
| Erra | 54 464 |
| Fajarda | 54 349 |
| Santana do Mato | 71 084 |
| São José da Lamarosa | 82 152 |
| CORUCHE (Total município) | 817 186 |
| São João Baptista | 80 972 |
| Nossa Senhora de Fátima | 110 860 |
| ENTRONCAMENTO (Total município) | 191 832 |
| Águas Belas | 34 641 |

| (Un: euros) | |
|---------------------------------------------|----------------|
| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF |
| Areias | 52 342 |
| Beco | 32 766 |
| Chãos | 34 853 |
| Dornes | 31 851 |
| Ferreira do Zêzere | 49 056 |
| Igreja Nova do Sobral | 27 055 |
| Paio Mendes | 24 363 |
| Pias | 24 363 |
| FERREIRA DO ZÊZERE (Total município) | 311 290 |
| Azinhaga | 70 446 |
| Golegã | 99 444 |
| GOLEGÃ (Total município) | 169 890 |
| Aboboreira | 34 214 |
| Amêndoa | 40 483 |
| Cardigos | 57 487 |
| Carvoeiro | 46 217 |
| Envendos | 67 711 |
| Mação | 69 893 |
| Ortiga | 28 121 |
| Penhascoso | 44 114 |
| MAÇÃO (Total município) | 388 240 |
| Alburitel | 30 682 |
| Atouguia | 44 533 |
| Casal dos Bernardos | 35 938 |
| Caxarias | 42 232 |
| Cercal | 25 945 |
| Espite | 36 441 |
| Fátima | 119 255 |
| Formigais | 24 363 |
| Freixianda | 53 471 |
| Gondemaria | 29 996 |
| Matas | 30 536 |
| Nossa Senhora da Piedade | 74 741 |
| Nossa Senhora das Misericórdias | 78 041 |
| Olival | 43 254 |
| Ribeira do Fárrio | 33 107 |
| Rio de Couros | 41 286 |
| Seiça | 46 833 |
| Urqueira | 46 852 |
| OURÉM (Total município) | 837 506 |
| Alcobertas | 47 879 |
| Arrouquelas | 34 447 |
| Arruda dos Pisões | 24 363 |
| Asseiceira | 30 874 |
| Assentiz | 24 363 |
| Azambujeira | 24 363 |
| Fráguas | 31 229 |
| Malaqueijo | 24 363 |
| Marmeleira | 24 363 |
| Outeiro da Cortiçada | 29 140 |
| Ribeira de São João | 24 363 |
| Rio Maior | 153 658 |
| São João da Ribeira | 32 499 |
| São Sebastião | 26 931 |
| RIO MAIOR (Total município) | 532 835 |
| Foros de Salvaterra | 67 701 |
| Glória do Ribatejo | 66 723 |

| (Un: euros) | |
|----------------------------------------------|------------------|
| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF |
| Granho | 38 821 |
| Marinhais | 78 673 |
| Muge | 49 422 |
| Salvaterra de Magos | 75 372 |
| SALVATERRA DE MAGOS (Total município) | 376 712 |
| Abitureiras | 35 535 |
| Abrã | 36 970 |
| Achete | 46 981 |
| Alcanede | 103 659 |
| Alcanhões | 32 457 |
| Almoster | 49 536 |
| Amiais de Baixo | 30 398 |
| Arneiro das Milhariças | 25 958 |
| Azoia de Baixo | 24 065 |
| Azoia de Cima | 24 065 |
| Casével | 41 123 |
| Gançaria | 24 065 |
| Moçarria | 28 831 |
| Pernes | 36 140 |
| Pombalinho | 24 065 |
| Póvoa da Isenta | 28 416 |
| Póvoa de Santarém | 24 065 |
| Romeira | 25 045 |
| Santa Iria da Ribeira de Santarém | 30 571 |
| Santarém (Marvila) | 95 450 |
| Santarém (São Nicolau) | 85 634 |
| Santarém (São Salvador) | 85 858 |
| São Vicente do Paul | 55 633 |
| Tremês | 46 216 |
| Vale de Figueira | 37 151 |
| Vale de Santarém | 42 571 |
| Vaqueiros | 24 065 |
| Várzea | 40 964 |
| SANTARÉM (Total município) | 1 185 487 |
| Alcaravela | 64 828 |
| Santiago de Montalegre | 33 156 |
| Sardoal | 79 635 |
| Valhascos | 26 789 |
| SARDOAL (Total município) | 204 408 |
| Além da Ribeira | 28 573 |
| Alviobeira | 24 363 |
| Asseiceira | 52 848 |
| Beselga | 29 209 |
| Carregueiros | 32 094 |
| Casais | 49 267 |
| Junceira | 28 322 |
| Madalena | 57 304 |
| Olalhas | 46 150 |
| Paialvo | 47 791 |
| Pedreira | 24 995 |
| Sabacheira | 43 085 |
| São Pedro de Tomar | 56 944 |
| Serra | 44 139 |
| Santa Maria dos Olivais | 129 448 |
| Tomar (São João Baptista) | 74 115 |
| TOMAR (Total município) | 768 647 |
| Alcorochel | 26 265 |

| (Un: euros) | |
|-------------------------------------------------|-------------------|
| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF |
| Assentiz | 56 346 |
| Brogueira | 35 087 |
| Chancelaria | 47 970 |
| Lapas | 27 801 |
| Olaia | 43 964 |
| Paço | 24 363 |
| Parceiros de Igreja | 29 522 |
| Pedrógão | 51 993 |
| Riachos | 69 945 |
| Ribeira Branca | 24 363 |
| Torres Novas (Salvador) | 41 449 |
| Torres Novas (Santa Maria) | 64 944 |
| Torres Novas (Santiago) | 25 355 |
| Torres Novas (São Pedro) | 69 896 |
| Zibreira | 29 042 |
| Meia Via | 28 287 |
| TORRES NOVAS (Total município) | 696 592 |
| Atalaia | 44 846 |
| Moita do Norte | 44 759 |
| Praia do Ribatejo | 60 387 |
| Tancos | 24 249 |
| Vila Nova da Barquinha | 29 062 |
| VILA NOVA DA BARQUINHA (Total município) | 203 303 |
| SANTARÉM (Total distrito) | 10 071 070 |
| Alcácer do Sal (Santa Maria do Castelo) | 218 756 |
| Alcácer do Sal (Santiago) | 184 444 |
| Comporta | 76 953 |
| São Martinho | 55 320 |
| Santa Susana | 76 145 |
| Torrão | 168 232 |
| ALCÁCER DO SAL (Total município) | 779 850 |
| Alcochete | 128 081 |
| Samouco | 37 272 |
| São Francisco | 25 189 |
| ALCOCHETE (Total município) | 190 542 |
| Almada | 147 669 |
| Cacilhas | 73 535 |
| Caparica | 175 109 |
| Charneca de Caparica | 199 701 |
| Costa da Caparica | 114 711 |
| Cova da Piedade | 158 234 |
| Feijó | 131 035 |
| Laranjeiro | 165 726 |
| Pragal | 79 092 |
| Sobreda | 100 171 |
| Trafaria | 71 531 |
| ALMADA (Total município) | 1 416 514 |
| Alto do Seixalinho | 157 087 |
| Barreiro | 97 573 |
| Coina | 63 890 |
| Lavradio | 112 874 |
| Palhais | 79 428 |
| Santo André | 107 971 |
| Santo António da Charneca | 116 280 |
| Verderena | 102 679 |
| BARREIRO (Total município) | 837 782 |
| Azinheira dos Barros e São Mamede do Sádão | 89 866 |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF |
|--------------------------------------------|------------------|
| Carvalhal | 55 667 |
| Grândola | 262 292 |
| Melides | 95 133 |
| Santa Margarida da Serra | 39 113 |
| GRÂNDOLA (Total município) | 542 071 |
| Alhos Vedros | 139 833 |
| Baixa da Banheira | 177 513 |
| Gaio-Rosário | 67 821 |
| Moita | 169 846 |
| Sarilhos Pequenos | 37 124 |
| Vale da Amoreira | 116 566 |
| MOITA (Total município) | 708 703 |
| Afonsoeiro | 49 419 |
| Alto-Estanqueiro-Jardia | 40 545 |
| Atalaia | 24 734 |
| Canha | 123 607 |
| Montijo | 180 115 |
| Pegões | 45 774 |
| Santo Isidro de Pegões | 52 121 |
| Sarilhos Grandes | 44 186 |
| MONTIJO (Total município) | 560 501 |
| Marateca | 97 449 |
| Palmela | 173 637 |
| Pinhal Novo | 177 724 |
| Poceirão | 124 830 |
| Quinta do Anjo | 100 526 |
| PALMELA (Total município) | 674 166 |
| Abela | 82 821 |
| Alvalade | 109 774 |
| Cercal | 111 628 |
| Ermidas-Sado | 70 294 |
| Santa Cruz | 31 232 |
| Santiago do Cacém | 127 561 |
| Santo André | 140 581 |
| São Bartolomeu da Serra | 48 447 |
| São Domingos | 77 639 |
| São Francisco da Serra | 47 560 |
| Vale de Água | 56 359 |
| SANTIAGO DO CACÉM (Total município) | 903 896 |
| Aldeia de Paio Pires | 110 889 |
| Amora | 423 387 |
| Arrentela | 208 621 |
| Corroios | 322 400 |
| Fernão Ferro | 142 979 |
| Seixal | 40 342 |
| SEIXAL (Total município) | 1 248 618 |
| Quinta do Conde | 106 494 |
| Sesimbra (Castelo) | 212 869 |
| Sesimbra (Santiago) | 68 489 |
| SESIMBRA (Total município) | 387 852 |
| Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra | 87 876 |
| Sado | 70 068 |
| São Lourenço | 122 244 |
| São Simão | 68 084 |
| Setúbal (Nossa Senhora da Anunciada) | 155 869 |
| Setúbal (Santa Maria da Graça) | 81 147 |
| Setúbal (São Julião) | 121 797 |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF |
|---------------------------------------|------------------|
| Setúbal (São Sebastião) | 321 572 |
| SETÚBAL (Total município) | 1 028 657 |
| Porto Covo | 48 651 |
| Sines | 182 830 |
| SINES (Total município) | 231 481 |
| SETÚBAL (Total distrito) | 9 510 633 |
| Aboim das Choças | 24 363 |
| Aguiã | 24 363 |
| Alvora | 24 363 |
| Arcos de Valdevez (São Salvador) | 23 981 |
| Arcos de Valdevez (São Paio) | 25 678 |
| Ázere | 24 363 |
| Cabana Maior | 24 363 |
| Cabreiro | 41 959 |
| Carralcova | 16 264 |
| Cendufe | 24 363 |
| Couto | 24 363 |
| Eiras | 24 363 |
| Ermelo | 18 896 |
| Extremo | 18 394 |
| Gavieira | 47 060 |
| Guela | 24 363 |
| Gondoriz | 43 100 |
| Grade | 24 363 |
| Guilhadeses | 24 363 |
| Jolda (Madalena) | 24 363 |
| Jolda (São Paio) | 24 363 |
| Loureda | 24 363 |
| Mei | 15 228 |
| Miranda | 24 363 |
| Monte Redondo | 24 363 |
| Oliveira | 24 363 |
| Paçô | 24 363 |
| Padreiro (Salvador) | 24 293 |
| Padreiro (Santa Cristina) | 15 228 |
| Padroso | 24 363 |
| Parada | 24 363 |
| Portela | 24 363 |
| Prozelo | 24 971 |
| Rio Cabrão | 15 228 |
| Rio Frio | 32 005 |
| Rio de Moinhos | 24 363 |
| Sá | 16 642 |
| Sabadim | 24 363 |
| Santar | 15 228 |
| São Cosme e São Damião | 24 363 |
| São Jorge | 26 878 |
| Senharei | 24 363 |
| Sistelo | 30 798 |
| Soajo | 53 041 |
| Souto | 24 363 |
| Tabaço | 24 201 |
| Távora (Santa Maria) | 24 363 |
| Távora (São Vicente) | 24 363 |
| Vale | 30 105 |
| Vila Fonche | 24 363 |
| Vilela | 24 363 |

| (Un: euros) | |
|--------------------------------------------|------------------|
| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF |
| ARCOS DE VALDEVEZ (Total município) | 1 290 068 |
| Âncora | 25 823 |
| Arga de Baixo | 19 590 |
| Arga de Cima | 17 881 |
| Arga de São João | 23 922 |
| Argela | 25 684 |
| Azevedo | 16 943 |
| Caminha (Matriz) | 29 009 |
| Cristelo | 24 065 |
| Dem | 24 065 |
| Gondar | 24 065 |
| Lanhelas | 25 996 |
| Moledo | 29 715 |
| Orbacém | 24 065 |
| Riba de Âncora | 27 211 |
| Seixas | 29 726 |
| Venade | 24 331 |
| Vila Praia de Âncora | 59 317 |
| Vilar de Mouros | 26 822 |
| Vilarelho | 24 835 |
| Vile | 24 065 |
| CAMINHA (Total município) | 527 130 |
| Alvaredo | 24 363 |
| Castro Laboreiro | 79 241 |
| Chaviães | 24 363 |
| Cousso | 24 363 |
| Cristoval | 24 363 |
| Cubalhão | 24 363 |
| Fiães | 24 363 |
| Gave | 25 329 |
| Lamas de Mouro | 23 956 |
| Paços | 24 363 |
| Paderne | 36 899 |
| Parada do Monte | 34 534 |
| Penso | 24 363 |
| Prado | 24 363 |
| Remoães | 15 228 |
| Roussas | 29 392 |
| São Paio | 24 606 |
| Vila | 26 930 |
| MELGAÇO (Total município) | 515 382 |
| Abedim | 24 363 |
| Anhões | 18 441 |
| Badim | 24 363 |
| Barbeita | 26 996 |
| Barroças e Taias | 24 363 |
| Bela | 24 363 |
| Cambeses | 24 363 |
| Ceivães | 24 363 |
| Cortes | 25 355 |
| Lapela | 23 828 |
| Lara | 24 363 |
| Longos Vales | 31 027 |
| Lordelo | 15 847 |
| Luzio | 15 847 |
| Mazedo | 31 151 |
| Merufe | 43 166 |

| (Un: euros) | |
|-------------------------------------------|----------------|
| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF |
| Messegães | 24 363 |
| Monção | 40 061 |
| Moreira | 24 363 |
| Parada | 15 228 |
| Pias | 28 379 |
| Pinheiros | 24 363 |
| Podame | 24 363 |
| Portela | 24 363 |
| Riba de Mouro | 32 022 |
| Sá | 24 363 |
| Sago | 24 363 |
| Segude | 24 363 |
| Tangil | 35 685 |
| Troporiz | 24 363 |
| Troviscoso | 26 660 |
| Trute | 24 363 |
| Valadares | 23 791 |
| MONÇÃO (Total município) | 847 655 |
| Agualonga | 24 363 |
| Bico | 25 444 |
| Castanheira | 25 632 |
| Cossourado | 24 363 |
| Coura | 24 363 |
| Cristelo | 24 363 |
| Cunha | 30 359 |
| Ferreira | 26 668 |
| Formariz | 24 363 |
| Infesta | 24 363 |
| Insalde | 27 479 |
| Linhares | 24 363 |
| Mozelos | 24 363 |
| Padornelo | 25 027 |
| Parada | 24 363 |
| Paredes de Coura | 30 992 |
| Porreiras | 17 332 |
| Resende | 24 363 |
| Romarigães | 24 363 |
| Rubiães | 26 777 |
| Vascões | 24 363 |
| PAREDES DE COURA (Total município) | 528 066 |
| Azias | 24 525 |
| Boivães | 24 363 |
| Bravães | 24 363 |
| Britelo | 26 022 |
| Crasto | 24 363 |
| Cuide de Vila Verde | 24 363 |
| Entre Ambos-os-Rios | 26 238 |
| Ermida | 19 612 |
| Germil | 20 497 |
| Grovelas | 24 363 |
| Lavradas | 25 803 |
| Lindoso | 48 235 |
| Nogueira | 24 363 |
| Oleiros | 24 363 |
| Paço Vedro de Magalhães | 24 363 |
| Ponte da Barca | 34 220 |
| Ruivos | 24 113 |

| (Un: euros) | |
|-----------------------------------------|----------------|
| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF |
| Sampriz | 24 363 |
| Touvedo (Salvador) | 15 831 |
| Touvedo (São Lourenço) | 24 363 |
| Vade (São Pedro) | 24 363 |
| Vade (São Tomé) | 23 964 |
| Vila Chã (Santiago) | 15 621 |
| Vila Chã (São João Baptista) | 25 329 |
| Vila Nova da Muía | 25 891 |
| PONTE DA BARCA (Total município) | 623 894 |
| Anais | 28 874 |
| Arca | 24 363 |
| Arcos | 27 694 |
| Arcozelo | 55 623 |
| Ardegão | 24 363 |
| Bárrio | 24 363 |
| Beiral do Lima | 24 416 |
| Bertiandos | 24 363 |
| Boalhosa | 23 837 |
| Brandara | 24 363 |
| Cabaços | 24 363 |
| Cabração | 23 832 |
| Calheiros | 27 810 |
| Calvelo | 24 363 |
| Cepões | 24 363 |
| Correlhã | 44 960 |
| Estorãos | 26 972 |
| Facha | 36 066 |
| Feitosa | 24 363 |
| Fojo Lobal | 24 363 |
| Fontão | 25 355 |
| Fornelos | 33 989 |
| Freixo | 25 355 |
| Friastelas | 24 363 |
| Gaifar | 24 363 |
| Gandra | 25 355 |
| Gemieira | 24 363 |
| Gondufe | 24 363 |
| Labruja | 26 329 |
| Labrujó | 15 847 |
| Mato | 24 363 |
| Moreira do Lima | 28 248 |
| Navió | 23 841 |
| Poiares | 25 303 |
| Ponte de Lima | 34 497 |
| Queijada | 24 363 |
| Rebordões (Santa Maria) | 26 229 |
| Rebordões (Souto) | 29 286 |
| Refóios do Lima | 41 665 |
| Rendufe | 24 363 |
| Ribeira | 36 024 |
| Sá | 24 363 |
| Sandiães | 24 363 |
| Santa Comba | 24 363 |
| Santa Cruz do Lima | 24 363 |
| Seara | 24 363 |
| Serdedelo | 24 363 |
| Vilar das Almas | 24 363 |

| (Un: euros) | |
|----------------------------------------|------------------|
| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF |
| Vilar do Monte | 15 399 |
| Vitorino das Donas | 25 298 |
| Vitorino dos Piães | 35 034 |
| PONTE DE LIMA (Total município) | 1 377 850 |
| Arão | 24 363 |
| Boivão | 24 363 |
| Cerdal | 48 704 |
| Cristelo Covo | 24 363 |
| Fontoura | 26 364 |
| Friestas | 24 363 |
| Gandra | 32 842 |
| Ganfei | 32 490 |
| Gondomil | 24 363 |
| Sanfins | 18 679 |
| São Julião | 24 363 |
| São Pedro da Torre | 27 687 |
| Silva | 24 363 |
| Taião | 18 762 |
| Valença | 45 810 |
| Verdoejo | 24 363 |
| VALENÇA (Total município) | 446 242 |
| Afife | 35 739 |
| Alvarães | 41 675 |
| Amonde | 24 363 |
| Vila Nova de Anha | 40 150 |
| Areosa | 59 812 |
| Barroselas | 49 888 |
| Cardielos | 25 355 |
| Carreço | 40 603 |
| Carvoeiro | 31 783 |
| Castelo do Neiva | 45 360 |
| Chafé | 38 835 |
| Darque | 76 833 |
| Deão | 24 363 |
| Deocriste | 24 363 |
| Freixieiro de Soutelo | 32 787 |
| Geraz do Lima (Santa Leocádia) | 27 852 |
| Geraz do Lima (Santa Maria) | 24 363 |
| Lanheses | 34 992 |
| Mazarefes | 25 918 |
| Meadela | 73 846 |
| Meixedo | 24 363 |
| Montaria | 42 238 |
| Moreira de Geraz do Lima | 24 363 |
| Mujães | 29 284 |
| Neiva | 29 210 |
| Nogueira | 28 212 |
| Outeiro | 35 913 |
| Perre | 45 620 |
| Portela Susã | 24 363 |
| Portuzelo | 53 426 |
| Serreleis | 24 799 |
| Subportela | 26 591 |
| Torre | 24 363 |
| Viana do Castelo (Monserate) | 62 175 |
| Viana do Castelo (Santa Maria Maior) | 87 391 |
| Vila Franca | 34 683 |

| (Un: euros) | |
|------------------------------------------------|------------------|
| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF |
| Vila Fria | 29 747 |
| Vila Mou | 24 363 |
| Vila de Punhe | 37 015 |
| Vilar de Murteda | 24 363 |
| VIANA DO CASTELO (Total município) | 1 491 362 |
| Campos | 30 764 |
| Candemil | 24 363 |
| Cornes | 24 641 |
| Covas | 60 173 |
| Gondar | 16 075 |
| Gondarém | 31 378 |
| Loivo | 26 702 |
| Lovelhe | 24 363 |
| Mentrestido | 24 363 |
| Nogueira | 24 363 |
| Reboreda | 24 824 |
| Sapardos | 24 363 |
| Sopo | 34 557 |
| Vila Meã | 24 363 |
| Vila Nova de Cerveira | 34 816 |
| VILA NOVA DE CERVEIRA (Total município) | 430 108 |
| VIANA DO CASTELO (Total distrito) | 8 077 757 |
| Alijó | 49 914 |
| Amieiro | 15 847 |
| Carlão | 36 534 |
| Casal de Loivos | 17 200 |
| Castedo | 25 160 |
| Cotas | 24 363 |
| Favaios | 37 806 |
| Pegarinhos | 29 444 |
| Pinhão | 24 363 |
| Pópulo | 24 363 |
| Ribalonga | 24 363 |
| Sanfins do Douro | 39 124 |
| Santa Eugénia | 24 363 |
| São Mamede de Ribatua | 33 078 |
| Vale de Mendiz | 24 363 |
| Vila Chã | 29 821 |
| Vila Verde | 44 298 |
| Vilar de Maçada | 36 329 |
| Vilarinho de Cotas | 16 642 |
| ALLJÓ (Total município) | 557 375 |
| Alturas do Barroso | 35 552 |
| Ardãos | 28 332 |
| Beça | 39 701 |
| Bobadela | 24 389 |
| Boticas | 31 344 |
| Cerdedo | 27 775 |
| Codessoso | 16 121 |
| Covas do Barroso | 32 765 |
| Curros | 16 377 |
| Dornelas | 37 396 |
| Fiães do Tâmega | 21 371 |
| Granja | 24 363 |
| Pinho | 30 004 |
| São Salvador de Viveiro | 26 624 |
| Sapiãos | 29 774 |

| (Un: euros) | |
|---------------------------------------|------------------|
| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF |
| Vilar | 24 363 |
| BOTICAS (Total município) | 446 251 |
| Águas Frias | 37 912 |
| Anelhe | 25 013 |
| Arcossó | 24 363 |
| Bobadela | 15 847 |
| Bustelo | 24 363 |
| Calvão | 28 259 |
| Cela | 24 363 |
| Cimo de Vila da Castanheira | 27 926 |
| Curalha | 24 363 |
| Eiras | 24 363 |
| Ervededo | 31 450 |
| Faiões | 25 355 |
| Lama de Arcos | 24 564 |
| Loivos | 25 355 |
| Madalena | 35 530 |
| Mairos | 24 363 |
| Moreiras | 24 363 |
| Nogueira da Montanha | 28 963 |
| Oucidres | 24 363 |
| Oura | 27 321 |
| Outeiro Seco | 25 355 |
| Paradela | 24 363 |
| Póvoa de Agrações | 24 363 |
| Redondelo | 29 171 |
| Roriz | 24 363 |
| Samaiões | 25 355 |
| Sanfins | 25 617 |
| Sanjurge | 24 363 |
| Santa Leocádia | 24 363 |
| Santa Maria Maior | 108 372 |
| Santo António de Monforte | 24 363 |
| Santo Estêvão | 24 363 |
| São Julião de Montenegro | 24 363 |
| São Pedro de Agostém | 42 814 |
| São Vicente | 33 348 |
| Seara Velha | 19 601 |
| Selhariz | 24 363 |
| Soutelinho da Raia | 19 251 |
| Soutelo | 24 363 |
| Travancas | 25 316 |
| Tronco | 24 363 |
| Vale de Anta | 27 987 |
| Vidago | 27 645 |
| Vila Verde da Raia | 25 355 |
| Vilar de Nantes | 32 549 |
| Vilarelho da Raia | 28 984 |
| Vilarinho das Paranhos | 24 363 |
| Vilas Boas | 24 363 |
| Vilela Seca | 24 363 |
| Vilela do Tâmega | 24 363 |
| Santa Cruz/Trindade | 34 899 |
| CHAVES (Total município) | 1 425 463 |
| Barqueiros | 30 070 |
| Cidadelhe | 23 919 |
| Mesão Frio (Santa Cristina) | 37 478 |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF |
|------------------------------------------|----------------|
| Mesão Frio (São Nicolau) | 24 363 |
| Oliveira | 24 363 |
| Vila Jusã | 24 363 |
| Vila Marim | 48 531 |
| MESÃO FRIO (Total município) | 213 087 |
| Atei | 45 413 |
| Bilhó | 41 494 |
| Campanhó | 28 545 |
| Ermelo | 51 621 |
| Mondim de Basto | 70 294 |
| Paradaça | 24 363 |
| Pardelhas | 25 852 |
| Vilar de Ferreiros | 43 769 |
| MONDIM DE BASTO (Total município) | 331 351 |
| Cabril | 55 821 |
| Cambeses do Rio | 20 296 |
| Cervos | 33 530 |
| Chã | 48 902 |
| Contim | 15 847 |
| Covelães | 20 837 |
| Covelo do Gerês | 24 363 |
| Donões | 15 847 |
| Ferral | 26 688 |
| Fervidelas | 15 847 |
| Fiães do Rio | 15 847 |
| Gralhas | 25 355 |
| Meixedo | 25 355 |
| Meixide | 15 847 |
| Montalegre | 42 806 |
| Morgade | 25 355 |
| Mourilhe | 21 227 |
| Negrões | 20 837 |
| Outeiro | 38 296 |
| Padornelos | 17 153 |
| Padroso | 15 847 |
| Paradela | 24 363 |
| Pitões das Júnias | 29 815 |
| Pondras | 20 590 |
| Reigoso | 24 363 |
| Salto | 65 293 |
| Santo André | 25 355 |
| Sarraquinhos | 35 294 |
| Sezelhe | 15 847 |
| Solveira | 24 363 |
| Tourém | 20 837 |
| Venda Nova | 24 363 |
| Viade de Baixo | 44 246 |
| Vila da Ponte | 24 363 |
| Vilar de Perdizes (São Miguel) | 32 421 |
| MONTALEGRE (Total município) | 953 416 |
| Candedo | 41 619 |
| Carva | 24 363 |
| Fiolhoso | 27 821 |
| Jou | 43 469 |
| Murça | 49 545 |
| Noura | 27 688 |
| Palheiros | 32 457 |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF |
|---------------------------------------------------|----------------|
| Valongo de Milhais | 29 492 |
| Vilares | 24 363 |
| MURÇA (Total município) | 300 817 |
| Canelas | 36 881 |
| Covelinhas | 24 363 |
| Fontelas | 25 223 |
| Galafura | 34 345 |
| Godim | 60 474 |
| Loureiro | 30 937 |
| Moura Morta | 24 363 |
| Peso da Régua | 62 168 |
| Poiares | 33 795 |
| Sedielos | 34 763 |
| Vilarinho dos Freires | 29 838 |
| Vinhós | 25 547 |
| PESO DA RÉGUA (Total município) | 422 697 |
| Alvadia | 33 868 |
| Canedo | 40 445 |
| Cerva | 70 671 |
| Limões | 26 559 |
| Ribeira de Pena (Salvador) | 69 326 |
| Santa Marinha | 40 874 |
| Santo Aleixo de Além-Tâmega | 24 363 |
| RIBEIRA DE PENA (Total município) | 306 106 |
| Celeirós | 24 363 |
| Covas do Douro | 34 713 |
| Gouvães do Douro | 24 363 |
| Gouvinhas | 24 424 |
| Parada de Pinhão | 24 363 |
| Paradela de Guiães | 19 398 |
| Passos | 31 449 |
| Provesende | 24 363 |
| Sabrosa | 30 254 |
| São Cristóvão do Douro | 16 642 |
| São Lourenço de Ribapinhão | 24 451 |
| São Martinho de Antas | 33 438 |
| Souto Maior | 24 363 |
| Torre do Pinhão | 24 849 |
| Vilarinho de São Romão | 24 363 |
| SABROSA (Total município) | 385 796 |
| Alvações do Corgo | 24 363 |
| Cumeeira | 37 512 |
| Fontes | 39 351 |
| Fornelos | 24 363 |
| Lobrigos (São João Baptista) | 32 331 |
| Lobrigos (São Miguel) | 28 418 |
| Louredo | 24 363 |
| Medrões | 24 363 |
| Sanhoane | 24 363 |
| Sever | 28 216 |
| SANTA MARTA DE PENAGUIÃO (Total município) | 287 643 |
| Água Revés e Crasto | 27 076 |
| Argeriz | 31 404 |
| Alvarelhos | 20 837 |
| Barreiros | 24 363 |
| Bouçães | 32 696 |
| Canaveses | 24 363 |

| (Un: euros) | |
|-----------------------------------------------|----------------|
| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF |
| Carrazeda de Montenegro | 45 691 |
| Curros | 25 355 |
| Ervões | 33 104 |
| Fiães | 15 847 |
| Fornos do Pinhal | 24 363 |
| Friões | 36 431 |
| Lebução | 25 355 |
| Nozelos | 15 847 |
| Padrela e Tazem | 30 390 |
| Possacos | 25 355 |
| Rio Torto | 34 578 |
| Sanfins | 24 363 |
| Santa Maria de Emeres | 26 530 |
| Santa Valha | 33 514 |
| Santiago da Ribeira de Alhariz | 32 477 |
| São João da Corveira | 28 779 |
| São Pedro de Veiga de Lila | 26 834 |
| Serapicos | 24 363 |
| Sonim | 24 363 |
| Tinhela | 24 363 |
| Vales | 27 220 |
| Valpaços | 65 815 |
| Vassal | 25 036 |
| Veiga de Lila | 24 363 |
| Vilarandelo | 35 163 |
| VALPAÇOS (Total município) | 896 238 |
| Afonsim | 24 363 |
| Alfarela de Jales | 26 026 |
| Bornes de Aguiar | 54 757 |
| Bragado | 32 684 |
| Capeludos | 30 742 |
| Gouvães da Serra | 24 363 |
| Parada de Monteiros | 25 740 |
| Pensalvos | 29 772 |
| Sabroso de Aguiar | 26 081 |
| Santa Marta da Montanha | 18 447 |
| Soutelo de Aguiar | 23 218 |
| Telões | 50 632 |
| Tresminas | 46 952 |
| Valoura | 25 502 |
| Vila Pouca de Aguiar | 52 120 |
| Vreia de Bornes | 30 598 |
| Vreia de Jales | 47 963 |
| Lixa do Alvão | 18 273 |
| VILA POUCA DE AGUIAR (Total município) | 588 233 |
| Abaças | 33 514 |
| Adoufe | 38 956 |
| Andrães | 38 796 |
| Arroios | 24 065 |
| Borbela | 42 523 |
| Campeã | 41 968 |
| Constantim | 25 045 |
| Ermida | 24 065 |
| Folhadela | 39 104 |
| Guiães | 24 065 |
| Justes | 24 065 |
| Lamares | 24 088 |

| (Un: euros) | |
|------------------------------------------|------------------|
| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF |
| Lamas de Olo | 30 503 |
| Lordelo | 32 240 |
| Mateus | 26 296 |
| Mondrões | 30 007 |
| Mouços | 49 614 |
| Nogueira | 24 065 |
| Parada de Cunhos | 25 045 |
| Pena | 25 514 |
| Quintã | 15 653 |
| São Tomé do Castelo | 40 705 |
| Torgueda | 35 652 |
| Vale de Nogueiras | 31 196 |
| Vila Cova | 24 065 |
| Vila Marim | 42 119 |
| Vila Real (Nossa Senhora da Conceição) | 66 216 |
| Vila Real (São Dinis) | 38 015 |
| Vila Real (São Pedro) | 55 250 |
| Vilarinho de Samardã | 32 582 |
| VILA REAL (Total município) | 1 004 991 |
| VILA REAL (Total distrito) | 8 119 464 |
| Aldeias | 24 363 |
| Aricera | 24 363 |
| Armamar | 30 030 |
| Cimbres | 24 363 |
| Coura | 15 847 |
| Folgosa | 24 363 |
| Fontelo | 25 024 |
| Goujoim | 17 238 |
| Queimada | 24 363 |
| Queimadela | 24 363 |
| Santa Cruz | 24 363 |
| Santiago | 16 642 |
| Santo Adrião | 15 847 |
| São Cosmado | 34 420 |
| São Martinho das Chãs | 25 329 |
| São Romão | 24 363 |
| Tões | 15 575 |
| Vacalar | 24 363 |
| Vila Seca | 24 363 |
| ARMAMAR (Total município) | 439 582 |
| Beijós | 32 561 |
| Cabanas de Viriato | 43 561 |
| Currelos | 42 261 |
| Oliveira do Conde | 68 999 |
| Papízios | 28 703 |
| Parada | 31 157 |
| Sobral de Papízios | 24 363 |
| CARREGAL DO SAL (Total município) | 271 605 |
| Almofala | 26 065 |
| Alva | 24 388 |
| Cabril | 30 958 |
| Castro Daire | 67 277 |
| Cujó | 24 363 |
| Ermida | 24 363 |
| Ester | 24 363 |
| Gafanhão | 18 419 |
| Gosende | 29 720 |

| (Un: euros) | |
|---------------------------------------|----------------|
| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF |
| Mamouros | 25 000 |
| Mezio | 24 436 |
| Mões | 54 115 |
| Moledo | 49 155 |
| Monteiras | 30 406 |
| Moura Morta | 16 647 |
| Parada de Ester | 36 772 |
| Pepim | 24 363 |
| Picão | 24 363 |
| Pinheiro | 32 412 |
| Reriz | 29 250 |
| Ribolhos | 24 363 |
| São Joaninho | 24 363 |
| CASTRO DAIRE (Total município) | 665 561 |
| Alhões | 24 363 |
| Bustelo | 15 847 |
| Cinfães | 51 893 |
| Espadanedo | 29 652 |
| Ferreiros de Tendais | 29 695 |
| Fornelos | 26 678 |
| Gralheira | 24 363 |
| Moimenta | 24 363 |
| Nespereira | 53 803 |
| Oliveira do Douro | 36 715 |
| Ramires | 20 021 |
| Santiago de Piães | 39 858 |
| São Cristóvão de Nogueira | 41 927 |
| Souselo | 46 705 |
| Tarouquela | 29 728 |
| Tendais | 41 252 |
| Travanca | 25 678 |
| CINFÃES (Total município) | 562 541 |
| Avões | 24 363 |
| Bigorne | 15 631 |
| Britiande | 25 391 |
| Cambres | 42 656 |
| Cepões | 24 842 |
| Ferreirim | 26 585 |
| Ferreiros de Avões | 24 363 |
| Figueira | 24 363 |
| Lalim | 25 823 |
| Lamego (Almacave) | 83 026 |
| Lamego (Sé) | 50 384 |
| Lazarim | 31 226 |
| Magueija | 26 129 |
| Meijinhos | 15 228 |
| Melcões | 15 228 |
| Parada do Bispo | 16 642 |
| Penajóia | 30 739 |
| Penude | 36 418 |
| Pretarouca | 15 847 |
| Samodães | 24 363 |
| Sande | 25 307 |
| Valdigem | 30 614 |
| Várzea de Abrunhais | 24 363 |
| Vila Nova de Souto de El-Rei | 26 236 |
| LAMEGO (Total município) | 685 767 |

| (Un: euros) | |
|--------------------------------------------|----------------|
| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF |
| Abrunhosa-a-Velha | 29 283 |
| Alcafache | 30 098 |
| Chãs de Tavares | 38 369 |
| Cunha Alta | 24 364 |
| Cunha Baixa | 32 643 |
| Espinho | 33 041 |
| Fornos de Maceira Dão | 35 358 |
| Freixiosa | 24 363 |
| Lobelhe do Mato | 24 171 |
| Mangualde | 105 355 |
| Mesquitela | 25 780 |
| Moimenta da Maceira Dão | 24 363 |
| Póvoa de Cervães | 24 363 |
| Quintela de Azurara | 24 363 |
| Santiago de Cassurrães | 39 553 |
| São João da Fresta | 24 363 |
| Travanca de Tavares | 15 847 |
| Várzea de Tavares | 24 363 |
| MANGUALDE (Total município) | 580 040 |
| Aldeia de Nacomba | 15 847 |
| Alvite | 38 604 |
| Arcozelos | 25 419 |
| Ariz | 15 909 |
| Baldos | 24 363 |
| Cabaços | 24 363 |
| Caria | 27 828 |
| Castelo | 24 363 |
| Leomil | 45 434 |
| Moimenta da Beira | 39 031 |
| Nagosa | 15 847 |
| Paradinha | 15 847 |
| Passô | 24 363 |
| Pêra Velha | 24 363 |
| Peva | 29 735 |
| Rua | 24 842 |
| Sarzedo | 18 572 |
| Segões | 15 527 |
| Sever | 25 082 |
| Vilar | 24 363 |
| MOIMENTA DA BEIRA (Total município) | 499 702 |
| Almaça | 16 443 |
| Cercosa | 24 363 |
| Cortegaça | 24 405 |
| Espinho | 49 297 |
| Marmeleira | 27 450 |
| Mortágua | 56 850 |
| Pala | 50 548 |
| Sobral | 72 310 |
| Trezói | 27 185 |
| Vale de Remígio | 24 363 |
| MORTÁGUA (Total município) | 373 214 |
| Aguieira | 24 363 |
| Canas de Senhorim | 64 882 |
| Carvalho Redondo | 27 725 |
| Lapa do Lobo | 26 984 |
| Moreira | 24 363 |
| Nelas | 62 215 |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF |
|---------------------------------------------|----------------|
| Santar | 32 443 |
| Senhorim | 50 334 |
| Vilar Seco | 27 188 |
| NELAS (Total município) | 340 497 |
| Arca | 24 363 |
| Arcozelo das Maias | 43 188 |
| Destriz | 24 363 |
| Oliveira de Frades | 39 507 |
| Pinheiro | 40 699 |
| Reigoso | 24 363 |
| Ribeiradio | 34 990 |
| São João da Serra | 26 039 |
| São Vicente de Lafões | 25 183 |
| Sejães | 24 363 |
| Souto de Lafões | 24 363 |
| Varzias | 24 363 |
| OLIVEIRA DE FRADES (Total município) | 355 784 |
| Antas | 24 363 |
| Castelo de Penalva | 44 927 |
| Esmolfe | 24 363 |
| Germil | 24 363 |
| Ínsua | 38 595 |
| Lusinde | 24 221 |
| Mareco | 15 796 |
| Matela | 24 363 |
| Pindo | 50 148 |
| Real | 24 363 |
| Sezures | 38 335 |
| Trancozelos | 24 363 |
| Vila Cova do Covelo | 24 363 |
| PENALVA DO CASTELO (Total município) | 382 563 |
| Antas | 27 270 |
| Beselga | 29 152 |
| Castainço | 22 687 |
| Granja | 19 891 |
| Ourozinho | 19 527 |
| Penedono | 51 570 |
| Penela da Beira | 31 975 |
| Póvoa de Penela | 28 400 |
| Souto | 28 818 |
| PENEDONO (Total município) | 259 290 |
| Anreade | 27 447 |
| Barrô | 32 715 |
| Cárquere | 27 980 |
| Feirão | 16 531 |
| Felgueiras | 24 363 |
| Freigil | 24 363 |
| Miomães | 24 363 |
| Ovadas | 25 160 |
| Panchorra | 27 373 |
| Paus | 33 873 |
| Resende | 57 118 |
| São Cipriano | 25 686 |
| São João de Fontoura | 24 363 |
| São Martinho de Mouros | 48 275 |
| São Romão de Aregos | 24 363 |
| RESENDE (Total município) | 443 973 |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF |
|------------------------------------------------|----------------|
| Couto do Mosteiro | 35 418 |
| Nagozela | 24 363 |
| Ovoa | 35 703 |
| Pinheiro de Ázere | 29 274 |
| Santa Comba Dão | 48 300 |
| São Joaninho | 29 890 |
| São João de Areias | 46 355 |
| Treixedo | 31 340 |
| Vimieiro | 24 364 |
| SANTA COMBA DÃO (Total município) | 305 007 |
| Castanheiro do Sul | 29 107 |
| Ervedosa do Douro | 50 580 |
| Espinhosa | 17 012 |
| Nagozelo do Douro | 24 363 |
| Paredes da Beira | 33 991 |
| Pereiros | 16 468 |
| Riodades | 29 606 |
| São João da Pesqueira | 60 601 |
| Soutelo do Douro | 27 861 |
| Trevões | 32 165 |
| Vale de Figueira | 25 412 |
| Valongo dos Azeites | 24 363 |
| Várzea de Trevões | 24 363 |
| Vilarouco | 32 223 |
| SÃO JOÃO DA PESQUEIRA (Total município) | 428 115 |
| Baiões | 24 363 |
| Bordonhos | 24 363 |
| Candal | 22 746 |
| Carvalhais | 43 939 |
| Covas do Rio | 28 884 |
| Figueiredo de Alva | 31 085 |
| Manhouce | 43 708 |
| Pindelo dos Milagres | 31 625 |
| Pinho | 30 771 |
| Santa Cruz da Trapa | 39 240 |
| São Cristóvão de Lafões | 24 363 |
| São Félix | 24 363 |
| São Martinho das Moitas | 32 801 |
| São Pedro do Sul | 52 332 |
| Serrazes | 32 012 |
| Sul | 51 663 |
| Valadares | 34 322 |
| Várzea | 30 960 |
| Vila Maior | 31 013 |
| SÃO PEDRO DO SUL (Total município) | 634 553 |
| Águas Boas | 24 363 |
| Avelal | 24 363 |
| Decermilo | 24 363 |
| Ferreira de Aves | 79 988 |
| Forles | 15 847 |
| Mioma | 32 959 |
| Rio de Moinhos | 29 535 |
| Romãs | 43 327 |
| São Miguel de Vila Boa | 34 556 |
| Sátão | 52 331 |
| Silvã de Cima | 24 363 |
| Vila Longa | 24 363 |

| (Un: euros) | | (Un: euros) | |
|---------------------------------------|----------------|---------------------------------------------|----------------|
| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF | FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF |
| SÁTÃO (Total município) | 410 358 | Lobão da Beira | 32 589 |
| Arnas | 25 876 | Molelos | 47 933 |
| Carregal | 29 422 | Mosteirinho | 24 634 |
| Chosendo | 24 363 | Mosteiro de Fráguas | 24 610 |
| Cunha | 26 596 | Mouraz | 27 929 |
| Escurquela | 15 929 | Nandufe | 24 363 |
| Faia | 15 847 | Parada de Gonta | 24 543 |
| Ferreirim | 24 363 | Sabugosa | 24 363 |
| Fonte Arcada | 24 363 | Santiago de Besteiros | 35 449 |
| Freixinho | 17 521 | São João do Monte | 52 448 |
| Granjal | 24 363 | São Miguel do Outeiro | 28 660 |
| Lamosa | 23 744 | Silvares | 18 880 |
| Macieira | 19 933 | Tonda | 28 307 |
| Penso | 24 363 | Tondela | 51 336 |
| Quintela | 24 363 | Tourigo | 24 363 |
| Sarzedas | 30 129 | Vila Nova da Rainha | 24 363 |
| Sernancelhe | 36 609 | Vilar de Besteiros | 28 574 |
| Vila da Ponte | 25 518 | TONDELA (Total município) | 848 913 |
| SERNANCELHE (Total município) | 413 302 | Alhais | 24 363 |
| Adorigo | 24 363 | Fráguas | 25 048 |
| Arcos | 24 363 | Pendilhe | 31 959 |
| Barcos | 26 624 | Queiriga | 40 258 |
| Chavães | 24 363 | Touro | 51 628 |
| Desejosa | 18 618 | Vila Cova à Coelheira | 44 838 |
| Granja do Tedo | 24 363 | Vila Nova de Paiva | 31 592 |
| Granjinha | 15 228 | VILA NOVA DE PAIVA (Total município) | 249 686 |
| Longa | 24 363 | Abraveses | 74 015 |
| Paradela | 17 648 | Barreiros | 24 065 |
| Pereiro | 15 929 | Boa Aldeia | 24 065 |
| Pinheiros | 18 521 | Bodiosa | 50 403 |
| Santa Leocádia | 15 847 | Calde | 47 848 |
| Sendim | 38 534 | Campo | 59 415 |
| Tabuaço | 40 984 | Cavernães | 34 309 |
| Távora | 24 363 | Cepões | 42 216 |
| Vale de Figueira | 15 950 | Cota | 47 840 |
| Valença do Douro | 24 363 | Couto de Baixo | 26 460 |
| TABUAÇO (Total município) | 394 424 | Couto de Cima | 28 579 |
| Dálvares | 24 363 | Fail | 24 065 |
| Gouveães | 24 363 | Farminhão | 26 598 |
| Granja Nova | 24 363 | Fragosela | 37 097 |
| Mondim da Beira | 25 704 | Lordosa | 43 718 |
| Salzedas | 31 263 | Silgueiros | 59 402 |
| São João de Tarouca | 45 067 | Mundão | 37 362 |
| Tarouca | 65 158 | Orgens | 50 952 |
| Ucanha | 24 363 | Povolide | 39 870 |
| Várzea da Serra | 38 157 | Ranhados | 38 571 |
| Vila Chã da Beira | 24 363 | Repeses | 25 346 |
| TAROUCA (Total município) | 327 164 | Ribafeita | 37 450 |
| Barreiro de Besteiros | 43 897 | Rio de Loba | 83 167 |
| Campo de Besteiros | 31 020 | Santos Evos | 35 160 |
| Canas de Santa Maria | 39 935 | São Cipriano | 32 472 |
| Caparrosa | 31 319 | São João de Lourosa | 58 496 |
| Castelões | 37 584 | São Pedro de France | 37 235 |
| Dardavaz | 31 006 | São Salvador | 36 751 |
| Ferreiros do Dão | 24 363 | Torredeita | 35 289 |
| Guardão | 38 752 | Vil de Souto | 24 088 |
| Lajeosa | 47 693 | Vila Chã de Sá | 33 005 |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF |
|----------------------------------------------|-------------------|
| Viseu (Coração de Jesus) | 79 962 |
| Viseu (Santa Maria de Viseu) | 71 228 |
| Viseu (São José) | 63 203 |
| VISEU (Total município) | 1 469 702 |
| Alcofra | 41 271 |
| Cambra | 41 251 |
| Campia | 49 326 |
| Carvalho de Vermilhas | 24 363 |
| Fataunços | 25 383 |
| Figueiredo das Donas | 24 363 |
| Fornelo do Monte | 24 363 |
| Paços de Vilharigues | 24 363 |
| Queirã | 43 114 |
| São Miguel do Mato | 28 916 |
| Ventosa | 32 234 |
| Vouzela | 30 403 |
| VOUZELA (Total município) | 389 350 |
| VISEU (Total distrito) | 11 730 693 |
| Altares | 40 046 |
| Angra (Nossa Senhora da Conceição) | 59 894 |
| Angra (Santa Luzia) | 45 614 |
| Angra (São Pedro) | 51 213 |
| Angra (Sé) | 24 766 |
| Cinco Ribeiras | 24 451 |
| Doze Ribeiras | 24 363 |
| Feteira | 25 054 |
| Porto Judeu | 50 913 |
| Posto Santo | 37 523 |
| Raminho | 24 363 |
| Ribeirinha | 43 280 |
| Santa Bárbara | 35 884 |
| São Bartolomeu de Regatos | 43 359 |
| São Bento | 39 055 |
| São Mateus da Calheta | 47 635 |
| Serreta | 24 363 |
| Terra Chã | 43 252 |
| Vila de São Sebastião | 44 981 |
| ANGRA DO HERÓISMO (Total município) | 730 009 |
| Calheta | 40 963 |
| Norte Pequeno | 24 363 |
| Ribeira Seca | 59 589 |
| Santo Antão | 46 391 |
| Topo (Nossa Senhora do Rosário) | 24 363 |
| CALHETA (SÃO JORGE) (Total município) | 195 669 |
| Capelo | 32 055 |
| Castelo Branco | 40 345 |
| Cedros | 35 646 |
| Feteira | 35 827 |
| Flamengos | 35 203 |
| Horta (Angústias) | 44 857 |
| Horta (Conceição) | 25 147 |
| Horta (Matriz) | 40 535 |
| Pedro Miguel | 27 208 |
| Praia do Almojarife | 24 363 |
| Praia do Norte | 24 363 |
| Ribeirinha | 24 363 |
| Salão | 24 363 |

(Un: euros)

| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF |
|-------------------------------------------|----------------|
| HORTA (Total município) | 414 275 |
| Água de Pau | 76 976 |
| Cabouco | 33 435 |
| Lagoa (Nossa Senhora do Rosário) | 67 661 |
| Lagoa (Santa Cruz) | 70 353 |
| Ribeira Chã | 24 363 |
| LAGOA (AÇORES) (Total município) | 272 788 |
| Fajã Grande | 27 835 |
| Fajãzinha | 16 302 |
| Fazenda | 28 058 |
| Lajedo | 16 238 |
| Lajes das Flores | 45 817 |
| Lomba | 21 216 |
| Mosteiro | 15 228 |
| LAJES DAS FLORES (Total município) | 170 694 |
| Calheta de Nesquim | 25 532 |
| Lajes do Pico | 68 266 |
| Piedade | 32 380 |
| Ribeiras | 43 923 |
| Ribeirinha | 24 363 |
| São João | 38 760 |
| LAJES DO PICO (Total município) | 233 224 |
| Bandeiras | 33 854 |
| Candelária | 41 492 |
| Criação Velha | 30 860 |
| Madalena | 59 879 |
| São Caetano | 34 124 |
| São Mateus | 34 607 |
| MADALENA (Total município) | 234 816 |
| Achada | 31 843 |
| Achadinha | 33 652 |
| Lomba da Fazenda | 38 583 |
| Nordeste | 52 716 |
| Salga | 28 439 |
| Santana | 24 842 |
| Algarvia | 19 280 |
| Santo António de Nordestinho | 19 536 |
| São Pedro de Nordestinho | 22 274 |
| NORDESTE (Total município) | 271 165 |
| Arrifes | 92 295 |
| Candelária | 28 909 |
| Capelas | 55 667 |
| Covoada | 30 046 |
| Fajã de Baixo | 53 102 |
| Fajã de Cima | 51 189 |
| Fenais da Luz | 34 176 |
| Feteiras | 49 863 |
| Ginetes | 33 096 |
| Mosteiros | 29 249 |
| Ponta Delgada (Matriz) | 57 949 |
| Ponta Delgada (São José) | 55 877 |
| Ponta Delgada (São Pedro) | 77 127 |
| Relva | 41 322 |
| Remédios | 24 931 |
| Rosto do Cão (Livramento) | 50 980 |
| Rosto do Cão (Roque) | 61 952 |
| Santa Bárbara | 26 205 |

| (Un: euros) | |
|-------------------------------------------------|------------------|
| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF |
| Santo António | 37 687 |
| São Vicente Ferreira | 35 146 |
| Sete Cidades | 39 375 |
| Ajuda da Bretanha | 19 131 |
| Pilar da Bretanha | 17 780 |
| Santa Clara | 46 651 |
| PONTA DELGADA (Total município) | 1 049 705 |
| Água Retorta | 29 868 |
| Faial da Terra | 26 324 |
| Furnas | 59 174 |
| Nossa Senhora dos Remédios | 36 137 |
| Povoação | 63 110 |
| Ribeira Quente | 29 784 |
| POVOAÇÃO (Total município) | 244 397 |
| Calhetas | 24 363 |
| Fenais da Ajuda | 36 275 |
| Lomba da Maia | 40 067 |
| Lomba de São Pedro | 24 363 |
| Maia | 45 793 |
| Pico da Pedra | 36 886 |
| Porto Formoso | 33 308 |
| Rabo de Peixe | 90 636 |
| Ribeira Grande (Conceição) | 39 349 |
| Ribeira Grande (Matriz) | 54 205 |
| Ribeira Seca | 42 702 |
| Ribeirinha | 41 959 |
| Santa Bárbara | 33 825 |
| São Brás | 24 363 |
| RIBEIRA GRANDE (Total município) | 568 094 |
| Guadalupe | 48 313 |
| Luz | 33 854 |
| São Mateus | 35 169 |
| Santa Cruz da Graciosa | 46 157 |
| SANTA CRUZ DA GRACIOSA (Total município) | 163 493 |
| Caveira | 15 228 |
| Cedros | 18 888 |
| Ponta Delgada | 34 155 |
| Santa Cruz das Flores | 74 559 |
| SANTA CRUZ DAS FLORES (Total município) | 142 830 |
| Prainha | 34 968 |
| Santa Luzia | 33 975 |
| Santo Amaro | 24 363 |
| Santo António | 39 761 |
| São Roque do Pico | 49 943 |
| SÃO ROQUE DO PICO (Total município) | 183 010 |
| Manadas (Santa Bárbara) | 24 780 |
| Norte Grande (Neves) | 42 479 |
| Rosais | 39 207 |
| Santo Amaro | 38 310 |
| Urzelina (São Mateus) | 33 737 |
| Velas (São Jorge) | 47 841 |
| VELAS (Total município) | 226 354 |
| Agualva | 52 893 |
| Biscoitos | 43 805 |
| Cabo da Praia | 24 363 |
| Fonte do Bastardo | 28 715 |
| Fontinhas | 37 531 |

| (Un: euros) | |
|---------------------------------------------------|------------------|
| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF |
| Lajes | 53 067 |
| Praia da Vitória (Santa Cruz) | 86 981 |
| Quatro Ribeiras | 24 468 |
| São Brás | 24 418 |
| Vila Nova | 34 458 |
| Porto Martins | 24 363 |
| VILA DA PRAIA DA VITÓRIA (Total município) | 435 062 |
| Almagreira | 25 331 |
| Santa Bárbara | 30 321 |
| Santo Espírito | 40 356 |
| São Pedro | 36 553 |
| Vila do Porto | 77 069 |
| VILA DO PORTO (Total município) | 209 630 |
| Água de Alto | 43 369 |
| Ponta Garça | 73 906 |
| Ribeira das Tainhas | 29 432 |
| Vila Franca do Campo (São Miguel) | 51 373 |
| Vila Franca do Campo (São Pedro) | 24 338 |
| Ribeira Seca | 26 026 |
| VILA FRANCA DO CAMPO (Total município) | 248 444 |
| RAA (Total RA) | 5 993 659 |
| Arco da Calheta | 78 099 |
| Calheta | 59 284 |
| Estreito da Calheta | 41 513 |
| Fajã da Ovelha | 50 709 |
| Jardim do Mar | 24 363 |
| Paul do Mar | 25 398 |
| Ponta do Pargo | 48 215 |
| Prazeres | 33 515 |
| CALHETA (Total município) | 361 096 |
| Câmara de Lobos | 136 954 |
| Curral das Freiras | 107 982 |
| Estreito de Câmara de Lobos | 94 766 |
| Jardim da Serra | 50 812 |
| Quinta Grande | 35 619 |
| CÂMARA DE LOBOS (Total município) | 426 133 |
| Funchal (Santa Luzia) | 67 248 |
| Funchal (Santa Maria Maior) | 127 196 |
| Funchal (São Pedro) | 73 742 |
| Funchal (Sé) | 43 454 |
| Imaculado Coração de Maria | 69 504 |
| Monte | 135 691 |
| Santo António | 201 502 |
| São Gonçalo | 78 866 |
| São Martinho | 159 875 |
| São Roque | 88 352 |
| FUNCHAL (Total município) | 1 045 430 |
| Água de Pena | 35 422 |
| Canical | 58 160 |
| Machico | 118 219 |
| Porto da Cruz | 80 501 |
| Santo António da Serra | 34 462 |
| MACHICO (Total município) | 326 764 |
| Canhas | 66 844 |
| Madalena do Mar | 24 363 |
| Ponta do Sol | 97 684 |
| PONTA DO SOL (Total município) | 188 891 |

| (Un: euros) | |
|----------------------------------------|----------------|
| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF |
| Achadas da Cruz | 29 660 |
| Porto Moniz | 79 111 |
| Ribeira da Janela | 37 364 |
| Seixal | 57 295 |
| PORTO MONIZ (Total município) | 203 430 |
| Porto Santo | 152 130 |
| PORTO SANTO (Total município) | 152 130 |
| Campanário | 62 639 |
| Ribeira Brava | 83 187 |
| Serra de Água | 59 264 |
| Tábua | 36 417 |
| RIBEIRA BRAVA (Total município) | 241 507 |
| Camacha | 87 733 |
| Canico | 96 663 |
| Gaula | 43 309 |
| Santa Cruz | 94 094 |

| (Un: euros) | |
|---------------------------------------|--------------------|
| FREGUESIA / MUNICÍPIO / DISTRITO / RA | FFF |
| Santo António da Serra | 40 659 |
| SANTA CRUZ (Total município) | 362 458 |
| Arco de São Jorge | 24 955 |
| Faial | 62 987 |
| Ilha | 33 031 |
| Santana | 76 414 |
| São Jorge | 54 054 |
| São Roque do Faial | 41 016 |
| SANTANA (Total município) | 292 457 |
| Boa Ventura | 68 791 |
| Ponta Delgada | 37 229 |
| São Vicente | 111 513 |
| SÃO VICENTE (Total município) | 217 533 |
| RAM (Total RA) | 3 817 829 |
| TOTAL CONTINENTE | 183 827 966 |
| TOTAL NACIONAL | 193 639 454 |

MAPA XXI**RECEITAS TRIBUTÁRIAS CESSANTES DOS SERVIÇOS INTEGRADOS**

| CAPÍTULOS | GRUPOS | ARTIGOS | DESIGNAÇÃO DAS RECEITAS (Por origem) | IMPORTÂNCIAS EM EUROS | | | |
|-----------------------------------------------------------------------|------------|-------------|--------------------------------------------------------------------|-----------------------|-------------|------------------------------------------|---------------|
| | | | | POR ORIGEM | POR ARTIGOS | POR GRUPOS | POR CAPÍTULOS |
| 01 | 01 | 01 | IMPOSTOS DIRECTOS | | | | |
| | | | <i>Sobre o Rendimento</i> | | | | |
| | | | Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS) | | | | |
| | | | Rendimento de desportistas | 600.000 | | | |
| | | | Energias renováveis | 45.000.000 | | | |
| | | | Contribuições para a Segurança Social | 1.900.000 | | | |
| | | | Missões internacionais | 3.000.000 | | | |
| | | | Cooperação | 4.200.000 | | | |
| | | | Deficientes | 165.000.000 | | | |
| | | | Infra-estruturas comuns NATO | 100.000 | | | |
| | | | Organizações internacionais | 6.000.000 | | | |
| | | | Planos de Poupança-Reforma | 110.000.000 | | | |
| | | | Propriedade intelectual | 5.100.000 | | | |
| | | | Dedução à colecta de donativos | 8.000.000 | | | |
| Donativos ao abrigo da Lei da Liberdade Religiosa | 1.000.000 | | | | | | |
| Donativos a igrejas e instituições religiosas | 9.000.000 | 358.900.000 | | | | | |
| 02 | 01 | 02 | Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC) | | | | |
| | | | Benefícios fiscais por dedução ao rendimento | 46.000.000 | | | |
| | | | Benefícios fiscais por dedução ao lucro tributável | 2.000.000 | | | |
| | | | Redução de taxa | 75.000.000 | | | |
| | | | Benefícios fiscais por dedução à colecta | 126.000.000 | | | |
| | | | Isonção definitiva e/ou não sujeição | 21.000.000 | 270.000.000 | 628.900.000 | 628.900.000 |
| 02 | 01 | 01 | IMPOSTOS INDIRECTOS | | | | |
| | | | <i>Sobre o Consumo</i> | | | | |
| | | | Imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (ISP) | | | | |
| | | | Relações internacionais | 1.100.000 | | | |
| | | | Navegação marítima costeira e navegação interior | 22.400.000 | | | |
| | | | Produção de electricidade ou de electricidade e calor (co-geração) | 9.400.000 | | | |
| | | | Processos electrolíticos, metalúrgicos e mineralógicos | 14.000.000 | | | |
| | | | Veículos de tracção ferroviária | 7.800.000 | | | |
| | | | Equipamentos agrícolas | 61.700.000 | | | |
| | | | Motores fixos | 4.700.000 | | | |
| | | | Motores frigoríficos | 7.800.000 | | | |
| | | | Aquecimento | 36.900.000 | | | |
| | | | Biocombustíveis | 16.600.000 | 182.400.000 | | |
| | | | 02 | 02 | 02 | Imposto sobre o valor acrescentado (IVA) | |
| Decreto-Lei n.º 143/86, de 16 de Junho (Missões diplomáticas) | 13.000.000 | | | | | | |
| Decreto-Lei n.º 20/90, de 13 de Janeiro (Igreja Católica) | 14.500.000 | | | | | | |
| Decreto-Lei n.º 20/90, de 13 de Janeiro (IPSS) | 96.000.000 | | | | | | |
| Decreto-Lei n.º 113/90, de 5 de Abril (Forças armadas e de segurança) | 50.000.000 | | | | | | |
| Decreto-Lei n.º 113/90, de 5 de Abril (Associações de bombeiros) | 2.500.000 | | | | | | |
| Lei n.º 19/2003, de 20 de Junho (Partidos políticos) | 2.500.000 | | | | | | |
| Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de Outubro (Automóveis - deficientes) | 6.400.000 | 184.900.000 | | | | | |

| CAPÍTULOS | GRUPOS | ARTIGOS | DESIGNAÇÃO DAS RECEITAS (Por origem) | IMPORTÂNCIAS EM EUROS | | | |
|-----------|--------|---------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|-------------|---------------|
| | | | | POR ORIGEM | POR ARTIGOS | POR GRUPOS | POR CAPÍTULOS |
| | | 03 | Imposto sobre veículos (ISV) Decreto-Lei n.º 43/76, de 20 de Fevereiro (Deficientes das Forças Armadas) Artigo 58.º do CISV (Transferência residência UE) Artigo 54.º do CISV (Deficientes) Artigo 36.º do CISV (Regresso a Portugal de funcionários diplomáticos e consulares) Artigo 53.º do CISV (Táxis) Artigo 58.º do CISV (Cidadãos residentes UE) Artigo 52.º do CISV (Instituições de utilidade pública) Decreto-Lei n.º 292-A/2000, de 15 de Novembro (Abates) Outros benefícios | 300.000 14.050.000 7.500.000 800.000 5.900.000 14.050.000 3.100.000 5.000.000 8.200.000 | 58.900.000 | | |
| | | 04 | Imposto de consumo sobre o tabaco (IT) Relações internacionais | 1.100.000 | 1.100.000 | | |
| | | 05 | Imposto sobre o álcool e as bebidas alcoólicas (IABA) Relações internacionais Pequenas destilarias | 100.000 200.000 | 300.000 | | |
| | | 99 | Impostos diversos sobre o consumo | | 0 | 427.600.000 | |
| | 02 | 02 | <i>Outros</i> Imposto do selo Pessoas colectivas de utilidade pública administrativa Instituições particulares de solidariedade social Actos de reorganização e concentração de empresas Utilidade turística Estatuto Fiscal Cooperativo Concordata entre o Estado Português e a Igreja Católica Zona Franca da Madeira e de Santa Maria Estado, Regiões Autónomas, autarquias locais Refer, EPE - Bens destinados ao domínio público do Estado Investimento de natureza contratual - Isenção Estradas de Portugal, EPE FIIAH/SIIAH - Artigo 8.º - Aquisição pelo FIIAH/SIIAH FIIAH/SIIAH - Artigo 8.º - Aquisição pelo arrendatário Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas | 400.000 200.000 500.000 900.000 300.000 60.000 40.000 1.200.000 200.000 100.000 100.000 400.000 50.000 700.000 | 5.150.000 | 5.150.000 | 432.750.000 |
| | | | <i>Total geral</i> | | | | 1.061.650.000 |

MAPA XXI**RECEITAS TRIBUTÁRIAS CESSANTES DA SEGURANÇA SOCIAL**

| CAPÍTULOS | GRUPOS | ARTIGOS | DESIGNAÇÃO DAS RECEITAS | IMPORTÂNCIAS EM EUROS | | |
|-----------|--------|---------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|-------------|---------------|
| | | | | POR ARTIGOS | POR GRUPOS | POR CAPÍTULOS |
| 03 | 01 | 03 | CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL, A CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES E A ADSE <i>Subsistema previdencial</i> Contribuições por políticas activas de emprego | 321.670.541 | 321.670.541 | 321.670.541 |
| | | | <i>Total geral</i> | | | 321.670.541 |